



ADRIANA LEONIDAS DE OLIVEIRA
PAULO FRANCISCO DE CASTRO
organizadores

psicologia:

NOVOS CAMINHOS

VOL. 1



ADRIANA LEONIDAS DE OLIVEIRA
PAULO FRANCISCO DE CASTRO
organizadores

psicologia:

NOVOS CAMINHOS

VOLUME 1



TAUBATÉ-SP
2025

EXPEDIENTE

edUNITAU - Editora da Universidade de Taubaté

Presidente

| Pró-reitora de Extensão: Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa

Conselho Editorial

| Assessor de Difusão Cultural: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
| Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas: Shirlei de Moura Righeti
| Representante da Pró-reitoria de Graduação: Profa. Dra. Emari Andrade
| Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação: Profa. Dra. Monica Franchi Carniello
| Área de Biociências: Profa. Dra. Eliane Stevanato
| Área de Exatas: Profa. Dra. Kátia Celina da Silva Richetto
| Área de Humanas: Prof. Dr. Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso

Consultoria Ad hoc

| Representante: Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira (Universidade de Taubaté)

Equipe Técnica

| Coordenador de Produção Editorial: Alessandro Squarcini
| Grupo de Estudos em Língua Portuguesa – GELP
| Sistema Integrado de Bibliotecas - SiBI

Avaliação, parecer e revisão por pares

| Esta obra foi avaliada por pares e indicada para publicação

Projeto Gráfico

| Capa: Alessandro Squarcini - NDG/UNITAU
| Finalização: Rafael Campos de Jesus - NDG/UNITAU
| Diagramação: Paulo Francisco de Castro
| Revisão: Renata Aparecida de Freitas
| Impressão: Eletrônica

Sistema Integrado de Bibliotecas - SiBI/ UNITAU Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI

P974	Psicologia : novos caminhos [recurso eletrônico] / organizadores Adriana Leonidas de Oliveira, Paulo Francisco de Castro. – Dados eletrônicos. – Taubaté: EdUnitau, 2025. 1 recurso on-line (707 p.). v. 1. Formato: PDF Requisitos do sistema: Adobe Modo de acesso: world wide web ISBN: 978-85-9561-210-5 (on-line) 1. Psicologia clínica e da saúde. 2. Psicologia escolar e educacional. 3. Psicologia organizacional e do trabalho. 4. Psicologia social e comunitária. I. Oliveira, Adriana Leonidas (org). II. Castro, Paulo Francisco. III. Título. CDD - 362.19

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ana Beatriz Ramos – CRB-8/6318

Índice para Catálogo sistemático

Psicologia clínica e da saúde – 362.19
Psicologia escolar e educacional – 370.15
Psicologia organizacional e do trabalho – 158.7
Psicologia social e comunitária – 302

Copyright © by Editora da UNITAU, 2025

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotoco-piada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Comissão Editorial Psicologia: novos caminhos

Adriana Leonidas de Oliveira

Ana Cristina Araújo do Nascimento

Armando Rocha Junior

Helena Rinaldi Rosa

Hilda Rosa Capelão Avoglia

Luis Sérgio Sardinha

Maria Lucia Marques

Marilza Terezinha Soares de Souza

Paulo Francisco de Castro

Quésia Postigo Kamimura

Sonia Maria da Silva

**OS TEXTOS DOS CAPÍTULOS, SEUS POSICIONAMENTOS
TEÓRICOS E IDEOLÓGICOS, SUAS CONCEPÇÕES
METODOLÓGICAS, ALÉM DO PROCESSO DE FORMATAÇÃO
E A CONSTRUÇÃO GERAL SÃO DE INTEIRA
RESPONSABILIDADE DOS AUTORES**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE	10
A FELICIDADE E A QUALIDADE DE VIDA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA	11
A TÉCNICA DO ARTESÃO E A VERDADE DO SER: O DESABRIGAR QUE ABRE PARA A CRIAÇÃO.....	30
AVALIAÇÃO DAS HABILIDADES SOCIAIS E SEUS FATORES EM UM GRUPO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA.....	43
AVALIAÇÃO DE DEVANEIO EXCESSIVO MAL ADAPTADO EM ESCRITORES CRIATIVOS	55
CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO CLÍNICO DE CARL GUSTAV JUNG: SÍMBOLOS, SONHOS E AMPLIFICAÇÕES	75
CRESCIMENTO DOS IMPACTOS DOS TRANSTORNOS MENTAIS NO TRABALHO E SUA REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	92
ENTRE A DOR E A RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA ESCALA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS E SOFRIMENTO PSÍQUICO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO – ESOP	105
EXPERIÊNCIA, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE: CAMINHOS PSICOLÓGICOS DE RECUPERAÇÃO OBSERVADOS EM GRUPOS DO AA .	122
INTERPRETAÇÃO DAS IMAGENS ARQUETÍPICAS EM OBRAS DE TARSILA DO AMARAL, SEGUNDO PROPOSIÇÕES DE NISE DA SILVEIRA.....	136
O IMPACTO DA FÉ CRISTÃ NA SAÚDE EMOCIONAL	155
O IMPACTO DO CÂNCER INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DO APOIO PSICOLÓGICO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA EM ARTIGOS NA ÁREA DA PSICOLOGIA	186
OS BENEFÍCIOS DA PSICOTERAPIA EM CASOS DE PESSOAS COM FIBROMIALGIA.....	202
OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA SAÚDE DA MULHER	216
PARA ALÉM DO DIAGNÓSTICO: PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS E PAIS SOBRE INTERVENÇÃO PRECOCE NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	246
PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS DO INTERNET ADDICTION TEST VERSÃO BRASILEIRA ATUALIZADA - IAT-BR-R PARA UM GRUPO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA.....	261
PARENTALIDADE E CONJUGALIDADE NAS RELAÇÕES FAMILIARES NA FASE DE AQUISIÇÃO.....	278
POR TRÁS DAS TELAS: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	295

PROCESSO CRIATIVO E AFETIVIDADE NA PSICOTERAPIA ANALÍTICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE NISE DA SILVEIRA	312
PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	329
REFLEXÕES SOBRE AS VIVÊNCIAS NO PRÉ-NATAL E AS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO PARTO EM PRIMIGESTAS.....	344
UNIVERSITÁRIOS E SAÚDE MENTAL: REFLEXÕES E AÇÕES PARA PREVENIR O SUICÍDIO.....	373
 PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL	 395
ANÁLISE DAS DEMANDAS DE QUEIXA ESCOLAR NA CLÍNICA-ESCOLA NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA CLÍNICA.....	396
O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS EM PORTUGAL.....	418
 PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E GESTÃO.....	 449
A RELEVÂNCIA DO ACOLHIMENTO E DA INTEGRAÇÃO NA CULTURA ORGANIZACIONAL.....	450
COMPROMETIMENTO E ENGAJAMENTO: PILARES ESSENCIAIS PARA O SUCESSO ORGANIZACIONAL	457
GESTÃO DE PESSOAS NA SEGURANÇA PÚBLICA: COMPETÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE MENTAL COMO ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NA POLÍCIA CIVIL	471
GESTÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS E VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR: UMA LEITURA CRÍTICA DA NR-1	488
HABILIDADES SOCIAIS: UMA AVALIAÇÃO EM EGRESSOS PARA O MERCADO DE TRABALHO.....	501
IMPACTO DA IDENTIFICAÇÃO NAS PESQUISAS DE CLIMA ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE RESPOSTAS ANÔNIMAS E IDENTIFICADAS	522
PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL E DIAGNÓSTICO PSICOSSOCIAL NO CONTEXTO EMPRESARIAL: AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS SOCIAIS E DOS RISCOS PSICOSSOCIAIS SEGUNDO A NR-1 EM UMA EMPRESA PRIVADA DO SETOR AUTOMOTIVO	541
RESILIÊNCIA DE MULHERES LÍDERES: ESTUDO DE CASO.....	560
SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR NO TRABALHO: AVALIAÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE CAMPOS DO JORDÃO.....	580
 PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA.....	 600
A ARQUITETURA COMO LINGUAGEM SIMBÓLICA DO INCONSCIENTE: A RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURAS DE CONCRETO E ESTRUTURAS PSÍQUICAS	601

A PLURALIDADE DA CONSTRUÇÃO DAS MULHERIDADES BRASILEIRAS A PARTIR DA PSICOLOGIA DECOLONIAL	633
CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SUBJETIVIDADES: GÊNERO E PRODUÇÃO DE IDENTIDADES NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	655
PSICOLOGIA SOCIAL CAIPIRA: UMA EPISTEMOLOGIA COMUNITÁRIA DE RESISTÊNCIA	667
ORGANIZADORES.....	683
AUTORES	684

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o primeiro volume da série **Psicologia: Novos Caminhos**, fruto da dedicação e do compromisso científico dos professores e pesquisadores do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté (UNITAU), em diálogo com colaboradores de outras instituições nacionais e internacionais.

Este livro reúne pesquisas, experiências e reflexões que expressam a vitalidade acadêmica e o compromisso social do curso de Psicologia da UNITAU. Os capítulos são resultado de trabalhos de conclusão de curso, projetos de iniciação científica, estudos de mestrado e intervenções realizadas em estágios supervisionados. Cada texto traduz a busca constante por compreender e intervir de maneira ética, crítica e criativa nos múltiplos contextos em que a Psicologia se faz presente.

O título “Psicologia: Novos Caminhos” reflete com precisão o espírito desta coletânea: abrir trilhas, propor olhares inovadores e apontar horizontes de atuação e pesquisa que ampliam as possibilidades do fazer psicológico contemporâneo. O leitor encontrará, nas quatro seções que compõem a obra, uma amostra representativa da diversidade de temas e abordagens que caracterizam a Psicologia enquanto ciência e profissão.

A primeira seção, **Psicologia Clínica e da Saúde**, reúne capítulos que exploram temas fundamentais à compreensão do sofrimento psíquico e do cuidado em saúde mental, abordando desde o impacto da fé e da criatividade nos processos terapêuticos até o papel da psicoterapia, da parentalidade e das práticas clínicas contemporâneas.

Nesta seção, destacam-se investigações sobre qualidade de vida, transtornos mentais, psicopatologia, espiritualidade, arte, subjetividade e promoção da saúde mental no contexto universitário. Os trabalhos evidenciam a amplitude de atuação do psicólogo clínico e de saúde, bem como a sólida formação teórico-prática promovida pela Universidade de Taubaté.

Os capítulos da segunda seção, referentes à **Psicologia Escolar e Educacional**, abordam desafios atuais do contexto da educação, como as demandas de queixa escolar e os processos de adaptação acadêmica. Destacamos o capítulo “O Processo de Adaptação de Estudantes Universitários Brasileiros em Portugal”, fruto de uma parceria internacional entre docentes da Universidade de Taubaté e o Professor António José

Miguel Cameira, da Universidade do Porto (Portugal). Este estudo ilustra com sensibilidade e rigor científico as vivências de estudantes brasileiros em contexto de mobilidade internacional, apontando caminhos para o acolhimento e o suporte psicológico em instituições de ensino superior.

A seção terceira, voltada à **Psicologia Organizacional e do Trabalho**, reúne pesquisas que tratam do bem-estar, da saúde mental e das relações humanas no ambiente de trabalho. São apresentados estudos sobre cultura organizacional, engajamento, resiliência feminina, riscos psicossociais, liderança e políticas de valorização do trabalhador.

Os capítulos demonstram a relevância do olhar psicológico na promoção de ambientes laborais mais saudáveis, éticos e produtivos, reafirmando o compromisso da Psicologia com a dignidade humana no contexto organizacional.

Encerrando a obra, a seção quatro é dedicada à **Psicologia Social e Comunitária**, e propõe reflexões potentes sobre identidade, cultura, gênero, subjetividade e resistência. Os autores discutem temas como epistemologias decoloniais, produção de identidades e psicologia comunitária, ampliando o debate sobre as práticas psicológicas voltadas às transformações sociais e culturais. Destaque para o caráter crítico e engajado das análises, que revelam uma Psicologia comprometida com a diversidade, a inclusão e a construção de uma sociedade mais justa.

A leitura de “Psicologia: Novos Caminhos” convida o leitor a percorrer as diversas trilhas que compõem o campo da Psicologia contemporânea. Cada capítulo constitui uma oportunidade de reflexão e ampliação do conhecimento, evidenciando a consistência teórica, a diversidade temática e a relevância científica das produções aqui reunidas.

Que esta obra inspire novas pesquisas, novos olhares e novos caminhos para pensar e praticar a Psicologia em suas mais diversas dimensões!

Adriana Leonidas de Oliveira

Paulo Francisco de Castro

PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE

A FELICIDADE E A QUALIDADE DE VIDA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Mariana Rodrigues Fantinato

Adriana Leonidas de Oliveira

Marilsa de Sá Rodrigues

INTRODUÇÃO

A felicidade e a qualidade de vida têm se consolidado como temáticas centrais nos debates contemporâneos que envolvem saúde, bem-estar, desenvolvimento humano e políticas públicas. Embora esses conceitos sejam complexos e multifacetados, estudos têm demonstrado que ambos são fundamentais para avaliar o desenvolvimento de uma nação, indo além de indicadores econômicos tradicionais como o Produto Interno Bruto (PIB). Como afirmam Helliwell *et al.* (2024) no Relatório Mundial da Felicidade, fatores como confiança social, liberdade de escolha, apoio entre pares e ausência de corrupção estão fortemente correlacionados com a percepção de felicidade, apontando para dimensões subjetivas e relacionais do bem-estar.

Na perspectiva filosófica, desde a Antiguidade pensadores como Epicuro já defendiam que a felicidade está na busca por uma vida simples, marcada pela ausência de dor e perturbação da alma (Epicuro, 2004). Já no campo da Psicologia Positiva, Martin Seligman (2019) propõe que a felicidade autêntica envolve o cultivo de forças pessoais e a vivência de uma vida com propósito, engajamento e prazer. Figueiredo (2024) amplia essa discussão ao evidenciar a forma como a cultura brasileira ressignifica o sofrimento e integra alegria e dor em uma mesma vivência emocional, contribuindo com uma visão singular da felicidade como resistência simbólica e afetiva.

É nesse entrelaçamento entre Filosofia, Psicologia, cultura e políticas públicas que se insere o presente estudo. Ao buscar compreender como os conceitos de felicidade e qualidade de vida estão sendo abordados na produção científica brasileira recente, visamos contribuir para a consolidação desses temas como elementos estratégicos na formulação de políticas de bem-estar social e promoção da saúde.

Diante do exposto, questiona-se: qual é o panorama atual da produção científica brasileira sobre a felicidade e da qualidade de vida? Essa inquietação

fundamenta a escolha do tema “A felicidade e a qualidade de vida na produção científica brasileira: uma análise bibliométrica.”

O objetivo geral do estudo foi localizar e identificar características da produção acadêmica que aborda a felicidade em articulação com a qualidade de vida, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e intervenções.

Como objetivos específicos, buscou-se identificar os tipos de publicações disponíveis, a evolução temporal das produções, os principais periódicos e editoras, as áreas do conhecimento que mais abordam o tema, bem como as palavras-chave mais recorrentes. Também foi observada a distribuição geográfica das produções no Brasil e o interesse institucional pelas temáticas.

A próxima seção apresenta o referencial teórico que fundamenta o estudo, seguido pelos resultados e análise dos dados levantados.

Felicidade

A felicidade é um tema que atravessa a história da humanidade, permanecendo central nas reflexões filosóficas, nas investigações científicas e nas construções culturais. Longe de ser um conceito universal e estático, ela assume diferentes formas e significados conforme os contextos sociais, históricos e subjetivos.

Uma das primeiras abordagens sistemáticas sobre o tema remonta à filosofia antiga, especialmente à obra de Epicuro (341–270 a.C.), que definiu a felicidade como a busca pelo prazer — não em seu sentido hedonista vulgar, mas como ausência de dor física (aponia) e de perturbação da alma (ataraxia). Para Epicuro, “quando dizemos que o prazer é o fim, não nos referimos aos prazeres dos libertinos, mas à ausência de sofrimento no corpo e à perturbação da alma” (Epicuro, 2004, p. 28). Sua proposta remete à construção de uma vida simples, sustentada por amizades verdadeiras, reflexão constante e moderação nos desejos.

Com o avanço das ciências psicológicas, novas abordagens sobre a felicidade emergiram, especialmente com o desenvolvimento da Psicologia Positiva. Martin Seligman, um dos principais expoentes dessa corrente, propõe uma compreensão mais abrangente da felicidade, centrada não apenas na busca de prazer, mas na vivência de significado e engajamento. Seligman apresenta três caminhos possíveis para alcançar uma vida plena: a vida prazerosa, a vida engajada e a vida significativa. Ele argumenta que “as pessoas mais felizes são aquelas que descobriram e cultivaram suas forças pessoais e virtudes — como gentileza, perseverança e integridade — e as usaram para

algo maior do que elas mesmas” (Seligman, 2019, p. 262). Nessa perspectiva, a felicidade é um estado de realização duradoura, fundamentado no desenvolvimento pessoal e na conexão com propósitos maiores.

Além da filosofia e da ciência, a cultura também desempenha um papel crucial na construção do conceito de felicidade. No Brasil, essa relação foi explorada por Figueiredo (2024), que revela como o povo brasileiro articula alegria e dor de maneira única, demonstrando que a felicidade, nesse contexto, não nega o sofrimento, mas o incorpora e o transforma. Conforme o autor, “a felicidade no Brasil não se constrói pela negação do sofrimento, mas pela capacidade de resignificá-lo e conviver com ele, transformando a dor em expressão de vida” (Figueiredo, 2024, p. 39).

Essa visão valoriza a dimensão simbólica e afetiva da felicidade, ancorada em práticas coletivas, no humor cotidiano e na resiliência cultural. Nesse sentido, o sofrimento não aparece como antônimo da felicidade, mas como parte de sua organização, desafiando visões binárias que opõem prazer e dor.

Complementando essas abordagens filosóficas, psicológicas e culturais, o Relatório Mundial da Felicidade 2025 — publicação anual realizada pelo Happiness Research Institute da Universidade de Oxford, em parceria com a Gallup e a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU — oferece uma perspectiva global e empírica sobre a felicidade. Baseado em dados coletados desde 2012, o relatório avalia a felicidade percebida pelas populações a partir de indicadores subjetivos e objetivos, como bem-estar emocional, apoio social, liberdade para fazer escolhas, generosidade, expectativa de vida saudável, percepção de corrupção e economia (Produto Interno Bruto).

A edição de 2025 do Relatório Mundial da Felicidade destaca que ela se encontra fortemente associada a fatores sociais e institucionais, como confiança na sociedade, coesão comunitária e estabilidade política. Um dos achados mais significativos é a importância das relações sociais para a felicidade e a saúde a longo prazo.

O relatório revelou na última edição que compartilhar refeições com outras pessoas está fortemente ligado ao bem-estar em todas as regiões globais. Além disso, demonstrou também que o número de pessoas vivendo um domicílio está intimamente ligado à felicidade: quatro a cinco pessoas vivendo juntas desfrutam de níveis mais altos de felicidade no México e na Europa (Happiness Research Institute, 2025). Esses dados evidenciam que a felicidade não se limita à dimensão individual, mas é também profundamente influenciada pelo ambiente sociopolítico.

A análise integrada desses diferentes paradigmas — filosófico, psicológico, cultural e social — revela a pluralidade e a complexidade do conceito de felicidade. Compreende-se então a felicidade como uma experiência multifacetada, enraizada em afetos, valores e realidades contextuais. Esse olhar abrangente é essencial para formular políticas públicas, práticas de cuidado e projetos de vida mais justos e significativos.

Qualidade de Vida

A felicidade e a qualidade de vida são conceitos frequentemente entrelaçados na literatura científica e nas políticas públicas voltadas ao bem-estar humano. Embora apresentem diferenças conceituais, ambas tratam da experiência subjetiva e objetiva de viver bem.

A felicidade costuma ser associada a estados emocionais positivos e à satisfação geral com a vida, enquanto a qualidade de vida incorpora uma avaliação mais ampla, que inclui aspectos físicos, psicológicos, sociais, econômicos e ambientais. Assim, compreender a qualidade de vida contribui para aprofundar a análise da felicidade, oferecendo uma visão multidimensional sobre os fatores que sustentam uma existência plena e satisfatória.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define qualidade de vida como a “percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL Group, 1995). Essa definição destaca que a qualidade de vida não é determinada apenas por indicadores objetivos, como renda ou saúde física, mas também por fatores subjetivos, como o sentido que cada pessoa atribui à própria existência.

Segundo a OMS, os principais domínios que compõem a qualidade de vida são: saúde física, estado psicológico, nível de independência, relações sociais, ambiente e espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais. Cada um desses domínios é interdependente e influencia diretamente a forma como o indivíduo avalia sua vida. Por exemplo, uma pessoa pode apresentar boa saúde física, mas sentir-se isolada socialmente, o que compromete sua percepção global de qualidade de vida.

Essa abordagem integral permite que políticas públicas, práticas de saúde e intervenções sociais sejam mais sensíveis à complexidade da experiência humana. Avaliar a qualidade de vida requer, portanto, mensuração de dados quantitativos e escuta atenta das narrativas individuais e culturais. Além disso, a noção de qualidade de vida

proposta pela OMS é dinâmica, podendo variar ao longo do tempo, conforme as mudanças nas circunstâncias e nas prioridades pessoais e coletivas.

Ao integrar os conceitos de felicidade e qualidade de vida, amplia-se a compreensão sobre o bem-estar humano, considerando tanto as dimensões emocionais e afetivas quanto as condições materiais e relacionais que sustentam a vida. Em sociedades marcadas por desigualdades e transformações rápidas, essa articulação se torna essencial para a construção de ambientes mais saudáveis, equitativos e promotores de sentido existencial.

Diante da complexidade e profundidade que envolvem os conceitos de felicidade e qualidade de vida, torna-se fundamental compreender como essas temáticas vêm sendo tratadas no campo científico. Investigar o que está sendo produzido, em que áreas do conhecimento essas discussões se concentram, que abordagens teóricas predominam e como os diferentes contextos influenciam essas construções permite mapear o estado atual das pesquisas, assim como identificar lacunas, tendências e possibilidades de diálogo interdisciplinar.

A análise das publicações existentes é uma ferramenta valiosa para orientar ações em saúde, educação, políticas públicas e desenvolvimento social. Com base nessas considerações, este capítulo apresenta os resultados e a análise da pesquisa bibliométrica, oferecendo um panorama sobre a produção acadêmica recente relacionada à felicidade e à qualidade de vida.

MÉTODO

A metodologia adotada neste estudo é de natureza aplicada, com abordagem quantitativa, caracterizando-se como descritiva, documental e bibliográfica, com base em uma análise bibliométrica. A bibliometria é um método quantitativo e estatístico utilizado para medir a produção e a disseminação do conhecimento científico (Araújo, 2006).

A busca foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, em abril de 2025. Foram utilizados os termos “Felicidade” e, posteriormente, “Felicidade AND ‘Qualidade de Vida’”, sem delimitação temporal, com o intuito de obter um panorama amplo da produção existente e analisar a associação entre os termos felicidade e qualidade de vida.

Foram encontrados 142 artigos e 1 editorial, os quais foram organizados e analisados segundo critérios de área temática, editoras, instituições, Estados brasileiros e palavras-chave.

A categorização das publicações permitiu identificar as áreas do conhecimento mais engajadas com o tema, bem como refletir sobre a evolução e os caminhos possíveis para o avanço das pesquisas sobre felicidade e qualidade de vida no país.

RESULTADOS

Foram efetuadas inicialmente duas pesquisas no Portal de Periódicos da CAPES em abril de 2025, utilizando os seguintes descritores: *Felicidade* e, posteriormente, *Felicidade AND “Qualidade de Vida”*. Não foi estabelecido um recorte temporal, com o objetivo de identificar o total geral de publicações disponíveis sobre os temas.

Inicialmente, observou-se a proporção de publicações que associam os termos “felicidade” e “qualidade de vida”, que correspondeu a 5,6% do total, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Informações gerais da pesquisa bibliométrica

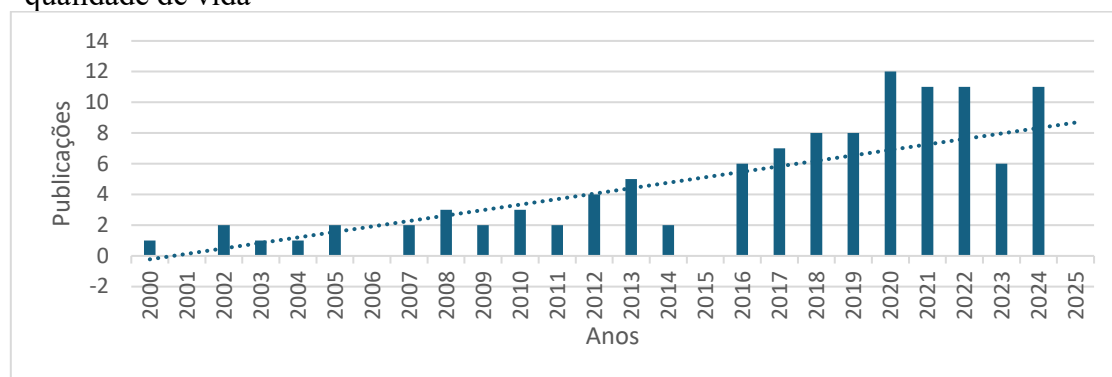
Termo	Felicidade	Felicidade AND “qualidade de vida”
Número total de publicações encontradas no Portal de Periódicos CAPES	2.538	143
Periódicos revisados por pares	1.308	66

Fonte: elaborado pelas autoras

Verificou-se que as primeiras publicações com o termo *felicidade* datam de 1958, enquanto aquelas que relacionam *felicidade* com *qualidade de vida* surgiram apenas a partir do ano 2000.

Apesar da menor proporção de publicações que combinam ambos os termos (felicidade AND “qualidade de vida” – foco dessa pesquisa), identificou-se um crescimento significativo da produção acadêmica sobre essa associação, especialmente a partir de 2016 (Gráfico 1).

Gráfico 1. Número de publicações por período de tempo com os termos Felicidade AND “qualidade de vida”



Fonte: elaborado pelas autoras

O crescimento do número de publicações sobre felicidade e qualidade de vida, especialmente a partir do ano 2000, revela o espaço crescente que esses temas vêm conquistando no campo acadêmico. Essa expansão reflete uma demanda prática e teórica, fortemente impulsionada pelas constantes crises contemporâneas — econômicas, políticas, ambientais e existenciais — que colocam em evidência a necessidade de se repensar o papel do bem-estar individual e coletivo na formulação de políticas públicas.

Nesse contexto, as profundas transformações sociais e econômicas das últimas décadas têm exigido novos referenciais teóricos e abordagens práticas a fim de acompanhar a complexidade do mundo contemporâneo. A valorização do bem-estar, tanto em sua dimensão objetiva quanto subjetiva, surge como elemento central em uma perspectiva mais sistêmica de desenvolvimento social. Assim, estudar cientificamente os conceitos de felicidade e qualidade de vida contribui para a compreensão das experiências humanas e para subsidiar a formulação de políticas públicas mais sensíveis às múltiplas dimensões do viver.

O Quadro 2 apresenta a distribuição das publicações por áreas temáticas, destacando os campos de maior incidência nos estudos analisados.

Quadro 2. Frequência de publicações por área temática

Área Temática	Total
Psicologia e Bem-estar	35
Saúde	17
Trabalho e Educação	17
Envelhecimento e Ciclo Vital	8
Sustentabilidade e Urbanismo	7
Sociedade e Cultura	7

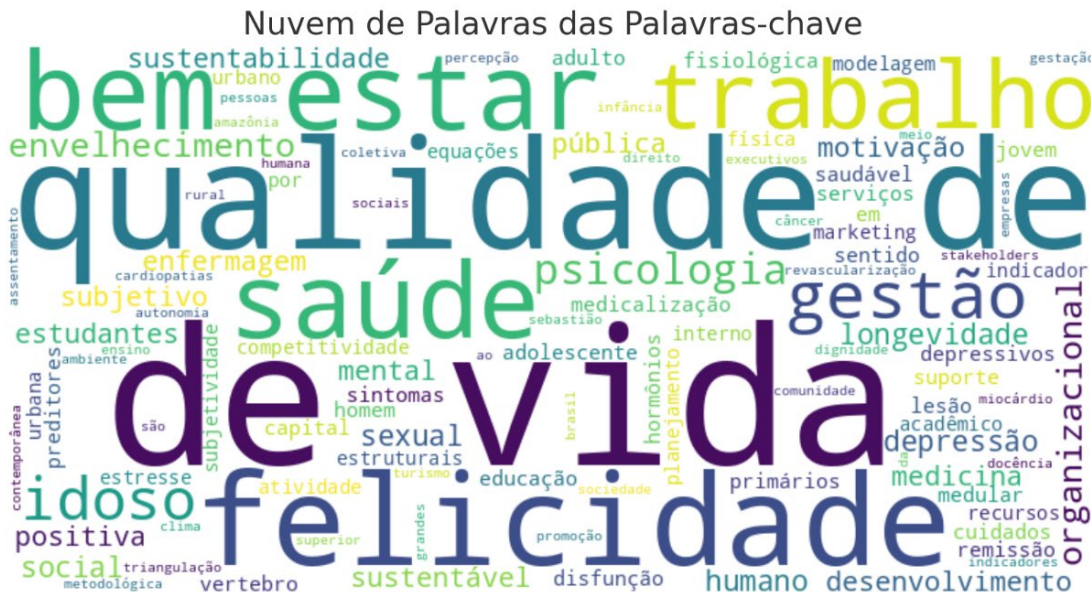
Fonte: elaborado pelas autoras

A área de Psicologia e Bem-estar concentrou o maior número de publicações, o que indica a predominância das abordagens subjetivas no tratamento da felicidade. Os estudos destacam aspectos como emoções, autoestima, realização pessoal e satisfação com a vida. Em segundo lugar, as áreas de Saúde e Trabalho e Educação, com 17 publicações cada, demonstram a relevância da temática em contextos ligados à saúde física e mental, bem como ao ambiente laboral e educacional, reforçando o caráter interdisciplinar da produção.

As temáticas relacionadas ao Envelhecimento e Ciclo Vital, Sustentabilidade e Urbanismo e Sociedade e Cultura evidenciam a ampliação do debate sobre felicidade para além do indivíduo, incorporando aspectos geracionais, espaciais, sociais e culturais. Tais áreas indicam um esforço por compreender o bem-estar em sua relação com o ambiente, o tempo de vida e os valores sociais.

A Figura 1 apresenta a nuvem de palavras-chave extraídas dos artigos analisados, permitindo observar as associações conceituais mais recorrentes nas publicações sobre felicidade.

Figura 1. Nuvem de palavras-chave extraídas dos artigos sobre felicidade



Fonte: elaborada pelas autoras

Na imagem, observa-se predominância dos termos qualidade de vida, bem-estar, trabalho, saúde, gestão, psicologia, entre outros. A centralidade de expressões como vida, felicidade e bem-estar confirma a interconexão temática entre esses conceitos, que aparecem repetidamente como descritores e focos de análise nas produções acadêmicas. A relevância de termos como idoso, saúde mental, trabalho, sustentabilidade e psicologia também reflete a multidimensionalidade do campo de investigação, que articula fatores individuais, sociais e ambientais.

O Quadro 3 e o Gráfico 2 apresentam as instituições e editoras que mais contribuíram para as publicações analisadas.

Quadro 3. Editoras/instituições responsáveis pelas publicações

EDITORA	PUBLICAÇÕES
Universidade De Vassouras	9
Brazilian Journal of Development	7
Grupo de Pesquisa Metodologias em Ensino e Aprendizagem em Ciências	4
Arche Scientific and Editorial Consultancy	3
Universidade do Contestado	3

Continua

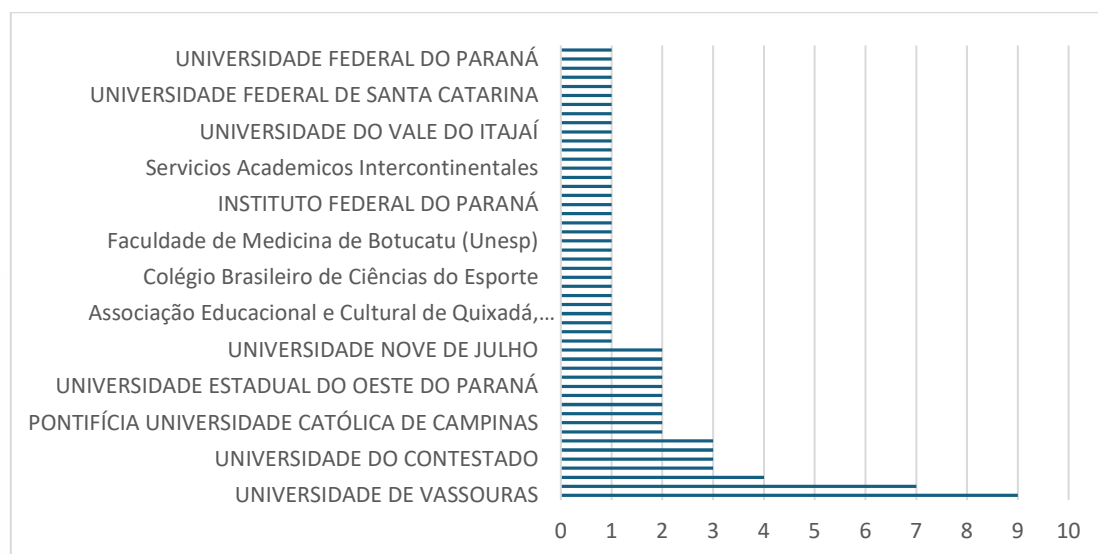
Universidade Estadual de Campinas	3
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	3
Instituto Superior Miguel Torga	2
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	2
Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde	2
Universidade de Fortaleza	2
Universidade do Oeste de Santa Catarina	2
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí	2
Universidade Federal de Minas Gerais	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
Universidade Nove de Julho	2
Asociación Canaria de Psicología del Deporte	1
Associação Amigos da Grande Idade "Inovação e Desenvolvimento"	1
Associação Brasileira de Saúde Coletiva	1
Associação Educacional e Cultural de Quixadá, Faculdade Católica Rainha do Sertão	1
Associação Brasileira de Educação Médica	1
Centro Brasileiro de Estudos de Saúde	1
Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura	1
Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte	1
Editora Rede Unida	1
Editora Universitária Champagnat	1
Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz	1
Faculdade de Medicina de Botucatu (Unesp)	1
Faculdade Novo Milênio	1
Fundação Getúlio Vargas	1
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa	1
Instituto Federal do Paraná	1
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	1

Continua

National Council for Research and Postgraduate Studies in Law	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração	1
Servicios Académicos Intercontinentales	1
Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte	1
Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul	1
Universidade Cesumar	1
Universidade do Vale do Itajaí	1
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	1
Universidade Federal da Paraíba	1
Universidade Federal de Goiás	1
Universidade Federal de Santa Catarina	1
Universidade Federal de São Paulo	1
Universidade Federal de Uberlândia	1
Universidade Federal do Maranhão	1
Universidade Federal do Paraná	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1

Fonte: elaborado pelas autoras

Gráfico 2. Principais editoras/instituições responsáveis pelas publicações

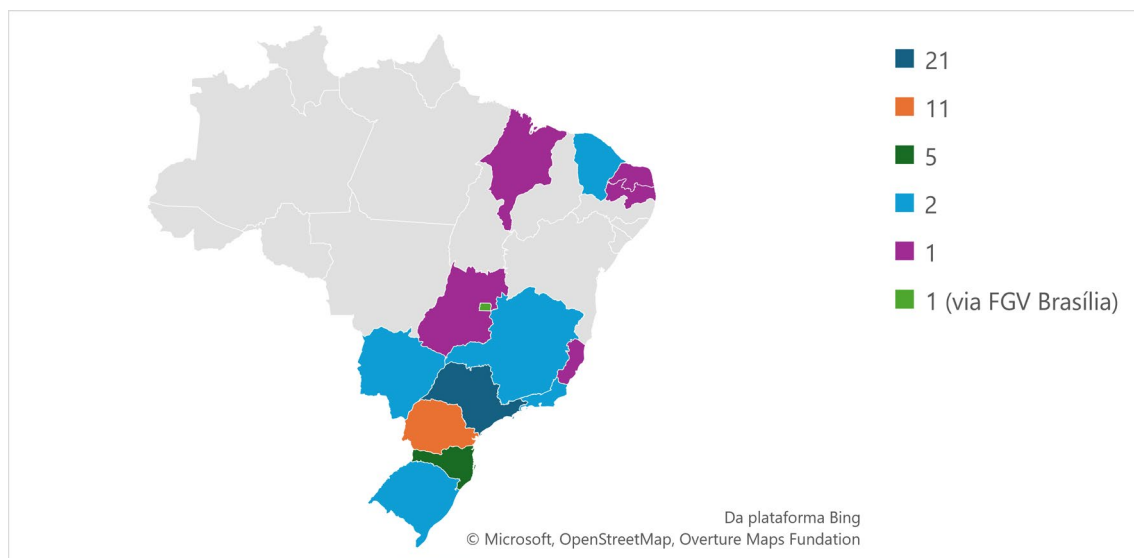


Fonte: elaborado pelas autoras

Foram identificadas também seis editoras/instituições estrangeiras, em especial de Portugal e Espanha, o que reforça a internacionalização da discussão e o intercâmbio lusófono e ibero-americano nos campos da Saúde, bem-estar e Psicologia.

A Figura 2 mostra o número de publicações por Estado brasileiro, com destaque para as Regiões Sudeste e Sul do país.

Figura 2. Publicações por Estado



Fonte: elaborado pelas autoras

A quantidade de publicações por Estado está demonstrada no Quadro 4.

Quadro 4. Quantidade de Publicações por Estado

Estado	Total de Publicações
São Paulo (SP)	21
Paraná (PR)	11
Santa Catarina (SC)	5
Minas Gerais (MG)	2
Mato Grosso do Sul (MS)	2
Rio de Janeiro (RJ)	2
Ceará (CE)	2
Paraíba (PB)	1

Continua

Goiás (GO)	1
Rio Grande do Sul (RS)	2
Maranhão (MA)	1
Rio Grande do Norte (RN)	1
Distrito Federal (DF)	1 (<i>via FGV Brasília</i>)
Espírito Santo (ES)	1

Fonte: elaborado pelas autoras

A análise da distribuição institucional por Estado revela que São Paulo concentra o maior número de publicações sobre felicidade e qualidade de vida, totalizando 21 registros. Esse resultado pode ser atribuído à forte presença de instituições de Ensino Superior e centros de pesquisa no Estado, como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Nove de Julho.

Em seguida, destacam-se os Estados do Paraná (11 publicações) e de Santa Catarina (5 publicações), sugerindo um polo de produção relevante na Região Sul do país. O Paraná aparece com publicações de diversas instituições, como a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

A presença de Estados do Nordeste e Centro-Oeste, ainda que com menor frequência, aponta para uma expansão geográfica do interesse acadêmico no tema da felicidade. A diversidade institucional, que inclui desde universidades federais a centros de pesquisa e publicações independentes, reforça o caráter multidisciplinar e interinstitucional da produção científica nessa área. Esse padrão de distribuição pode ser indicativo tanto das desigualdades regionais em infraestrutura científica quanto do potencial de crescimento de polos emergentes de pesquisa fora dos grandes centros tradicionais.

Foram identificadas ao menos 6 editoras/instituições estrangeiras com participação nas publicações analisadas, a maioria localizada em Portugal e Espanha, reforçando o intercâmbio lusófono e ibero-americano no campo da Saúde, Psicologia e bem-estar. A presença de publicações internacionais demonstra interesse global no tema e amplia a legitimidade da discussão sobre felicidade e qualidade de vida no contexto acadêmico.

A busca bibliométrica identificou ainda um total de 143 publicações, sendo 142 artigos científicos e 1 editorial. Conforme demonstrado no Quadro 5, as publicações analisadas foram categorizadas de acordo com as áreas do conhecimento definidas pela CAPES, permitindo identificar as áreas que mais contribuem com estudos sobre felicidade e qualidade de vida.

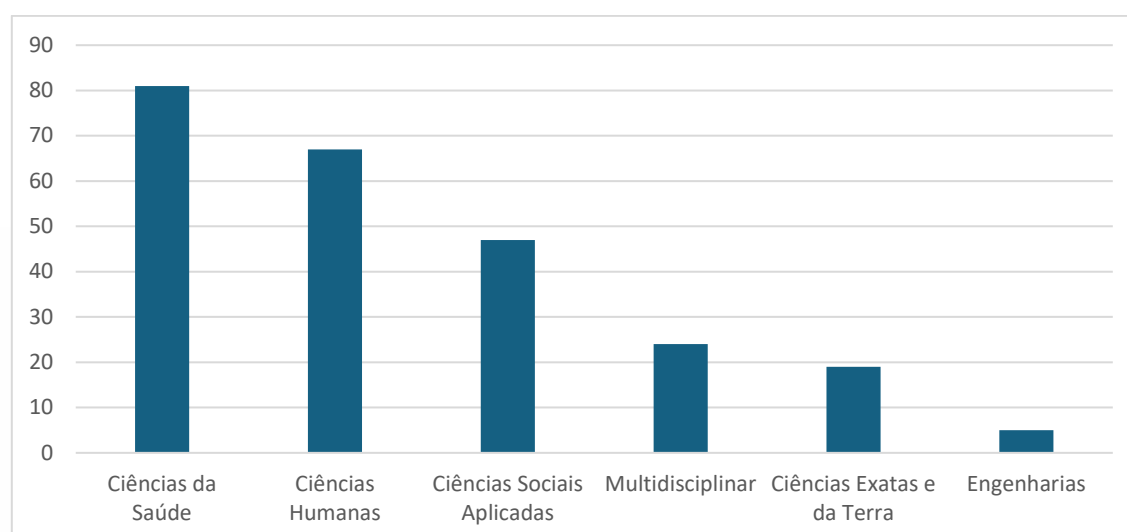
Quadro 5. Publicações por área do conhecimento (CAPES)

Área de Conhecimento	Publicações
Ciências da Saúde	81
Ciências Humanas	67
Ciências Sociais Aplicadas	47
Multidisciplinar	24
Ciências Exatas e da Terra	19
Engenharias	5

Fonte: elaborado pelas autoras

O maior número de publicações foi registrado na área de Ciências da Saúde, com 81 trabalhos, seguida por Ciências Humanas (67) e Ciências Sociais Aplicadas (47). Essas três áreas concentram quase 80% da produção total analisada, evidenciando a centralidade desses campos na discussão sobre o bem-estar e a subjetividade humana.

Gráfico 3. Publicações por área do conhecimento (CAPES)



Fonte: elaborado pelas autoras

O predomínio da área da saúde evidencia o forte vínculo entre felicidade, qualidade de vida e indicadores físicos e mentais de bem-estar. Tais estudos frequentemente abordam temas como saúde pública, saúde mental e envelhecimento saudável, entre outros.

A relevância das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas reforça o caráter subjetivo, contextual e relacional da felicidade, abordando-a a partir de dimensões como cultura, educação, trabalho, política e desenvolvimento social. O número expressivo de estudos multidisciplinares (24) destaca a natureza transversal do tema, exigindo abordagens integradas entre diferentes campos do saber.

Por fim, a presença mais modesta de áreas como Ciências Exatas e Engenharias, embora minoritária, sinaliza um potencial de crescimento, principalmente quando se pensa em qualidade de vida associada a ambientes urbanos, tecnologias assistivas, indicadores estatísticos e inovações sustentáveis.

DISCUSSÃO

Evidenciou-se, por meio da análise bibliométrica, um aumento significativo nas publicações sobre felicidade e qualidade de vida a partir dos anos 2000, com destaque para o período pós-2016. Esse crescimento pode estar relacionado a transformações sociopolíticas e econômicas globais, tais como crises financeiras, instabilidade política, aumento da desigualdade social e, mais recentemente, à pandemia de COVID-19. Essas circunstâncias acentuaram a busca por alternativas de bem-estar que transcendam os indicadores econômicos tradicionais, impulsionando o interesse por dimensões subjetivas da qualidade de vida (Helliwell *et al.*, 2020; Sen, 1999).

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2006) já apontava, desde os anos 2000, a importância de considerar fatores psicossociais no conceito ampliado de saúde. Além disso, autores como Seligman (2019) argumentam que o bem-estar subjetivo se tornou um tema central em políticas públicas e pesquisas científicas por sua capacidade de captar dimensões fundamentais da experiência humana que impactam diretamente a saúde mental, a coesão social e a produtividade.

A análise da produção científica sobre felicidade e qualidade de vida revela um diálogo produtivo entre as áreas da saúde, ciências humanas e ciências sociais aplicadas, evidenciando a natureza multidimensional do tema. Essa interlocução é coerente com o conceito de bem-estar biopsicossocial, que compreende o ser humano como resultado

da interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais. Enquanto a área da Saúde contribuiu com estudos sobre saúde física, mental e qualidade de vida em diferentes contextos, as Ciências Humanas aprofundaram aspectos subjetivos, como valores, emoções, significados e cultura. Já as Ciências Sociais Aplicadas utilizaram ferramentas analíticas para compreender os impactos das estruturas sociais, das políticas públicas e das condições econômicas no bem-estar da população.

A análise bibliométrica revelou um predomínio da área da Psicologia na produção científica nacional sobre felicidade, fato consoante com a trajetória histórica da Psicologia como ciência preocupada com o bem-estar subjetivo, a saúde mental e os fatores que contribuem para uma vida satisfatória. A ascensão da Psicologia Positiva, especialmente a partir dos anos 2000, com autores como Martin Seligman e Mihaly Csikszentmihalyi, teve papel central nesse avanço. Seligman (2002) propõe que a felicidade está ancorada em três pilares: prazer, engajamento e significado – elementos que passaram a nortear inúmeras investigações empíricas, e Csikszentmihalyi (2020) formula o conceito de "experiência de fluxo", no qual enfatiza a autorrealização como uma vivência associada ao bem-estar psicológico.

No Brasil, esses referenciais foram incorporados e adaptados ao contexto local, sobretudo em pesquisas sobre satisfação com a vida, autoestima, propósito existencial e desenvolvimento pessoal, frequentemente investigados por meio de metodologias quantitativas em populações diversas (Albuquerque; Tróccoli, 2004). O protagonismo da Psicologia também se deve ao seu caráter interdisciplinar, dialogando com áreas como Educação, Saúde Coletiva e Administração, o que a posiciona como campo central no estudo do bem-estar.

Outro dado relevante identificado na análise bibliométrica diz respeito à concentração da produção acadêmica sobre felicidade nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil. Essa distribuição desigual se relaciona à concentração histórica de recursos científicos, universidades de pesquisa e agências de fomento nessas regiões (CAPES, 2022). Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul concentram programas de pós-graduação consolidados e grupos de pesquisa interdisciplinares, criando um ambiente propício à investigação contínua e de qualidade.

Destaca-se, por outro lado, o fortalecimento de redes de internacionalização, sobretudo com países de língua portuguesa e do espaço ibero-americano, como Portugal, Espanha e países da América Latina. Essa aproximação é estratégica, uma vez que compartilha, além de laços linguísticos e históricos, desafios comuns relacionados ao

desenvolvimento humano e à qualidade de vida em sociedades marcadas por desigualdades. Iniciativas de cooperação acadêmica, como publicações em periódicos multilíngues e participação conjunta em eventos internacionais contribuem para um diálogo mais plural sobre felicidade, permitindo a circulação de teorias e metodologias que reflitam realidades socioculturais distintas (Souza; Valle, 2017).

O aumento da produção científica nacional sobre felicidade pode ser interpretado ainda à luz de transformações sociais e políticas contemporâneas, que vêm exigindo uma reorientação do foco do desenvolvimento para além dos indicadores econômicos. A noção de bem-estar como direito humano fundamental e a valorização de indicadores subjetivos de qualidade de vida refletem um deslocamento importante nas agendas públicas e acadêmicas, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU (PNUD, 2021).

Nesse sentido, Albuquerque e Tróccoli (2004) enfatizam que o estudo da felicidade deve ser situado em um contexto mais amplo, que envolva políticas públicas inclusivas, justiça social e acesso equitativo a condições dignas de vida. A Psicologia Social e a Saúde Coletiva, por exemplo, têm integrado essa perspectiva crítica, explorando a relação entre felicidade e fatores como trabalho digno, saúde mental, vínculos comunitários e políticas de bem-estar (Minayo, 2013).

O crescimento da produção científica sobre felicidade também pode ser compreendido como resposta a uma demanda social crescente por sentidos de vida em um cenário de crise, marcado por precarização do trabalho, aumento da desigualdade e colapsos ambientais. A felicidade, nesse contexto, é investigada não apenas como estado emocional, mas como indicador de desenvolvimento humano sustentável, que integra o debate sobre direitos humanos, equidade e justiça intergeracional (Jacobi, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliométrica revelou uma produção científica crescente, diversa e interdisciplinar sobre os temas da felicidade e da qualidade de vida. A presença de múltiplas áreas do conhecimento e a distribuição geográfica relativamente ampla reforçam a relevância desses temas no cenário acadêmico atual. Além disso, o envolvimento de instituições internacionais demonstra que se trata de uma discussão global, que ultrapassa fronteiras nacionais.

Entender o que está sendo publicado sobre felicidade e qualidade de vida é fundamental para mapear tendências, lacunas e perspectivas no campo. Essa compreensão subsidia a construção de políticas públicas mais eficazes e humanizadas, além de inspirar novas investigações.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Anelise Salazar.; TRÓCCOLI, Bartholomeu Tôrres. Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 153–164, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/85JVntJ3f8WJMYnPVgZDMVz/>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- ARAÚJO, Carlos A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- CAPES (2022). Relatório de Avaliação Quadrienal. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **Flow: a Psicologia do alto desempenho e da felicidade**. São Paulo: Objetiva, 2020.
- EPICURO. **Carta sobre a felicidade**. Tradução de André Malta. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- FIGUEIREDO, Rubens. **Sofrendo feliz da vida: alegria e angústia de ser brasileiro**. São Paulo: MM, 2024.
- HAPINESS RESEARCH INSTITUTE. **World Happiness Report 2024**. New York: Sustainable Development Solutions Network, 2024. Disponível em: <https://worldhappiness.report>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- HAPPINESS RESEARCH CENTRE. **World Happiness Report 2025**. Oxford: University of Oxford, 2025. Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2025/>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189–206, mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

NEZ, Egeslaine; ARALDI, Franciane Maria; JIMÉNEZ, Diana Erika Cruz; PASINI, Juliana F. Serraglio. A produção do conhecimento sobre Internacionalização da Educação Superior na América Latina (2012-2022). **Educação e Políticas em Debate**, v. 13, n. 2, p. 1–15, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/70585>. Acesso em: 16 abr. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano**. 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SELIGMAN, Martin E. P. **Felicidade autêntica**: use a Psicologia Positiva para alcançar todo o seu potencial. Tradução de Cássia Zanon. São Paulo: Objetiva, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHOQOL**: Measuring Quality of Life. Geneva: WHO, 1997. Disponível em: <https://www.who.int/tools/whoqol>. Acesso em: 24 abr. 2025.

A TÉCNICA DO ARTESÃO E A VERDADE DO SER: O DESABRIGAR QUE ABRE PARA A CRIAÇÃO

Débora Inácia Ribeiro

Dina Rosemary Akerman Santos

INTRODUÇÃO: A ERA DA TÉCNICA E O ENCOBRIMENTO DO SER

Desde Heráclito (535 a.C.-475 a.C.) já se compreende o Ser¹ como “reunião originária” (*Logos*), em oposição ao “amontoamento de entulho” (*Sarma*) produzido na cotidianidade. Ao Ser convêm eminência e predomínio (Heidegger, 1999), enquanto o mundo cotidiano permanece sob o amontoamento de entulhos. No entanto, o Ser e o mundo cotidiano não são duas coisas separadas, estão entrelaçados. Submerso na cotidianidade, o Ser tem diante de si a tarefa de encontrar seu modo mais próprio de expressão, mesmo em meio ao amontoamento de entulhos.

Em todo tempo, e sobretudo em *nosso* tempo, o Ser está lançado em um excesso de referências que facilmente lhe encobrem o sentido originário. São referências que não construímos, mas assimilamos quase sempre de maneira irrefletida. Neste mundo em que tudo está previamente dado, tudo está à mão (*vorhanden*), manter contato com a originalidade do Ser constitui-se tarefa difícil. A verdade profunda de si-mesmo na cotidianidade sofre um processo de encobrimento. O dia a dia das tarefas e necessidades, dos apelos e pressões, das repetições e dos excessos torna-nos insensíveis para ouvir o único apelo que realmente importa, o apelo para cumprir o nosso ser mais próprio, e o resultado disso é um modo inautêntico de viver, no qual não existe abertura para a Verdade do Ser.

Heidegger (2012a) propõe que a vida social e cotidiana funciona predominantemente no sentido da obstrução à emergência da verdade do ser. Em acordo

¹ As traduções dos textos de Heidegger para o português apresentam a palavra “ser” grafada de maneiras diferentes. Em “Ser e tempo” (Heidegger, 2012a; 2012b), o autor utiliza a grafia simples em letra minúscula, “ser”. Em outros textos, como o abaixo citado – “Introdução à metafísica” (Heidegger, 1999), a grafia utilizada é “Ser”, com a letra inicial maiúscula. Ainda em outros textos, como “Meditação” (Heidegger, 2010) e “Contribuições à filosofia (Do acontecimento apropriador”, Heidegger, 2015), o autor utiliza no original em alemão a palavra “Seyn”, traduzida para o português como “seer”. Essa grafia, trazida da linguagem arcaica, tanto no alemão quanto no português, evoca a ideia de historicidade e originalidade do ser. Neste texto utilizamos preferencialmente a grafia “ser”, como em “Ser e tempo”. Contudo, nos parágrafos que desenvolvem ideias trazidas de outros textos de Heidegger, utilizamos a grafia de maneira coerente com a forma apresentada no texto citado e/ou comentado.

com o filósofo, Michelazzo considera que a perda do acesso ao pensamento do ser representa o maior perigo das sociedades modernas (Michelazzo, 2001):

Heidegger dirá que estamos à beira do abismo, não pelos perigos advindos das máquinas ou ogivas nucleares, da violência das grandes cidades ou mesmo da barbárie cultural, mas antes, e justamente, da possibilidade real de que o homem possa não ter mais acesso ao pensamento do ser que é aquele que traz o sentido das coisas para o homem. E fazer sentido significa compreender-se a si mesmo ao lidar com as coisas, ser tocado e afetado por elas, habitar na sua proximidade. Assim, um possível esquecimento definitivo do ser verdadeiramente constituiria para nós o perigo supremo, pois isso significaria o desaparecimento para sempre da essência do humano no homem (Michelazzo, 2001).

Na era da técnica, em que se estabelecem fins e para isso se empregam meios, a grande ameaça é que a técnica se sobreponha ao humano. Quando isso acontece, como tão bem assinalou Michelazzo (2001), as sociedades humanas se colocam “à beira do abismo”, ameaçadas pelas máquinas, que já não estão submetidas ao bem comum da humanidade, pelas ogivas nucleares, pela violência e pela barbárie cultural, mas, sobretudo, e como mola propulsora para que tudo isso aconteça, pela perda da reflexão sobre o humano. Sustentamos que seria *essa* reflexão – que se põe ao encalço da verdade do ser – o elemento capaz de lançar o humano para a realização de sua verdade mais originária, a saber, o cuidado do ser.

A TÉCNICA DO ARTESÃO E A PROXIMIDADE DO SER

Ortega y Gasset propõe que todo trabalho humano, desde o mais primitivo, é sempre realizado por meio de alguma técnica (Ortega y Gasset, 1964). Neste texto, daremos ênfase a uma modalidade que o autor denomina como “a técnica do artesão”, em que o trabalhador está junto à obra desde a concepção até a utilização ou venda. Retomando Heidegger (2007), a discussão que se propõe é: até que ponto o uso da técnica facilita ao homem a abertura de seu próprio ser? Ou seria a técnica mais um elemento da cotidianidade que se amontoa, como entulho, obstruindo a abertura do ser? De acordo com Michelazzo (2001), os artefatos produzidos pela técnica estão se avolumando a tal ponto que, na Modernidade, tem-se colocado em risco o pensamento mais originário do humano, que é o pensamento do ser.

Uma vez que o trabalho humano é *sempre* realizado por meio da técnica (Ortega y Gasset), e porque a técnica moderna tem ameaçado o pensamento do ser

(Heidegger, 2007; Michelazzo, 2001), a questão que se coloca é: como pode o homem viver e trabalhar sem perder o contato com o seu próprio ser?

Em “A questão da técnica” (Heidegger, 2007), o filósofo discute a subsistência de duas possibilidades de compreensão da palavra técnica: uma que se define pela maquinação e produção (Heidegger, 2010), e outra que é a essência da técnica, uma procura, um “modo de desabrigar” algo que ainda estava oculto. Diz o filósofo: “A técnica não é a mesma coisa que a essência da técnica. [...] a essência da técnica também não é de modo algum algo técnico” (Heidegger, 2010).

A técnica é a força que calcula e produz, ao passo que a essência da técnica revela o humano em seu mais radical desabrigo, em sua necessidade de desnudar a verdade das coisas enquanto delas se ocupa para forjar pequenos abrigos, ainda que provisórios e efêmeros.

Em Heidegger, a ocupação (*Besorgen*) é o modo próprio de ser do *Dasein*.² Uma vez que é ser-no-mundo ao modo da copertinência – não *está no* mundo, mas é *com* o mundo –, a cada instante o *Dasein* se ocupa das coisas e pessoas que lhe vêm ao encontro: olhando, tocando, trocando, manipulando, arranjando. O *Dasein* se relaciona com os entes no mundo compartilhado, afetando-os e sendo por eles afetado.

O termo “ocupar-se” em seu sentido vulgar (pré-científico) geralmente é entendido como executar, terminar, obter algo, “resolver o assunto” (Heidegger, 2012b). É entendido até mesmo como “recrear”, quando se está ocupado com um empreendimento de risco. Em Heidegger, a ocupação alcança um sentido mais amplo.

Em oposição a essas significações pré-científicas e ônticas, a expressão “ocupar-se de algo” é empregada na presente investigação como termo ontológico (existenciário), para a designação do ser de um possível ser-no-mundo (Heidegger, 2012b, p. 179).

A ocupação se funde com o ser mesmo do *Dasein*. É a própria realização existenciária de seu ser. Essa realização acontece no fluir da existência – nos trabalhos,

² Ao utilizar o termo *Dasein* Heidegger [...] evoca o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade. É na presença que o homem constrói o seu modo de ser, a sua existência, a sua história etc. (Heidegger, 2012b, p. 561). Conforme explica Heidegger, [...] a presença é um ente determinado em seu ser pela existência (Idem, p. 49); a presença é aquela que [...] sendo, está em jogo seu próprio ser (Idem, p. 48). Em algumas traduções das obras de Martin Heidegger para a língua portuguesa a palavra alemã *Dasein* é mantida. Em outras traduções são utilizados os termos “presença” e “ser-aí”. Neste texto optamos por manter a palavra original *Dasein*, utilizada na publicação bilingue de *Ser e tempo* (aqui indicada como Heidegger, 2012a). Nas citações e comentários da tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback (aqui indicada como Heidegger, 2012b), mantemos a palavra “presença”, em seguimento à opção da tradutora. “Ser-aí” é eventualmente aplicado neste texto, quando se comenta uma tradução que utiliza este termo.

nas conversas, nos silêncios, nos pensamentos. Eu me ocupo de tudo aquilo que convoca o meu olhar, a minha atenção. Eu *sou junto* com as coisas e pessoas com as quais me ocupo. O ser-no-mundo, a cada instante, relaciona-se, ocupa-se com os entes que lhe vêm ao encontro, que podem ter o caráter próprio dos entes, as coisas, e podem ter o caráter de outro ser-no-mundo, outro *Dasein*, as pessoas.

O ocupar-se ocorre precisamente no mundo, pois o mundo é o lugar onde habitam as coisas e as pessoas. Para Heidegger “[...] mundo é um caráter do *Dasein*, ele mesmo” (2012b, p. 201). A mundanidade é a qualidade do *Dasein* de ser-no-mundo, da seguinte maneira: o mundo não é mundo por si só, mas é mundo em relação ao *Dasein*, e o *Dasein* é em relação ao mundo. Esse caráter relacional confere ao *Dasein* uma qualidade plástica e fluida. “A mundanidade é ela mesma modificável nos respectivos todos estruturais cada vez próprios dos distintos ‘mundos’ particulares, mas contém em si o *a priori* da mundanidade em geral” (Heidegger, 2012b, p. 201). O ocupar-se acontece sempre em um mundo específico e particular, mas que guarda relação com o mundo compreendido como “mundo em geral”.

Enquanto produz seus artefatos, o artesão observa a transformação dos materiais operada por suas mãos. Ocorre ali, na ocupação do mundo-ambiente,³ a criação de significados. Estamos falando, a princípio, do significado obtido pela transformação dos materiais, mas, à medida que as mãos produzem o objeto, algo mais se opera, o *Dasein* realiza e transforma seu próprio ser. Gadamer (2014) apresenta uma expressão de Hegel que converge com a nossa proposição sobre a ocupação, a saber, a possibilidade de, na elaboração do trabalho, a pessoa alcançar a consciência de senso próprio.

Na consciência autônoma que o trabalho propicia à coisa, a consciência que trabalha se reencontra a si mesma como uma consciência autônoma. [...] Ao formar o objeto, portanto, enquanto ela é ativa de modo destituído do próprio e em busca de um sentido universal eleva-se a consciência que trabalha, acima do imediatismo de sua existência rumo à universalidade – ou como Hegel se expressa: ao formar a coisa, forma-se a si mesmo. O que ele quer dizer é o seguinte: enquanto o homem está adquirindo um poder (*Können*), uma habilidade, ganha ele, através disso, uma consciência de senso próprio (Gadamer, 2014, p. 52).

Heidegger (2012a) propõe que *Dasein* é um ente determinado em seu ser pela existência. “No ser desse ente, ele tem de se haver ele mesmo com seu ser. [...] cabe-lhe responder pelo seu próprio ser” (Heidegger, 2012b, p. 139). De modo diferente dos

³ Mundo-ambiente, de acordo com Heidegger, é o mundo mais próximo do *Dasein*, o mundo doméstico, específico e particular, em oposição ao “mundo em geral”.

entes que têm o caráter de coisa, o *Dasein* é responsável pelo seu próprio ser. Ele se diferencia de todos os outros entes por sua capacidade de compreensão do ser.

Em Heidegger, compreender é a forma originária de realização do *Dasein* (Gadamer, 2014), e porque é capaz de compreender, cabe a ele a tarefa de desempenhar seu próprio ser. O compreender, de acordo com Heidegger (2013), é o modo de o *Dasein* estar desperto para si-mesmo. Os demais entes têm o caráter de “subsistência”, ou de “ser simplesmente dado” – *Vorhandenheit*, palavra do idioma alemão utilizada de maneira mais coloquial para designar a existência das coisas em geral (as coisas que não precisam e não podem responder pelo seu próprio ser).

Uma das características do *Dasein* é estar prontamente disponível para os entes que lhe vêm ao encontro – as coisas, as pessoas, os acontecimentos. Essa disponibilidade é um modo de abertura que favorece o “ser tomado por”. Assim, os entes que lhe vêm ao encontro no mundo da ocupação podem assumir uma espécie de “senhorio” ou de liderança sobre o ser do *Dasein*. É nesse senhorio que o compreender se obscurece e predomina o risco da perda de si-mesmo (inautenticidade). Vivendo no mundo, o *Dasein* coloca em jogo o próprio ser. As coisas e pessoas que lhe vêm ao encontro, sempre reivindicando sua atenção, são como as peças desse jogo. Qual peça predomina? O ser propriamente si-mesmo? Ou o ser que os outros são – a impessoalidade (*Man*)? Já foi dito que o ser dos outros muitas vezes se impõe violentamente sobre o si-mesmo.

A TÉCNICA DO ARTESÃO COMO SIGNO DE PARTICIPAÇÃO CRIATIVA

O ocupar-se do *Dasein* tem a sua forma mais concreta no ocupar-se das mãos. O artesão está sempre pronto a trabalhar com as mãos. As coisas que lhe vêm ao encontro oferecem-se como instrumento⁴ (*Zeug*) da ocupação, e estão sempre, elas mesmas, à mão. São os instrumentos, os utensílios, os equipamentos, os dispositivos, os objetos, os maquinários. A manualidade (*Zuhandenheit*) caracteriza-se pelo fato de o *Dasein* estar sempre pronto para utilizar as mãos, enquanto os instrumentos são aqueles que continuamente lhe chegam às mãos. Estes e aquela fazem parte do jogo da ocupação, no qual o *Dasein* ora se aproxima, ora se afasta de seu próprio ser.

Indicamos na introdução que o predomínio da técnica na era moderna pode produzir obstruções sobre o ser; em última instância, pode promover o que nadifica

⁴“Instrumento é por essência ‘algo para...’” (Heidegger, 2012b, p. 211). O autor identifica como “instrumento” todo ente que vem ao encontro do *Dasein* para ser utilizado na ocupação.

(Heidegger, 1969). O pensamento que calcula – esse pensamento mediado pela técnica – não reflete sobre o ser, mas se familiariza com o mundo sem meditar sobre o significado das coisas do mundo e facilmente as absorve e é por elas absorvido.

Precisamos ter cuidado ao compreender a questão da técnica em Heidegger, pois em alguns momentos o filósofo utiliza a palavra “técnica” associada ao processo de encobrimento do ser. Sob essa perspectiva, e sabendo que o trabalho é mediado pela técnica, precipitadamente poderíamos deduzir que o trabalho do artesão produz necessariamente o encobrimento do ser, mas não é sempre assim, embora possa acontecer com frequência. Recordemos que, em Heidegger, a técnica e a essência da técnica não significam a mesma coisa.

Para explicitar sua concepção sobre a técnica, Heidegger se remete a Platão e Aristóteles. Dos filósofos gregos, resgata a palavra *techne* como “[...] processo de calcular a serviço do fazer e operar” (Heidegger, 1995, p. 26). Nesse sentido, o próprio pensamento é *techne*. Seria então todo pensamento um pensamento calculador a serviço de uma prática (*práxis*)? Heidegger assevera que não. A *techne* também origina a *poesis*, o pensamento que não se orienta para fins práticos, mas que é capaz de se engajar em uma busca da verdade. Logo, a técnica, que deriva de *techne*, em sua essência está comprometida com a autonomia do homem em relação ao mundo. *Techne* é pensamento que calcula, mas é também pensamento que medita.

Conduzidos por Heidegger (1994), compreendemos que o pensamento se orienta em duas vertentes: busca *conhecer* as coisas e *reconhecer* as coisas. A primeira ação identifica o pensamento calculador, pesquisador, científico. Nessa instância do pensar, o homem almeja ter controle e assumir o senhorio sobre as coisas do mundo. A segunda ação identifica o pensamento reflexivo, que coloca o homem junto às coisas, mas sem a ambição de dominá-las.

É nesse sentido que Heidegger propõe que o homem precisa reencontrar sua *indigência* – aquele caráter de estar lançado sem agarrar-se à concretude das coisas, pois essa “concretude” é própria dos entes, e não do ser. O pensamento reflexivo mantém o homem junto a si mesmo, em seu modo próprio de ser, e junto às coisas, permitindo também que repousem em si mesmas.

O filósofo concebe a “serenidade” (Heidegger, 1994) como uma sabedoria capaz de dosar a penetração da técnica na vida cotidiana, isto é, permitir que os objetos técnicos penetrem na vida do homem e ao mesmo tempo impedir que essa penetração se imponha como dominação. Os objetos técnicos devem participar da vida do homem,

mas precisam ser administrados por algo superior, o pensamento reflexivo, que é a forma de pensamento capaz de resguardar a humanidade do homem.

O perigo denunciado por Heidegger (1994) é de que o pensamento calculador, identificado na técnica moderna, chegue um dia a se impor como único pensamento admitido. Caso isso aconteça, a técnica poderia sobrepujar a reflexão, chegando a submeter o próprio homem – o que Michelazzo (2001, p. 65) identifica como o “desaparecimento da essência do humano no homem”. Mas a técnica não precisa necessariamente aniquilar o pensamento reflexivo, pois é este que deve guiá-la, e ela se mantém subordinada ao homem, ocupando o espaço que deve ocupar.

Na presente reflexão, a técnica, que dá suporte ao trabalho manual, é interpretada no sentido de sua essência. O trabalho manual realizado pelo artesão é compreendido como um trabalho que não produz, necessariamente, o encobrimento do ser. De modo diferente, é um trabalho que convoca ao pensamento reflexivo sobre o ser e sobre o ser propriamente si-mesmo.

Ortega y Gasset (1964), em seu texto “Meditación de la Técnica”, desenvolve uma interessante reflexão sobre o delicado papel da técnica na vida do homem moderno. O autor parte do pressuposto de que a técnica, cuja missão seria resolver os problemas do homem em sua luta pela sobrevivência, converteu-se em um novo e gigantesco problema. Tal como em Heidegger (2010; 2007; 1995), a ideia central do argumento é que a técnica tem assumido a preeminência sobre o pensamento reflexivo, remetendo o homem a uma condição de submissão, e não de domínio sobre técnica.

O filósofo espanhol defende que, a princípio, a técnica é o elemento que liberta os seres humanos do jugo da necessidade, já que, por meio dela, o homem intervém na natureza com vistas à satisfação de suas necessidades. Mais do que isso: a técnica libera o homem do esforço pela mera sobrevivência, possibilitando que se dedique a uma tarefa mais elevada – a tarefa de ser si mesmo. Contudo, o aprimoramento da técnica moderna tem produzido um efeito que retira do homem o poder de tudo dominar, fazendo-o novamente submisso a uma força superior, que já não é a da natureza, mas a da própria técnica.

De acordo com o filósofo, o marco que indica o início da dominação da técnica sobre o homem é a invenção da máquina. O argumento é o seguinte: enquanto o artesão trabalhava com a ferramenta, era o homem quem detinha o poder sobre a produção. Além disso, também mantinha proximidade consigo mesmo. A ferramenta lhe servia de meio de produção, e, tanto ela quanto o artefato produzido estavam ambos submetidos

às determinações do artesão. Neste caso, a produção estava subordinada ao homem e o homem estava subordinado às limitações inerentes à sua própria natureza humana.

Ortega y Gasset argumenta ainda que o artesão tinha domínio sobre as duas fases da técnica: a elaboração do plano de ação, com vistas ao fim almejado, e a ação propriamente, a execução do plano que conduz ao resultado. Nesse processo, o artesão se mantém próximo a si mesmo, e seu produto lhe está submetido. No plano ético, o homem está habilitado a responder pelos próprios atos e pelos resultados de sua produção.

A máquina, no entanto, lança a produção humana ao território do ilimitado (Ortega y Gasset, 1964). Ora, se o próprio homem, que inventou a máquina, é limitado em sua capacidade de produção, a máquina, em seu fazer ilimitado, de alguma maneira supera o homem, tornando-o até mesmo desnecessário. Na técnica moderna, mediada pela máquina, o homem perde a preeminência sobre a produção, afasta-se de si mesmo e, no plano ético, já não responde pelos resultados de sua ação, que, em última instância, não é sua, mas da máquina.

A discussão sobre essas duas modalidades de trabalho, aquela que é mediada pela ferramenta e que mantém o homem próximo à sua produção, e aquela que é realizada pela própria máquina e que distancia o homem dos bens produzidos leva-nos ainda a refletir sobre o tempo e a temporalidade vivenciada por esse homem que trabalha. No primeiro caso, quando se utiliza a ferramenta, o homem está inserido no tempo e na realização do trabalho. Seria este, talvez, o tempo da lentidão, pois cada etapa do artifício necessita ser respeitada e vivenciada em si mesma. A experiência do tempo assume um caráter quase palpável. O tempo que se vive é o mesmo tempo em que se realiza o trabalho. A respeito da lentidão e do silenciamento, questiona Heidegger: “Como é, porém, que o pensar abriga a verdade do seer, senão na pesada lentidão do curso de seu passo questionador e de sua consequência vinculada?” (Heidegger, 2015, p. 23). ’

Entende-se aqui a lentidão como a própria possibilidade de aproximação da verdade do ser. Juntamente com a lentidão, o silenciamento. O trabalho do artesão não é interrompido pelo ruído das máquinas que funcionam por si mesmas. Os ruídos produzidos pelo artesão seguem os ritmos de seu próprio corpo e estão submetidos ao seu comando. Nessas circunstâncias, o silenciamento está sob o domínio do homem, assim como a busca pela verdade do ser. Já na modalidade de trabalho em que a máquina determina a produção, a própria temporalidade é subsumida ao ritmo da máquina, tornando-se como uma

temporalidade “mecânica”, artificialmente fabricada. Também o silêncio é interrompido pela maquinação, e, com ele, o aprofundamento na verdade do ser.

Octavio Paz (2006) considera que o trabalho artesanal é realizado em um movimento pendular entre utilidade e beleza. O que resulta desse movimento é o prazer. É prazeroso produzir coisas úteis e belas e saber que essas coisas irão exercer impacto sobre outras pessoas. O artesão tem o prazer de trabalhar com as mãos e de observar que seu trabalho produz forma e beleza, assim como o de encantar as pessoas com a beleza dos artefatos que produz. O artesanato, além de ser feito por mãos humanas, também é feito *para* mãos humanas (Paz, 2006). Diferentemente da obra de arte, o produto artesanal é feito para ser tocado, utilizado e manipulado. Não existe uma aura de separação, pelo contrário, o artesanato é pura comunhão. A beleza e a utilidade são elementos de prazer implicados nesse jogo da ocupação.

A técnica não é meramente técnica, no sentido de ser para um fim; ela é também para si mesma. Os instrumentos da ocupação são de fato aparatos técnicos, mas não se submetem exclusivamente aos objetivos pragmáticos da técnica. Antes, prestam-se à tarefa do desvelamento. O material que era algo neutro e impessoal torna-se, pela técnica do artesão, personalizado e ganha significado. Assim, é o trabalhar das mãos como um modelar da massa informe, como o trabalho de Cura, citado por Heidegger em “Ser e tempo”:

Certa vez, atravessando um rio, a Cura viu um pedaço de terra argilosa: cogitando, tomou um pedaço e começou a dar-lhe forma. Enquanto refletia sobre o que criaria, interveio Júpiter. A Cura pediu-lhe que desse espírito à forma da argila, o que ele fez de bom grado. Como a Cura quis então dar seu nome ao que tinha dado forma, Júpiter a proibiu e exigiu que fosse dado o seu nome. Enquanto Cura e Júpiter disputavam o nome, surgiu também a Terra (*Tellus*) querendo dar o seu nome, uma vez que havia fornecido um pedaço de seu corpo. Os disputantes tomaram Saturno como árbitro. Saturno pronunciou a seguinte decisão, aparentemente equitativa: “Tu, Júpiter, por teres dado o espírito, deves receber na morte o espírito e tu, Terra, por teres dado o corpo, deves receber o corpo. Como, porém, foi a Cura quem primeiro o formou, ele deve pertencer à Cura enquanto viver. Como, no entanto, sobre o nome há disputa, ele deve se chamar Homo, pois foi feito de húmus” (Heidegger, 2012a, p. 266).

Cura é cuidado. O trabalho de Cura foi executado pelo modelar das mãos. O ser do *Dasein* é Cura; o trabalho das mãos é cuidado. Somos tocados aqui por uma analogia: enquanto Cura tem em suas mãos a terra argilosa, da qual formou o Homo, o artesão tem os materiais, que transforma em artefato. É o trabalho, feito com o modelar das mãos, que dá forma àquilo que não tinha forma, dá significado àquilo que era insignificante, deita o olhar sobre aquilo que antes não era percebido e cuida daquilo que antes era negligenciado. Temos o desvelamento da verdade do ser: criação.

Nesse contexto, o cuidado é o cuidado de toda a humanidade. O *Dasein* lança mão da técnica, utiliza seus instrumentos e trabalha com as mãos. A técnica, em sua essência, vem trazer ao desvelamento aquilo que estava encoberto, pois é regida não só pelo pensamento calculador, mas também, e sobretudo, pelo pensamento que reflete e medita. Aquilo que é feito por mãos humanas é feito para o cuidado – cuidado não somente de um homem ou de um pequeno grupo humano, cuidado da humanidade. O artesanato é um tipo de celebração do objeto, pois transforma coisas do uso cotidiano em signo de participação (Paz, 2006). Não há o artista ídolo no artesanato. Não há o “eu” envaidecido do artista. A obra é comunitária, o artista é na verdade um grande “nós”.

Octavio Paz sentencia que a tecnologia moderna tem sido utilizada predominantemente com o objetivo de eliminar o Outro. Quando a técnica é regida tão somente pelo pensamento calculador, o olhar sobre o mundo é míope e obtuso. Para atender aos objetivos de alguns poucos, uma multidão – o Outro – é eliminada. Mas a técnica que se realiza no trabalho artesanal deriva da raiz *poesis*. A técnica do artesão é utilizada para fins técnicos, nada mais. Como nas palavras do poeta: “Sou um técnico, mas tenho a técnica só dentro da técnica. /Fora disso sou doido, com todo direito a sê-lo./Com todo direito a sê-lo, ouviram?” (Pessoa, 2007, p. 242).

Os doidos, para o pensamento que calcula, são aqueles que se colocam para fora do próprio cálculo. Os objetos técnicos penetram no mundo do artesão e ao mesmo tempo são deixados fora (Heidegger, 1994). O pensamento não é invadido pelo cálculo, antes, é pensamento que medita. No mundo de hoje, talvez o artesão seja tomado como o “doido” de Fernando Pessoa. Ele trabalha, mas não usufrui do lucro do seu trabalho em vaidade, pois a obra artesanal é comunitária. O pensamento não é dominado pelo cálculo; assim, preserva aquilo que é mais original no homem, sua capacidade de refletir sobre as coisas do mundo.

Afirma Octavio Paz (2006) que os artesãos não têm pátria; eles não têm contra quem lutar e não precisam eliminar o outro, estão desarraigados de uma pátria que guerreia e segrega, mas talvez estejam enxertados na ideia heideggeriana de *Heimat* – Pátria, no sentido da História do Ser (Heidegger, 1995).

CONCLUSÃO

Em meio à ocupação e à manipulação das coisas, ocasionalmente podem surgir instrumentos que servem como *sinal*:⁵ *apontam* para uma direção inesperada; *mostram* algo que está além dos objetos concretos ao redor; *remetem* a outras possibilidades. Quando isso acontece, o mundo já não é tão familiar, pois ocorre um estranhamento, um desabrigar. “O impessoalmente si mesmo do ser-com os outros nas ocupações é também alcançado pelo apelo” (Heidegger, 2012a, p. 351).

O mundo, que oferecia o conforto da familiaridade, de alguma forma se esvai. Nesse momento o *Dasein* se depara com o apelo de seu ser, interpelando sobre o seu poder-ser mais próprio. A disposição afetiva que se instala é aquela que Heidegger (2010) denomina como “espanto”. Trata-se de “[...] uma tonalidade afetiva fundamental que transpõe o homem para o cerne da liberdade em relação a tudo aquilo que se mostra apenas como ente e que joga a abissalidade do seer à sua volta” (Heidegger, 2010, p. 189).

A qualidade “abissal” do ser é aquela que já não reconhece os limites e determinações impostos ao ente. Ao contrário dos estreitamentos que delineiam o *Dasein* como ente, o “abismo” se configura como total abertura do *Dasein* como ser, como a profundidade de toda possibilidade que se abre, como entrega e abandono à instauração do ser. Em meio a essa “abissalidade do seer”, cessam as vozes que, na cotidianidade, impõem ao *Dasein* modos de ser não originais. Na abissalidade acontece o silenciamento das exigências do impessoal e do público. No silenciamento, a possibilidade de apropriação da originalidade do ser e a emergência do ato criativo.

Ao utilizar o termo “maquinação”, Heidegger (2010) nos conduz à metáfora da máquina. O homem como mecanismo, como uma peça a mais em meio à engrenagem barulhenta. A maquinação acontece no interior da vida cotidiana. O homem, despojado de sua própria voz, ou do ciclo suave do ser, é tragado pelo ritmo barulhento do mecanismo e torna-se em uníssono com o mecanismo, com a impessoalidade, com o público. Nesse caso, o ente subtrai o ser. Haveria a possibilidade do silenciamento? Uma ruptura com esse modo impessoal de ser? O espanto é a tonalidade afetiva do pensar no outro início (Heidegger, 2015). É a disposição que lança o *Dasein* no estranhamento e

⁵ O sinal é um instrumento “[...] cujo caráter instrumental específico consiste em *mostrar*” (Heidegger, 2012a, p. 126); um instrumento tal que nele se possam encontrar “remissões” numa multiplicidade de sentidos, ou seja, instrumento capaz de remeter a diversas possibilidades. De alguma maneira, pode-se entender o sinal como instrumento capaz de conduzir à “transformação” ou à “criação”.

no silenciamento. No espanto e no silêncio não é o público que se faz ouvir, nem a engrenagem, nem o impessoal. Eis aí a possibilidade de instauração do ser, que pode enfim se expressar em ato criativo.

O estranhamento e o desabrigo apontam para o que está aberto. Nesse modo de ser, perdem-se as respostas que já estão dadas, o que se tem são apenas perguntas. O sinal aponta na direção das perguntas, mas de maneira alguma indica as respostas. O que se apresenta é o aberto, a abertura, a clareira. O espaço de iluminação no qual o ente encontra a possibilidade de seu próprio ser. É no desabrigo que o *Dasein* está pronto para ser interpelado. Quando não existem respostas, apenas perguntas, abre-se espaço para aquilo que Heidegger denomina como o querer-ter-consciência (Heidegger, 2012a). “A interpelação do impessoalmente-si-mesmo significa fazer apelo ao si-mesmo mais próprio para assumir o seu poder-ser, e isso enquanto presença, ou seja, enquanto ser-no-mundo das ocupações e ser-com os outros” (Heidegger, 2012b, p. 359).

O sinal que remete ao apelo coloca o *Dasein* frente ao seu poder-ser mais próprio. O querer-ter-consciência é um modo de abertura do *Dasein*. Nesse modo de ser, a decisão a favor do propriamente si-mesmo afasta o *Dasein* da impessoalidade, mas não o afasta do mundo, apenas reconfigura seu modo de ser-com o outro, isto é, imprime o modo do ser-com, da preocupação e do cuidado com os outros. É nesse encontro consigo mesmo e com o outro que o artesão, enquanto desvela o próprio ser, abre, em meio à abissalidade, o espaço da expressão criativa.

REFERÊNCIAS

- GADAMER, H.-G. **Verdade e método**. Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes/ Ed. Univ. São Francisco, 2014.
- HEIDEGGER, M. **Contribuições à filosofia** (do acontecimento apropriador). Rio de Janeiro: Via Verita, 2015.
- HEIDEGGER, M. **Ontologia** (hermenêutica da faticidade). Petrópolis: Vozes, 2013.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Campinas/Petrópolis: Ed. UNICAMP/ Vozes, 2012a.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2012b.
- HEIDEGGER, M. **Meditação**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HEIDEGGER, M. A questão da técnica. **Scientiæ studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, pp. 375-98, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11117>. Acesso em: 15 abr. 2024.

HEIDEGGER, M. **Introdução à metafísica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

HEIDEGGER, M. **Sobre o humanismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

HEIDEGGER, M. Serenidad. **Revista Colombiana de Psicología**, Bogotá, n. 3, 1994.
Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/psicologia/article/view/15808>.
Acesso em: 26 abr. 2024.

HEIDEGGER, M. **Sobre o problema do ser**. O caminho do campo. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

MICHELAZZO, J. C. Daseinsanalyse e “doença” do mundo. **Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse**, São Paulo, n. 10, 2001.

ORTEGA Y GASSET, J. Meditación de la Técnica. *In*: Ortega y Gasset, J. **Obras completas**. Tomo V. Madri: Edições Castilla S.A., 1964.

PAZ, O. O uso e a contemplação. **Revista Raiz**, n. 3, out. 2006, pp. 82-89. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/352042511/Revista-RAIZ-Edicao-N%C2%BA-03-Octavio-Paz>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PESSOA, F. **Poesia completa de Álvaro de Campos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AValiação das Habilidades Sociais e Seus Fatores em um Grupo de Estudantes de Psicologia⁶

Marina Cristina de Sousa

Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

As habilidades sociais são fundamentais para a aceitação e a interação em um grupo, podendo ser aprendidas e ajustadas quando necessário (Gresham, 2019), visando convívio de qualidade e contribuindo para o bem-estar. Comportamentos sociais se tornam habilidades sociais quando contribuem para a interação social, sendo um construto indispensável para o estabelecimento de relações interpessoais (Del Prette; Del Prette, 2010).

Nos contextos de formação e de atuação profissional em Psicologia, compreende-se que as habilidades sociais se constituem como uma das principais competências em qualquer atuação na área. Nessa direção, o objetivo deste texto centra-se em avaliar as habilidades sociais e os fatores que as compõem em um grupo de estudantes de um curso de Psicologia.

TEORIA

Habilidades sociais são conjuntos de comportamentos selecionados e mantidos pelas convenções sociais, sendo aprendidas a partir da interação com o ambiente e ajustadas quando necessário, permitindo a interação ou o desvio (Del Prette; Del Prette, 2010). As habilidades sociais constituem-se como construtos complexos, relacionando-se principalmente a abordagens cognitivas, comportamentais e ambientais, envolvendo aprendizagem e desenvolvimento humano. São comportamentos sociais adaptativos, que podem demonstrar competência social, mas também trazem o potencial de serem transformadores do ambiente social, implicando o desenvolvimento de práticas culturais que visam a sobrevivência e a qualidade de vida na sociedade.

⁶ Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica CNPq/PIBIC-Unitau. 

Os comportamentos socialmente competentes são aqueles que produzem consequências reforçadoras imediatas para o indivíduo, ao mesmo tempo que promovem relações interpessoais saudáveis, têm aprovação social da comunidade e respeitam os direitos humanos básicos. São avaliados pela reciprocidade positiva e pelo equilíbrio nas trocas de reforçadores, visando uma convivência de qualidade e produtiva em longo prazo, com assertividade e empatia (Del Prette; Del Prette, 2010).

A competência social não se resume apenas à presença de um repertório de habilidades sociais, mas consiste na capacidade de agir e expressar subjetividades dentro de diferentes contextos sociais de maneira eficaz e efetiva, considerando as especificidades da situação em que se está inserido, promovendo a adaptação social e estabelecendo vínculos no ambiente. Seus critérios incluem a consecução de objetivos específicos, a aprovação social e a qualidade das relações interpessoais. Nessa direção, as habilidades sociais podem auxiliar a atingir a competência social, mas não necessariamente resultam nela (Del Prette; Del Prette, 2010).

As habilidades sociais, definidas como comportamentos que favorecem relacionamentos saudáveis, são frequentemente menos exigidas em interações *online*. Embora as interações via telas ofereçam comodidade e desinibição devido ao ambiente controlado, elas podem limitar a expressão e a percepção de comportamentos verbais, postura corporal, gestos, contato visual e expressões faciais, que são essenciais para uma comunicação social eficaz - prejudicando o desenvolvimento de habilidades sociais ao limitar a prática e aquisição de novas habilidades (Del Prette; Del Prette, 2010).

A aplicação de treino de habilidades sociais pode ser importante como intervenção nesses casos, considerando a relação entre o uso excessivo de telas e a inabilidade social (Caballo, 2003; Young, 2007), a fim de promover qualidade de vida e desenvolvimento social (Caballo, 2003; Del Prette; Del Prette, 2010).

MÉTODO

A presente pesquisa se classifica como um Estudo de Levantamento, uma vez que busca analisar um conjunto de características de um grupo específico por meio de informações coletadas de forma direta e trabalhadas de forma quantitativa. Além disso, a partir de um plano de levantamento de dados e análise, buscou-se verificar componentes da realidade do grupo de estudantes que participaram do estudo (Gil, 2022;

Lakatos; Marconi, 2017). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Taubaté, conforme Parecer Número 6.766.459.

A pesquisa foi desenvolvida com a colaboração de 120 estudantes de um curso de Psicologia de uma universidade do interior do Estado de São Paulo, submetidos a um questionário sociodemográfico e ao Inventário de Habilidades Sociais 2ª edição – IHS2 (Del Prette; Del Prette, 2018).

Para caracterizar e analisar o desempenho social nas relações interpessoais em diferentes situações, foi utilizado o IHS2-Del Prette, instrumento de autorrelato com 38 itens indicado para aplicação com indivíduos de 18 a 59 anos com formação mínima de Ensino Fundamental I. Com respostas fundamentadas em cinco pontos da escala *Likert*, avalia desenvolvimentos como autocontrole e enfrentamento de autoexposição social em situações novas ou em relação a desconhecidos, autoafirmação na expressão de afeto positivo, conversação assertiva, desenvoltura social e autocontrole em situações aversivas (Del Prette; Del Prette, 2017; Del Prette; Del Prette, 2018).

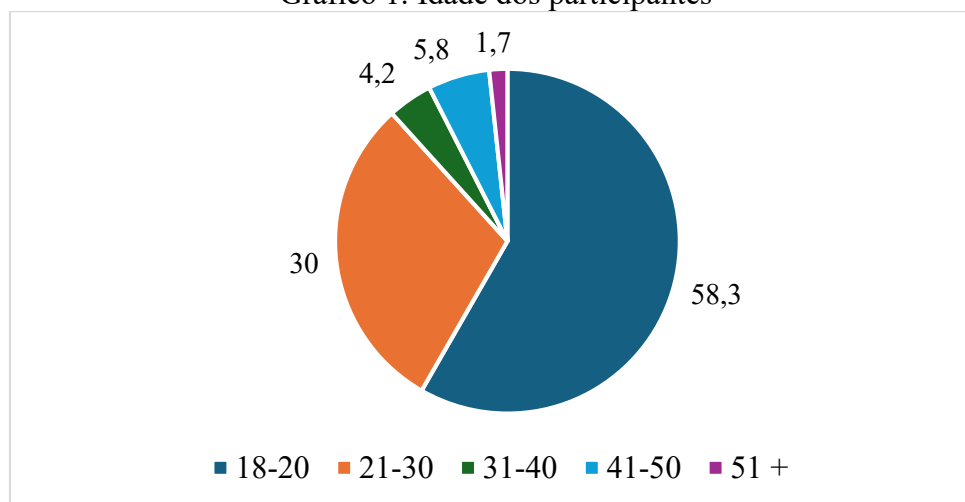
O participante deve responder como reagiria às situações específicas apresentadas nos itens que compõem o IHS2, indicando “*nunca ou raramente*”, “*com pouca frequência*”, “*com regular frequência*”, “*muito frequentemente*”, “*sempre ou quase sempre*”. Em caso de nunca ter vivenciado alguma delas, pede-se ao indivíduo que reflita e imagine qual seria sua reação. Desses itens, 30 são computados no cálculo do escore total, enquanto os outros podem ser úteis para análise qualitativa, se desejável. Os itens resultam em um escore total e escores fatoriais.

O IHS2 apresenta estrutura de cinco fatores: Conversação Assertiva (F1); Abordagem afetivo-sexual (F2); Expressão de sentimento positivo (F3); Autocontrole/Enfrentamento (F4); e Desenvoltura Social (F5). Há diferença de análises em relação ao sexo feminino e masculino, assim como em relação ao grupo etário (Del Prette; Del Prette, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados Sociodemográficos

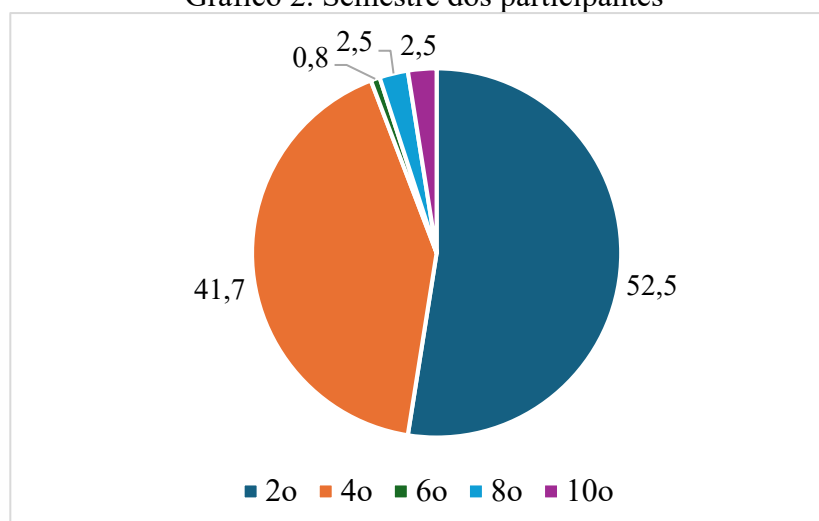
Gráfico 1. Idade dos participantes



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

Como se observa no Gráfico 1, que apresenta a idade dos participantes da pesquisa, tem-se predomínio de 18 a 20 anos (58,3% - n=70), seguido por 21 a 30 anos (30,0% - n=36), 41 a 50 anos com a incidência de 5,8% (n=7), 31 a 40 anos com 4,2% (n=5) e, por fim 50 anos ou mais (1,7% - n=2).⁷

Gráfico 2. Semestre dos participantes



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

⁷ Tratamento estatístico realizado por Adans Estatística, sob responsabilidade de Jimmy Adans Costa Palandi - CONRE 8250-A.

Como se observa no Gráfico 2, que apresenta o semestre informado pelos acadêmicos, tem-se que a maioria dos participantes está cursando o segundo semestre (52,5% - n=63), seguida por estudantes do quarto semestre (41,7% - n=50). Em menor incidência, tem-se participantes no oitavo semestre (2,5% - n=3), décimo semestre (2,5% - n=3) e sexto semestre (0,8% - n=1).

Tabela 1: Gênero dos participantes

Gênero	n	%
Feminino	87	72,5
Masculino	24	20,0
Cisgênero	8	6,7
Não binário	1	0,8
Total	120	100

Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

No que se refere ao gênero dos participantes, a partir dos dados expressos na Tabela 1, observa-se que a maioria se identifica com o gênero feminino (72,5% - n=87), seguida por masculino (20% - n=24), cisgênero (6,7% - n=8) e não binário (0,8% - n=1).

Tabela 2. Estado civil dos participantes

Estado civil	n	%
Solteiro	103	85,8
Casado	13	10,8
Divorciado	2	1,7
União estável	2	1,7
Total	120	100

Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

Como se observa na Tabela 2, que indica o estado civil declarado dos participantes da pesquisa, 85,8% (n=103) são solteiros, constituindo-se como a maioria dos acadêmicos, seguidos por 10,8% (n=13) casados. Por fim, com menor número tem-se participantes em união estável (1,7% - n=2) e divorciados (1,7% - n=2).

Dados do IHS2

Tabela 3. Dados do IHS-2

Fatores	F 1		F 2		F 3		F 4		F 5		Total	
Classificação	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Muito Inferior	52	43,3	24	20,0	60	50,0	34	28,3	72	60,0	51	42,5
Inferior	17	14,2	1	0,8	23	19,2	29	24,2	7	5,8	16	13,3
Médio Inferior	17	14,2	20	16,7	13	10,8	13	10,8	16	13,3	23	19,2
Médio	9	7,5	18	15	6	5,0	9	7,5	3	2,5	5	4,2
Médio Superior	9	7,5	20	16,7	5	4,2	11	9,2	4	3,3	8	6,7
Superior	8	6,7	9	7,5	8	6,7	12	10,0	9	7,5	9	7,5
Muito Superior	8	6,7	28	23,3	5	4,2	12	10,0	9	7,5	8	6,7
Total	120	100,1	120	100	120	100,1	120	100	120	99,9	120	100,1

Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

No IHS2, o Fator 1 refere-se ao Enfrentamento com Risco, avaliando a assertividade na defesa de direitos e da autoestima diante da possibilidade de rejeição ou oposição; o Fator 2 trata da Autoafirmação na Expressão de Afeto Positivo, relacionado à expressão de sentimentos positivos com baixo risco de reação negativa; o Fator 3 diz respeito à Conversação e Desenvoltura Social, envolvendo a capacidade de interação em situações sociais neutras, exigindo domínio de normas de convivência; o Fator 4 avalia a Autoexposição a Desconhecidos ou a Situações Novas; e o Fator 5 mede o Autocontrole da Agressividade em Situações Aversivas, relacionado à postura nas relações sociais e gestão da raiva e agressividade diante de estímulos aversivos. O escore total do IHS2 avalia de modo geral o repertório interpessoal do indivíduo em relação às suas habilidades sociais em diferentes contextos (Del Prette; Del Prette, 2018).

Em relação ao Fator 1, a maioria dos participantes foi classificada como Muito Inferior (43,3%), seguido de Inferior (14,2%) e Médio Inferior (14,2%). Apenas 6,7% foram classificados como Superior e 6,7% como Muito Superior. Esses dados indicam que os participantes têm grande dificuldade em se posicionar de forma assertiva quando há risco de rejeição ou oposição. Isso pode sugerir baixa autoestima, medo de julgamento e evitação de conflitos, comprometendo o enfrentamento de situações adversas de forma autêntica.

A baixa incidência de classificações nos níveis Superior (6,7%) e Muito Superior (6,7%) reforça a limitação da amostra em lidar com contextos de confronto ou desacordo de forma assertiva, o que pode estar associado ao medo de julgamento e à evitação de conflitos. Esse padrão é coerente com os achados de Soares *et al.* (2019), que identificaram que indivíduos com baixa habilidade social tendem a adotar estratégias evitativas ou emocionais, dificultando a adaptação e a resolução eficaz de problemas sociais, especialmente em situações que exigem assertividade.

Em contrapartida, no Fator 2 houve maior incidência de classificações em Muito Superior (23,3%) e Médio Superior (16,7%), embora 20% ainda tenham sido classificados como Muito Inferior e 16,7% como Médio Inferior. Esse achado sugere que, apesar das dificuldades em contextos de enfrentamento (F1), muitos participantes demonstram maior desenvoltura para expressão de afeto positivo, carinho e simpatia, especialmente em ambientes com baixa probabilidade de conflito. Isso indica um repertório social mais acessível para interações afetivas sem exposição a julgamentos intensos, em situações com menor risco emocional, com a reciprocidade positiva nas trocas sociais favorecendo e fortalecendo a qualidade dos vínculos (Del Prette; Del Prette, 2017) - o que pode indicar que as competências sociais não estão ausentes, mas restritas a certos contextos.

No entanto, conforme também argumentam Del Prette e Del Prette (2010; 2017), a competência social não se resume ao domínio de habilidades sociais específicas, mas envolve a capacidade de agir de forma adequada e eficaz em uma variedade de contextos sociais, considerando fatores como objetivos da interação, exigências do ambiente, aprovação social e manutenção de relacionamentos equilibrados. Assim, ainda que a habilidade de demonstrar afeto positivo esteja presente em parte da amostra, isso não implica, necessariamente, competência social generalizada, sobretudo quando considerados os *déficits* identificados em outros fatores.

O Fator 3 revelou metade da amostra (50%) situada no nível Muito Inferior, 19,2% no nível Inferior e 10,8% no nível Médio Inferior. Apenas uma pequena parcela dos participantes foi classificada como Superior (6,7%), Muito Superior (4,2%) ou Médio Superior (4,2%). Esses dados sugerem dificuldade acentuada na fluência de interações e na capacidade de conduzi-las e mantê-las em situações sociais neutras. Isso pode comprometer a integração social, gerar insegurança e limitar oportunidades de construção de vínculos interpessoais. Esses resultados dialogam com Santos e Soares (2020), que destacam que habilidades sociais eficazes favorecem a resolução de

problemas e a tomada de decisões. A ausência dessas habilidades, como observado neste fator, pode restringir as oportunidades de interação e adaptação em diferentes contextos.

Observa-se no Fator 4 maior concentração nas classificações Muito Inferior (28,3%) e Inferior (24,2%), com apenas 10% se classificando como Superior e 10% como Muito Superior, indicando que uma parcela considerável dos participantes evita se expor a novas experiências ou a interações com desconhecidos. Essa evitação pode refletir timidez, insegurança ou falta de confiança social, limitando as oportunidades de desenvolvimento interpessoal, restringindo vivências e aprendizados potencialmente enriquecedores.

A esse respeito, Soares *et al.* (2019) apontam que estratégias adaptativas focadas no problema e na busca de suporte social requerem um mínimo de competência social e emocional, e que a ausência de experiências significativas em interações presenciais compromete esse desenvolvimento.

No Fator 5, 60% dos participantes foram classificados como Muito Inferior e apenas 7,5% como Superior ou Muito Superior. O alto índice de classificação Muito Inferior aponta para dificuldades expressivas de regulação emocional, especialmente da raiva e da agressividade diante de frustrações ou conflitos. Esse índice pode indicar impulsividade, baixa tolerância à frustração e dificuldades em manter relacionamentos saudáveis sob tensão, podendo comprometer a qualidade das relações interpessoais, gerando conflitos frequentes e prejuízos na convivência social.

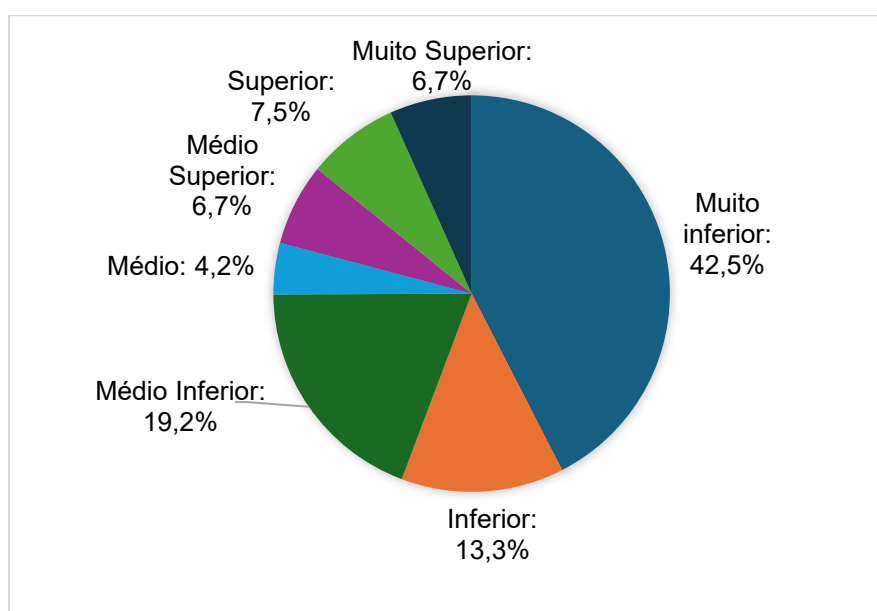
Conforme defende Leahy (2018), a habilidade de gerenciar emoções intensas é fundamental para prevenir comportamentos impulsivos, sendo a regulação emocional uma ferramenta essencial para aumentar a autoconfiança diante de desafios. Além disso, autores como Schunk (1991) e Zimmerman e Schunk (2001) destacam que a autorregulação, envolvendo definição de metas, monitoramento do progresso e adaptação das estratégias, é crucial na aprendizagem emocional e comportamental e está diretamente ligada à autoeficácia (Bandura, 1977; 1986).

Tabela 4. Distribuição por percentis e classificação do IHS2

Geral Percentil	Geral Classificação	n	%
1	Muito Inferior	51	42,5
20			
25			
30	Inferior	16	13,3
35			
45	Médio Inferior	23	19,2
50			
50	Médio	5	4,2
55			
60	Médio Superior	8	6,7
65			
70	Superior	9	7,5
75			
95	Muito Superior	8	6,7
Total		120	100,1

Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

Gráfico 3. Dados do IHS2



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

Os resultados obtidos pelo IHS2 indicam maior expressividade no nível “Muito Inferior” (42,55 - n=51) de habilidades sociais, seguido de “Médio Inferior” (19,2% - n=23) e “Inferior” (13,3% - n=16), sugerindo uma possível dificuldade no desenvolvimento de habilidades sociais mais assertivas e eficazes. Uma menor parte dos

participantes apresentou as classificações “Superior” (7,5% - n=9), “Médio Superior” (6,7% - n=8) e “Muito Superior” (6,7% - n=8), assim como “Médio” (4,2% - n=5).

Os baixos escores no IHS-2 indicam que as habilidades sociais, entendidas como comportamentos aprendidos, ajustados às exigências contextuais e fundamentais para a qualidade das interações (Del Prette; Del Prette, 2010; Gresham, 2019), podem ser prejudicadas no grupo estudado, interferindo na aquisição e expressão de comportamentos socialmente adequados, associando-se a prejuízos significativos na competência social, que é a capacidade de agir com eficácia e adequação em diferentes contextos sociais, promovendo vínculos e adaptação ao ambiente social por meio da reciprocidade e do equilíbrio nas trocas (Del Prette; Del Prette, 2010).

Santos e Soares (2020) também constataram que habilidades sociais eficazes proporcionam melhor enfrentamento na resolução de problemas e na capacidade de tomada de decisão. Além disso, os achados de Soares *et al.* (2019), que estudantes com estratégias focalizadas no problema e na busca de suporte social apresentam melhor adaptação acadêmica, sustentam que estratégias adaptativas em relações interpessoais exigem um mínimo de competência social e emocional.

A habilidade de gerenciar emoções intensas pode prevenir a ocorrência de comportamentos impulsivos, que muitas vezes surgem como uma forma de lidar com o estresse ou o desconforto emocional, e fortalecer a autoeficácia e o autocontrole. A regulação emocional também é importante, pois pode aumentar a confiança do indivíduo em sua capacidade de enfrentamento de desafios emocionais e comportamentais (Leahy, 2018).

A autorregulação, estratégia consciente e voluntária de enfrentamento e aprendizagem, que envolve a definição de objetivos, o uso de estratégias eficazes para atingi-los, o monitoramento do progresso e a adaptação das abordagens, é um componente chave para enfrentar desafios de forma eficaz. Ela ocorre em um ambiente de apoio social e a partir da auto-observação, passando pelo de julgamento e, por fim, chegando à autorreação (Schunk, 1991; Zimmerman; Schunk, 2001).

A autoeficácia (Bandura, 1977; 1986) está ligada à capacidade de autorregulação, permitindo que os indivíduos enfrentem dificuldades com confiança e resiliência. Ao mesmo tempo, a prática eficaz da autorregulação pode fortalecer ainda mais a autoeficácia, criando um ciclo positivo de enfrentamento (Zimmerman; Schunk, 2001).

Desse modo, é fundamental que os indivíduos desenvolvam habilidades sociais eficazes, uma vez que muitas dificuldades relacionadas ao controle de impulsos estão intrinsecamente ligadas à forma como interagem socialmente e respondem às pressões

sociais. A aplicação do treino de habilidades sociais é importante, pois a inabilidade e a ansiedade social podem afetar as interações, assim como levar a um comportamento compulsivo do uso de tecnologias (Caballo, 2003; Young, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *déficit* identificado nas habilidades sociais no grupo pesquisado, com dificuldade para o desenvolvimento de interações mais assertivas e eficazes evidencia a necessidade de intervenções que integrem o fortalecimento da autorregulação, da regulação emocional e do treino de habilidades sociais. O objetivo é promover padrões de uso mais equilibrados da tecnologia e favorecer relações interpessoais presenciais mais satisfatórias. Ressalva-se que os dados aqui apresentados se referem ao grupo estudado e não podem ser generalizados sem pesquisas mais amplas.

REFERÊNCIAS

- BANDURA, Albert. **Social foundations of thought and action: a social cognitive theory**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1986.
- BANDURA, Albert. **Social learning theory**. New York: Academic Press, 1977.
- CABALLO, Vicente E. **Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais**. São Paulo: Editora Santos, 2003.
- DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. **Competência social e habilidades sociais: Manual teórico-prático**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. **Inventário de Habilidades Sociais 2 (IHS-2-Del-Prette): Manual de aplicação, apuração e interpretação**. São Paulo: Pearson, 2018.
- DEL PRETTE, Zilda A.; DEL PRETTE, Almir. Habilidades sociais e análise do comportamento: proximidade histórica e atualidades. **Perspectivas**, v. 1, n. 2, p. 104-115, 2010. Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/33>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- GRESHAM, Frank M. Análise do comportamento aplicada às habilidades sociais: uma visão geral. In: DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. (org.). **Psicologia das habilidades sociais**. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 17-56.
- LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEAHY, Robert L. **Técnicas de terapia cognitiva: manual do terapeuta**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

MÉA, Cristina P. D.; BIFFE, Eliane M.; FERREIRA, Vinícius R. T. Padrão de uso de Internet por adolescentes e sua relação com sintomas depressivos e de ansiedade.

Psicologia em Revista, v. 25, n. 2, p. 243-264, 2016. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/28988/21351>. Acesso em: 19 maio 2025.

PAIVA, Natália M. N.; COSTA, Johnatan S. **A Influência da tecnologia na infância: desenvolvimento ou ameaça?** 2015. Disponível em:

<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SANTOS, Zeimara de Almeida; SOARES, Adriana Benevides. O impacto das habilidades sociais e das estratégias de enfrentamento na resolução de problemas em universitários de psicologia. **Ciências Psicológicas**, Montevideo, v. 14, n. 2, e2228, 2020. Disponível em:

http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212020000220206. Acesso em: 20 maio 2025.

SCHUNK, Dale H. **Learning theories: an educational perspective**. New York: Macmillan, 1991.

SOARES, Adriana B.; MONTEIRO, Marcia C.; SOUZA, Marisangela S.; MARIA, Fátima A.; MEDEIROS, Humberto C. P.; BARROS, Roberta S. N. Situações

Interpessoais Difíceis: Relações entre habilidades sociais e *coping* na adaptação

acadêmica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. e183912, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/MbYfFYdmHf53TRcvBxKpYVd/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2025.

YOUNG, Kimberly S. Cognitive behavior therapy with internet addicts: treatment outcomes and implications. **Cyberpsychology Behavior**. v. 10, n. 5, p. 671-9, 2007.

Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17927535/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

ZIMMERMAN, Barry J.; SCHUNK, Dale H. **Self-Regulated Learning and Academic Achievement**. New York: Routledge, 2001.

AVALIAÇÃO DE DEVANEIO EXCESSIVO MAL ADAPTADO EM ESCRITORES CRIATIVOS

Mariane Leal Santos
Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

O devaneio excessivo mal adaptado ou devaneio desadaptativo (*Maladaptive Daydreaming*) pode ser caracterizado por sintomas de compulsão à fantasia e imersão total em realidades construídas, e acompanhado por reações emocionais e movimentos estereotipados, sendo resultado de causas diversas. Os estudos a respeito desse fenômeno ainda são escassos, o que pode interferir na sua identificação por profissionais de saúde, levando-os a diagnósticos de outros quadros já descritos (Dudek; Theodor-Katz, 2022; Somer; Somer; Jopp, 2016). De acordo com Zedelius *et al.* (2021), os estudos que visam compreender como se dão os devaneios e divagações em escritores criativos são comuns, principalmente pela possível relação entre algum momento de devaneio e escrita criativa.

O objetivo geral do estudo centrou-se em avaliar características de devaneio excessivo mal adaptado em um grupo de escritores. A temática mostrou-se relevante para o campo da Psicologia em termos de compreender e contribuir para o entendimento desse importante fenômeno.

TEORIA

O devaneio excessivo mal adaptado, neste texto designado doravante somente por devaneio excessivo, é um quadro clínico caracterizado por uma imersão total e complexa em enredos ficcionais construídos pelo próprio sujeito, geralmente acompanhado por movimentos estereotipados, denominados por Somer (2002) como *atividade cinestésica*.

Diferente da divagação comum, a qual ocorre espontaneamente durante a execução de tarefas, o devaneio excessivo indica ter evocação intencional, assemelhando-se a um comportamento compulsivo e interferindo significativamente nas esferas sociais e ocupacionais, pois pode ocupar muitas horas do dia, gerando uma

sensação de culpa ou de vergonha pela incapacidade de cumprir com as metas estabelecidas, sejam estas de curto, médio ou longo prazo (Dudek; Theodor-Katz, 2022; Somer; Somer; Jopp, 2016).

Apesar de os devaneios em si não apresentarem característica patológica, indicam falta de adaptação à medida que consomem grande parte do tempo do indivíduo, bem como interferem em outras áreas de sua vida. O devaneio excessivo apresenta etiologia heterogênea com causa multifatorial, e está relacionado à intensa imaginação, possíveis situações adversas de vida e certo distanciamento ou isolamento social (Somer; Somer; Jopp, 2016).

Os sintomas de devaneio excessivo surgem a partir de uma imaginação fluida, bem como se apresentam mais comumente em pessoas que tendem ao isolamento. Os devaneios tornam-se uma forma de enfrentamento da solidão ou de demais vivências traumáticas durante fases anteriores da vida do indivíduo.

Embora possam ser fonte de conforto, alegria e criatividade, também podem promover sofrimento, à medida que são descritos como uma forte adicção, difícil de ser controlada. Os acometidos relatam vergonha e medo de terem suas fantasias expostas e de serem julgados por outras pessoas e, embora busquem auxílio, frequentemente são erroneamente diagnosticados e recebem tratamentos voltados a outras condições, como depressão, ansiedade, Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), Transtorno da Personalidade Borderline (TPB) e transtornos dissociativos (Somer; Somer; Jopp, 2016).

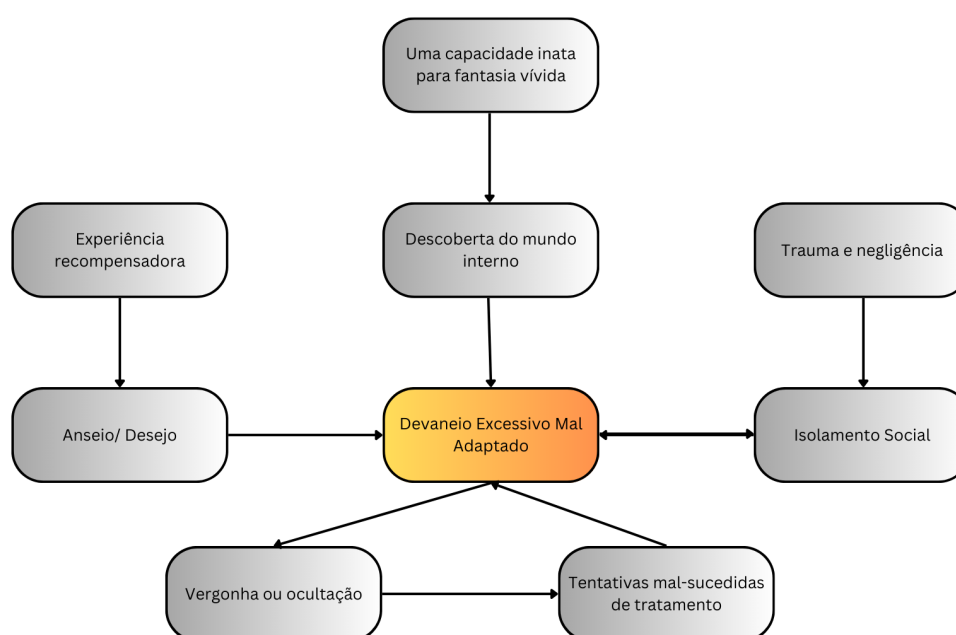
Apesar de certos tratamentos com psicotrópicos auxiliarem no enfrentamento de sintomas secundários, não se mostram efetivos em relação à principal causa geradora do devaneio. Sándor *et al.* (2023) relacionam a origem do quadro com a possível presença de um padrão de apego inseguro e ansioso, em comparação aos devaneios considerados comuns.

O isolamento social, também associado a trauma, torna-se também um fator de risco associado ao desenvolvimento do quadro, gerando-o e sendo mantido por ele, visto que quanto mais o indivíduo se engaja em seu mundo interno, mais se distancia da realidade e, ao se distanciar, maior sua necessidade de buscar conforto em fantasias e imaginação.

O quadro clínico, por sua vez, relaciona-se grandemente com sentimento de culpa e vergonha, que fazem com que o indivíduo busque esconder sua condição. No caso de busca por tratamento, as técnicas inefetivas levam à melhora de outros sintomas, porém, o problema se mantém.

A Figura 1 sintetiza um conjunto de associações pertinentes ao desenvolvimento do quadro de devaneio excessivo: a capacidade inata de fantasiar e o possível trauma vivenciado pelo indivíduo levariam a um contato inicial com o mundo interno, que pode ser construído segundo a vontade e a necessidade de quem o acessa, proporcionaria recompensas e levaria a um anseio por mais da satisfação obtida, o que, conseqüentemente, conduziria a um quadro desadaptativo de devaneio.

Figura 1. modelo de devaneio excessivo: antecedentes, características, fatores de manutenção e conseqüências



Fonte: Somer, Somer e Jopp (2016, p. 476, tradução nossa)

Os devaneios imersivos e ou desadaptativos estariam ainda associados a uma baixa capacidade de regulação emocional e de controlar os devaneios. Além disso, componentes imersivos e desadaptativos dos devaneios levam à dificuldade de lidar com emoções difíceis e ao engajamento em devaneios como estratégias ineficientes de enfrentamento. Embora tenham sido apresentados indícios de que os componentes imersivos estejam associados a maiores níveis de empatia em relação aos personagens construídos nas fantasias, ainda assim se percebe uma necessidade de fomentar outras práticas que possibilitem aumentar o repertório de comportamentos que visem à regulação emocional (Greene; West; Somer, 2020; Sándor *et al.*, 2023; West; Somer, 2020).

A escrita criativa apresenta definição difusa, ora abrangendo somente trabalhos de ficção e poesia, ora englobando também alta literatura, literatura de massa, peças de teatro, roteiros e não-ficção. Embora apresente relação direta com a imaginação, a

escrita criativa gera um texto original com significado e valor, além de uma análise e de estudo crítico literário.

A partir das teorias e definições estudadas, é possível concluir que a escrita criativa se refere não só a assimilação por meio da pesquisa do processo de criação, mas também da própria construção e produção literária e não literária, proporcionando um encontro entre autor e leitor nos mais diversos pontos do tempo e espaço (Amabile, 2020).

Segundo Mavrakakis e Chipman (2021) em seu estudo fenomenológico realizado com dois escritores, no processo criativo existem três pontos que se destacam: *Busca pela própria voz*: caracterizado pelo desejo dos participantes em se expressar, de escrever sobre o que lhes interessa, o que lhes chama atenção e o que é considerado importante para eles;

- *Sensação de estar entre dois mundos*: demonstração tanto da dificuldade advinda da escrita em termos do confronto com conteúdos latentes da vida real, a partir de certo isolamento em termos de busca pela solidão para escrever, quanto de uma forma de possibilitar um contato mais próximo com as pessoas;
- *Enfrentamento dos desafios da escrita*: dificuldade de estruturar a história manifestada pela ideia de personagens ou cenas pouco estruturadas, que depois de muito tempo são articulados para compor uma narrativa; autocrítica; medo da exposição, dificuldade de interligar todos os pontos da história e bloqueio criativo.

Em contraponto a estudos anteriores, os autores identificaram que a construção narrativa pode, por vezes, representar uma forma de escapismo do mundo real, o que pode proporcionar certo alívio, mas também levar a isolamento social e dificuldade de lidar com a realidade. Na amostra analisada por Mavrakakis e Chipman (2021), embora limitada, foi observada uma certa assimilação dos escritores em meio ao universo que eles criaram, ora pertencendo ao mundo ou atuando como espectadores.

MÉTODO

A metodologia adotada no presente estudo foi a pesquisa de campo, a qual, de acordo com Lunetta e Guerra (2023), possibilita maior profundidade na coleta de dados, visto que “permite observar e analisar fatos e fenômenos da realidade de forma mais precisa” (p. 155). Nesse método, deve-se inicialmente delimitar o tema e o problema de

pesquisa, que deverão ser explorados e aprofundados, e a seguir coletar os dados pertinentes ao fenômeno no próprio campo em que ocorre, por meio de técnicas e instrumentos.

O delineamento de estudo de caso pode ser feito com menor número de participantes e envolve a análise e exame minuciosos, cujo foco será um fenômeno ou condição a ser estudado, compreendido e ou identificado por meio de um estudo qualitativo ou quantitativo, que representa a análise de um recorte da vida real, possibilitando a coleta de dados mais específicos e subjetivos (Sátyro; D’Albuquerque, 2020).

Para a pesquisa foram analisados os dados de dez participantes adultos, cinco homens e cinco mulheres, brasileiros, com idade entre 18 a 60 anos que trabalham com escrita criativa tanto de livros quanto de dramaturgia. Outras variáveis, como nível socioeconômico, escolaridade, sexualidade e etnia não foram incluídos na análise de dados por não se relacionarem diretamente com o escopo do estudo.

Para a coleta de dados foram utilizadas a entrevista semiestruturada e a Escala de Devaneio Excessivo de 16 itens, versão brasileira (BMDS-16) (Catelan; Nardi, 2021).

A entrevista semiestruturada é uma útil ferramenta de coleta de dados, que visa compreender aspectos objetivos e subjetivos do indivíduo. Por meio dela, é possível abranger percepções, pensamentos, sentimentos e comportamentos e identificar como e em que momento cada um destes se manifesta (Guazi, 2021).

A Escala de Devaneio Excessivo de 16 itens ou *16-Item Maladaptive Daydreaming Scale* (MDS-16) foi construída por Somer *et al.* (2016). O instrumento, que originalmente contava com 14 itens de autorrelato, foi revisado e acrescentaram-se dois itens relacionados à importância da música na manutenção do quadro clínico. Apresenta quatro fatores relevantes característicos do devaneio excessivo, descritos a seguir: Anseio (*Yearning*) – descrito como o desejo de engajar em devaneios, Comprometimento (*Impairment*) – abrange as dificuldades decorrentes dos devaneios, Cinestesia (*Kinesthesia*) – movimento físico ou percepções que acompanham o devaneio, e Música (*Music*) – que atua como ativador ou mantenedor da fantasia.

Na normalização para a versão brasileira (BMDS-16), realizada por Catelan *et al.*, foram categorizados somente três fatores: Anseio (*Yearning*), Comprometimento (*Impairment*) e Estímulo Sensorial (*Sensory Stimuli*), no qual foram englobados os fatores Música (*Music*) e Cinestesia (*Kinesthesia*).

Os itens podem ser respondidos a partir de uma escala do tipo Likert de 11 pontos de 0 a 100%, em que 0% = Nunca e 100% = Extremamente frequente. A

pontuação é obtida pela somatória das respostas identificadas nos 16 itens – o valor mínimo indicativo de devaneio excessivo é 63 pontos.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Taubaté, sob Parecer número 6.969.675. Os participantes foram convidados por meio da rede de contatos da pesquisadora, colegas e professores e, após a concordância em participar do estudo, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Terminada a formalização pelo termo, deu-se início à entrevista, com posterior aplicação da Escala de Devaneio Excessivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 apresenta as informações sociodemográficas dos participantes.

Quadro 1. Dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa

Participante	Idade	Gênero	Tempo de Experiência	Número de publicações	Tipo de publicações	Público-alvo
P1	25 anos	Feminino	5 meses	1 livros	Conto, romance	Não especificado
P2	45 anos	Masculino	30 anos	30 peças adaptadas	Dramaturgia	Público geral
P3	50 anos	Masculino	18 anos	10/ 12 livros	HQs, livros e contos de terror	Infantojuvenil
P4	48 anos	Masculino	11 anos	7 livros	Literatura fantástica, fantasia	Infantojuvenil
P5	28 anos	Feminino	10 anos	12 livros	Romance, distopia, reflexões e poesia	Jovem adulto
P6	23 anos	Feminino	7 anos	2 livros	Contos; ficção cristã; romance	Infantojuvenil
P7	52 anos	Masculino	Quase 20 anos	4 livros mais de 10 peças	Literaturas; dramaturgia	Infantojuvenil
P8	39 anos	Feminino	10 anos	6 livros	Romance	Adulto
P9	19 anos	Feminino	5 anos	1 livro	Literatura fantástica, fantasia	Não especificado
P10	54 anos	Masculino	7 anos	4 livros	Contos de terror, romance	Adulto

Fonte: dados da pesquisa de campo.

Foram realizadas análises dos dados obtidos nas entrevistas relacionados com escrita criativa, criatividade e devaneios. As informações foram agrupadas em categorias que serão apresentadas a seguir.

Saúde mental e autoimagem

Nesta categoria, o foco voltou-se para a saúde mental e a autopercepção dos participantes. O objetivo das perguntas associadas a esta categoria foi identificar possíveis quadros ou fatores psicológicos associados aos sintomas de devaneio excessivo e identificar a visão de si dos participantes, a fim de assimilar possíveis insatisfações frequentemente associadas às pessoas que apresentam os sintomas referentes ao devaneio excessivo.

Referente à saúde mental, em algum momento da vida, alguns participantes expressaram episódios de ansiedade, preocupação, insegurança, tédio, problemas relacionados à imagem corporal, procrastinação etc. No entanto, como ilustrado pelos trechos abaixo, os participantes avaliam-se atualmente com relativa estabilidade.

“[...] eu senti que algumas coisas estavam acomodadas em mim e que eu tinha muito medo de lutar por alguns ideais, alguns sonhos. Eu tinha medo, eu tinha... o que eu fui nomear depois de Síndrome de Peter Pan, eu tinha medo de crescer em alguns sentidos. [...]. Eu fui ouvindo muito das pessoas que eu merecia mais, que eu podia mais, né [...] eu comecei a fazer psicanálise há um ano atrás e... nossa, a minha mente abriu [...] [...] hoje eu estou tomando outros... outros rumos, é... é não vou dizer rumos, mas eu vou tô... tomando decisões e conseguindo identificar, né, que eu identificava, mas eu ficava quieto; hoje eu identifico e vou em cima desses medos que estavam aqui dentro e que precisavam ser mexidos para a gente crescer mesmo, né? [...] a questão da psicanálise abriu canais pra mim de conhecimento próprio, é... me fez entender que certas coisas a gente tem medo, mas tem que ir com medo mesmo” (P2).

“[...] eu gosto muito da P6 de hoje, eu já passei por, é, momentos em que eu... eu estava assim realmente muito abalada, muito triste, né? [...] Eu tinha ansiedade, aí eu fiz terapia [...] eu vejo que eu cresci muito, principalmente após, é, a terapia, após, é, o autoconhecimento, né? [...]. Mas hoje eu me enxergo como uma pessoa que ainda precisa melhorar muito, porque eu sou uma pessoa que eu começo muitas coisas e eu não termino, sabe? Então eu tenho alguns problemas, isso me deixa muito frustrada, mas estou tentando melhorar, orando por isso e fazendo aquilo que eu posso para melhorar [...] Estresse, essas coisas, eu ainda tenho bastante, né? Eu acho que também pelo fato de... de trabalhar, é, muito, eu trabalho muito usando a minha mente, né, então assim, eu gasto muita energia mental durante o meu dia [...] eu ficava muito na sombra das outras pessoas, sabe? [...] eu sinto que, hoje, eu... eu tenho essa... essa liberdade, porque eu acho que, quando você vive na sombra de outras pessoas, você não vive, você só existe [...]” (P6).

“Hoje eu me aceito, né, tipo, antigamente eu sofria muitas coisas, tipo baixa autoestima, insegurança, né? E também pelo fato, os pessoal que falava, né, falava mal de mim por ser um pouco estranha e também por ser acima do bi... do peso, né? Isso interferia muito a minha pessoa. Hoje já não, hoje eu já me aceito, eu sou bem comigo mesma, eu prefiro ficar comigo mesma do que outras coisas, me mudar para agradar os outros, então tá de boa. [...] Nesse começo do ano eu entrei na faculdade, foi um pouquinho pesado, pela primeira vez, e então eu tive muitas crises de pânico, o que eu não tive antigamente, né? E foi pela primeira vez que caiu a ficha que meu pai morreu também. Eu acho que antes eu estava, estava tudo bem, mas eu não tinha aceitado, né? [...] Agora eu já estou mais calma, estou mais livre; ainda estou tratando um pouco de remédio, como o fluoxetina, que eu estou fazendo a base nele, né? Mas de resto, de boa, só essa crise de pânico que passou e ainda tô mantendo os remédios para não ter mais” (P9).

De um modo geral, os participantes apresentaram uma boa concepção de si mesmos, como sentimentos positivos quanto a seu rumo na vida, sua pessoa e ao momento em que se encontram, como demonstrado nos fragmentos a seguir.

“[...] Minha autoestima é boa, nossa, eu gosto das coisas que eu faço, eu gosto de mim mesmo, gosto da minha vida. Não... não tenho problema, não me abalo muito com o que os outros fala... com o que os outros falam e, assim, a gente... eu tenho, tenho... tenho em mente que a gente nunca agrada todo mundo, né? E, é, um... não tenho problema contra isso não, faço minhas coisas, tô tendo... dou minhas entrevistas, daí pra... pra... faço podcasts, tô fazendo bastante coisa e produzindo meus... meus trabalhos, meus livros e é, é, tem gente que gosta, tem gente que não gosta; mas enfim, problema de cada um. A ma... a grande maioria gosta e isso que importa.” (P3).

“Eu tenho 48 anos, eu me sinto uma pessoa realizada [...] Sou uma pessoa muito equilibrada, graças a Deus, equilibrado financeiramente, familiar, é, busco... é, você lembra da Escala de Maslow [...] Eu acredito que eu estou lá na pontinha de cima, já, sabe assim, hoje eu busco o máximo possível que eu posso, ajudar pessoas, fazer coisas, é, quando você atinge aquele transcendental do seu relacionamento com Deus [...] você me pegou na bonança depois da tempestade.” (P4).

“Ah, eu me sinto bem, eu sou uma pessoa positiva. Sabe, é... é o meme ‘A pessoa positiva demais que dá vontade de bater’? Eu sou essa pessoa. Oito horas da manhã eu chego falando bom dia no trabalho para todo mundo, então eu tento ser o mais de bem possível com a vida, possível. Então eu me enxergo assim, bem; sei que não sou perfeita, mas eu me sinto sendo uma pessoa boa e eu gosto de mim. Não... não tenho assim grandes inseguranças ou o fato de me odiar, nem... nem nada desse tipo, assim. Então hoje eu tô bem comigo mesma” (P5).

Escrita e imaginação

Nesta subdivisão foi enfatizado o processo de escrita e inspiração dos participantes, bem como sua significação da prática da escrita e como se dá o desenvolvimento de suas fantasias.

O processo de escrita dos participantes engloba planejamento, estudo e busca pela assimilação de algum tema específico. No entanto, apresentou-se também em seus relatos uma postura mais aberta a mudanças no momento de escrita, permitindo o fluxo de ideias e o desenvolvimento da narrativa a partir disso. Em geral, descrevem a imaginação e a geração de ideias como algo espontâneo, que pode surgir a partir do contato com estímulos externos diversos, como filmes, séries, cenas, músicas, pessoas, conversas, o próprio material, alguma leitura etc.

“A ideia aparece. Assim, ela surge na mente e ela fica ali repetindo, se repetindo até ela ser escrita. E aí, hoje, com o estudo que eu tenho, daí eu vou fazer o planejamento do livro e a estruturação para começar a escrever ele. Então eu com... não é, como se fosse um checklist; ali eu vou preenchendo qual que é o tema do livro, quem são os personagens, o que vai acontecer no começo, no meio e no fim. Eu faço a... a escaleta, que a gente chama, é uma estruturação de capítulo a capítulo, o que vai acontecer, e aí eu começo escrevendo; mas da onde vem tudo isso? Surge na mente. Às vezes é um... um estímulo de pessoas andando na rua ou de pessoas conversando do meu lado, ou de um filme, de uma série, é um... é um pedacinho assim, um trequinho que a gente vê e a história se desenrola na mente [...] As ideias dos meus livros, elas sempre surgem de maneira espontânea. [...] Eu não sei o que acontece... assim, ó, pxi, download [...] se acontecer (bloqueio criativo), não vou falar que nunca aconteceu nos últimos anos, mas se acontecer, eu paro de escrever, vou assistir um filme ou vou fazer tarefas mecânicas, como lavar louça, varrer o chão. Tarefa mecânica é ótimo pra ideia fluir.” (P5).

“[...] ele é pouco planejado, assim, geralmente eu... eu trabalho conforme o fluxo de ideias. Tem a ideia de uma cena ou de uma história, eu escrevo aquele... aquela, né, momento, tento desenvolver. Aí... aí, às vezes, eu tento fazer um esqueleto mais ou menos onde eu quero, né? Início, meio e fim, mas..., mas a maioria dos livros que eu publiquei foi assim no fluxo mesmo. E depois, relendo e reescrevendo. Mas às vezes tem uma cena, uma cena, um diálogo de um... um tema, algum tipo de personagem. Mas aí até ter a ideia da história toda, eu preciso debruçar ali uns três meses para ficar bolando, né? [...] histórias com finais felizes, ou às vezes situações bem assim, inusitadas, que alguém conta; aí eu anoto, isso eu anoto, anoto lá: “Algum dia eu uso isso aqui”, porque às vezes a pessoa te conta um caso da vida dela, ‘cê fala: “Gente, isso dá um livro”. E aí você não vai escrever o livro todo daquilo, mas você pega uma ideia. É os próprios filmes e doramas que eu assisto às vezes me dá, né? [...] ler, é, consumir, é, filmes, séries, essas coisas, conversar com pessoas...” (P8).

Foi identificado, ainda, um apego entre os participantes e o processo de criação, em que alguns expressaram uma identificação com a prática de escrita, descrevendo-a como uma essência, algo inato, intrínseco, que os conecta a si mesmos, e que não se imaginam vivendo sem a escrita. Semelhantemente, surgiram temáticas como o uso da escrita como forma de ver e representar o mundo. Algumas falas que representam essas constatações.

“A escrita, para mim, representa um, é, uma forma de ver o mundo, uma forma de eu me entender e me compreender [...] escrita é uma forma de você transmitir mensagens, né, e eu tento, eu falo isso numa das aulas, né? Eu tento fazer isso, transmitir boas mensagens, porque a gente pode transmitir mensagens ruins também, né, a... a escrita, ela, eu falo que ela é o primeiro... primeiro pen-drive que foi criado pelo homem, né?” (P4).

“A escrita representa a minha conexão comigo mesma, sabe? Eu sempre uso essa frase e eu também gosto muito de dizer que... que o meu livro só eu posso escrever, sabe? [...] quando eu escrevo, eu sinto que eu... eu estou sendo, sabe, a... a P6. Eu... eu escrevendo, eu sou aquilo que eu quero ser, sabe? [...] escrever, especificamente, eu sinto que eu posso, é, ir para onde eu quiser, eu posso escolher. Eu acho que o... eu sou uma pessoa também que gosta muito de... de ter o... Então, o meu traço tóxico, às vezes, é ser um pouquinho controladora, então, o fato de eu poder criar e decidir tudo o que vai acontecer no meu universo, sabe? [...]” (P6).

“Tornar visível o invisível. Eu acho que é isso, é eu ter uma ideia na cabeça que é só... é só minha, é invisível para os outros, e a hora que eu escrevo e eu publico, isso passa a ser concreto. Eu acho que é isso, tornar visível o invisível; o meu invisível ser visível pras pessoas” (P7).

“Tudo. Hoje em dia é tudo para mim, eu não consigo ficar sem escrever, independe... independentemente se ganho mais grana com isso, se é mais reconhecido ou não, eu vou escrever” (P10).

Interferência da fantasia na realidade

Aqui se destaca de forma direta o fenômeno do devaneio excessivo, o tema central da pesquisa, que é identificar o aspecto desadaptativo associado a ele, diferenciando de um devaneio e fantasia descritos como comuns.

A maioria dos participantes não indicou interferências negativas no cotidiano. Foram expressos momentos de desconexão e ou de distração da realidade em meio a uma concentração intensa durante o processo de geração de ideias ou de construção

narrativa, no entanto, sem interferências consideradas clinicamente significativas. A seguir alguns trechos que elucidam o exposto.

“[...] eu já tenho muita facilidade em ficar muito no meu mundinho, né, tipo, eu fico... às vezes eu fico muito introspectiva e nem é, tipo, de propósito, nem é uma coisa de: ‘Ai, não quero contato’. Não é isso, é só, tipo... é muito fácil para mim. [...] quando eu entro, eu entro de cabeça mesmo, sabe? [...] Se eu tiver muito envolvida com o que eu estou fazendo, eu geralmente peço pra, tipo assim, ‘agora não’. Então, assim, é... porque... até porque a liberdade que eu tenho com os meus pais nesse sentido, é muito tranquila, né? Então, assim, tipo, quando eu não quero interação, meu... meus pais respeitam muito isso, meu irmão também [...] até porque eu sou o tipo de pessoa que quando eu quero interagir, eu vou, interajo, eu sento, eu converso, eu faço tudo, entendeu? [...] Nunca interferiu de forma negativa, não” (P1).

“Não, muito pelo contrário, não, um... Já me perguntaram, assim: ‘Nossa, mas ‘cê escreve terror, ‘cê... ‘cê tem pesadelos com isso?’. De maneira alguma. Para mim é uma coisa muito lúdica. [...] Eu poderia estar escrevendo sobre viagem à lua, sobre o mundo, é, seria a mesma coisa. [...] é uma viagem controlada, assim, eu acho, entendeu? Eu consigo, é, eu tenho controle dessa viagem, eu sinto, mas eu gosto também de deixar ela fluir.” (P10).

Com base nos dados coletados e dispostos anteriormente, foi possível verificar, em meio ao grupo estudado, a ocorrência de um estado de imersão e concentração intensas descrita pelos participantes. Esse envolvimento relatado pelos escritores criativos indicou semelhança ao estado de bem-estar descrito por Csikszentmihalyi (2007 *apud* Neves-Pereira; Fleith, 2019), o chamado *flow* ou *fluxo*. Assim que se entra no processo criativo, as coisas parecem fluir naturalmente; os personagens tomam as rédeas da história, há uma sensação de bem-estar com a realização da tarefa, bem como um direcionamento atencional exclusivo para o processo de criação, a fim de gerar certo tipo de “desconexão” com a realidade, a se dizer, o mundo externo.

Apesar da imersão no momento de construção das narrativas fictícias, além das emoções positivas relatadas durante a escrita, fomentando a estima pelo processo criativo, não foi indicado um padrão de isolamento social ou dificuldades para lidar com a realidade, conforme pontuado por Mavrakakis e Chipman (2021), sendo verificado contato social adequado, seja com familiares, amigos, cônjuges etc.

Não se evidenciou na amostra geral os pontos destacados pelos autores, em especial os referentes ao fator *enfrentamento dos desafios*, embora tenha surgido a temática de bloqueio criativo durante a entrevista. Foi sugerido em alguns pontos elementos do fator *busca pela própria voz*, demonstrados na possibilidade de clarificar ideias e pensamentos, mas como um modo de autoconexão, ainda que alguns participantes tenham destacado a possibilidade de comunicar sua visão de mundo a quem lê.

De modo geral, os participantes apresentaram uma boa avaliação de sua rede de apoio e, mesmo entre aqueles que se mostraram mais introspectivos, cujo apreço pela

solidude e por atividades mais remotas foi relatado, relacionamentos interpessoais significativos puderam ser percebidos. Em meio aos trechos descritos acima, por menores que fossem seus círculos sociais, demonstrou-se que os participantes detêm relações interpessoais que possibilitam um espaço de acolhimento às suas demandas e o respeito às suas necessidades.

Ademais, foi observada a presença de um ambiente relativamente acolhedor e incentivador de sua criatividade e ou interesses no meio da criação/imaginação, demonstrados não somente por meio da escrita, mas também de leitura, desenho e música – a maioria deles destaca pessoas que responsáveis por um pontapé inicial em seu apego por processos criativos e/ou que incentivaram seus interesses pessoais: familiares que compravam seus livros e liam com eles, brincadeiras de infância em meio ao contato com o outro, como “faz de conta” e mediação do ambiente em termos de suas produções, como a escola que possibilita um espaço de expressão criativa e afins. Isso indica relação com o proposto por Vygotsky (1990/1997/1998/1999/2009 *apud* Neves-Pereira; Chagas-Ferreira, 2019) e Csikszentmihalyi (2007 *apud* Neves-Pereira; Chagas-Ferreira, 2019), que destacam a importância do meio social para o desenvolvimento e a construção do que é considerado criativo.

Csikszentmihalyi (2007 *apud* Neves-Pereira; Fleith, 2019) destaca ainda como o contexto é relevante para a avaliação e a determinação do que é considerado criatividade. A interação entre os participantes em um dado momento histórico-cultural que parece valorizar e viabilizar sua expressão artística, bem como a avaliação positiva e a validação que recebem de outras pessoas, possibilitaria a eles maior expressão e produção criativa, tendo em vista o papel do contexto na formação do eu.

Vygotsky (1990/1997/1998/1999/2009 *apud* Neves-Pereira; Chagas-Pereira, 2019) ainda pontua que a criatividade pode possibilitar, por meio da imaginação criativa, o contato com as próprias emoções, para que o sujeito possa expressar em suas criações – nesse caso, a escrita de livros ou dramaturgia – sua perspectiva frente à realidade vivenciada.

Essa observação pode ser identificada nas falas que refletem a escrita como uma forma de obter autoconhecimento e conexão consigo mesmo, assim como nas afirmações de que por meio da escrita os participantes são capazes de transmitir ideias e visões de mundo, segundo Amabile (2020). Os fatores responsáveis pelo desenvolvimento da criatividade descritos por Rhodes (1981 *apud* Carnaz, 2013)

também puderam ser verificados, ressaltando novamente a importância do contexto no desenvolvimento e no estímulo à criatividade (Carnaz, 2013).

Os escritores criativos que participaram da pesquisa, se enquadram na definição formulada pelo Programa de Escrita Thomson da Universidade de Duke (Amabile, 2020), visto que descreveram processos de escrita semelhantes, associados à estruturação da história e de seus capítulos – chamados de escaleta por duas participantes e de roteiro embrionário e ou roteiro capitular por outro. Aqueles que se enquadraram como mais adeptos do fluxo natural de ideias durante a escrita, em contrapartida a uma visão mais arquitetada da obra em que já se sabe tudo, também descreveram um momento de delimitação de alguns elementos narrativos, como início, meio e fim da história. No entanto, a estruturação não impediu que a criatividade surgisse em meio a uma “inundação de ideias” que permitia um desenrolar mais natural da história a partir das mudanças que surgiam no meio do caminho. Essas descrições não puderam ser relacionadas a nenhuma outra bibliografia utilizada para fundamentar este trabalho.

As fontes de inspiração que promovem a construção narrativa também se mostraram variadas para os participantes, de modo que o mais remoto estímulo do ambiente pode servir para lhes incitar a escrever sobre determinada temática ou, pelo menos, promover a introdução de um conceito ou cena em uma de suas obras. Eles descreveram como outras manifestações de trabalhos artísticos, a se dizer, filmes, séries, livros e afins podem despertar interesse.

O processo criativo expressou-se, majoritariamente, de maneira espontânea e não intencional. A intencionalidade referia-se mais a uma busca por materiais referentes à escrita do que ao engajamento intencional em fantasias que conduzissem a algum tipo de satisfação pessoal, não sendo identificada na amostra a prática dos exercícios criativos referentes à devaneios intencionais, como sugerido por Zedelius e Schooler (2016).

Aqui é possível destacar, novamente, o papel do meio na criatividade, que não somente viabiliza a validação da produção artística, mas também oferece materiais que enriquecem e elevam a capacidade imaginativa a partir de experiências vividas pelo próprio sujeito ou vivenciadas por outrem, compartilhadas nos momentos de troca de experiência em meio às interações sociais (Rhodes, 1981 *apud* Carnaz, 2013).

Observou-se que as narrativas e fantasias descritas englobam, em sua maioria, conteúdos referentes às obras e a seus personagens, não sendo relatados processos imaginativos que colocassem os participantes no centro de cenários complexamente

construídos, embora alguns reconheçam partes de si próprios em seus personagens – manifestadas como aspectos de personalidade, conflitos, pensamentos ou valores.

O caráter espontâneo da geração das ideias associa-se mais à definição de devaneio associada à divagação, descrita por Zedelius e Schooler (2016), que estaria, por sua vez, ligada a maiores incidências de *insight*, como salientado pelos autores, embora tenham sido parcialmente observados relances de pensamento analítico associado à criatividade nos participantes, no que se refere à pesquisa por materiais para fundamentar ou elucidar algum assunto que seria abordado, exigindo articulação entre conceitos e formulações decorrentes de cadeias lógicas de pensamento.

Os devaneios vivenciados pelos participantes assemelham-se à hipótese levantada no estudo de Zedelius e Schooler (2021), isto é, que escritores criativos tendem a devanear sobre temas mais fantásticos e curiosos, o que, por sua vez, pode estar associado à sua criatividade, indicando assim a possibilidade de haver um limiar entre devaneio adaptativo e desadaptativo, que interfere diretamente na capacidade criativa.

Referente aos impactos do processo imaginativo e do processo de escrita, não foi identificado na população alvo interferências clinicamente significativas. Ainda que durante as entrevistas alguns tenham mencionado um foco especial à tarefa e ao fluxo de imaginação, que poderia acarretar certa alienação do meio, não houve impacto negativo nas relações sociais e nas demais tarefas cotidianas.

Na entrevista semiestruturada não se evidenciaram os fatores descritos por Somer, Somer e Jopp (2016) na etiologia do quadro clínico, bem como não foram observados os sintomas característicos de devaneio excessivo mal adaptado identificados por Somer (2002) em sua pesquisa.

Dados da Escala BMDS-16

No presente tópico, estão dispostos os dados quantitativos coletados a partir da aplicação da Escala BMDS-16 com os participantes.

O Quadro 2 apresenta a distribuição, por itens, da porcentagem selecionada pelos participantes como resposta às perguntas referentes às categorias associadas ao quadro de devaneio excessivo mal adaptado.

Quadro 2. Pontuações brutas obtidas com a aplicação da Escala BMDS-16

	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10
01	100	50	50	80	80	90	90	40	100	60
02	60	80	80	10	100	80	50	0	40	20
03	80	100	80	50	10	70	100	20	50	10
04	70	40	80	0	70	90	80	0	50	20
05	10	70	20	0	0	60	50	0	30	0
06	0	30	0	0	0	30	20	10	50	0
07	10	90	30	0	0	50	90	60	50	30
08	0	60	0	0	0	70	70	50	10	0
09	30	20	0	0	30	70	20	30	50	0
10	50	70	70	0	40	50	50	10	70	0
11	40	60	0	50	10	70	80	0	10	0
12	50	30	0	20	60	30	30	20	30	0
13	10	80	0	100	0	50	10	0	80	0
14	40	60	10	0	0	60	80	0	80	0
15	100	50	100	100	90	50	80	30	50	40
16	80	50	0	50	10	40	0	30	100	0
Total	46	59	33	29	31	60	56	19	53	11
Ponto de corte: 63 pontos.										

Fonte: dados da pesquisa de campo

A Escala de Devaneio Excessivo de 16 itens foi desenvolvida por Somer *et al.* (2016), tendo por objetivo “providenciar uma ferramenta que avalie sintomas relacionados a MD (*Maladaptive Daydreaming*) em grandes grupos de pessoas” (p. 79), possibilitando um mapeamento das características que compõem o quadro investigado.

Tendo em vista que o contexto no qual foi aplicado a escala, foi utilizada a versão brasileira BMDS-16 (Catelan; Nardi, 2021). Com base nos critérios de avaliação, levando em conta que o ponto de corte para indicativo de devaneio excessivo mal adaptado é de 63 pontos (Somer *et al.*, 2016 *apud* Catelan *et al.*, 2023), é evidente perceber que nenhum dos participantes da população amostral indicou a presença do quadro clínico investigado na presente pesquisa, embora alguns indicassem pontuações próximas ao ponto de corte.

Tendo em vista os resultados expressos no Quadro 2, é possível identificar uma delimitação entre o que é considerado um devaneio comum e um devaneio desadaptativo. Enquanto o devaneio excessivo relaciona-se com a sintomatologia descrita por Somer (2002), cujos fatores de risco e preditores identificados encontram-se no estudo realizado por Somer, Somer e Jopp (2016), o devaneio comum, por sua vez, parece estar mais associado ao conceito de *divagação*, embora, diferentemente desta, não implique a execução de uma tarefa quando ocorre esse encaminhamento da atenção para o eu e seus conteúdos, sejam eles quais sejam. No entanto, os três tipos de

devaneio descritos por Singer e Antrobus (1963 *apud* Zedelius *et al.*, 2021), não puderam ser identificados.

Apesar das instruções da Escala BMDS-16 indicarem que os devaneios se referem à própria pessoa: “As questões a seguir são a respeito dos seus devaneios [...] (por exemplo, imaginar-se atuando em um filme, imaginar-se sendo o centro das atenções, imaginar-se alcançando seus objetivos, imaginar-se tendo uma vida alternativa, imaginar-se em um universo mágico de fantasia etc.)” (Catelan; Nardi, 2021, p. 1), deve-se considerar que a maioria dos participantes respondeu em referência às ideias pertinentes às suas **obras**, sejam elas já escritas, desenvolvidas ou publicadas.

Em outros momentos, para uma pequena parcela dos participantes, os devaneios foram associados a pensamentos ruminativos e ansiosos, referentes à preocupações gerais ou específicas, não parecendo indicar semelhança com as definições de Somer (2002), embora possam ter algum tipo de associação com os devaneios descritos como culposos-disfóricos, conforme a definição de Singer e Antrobus (1963 *apud* Zedelius *et al.*, 2021). Essa associação, no entanto, não ficou muito clara no relato, tratando-se somente de uma suposição.

Compreende-se ser de suma relevância ressaltar que a Escala BMDS-16 (Catelan; Nardi, 2021), assim como o instrumento original, possui caráter de mapeamento e rastreio de possíveis “devaneadores desadaptativos”, e não apresenta um caráter diagnóstico em si.

Evidenciou-se a necessidade de produção de instrumentos mais específicos a partir da escala desenvolvida por Somer *et al.* (2016 *apud* Catelan *et al.*, 2023) que levem em conta os fatores associados ao desenvolvimento dos itens: *Yearning, Music, Impairment e Kinesthesia* (Anseio, Música, Comprometimento e Cinestesia) ou *Yearning, Impairment e Sensory Stimuli* (Anseio, Comprometimento e Estímulo Sensorial), na versão brasileira, pois, ainda que exista a classificação desses fatores, ela não se mostra aplicável de fato, visto que as pontuações referem-se somente a um escore geral.

Integração dos dados

Tendo em vista os dados qualitativos obtidos na entrevista semiestruturada e os dados quantitativos levantados por meio da aplicação da Escala BMDS-16, foi possível perceber que, referente à amostra geral do estudo, não há respaldo suficiente para determinar uma relação direta entre devaneio excessivo mal adaptado e escrita criativa.

Retomando alguns dos conceitos elucidados por Somer (2002) e Somer, Somer e Jopp (2016), os devaneios excessivos têm caráter intencional, implicando a construção de mundos fantasiosos dos quais o indivíduo participa tecendo histórias, envolvendo-se e tendo reações emocionais e movimentos estereotipados associados. Os participantes, mediante relato e respostas na escala, não indicaram presença de devaneio excessivo mal adaptado. Suas respostas basearam-se, em grande parte, na fantasia associada às suas histórias e a narrativas em que eles não se apresentavam nem como os protagonistas nem como personagens.

Ademais, o devaneio excessivo mal adaptado implica interferências negativas associadas a trabalho, meio social, estudo e demais contextos. Indivíduos que apresentam o quadro tendem a optar pela vivência no devaneio ao invés de socializar-se, indicando padrão de isolamento social, que somente reforça o ciclo vicioso de migração para o mundo interno como forma de escapar de uma realidade para a qual não detém as estratégias necessárias de enfrentamento, além dos indicativos de prejuízo na autoestima e de insatisfação frente ao eu real, que implicam a construção do eu ideal na fantasia.

Nesse aspecto, os participantes indicaram boa autoimagem: *“eu gosto das coisas que eu faço, eu gosto de mim mesmo, gosto da minha vida”* (P3), *“eu me sinto uma pessoa realizada”* (P4) e a presença de uma rede de apoio relacional adequada: *“eu sou muito confortável com relação às pessoas que eu já tenho relacionamento”* (P1), *“isso acho que é uma rede de apoio, de acolhimento e que me deu força para muita coisa”* (P2), de acordo com trechos retirados da entrevista. Portanto, apresentou-se pouca associação entre escrita criativa, devaneio e isolamento social em relação à população amostral.

A intencionalidade frente às fantasias, visando um contato proposital com o mundo interno em busca de algum tipo de gratificação e/ou recompensa, que conforma um dos fatores de risco para etiologia do quadro descritos por Somer, Somer e Jopp (2016), não se manifestou na fala ou nos resultados da escala: *“As ideias dos meus livros, elas sempre surgem de maneira espontânea”* (P5); *“a maioria dos livros que eu publiquei foi assim no fluxo, mesmo”* (P8). Os trechos da entrevista revelam *insight* e espontaneidade no processo criativo dos participantes, associados a uma das manifestações de criatividade descritas por Zedelius e Schooler (2016).

Os devaneadores apresentam dificuldade em terminar tarefas importantes em decorrência do caráter compulsivo dos pensamentos que costumam ser difíceis de

controlar e, geralmente, propiciam uma sensação de prazer, embora possam gerar grande sofrimento em relação ao tempo gasto em devanear.

O prazer do envolvimento no processo imaginativo expressos pelos participantes não indicou interferências clinicamente significativas na amostra, pois não foram observados padrões de isolamento social, conforme pontuado acima, e a procrastinação e ou ansiedade relatadas por alguns dos participantes pareceu relacionar-se mais a preocupações corriqueiras do que fruto de fantasias desadaptativas.

Em meio à população participante, escritores criativos que necessariamente fazem uso da imaginação e da fantasia na criação de suas obras literárias ou dramaturgia, não foram percebidas características desadaptativas de devaneio, embora tenham apresentado ocorrências de devaneios comuns, esperados em relação à especificidade de sua ocupação, confirmando os resultados da pesquisa de Zedelius e Schooler (2016) com escritores criativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram pouca relação entre o devaneio excessivo mal adaptado e a prática da escrita criativa. No entanto, foi possível identificar algumas características que se referem a um tipo de devaneio adaptativo e sua correspondência à prática e à produção criativa das obras dos escritores, demonstrando e indicando uma adaptabilidade que permite o engajamento em mundos distintos, ao mesmo tempo em que se relaciona com o meio e é inspirado por ele.

O processo criativo e imaginativo se mostra heterogêneo e verifica-se a necessidade de instrumentos emergentes que possibilitem compreender a expressão da criatividade. Frisa-se que, no presente estudo, a concepção de criatividade abrangeu uma perspectiva mais sociocultural e não a visão mais cognitivista que associa a criatividade à capacidade de resolução de problemas. É importante também considerar, em futuros estudos sobre devaneio excessivo mal adaptado com escritores criativos ou com outra população, diferentes interpretações de criatividade.

A escassez de estudos referentes ao devaneio excessivo e a carência de informações que delimitem os fatores específicos referentes à diferenciação entre devaneio excessivo e devaneio comum e como eles se relacionam com outros quadros clínicos, traços de personalidade e fatores socioambientais, demonstra a emergência da realização de pesquisas longitudinais que possam mapear todos os aspectos relevantes

para o desenvolvimento e a manutenção do quadro, levando em consideração as diferenças culturais e a necessidade de elucidar profissionais da saúde a respeito do fenômeno. Além disso, ressalta-se a importância de se desenvolver mais instrumentos de avaliação de devaneio excessivo, a partir da análise quantitativa dos resultados.

Observou-se, dessa forma, a existência de um devaneio adaptativo, ou seja, o grupo pesquisado não indicou devaneio excessivo. Assim, considera-se a possibilidade de fazer uso da escrita como forma de intervenção e redução dos sintomas desadaptativos do devaneio, a fim de promover aos acometidos a expressão e o contato com seu interior e fomentar possíveis estratégias de enfrentamento e regulação emocional.

No entanto, como destacado por West e Somer (2016), devido à dificuldade de manter a atenção em tarefas externas nos devaneadores, que possivelmente interfere em sua capacidade de produção criativa, mostra-se interessante a introdução a práticas de *mindfulness* como estratégia de intervenção e foco no presente. Reforça-se, portanto, a relevância da realização de mais estudos na área para viabilizar um diagnóstico e indicar tratamento adequado à população que sofre de maneira significativa em decorrência dos sintomas de devaneio excessivo mal adaptado.

REFERÊNCIAS

- AMABILE, Luís Roberto. Do que estamos falando quando falamos de escrita criativa. **Criação & Crítica**, n. 28, p.132-149, 2020. Disponível em: <http://revistas.usp.br/criacaoecritica>. Acesso em: 09 jun. 2024.
- CARNAZ, Maria Elisabete Alves Rosa. **Da criatividade à escrita criativa**. Dissertação (Mestrado em Didática da Língua Portuguesa), Departamento de Educação, Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/content.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- CATELAN, Ramiro Figueiredo.; NARDI, Antonio Egídio. **Escala de Devaneio Excessivo - MDS-16 - Maladaptive Daydreaming Scale - versão brasileira**, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.32803.17444>. Acesso em: 14 de mar. 2024.
- CATELAN, Ramiro Figueiredo; ZSILA, Àgnes.; PIETKIEWICZ, Igor J.; NARDI, Antonio Egídio. E. Cross-cultural adaptation and validation of the Brazilian Portuguese version of the Maladaptive Daydreaming Scale (BMDS-16). **Psychiatr Psychol Klin**, v. 23, n. 3, p. 129-140, 2023. Disponível em: file:///C:/Users/DELL/Downloads/Catelan_et_al_2023.pdf. Acesso em: 08 abr. 2024.
- DUDEK, Nirit Soffer; THEODOR- KATZ, Nitzan. Maladaptive Daydreaming: Epidemiological Data on a Newly Identified Syndrome. **Frontiers in Psychiatry**, v. 13, p. 1-10, 2022. Disponível em:

<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsy.2022.871041/full>. Acesso em: 17 mar. 2024.

GREENE, Talya; WEST, Melina; SOMER, Eli. Maladaptive daydreaming and emotional regulation difficulties: A network analysis. **Psychiatry Research**, v. 285, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.112799>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2 p.1-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131>. Acesso em: 14 mar. 2024.

LUNETTA, Avaetê de; GUERRA, Rodrigues. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **OWL Journal - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 149–159, 2023. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MAVRAKAKIS, Konstantinos; CHIPMAN, Abigail. Writing fiction; a phenomenological study of the creative writing experience of fiction writers. **Modern Psychological Studies**, v. 26, n. 2, University of Tennessee, 2021. Disponível em: <https://scholar.utc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1521&context=mps>. Acesso em: 24 nov. 2024.

NEVES-PEREIRA, Mônica Souza; CHAGAS-FERREIRA, Jane Farias. O Modelo da Imaginação Criativa de Lev Vigotsky. In: NEVES-PEREIRA, Mônica Souza; FLEITH, Denise de Sousa (org.). **Teorias da Criatividade**. Campinas: Alínea, 2019. p. 107-136. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/NEVES-PEREIRA,%20Mônica%20Sousa,%20FLEITH,%20Denise%20de%20Sousa,%20Teorias%20da%20Criatividade.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SÁNDOR, Alexandra; BUGÁN, Antal; NAGY, Attila; BOGDÁN, Lilla Stella; MOLNÁR, Judit. Attachment characteristics and emotion regulation difficulties among maladaptive and normal daydreamers. **Current Psychology**, v. 42, p. 1617-1634, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/s12144-021-01546-5.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SÁTYRO, Natália Guimarães de Duarte; D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades? **Sociedade e Cultura**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/55631/34815>. Acesso em: 18 maio 2024.

SOMER, Eli. Maladaptive Daydreaming: A qualitative inquiry. **Journal of Contemporary Psychotherapy**, v. 32, n. 2/3, p. 197-212, 2002. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1020597026919>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SOMER, Eli; LEHRFELD, Jonathan; BIGELSEN, Jayne; JOPP, Daniela S. Development and validation of the Maladaptive Daydreaming Scale (MDS). **Consciousness and Cognition**, v. 39, p. 77-91, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.concog.2015.12.001>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SOMER, Eli; SOMER, Liora; JOPP, Daniela S. Childhood Antecedents and Maintaining Factors in Maladaptive Daydreaming. **The Journal of Nervous and Mental Disease**, v. 204. n. 6, p. 471-478, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/NMD.0000000000000507>. Acesso em: 07 abr. 2024.

WEST, Melina Jay; SOMER, Eli. Empathy, emotion regulation, and creativity in immersive and maladaptive daydreaming. imagination, cognition and personality in theory, **Research, and Clinical Practice**, v. 39, n. 4, p. 358-373, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0276236619864277>. Acesso em: 25 nov. 2024.

ZEDELIUS, Claire M.; PROTZKO, John; BROADWAY, James M.; SCHOOLER, Jonathan W. What types of daydreaming predict creativity? Laboratory and experience sampling evidence. **Psychology of Aesthetics, Creativity, and the Arts**. 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1037/aca0000342>. Acesso em: 24 nov. 2024.

ZEDELIUS, Claire M.; SCHOOLER, Jonathan W. Curious and Fantastical: The Daydreaming of Creative Writers. **PsyArXiv Preprints**, p.1-41, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31234/osf.io/fmve2>. Acesso em: 3 jun. 2024.

ZEDELIUS, Claire M.; SCHOOLER, Jonathan W. The Richness of Inner Experience: Relating Styles of Daydreaming to Creative Processes. **Frontiers in Psychology**, v. 6, 2016 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2015.02063>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO CLÍNICO DE CARL GUSTAV JUNG: SÍMBOLOS, SONHOS E AMPLIFICAÇÕES

Gustavo Monteiro de Oliveira Ferreira

Mateus Donia Martinez

Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

A palavra método pode ser genericamente definida como um modo específico de se fazer algo (Cambridge Dictionary, 2025), um procedimento ou processo para se atingir um objetivo específico (Merriam-Webster, 2025). Um método pode ser empregado em diversas áreas do fazer humano, como nas artes, nos rituais religiosos, nas ciências, na produção artesanal ou mesmo industrial, na prática dos diversos profissionais da saúde e na Psicologia. Ele pode ser sistemático, rígido, protocolar ou permitir variações criativas.

No caso da prática psicológica, particularmente na prática clínica, o método é ferramenta de trabalho substancial na identificação das demandas clínicas, no diagnóstico psicológico, na realização das intervenções e no manejo clínico adequado às demandas e à proposta de trabalho psicoterapêutico. Nesse sentido, o modo como o trabalho clínico é realizado e o método clínico empregado é sempre ancorado nos pressupostos teóricos e epistemológicos particulares de determinado modelo psicológico sobre o homem e o mundo. Por sua vez, à luz de uma ciência psicológica plural, são variados os modelos psicológicos e cada um deles tem seu próprio método de prática psicológica (Figueiredo, 2008).

Em se tratando da psicologia analítica, abordagem clínica de viés psicodinâmico desenvolvida pelo psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875 - 1961), o método junguiano, na prática clínica, visa, em linhas gerais, um tratamento das neuroses por meio de uma aproximação ou reconciliação entre a atitude consciente e o inconsciente. Essa aproximação é realizada, fundamentalmente, a partir da interpretação dos conteúdos inconscientes, para que o simbolismo do material inconsciente seja reintegrado pela consciência (Pinheiro, 2019).

Dessa maneira, este capítulo apresenta os fundamentos conceituais do método desenvolvido por Carl Gustav Jung para o trabalho clínico. Especificamente,

apresentamos algumas noções preliminares sobre a abordagem simbólica, a partir da exposição de uma situação clínica hipotética, para em seguida conceituamos símbolo, sonho e finalmente adentrarmos no método clínico de Jung, o procedimento de amplificação simbólica.

DO CONCRETO AO SIMBÓLICO

Geralmente, a situação típica que se apresenta no consultório clínico é aquela em que o cliente chega para o psicólogo com um problema que não consegue resolver e do qual desconhece a causa. Ele chega até nós com algo do qual quer se livrar, e dá a esse algo nomes genéricos como doença, transtorno, TDAH, depressão, ansiedade, neurose...as situações particulares que serão chamadas por esses nomes diversos são inumeráveis.

Pensemos em uma situação clínica hipotética para ilustrar como o processo terapêutico se apresenta: um cliente chega ao consultório com a queixa de que está se sentindo ansioso porque seus colegas de trabalho estão lhe perseguindo, chegando a conspirar a favor de sua demissão. Certo dia, essa ansiedade aumentou tanto que ele chegou a ficar com medo de comer o lanche que deixou exposto em sua mesa enquanto ia ao banheiro, porque achou que pudesse ter sido envenenado por um desses colegas. Essa situação está lhe deixando cada vez mais preocupado e tem afetado profundamente a sua vida profissional.

Saber se essa trama realmente ocorre concretamente é importante somente até certo ponto no *setting* terapêutico. É evidente a importância de verificarmos em até que grau o sentimento de perseguição do cliente se ancora em um dado da realidade objetiva. Mas ainda mais importante do que conhecer a situação concreta é reconhecer qual a narrativa produzida pelo cliente sobre a situação, pois na clínica junguiana nos importa mais a realidade simbólica ou psíquica do que a concreta.

Imaginemos, portanto, que a cena narrada pelo cliente não esteja de acordo com a situação concreta: os seus colegas de trabalho não conspiram contra ele e muito menos almejam sua demissão. Na realidade são indiferentes a ele. O contraste entre a trama narrada e a situação concreta demonstra a peculiaridade da situação, e talvez até mesmo o cliente seja capaz de constatar, a depender do nível de consciência que tiver do problema, que a ideia de que um de seus colegas envenenou seu lanche enquanto ele ia ao banheiro seja absurda e impossível de ocorrer. No entanto, e é aí que a situação se torna ainda mais

embaraçosa, nosso cliente continua se sentindo ansioso e com medo de ser envenenado, mesmo sabendo que tudo isso é objetivamente impossível de acontecer.

Caso façamos uma intervenção baseada somente na situação concreta, podemos deixar nosso cliente ainda mais desmoralizado. Em uma intervenção concreta, diríamos algo como: veja, é pouco provável que alguém vá envenenar a sua comida enquanto você a deixou para ir ao banheiro, portanto você tem que relaxar e deixar de ficar ansioso com algo que não acontecerá. Ao que o cliente provavelmente responderia: Sim, eu sei que é absurdo e que não faz sentido, mas eu continuo me sentindo ansioso!

Como agir diante de um impasse que se apresenta como um absurdo impossível? Jung nos encoraja a ouvir as tramas dos clientes e vê-las como fatos psicológicos, sem interpretá-las de forma concreta:

A experiência tem me ensinado que o meio mais eficaz é tomar a sério um fato como o citado [no contexto original, Jung refere-se ao caso de um cliente hipocondríaco] e procurar uma explicação adequada para ele. Mas uma explicação só é satisfatória quando conduz a uma hipótese que equivalha ao efeito patológico. Nosso paciente enfrenta uma força volitiva e uma sugestão, às quais sua consciência nada pode contrapor (Jung, 1939/2012, §26).

Seguindo a lógica proposta por Jung, poderíamos pensar que o nosso cliente, embora não seja perseguido pelos colegas de trabalho, sofre uma perseguição psicológica, causada por algo desconhecido que não depende da sua vontade. Trata-se, portanto, de um desarranjo psíquico entre conteúdos conscientes (saber que não está sendo perseguido) e inconscientes (algo que o faz sentir perseguido). A situação toda agora assume outro aspecto: torna-se mais importante conhecer o ambiente psicológico que produziu a fantasia de perseguição do que conhecer o ambiente de trabalho em que o cliente se diz “perseguido”. Esse desarranjo psíquico, que provoca sintomas de ansiedade e perseguição, pode ser chamado tecnicamente de neurose.

A neurose é considerada uma “dissociação relativa, um conflito entre o eu e uma força contrária relacionada aos conteúdos inconscientes” (Jung, 1939/2015, §516). Esse conflito causa um enfraquecimento da atitude consciente, ou seja, da capacidade do ego, o centro da consciência, de se orientar e se relacionar ativamente com conteúdos inconscientes (Pieri, 2002).

Nos casos mais graves, em que o eu cede aos conteúdos inconscientes e passa a ser conduzido por eles, o indivíduo fica suscetível ao risco de uma esquizofrenia (psicose). Nela, o rebaixamento da consciência alcança um nível tamanho que o eu perde toda a possibilidade de resistir ao inconsciente e se fragmenta (Jung, 1939/2015). Nesse

cenário, a análise do inconsciente será a ferramenta clínica fundamental para Jung (1938/2011), porque será a partir dela que o cliente aumentará as suas chances de assimilar o conteúdo inconsciente quando houver o surgimento de um símbolo.

O conceito de símbolo será central para compreensão do método de Jung, bem como do restante de sua obra, pois o inconsciente se manifesta por meio de expressões simbólicas. Para o autor, o símbolo é um fenômeno produzido de forma natural pelo inconsciente, e será a melhor representação possível de algo desconhecido, do ponto de vista da consciência (Jung, 1939/2011). É, portanto, a partir do desenvolvimento de uma atitude simbólica prática, na valorização das expressões simbólicas da psique, que o método de trabalho com o inconsciente acontece. Continuamos, então, com a exploração deste tema.

SÍMBOLOS E A ATITUDE SIMBÓLICA

Pensemos sobre a relação entre inconsciente e consciente de um indivíduo. Essa relação se estabelece como um vai e vem, um afluxo de energia psíquica (libido), uma troca harmoniosa de constantes transformações em alguém saudável e um cabo de guerra tensionado em uma pessoa neurótica. Na neurose, é como se a recusa da consciência sobre o inconsciente gerasse um estancamento da vida do indivíduo. A energia psíquica que fluía e gerava a sensação de que a vida estava seguindo o seu rumo agora está barrada e impedida de continuar. Para que essa energia volte ao seu movimento natural, o impasse entre consciente e inconsciente precisará ser resolvido. As duas posições precisarão ser reconectadas para encontrarem um meio termo, uma forma de coexistirem.

O símbolo exercerá justamente a função psicológica de reconectar o que foi obstruído pela neurose, ou seja: reconectar a consciência ao inconsciente. Por isso, Jung (1928/2013) dirá que o símbolo é equivalente a uma máquina psicológica transformadora de energia. Ele se forma no inconsciente (1928/2013), sem a participação da consciência e, por conta da autonomia relativa que o inconsciente possui sobre a consciência, Von Franz (2011) reforçará a ideia de que a experiência com o inconsciente será o único fator realmente capaz de curar alguém em análise.

Mas então qual seria a função da análise, se a consciência não pode gerar símbolos e se dependemos da experiência com o inconsciente para que uma cura⁸ possa existir? Como o símbolo é a melhor expressão possível de algo desconhecido, ele é, portanto, a melhor expressão possível do inconsciente, pois o inconsciente é justamente aquilo que nós não conhecemos e podemos passar a conhecer por meio dos símbolos.

A função da consciência será a de proporcionar receptividade, de desenvolver uma escuta cautelosa e uma reaproximação do conteúdo desconhecido trazido pelo símbolo. Sendo assim, embora o símbolo seja produzido no inconsciente, sua experiência só poderá ser assimilada com a participação da consciência. Essa participação é dura, porque implicará o sacrifício da posição inicial da consciência para que uma nova atitude possa surgir, uma atitude simbólica (Jung, 1939/2011).

A atitude simbólica requer uma escuta e uma atenção especial da consciência para com as produções do inconsciente. As formações simbólicas surgem de dentro de nós e ao nosso redor o tempo todo, nos sonhos, em nossas expressões criativas, nos lapsos de fala, nos sintomas, no nosso corpo, nos eventos sincronísticos etc. Mas sem uma atitude compreensiva, ou simbólica, não conseguimos captar sua mensagem e permanecemos inconscientes. Nesse sentido, permanecer em um estado de inconsciência significa perpetuar a atitude consciente que contribui para determinada sintomatologia ou sofrimento psíquico. Para nos atentarmos às nossas produções simbólicas, o primeiro passo é recorrer aos símbolos que produzimos todas as noites enquanto dormimos: os sonhos (Jung, 1961/2013).

O SONHO NA PSICOLOGIA ANALÍTICA

Jung concorda com Freud ao afirmar que os sonhos são a via régia para o inconsciente. Ou seja, os sonhos permitem o acesso direto ao inconsciente, mais direto que outras formações simbólicas. Nesse sentido, enquanto as formações simbólicas são tentativas de reunificar o sistema psíquico, podemos pensar os sonhos, os sintomas e os sofrimentos neuróticos e as demais formações simbólicas que atuam como tentativas de cura do próprio psiquismo como formas de reencontrar o equilíbrio psíquico perdido.

⁸ Leia-se cura, aqui, como a reconexão entre as esferas consciente e inconsciente.

Em outras palavras, é no próprio sintoma que o potencial de cura existe. Essa é uma formulação paradoxal, assim como são as muitas concepções da psicologia de Jung. Por um lado, o sintoma e o sofrimento associado podem paralisar a vida individual e o desenvolvimento psíquico; por outro, como expressões psíquicas, eles podem revelar ao indivíduo caminhos de cuidado e de transformação da condição que se apresenta e da atitude da consciência diante do problema.

A ideia de que tanto o sintoma neurótico como o sonho representam tentativas de cura do próprio psiquismo nos leva à hipótese de que os sonhos, os sintomas e as várias expressões psíquicas são irradiados de algo que tenta reordenar a vida psíquica. Jung (1939/2011) o denomina por Si-mesmo, ou *Self*, uma espécie de maestro regente da orquestra psicológica.

Nesse sentido, podemos considerar os sonhos como tentativas do Si-mesmo de promover o equilíbrio dinâmico na homeostase psíquica. Esse objetivo só poderá se efetuar se a consciência for capaz de assimilar o conteúdo simbólico trazido pelo inconsciente, fazendo com que uma nova atitude seja gerada e a estagnação seja superada. Porém, a desvalorização do homem moderno em relação aos conteúdos dos sonhos e do inconsciente faz com que ele não leve a sério seus próprios conteúdos. Assim, os sonhos e demais manifestações que poderiam lhe trazer a vitalidade perdida pela neurose são desperdiçados (Jung, 1939/2011).

A desvalorização do inconsciente é acompanhada pela consequente supervalorização da consciência e de seus aspectos racionais. A consciência é, para Jung, um fator de adaptação momentâneo que pode selecionar objetos e se autodirecionar, sendo o ego o centro da personalidade consciente (Pinheiro, 2021).

A relação entre a consciência e o inconsciente é compensatória ou complementar. A compensação é uma confrontação entre dados de origens distintas, com pontos de vista distintos. A partir da confrontação é gerada uma retificação ou um novo equilíbrio. Portanto, se o inconsciente compensa a atitude consciente, é preciso que conheçamos a atitude consciente do sujeito para que possamos interpretar o seu inconsciente (Pinheiro, 2021).

Segundo Jung (1947/2011), a aplicação da análise de sonhos é um tema contestado sobretudo pelas abordagens psicológicas que desconsideram o inconsciente como um fator relevante e decisivo para a compreensão dos fenômenos psíquicos, rejeitando a hipótese de um inconsciente psíquico. Sem essa hipótese, a análise dos sonhos perde toda sua subsistência, uma vez que o sonho passaria a ser apenas uma

consequência da ativação cortical que, por ocorrer de forma aleatória, gera imagens caóticas e randômicas que são sintetizadas em uma narrativa sequencial (Solms, 2000 *apud* Cheniaux, 2006). Porém, para o profissional que considera o inconsciente como um fator decisivo na etiologia dos processos psíquicos, o sonho ganha um valor fundamental, uma vez que permite que o psicólogo tenha acesso a uma expressão mais direta do inconsciente e, portanto, do agente etiológico das neuroses e psicoses (Jung, 1947/2011).

É fundamental, quando tratamos de sonhos na perspectiva de Jung, considerá-los como fenômenos naturais. Do ponto de vista da consciência, o sonho é simplesmente um fato passível de ser observado e não depende da vontade do sonhador para existir: ele acontece de forma natural e o sonhador o percebe, assim como percebe um objeto externo.

O sonho é tal como ele é, e uma interpretação exclusiva a partir da consciência faz com que nos distanciemos de seu significado, uma vez que sempre simboliza algo desconhecido. É a consciência que deve compreender o sonho, e não este que deve se adequar a ela por meio de teorias e conjecturas racionais (Jung, 1938/2011). Portanto, o método de interpretação seria melhor compreendido se considerado como uma tentativa de aproximação de um objeto desconhecido, e menos como uma redução desse objeto a algo previamente determinado.

Quando tomamos os sonhos como fenômenos naturais, tudo o que dizemos sobre eles não passa de uma hipótese interpretativa (Pinheiro, 2019). Von Franz (1990), em concordância com o Talmude⁹, comenta que o sonho é, por si próprio, a sua melhor interpretação. Se conseguíssemos nos aproximar do sonho como ele é, conseguiríamos compreender o seu significado e ser atingido por ele.

Porém, o problema é que a mensagem trazida pelo sonho, na maioria das vezes, não é captada, e como não possui força o suficiente para clivar a atitude da consciência, acaba sendo esquecida. Assim, a análise do material inconsciente precisa ser feita para que se compreenda o seu simbolismo, possibilitando a sua integração na personalidade do analisando. A interpretação, portanto, se trata de uma tentativa de tradução desse acontecimento natural para uma linguagem que nos seja compreensível: uma linguagem psicológica, com o objetivo de superar o impasse causado pela neurose (Jung, 1938/2011).

⁹ Coleção de textos sagrados judaicos.

O MÉTODO DE AMPLIFICAÇÃO

Na psicologia analítica, interpretar é equivalente a amplificar. Porém, antes de explorarmos o chamado método de amplificação simbólica, característico da *práxis* clínica junguiana, é necessário tecermos algumas considerações preliminares a respeito de suas origens, aplicações mais amplas e a contextualização do uso do método.

Imagine que você se depara com um texto antigo e desconhecido, escrito em um idioma que você nunca cogitou existir. Você não entende o significado das palavras e tampouco do texto. Não há ninguém, nem nenhum dispositivo para te explicar esse idioma. O que você faria para conseguir saber os significados das palavras e poder ler o texto incógnito? É com este tipo de problema que a filologia se depara. Ela estuda os textos antigos, as origens e as transformações das línguas (Philology, 2025).

O método empregado pela filologia é efetuar comparações, traçar paralelos entre o material desconhecido com outros textos, passagens textuais e produções culturais com significados já conhecidos. Deste modo, por meio de aproximações, por semelhanças, os significados podem ser paulatinamente conhecidos. Mas, qual a necessidade de conseguir entender os significados de um texto e uma língua desconhecidos? Ora, é pelo conhecimento textual que podemos conhecer melhor a história humana, as culturas e as sociedades antigas.

Analogamente, Jung, ao desenvolver sua abordagem das imagens do inconsciente, ou dos símbolos, inspira-se neste método da filologia, o método comparativo, e igualmente recorre a este termo quando se refere ao seu método de trabalho com os símbolos (Jung, 1935/2013; 1939/2012). Nesse sentido, por meio do “estudo comparativo dos símbolos” (Pieri, 2002, p.96) é que os significados e compreensões das expressões humanas naturais, coletivas e individuais, dotadas de qualidade simbólica, como os sonhos, os desenhos, a escrita, os sintomas, as expressões psicopatológicas, religiosas, artísticas e culturais, por exemplo, podem ser perscrutados. Da mesma maneira que a filologia aprende a ler os textos desconhecidos é que podemos aprender a ler os sonhos (Jung, 1935/2013) e as demais expressões simbólicas. Essas expressões, cujos sentidos e significados são inicialmente obscuros podem, assim, ser compreendidas e conhecidas.

No contexto do trabalho clínico junguiano, na relação dialética entre analista e cliente, o método comparativo é realizado por meio do procedimento de amplificação,

que possibilita a leitura e a tradução do fenômeno simbólico natural para uma linguagem psicológica compreensível à consciência. A amplificação “consiste simplesmente em estabelecer paralelos” (Jung, 1935/2013, p.99, §173), em comparar o material simbólico particular, a ser compreendido, com referências universais, provenientes da mitologia, da religião comparada, dos contos de fadas, do folclore e de outros materiais da humanidade em geral (Pinheiro, 2019). Dessa maneira, um alargamento de possibilidades de sentido e de significado do material inicialmente incógnito pode ocorrer, capacitando o cliente a sair do “cabo de guerra” estabelecido pela neurose.

A comparação entre o material subjetivo do sonhador e o material objetivo proveniente da cultura em geral é possível devido à estabilidade do acontecer psíquico, em termos de estrutura e função (Pinheiro, 2019). Esse argumento nos força a uma digressão sobre o conceito que Jung denominou como inconsciente coletivo/impessoal.

Jung (2021) faz uma distinção entre inconsciente pessoal e inconsciente coletivo. O inconsciente pessoal engloba as aquisições pessoais advindas da vida pessoal do sujeito. É composto por suas memórias, por aquilo que foi esquecido, reprimido, pensado e sentido. Também se encontram no inconsciente pessoal os complexos, que são grupos de representações com forte carga energética, mas que são incompatíveis com a atitude da consciência (Silveira, 2007).

Enquanto o inconsciente pessoal é formado pelas aquisições pessoais, o inconsciente coletivo é formado pelas aquisições hereditárias, comuns à toda a humanidade (Silveira, 2007). Jung (1921/2021) concebe o inconsciente coletivo não como conteúdos herdados *a priori*, mas sim como condições *a priori* da compreensão. “[...] as potencialidades de conteúdo são dadas *a priori* pela disposição funcional, herdada e pré-formada” (Jung, 1921/2021, §578). No inconsciente coletivo estão os arquétipos, que Jung também denominou de imagens primordiais. São imagens coletivas, presentes em todos os povos, em todos os tempos, não transmitidas por compartilhamento, que ressurgem espontaneamente por meio da atividade psíquica.

É a uniformidade relativa do acontecer psíquico, dada pela condição do ser humano possuir um inconsciente impessoal, pertencente à sua espécie, que nos possibilita aplicar o método comparativo sobre o material do inconsciente. A amplificação, então, será feita em partes distintas.

Primeiramente, serão buscadas as associações pessoais do cliente sobre o material analisado. No caso de um sonho com, por exemplo, uma auréola, deveremos perguntar ao cliente o que lhe vem à mente sobre auréola. Esse questionamento fará com que ele associe sobre a palavra auréola, e essa associação nos revelará o plano de fundo subjetivo a que se liga a imagem da auréola (Jung, 1938/2011).

No entanto, não se trata de pedir ao cliente que realize associações livres sobre a imagem da auréola. Esse seria o modo de prosseguir do método de associação livre. O método de amplificação, no entanto, segue de modo concêntrico em relação à imagem inicial do sonho. Quando o cliente associa sobre a auréola, o analista sempre retorna à imagem da auréola para amplificar a imagem inicial com versões análogas a ela. Ele pode ir perguntando ao cliente: o que mais lhe vêm à mente sobre auréola, além disso, o que mais... ? (Jung, 1938/2011). Dessa forma, terminamos a amplificação pessoal com várias informações análogas à imagem inicial da auréola, e assim poderemos reconstruir o contexto subjetivo em que se originou aquele sonho ou material analisado em questão.

O segundo momento da interpretação é a amplificação no nível objetivo. Neste momento, deveremos buscar aquela imagem do sonho ou do material ampliado em materiais comparativos, advindos da humanidade em geral, como por exemplo contos de fadas, mitologia, religião, folclore, cultura popular, etc. O que se pretende fazer é colocar o material pessoal em comparação ao material coletivo, a fim reconhecer sua “anatomia comparativa”, como orienta Von Franz (1990). Essa anatomia comparativa nos possibilitará reconhecer padrões, significados e possíveis caminhos futuros para as imagens analisadas.

A utilização de material coletivo para comparação será necessária, sobretudo, nos casos em que o cliente não consegue produzir nenhuma associação sobre o material analisado. Nesses casos, é possível que estejamos lidando com um material proveniente de camadas mais profundas da psique, que não entraram em contato com a consciência anteriormente. Trata-se de uma atividade criativa do inconsciente, que não tem relação com a consciência no momento inicial, passando a modificá-la quando emerge. Esse tipo de material é peculiar e possui caráter estranho, que normalmente causa forte impressão no sonhador, podendo levá-lo a um sentimento de inflação.

Sonhos que geram fascínio são comumente associados a mensagens divinas, interpretados como sonhos enviados por Deus, e nos povos originários são chamados de sonhos grandes, sonhados apenas pelos seus líderes espirituais. Costumam surgir também em momentos de transição de uma fase da vida para outra, antes de uma crise coletiva e antes da eclosão de uma neurose grave, irrompendo rapidamente (Jung, 1938/2011).

Um terceiro momento no método de amplificação é dedicado à tradução dos materiais, coletados nas etapas anteriores, para uma linguagem psicológica. Com esse procedimento, pretende-se reconhecer tanto os motivos que condicionaram o surgimento daquele material, como a finalidade desse surgimento. Os resultados do método nos ajudam a compreender os sentidos que as produções inconscientes guardam, bem como nos indicam as finalidades possíveis dos movimentos psíquicos que as imagens apontam.

Assim, ao se aproximar-se do conteúdo inconsciente, espera-se que o cliente possa integrar novos aspectos de sua personalidade em desenvolvimento, como indica Jung:

Reconheci, por meu lado, que os sonhos não eram meras fantasias, mas autorrepresentações de desenvolvimentos inconscientes, os quais permitiam a expansão gradual da psique da paciente, além da ligação pessoal inadequada (1934/2014, §218).

Por meio da assimilação do conteúdo inconsciente, o cliente adquire a possibilidade de crescer além de sua neurose. O que dominava a sua vida e interferia de forma autônoma em seu cotidiano poderá ser incluído em uma nova atitude da consciência que, por ser mais abrangente, será capaz de compreender e digerir aquilo que antes parecia impossível de solucionar.

A fim de ilustrarmos uma breve aplicação prática do método comparativo por meio do procedimento de amplificação dos símbolos, retornemos ao caso já explorado do cliente hipotético com queixas de ansiedade. Qual seria a finalidade da aplicação do método de amplificação diante da problemática nomeada genericamente por neurose e expressa nos sintomas de ansiedade, igualmente genéricos? Ora, a intenção é justamente que, por meio da realização de amplificações simbólicas do material onírico, criemos condições para que o cliente estabeleça, conscientemente, um diálogo com o inconsciente. A criação dessa relação com os conteúdos do inconsciente, desconhecido, permite que o indivíduo tenha novas percepções sobre si, outras pessoas e o mundo.

Consequentemente, a partir das novas percepções o indivíduo do nosso caso hipotético poderá ter melhores condições, sentidos e significados para empreender novos modos de se orientar e de lidar com a problemática envolvida na queixa e nos sintomas de ansiedade frente às fantasias de perseguição.

Por exemplo, em certa sessão, nosso cliente leva o seguinte sonho¹⁰:

Cliente: Eu estava caminhando por uma igreja e comecei a chorar. Foi quando me vi pequeno, como que em posição fetal, diante de todos os colegas do meu escritório. Eles vestiam roupas normais, enquanto eu estava pelado, com uma fita de papel crepom sobre a minha cabeça, semelhante a uma auréola.

Vamos agora imaginar que estamos empregando o procedimento de amplificação com o cliente, após o compartilhamento do sonho em uma sessão analítica imaginada. O analista pergunta ao cliente:

Analista: Como era essa igreja?

E o diálogo prossegue.

Cliente: Era uma igreja de pedra, antiga, fria. Muito grande e vazia. Não tinha ninguém lá, só eu. A luz entrava por vitrais altos, meio azulados.

Analista: A luz azul dos vitrais... Como era caminhar sob essa luz?

Cliente: Era solene, mas também me dava uma sensação de abandono. Como se fosse um lugar importante, mas que eu não devia estar ali.

Analista: Essa sensação de abandono ao caminhar pela igreja te faz lembrar de algo?

Cliente: Minha família é católica, mas só vão na igreja quando alguém se casa ou morre. Eu era levado à igreja quando criança para me preparar para a crisma, mas nunca me senti parte do catolicismo. Principalmente depois da adolescência... Sempre que preciso ir à igreja, em algum casamento, me sinto deslocado do lugar, das pessoas, dos rituais...

Analista: Como?

Cliente: É como estar só, mas no meio de muitas pessoas, o que não percebia na adolescência.

Analista: Compreendo. Esse sentimento tem algo a ver com o choro que vem depois?

Cliente: Sim. Completamente.

Analista: E como é esse choro?

Cliente: Um choro de solidão, de medo. Ao mesmo tempo que eu podia chorar, o que era bom e aliviava, eu não queria chorar.

¹⁰ O relato do sonho e o diálogo apresentados são fictícios e têm o objetivo de ilustrar o material teórico exposto anteriormente.

Analista: Por que você não queria chorar?

Cliente: Porque eu não queria estar me sentindo só, vulnerável.

Analista: E como se não bastasse, em seguida, você conta que se viu pequeno, como que em posição fetal, diante de todos os colegas do seu escritório. Essa cena do sonho te faz lembrar de alguma outra referência?

Cliente: Ah, não exatamente, mas eu parecia um bebê indefeso, só que já sou adulto. Era meio ridículo, sabe? Eu não tinha muito o que fazer. Era como se estivesse sendo visto de fora. Não era algo que eu queria mostrar, mas estava ali, sem poder esconder.

Analista: Ainda mais porque você estava sem roupa. Diferente dos colegas de trabalho que estavam todos vestidos com roupas normais.

Cliente: É... Muito esquisito.

Analista: Como você se sente ou se vê no seu trabalho?

Cliente: É difícil dizer, não sei, eu não gosto das pessoas no meu trabalho. Eles são muito chatos, críticos e exigentes demais. Meu chefe então é o diabo.

Analista: É importante o que você falou, mas você percebeu que minha pergunta foi sobre como você se vê? E sua resposta foi sobre como você vê os seus colegas de trabalho?

Cliente: Nem percebi...

Analista: Você falou que seu chefe é o diabo, o que me dá a impressão que ele é muito mais chato e crítico que seus colegas. Essa observação é importante, porque nos mostra como você enxerga o seu chefe. Mas voltemos ao sonho. O que é para você estar como um bebê frente aos seus colegas de trabalho?

Cliente: Sei lá, acho que me sinto vulnerável no trabalho.

Analista: Vulnerável como?

Cliente: Como se às vezes eu não fosse suficiente ou capaz. Eu não gosto de sentir isso.

Analista: Além de ser um bebê vulnerável, você estava nu, o que me dá a impressão de uma vulnerabilidade também.

Cliente: É. E agora, vendo que estava nu, talvez seja esse medo de não ser aceito por quem sou de verdade, pois lá todos me julgavam.

Analista: E no sonho, os seus colegas de trabalho interagiam com você de alguma forma?

Cliente: Os meus colegas de trabalho sempre julgavam.

Analista: Eles te julgavam no sonho por estar usando uma fita de papel crepom?

Cliente: No sonho, pra dizer a verdade, acho que eles só estavam ali. Não pareciam dar muita importância pra mim. Acho que só queriam rezar a missa e depois irem embora.

Analista: Curioso é que você vestia fita de papel crepom sobre a sua cabeça, semelhante a uma auréola. Quem tem auréola são os anjos!

Cliente: Sim, mas só aqueles anjos bem bonitinhos, perfeitos.

Analista: Hmmm... e sua auréola do sonho é feita de papel crepom. Você já mexeu com papel crepom?

Cliente: Para fazer fantasia e decoração em festa...Mas papel crepom rasga fácil.

Analista: Como uma auréola de fantasia? Uma auréola que não é de verdade?

Cliente: É...lembra fantasia de anjo.

Analista: E você é um anjo?

Cliente: É...acho que não.

A ideia do caso é a de atentar que o cliente não é o próprio causador de sua neurose. Embora sua atitude frente aos colegas seja unilateral, ele não tem consciência dela. Por meio do procedimento de análise dos conteúdos autônomos e da amplificação, o cliente terá maiores condições de tomar consciência de sua atitude: no caso, ele estava projetando as qualidades negativas de sua personalidade nos colegas de trabalho, enquanto introjetava todas as qualidades positivas sobre si mesmo. Essa projeção ganhou tanta força que passou a se manifestar de forma autônoma através de pensamentos persecutórios. Mas, como é possível que tanto analista como cliente possam chegar a essa compreensão? Por um lado, os conceitos psicológicos nos ajudam a pensar a problemática e a elaborar hipóteses; por outro, essas hipóteses e as possíveis compreensões *a priori* só terão validade se confrontadas com o material simbólico empírico trazido pelo cliente.

No caso, o sonho traz a imagem da auréola e o cliente a associa com a figura do anjo. Para o analista, é importante saber o que significam essas duas imagens tanto para o cliente quanto para o coletivo e compreender como elas se relacionam com a situação consciente. Na tradição cristã, auréola e anjos têm uma estreita relação com a ideia de pureza e de não pecar.

O caminho do discurso do paciente nos mostra que a impossibilidade de errar retira dele a possibilidade de ser um ser humano comum, e passa a exigir uma perfeição incapaz de ser alcançada. Essa ideia então passa a dominá-lo. Ao abordar essa situação simbolicamente, entenderemos que não são os colegas de trabalho que perseguem nosso cliente, mas sim que o seu desejo e busca pela perfeição, não perceptível a ele, portanto inconsciente, promove um desequilíbrio psíquico, em que a atitude da consciência torna-se unilateral e desconectada de seu oposto complementar inconsciente.

A característica angelical presente no sonho é uma auréola de papel crepom, ou seja, uma auréola que não é de verdade, feita de um material frágil. Do mesmo modo, a atitude unilateral da consciência do cliente é insustentável, fazendo com que ele permaneça em uma relação infantil com seus pares de trabalho. O sonho, então, nos leva à compreensão de que a atitude do sonhador, no contexto em que transcorre, a igreja, é incompatível com o local, assim como são sua atitude e suas relações no ambiente de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do método de amplificação das imagens do inconsciente é possível que analista e cliente se aproximem juntos da identificação da situação envolvida no sofrimento deste último. Essa identificação auxilia na avaliação e na compreensão da atitude tanto do analista quanto do cliente. No caso do analista, é possível que este observe o manejo analítico e as intervenções realizadas. No caso do cliente, identificar a problemática relacionada ao seu sofrimento permite o desenvolvimento de uma atitude simbólica, a fim de estabelecer um melhor relacionamento com os conteúdos inconscientes.

Von Franz (1990) ensina que os sonhos podem apontar naturalmente seu próprio significado para o sonhador. No entanto, na maioria das vezes o material onírico não é compreendido ou mesmo não é aproveitado pelo sonhador. Desse modo, não desenvolver uma atitude de cuidado com os sonhos e não praticar o método de amplificação, que envolve a presença de um terceiro, como o analista, significa não valorizar as imagens do inconsciente. Assim, “as mensagens dos sonhos, mais bonitas e surpreendentes não são captadas” (Von Franz, 1990, p.47), e é aí que reside a relevância do método de amplificação, pois sonhar algo e não poder interpretar é como ter uma enorme conta bancária e não saber disso, ou mesmo não ter meios de acessar a preciosidade das imagens do inconsciente para o desenvolvimento psíquico (Von Franz, 1990).

Recorrer aos conceitos desenvolvidos por Jung em sua psicologia analítica, como *sombra*, *persona*, *anima* e *animus* durante o processo analítico não substitui o método de amplificação. Pelo contrário, muitas vezes esses conceitos são utilizados pelo analista de forma a se proteger do contato com o cliente, dificultando a análise. De nada adianta entrarmos no ambiente de sessão munidos de todos os nossos livros e conceitos teóricos, sendo que o trabalho analítico exige justamente que renunciemos a preconceitos para estabelecermos uma relação genuína com o cliente. Jung reafirma essa posição da seguinte forma:

O trabalho analítico conduzirá mais cedo ao confronto inevitável entre o eu e o tu e o tu e o eu, muito além de qualquer pretexto humano; assim, pois, é provável e mesmo necessário que tanto o paciente quanto o médico sintam o problema na própria pele. Ninguém mexe com fogo ou veneno sem ser atingido em algum ponto vulnerável; assim, o verdadeiro médico não é aquele que fica ao lado, mas sim dentro do processo (Jung, 1944/1991, §5).

Quando o cliente nos conta um sonho, a pior atitude por parte do profissional é achar que já sabemos o significado deste sonho. Assim, excluimos de nós o terrível sentimento de que não sabemos o que ele significa, e substituímos esse sentimento por saberes teóricos preconcebidos. Aceitar que o sonho é um objeto desconhecido cujo significado descobriremos ao lado do cliente é uma postura um tanto mais característica do método junguiano, que nos convida a encarar o inconsciente com humildade e da forma como ele realmente se apresenta, isto é, como um mistério.

REFERÊNCIAS

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Method**. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/method>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CHENIAUX, E. Os sonhos: integrando as visões psicanalítica e neurocientífica. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 28, n. 2, p. 169–177, maio 2006.

FIGUEIREDO, Luís C. M. **Psicologia**: uma (nova) introdução: uma visão histórica da Psicologia como ciência. 3. ed. São Paulo: EDUC, PUC, 2008. p. 104.

JUNG, C. G. A aplicação prática da análise de sonhos. In: JUNG, C. G. **Ab-reação, Análise dos sonhos, transferência**. ed. digital. Petrópolis: Vozes, 1947/2011.

JUNG, C. G. A autonomia do inconsciente. In: JUNG, C. G. **Psicologia e religião**. ed. digital. Petrópolis: Vozes, 1939/2011.

- JUNG, C. G. A psicogênese da esquizofrenia. *In*: JUNG, C. G. **Psicogênese das doenças mentais**. ed. digital. Petrópolis: Vozes, 1939/2015.
- JUNG, C. G. Definições. *In*: JUNG, C. G. **Tipos psicológicos**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.
- JUNG, C. G. Fenômenos resultantes da assimilação do inconsciente. *In*: JUNG, C. G. **O eu e o inconsciente**. ed. digital. Petrópolis: Vozes, 1934/2014.
- JUNG, C. G. Fundamentos da psicologia analítica. *In*: JUNG, C. G. **A vida simbólica**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1935/2013.
- JUNG, C. G. Introdução à problemática religiosa da alquimia. *In*: JUNG, C. G. **Psicologia e alquimia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1944/1991.
- JUNG, C. G. Os conceitos básicos da teoria da libido. *In*: JUNG, C. G. **A energia psíquica**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1928/2013.
- JUNG, C. G. O problema dos tipos na história do pensamento antigo e medieval. *In*: JUNG, C. G. **Tipos psicológicos**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1921/2021.
- JUNG, C. G. Símbolos e interpretação dos sonhos. *In*: JUNG, C. G. **A vida simbólica**. vol. 1. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1961/2013.
- JUNG, C. G. Sobre o método da interpretação dos sonhos *In*: JUNG, C. G. **Seminários sobre sonhos de crianças**. Petrópolis: Vozes, 1938/2011.
- MERRIAM-WEBSTER. **Method**. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/method>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- PIERI, P. F. **Dicionário junguiano**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 563.
- PINHEIRO, H. **O método de Jung**. Fortaleza, CE: Amazon, 2021.
- PHILOLOGY. *In*: **Encyclopaedia Britannica**. Encyclopedia Britannica, Inc. 26 jan. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/science/philology>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- SILVEIRA, N. **Jung: vida e obra**. 21. ed. São Paulo. Céu e Terra, 2007.
- VON FRANZ, M-L. Um método de interpretação psicológico. *In*: VON FRANZ, M-L. **A interpretação dos contos de fadas**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

CRESCIMENTO DOS IMPACTOS DOS TRANSTORNOS MENTAIS NO TRABALHO E SUA REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Pedro Henrique Mendrot Monteiro

Adriana Leônidas de Oliveira

Paulo Francisco de Castro

Gabriel Matos do Nascimento

Edson Trajano Vieira

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, o trabalho é uma das vias que garante a coesão, a integração social e o desenvolvimento de um grupo ao longo do tempo. Tanto em uma perspectiva grupal quanto em uma individual, a atividade laborativa é dotada de um duplo valor: o econômico, relacionado à subsistência e ao crescimento, e o cultural, relacionado aos valores simbólicos associados a uma determinada atividade humana. A integração desses aspectos gera impactos biopsicossociais, influenciando o modo de vida, os recursos e a constituição da subjetividade (Souza, 2013; Seligmann-Silva *et al.*, 2010).

Nas últimas décadas, houve um aumento nas discussões sobre a saúde do trabalhador, ampliando a perspectiva teórica que vai além da saúde física vinculada à segurança no trabalho e incorporando, igualmente, questões relacionadas à saúde mental. Entretanto, mesmo diante do aumento de pesquisas e de intervenções acerca dessa temática, nos últimos anos o Brasil registrou um forte aumento no número de afastamentos por incapacidade relacionados aos transtornos mentais, como os Transtornos de Ansiedade e os Transtornos de Humor (Ministério da Previdência Social, 2025 *apud* G1, 2025). Essa conjuntura gera impactos em diversos setores da vida do indivíduo, das famílias e dos grupos dos quais participa, podendo gerar, em longo prazo, consequências no desenvolvimento social.

Assim, o objetivo do presente capítulo é caracterizar os afastamentos no contexto brasileiro e discutir as causas do aumento do número de incapacidade laborativa por transtornos mentais e seus respectivos impactos, mais especificamente no contexto brasileiro pós-pandemia.

MÉTODO

Este texto desenvolve-se por meio de uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Macedo (1994), esse tipo de estudo tem como objetivo revisar a literatura existente sobre uma temática específica, constituindo-se como o primeiro passo para a construção de novos conhecimentos. Marconi e Lakatos (2017) complementam essa definição ao afirmarem que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem [...]” (p. 183).

Com base nesse método, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente, será realizada uma caracterização dos afastamentos do trabalho por motivos relacionados à saúde mental no contexto brasileiro; em seguida, serão discutidas as principais causas do aumento da incidência de transtornos mentais na sociedade brasileira contemporânea; por fim, serão analisados os impactos desses afastamentos no desenvolvimento social

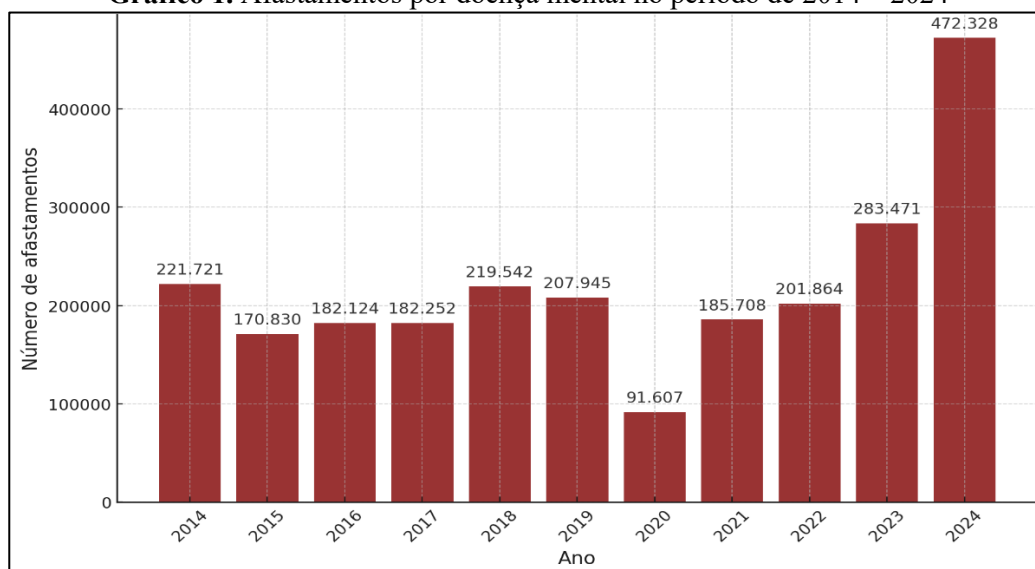
CARACTERIZAÇÃO DO AFASTAMENTO DO TRABALHO POR SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Desde o início dos anos 2000, diversos autores, como Sato e Bernardo (2005) e Vasconcelos e Faria (2008) já alertavam para as consequências do movimento capitalista e para a dificuldade das políticas públicas e dos modelos de gestão de saúde em atenuar as mazelas oriundas do movimento interno desse modelo econômico.

Segundo esses autores, a configuração do trabalho que estava sendo desenvolvida no início do século XXI tem como característica a produção de um sofrimento que vai além do aspecto físico, manifestando-se na esfera mental por meio de quadros como estresse crônico, ansiedade e *burnout*. Dados do Ministério da Previdência Social confirmam essa tendência apontada pelos autores.

O Gráfico 1 apresenta o número de afastamentos por doença mental nos últimos 10 anos.

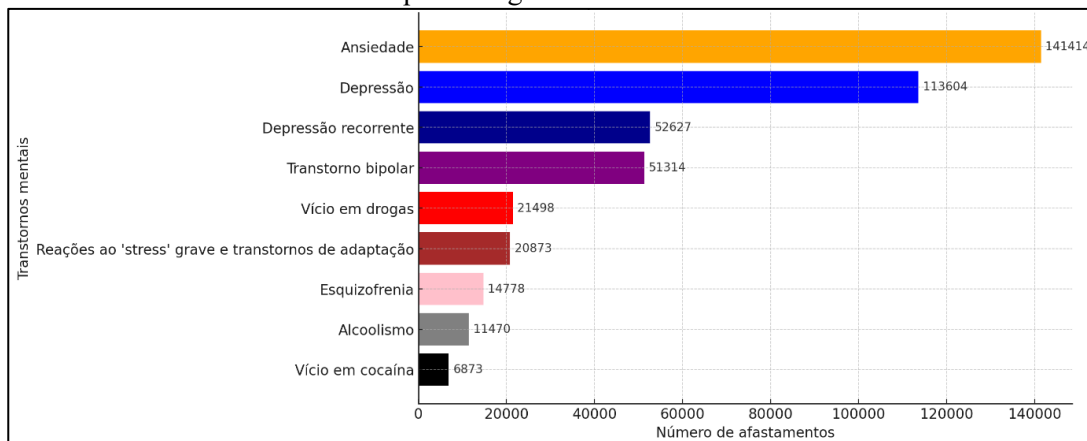
Gráfico 1. Afastamentos por doença mental no período de 2014 – 2024



Fonte: Ministério da Previdência, 2025 (*apud* G1, 2025)

Na análise do Gráfico 1, é importante destacar que o número anual corresponde à soma total de afastamentos, considerando que um mesmo indivíduo pode ser afastado mais de uma vez no ano. Além disso, a queda em 2020 ocorreu devido à redução dos atendimentos durante os períodos mais críticos da pandemia de COVID-19.

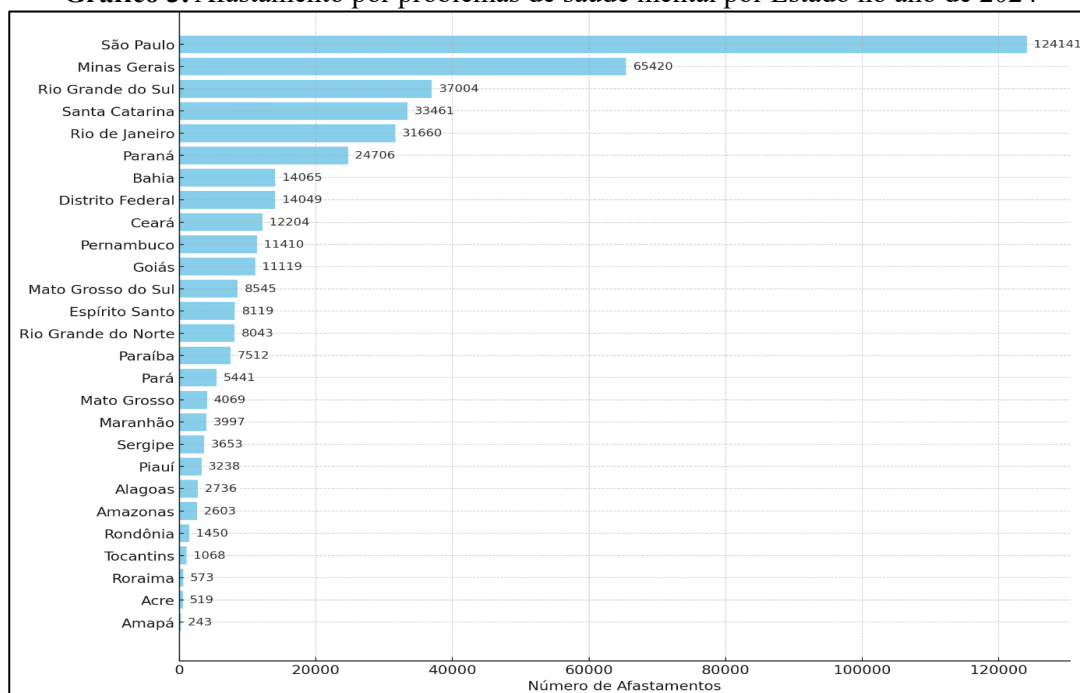
Nos anos seguintes, observa-se um aumento progressivo dessa condição, atingindo 472.328 afastamentos em 2024, o maior número da série histórica, representando um crescimento de 68% em relação a 2023.

Gráfico 2. Transtornos Mentais que mais geraram afastamentos do trabalho no ano de 2024

Fonte: Ministério da Previdência, 2025 (*apud* G1, 2025)

De acordo com o Gráfico 2, a ansiedade lidera a lista, com 141.414 afastamentos, seguida pela depressão, com 113.604 casos. A depressão recorrente e o transtorno bipolar também aparecem com números expressivos, registrando, respectivamente, 52.627 e 51.314 afastamentos.

Vale destacar que a depressão e a ansiedade sempre lideraram as pesquisas da série histórica. Entretanto, entre 2014 e 2020, a depressão era a condição que mais gerava afastamentos. Foi a partir de 2021, no contexto da pandemia da COVID-19, que os quadros ansiosos se tornaram os mais expressivos. Outro ponto importante nessa caracterização é analisar a distribuição desses afastamentos por Estados.

Gráfico 3. Afastamento por problemas de saúde mental por Estado no ano de 2024

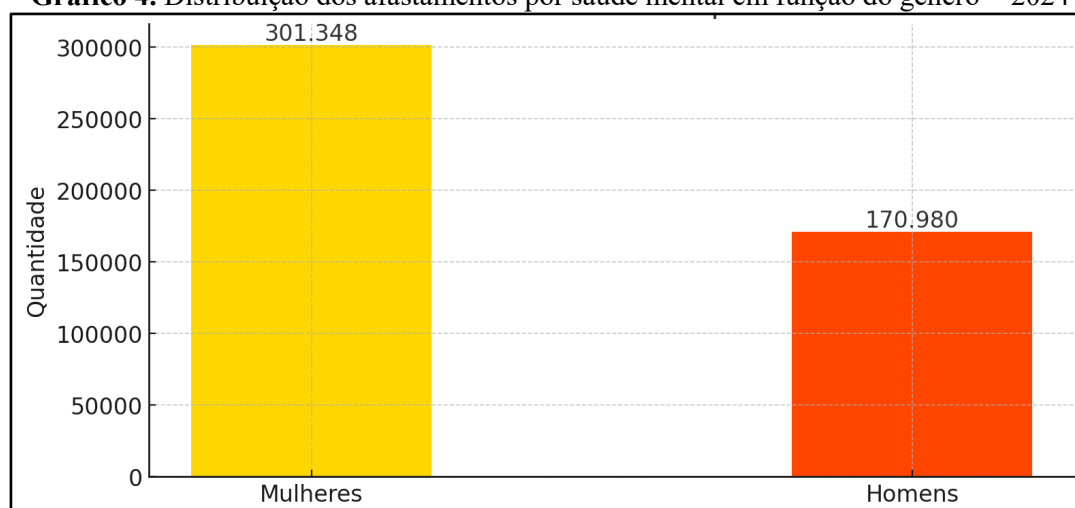
Fonte: Ministério da Previdência, 2025 (*apud* G1, 2025)

De acordo com o Gráfico 3, o Estado de São Paulo lidera com 124.141 afastamentos, seguido por Minas Gerais ($n=65.420$) e Rio Grande do Sul ($n=37.004$), indicando que os Estados mais populosos tendem a registrar mais casos.

Estados do Sul e do Sudeste apresentam os maiores números, enquanto os Estados do Norte e Centro-Oeste têm os menores índices. Essa diferença pode estar relacionada à maior densidade populacional e à distribuição desigual de serviços de saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossociais, nas regiões brasileiras (Onocko-Campos, 2019).

Por fim, outro dado que deve ser observado nessa caracterização é a distribuição dos afastamentos em função do gênero.

Gráfico 4. Distribuição dos afastamentos por saúde mental em função do gênero - 2024



Fonte: Ministério da Previdência, 2025 (*apud* G1, 2025)

No Gráfico 4, é possível perceber o predomínio de afastamento de indivíduos do sexo feminino ($n=301.348 - 64\%$). Além disso, dados do Ministério da Previdência (2025 *apud* G1, 2025) destacam que a média de idade das afastadas é de 41 anos. A partir das informações até aqui destacadas, é possível traçar um perfil dos afastamentos: maioria de mulheres dos Estados mais populosos, com quadros de ansiedade e depressão.

CAUSAS DO AUMENTO DA PRESENÇA DE TRANSTORNOS MENTAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Como preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), os processos de saúde-doença devem ser analisados de acordo com o paradigma biopsicossocial, uma abordagem que considera a interação dinâmica entre os fatores biológicos (como aspecto genéticos, fisiológicos e bioquímicos), psicológicos (constructos como personalidade e cognição) e sociais (parâmetros culturais, econômicos e políticos) (De Marco, 2006; Castaneda, 2019). Assim, para analisar esse aumento progressivo de diagnósticos e de afastamento nos últimos quatro anos, é necessário contextualizar esse período.

Inevitavelmente, o primeiro tópico a se considerar é a pandemia da *Coronavirus Disease* (COVID-19) e suas respectivas consequências. Segundo Guzzo, Souza e Ferreira (2022), a partir da declaração do estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, a sociedade brasileira, assim como grande parte do globo, vivenciou mudanças drásticas em pequeno período de tempo, afetando, dentro das devidas contextualizações e proporções, todas as classes sociais.

Dados de uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas apontaram que, já no fim do primeiro ano de pandemia, houve uma redução de 20,1% nos setores de trabalho formal e informal, refletindo um agudo impacto no mercado de trabalho. Paralelamente, a desigualdade social, medida pelo índice de Gini, registrou um aumento de 2,82%, demonstrando um agravamento da disparidade na distribuição de renda (Neri, 2020).

Como afirmado anteriormente, a pandemia afetou de forma heterogênea os diferentes estratos sociais, com impactos mais significativos sobre a população de menor poder aquisitivo, cuja renda sofreu uma queda de 27,9%, enquanto os 10% mais ricos enfrentaram uma redução de 17,5% em seus rendimentos. Além disso, outro dado importante foi a diminuição dos postos de trabalho, impactando especialmente as mulheres, principalmente as que eram mães e que não puderam exercer suas atividades remotamente. Esses dados evidenciam o alcance diferente dos efeitos pandêmicos em relação à renda e ao gênero (Neri, 2020).

Faro *et al.* (2020) pontuam que essa série de características produziu um estado de insegurança econômica que, aliado ao medo da contaminação, culminou em uma tensão grupal e individual, condições de risco para o desenvolvimento, direto ou indireto, de transtornos mentais.

Além disso, o alto número de mortes, concomitantes a uma série de limitações necessárias nos rituais fúnebres, gerou um grande contingente de enlutados, cujas possibilidades de elaboração do luto foram drasticamente reduzidas no período (Canuto *et al.*, 2023). O agravamento e o prolongamento da fase de luto, caracterizada por um grande abatimento generalizado, cessação de interesse pelo mundo exterior e diminuição da capacidade de amar (Freud, 1917/2010) é mais um fator predisponente dos quadros psicopatológicos.

Outro ponto que deve ser observado é alto número de divórcios durante e após o período da pandemia. O confinamento, inevitavelmente, potencializou todas as facetas das relações conjugais que, aliado as tensões inerentes a esse insólito momento, abalou, de forma irremediável, diversos casais. Em outras palavras, *“o confinamento levou à perda da rotina habitual e essa mudança abrupta pode refletir em emoções intensas capazes de provocar diferentes reações comportamentais”* (Dias *et al.*, 2020, p. 11).

Conforme apontam Silva, Lopes e Rocha (2021), do ponto de vista do Direito essa problemática pode ser resolvida de forma objetiva, através da concessão do divórcio. Entretanto, sob a perspectiva psicológica, a repercussão desse processo é extremamente complexa e não cessa com a finalização dos trâmites legais, sendo o divórcio considerado o segundo estressor mais desestruturador na vida adulta (Holmes; Rahe, 1967). Aumento do *distress* psicofisiológico, diminuição da renda familiar e alterações depreciativas da autoimagem são eventos comuns entre aqueles que vivenciam um processo de divórcio (Lamela; Figueiredo; Bastos, 2010).

Por fim, outro dado que deve ser observado é a mudança no perfil dos quadros psicopatológicos que levaram ao afastamento das atividades laborativas. Como apresentado anteriormente, no ano de 2020 houve uma alteração na prevalência dos transtornos mentais, quando os quadros ansiosos superaram os depressivos, tornando-se a principal causa de afastamento e se mantendo nessa posição de forma consistente até os dados mais atuais (Ministério da Previdência Social, 2025 *apud* G1, 2025).

Enquanto os quadros depressivos têm uma maior relação com o sentimento de desesperança e dificuldade de investimento libidinal no mundo, a ansiedade se apresenta como uma resposta mais aguda em que a antecipação, a excitação desmedida e, principalmente, a insegurança, estão fortemente presentes no psiquismo daquele que sofre (Borges; Angelotti, 2002). Essa mudança de prevalência deve ser analisada a partir das noções temporais e espaciais. De forma sucinta, visto que esse não é nosso objetivo principal, a hipervigilância, o isolamento social e as crises relacionais do momento da

pandemia, aliados a inseguranças econômicas e a infodemia criam um contexto psicossocial favorável para a gênese e a manutenção de quadros ansiosos.

IMPACTOS DOS AFASTAMENTOS POR PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Antes de iniciar qualquer discussão a respeito do impacto dos afastamentos por problemas de saúde mental no desenvolvimento social, é importante explicitar o conceito aqui adotado. A ideia de desenvolvimento social é proveniente do amplo debate que se intensificou no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Na década de 1950, muitos cientistas sociais passaram a entender que era necessário considerar que o desenvolvimento vai além do crescimento econômico e dos modelos puramente econométricos. Esse entendimento se deu porque essa abordagem reducionista não era capaz de abarcar outras dimensões fundamentais da vida humana, como a distribuição da riqueza produzida, a equidade social e o acesso efetivo a direitos essenciais - saúde, alimentação, educação e moradia digna (Rezende, 2011).

A crítica aos modelos tradicionais gerou a necessidade de repensar o desenvolvimento como um processo multidimensional, que integrasse simultaneamente aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. De acordo com Santos *et al.* (2012), o conceito de desenvolvimento não pode ser compreendido de maneira unívoca ou neutra, pois ele é historicamente construído e carregado de intencionalidades ideológicas. Em sua origem, a noção de desenvolvimento esteve fortemente associada ao progresso material e ao acúmulo de capital, mas ao longo do tempo passou a incorporar outros elementos, como bem-estar, justiça social, participação cidadã e sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, uma das concepções contemporâneas de desenvolvimento social está diretamente vinculada à melhoria da qualidade de vida da população, conceito esse abstrato e dinâmico que se concretiza e se transforma a partir das noções de tempo, espaço e contexto. Os critérios que definem a qualidade de vida não são universais nem homogêneos, mas variam conforme fatores culturais, sociais, econômicos e psicológicos dos sujeitos que compõem a tessitura social (Vieira; Santos, 2012)

Portanto, tratar do desenvolvimento social não implica apenas mensurar indicadores objetivos de crescimento ou de renda, mas compreender os processos que produzem (ou inibem) a equidade, a inclusão e o acesso a direitos. O desenvolvimento

deve ser analisado como um fenômeno complexo, que reflete disputas de poder, diferentes visões de mundo e projetos societários em constante tensão e construção (Santos *et al.*, 2012).

Um dos grandes pensadores que influenciou a construção de uma nova perspectiva de desenvolvimento foi o economista e filósofo indiano Amartya Sen (1933 -). Ao desenvolver uma visão que promove a desmonopolização do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, Sen (2010) não nega o papel fundamental do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e das rendas familiares e individuais, mas entende que esses fatores são meios para atingir um fim: as liberdades reais que os indivíduos desfrutam. Nas palavras do autor,

[...] a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outras influências. Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-lo a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo (Sen, 2010, p.16 *apud* Mallmann; Zambam, 2019, p. 349).

Assim, o autor entende que, para o exercício e a expansão das liberdades e capacidades dos indivíduos, é necessário o enfrentamento das principais formas de privação, como desigualdade social, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática e negligência dos serviços públicos (Sen, 1993; 2010).

No que tange à questão dos impactos dos afastamentos por saúde mental, é nítido que os dados aqui apresentados influenciam no desenvolvimento social, primeiramente, em uma perspectiva econômica. Segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS, 2024), os funcionários afastados passaram, em média, três meses longe das atividades laborativas, recebendo cerca de R\$ 1,9 mil por mês, o que gerou um gasto de, aproximadamente, R\$ 3 bilhões apenas em 2024. Globalmente, estima-se que o gasto com o tratamento de transtornos mentais chegará a 6 trilhões de dólares em 2030 (Lancet, 2020), um montante mais expressivo que o PIB de diversos países.

Mais importante do que analisar esses dados sob uma perspectiva macroeconômica, é fundamental compreender essa realidade a partir do ponto de vista das famílias diretamente impactadas. Apesar da existência de benefícios e políticas de apoio, o afastamento do trabalho coloca muitos núcleos familiares em situação de vulnerabilidade econômica. Nesses contextos, a capacidade de consumo é

significativamente reduzida, afetando o acesso a bens essenciais e se estruturando como uma condição de privação objetiva. Sob a ótica de gênero, esse cenário é ainda mais crítico em famílias chefiadas por mulheres, quando elas são as únicas responsáveis pela renda familiar, visto que esse grupo apresentou maior incidência de afastamentos (Ministério da Previdência, 2025 *apud* G1, 2025).

Assim, sob uma perspectiva psicossocial, os transtornos mentais devem ser compreendidos como condições internas que comprometem significativamente a autonomia do indivíduo, configurando-se como obstáculos à ampliação de suas liberdades e capacidades. Tais conjunturas afetam não apenas o bem-estar subjetivo, mas também a possibilidade de participação ativa na vida social e produtiva (Viapiana; Gomes; Albuquerque, 2018).

No entanto, é fundamental evitar uma análise rasa pautada no psicologismo, isto é, na tendência de explicar fenômenos complexos exclusivamente a partir de fatores individuais ou intrapsíquicos — como entender quadros depressivos e ansiosos meramente como produtos de um desequilíbrio neuroquímico. Esses dados refletem um sintoma próprio de um tempo e de um espaço, em que as condições socioeconômicas influenciam diretamente a geração e a cronificação de transtornos mentais.

Faz-se necessário compreender que os afastamentos por transtornos mentais não afetam apenas o indivíduo isoladamente, mas têm implicações estruturais que reverberam em toda a dinâmica social. Afastar-se do trabalho por motivo de adoecimento mental não significa apenas uma pausa na produtividade, mas pode representar a interrupção do vínculo com o espaço de pertencimento, de trocas simbólicas e de reconhecimento social. Em uma sociedade que organiza grande parte das identidades e dos sentidos de valor em torno da atividade produtiva, a perda dessa função compromete diretamente o sentimento de utilidade e de inserção do sujeito no tecido social (Castel, 2015).

Nesse contexto, os transtornos mentais emergem como obstáculos à saúde individual, e à realização de um projeto de vida que envolva liberdade, autonomia e participação. Como aponta a abordagem das capacidades de Sen, o desenvolvimento está ligado à ampliação das liberdades substantivas dos indivíduos (Sen, 1993; 2010). Quando o sofrimento psíquico impede a plena expressão dessas capacidades, trata-se de uma privação de liberdade.

Dessa forma, considerar o desenvolvimento sob uma perspectiva social exige reconhecer que a saúde mental é parte estruturante do processo de emancipação dos

sujeitos. Ao ignorar essa dimensão, corre-se o risco de sustentar discursos que reproduzem a lógica da responsabilização individual, negligenciando as condições materiais e simbólicas que produzem o sofrimento psíquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os afastamentos por transtornos mentais no Brasil, especialmente nos últimos quatro anos, revelam mais do que dados estatísticos, na medida em que expõem uma realidade social complexa. O comprometimento da saúde mental dos trabalhadores impacta diretamente no desenvolvimento social, ao limitar o exercício pleno das liberdades e capacidades individuais. A atenuação dessa crise exige uma abordagem integrada que considere a relação dinâmica entre os aspectos subjetivos e as determinantes socioeconômicas, promovendo políticas públicas que assegurem a qualidade da saúde do trabalhador.

REFERÊNCIAS

- BORGES, N. B.; ANGELOTTI, G. DOS S. Ansiedade e depressão em uma amostra de pacientes classificados como portando fatores psicológicos que afetam as condições médicas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 15–22, set. 2002.
- CANUTO, R. M. S. *et al.* O processo de luto em familiares de vítimas da Covid-19. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 746-765, maio 2023. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812023000200746&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2025.
- CASTANEDA, L. O Cuidado em Saúde e o Modelo Biopsicossocial: apreender para agir. **Codas**, v. 31, n.5, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/2019201831>
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- DE MARCO, M. A. Do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial: um projeto de educação permanente. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 30, n. 1, p. 60–72, jan. 2006.
- FARO, A.; BAHIANO, M. DE A.; NAKANO, T. DE C.; REIS, C.; SILVA, B. F. P. DA; VITTI, L. S. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074> Acesso em: 03 abr. 2025.

FREUD, S. Luto e melancolia. In: FREUD, S. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. Tradução P. C. de Souza. 3. ed., Vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 170-194.

G1. **Crise de saúde mental**: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos. *G1*, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2025.

GUZZO, R. S. L.; SOUZA, V. L. T. DE; FERREIRA, Á. L. M. C. DE M. A pandemia na vida cotidiana: reflexões sobre os impactos sociais e psicológicos à luz da perspectiva crítica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 39, 2022.

HOLMES, T.; RAHE, R. The social readjustment rating scale. **Journal of Psychosomatic Research**, 1967, 11, 213-218.

LAMELA, D.; FIGUEIREDO, B.; BASTOS, A. Adaptação ao divórcio e relações coparentais: contributos da teoria da vinculação. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 3, p. 562–574, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Loyola, 1994.

MALLMANN, L. Z. T.; ZAMBAM, N. O direito humano à educação: uma abordagem do desenvolvimento em Amartya Sen. **Revista Eletrônica da FDSM**, Santa Rita do Sapucaí, v. 1, n. 16, p. 1–18, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revista.fds.edu.br/index.php/revistafds/article/view/217/170>. Acesso em: 8 abr. 2025.

ONOCKO-CAMPOS, R. T. Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 11, p. e00156119, 2019.

REZENDE, M. J. de. As noções de desenvolvimento social como base para a abordagem do desenvolvimento humano presente no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, p. 91-121, 2013. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaio/article/download/2535/3151>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 2, n. 1, p. 93–110, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570862004004>. Acesso em: 4 maio. 2025.

SATO, L.; BERNARDO, M. H. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 869–878, out. 2005.

SELIGMANN-SILVA, E. *et al.* O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 187–191, jul. 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n. 28-29, p. 313–334, abr. 1993.

SILVA, M. C. V.; LOPES, J. S.; ROCHA, M. O. A COVID-19 e o divórcio no Brasil: considerações do Direito e da Psicologia **Cadernos de Graduação**, p. 13-21, 2021.

SOUZA, W. F. de. Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho: o que a psicologia tem a dizer e a contribuir para a saúde de quem trabalha? **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 1, p. 99–108, jan. 2013.

VASCONCELOS, A. DE; FARIA, J. H. DE. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 453–464, set. 2008.

VIAPIANA, V. N.; GOMES, R. M.; ALBUQUERQUE, G. S. C. DE. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe4, p. 175–186, dez. 2018.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679>. Acesso em: 8 abr. 2025.

ENTRE A DOR E A RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA ESCALA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS E SOFRIMENTO PSÍQUICO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO – ESOP

Andreia Araujo

Alessandra de Alcantara Lemes

Rosa Frugoli

O sofrimento psíquico, associado às experiências de preconceito, discriminação e estigmatização contra pessoas LGBTQIAPN+ constitui um dos maiores desafios contemporâneos para a Psicologia da Saúde. Em um país marcado por índices elevados de violência e exclusão social, a dor vivida por essa população ultrapassa o nível individual e se inscreve no coletivo, revelando-se como uma questão de saúde pública (Araujo, 2025).

Sob essa perspectiva, torna-se urgente identificar e compreender os riscos psicossociais que incidem sobre pessoas de diversidade sexual e de gênero, de modo a construir instrumentos que permitam avaliar os impactos do sofrimento em diferentes graus de intensidade e fundamentar políticas de enfrentamento e estratégias de cuidado clínico e comunitário.

A partir dessa necessidade, desenvolveu-se a Escala de Avaliação de Riscos Psicossociais e Sofrimento Psíquico em Diversidade Sexual e de Gênero – ESOP, cujo processo de construção e validação é aqui apresentado. Este capítulo, ao narrar esse percurso, coloca em evidência o entrelaçamento entre dor e resistência – dor que nasce das violências sofridas e resistência que se ergue na produção de ciência comprometida com a dignidade e a saúde da população LGBTQIAPN+.

Nesse contexto de dor e sofrimento, os riscos psicossociais na diversidade sexual e de gênero da população LGBTQIAPN+ tornam-se elementos de análises e compreensões, a fim de produzirmos intervenções relevantes sobre esse fenômeno. Cabe ressaltar que os riscos psicossociais se referem às condições e fatores presentes nos contextos sociais, familiares, institucionais e culturais que afetam a saúde mental e estão frequentemente vinculados à heterocisnormatividade, cujo sistema de normas privilegia a cisgeneridade e a heterossexualidade, marginalizando identidades dissidentes (Kraemer *et al.*, 2001; Rodrigues; Faiad; Facas, 2020).

A Construção da ESOP

A construção da ESOP (Araujo, 2025) resultou em tese de doutoramento da primeira autora, a partir da realização de mestrado sob mesmo problema investigativo. A pesquisa que resultou na produção dessa escala avaliativa de risco e sofrimento psíquico foi desenvolvida em diferentes etapas, sustentadas por rigor metodológico, abertura à escuta das experiências da população LGBTQIAPN+ e pela dedicação de diversos outros pesquisadores que auxiliaram na validação e na fidedignidade da escala ESOP. Aqui apontamos algumas perspectivas base de como ocorreu a produção do instrumento.

Como definição dos construtos com base em estudos prévios, definiu-se sofrimento psíquico como a expressão emocional resultante de experiências de exclusão, violência e estigmatização, e riscos psicossociais como fatores sociais que aumentam a probabilidade desse sofrimento (Araujo, 2025). A elaboração dos itens foi construída a partir da análise de narrativas e dados qualitativos, resultando em um conjunto inicial amplo de afirmações relacionadas às vivências da população. A avaliação por juízes especialistas foi realizada por professores e pesquisadores da Psicologia e dos Estudos de Gênero, que avaliaram os itens quanto à clareza, relevância e representatividade, garantindo consistência teórica e validade de conteúdo. Também foi realizado grupo focal e análise semântica com participantes LGBTQIAPN+ que avaliaram a compreensão dos itens, sugerindo ajustes linguísticos que aproximassem o instrumento da realidade vivida. A validação psicométrica foi realizada com uma amostra de 493 participantes, na qual foi realizada análises fatoriais e correlações com outros instrumentos (BDI, COPSOQ, PANAS-20), verificando a validade convergente e discriminante da escala.

Esse processo foi marcado por desafios, entre eles a necessidade de traduzir em linguagem científica as experiências de dor, sem perder de vista sua dimensão subjetiva. Cada etapa da construção da ESOP reafirmou a relevância de se produzir conhecimento que nasce do encontro entre rigor acadêmico e compromisso ético-político.

Um dos primeiros desafios consistiu em transformar narrativas de sofrimento em indicadores mensuráveis. O risco de reduzir a experiência subjetiva a números exigiu cuidado ético e epistemológico, sendo necessário garantir que cada item preservasse o sentido profundo das vivências relatadas, de modo que a escala não invisibilizasse as histórias, mas as traduzisse em linguagem científica acessível à pesquisa e à prática clínica.

Outro aspecto relevante foi a participação ativa da população LGBTQIAPN+ em diferentes fases. A inclusão de grupos focais e análises semânticas permitiu validar a clareza dos itens e a pertinência cultural e simbólica das expressões utilizadas. Essa escuta ativa assegurou que a ESOP fosse construída de forma dialógica, reconhecendo os sujeitos da pesquisa como coautores do conhecimento produzido.

A avaliação dos itens por juízes especialistas também se mostrou fundamental. Ao reunir profissionais da Psicologia, Psicologia da Saúde, Psicologia Junguiana e dos Estudos de Gênero foi possível integrar diferentes olhares sobre a validade do instrumento. Essa multiplicidade de perspectivas fortaleceu a consistência teórica da escala e preveniu vieses reducionistas. A interdisciplinaridade, nesse sentido, funcionou como garantia de rigor científico.

A etapa de validação psicométrica representou outro marco no processo. A amostra de 493 participantes permitiu realizar análises estatísticas robustas, assegurando validade e fidedignidade ao instrumento. Contudo, mais do que números, essa etapa revelou a potência da escala em captar nuances do sofrimento psíquico, identificando fatores que, até então, eram relatados em pesquisas qualitativas, mas careciam de sistematização quantitativa.

É importante destacar que, ao longo do percurso, a linguagem assumiu papel central. Optou-se por termos que não patologizassem a experiência LGBTQIAPN+, mas que refletissem o impacto real das violências sofridas. Essa escolha não foi apenas terminológica, mas política, pois visava garantir que a escala fosse instrumento de visibilização e legitimação, e não de estigmatização. A cada ajuste, buscou-se reafirmar o compromisso de produzir ciência comprometida com a dignidade humana.

Ao final, a construção da ESOP se revelou mais do que um processo científico de elaboração de escala. Tratou-se de uma experiência coletiva de resistência e produção de conhecimento. Ao integrar a escuta da população, o rigor estatístico e a fundamentação teórica, a escala passou a representar um instrumento de pesquisa, assim como um marco simbólico no reconhecimento do sofrimento psíquico LGBTQIAPN+. Dessa forma, sua construção reflete o entrelaçamento entre ciência, ética e luta por direitos.

Resultados e Estrutura da Escala

A análise estatística resultou em uma escala composta por oito fatores, que representam diferentes dimensões do sofrimento psíquico e dos riscos psicossociais.

Sofrimentos decorrentes da LGBTfobia

1. Sofrimentos em LGBTQIAPN+ decorrentes de LGBTfobia
2. Impactos psicológicos da LGBTfobia na saúde mental de LGBTQIAPN+
3. Uso de medicamentos psiquiátricos decorrentes da LGBTfobia
4. Medo de sofrer rejeição e violência
5. Experiências de violência sofrida
6. Rejeição e LGBTfobia advinda de amigos
7. Ações de enfrentamento à LGBTfobia
8. Medo da violência familiar advinda da LGBTfobia.

Os resultados indicaram que a escala possui consistência interna e validade. Um dado central foi a identificação do medo da violência familiar como o fator de maior sofrimento, mostrando que a violência não está apenas na rua ou na escola, mas também dentro do espaço que deveria ser de proteção.

Além disso, verificou-se que pessoas com expressões de gênero fora do binarismo, bem como homens gays, relataram maiores níveis de sofrimento em comparação a outros grupos. Outro achado importante foi o menor engajamento em ações de enfrentamento entre pessoas evangélicas, indicando como a religião pode atuar tanto como suporte quanto como fonte de sofrimento.

O primeiro fator, relacionado aos sofrimentos decorrentes da LGBTfobia, sintetiza as múltiplas formas de exclusão vividas pela população LGBTQIAPN+, incluindo desde episódios de violência explícita até microagressões cotidianas, que se acumulam e produzem efeitos duradouros sobre a saúde psíquica. Esse resultado reforça a importância de compreender a LGBTfobia como um evento não isolado, mas uma prática estrutural que atravessa as relações interpessoais e institucionais.

O segundo fator, os impactos psicológicos da LGBTfobia na saúde mental, dialoga diretamente com sintomas como ansiedade, depressão, insônia e desesperança. A análise estatística mostrou correlações significativas entre esse fator e escalas já validadas, confirmando sua relevância clínica. Aqui, o sofrimento se expressa como adoecimento emocional que exige tanto reconhecimento social quanto intervenções terapêuticas sensíveis às especificidades da diversidade sexual e de gênero.

O terceiro fator, referente ao uso de medicamentos psiquiátricos, trouxe um dado relevante: muitas pessoas LGBTQIAPN+ recorrem a psicofármacos como forma de lidar com o sofrimento, mas sem necessariamente receber acompanhamento psicológico contínuo. Isso revela uma lacuna nos serviços de saúde, que ainda falham

em oferecer acolhimento integral. Ao mesmo tempo, evidencia como o sofrimento se converte em medicalização, o que demanda reflexão crítica sobre práticas de cuidado.

O quarto fator, o medo de sofrer rejeição e violência, sobretudo por pessoas religiosas, destacou-se como elemento transversal em quase todos os relatos. Ele aponta que o simples risco de ser alvo de agressão já gera sofrimento psíquico intenso, mesmo quando a violência não se concretiza. Quando se trata de violência simbólica advinda de pessoas religiosas, ressona na relação com o Sagrado, o que torna a violência ainda mais devastadora. Esse achado dialoga com conceitos como hipervigilância e trauma antecipatório, mostrando que o medo constante é, por si só, um risco psicossocial grave.

O quinto fator, experiências de violência sofrida, destacadamente nas redes sociais e na Internet, diferencia-se do anterior justamente por tratar da materialização dessas agressões, ainda que de forma virtual. Os relatos indicam que violências físicas, verbais e simbólicas deixam marcas emocionais e afetam a vida pessoal, social e profissional. A validação estatística desse fator confirma que a experiência concreta de violência constitui núcleo central no sofrimento psíquico da população LGBTQIAPN+.

O sexto fator, rejeição por parte de amigos, chama a atenção por revelar como vínculos de sociabilidade, que deveriam funcionar como rede de apoio, muitas vezes se rompem diante da revelação da identidade de gênero ou da orientação sexual. Esse dado mostra que a perda de laços afetivos pode ser tão dolorosa quanto a violência explícita, reforçando a necessidade de compreender os impactos da exclusão em círculos íntimos.

O sétimo fator, ações de enfrentamento à LGBTfobia, trouxe um contraponto importante: apesar dos sofrimentos relatados, muitas pessoas encontram estratégias de resistência, seja por meio da militância, da participação em movimentos coletivos ou da busca por apoio em redes sociais e comunitárias. O fato de esse fator aparecer de forma consistente na análise estatística revela que a resistência é parte integrante da experiência, coexistindo com a dor.

O oitavo fator, medo de violência familiar, foi o mais expressivo. Ele mostra que o ambiente doméstico, que culturalmente é associado à proteção, muitas vezes se torna o lugar de maior vulnerabilidade. Esse achado evidencia que a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ não se limita a espaços públicos, mas se inscreve no núcleo familiar, em que rejeição, expulsão de casa e agressões físicas ou psicológicas são relatadas com frequência. Tal resultado reforça a necessidade de políticas de proteção que incluam a família como foco de intervenção e educação.

Entre a Dor e a Resistência: Reflexões e Possibilidades

A ESOP evidencia que o sofrimento psíquico não deve ser entendido apenas como fragilidade individual, mas como resposta a um sistema que oprime, violenta e marginaliza. Cada fator da escala mostra, de forma concreta, como a dor é socialmente produzida e gera sofrimentos significativos.

A partir da coleta de dados por meio da aplicação da ESOP, corrobora-se que o meio em que a pessoa vive delinea o modo como as produções de subjetividades são manifestadas. No ambiente familiar, pessoas relatam medo de rejeição ou violência, sobretudo quando não correspondem às expectativas normativas de gênero e sexualidade (Araujo, 2022, 2025; Ortiz; Bogo; Navasconi, 2020; Tagliamento *et al.*, 2020). A família, que deveria oferecer cuidado e proteção, pode tornar-se fonte de hostilidade e exclusão, impactando profundamente a saúde mental e a segurança subjetiva de indivíduos LGBTQIAPN+ (Araujo, 2022, 2025; Barcellos, 2022).

Em termos de relações interpessoais, a exclusão de amigos, a intimidação e a LGBTfobia, afetam diretamente a autoestima e o sentimento de pertencimento (Araujo, 2022; Barcellos, 2022; Macrae, 2018; Meyer, 2003), tal qual o isolamento, que fragiliza os vínculos de suporte emocional e amplia a sensação de solidão, alimentando sintomas de sofrimento psíquico.

Nas instituições sociais, no acesso a direitos, saúde e oportunidades de trabalho o preconceito velado ou explícito ainda se manifesta de modo persistente (Araujo, 2022, 2025; Araujo *et al.*, 2024b; Caproni Neto; Fonseca, 2014; Gomes *et al.*, 2021; Siqueira *et al.*, 2009). A institucionalização das desigualdades reforça a exclusão e produz barreiras materiais e simbólicas à cidadania plena.

Também o espaço escolar/acadêmico, que deveria ser lugar de aprendizado e proteção, muitas vezes se torna palco de exclusão, intimidação e violência. Crianças, adolescentes e mesmo adultos LGBTQIAPN+ são alvos recorrentes de *bullying*, apelidos pejorativos e agressões físicas e verbais (Araujo, 2022; Meyer, 2003; Ortiz; Bogo; Navasconi, 2020; Pedra, 2022; Teixeira-Filho; Rondini, 2012). Essas vivências contribuem para o abandono escolar/acadêmico, rebaixamento da autoestima e dificuldades na construção de projetos de vida. O risco psicossocial, nesse caso, está diretamente associado ao modo como as instituições educativas perpetuam o binarismo de gênero e a heteronormatividade, deixando pouco espaço para expressões diversas de identidade e afetividade (Araujo, 2025).

No mercado de trabalho, as barreiras impostas pela discriminação resultam em desemprego, subemprego e precarização laboral para muitas pessoas LGBTQIAPN+. Travestis e mulheres trans, por exemplo, enfrentam índices alarmantes de exclusão profissional, sendo frequentemente empurradas para atividades informais e marginalizadas. Esse cenário intensifica os riscos psicossociais, pois a ausência de estabilidade financeira e reconhecimento social impacta diretamente a saúde mental e a possibilidade de autonomia (Araujo, 2022, 2025; Araujo *et al.*, 2024b; Caproni Neto; Fonseca, 2014; Gomes *et al.*, 2021; Siqueira *et al.*, 2009).

Também a religião, para muitos indivíduos, pode representar tanto um espaço de apoio quanto de sofrimento. Quando pautada em discursos excludentes, a violência simbólica e moral se expressa por meio de discursos condenatórios, práticas de exclusão e tentativas de apagamento identitário, que muitas vezes provocam rupturas familiares, reforçam a culpa, o medo e a sensação de inadequação, contribuindo para o agravamento do sofrimento psíquico (Aufranc, 2018; Ceccarelli, 2012; Salles; Melo, 2011). No entanto, comunidades religiosas inclusivas demonstram que a espiritualidade também pode ser fator de proteção, oferecendo pertencimento e sentido de vida. Essa ambivalência mostra como o risco psicossocial não é homogêneo, mas depende da forma como instituições e discursos se articulam com a diversidade sexual e de gênero.

Nesse contexto, os riscos psicossociais não se limitam a eventos pontuais de discriminação, mas se prolongam em formas sutis de violência estrutural e simbólica. Como destacam Aguião (2018a; 2018b), Albuquerque (2013) e Quadrado e Ferreira (2020), a LGBTfobia se expressa na manutenção de normas sociais que marginalizam identidades dissidentes, mesmo sem violência direta. A ausência de representatividade em mídias, políticas públicas e espaços de poder reforça a invisibilidade das pessoas LGBTQIAPN+ (Araujo, 2022, 2025; Araujo *et al.*, 2024b). Esse apagamento produz uma sensação constante de não pertencimento, dificultando a construção de narrativas positivas de si. Assim, o sofrimento psíquico emerge não apenas da violência explícita, mas também daquilo que é sistematicamente negado: reconhecimento, dignidade e espaço social (Meyer, 2003; Silveira, 2011).

Cabe pontuar, que apesar dos riscos, muitas pessoas encontram recursos de superação em redes de apoio comunitário, movimentos sociais e vínculos de amizade. Tais espaços funcionam como contraponto às experiências de exclusão, favorecendo a elaboração da dor e a sua transformação em resistência (Araujo, 2022, 2025). Nesse sentido, os movimentos sociais LGBTQIAPN+ cumprem papel central na construção

de identidades positivas e no fortalecimento coletivo diante das adversidades (Araujo, 2022; Teixeira-Filho; Rondini, 2012). A presença de redes de solidariedade também contribui para atenuar os efeitos do estresse de minoria, permitindo a criação de novas narrativas de pertencimento (Macrae, 2018; Meyer, 2003). Assim, ao reconhecer tanto os riscos quanto as possibilidades de enfrentamento, compreende-se que o sofrimento psíquico não é um destino imutável, mas um campo em disputa, no qual políticas públicas, práticas clínicas e ações coletivas podem intervir para ampliar o cuidado e a dignidade (Araujo, 2025).

Essas experiências se associam a sintomas como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, uso de medicamentos psiquiátricos e, em casos mais graves, a ideações suicidas, revelando o sofrimento psíquico que a LGBTfobia pode desencadear em pessoas não-heterocisnormativas. Pesquisas apontam que o estresse de minoria intensifica esses adoecimentos psíquicos (Meyer, 2003; Marinho *et al.*, 2004; Santos; Bernardes, 2008; Silveira, 2011), achados que convergem com os dados de Araujo (2022, 2025), nos quais foram identificados altos índices de sofrimento relacionados a esses quadros clínicos.

Esses achados evidenciam que o sofrimento psíquico não pode ser reduzido a uma dimensão individual ou meramente clínica. Ao contrário, ele se enraíza em contextos sociais que alimentam o medo, a exclusão e a violência. Nesse sentido, compreender os sintomas significa também investigar suas origens coletivas e estruturais, que se atualizam nas relações familiares, nas instituições e nos espaços comunitários. É justamente essa perspectiva que a construção da ESOP buscou contemplar, ao articular a experiência subjetiva do sofrimento com os fatores psicossociais que o produzem e sustentam.

A pesquisa que fundamentou a construção da ESOP identificou que o medo de violência familiar foi o fator mais expressivo do sofrimento psíquico entre os participantes (Araujo, 2025). Essa constatação encontra respaldo em estudos que demonstram como a rejeição e a hostilidade familiar configuram uma das principais fontes de vulnerabilidade para pessoas LGBTQIAPN+ (Ortiz; Bogo; Navasconi, 2020; Tagliamento *et al.*, 2020).

Falar em sofrimento psíquico nesse contexto é, portanto, falar de vidas atravessadas por estruturas de poder e exclusão. Como discutem Aguião (2018a, 2018b), Efrem Filho, (2016), Guterres (2022) e Quadrado e Ferreira (2020), a LGBTfobia não se restringe a episódios individuais, mas se organiza como um sistema de

marginalização sustentado por normas sociais. A própria análise desenvolvida na tese mostra que compreender o sofrimento implica reconhecer que a dor subjetiva se enraíza em processos sociais mais amplos, que precisam ser problematizados e transformados (Araujo, 2025).

Reconhecer esses processos mais amplos implica olhar para os lugares onde a vida acontece, como a escola, o trabalho, a fé, as redes sociais e comunitárias. É nesses espaços que a dor se instala, mas é também onde emergem possibilidades de enfrentamento e resiliência. Pesquisas mostram, por exemplo, a presença de violência e exclusão no contexto escolar (Araujo, 2022; Meyer, 2003; Ortiz; Bogo; Navasconi, 2020; Pedra, 2022; Teixeira-Filho; Rondini, 2012), práticas de exclusão e violência simbólica em ambientes religiosos (Aufranc, 2018; Ceccarelli, 2012; Salles; Melo, 2011) e dificuldades específicas no mundo do trabalho e no acesso a direitos (Araujo, 2022, 2025; Araujo *et al.*, 2024b; Caproni Neto; Fonseca, 2014; Gomes *et al.*, 2021; Siqueira *et al.*, 2009). Por outro lado, é nesses mesmos contextos que se formam redes de apoio e resistência, reafirmando que a experiência LGBTQIAPN+ também é marcada por estratégias de enfrentamento coletivo e comunitário.

Nessas resistências, o fator “ações de enfrentamento à LGBTfobia” aponta que, mesmo diante de violências, muitas pessoas encontram formas de lutar, se organizar e transformar sua realidade. A resistência se manifesta em movimentos sociais, redes de apoio e na produção de subjetividades que escapam às normas.

Outro aspecto relevante revelado durante a construção da ESOP é a necessidade de considerar a diversidade interna da população LGBTQIAPN+. A escala evidenciou que raça, classe, religião, idade e território se entrecruzam com as identidades de gênero e sexualidade, produzindo diferentes formas de sofrimento. Uma mulher trans negra, por exemplo, pode vivenciar riscos psicossociais distintos dos enfrentados por um homem gay branco de classe média. Reconhecer essas interseccionalidades é fundamental para que a Psicologia não caia em generalizações que apaguem diferenças cruciais.

Cabe destacar que, também na clínica psicológica, intervenções individuais podem auxiliar a promoção da saúde e a prevenção de riscos e sofrimento, pois a ESOP pode servir como ponto de partida para o diálogo psicoterapêutico, permitindo que os pacientes nomeiem sofrimentos muitas vezes silenciados. A quantificação do sofrimento não substitui a escuta analítica, mas a complementa, oferecendo indicadores que orientam o profissional sobre as áreas de maior vulnerabilidade. Assim, a ESOP não

se restringe à pesquisa, mas se insere também como recurso clínico para que psicólogos reconheçam as especificidades da dor LGBTQIAPN+, promovendo intervenções mais éticas e efetivas.

As contribuições arquetípicas e simbólicas, sob a ótica da Psicologia Junguiana, revelam que o sofrimento registrado pela ESOP pode ser compreendido também como expressão simbólica de tensões arquetípicas. A violência social encarna a projeção da sombra coletiva sobre corpos dissidentes, enquanto a resistência pode ser vista como manifestação do arquétipo do herói ou da heroína, que se ergue contra forças opressoras. Essa leitura amplia a compreensão dos resultados da escala, mostrando que a experiência LGBTQIAPN+ não se limita ao plano social, mas também revela movimentos profundos da psique coletiva.

Como a ESOP foi construída a partir de um referencial teórico que integra as perspectivas da Psicologia Junguiana e as Teorias de Gênero, conceitos fundamentais para compreender a psique em diálogo com o complexo coletivo (Jung, 2013b, 2013c; 2013e) e cultural (Araujo, 2022, 2025; Franco; 2022a, 2022b; Kimbles, 2014) tornaram-se relevantes para ampliar as reflexões advindas do fenômeno risco e sofrimento da população LGBTQIPN+.

Os complexos revelam como experiências traumáticas podem se organizar em núcleos emocionais autônomos, influenciando pensamentos e comportamentos (Jung, 2013b, 2013c; 2013e). A sombra simboliza conteúdos reprimidos e projetados nos outros, explicando os mecanismos psíquicos que sustentam a discriminação (Jung, 2013f, 2015). A persona refere-se às máscaras sociais, que, no caso de pessoas LGBTQIAPN+, muitas vezes são construídas para sobreviver em contextos hostis (Jung, 2013f, 2015). O processo de individuação, por sua vez, abre caminhos para a integração de diferenças internas e externas, desafiando a normatividade (Jung, 2011, 2012c, 2012d, 2013d, 2014).

Já as Teorias de Gênero, com destaque para autoras como Judith Butler, Raewyn Connell e Kimberlé Crenshaw, possibilitam analisar o sofrimento a partir das normas sociais que produzem exclusão. Butler (2003, 2018, 2019, 2022) discute a performatividade de gênero, mostrando como o binarismo produz corpos inteligíveis e, ao mesmo tempo, marginaliza identidades dissidentes. Connell (2007, 2009, 2011) aponta para as hierarquias de gênero e a masculinidade hegemônica como mantenedoras de desigualdades. Crenshaw (1989, 1991, 2000) e Collins (2019) ampliam o olhar por

meio da interseccionalidade, evidenciando que raça, classe, religião e outras categorias se articulam às experiências de gênero e sexualidade.

A articulação entre Jung e as teorias contemporâneas de gênero, com ênfase na Teoria Queer, permitiu sustentar teoricamente a construção da ESOP, de modo a não reduzir o sofrimento a aspectos individuais, mas compreendê-lo como fenômeno psíquico-social-cultural complexo (Araujo, 2025). Essa articulação é particularmente fecunda porque rompe com leituras essencialistas da psique e do gênero. Se, por um lado, Jung oferece uma visão simbólica e arquetípica que amplia a compreensão da subjetividade (Jung, 2012a), por outro, as teorias de gênero introduzem a crítica social necessária para desnaturalizar categorias normativas (Butler, 2003, 2018, 2019, 2022; Crenshaw, 1989, 1991, 2000). O encontro entre esses campos possibilita compreender que o sofrimento psíquico não é apenas uma vivência interna, mas um sentimento que emerge na intersecção entre mundo psíquico e contexto sociocultural.

No caso das populações LGBTQIAPN+, a noção junguiana de sombra coletiva se mostra especialmente útil (Jung, 2012b, 2013a, 2014). A sociedade, ao projetar conteúdos reprimidos e indesejáveis em grupos minoritários, reforça mecanismos de exclusão e violência. A heterocisnormatividade pode ser compreendida como expressão de uma sombra cultural que rejeita aquilo que escapa às normas de gênero e sexualidade (Araujo, 2022, 2025; Butler, 2003, 2018, 2019, 2022). Essa projeção, entretanto, não se limita a um processo inconsciente individual, mas encontra respaldo e perpetuação nas estruturas de poder analisadas pelas teorias sociais (Connell, 2007, 2009, 2011; Crenshaw, 1989, 1991, 2000).

Do mesmo modo, o conceito de persona revela como pessoas LGBTQIAPN+ constroem máscaras sociais para sobreviver em ambientes hostis (Jung, 2013f, 2015). Muitas vezes, a ocultação da identidade ou a performance de papéis normativos são estratégias de autopreservação. Essa dimensão dialoga diretamente com as reflexões de Butler sobre a performatividade: se todo gênero é uma performance culturalmente regulada, no caso das dissidências sexuais e de gênero essa performance se torna atravessada pelo medo e pela necessidade de proteção diante da violência (Butler, 2003, 2018, 2019, 2022).

Já a individuação, que em Jung representa a integração de aspectos inconscientes e conscientes em direção à totalidade (Jung, 2011, 2012c, 2012d, 2013d, 2014), pode ser reinterpretada à luz das teorias de gênero como um percurso que desafia normas sociais excludentes. Para muitas pessoas LGBTQIAPN+, o processo de

indivíduo não é apenas uma tarefa intrapsíquica, mas também política, pois implica afirmar uma identidade em meio a discursos e instituições que frequentemente buscam silenciá-la (Araujo, 2025).

Nesse sentido, a contribuição de autoras como Crenshaw e Collins, ao introduzirem a interseccionalidade, amplia ainda mais o diálogo com Jung. Se a individuação é sempre singular, ela se dá em contextos atravessados por classe, raça, religião e território (Crenshaw, 1989, 1991, 2000; Collins, 2019). Uma mulher trans negra, por exemplo, enfrentará desafios arquetípicos e psíquicos que não podem ser dissociados das múltiplas opressões estruturais que a atravessam (Araujo, 2025). Assim, a psicologia junguiana, quando posta em diálogo com a interseccionalidade, ganha potência para compreender as nuances do sofrimento contemporâneo.

Por fim, ao integrar essas duas matrizes teóricas, a ESOP se consolida como um instrumento que reconhece tanto a dimensão simbólica do sofrimento quanto sua inscrição em estruturas sociais concretas (Araujo, 2025). Ela não reduz a dor ao campo individual, nem a dilui apenas na crítica social, mas afirma a complexidade do fenômeno psíquico-social. Essa perspectiva integradora é o que permite que a escala dialogue ao mesmo tempo com a clínica, com a pesquisa acadêmica e com a formulação de políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso de construção da ESOP revela a importância de unir ciência, ética e compromisso social. Ao sistematizar dimensões do sofrimento psíquico da população LGBTQIAPN+, a Escala oferece um instrumento inédito no Brasil para avaliar riscos psicossociais, subsidiando práticas de cuidado e políticas públicas.

Mais do que números e fatores estatísticos, a ESOP carrega as vozes e histórias de pessoas que aceitaram compartilhar suas dores para que outras não precisem passar pelas mesmas violências. É uma contribuição que nasce do reconhecimento da dor, mas que aponta para a resistência como possibilidade de transformação.

Ao observar a trajetória da ESOP, fica evidente que a ciência pode ser um espaço de revelação de fenômenos coletivos e individuais excludentes e, ao mesmo tempo, de cuidado. O trabalho de transformar vivências em dados não se esgota na produção acadêmica, mas se converte em ferramenta para o enfrentamento das violências estruturais. Dessa forma, a Escala se confirma como ponte entre a pesquisacientífica e a transformação social, reforçando que a Psicologia não pode se omitir diante do sofrimento coletivo.

É igualmente relevante destacar que a ESOP abre caminhos para a clínica psicológica. Ao oferecer um retrato das dimensões do sofrimento, auxilia profissionais na escuta qualificada, permitindo que reconheçam vulnerabilidades específicas e proponham estratégias de intervenção mais ajustadas à realidade da população LGBTQIAPN+. Nesse sentido, a escala não é apenas um recurso diagnóstico, mas um convite à construção de práticas clínicas éticas, empáticas e comprometidas com a diversidade.

Do ponto de vista das políticas públicas, a contribuição da ESOP é incontornável. Em um país onde os dados oficiais sobre a saúde mental da população LGBTQIAPN+ ainda são escassos, a escala fornece evidências concretas que podem orientar gestores e legisladores. A produção de indicadores consistentes é passo fundamental para a formulação de programas de prevenção, acolhimento e promoção da saúde, fortalecendo a luta por direitos humanos e cidadania.

Nesse sentido, a ESOP se configura como um instrumento de visibilização e legitimação das vozes LGBTQIAPN+. Sua aplicação pode contribuir para produção de dados que fundamentem políticas públicas inclusivas; orientação de práticas clínicas e comunitárias sensíveis à diversidade e ampliação de pesquisas sobre saúde mental e interseccionalidades.

Assim, a ESOP evidencia que, onde há dor, também há resistência, e que reconhecer ambas é tarefa fundamental da Psicologia comprometida com a vida. A ESOP, além de instrumento de avaliação, deixa como legado um testemunho de resistência coletiva. Cada item da escala carrega fragmentos de histórias reais, que ecoam no campo científico como lembrança de que a dor só pode ser verdadeiramente reconhecida quando se converte em ação transformadora.

Nesse horizonte, a ESOP reafirma que, entre dor e resistência, sempre haverá espaço para a esperança e para a construção de um mundo mais justo e inclusivo.

Que este instrumento inspire outras pesquisas, outras práticas e outras formas de construir uma Psicologia que, entre a dor e a resistência, escolha sempre estar ao lado da vida, da diversidade e da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, S. As conferências e a produção de um campo de “direitos LGBT”. In: AGUIÃO, S. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018a.

AGUIÃO, S. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. **Sexualidade, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018b.

ARAUJO, A. F. **O sofrimento de gays e lésbicas vítimas de violência**: um estudo do fenômeno na perspectiva da psicologia junguiana. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, 2022.

ARAUJO, A. F. **Escala de Avaliação de Riscos Psicossociais e Sofrimento Psíquico em Diversidade Sexual e de Gênero**. Tese de (Doutorado em Psicologia da Saúde) - Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, 2025.

AUFRANC, A. L. B. Expressões da sexualidade: um olhar junguiano. **Junguiana**, v. 36, n. 1, p. 37-48, 2018.

BARCELLOS, G. **O lado esquerdo do peito**, 2022.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In : LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CAPRONI NETO, H. L.; FONSECA, L. A. Discutindo homofobia nas organizações e no trabalho. **Espaço Acadêmico**. Maringá, v. 4, n. 161, 2014, pp. 1-10.

CECCARELLI, P. R. O que as homossexualidades têm a dizer à psicanálise (e aos psicanalistas). **Bagoas**, v. 6, n. 8, p. 103-123, 2012.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, R. W. **Gênero**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

CONNELL, R. W. **Homens e Meninos**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

CONNELL, R. W. **Masculinidades**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

CRENSHAW, K. W. **The Intersectionality of Race and Gender Discrimination**. In: United Nations Committee on the Elimination of Racial Discrimination, Gender Dimensions of Racial Discrimination, 2000.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43 n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CRENSHAW, K. W. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics**. Fórum Legal da Universidade de Chicago, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8> Acesso em: 14 mar. 2022.

EFREM FILHO, R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cadernos Pagu**, v. 46, p. 311-340, 2016.

FRANCO, C. Decolonialidade do Saber nas Teorias Junguianas para o Debate de Gênero: Imagens Arquetípicas de um Sagrado Não-Binário como Caminho de Elaboração do Complexo Cultural da LGBTfobia. In: Franco, C (org.). **Psicologia Pós-Junguiana e Debates Contemporâneos de Gênero e Sexualidade**. Ponta Grossa: Atena, 2022a.

FRANCO, C. Inspirações das “Mulheres de Lesbos”: a imaginação encarnada na defesa de Direitos Humanos de mulheres lésbicas nos círculos sagrados. In: Franco, C. (org.). **Psicologia Pós-Junguiana e Debates Contemporâneos de Gênero e Sexualidade**. Ponta Grossa: Atena, 2022b.

GOMES, M. *et al.* A violência para com as pessoas LGBT: uma revisão narrativa da literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 3, 2021, pp.13903-13924, 2012.

GUTERRES, A. **Discurso de ódio ‘desumaniza indivíduos e comunidades’, diz Secretário Geral da ONU**. Nações Unidas, Brasil, 20. jun.2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/186954-discurso-de-%C3%B3dio-desumaniza-indiv%C3%ADduos-e-comunidades-diz-secret%C3%A1rio-geral-da-onu> Acesso em: 14 mar. 2025.

KIMBLES, S. **Phantom narratives: the unseen contributions of culture to psyche**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2014.

- JUNG, C. G. **O eu e o inconsciente**. Obras Completas, 7/2. Petrópolis: Vozes, 2015.
- JUNG, C. G. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. Obras Completas, 9/1. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JUNG, C. G. **Aion**: Estudo sobre o Simbolismo do Si-Mesmo. Petrópolis: Vozes, 2013a.
- JUNG, C. G. **A energia psíquica**. Obras Completas, 8/1. Petrópolis: Vozes, 2013b.
- JUNG, C. G. **A natureza da psique**. Obras Completas, 8/2. Petrópolis: Vozes, 2013c.
- JUNG, C. G. **A Prática da Psicoterapia**. Obras Completas, 16/1. Petrópolis: Vozes, 2013d.
- JUNG, C. G. **Civilização em transição**. Obras Completas, 10/3. Petrópolis: Vozes, 2013e.
- JUNG, C. G. **Tipos Psicológicos**. Obras Completas, 6. Petrópolis: Vozes, 2013f.
- JUNG, C. G. **Ab-reação, análise dos sonhos e transferência**. Obras Completas, 16/2. Petrópolis: Vozes, 2012a.
- JUNG, C. G. **Aspectos do Drama Contemporâneo**. Obras Completas, 10/2. Petrópolis: Vozes, 2012b.
- JUNG, C. G. **O símbolo da transformação na missa**. Obras Completas, 11/3. Petrópolis Vozes, 2012c.
- JUNG, C. G. **A vida simbólica**. Obras Completas, 18/2. Petrópolis: Vozes, 2012d.
- JUNG, C. G. **Presente e Futuro**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- KRAEMER, H. C.; STICE, E.; KAZDIN, A.; OFFORD, D.; KUPFER, D. How do risk factors work together? Mediators, moderators, and independent, overlapping, and proxy risk factors. **American Journal of Psychiatry**, v. 158, p. 848-856, 2001.
- MACRAE, E. **A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. [livro eletrônico]. EDUFBA, 2018a.
- MARINHO, C. A.; MARQUES, E. F. M.; ALMEIDA, D. R.; MENEZES, A. R. B.; GUERRA, V. M. Adaptação da Escala de Homofobia Implícita e Explícita ao Contexto Brasileiro. **Paidéia**, v. 14, n. 29, p. 371-379, 2004.
- MEYER, I. H. Preconceito, estresse social e saúde mental em populações lésbicas, gays e bissexuais: questões conceituais e evidências de pesquisa. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003.
- ORTIZ, E. G.; BOGO, T. R.; NAVASCONI, P. V. P. Qual o Valor das Vidas LGBTTS? Um Estudo Bibliográfico sobre o Suicídio de Jovens LGBTTS. *In*:

Sampaio, E. C.; Costa, E. F. (org.) **Psicologia: um olhar do mundo real**. São Paulo: Científica Digital, 2020. vol. 2.

PEDRA, C. B. **Direitos LGBT: a LGBTFOBIA estrutural e a diversidade sexual e de gênero no Direito brasileiro**. Curitiba: Appris, 2020.

QUADRADO, J. C.; FERREIRA, E. S. Ódio e intolerância nas redes digitais. Espaço Temático: Política, Ciência e Mundo nas Redes. **Katálisis**, v. 23, n. 03, p. 419-428, 2020.

RODRIGUES, C. M. L.; FAIAD, C.; FACAS, E. P. Fatores de Risco e Riscos Psicossociais no Trabalho: Definição e Implicações. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v. 36, 2020.

SALLES, C.A.C.; MELO, J. M.F.C. **Estudos sobre a Homossexualidade**. Debates Junguianos. São Paulo: Vetor, 2011.

SANTOS, J. P.; BERNARDES, N. M. G. Percepção social da homossexualidade na perspectiva de gays e de lésbicas. In: ZANELLA, A. V. *et al.* (org.). **Psicologia e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 289-296.

SILVEIRA, D. A. O amor entre parceiros do mesmo sexo: outras formas do amor. In: SALLES, C. A.; MELO, J. M. (org.). **Estudos sobre a Homossexualidade**. Debates Junguianos. São Paulo: Vetor, 2011.

SIQUEIRA *et. al.* Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 50, pp. 447-461, 2009.

TAGLIAMENTO, G.; SILVA, S. S. C.; SILVA, D. B.; MARQUES, G. S.; HASSOS, R., SANTOS, G. E. Minha dor vem de você: uma análise das consequências da LGBTfobia na saúde mental de pessoas LGBTs. **Periódicos UFBA**, v. 6, n. 3, p. 72-112, 2020.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n.3, p. 651-667, 2012.

EXPERIÊNCIA, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE: CAMINHOS PSICOLÓGICOS DE RECUPERAÇÃO OBSERVADOS EM GRUPOS DO AA

Pedro Charbel de Camargo Bom Meihy

Pedro Henrique de Araujo Bezerra Mendes

Pedro Henrique Monteiro de Oliveira

Danielle Pereira Lovatto

INTRODUÇÃO

O consumo abusivo de bebidas alcoólicas representa um sério problema de saúde pública, apresentando um aumento progressivo observado ao longo dos anos, com altas taxas de mortalidade, além de elevados custos ao sistema de saúde (Mangueira *et al.*, 2015). Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), o alcoolismo é caracterizado como uma síndrome de dependência, englobando estados como intoxicação aguda, uso nocivo e dependência, com impactos negativos no indivíduo, na família e na sociedade em geral (Mangueira *et al.*, 2015).

Este capítulo tem como objetivo observar a contribuição da rede de apoio dos Alcoólicos Anônimos (AA) a indivíduos com problemas relacionados ao alcoolismo, considerando diferentes perfis: frequentador do AA, ex-frequentador, profissional da saúde mental envolvido em atividades do AA e adicto que nunca frequentou o AA.

O indicador de saúde Disability Adjusted Life Years (DALYs) demonstrou que os danos à saúde causados pelo álcool correspondem a cerca de 4% da mortalidade mundial em 2000, com variações regionais influenciadas pelo volume médio de consumo e padrões de ingestão (Meloni; Laranjeira, 2004). No Brasil, estatísticas do Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) revelou um discreto aumento na proporção de não abstêmios e no consumo nocivo, destacando a necessidade de intervenções preventivas e de tratamento (Mangueira *et al.*, 2015). O alcoolismo não é apenas uma questão individual, mas um desafio multifacetado que exige abordagens integradas, considerando fatores genéticos, neuroquímicos, pessoais e socioculturais (Castro; Moreira, 2021).

As políticas de redução de danos defendem que o consumo de álcool sempre esteve e estará presente na história da humanidade. Sendo assim, são necessárias estratégias para reduzir seus danos. O Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao

Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (PEAD) enfatiza a redução dos danos causados pelo uso prejudicial de substâncias psicoativas, promovendo a saúde, a prevenção e o tratamento, bem como ações intersetoriais entre governo, sociedade civil e profissionais de saúde (Mangueira *et al.*, 2015).

Essa abordagem tem o intuito de ser uma resposta sensível ao ambiente cultural, aos direitos humanos e à complexidade clínica do uso dessas substâncias. No entanto, persistem desafios, como a necessidade de controle da propaganda de bebidas alcoólicas e a implementação de medidas de baixo custo para suavizar o impacto econômico e social (Mangueira *et al.*, 2015).

Em 1935, Bill Wilson e o Dr. Bob Smith fundaram uma comunidade de apoio mútuo dedicada à recuperação de pessoas com alcoolismo - os Alcoólicos Anônimos (AA). Seus princípios são baseados nos 12 Passos, que incluem admitir o problema, buscar ajuda espiritual, fazer um inventário moral e ajudar outros alcoólatras (Chawla; Sarkar; Sagar, 2017). Pesquisas qualitativas com membros dos AA indicam que o apoio grupal, a partilha de experiências e a espiritualidade contribuem para a transformação biopsicossocial, auxiliando na superação da dependência e na reinserção familiar e comunitária (Castro; Moreira, 2021).

A estrutura organizacional do AA é descentralizada, com grupos autônomos que seguem diretrizes gerais, como a não filiação a nenhuma seita, partido político, organização ou instituição. O grupo é liderado por membros que já passaram pelo programa e têm como objetivo principal oferecer suporte e compreensão mútua para alcançar e manter a sobriedade (Cisa, 2024).

REVISÃO DA LITERATURA

O alcoolismo e seus impactos

O alcoolismo tem um impacto significativo e abrangente nas diversas áreas da vida do indivíduo, especialmente nos relacionamentos e nas finanças. No âmbito dos relacionamentos, o consumo excessivo de álcool pode levar a comportamentos desviantes dos socialmente aceitáveis, isolamento, brigas e conflitos familiares, o que pode resultar em uma deterioração das relações interpessoais, tanto no ambiente familiar quanto no social e profissional (Almeida; Costa, 2021).

No que diz respeito às finanças, o alcoolismo pode causar dificuldades para conseguir e manter um emprego, além de gerar prejuízos financeiros diretos. O gasto excessivo com bebidas alcoólicas, somado à possível perda de produtividade e emprego, pode levar a sérias complicações econômicas para o indivíduo e sua família (Almeida; Costa, 2021).

Contexto social e familiar

Conforme citado anteriormente, o consumo excessivo de álcool tem um impacto significativo no ambiente familiar, gerando consequências negativas que afetam todos os membros. O alcoolismo provoca conflitos, brigas, rompimento de laços afetivos e até separação conjugal. Os filhos sofrem ao ver o pai ou a mãe alcoolista chegar em casa embriagado, muitas vezes tendo que ajudar a cuidar do genitor nessa situação, levando os familiares a vivenciar uma codependência do álcool (Cordeiro; Souza; Soares; Fagundes; Soares, 2021).

Nesse contexto, o alcoolista frequentemente perde a confiança e o respeito da família, afastando-se emocionalmente dos entes queridos. Além disso, o vício pode levar a problemas financeiros e à perda de emprego, aumentando o estresse familiar. Tanto o alcoolista quanto seus familiares sofrem com essa situação, sendo necessário apoio e tratamento para que haja recuperação e reconstrução dos laços familiares (Cordeiro; Souza; Soares; Fagundes; Soares, 2021).

Perfil e sinais de alerta do alcoolismo

Indivíduos com maior risco de desenvolver dependência alcoólica tendem a apresentar uma combinação de fatores genéticos e traços de personalidade específicos. No aspecto genético, destaca-se a presença do alelo A1 do gene do receptor dopaminérgico DRD2, que está associado a uma menor disponibilidade de receptores D2 e a alterações no metabolismo cerebral em áreas ligadas ao sistema de recompensa.

Quanto ao perfil psicológico, características como alto nível de atividade comportamental, maior reatividade emocional, dificuldade em retornar ao estado emocional basal após excitação, problemas de atenção e traços de desinibição comportamental (como agressividade, busca por sensações e impulsividade) estão frequentemente presentes (Messas; Vallada Filho, 2004).

Ainda para esses autores, além desses componentes, indivíduos com menor sensibilidade aos efeitos do álcool também apresentam maior propensão ao alcoolismo. A interação desses fatores genéticos e psicológicos, somada às influências ambientais, cria um terreno fértil para o desenvolvimento da dependência alcoólica (Messas; Vallada Filho, 2004).

Percepção de dependência

A relutância de um alcoólatra em se considerar dependente é um obstáculo significativo para sua recuperação. Muitos alcoolistas não admitem sua dependência devido ao estigma social associado ao alcoolismo. Há uma resistência em aceitar o "rótulo" de dependente, pois este está ligado a uma série de atributos negativos como "bêbado", "safado", "sem vergonha" e "fraco" (Oliveira; Menandro, 2001).

Essa negação afeta profundamente a autoestima do indivíduo e cria uma barreira para buscar ajuda. Paradoxalmente, o ingresso no Alcoólicos Anônimos (AA) requer que o indivíduo se reconheça como alcoolista, o que inicialmente pode ser um desafio. No entanto, os mesmos autores sugerem que, uma vez dentro do AA, ocorre uma inversão de valores, e os membros passam a proclamar abertamente sua condição de alcoolistas em recuperação, o que é visto de forma mais positiva e menos estigmatizada (Oliveira; Menandro, 2001).

Sentimentos associados ao consumo

Alzuguir (2014) destaca o papel central da vergonha e da culpa na experiência de pessoas em tratamento para alcoolismo. A vergonha emerge como um elemento complexo que reflete o reconhecimento da transgressão de normas sociais, incluindo expectativas de gênero relacionadas ao papel do homem provedor e da boa mãe.

No contexto do tratamento, observa-se uma reconfiguração da vergonha, que passa de um fator estigmatizante para um potencial aliado terapêutico, auxiliando na prevenção de recaídas e na manutenção da sobriedade (Alzuguir, 2014).

Simultaneamente, há uma tentativa de "desculpabilização" do indivíduo por meio da ênfase no alcoolismo como doença, embora isso não elimine completamente o aspecto moral, mas o reinterprete sob uma nova perspectiva. Essa dinâmica evidencia o caráter físico-moral do aspecto terapêutico na construção da identidade alcoólatra, em que as dimensões médica e moral se entrelaçam de forma complexa (Alzuguir, 2014).

Reconhecimento da impotência perante o álcool

Os membros dos Alcoólicos Anônimos (AA) constroem significados para sua experiência com o alcoolismo a partir do modelo terapêutico da irmandade. Um aspecto central é o reconhecimento da impotência perante o álcool, expresso nos primeiros passos do programa do AA. Os alcoólatras admitem que perderam o controle sobre a bebida e suas vidas, e que precisam de um “poder superior” para se recuperar. Isso marca uma ruptura com a ideia de soberania do eu e força de vontade individual (Campos, 2009).

Ao invés disso, os membros do AA incorporam a noção de que têm uma doença crônica e incurável, a qual não podem controlar sozinhos. Esse reconhecimento da impotência é fundamental para a reconstrução da subjetividade do alcoólatra e sua identificação como um “doente alcoólico em recuperação” dentro da irmandade (Campos, 2009).

Frequência nas reuniões do AA e importância do suporte contínuo

Magalhães e Saide (2015) destacam a importância do suporte contínuo oferecido pelo AA na recuperação de seus membros. A pesquisa desses autores revelou que a frequência nas reuniões é um fator crucial, com uma média de 7 dias por semana sendo a mais comum entre os participantes (26,5%), seguida por 5 dias (23,5%), com um mínimo de 2 dias (11,8%). Esses autores acrescentam ainda que essa alta frequência de participação sugere um forte compromisso dos membros com o programa e ressalta o papel fundamental do suporte contínuo na manutenção da sobriedade.

Também se observou que 80% dos entrevistados haviam lido material do AA nos últimos 3 meses, indicando um engajamento ativo com os princípios do programa. Além disso, 68,6% dos participantes tinham um padrinho ou madrinha, demonstrando a importância do apoio individual dentro da estrutura do AA. Esses dados coletivamente enfatizam o valor do suporte contínuo e da participação regular nas reuniões como elementos cruciais para o sucesso do programa de recuperação do AA (Magalhães; Saide, 2015).

Abordagem espiritual, psicológica e terapêutica para alcoólatras

Rodrigues e Almeida (2002) discutem a importância dos 12 Passos dos Alcoólicos Anônimos (AA) sob uma perspectiva psicológica e filosófica sartreana. A eficácia do programa do AA é atribuída ao fato de que, mesmo sem perceber, ele trabalha com a dimensão da escolha e da responsabilidade individual. Admitir a impotência e buscar ajuda é, em si, um ato de liberdade e vontade. Assim, os aspectos

espirituais e psicológicos dos 12 Passos, como a transformação moral e a mudança de caráter, são vistos como resultados de escolhas conscientes, alinhando-se, de certa forma, com a filosofia existencialista de Sartre (Rodrigues; Almeida 2002).

O programa de 12 Passos do AA tem se mostrado um dos métodos mais eficazes de tratamento para alcoólatras. Sua abordagem holística, que combina apoio mútuo, espiritualidade e transformação pessoal, tem ajudado milhões de pessoas a alcançarem e manterem a sobriedade (Rodrigues; Almeida, 2002).

A admissão da impotência perante o álcool, seguida pela entrega a um “poder superior”, fornece uma estrutura poderosa para que os indivíduos superem a compulsão e reconstruam suas vidas. A eficácia do programa é evidenciada por sua ampla adoção e longevidade, tendo influenciado diversas outras abordagens terapêuticas para dependência química (Rodrigues; Almeida, 2002).

O alcoolismo é uma doença complexa caracterizada pela negação frequente do problema por parte do paciente. Muitos alcoólatras resistem em reconhecer a extensão de sua dependência, fazendo “promessas de segunda-feira” de que vão parar de beber, apenas para recair rapidamente. Essa negação dificulta o tratamento, pois o indivíduo precisa primeiro admitir que perdeu o controle sobre o consumo de álcool antes de buscar ajuda efetiva (Rodrigues; Almeida, 2002).

O conceito de “fundo do poço” no AA reflete justamente o momento em que a pessoa finalmente reconhece a gravidade de sua condição, superando a negação e se tornando receptiva ao tratamento (Rodrigues; Almeida, 2002).

Importância do apoio contínuo

O Al-Anon e o Alateen são grupos de ajuda mútua que oferecem apoio contínuo e fundamental para familiares e amigos de alcoólicos lidarem com sua própria codependência e histórico familiar de alcoolismo (Oliveira; Rocha, 2022).

Por meio do compartilhamento de experiências e do acolhimento mútuo, esses grupos proporcionam um ambiente seguro onde os participantes podem trabalhar questões emocionais, desenvolver a autoestima e aprender estratégias para lidar com os desafios do convívio com um alcoólico (Oliveira; Rocha, 2022).

Os membros do AA relatam benefícios significativos em sua saúde mental, incluindo maior estabilidade emocional, autoconfiança, capacidade de estabelecer limites saudáveis e melhora nas relações interpessoais. O apoio contínuo desses grupos permite que os participantes desenvolvam resiliência e ferramentas para cuidar de si

mesmos, independentemente da recuperação do alcoólico, promovendo assim uma melhora na qualidade de vida e nas dinâmicas familiares afetadas pelo alcoolismo (Oliveira; Rocha, 2022).

MÉTODO

A coleta de dados para este estudo foi realizada utilizando-se duas técnicas principais: a observação não-participante e a entrevista semiestruturada. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a observação não-participante permite ao pesquisador estabelecer contato com o grupo ou contexto em estudo, mantendo-se, no entanto, como um observador externo. Nesta abordagem, o pesquisador assume o papel de espectador, presenciando os eventos sem envolvimento emocional ou participação ativa. É importante ressaltar que, embora o pesquisador não se integre ao grupo observado, a observação não é realizada de forma aleatória ou desorganizada. Pelo contrário, é meticulosamente planejada e sistemática, visando a obtenção de dados relevantes e confiáveis para a pesquisa.

A entrevista é uma técnica de coleta de dados que oferece diversas vantagens, incluindo a flexibilidade para esclarecer dúvidas e adaptar-se às circunstâncias, além de permitir a obtenção de “informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias”. Essa metodologia também possibilita a captação de expressões corporais e nuances vocais do entrevistado, enriquecendo assim a qualidade dos dados coletados (Marconi; Lakatos, 2003).

Para o estudo atual, os objetivos foram definidos previamente e as observações foram realizadas em dois núcleos de AA distintos, sendo em um deles durante uma palestra comemorativa. Aproximadamente 60 pessoas foram observadas, todas consideradas como alvos específicos da pesquisa, além de 4 entrevistados.

As entrevistas foram realizadas tanto presencialmente quanto *online*, conforme a disponibilidade dos entrevistados, no período de setembro a outubro de 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As observações ocorreram nas instituições do AA localizadas na região do Vale do Paraíba, em São Paulo. Os encontros semanais são realizados no segundo piso de uma rodoviária, situada no centro da cidade. Trata-se de uma sala retangular com

cadeiras de plástico dispostas em fileiras. As paredes contêm *banners* com frases relacionadas aos Alcoólicos Anônimos. No fundo da sala, encontram-se a mesa do mediador e quadros que exibem os Doze Passos, as Doze Tradições, os Doze Conceitos dos Alcoólicos Anônimos e a Oração da Sobriedade. Próxima à entrada, localiza-se uma copa onde é preparado o café da manhã. Na parede da entrada estão expostas algumas obras literárias de AA em uma estante. Sobre a mesa do mediador, destaca-se a bandeira do AA, ostentando o emblema da irmandade: um triângulo com um círculo central contendo a sigla AA. Os lados do triângulo apresentam os três legados fundamentais do AA: Recuperação, Unidade e Serviço.

A palestra comemorativa foi realizada em uma paróquia, em uma sala pintada predominantemente na cor amarela, com duas colunas centrais que dividem o espaço. O teto é composto por placas brancas que parecem ser de material acústico ou isolante. Há aparelhos de ar-condicionado instalados na parte superior das paredes dos fundos, logo abaixo do teto. As cadeiras são pretas com assentos e encostos azuis e estão dispostas em fileiras, voltadas para a parte frontal da sala.

Há também elementos religiosos distribuídos pelas extremidades do local, e entre as colunas, na parte superior da parede, há um crucifixo com a figura de Jesus Cristo fixado no centro. À direita da imagem, sobre uma pequena mesa coberta por uma toalha branca, há outra imagem religiosa ao lado de um vaso com flores. Encontram-se também cartazes e materiais informativos. À esquerda, há um *banner* com “Os Doze Conceitos”, fixado em um suporte, contendo um texto explicativo sobre os conceitos do grupo. Outro cartaz, intitulado “As Doze Tradições”, também apresenta informações detalhadas sobre as tradições do grupo. Um terceiro cartaz encontra-se mais à esquerda, com o título “Os Doze Passos”. Ao centro, há um quadro com fundo branco e alguns corações vermelhos colados. À direita da mesa há um cartaz azul com o título “Progresso Alcoólico”, mostrando uma escada que representa os estágios da recuperação do alcoolismo desde a abstinência até a responsabilidade. Outro cartaz azul menor contém a “Oração da Serenidade”. Constam também outros elementos, tais como um relógio redondo preto fixado na parede acima dos cartazes à esquerda e um púlpito de madeira, no centro da sala, com um pequeno cartaz que diz: “O silêncio faz parte da nossa recuperação. Obrigado”.

Os dados coletados por meio de observações e entrevistas em campo demonstram uma notável coerência entre os conceitos teóricos e o impacto prático dos Alcoólicos Anônimos na recuperação e no bem-estar dos indivíduos que lutam contra o

alcoolismo. Durante uma das sessões observadas no AA, conduzidas com 10 participantes (8 homens e 2 mulheres, entre adultos e idosos), foram discutidos temas centrais como autopiedade, gratidão e perdão.

Os relatos, compartilhados por ordem de chegada, abordaram trajetórias de vida marcadas por histórico de alcoolismo desde a infância, perda de laços familiares devido à adicção e o reconhecimento do vício como doença. A estrutura das reuniões seguiu um formato padrão, com cada participante tendo um tempo de até dez minutos para falar.

Observou-se a repetição do tema "autopiedade" em diferentes sessões, além da ênfase na gratidão como ferramenta de recuperação, com os membros compartilhando experiências sobre seu impacto positivo. O perdão, tanto de si mesmo quanto de outros, também foi amplamente discutido, sendo relacionado à superação do vício.

Um membro que veio de outro Estado, com mais de 24 anos de participação no AA, destacou a importância de integrar grupos locais durante viagens, sendo acolhido da mesma forma que novatos e observadores. Nessa sessão o grupo recebeu uma nova integrante, acolhida calorosamente. Foi mencionado o sistema de padrinhos, em que companheiros experientes apoiam os iniciantes. Referências à literatura de apoio disponível no local reforçaram a relevância da gratidão e da espiritualidade.

A rede de apoio foi ampliada com a citação do Al-Anon e Alateen, voltados para familiares de alcoólatras. As discussões também abordaram dificuldades com responsabilidades familiares e profissionais, com ênfase nos Doze Passos e no controle da doença.

Em outra oportunidade, a palestra em comemoração ao aniversário do grupo foi realizada por uma psicóloga e abordou o alcoolismo como a “doença da negação”. A palestrante destacou a dificuldade dos alcoólatras em lidar com seus sentimentos, a tendência em buscar escape no álcool e a importância de uma abordagem holística no tratamento. Introduziu o conceito de “bêbado seco”, descrevendo adictos que param de beber, mas mantêm comportamentos disfuncionais. A gratidão foi vinculada à espiritualidade como pilar para superar o vício, e o perdão foi definido como o desligamento da mágoa, essencial para a recuperação.

Os resultados das observações e da palestra convergem com as entrevistas, que reforçam a relevância dos temas discutidos (autopiedade, gratidão e perdão) no processo de recuperação. As sessões do AA proporcionam um espaço de acolhimento, reflexão e apoio mútuo, fundamentais para os participantes enfrentarem os desafios do alcoolismo.

No que se refere aos impactos do alcoolismo na vida financeira, Almeida e Costa (2021) defendem que o vício em álcool pode dificultar a obtenção e a manutenção do emprego, além de gerar prejuízos financeiros diretos. Os gastos excessivos com bebidas alcoólicas, combinados com a potencial perda de produtividade e do emprego, podem gerar graves problemas econômicos para o indivíduo e seus dependentes. Podemos observar no relato do Entrevistado 1 suas perdas e endividamento.

Entrevistado 1: *“Tinha loja de carro, com 20 carros seminovos, tudo pago. [...] E daí, o que eu e meu sócio achava? Que estava tudo bem, aí construí bem mais patrimônio ainda! Aí você perde o fio da meada, comecei a perder e perder, daí fazia empréstimo no banco...”*

Quando se aborda o contexto social e familiar do alcoólatra, observa-se um impacto profundo nas relações familiares, com conflitos, brigas e separações. Os filhos são particularmente afetados, muitas vezes tendo que lidar com a situação de ver um dos pais chegar em casa embriagado e até mesmo ter que cuidar deles nesse estado (Cordeiro *et al.*, 2021). Essa dinâmica frequentemente leva os familiares a desenvolverem uma relação de codependência com o álcool, afetando negativamente toda a estrutura familiar. Nesse sentido, observamos os seguintes trechos nas falas dos entrevistados:

Eu devia estar com uns 2 a 3 anos de idade. Então, eu sempre convivi com eles no alcoolismo. E era um ambiente muito instável. [...] Às vezes, saía briga. Meu pai, às vezes, agredia muito a minha mãe. [...] quando voltei, a parede da entrada da minha casa estava cheia de sangue. E eu fiquei assustada, né? E aí, não deixavam eu entrar na minha casa [...].) Você sai feliz para comprar doce. Você volta, a parede da sua casa cheia de sangue. E ninguém deixava entrar. Eles tinham tido uma briga. O meu pai quase matou a minha mãe. Minha mãe estava toda ensanguentada. Aí, sujou a parede da minha casa. Aquilo ali me traumatizou muito, né? (Entrevistado 2).

Entrevistado 3: *“Sempre foi natural (beber) na minha família, na família da minha esposa, né? A gente está há 19 anos juntos, 10 casado e 9 de namoro. A cultura da família é essa, de ter um fim de semana com churrasco, praia, mas sempre com alguma cerveja.”*

Magalhães e Saide (2015) enfatizam a importância da frequência regular nas reuniões do AA e do engajamento com a literatura do programa. O estudo revela que a maioria dos participantes frequenta reuniões entre 5 a 7 dias por semana, demonstrando um forte compromisso com o programa. Além disso, 80% dos entrevistados relataram ter lido material do AA nos últimos três meses. Neste sentido, observamos o que foi expresso pelos entrevistados:

Entrevistado 1 *“É mais de uma vez por semana. Não chega a ir todos os dias, mas é bem mais de uma vez por semana.”[...] “A reunião é diária, tá? E literatura, que são os livros oferecidos, que também é muito importante.”*

Entrevistado 4: *“Eu achei o livro azul, né, do AA. Eu comecei a ler e achei muito interessante, entendeu? Algumas coisas que eu não sabia lá e achei interessante, e depois disso me despertou para ir nas reuniões lá.”*

Ainda sobre assiduidade e dedicação às leituras, observamos que o Entrevistado 4 abandonou o AA após 6 meses e, conforme seu relato, não seguia a constância desejada e expressa por Magalhães e Saide (2015):

Putz... não vou lembrar, mas assim... não consigo lembrar, cara, mas acho que uns quatro meses... acho que mais, viu? Acho que uns seis meses... Aconteceu de ter semana que eu não ia, ter semana que eu ia, entendeu? Eu não fui assíduo, assim, né, nas reuniões, né? Mas, assim, quando eu ia na reunião, eu punha meu nome, eu falava lá na frente, eu... assim... eu não completei os doze passos, né... eu cheguei até a comprar o... eu tenho... inclusive o livro tá até aqui, cara... fora o livro azul, tem aquele livro dos doze passos lá... que eu não... eu não consegui completar, sabe? (Entrevistado 4).

Messas e Vallada Filho (2004) apontam que características genéticas e psicológicas indicam a predisposição ao alcoolismo. Nesse sentido, as falas dos seguintes entrevistados corroboram os estudos dos autores citados:

Tem um perfil genético e psicológico. Genético, como eu falei aquela vez, né, na reunião, a pessoa tem que ter uma predisposição genética para desenvolver o alcoolismo. Se ela não tiver essa predisposição, ela pode beber, que ela não vai desenvolver. Como que a gente sabe se essa pessoa tem a predisposição? É aquela pessoa que começa a beber e não consegue parar. Ou, então, é aquela pessoa que começou a beber e começou a aumentar a quantidade e a frequência (Entrevistado 2).

Entrevistado 4: *“Eu ainda, assim, me questiono, eu sou um alcoólico, não sou, mas, assim, no fundo, eu acho que eu sou, sabe? E eu tenho a genética disso, né, cara? Meu avô era alcoólatra, meu pai bebe todo dia, mas, assim, super controlado, né?”*

Em síntese, os dados coletados por observações e entrevistas em campo demonstram uma forte correlação entre os conceitos teóricos e o impacto prático do AA na recuperação e no bem-estar de indivíduos que lutam contra o alcoolismo.

As entrevistas revelaram os impactos financeiros, sociais e familiares do alcoolismo, corroborando os estudos de Almeida e Costa (2021) e Cordeiro *et al.* (2021). A importância da frequência regular nas reuniões do AA e do engajamento com a literatura do programa, conforme destacado por Magalhães e Saide (2015), foi evidenciada nos relatos dos entrevistados, embora com variações na assiduidade.

A predisposição genética e psicológica ao alcoolismo, apontada por Messas e Vallada Filho (2004) também foi reconhecida pelos entrevistados, demonstrando a complexidade multifatorial do alcoolismo. Esses resultados reforçam a eficácia do AA no apoio à recuperação do alcoolismo, ao mesmo tempo em que destacam os desafios enfrentados pelos indivíduos em sua jornada de recuperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou uma observação detalhada sobre o acolhimento e o apoio oferecidos pelos grupos de Alcoólicos Anônimos, com foco em grupos do Vale do Paraíba, interior do Estado de São Paulo. Por meio de observações sistemáticas, entrevistas e análise dos procedimentos e interações nos grupos, foi possível perceber a profundidade e a eficácia do método de 12 Passos empregado pelo AA, que não apenas ajuda os membros a combater a dependência, mas também promove uma mudança significativa em suas vidas sociais e emocionais.

Os objetivos do trabalho foram atingidos, uma vez que foi possível colocar em prática a observação, que é um instrumento fundamental na atuação do psicólogo, além de identificar e conceituar fenômenos psicológicos no contexto dos Alcoólicos Anônimos (AA).

As observações e entrevistas indicaram que o acolhimento dos novos membros é feito com grande empatia e apoio, criando um ambiente propício para a recuperação e o compartilhamento de experiências. Esse ambiente de suporte mútuo mostrou-se essencial, fortalecendo a resiliência dos indivíduos contra recaídas e promovendo a manutenção da sobriedade. A importância da frequência regular nas reuniões e do engajamento com a literatura do AA foi evidenciada tanto nas observações quanto nos relatos dos entrevistados.

O estudo também destacou o impacto profundo do alcoolismo nas relações familiares e sociais, corroborando a literatura sobre o tema. Os relatos dos entrevistados ilustraram vividamente os conflitos, traumas e desafios enfrentados pelos alcoólicos e seus familiares, reforçando a necessidade de uma abordagem holística no tratamento do alcoolismo que inclua o suporte aos familiares.

A observação ressaltou a importância de os grupos de AA conservarem sua autonomia, permanecendo desvinculados de organizações externas para garantir que o foco das reuniões permaneça exclusivamente na recuperação dos membros e na

preservação da integridade do programa. Essa independência mostrou-se vital para evitar conflitos de interesses e manter o ambiente de apoio livre de influências externas que possam comprometer a eficácia do tratamento.

Ademais, as observações e análises deste relatório reiteram o valor das comunidades de apoio na recuperação do alcoolismo, destacando a necessidade de políticas públicas que reconheçam e ampliem o acesso a essas redes de apoio. A experiência dos grupos observados demonstra como o suporte comunitário e o compromisso coletivo podem ser transformadores, proporcionando a sobriedade, mantendo a esperança e promovendo a reinserção social dos indivíduos.

Este estudo ampliou a compreensão sobre o tratamento e a recuperação do alcoolismo, reforçando a necessidade contínua de apoio, compreensão e humanidade no processo de cura. Também evidenciou a complexidade do alcoolismo como uma doença que afeta o indivíduo e todo o seu entorno social e familiar.

Por fim, sugere-se a continuidade da pesquisa por meio de estudos longitudinais que possam acompanhar a trajetória de recuperação dos membros do AA em longo prazo, bem como investigações mais aprofundadas sobre a eficácia de diferentes abordagens terapêuticas em conjunto com o programa dos 12 Passos. Adicionalmente, recomenda-se a realização de pesquisas comparativas entre grupos de AA e outras formas de tratamento para o alcoolismo, visando uma compreensão mais abrangente das opções disponíveis para o tratamento dessa condição.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Esmeralda; COSTA, Vanina Dias da. **O papel do psicólogo junto a indivíduos que frequentam o grupo Alcoólicos Anônimos**. Sete Lagoas: Faculdade Ciências da Vida, 2021.
- ALZUGUIR, Fernanda Vecchi. A carreira moral da vergonha na visão de homens e mulheres “alcoólatras”. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, n. 1, p. 11–29, jan. 2014.
- CAMPOS, Edemilson Antunes de. Alcoolismo: doença e significado em Alcoólicos Anônimos. **Etnográfica**, v. 13, n. 1, p. 103-124, 2009.
- CASTRO, Waltencyr; MOREIRA, Luciene. Da loucura alcoólica à sanidade: a recuperação em alcoólicos anônimos. **Cadernos de Psicologia**, v. 3, n. 6, 2022.
- CHAWLA, Nishtha; SARKAR, Siddharth; SAGAR, Rajesh. The meeting of Bill and Bob: Helping the cause of countless alcoholics. **Journal of Mental Health and Human Behaviour**, v. 22, n. 1, p. 72-73, 2017.

CISA. **Centro de Informações sobre Saúde e Álcool**. Disponível em: <https://cisa.org.br>. Acesso em: 04 nov. 2024.

CORDEIRO, Ketlen Patrycia Alves; SOUZA, Lavinia Luzia Gomes; SOARES, Raquel Schwenck de Mello Vianna; FAGUNDES, Ludmila Cotrim; SOARES, Wellington Danilo; Alcoolismo: impactos na vida familiar. SMAD, **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 84-91, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762021000100012&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 10 nov. 2024.

MAGALHÃES, Rafael Britto de; SAIDE, Osvaldo Luiz. Alcoólicos anônimos: potencialidades terapêuticas de um grupo de mútua ajuda. **Debates em Psiquiatria**, 2024.

MANGUEIRA, Suzana de Oliveira *et al.* Promoção da saúde e políticas públicas do álcool no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Psicologia & sociedade**, v. 27, n. 01, p. 157-168, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELONI, José Nino; LARANJEIRA, Ronaldo. Custo social e de saúde do consumo do álcool. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 26, p. 7-10, 2004.

MESSAS, Guilherme Peres; VALLADA FILHO, Homero Pinto. O papel da genética na dependência do álcool. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 31, n. 4, p. 54-58, 2004.

OLIVEIRA, Luana Beatriz Figueiredo de; ROCHA, Andreza Aparecida. **Saúde mental da família**: os benefícios psicológicos do grupo Al-anon em seus participantes na cidade de Sete Lagoas/MG. 2022.

OLIVEIRA, Rosiane Gonçalves de.; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Em busca de uma nova identidade: o grupo de alcoólicos anônimos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 5-21, set. 2001.

RODRIGUES, Joelson Tavares; ALMEIDA, Leonardo Pinto de. Liberdade e compulsão: uma análise da programação dos doze passos dos Alcoólicos Anônimos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 113-120, jan./jun. 2002.

INTERPRETAÇÃO DAS IMAGENS ARQUETÍPICAS EM OBRAS DE TARSILA DO AMARAL, SEGUNDO PROPOSIÇÕES DE NISE DA SILVEIRA

Ana Lúcia Guedes Cattache

Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

No Brasil, a psiquiatra Nise da Silveira foi considerada pioneira em relação ao emprego da expressão plástica no tratamento de seus pacientes, com uma abordagem influenciada pelo Modernismo (Dionisio, 2012).

A arte e a loucura, em uma perspectiva histórica, aparecem interligadas. Providello (2013) aponta uma semelhança entre elas: a utilização da desrazão, vista como um modo de se relacionar com o exterior ao homem. No mundo ocidental, observa-se no decorrer da história da loucura que esta forma de se relacionar com o exterior, a falta do saber, é intrínseca ao louco. Essa mudança de percepção ocorre principalmente na era clássica, pela influência da consciência crítica, levando a um desinteresse da clínica pela arte, uma vez que essa favorecia as ilusões e o não tratamento (Lima; Pelbart, 2007).

Contudo, no final do século XIX há uma certa tentativa de contato entre as áreas do conhecimento científico e do conhecimento estético. Novas formas de fazer arte aparecem e tomam diversos lugares, entre eles a loucura. Houve tanto interesse por parte de psiquiatras quanto de artistas pela relação entre as produções dos indivíduos identificados como ‘loucos’ e as obras modernas. Silveira utilizou-se das atividades plásticas como um meio de comunicação com os pacientes com esquizofrenia, de acesso ao mundo interno desse sujeito.

No Modernismo brasileiro, iniciado com a Semana de Arte Moderna, houve uma crescente produção de obras que rompiam com a moral social da época. Aponta-se para a representação do nacional, na pintura brasileira, com a utilização de elementos míticos, oníricos e imaginários, com aspectos coletivos (Scholhammer, 1999).

De acordo com Rivera (2022), a arte moderna brasileira influenciou os tratamentos nas instituições psiquiátricas do país. Considera-se, portanto, a importância de analisar as obras de Tarsila do Amaral, artista símbolo do movimento modernista no país. Observa-se em suas obras o predomínio de cores e de paisagens e temas míticos e

imaginários, que abarcam temáticas brasileiras. Apesar de não haver uma relação direta da artista com a loucura, compreende-se uma relação da loucura com a arte na Semana de Arte Moderna, que engloba Tarsila do Amaral e sua estética.

Ao considerar a obra como expressão do meio interno e externo do artista, importa também pensar sobre as obras modernas e sua relação com as imagens arquetípicas. Diante disso, o objetivo do presente trabalho centra-se em interpretar as imagens arquetípicas na obra de Tarsila do Amaral, em suas fases Pau Brasil (1924-1928) e Antropofágica (1928-1930), a partir dos estudos realizados por Nise da Silveira.

TEORIA

Pode-se pensar sobre a arte como a articulação entre *exprimir, conhecer e fazer*. A arte como expressão carrega em si a possibilidade de ser aquilo que é através de si mesma. Torna-se um significado, ao invés de carregá-lo. A arte constitui-se do fazer, porém de um fazer específico, em que a invenção e o executar se entrelaçam. Ela necessita da obra física, fruto da invenção e da sensibilidade que lhe atribuem sentido (Frayze-Pereira, 1994, 1999), com um resultado novo e único. Conclui-se que a arte é um formar por meio da atividade. De acordo com Pedrosa (1947 *apud* Costa, 2009, p. 220), “a atividade artística é uma coisa que não depende, pois, de leis estratificadas, frutos da experiência de apenas uma época na história da evolução da arte. Essa atividade se estende a todos os seres humanos [...]”.

Há uma certa semelhança entre a arte e a loucura – ambas se utilizam da desrazão, do não-pensável, do caos, da incompreensão da natureza. Contudo, a desrazão é uma forma de se relacionar com o Fora (exterior ao homem, estranho à natureza, irracional), que é constituído historicamente. Esse Fora é a falta do saber, que com a racionalidade ocidental, tornou-se exclusivo ao louco (Providello, 2013).

Na passagem do século XIX para o século XX, na sociedade brasileira houve uma mudança do paradigma razão e desrazão/imoralidade, com práticas higienistas para a determinação genética da loucura (Dionisio, 2012).

Silveira (2023a) utiliza-se das atividades plásticas como um meio de comunicação com pessoas com esquizofrenia, de ter acesso ao mundo interior do psicótico. Ela observou qualidades terapêuticas no pintar, no que divergiu de outros pesquisadores. Para tanto, entende a linguagem plástica como uma forma de expressão e evita a nomeação de *arte*, pois entende que essa “tem conotações de valor, de

qualidade estética” (Silveira, 1992, p.92). Para a autora, nenhum terapeuta deve focalizar a produção de obras de arte pelo seu cliente, pois ele busca um meio de expressão de seus sentimentos mais profundos. Prefere, portanto o termo “linguagem plástica” ou “expressão plástica”.

Ao passo que havia o progressivo interesse de vanguardas por produções que rompiam com os padrões morais da sociedade, o Brasil vivia uma época de euforia e renovação da arte com o início na Semana da Arte Moderna de 1922. Assim, verifica-se um momento de discussões acerca da ligação entre arte e loucura (Baumgarten; Silva; Dantas, 2008). O artista é entendido como instrumento e tradutor do espírito de seu contexto histórico, sendo suas obras passíveis apenas de interpretação parcial. O artista consegue dar forma à natureza e aos valores de seu contexto, o que influencia a constituição de sua obra (Jung, 2023).

O artista moderno, geralmente, reconhece a relação entre a sua obra e o seu contexto histórico. Tem como propósito a expressão de sua visão acerca do interior do sujeito. Apesar de a arte moderna ter caráter bastante coletivo, o individual permanece na maneira de expressão, no estilo e na qualidade da obra moderna.

Até os anos 1950, o discurso atravessado pelo conservadorismo chamava os artistas modernistas de loucos (Rivera, 2022). De acordo com Rivera (2022), a modernidade brasileira nas artes deve-se, principalmente, à arte realizada em instituições psiquiátricas do país, junto às pesquisas de artistas e à difusão dos vocabulários regionais. Considera-se o Modernismo o maior movimento artístico realizado no território brasileiro em relação à mudança da realidade, entrelaçado ao senso crítico, a fim de alcançar o autêntico e atual da sociedade brasileira (Avila, 1975 *apud* Rivera, 2022).

O Modernismo brasileiro apresenta três momentos: a Semana da Arte Moderna, a Revolução de 1930 e a Época das Bienais (Dionisio, 2012). No sentido estrito, trazido por Avila (1975 *apud* Rivera, 2022), o Modernismo vai de 1922 a 1930.

A Semana de 1922 teve lugar no Teatro Municipal de São Paulo, entre 11 e 18 de fevereiro e contou com participação de escritores, músicos, artistas e arquitetos locais e do Rio de Janeiro. De acordo com Ajzenberg (2022), a Semana foi organizada por Graça Aranha e Emiliano Di Cavalcanti e teve como comitê patrocinador, Paulo Prado, Alfredo Pujol, René Thiollier e José Carlos Macedo.

Entre os participantes destacam-se Oswald de Andrade e Mário de Andrade. A iniciativa foi seguida por dois grandes movimentos, com o intuito da emancipação cultural e o reconhecimento do Brasil no mundo: Pau-Brasil (1924-1927) e Antropofágico (1928-1930).

A primeira fase do Modernismo brasileiro, Pau-Brasil, inicia-se com o Manifesto Pau-Brasil e a publicação do livro de Oswald de Andrade, que Tarsila do Amaral ilustrou. Defendia a poesia nacional, em que se valorizava o primitivismo por meio do passado histórico brasileiro, sem o apelo ufanista presente em figuras de extrema direita da época, como Plínio Salgado (1895-1975), do grupo Verde-Amarelo (Souza, 2023). Nesse primeiro momento, apesar do foco na poesia, havia certa presença prévia do pressuposto antropofágico e da necessidade de rever o sentido do bárbaro e primitivo.

O *Abaporu*, pintura de Tarsila do Amaral, é considerada como o ponto inicial para o segundo momento, o Antropofágico (1928-1929). Os ideais antropofágicos fortaleciam o “abandono do racionalismo ocidental em prol de um ‘primitivismo liberador’ e, sobretudo [...] a devoração simbólica do outro para, a partir da absorção de suas qualidades essenciais, produzir algo novo e singular” (Cattani, 2011, p. 48 *apud* Souza, 2023, p. 93).

Silveira (2023a), para compreender certas imagens produzidas pela esquizofrenia, utilizou-se de pressupostos da psicologia junguiana, e explica que essas imagens também podem aparecer em sonhos e fantasias de pessoas “normais”, com “analogias surpreendentes com mitos, contos de fada e outros produtos da criatividade humana” (Silveira, 2023a, p. 189).

Na psicologia analítica junguiana, o inconsciente compreende inconsciente pessoal e inconsciente coletivo. O primeiro diz respeito às camadas mais superficiais do inconsciente, que englobam as percepções e impressões subliminares com cargas energéticas não suficientes para tomar a consciência, as lembranças perdidas e as recordações incômodas (Silveira, 2023b). Traz consigo conteúdos individuais (Jung, 2000). Já o inconsciente coletivo associa-se às camadas mais profundas do inconsciente, a aspectos herdados – conteúdos universais e uniformes. É constituído por arquétipos e instintos, fenômenos coletivos.

Os arquétipos carregam fatores e temas que compõem elementos psíquicos, constituindo-se em imagens, mas só conseguem ser identificados pelos efeitos que produzem (Jacobi, 2017). A formação dos arquétipos se dá por meio de depósitos de impressões uma sobre a outra, dadas por vivências comuns aos seres humanos e que são

repetidas inúmeras vezes pela história. Arquétipos ou imagens primordiais, por sua vez, são “possibilidades herdadas para representar imagens similares” (Silveira, 2023b, p. 69). São formas de apreensão de forma regular e uniforme, nas quais os instintos se expressam (Jung, 2000).

A imagem arquetípica se constitui quando a energia psíquica, concentrada, toma forma (Silveira, 2023b). Não se sabe como a imagem se configura devido à energia psíquica, mas observa-se seu aparecimento em temas como contos de fadas, mitos, religiões, na arte, nos sonhos, entre outros, tanto em pessoas “normais” quanto em delírios de “loucos”. É, portanto, uma figura mitológica. Jung a considera como “resíduos psíquicos de inúmeras vivências do mesmo tipo” (Jung, 1970, p.52,), que reaparecem quando há a livre expressão da imaginação criativa. Dessa forma, para o autor, o processo criativo é uma ativação inconsciente do arquétipo.

O arquétipo não necessita ser idêntico a um símbolo. “Um símbolo nunca é completamente abstrato, mas sempre ‘encarnado’” (Jacobi, 2017, p. 95). Assim, as situações ou as ideias de origem arquetípica são expostas pela psique em formas, figuras, imagens, que podem ser tanto concretas quanto abstratas.

Jung (2023) classifica os símbolos em *naturais* e *culturais*. Os primeiros relacionam-se com os derivados dos conteúdos do inconsciente individual, contendo variações de imagens arquetípicas, enquanto os símbolos culturais passam por inúmeras mudanças ao longo do tempo e configuram-se em imagens coletivas na sociedade, como símbolos da religião e da mitologia. “Jung afirma que os dogmas e símbolos religiosos são correspondências empiricamente demonstráveis dos arquétipos do inconsciente coletivo” (Jacobi, 2017, p. 122).

O símbolo atua alcançando dimensões que o conhecimento racional não alcança. Na perspectiva junguiana, os símbolos são uma linguagem universal infinita, que podem expressar, por meio das imagens, muitas coisas além das questões específicas dos sujeitos (Silveira, 2023b). Para tanto, considera-se importante acompanhar e descobrir nas produções do inconsciente a continuidade do processo de elaboração de seus conteúdos.

Para Jaffé (2023, p.342) o inconsciente “manifesta-se sempre que o conhecimento consciente ou racional alcança seus limites externos e o mistério se estabelece, pois o homem tende a preencher o inexplicável e o imponderável com os conteúdos do seu inconsciente”. Há, portanto, a necessidade da interação inconsciente e consciente, pois só este último é capaz de apontar o significado das imagens e de reconhecer o seu sentido, a partir da realidade concreta.

MÉTODO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa documental. Esse tipo de pesquisa tem como objeto de investigação os documentos, considerados além da concepção de textos escritos, incluindo filmes, vídeos, pinturas, fotografias, entre outros. Esses documentos são fontes de informações que possibilitam, por meio de seu conteúdo, esclarecer questões levantadas pelo pesquisador (Lima Jr.; Oliveira; Santos; Schnekenberg, 2021; Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

A pesquisa documental relaciona-se a materiais que não apresentam ainda tratamento analítico, tratando-se geralmente de fontes primárias. Compreende-se, contudo, o cuidado necessário para a realização da análise, uma vez que as fontes primárias são informações originais que estabelecem uma relação direta com o pesquisador, que irá analisá-las (Lima Junior; Oliveira; Santos; Schnekenberg, 2021; Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

Neste trabalho foi realizada a análise de sete obras da artista Tarsila do Amaral, das fases Pau Brasil (1924-1928) e Antropofágica (1928-1930) do Modernismo Brasileiro, acessadas em seu acervo *online*. As obras selecionadas¹¹ para análise foram:

Pau Brasil (1924-1928): A Cuca (1924); Paisagem com Touro I (1925); Religião Brasileira (1927);

Antropofágica (1928-1930): Urutu (1928); Abaporu (1928); O Touro (Boi na Floresta), (1928); Cidade (A Rua), (1929).

Ressalta-se que não foi adotado um critério para a seleção dessas obras, além do período histórico descrito.

A análise dos dados buscou identificar paralelos mitológicos e religiosos que aparecem nas obras da artista, a partir da teoria de Nise da Silveira, por meio de uma

¹¹ As obras indicadas neste texto não foram aqui reproduzidas por respeito aos direitos autorais e direitos de imagem. Para melhor visualização, sugere-se acesso em <https://www.tarsiladoamaral.com.br/>.

pesquisa comparada com os temas arquetípicos que aparecem em seus livros *Imagens do Inconsciente* (2023) e *O Mundo das Imagens* (1992). Foi proposta a análise de possíveis configurações de imagens arquetípicas por meio de um levantamento qualitativo da linguagem simbólica presente, representada por mitos e religiões. Ressalva-se, porém, a dificuldade da análise em série, uma vez que se obteve acesso apenas às obras disponíveis no acervo *online* de Tarsila do Amaral.

Fase do Pau Brasil (1924-1928)

A obra “A Cuca”, de 1924 é um óleo sobre tela que traz elementos do movimento modernista. Animais e natureza estão presentes de formas diferentes. A Cuca tem forma antropomorfizada e os animais são desproporcionais em relação às plantas. Há uma centopeia, um sapo e um animal inventado. As linhas são curvas e fluidas e as cores são vibrantes, com predomínio do verde.

A obra “Paisagem com Touro I”, de 1925, é óleo sobre tela e constitui-se de casas com telhados de cor avermelhada e janelas azuis, vegetações, e um touro, com destaque para seus chifres. Há prevalência da cor verde e predomínio de linhas curvas e geométricas.

A obra “Religião Brasileira”, de 1927, é óleo sobre tela. Há várias imagens de uma mulher com véu, segurando no colo uma criança, rodeadas por arranjos de flores. A figura dessa mulher aparece em supostas mini capelas, uma delas encimada por uma cruz amarela. As cores predominantes são azul e rosa.

Fase Antropofágica (1928-1930)

Na obra “Urutu”, de 1928, óleo sobre tela, há cores vibrantes e formas geométricas. A pintura apresenta uma imagem que aparenta ser um ovo, junto a uma serpente a se enrolar em uma espécie de espinho vermelho fixo ao chão.

Na pintura “Abaporu”, óleo sobre tela de 1928, foram usadas as cores verde, amarelo e azul, que remetem à bandeira nacional. A figura central é uma pessoa com o rosto apoiado sobre a mão. Essa imagem humana é retratada com formas desproporcionais, seu pé e a sua mão destacam-se na pintura. O sol amarelo, em posição de centralidade, apresenta um círculo menor e mais escuro dentro de um círculo maior e mais claro.

A obra “O Touro” (Boi na Floresta), de 1928, óleo sobre tela, traz um boi entre figuras verticais em um plano côncavo. O boi destaca-se no centro da imagem, com cor preta, olhos circulares brancos e dois chifres maiores que seu corpo, apontando para cima. As figuras verticais configuram-se em cilindros de tons de cores diferentes, claros e escuros.

A obra “Cidade (A Rua)” de 1929, é uma pintura a óleo sobre tela. Há a prevalência de cores claras, com destaque para três figuras centrais entre os prédios e a rua. As figuras centrais apresentam cabeças/faces escuras, com olhos verdes, junto a botas de cor vermelha. A pintura apresenta uma perspectiva inclinada, dividida em três: os prédios, as figuras cabeça/pé em uma calçada e a rua. Há presença de formas geométricas e certo surrealismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse tópico, a partir do embasamento teórico proposto, serão analisadas as obras selecionadas, abordando a linguagem simbólica, a representação do mito e a imagem arquetípica em cada figura.

A Cuca (1924)

A obra analisada relaciona-se à cuca, personagem do folclore brasileiro. Apresenta uma cuca em meio a cores e elementos brasileiros, como proposto pela fase artística em que foi elaborada.

De acordo com Cascudo (2012), a Coca, ou Cuca, vem de Coco, o fantasma, o susto, o medo, um ser mitológico com características físicas não definidas. É apresentada como uma figura do mal, sendo conhecida por levar as crianças que não conseguem dormir a um algum lugar distante, onde são devoradas ou usadas em algum ritual mágico.

A Cuca ou a Coca é um ente velho, muito feio, desganhado, que aparece durante a noite para levar consigo os meninos inquietos, insones ou faladores. Para muitos a Coca ou Cuca é apenas uma ameaça de perigo informe. Amedronta pela deformidade. Não se sabe como seja o fantasma. [...] Está em toda parte, mas nunca se disse quem carregou ou como faz. Conduz a criança num saco. Leva nos braços. Some imediatamente depois de fazer a presa (Cascudo, 2012, p. 185).

O mito da cuca apresenta variações no imaginário da população brasileira. No programa *Sítio do Pica-pau Amarelo*, adaptação televisiva do livro de Monteiro Lobato, a cuca aparece como um jacaré. Também, confirmando Cascudo (2012), é encontrada em cantiga popular: “*Nana nenê/Que a cuca vem pegar/Papai foi pra roça/Mamãe foi passear*” (Silva; Alvarenga, 2022).

Historicamente, o conceito de bruxa pode ser visto sob três perspectivas principais: como sinônimo de feiticeira, em determinados contextos culturais; como adoradora do diabo, na Europa medieval; e como praticante de magia com boas intenções, de acordo com a visão neopagã. Há uma intensa associação da bruxaria à figura feminina, principalmente às mulheres que desafiavam as normas sociais estabelecidas, viúvas e solteiras com relativa autonomia. Essa associação provinha de ansiedades e tensões de uma sociedade estratificada e hierarquizada (Tostes, 2024).

Na teoria da psicologia analítica junguiana, entre os arquétipos da Grande Mãe encontra-se a bruxa. Observa-se, na sociedade, certa repressão à figura feminina, que é associada a tudo o que é belo e puro, mas não ao que está relacionado à destrutividade, à bruxaria e à animalidade. Portanto, a bruxa pode ser vista como uma manifestação dos aspectos destrutivos e ameaçadores da Grande Mãe (Von-Franz, 2002).

De acordo com Von-Franz:

A bruxa é uma figura arquetípica da Grande Mãe. Ela é a Deusa-Mãe negligenciada, a Deusa da terra, a Deusa-Mãe em seu aspecto destrutivo. A Deusa-Mãe egípcia, Ísis, é chamada a grande mágica e a grande bruxa: quando irada, é a bruxa, e quando benevolente, a mãe redentora que tudo concede e dá à luz os Deuses. Nessa figura temos os dois aspectos do arquétipo da mãe, pois ela possui um lado luminoso e um lado sombrio — a bruxa e a benevolente e maternal. Kali também pode surgir como a doadora da vida ou a portadora de uma grande destruição (Von-Franz, 2002, p. 133).

Nos contos de fadas, de acordo com a autora supracitada, principalmente por aqueles influenciados pelo cristianismo, há uma divisão do arquétipo da Grande Mãe, com aquelas que se destituem do lado sombrio, como a Virgem Maria. O lado sombrio foi projetado e recaiu sobre a mulher, influenciando as perseguições às bruxas. E como a sombra desse arquétipo não fazia parte do símbolo oficial da Deusa, separou-se a figura de mãe em uma mãe luminosa e em uma bruxa destrutiva (Von-Franz, 2002).

De acordo com Tostes (2024, p. 29) “a bruxa simboliza os desejos, medos e o lado sombrio dos impulsos e outras tendências da psique feminina que são incompatíveis com o ego por não serem aceitos pela sociedade”. Contudo, para a autora, no contexto contemporâneo há uma mudança interpretativa acerca da figura da bruxa, uma vez que passa a ser um símbolo de transformação e de resistência. Esse aspecto se relaciona com a representação da obra de Tarsila do Amaral.

Paisagem com Touro I (1925)

Nesta obra, destaca-se a presença do touro. Na mitologia grega, encontram-se inúmeros símbolos animais, em que o pai dos deuses (Zeus) se transforma em cisne, touro ou águia, quando vai ao encontro das jovens. No cristianismo também se encontra essa relação, em que três dos evangelistas apresentam emblemas de animais: Lucas, o boi; Marcos, o leão e João, a águia. O próprio Cristo simboliza o cordeiro de Deus ou é associado ao peixe (Jung, 2016).

Portanto, observa-se uma semelhança entre o cristianismo e a mitologia grega, na comparação entre Cristo e Dioniso, na conexão com o vinho: Cristo transformou a água em vinho, e posteriormente se comparou à videira; Dioniso é o deus da vinha, além de ter sido perseguido, morto e ressuscitado (Silveira, 2023a). Contudo, essas analogias são separadas por aspectos antagônicos.

Silveira (2023, p. 210) explica que

Dioniso encarna o impulso da vida na natureza, o apetite, o desejo. É estreitamente a fim de vegetais e animais, chegando várias vezes a metamorfosear-se em leão, touro e bode. Nele coexistem selvageria feroz, sede do divino, êxtase de bem-aventurança, destruição, morte. Em Dioniso todos os opostos estão juntos, numa permanente efervescência.

Por outro lado, no cristianismo, ao se valorizar a renúncia aos instintos, esses passam a ser associados ao mal e à escuridão. Cristo passa a ser o polo espiritual, do bem e da luz. De acordo com Jung (2016), o símbolo do touro relaciona-se à fecundidade e aos instintos primitivos. Observa-se na obra de Tarsila um touro (instinto) contido, pequeno em comparação ao resto da paisagem, com destaque para as árvores.

De acordo com Jung (2023, p.200), “[...] uma árvore ou uma planta antiga representa, simbolicamente, o crescimento e o desenvolvimento da vida psíquica, enquanto a vida instintiva é em geral simbolizada por animais”. Assim, o símbolo da árvore pode estar relacionado ao crescimento psíquico, sendo um fenômeno involuntário e natural.

Religião Brasileira (1927)

Religião Brasileira apresenta como figura central Nossa Senhora, visualizada em quatro versões. A Virgem Maria está relacionada ao arquétipo da Grande Mãe. Em nossa sociedade há a tendência de tolerar apenas o lado luminoso da Deusa mãe.

Silveira (2023) aponta que a imagem de Maria representa o princípio feminino no cristianismo. É venerada, imaculada e associada à pureza. Esse símbolo não apresenta uma sombra. Portanto, ao contrário da cuca, a Virgem Maria relaciona-se ao aspecto positivo e benevolente da Grande Mãe.

As flores são outro aspecto de destaque na pintura, uma vez que abraçam as figuras de Maria. Entendem-se as flores como símbolo do feminino, com brotos em forma de coração, que pode estar relacionado ao sentimento e ao afeto. Além disso, observam-se dois pássaros. Silveira (2023a) reconhece essas aves como símbolo universal do espírito de sabedoria. Observa-se uma certa exacerbação do feminino, que segundo Jung (2016, p.132) significa uma “intensificação de todos os instintos femininos, e em primeiro lugar, do instinto materno”.

Urutu (1928)

Na obra Urutu, Tarsila do Amaral busca retratar seus traumas de lembranças da infância. A memória da urutu simboliza o medo primitivo em relação à saída do útero, o trauma do nascimento. Jung (2016c) relaciona simbolicamente o ovo à criação e à fertilidade. O vaso, o ovo, o ventre feminino são espaços de calor, trocas e transformações.

A fenomenologia do nascimento da “criança” sempre remete de novo a um estado psicológico originário do não conhecer, da escuridão ou crepúsculo, da indiferenciação entre sujeito e objeto, da identificação inconsciente de homem e mundo. Deste estado de indiferenciação surge o ovo dourado, o qual é tanto homem quanto mundo; no entanto não é nenhum dos dois, mas um terceiro, irracional. Para a consciência crepuscular do homem primitivo é como se o ovo saísse do útero do vasto mundo, sendo por isso um acontecimento cósmico e objetivo externo. Para a consciência diferenciada, ao contrário, parece evidente que este ovo nada mais é do que um símbolo nascido da psique, ou – o que é pior – uma especulação arbitrária e, portanto, “nada mais do que” um fantasma primitivo desprovido de qualquer “realidade” (Jung, 2016c, p. 245).

Além do símbolo do ovo, há a cobra, que sai desse ovo e se enrola em um espinho. A obra recebe o nome de uma serpente grande e venenosa, típica de certas regiões do Brasil.

O símbolo da serpente apresenta diversas relações. Jung (2023) traz a ligação com a transcendência, uma vez que é uma figura do mundo subterrâneo, mediadora entre os dois modos de vida, proveniente simbolicamente das profundezas da Mãe Terra – profundezas da psique (Jung, 2023). Na antiguidade, a serpente era um símbolo da terra, concebida como feminina, relacionada com o arquétipo de *anima*. Contudo, Jung (2016c) coloca esse símbolo como uma *anima* de sangue frio e inconsciente, uma junção de opostos: mortal e curativa, espírito do bem e do mal, do diabo e de Cristo.

Abaporu (1928)

Souza (2022) traz a origem do nome da obra, do tupi-guarani e significa *o homem que come*. Dessa forma, tem a intenção de remeter ao canibalismo, à devoração de influências europeias acerca da liberdade criativa artística. Também relaciona a obra ao desejo de vida e de memória do ser:

A síntese da pulsão humana, o desejo de vida e memória do ser, Tarsila encontrou na observação de si; sinalizou o encontro consigo, se não com o sol ou a íris, com os cactos de flor absurda que remetem à fazenda da infância no interior paulista; se não com o desenho de um homem ou de uma mulher, com a presença do humano, desnudo diante de si (Petry, MASP, 2019, p.238 *apud* Souza, 2022, p. 79).

Silveira (2023a) traz o sol como símbolo do ego na psicologia junguiana, pois a referência principal da consciência é o ego. Traz-se a perspectiva do Deus Sol dos astecas, que fazia um percurso com inúmeras batalhas em que não havia certeza de vitórias. O Deus Sol cansava-se durante as lutas contra os poderes da escuridão. Eram realizados sacrifícios humanos, em que lhe ofereciam o coração da vítima.

O sol também pode representar o masculino, o arquétipo *animus*. Por se tratar de uma artista identificada com uma consciência feminina, o seu oposto, no inconsciente, é o masculino. Na antiguidade o sol era o grande pai do céu e do universo, enquanto a lua, a mãe que fecunda (Jung, 2016). O pai visível do mundo é o sol, “o fogo celeste, por isto Pai, Deus, Sol, Fogo, são sinônimos mitológicos” (Jung, 2016, p. 113). A força do sol reverencia a força criadora da natureza, mas também pode destruir.

Observa-se que no sol da obra de Tarsila há um pequeno círculo, de cor mais forte, dentro do círculo maior. Pode-se afirmar que o círculo maior é o ego, enquanto o

menor é o *self*. O *self* é a totalidade da psique, em que se estabelece o centro da personalidade. Silveira relaciona o centro da mandala, que significa *círculo*, ao núcleo central da psique (*self*), fonte de energia (Silveira, 2023b).

A figura humana, contudo, não tem uma definição de gênero. Pode-se relacioná-la a uma personificação de andrógino, o bissexuado, que apresenta o feminino e o masculino, a totalidade (Silveira, 2023a).

O pé gigante é outro símbolo que se destaca. Jung (2016, p. 416) aponta o pé e o ato de pisar como “a reentrada no ventre materno”, pois os pés e sua ação se assemelham com a fertilidade.

O verde, por sua vez, representado pela grama e pelo cacto gigante que atinge o sol, está relacionado com a *anima*, que carrega uma ligação com a natureza. A *anima* se relaciona com uma parte elementar da natureza, como o vento, o fogo, a tempestade e a vegetação. Assim, o “verde como cor da vida, combina perfeitamente com ela” (Jung, 2016), uma vez que para Jung (2016) a *anima* é o arquétipo da vida. Para o autor, a anima é o arquétipo do feminino, e na psique da mulher, “o *self* adquire personificações femininas” (p.374).

O Touro (Boi na Floresta -1928)

Nesta obra a pintora retoma a figura do touro. Contudo, o animal recebe maior destaque do que a paisagem. Como apontado anteriormente, o touro personifica a fecundidade, o instinto, uma libido que não foi domesticada (Jung, 2016). Jung (2016) traz a mitologia de Mitra, que luta com o touro e o mata. Com a morte do animal, nasce a fertilidade e o alimento. De acordo com Jung, “o touro é uma força natural, o animal não controlado, que não é necessariamente destrutivo” (p. 63). É um animal selvagem, que não deve ser morto.

Observa-se o enfoque nos chifres, que se relaciona ao simbolismo de poder e de eminência, como mostrado em Dioniso, também representado como touro. Jung traz o simbolismo dos chifres: masculino (força de penetração) e feminino (abertura em forma de lira e de receptáculo) (Chevalier; Cheerbrant, 1982).

Cidade (A Rua) (1929)

A obra Cidade (A Rua) traz três figuras compostas apenas de pés e cabeças. Essa representação era comum no Mundo Antigo e na Idade Média, de acordo com

Silveira (2023a), em que tanto os artistas quanto os artesões que trabalhavam na elaboração das construções góticas tinham a liberdade imaginativa para recriarem as figuras fabulosas do Mundo Antigo a partir de sua própria interpretação, com elementos do mundo cristão. A autora comenta acerca das aparições dessas imagens:

Será interessante pesquisar se tais figuras, de acordo com Neumann, provêm de misturas e combinações dentro das matrizes arquetípicas numa fase de desenvolvimento da consciência, em que esta ainda não adquiriu capacidade para distinguir e diferenciar, ou será válido admitir que a representação de seres aberrantes faça parte de uma modalidade de linguagem do inconsciente, até bastante apurada (Silveira, 2023a, p. 127).

A psiquiatra também indica outra questão trazida por etnólogos: a simbolização de espíritos do mal, representados por seres híbridos e aleijões, feiticeiros e xamãs, originária da imaginação de psicóticos (Silveira, 2023a). Contudo, traz a perspectiva de Von-Franz de que essas figuras não têm origem na esquizofrenia, mas em como foram representados os espíritos do mal no decorrer da história da humanidade (Silveira, 2023a).

De acordo com Von-Franz, os espíritos do mal sempre apresentam a aparência de criaturas aleijadas, sendo uma expressão arquetípica do mal.

Na experiência arquetípica do mal, seus poderes se apresentam como uma figura humana aleijada, ou como algo distorcido. Me parece que devemos compreender isso simbolicamente e ver aí a projeção de um fato humano psicológico, a saber: o mal faz com que seja tomado pela unilateralidade, por *um único* modelo de comportamento (Von-Franz, 2002, p.186).

Para a autora, portanto, não se trata de imagens anormais, mas de símbolos primitivos do mal.

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais conteúdos encontrados na análise das obras de Tarsila do Amaral, podendo-se identificar pontos convergentes entre elas.

Quadro 1 – Síntese dos conteúdos encontrados na análise das obras

Imagem Arquetípica	Linguagem Simbólica	Representação do Mito
Feiticeira, bruxa	Desejos, medos, impulsos, resistência	Cuca, mitologia brasileira
Touro	Impulso da vida na natureza, apetite, desejo, fertilidade, selvagem	Dioniso, mitologia grega; Mitra, mitologia indo-ariana

Árvores	Crescimento, desenvolvimento da vida psíquica, feminino, vida	Não encontrado
Virgem Maria	Imaculada, pura, luminosa, benevolente	Cristianismo
Ovo	Criação e fertilidade	Não encontrado
Serpente	Transcendência, mediadora dos dois modos de vida, terra, profundidade da psique, junção dos opostos, anima	Não encontrado
Sol	Ego, masculino, fogo celeste, força criadora da natureza e destruição, <i>self</i>	Deus do Sol, mitologia asteca
Figura humana aleijada/distorcida	Espírito do mal primitivo	Não encontrado

Fonte: dados coletados na análise das obras

Pode-se observar a prevalência de imagens arquetípicas femininas, uma vez que tanto a bruxa quanto a Virgem Maria representam a imagem arquetípica da Grande Mãe, o lado sombrio e o lado luminoso. Também se encontram outros símbolos de figuras femininas (*anima*), como a serpente, as árvores, a vegetação verde. O touro e o sol são arquétipos de características masculinas, ambos representados por figuras mitológicas masculinas.

Os símbolos de instinto, de força criadora vinculada à natureza e de fertilidade aparecem na maioria das obras, o que pode pressupor uma relação entre eles e o momento histórico de desenvolvimento artístico, com enfoque na desconstrução do que até então fora realizado no espaço artístico nacional.

O objetivo do movimento antropofágico era a deglutição da cultura europeia para sua transformação em algo brasileiro (Schollhammer, 1999). Portanto, priorizava-se a cultura brasileira e o primitivismo. Essa atitude pode ser observada na representação de símbolos regionais, como a cuca, feiticeira/bruxa; a urutu, cobra de regiões brasileiras; o touro, lembrança da fazenda em que a pintora cresceu, entre outros. Contudo, apesar de regionais, observa-se o coletivo presente nessas imagens, de conteúdo universal e uniforme (Jung, 2000).

Os opostos também são observados nas pinturas, pela representação bem x mal, masculino x feminino, desenvolvido x primitivo, por meio da análise de imagens em séries, como propõe Silveira. As imagens em séries possibilitam a percepção da repetição dos motivos, assim como da prevalência de certos temas míticos relacionados

ao caso clínico, além da continuidade das imagens do inconsciente (Silveira, 2023a). Observa-se a repetição da imagem do touro, que aparece no movimento do Pau-Brasil e no Antropofágico, apresentando-se, nesse último, com maior ênfase, em que o primitivismo e o selvagem eram mais intensos (Souza, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, que teve como objetivo analisar as imagens arquetípicas nas obras da Tarsila do Amaral utilizando os critérios interpretativos propostos por Nise da Silveira, conseguiu identificar imagens que expressam o mundo interior da artista.

Pode-se observar o impacto do coletivo pela linguagem simbólica encontrada, enquanto o pessoal encontra-se no estilo e na qualidade estética da obra, na representação de elementos brasileiros e de temáticas de sua vida pessoal. O estudo destaca a relação do feminino com as obras de Tarsila, como também a relação das possíveis significações simbólicas com as fases Pau-Brasil e Antropofágica do Modernismo.

Contudo, apesar da presença de imagens arquetípicas, encontra-se certa dificuldade para estabelecer a relação entre a mitologia e as obras da artista. Identifica-se a necessidade de um estudo mais aprofundado das mitologias e religiões para a concretização dessa análise, além do conhecimento específico da vida e dos sentimentos da pintora para a compreensão mais precisa da simbologia em sua obra.

Ressalva-se, por fim, a importância de trazer para o ambiente acadêmico a contribuição de profissionais brasileiros, como Nise da Silveira, uma das pioneiras no país na aplicação de atividades expressivas com intenção terapêutica, assim como o estudo de obras de Tarsila do Amaral, que trazem o imaginário e o mítico, passíveis de contribuição para a Psicologia.

REFERÊNCIAS

AJZENBERG, Elza. A Semana de Arte Moderna de 1922. A Semana de Arte Moderna continua sendo importante referencial para reflexões estéticas cem anos depois. *Ciência e Cultura*, v. 74, n. 2, p. 1-6, 2022. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000200002. Acesso em: 20 out. 2024.

- BAUMGARTEN, Laylla Zanin; SILVA, Patrícia Fabiana da; DANTAS, Marta. Quando a Arte e a Loucura se encontram. **Iniciação Científica CESUMAR**, v. 10, n. 2, p. 111-117, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/662>. Acesso em: 15 out. 2024.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. São Paulo, SP: 2012.
- CHEVALIER, Jean; CHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- COSTA, Claudio F. O que é ‘arte’? **Artefilosofia**, v. 4, n. 6, p. 194-199, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=5201687>. Acesso em: 09 nov. 2024
- DIONISIO, Gustavo Henrique. **O antídoto do mal**: crítica de arte e loucura na modernidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- FRAYZE-PEREIRA, João. A alteridade da arte: estética e psicologia. **Psicologia USP**, v. 5, n. 1-2, p. 35-60, 1994. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771994000100004. Acesso em: 15 out. 2024.
- FRAYZE-PEREIRA, João. O desvio do olhar: dos asilos aos museus de arte. **Psicologia USP**, v. 10, n. 2, p. 47-58, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psup/a/JLggzW48VwGxrs3YLw3YQsM/?format=html#>. Acesso em: 14 out. 2024
- JACOBI, Jolande. Símbolos em uma análise individual. *In*: JUNG, Carl Gustav. (org.). **O homem e seus símbolos**. 3.ed., Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017. cap.5, p. 309-416.
- JAFFÉ, Aniela. O simbolismo nas artes plásticas. *In*: JUNG, Carl Gustav. (org.). **O homem e seus símbolos**. 3.ed., Rio de Janeiro: Harper Collins, 2023. cap. 4, p. 309-368.
- JUNG, Carl Gustav. **Anion**: Estudo sobre o simbolismo do si-mesmo. Petrópolis: Vozes, 2015b.
- JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JUNG, Carl Gustav. **Seminários sobre análise de sonhos**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- JUNG, Carl Gustav. **Símbolos da transformação**. Petrópolis: Vozes, 2016b.
- JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2023.
- JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 2016a.

JUNG, Carl Gustav. **Tipos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, 2015a.

LIMA JÚNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos na Fucamp**, v.20, n. 44, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/DELL/Downloads/2356-Texto%20do%20Artigo-8504-1-10-20210407%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/DELL/Downloads/2356-Texto%20do%20Artigo-8504-1-10-20210407%20(1).pdf). Acesso em 20 ago. 2024.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; PELBART, Peter Pál. Arte, clínica e loucura: um território em mutação. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 14, n. 3, p. 709-735, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/3rLqcpCGc3TRpM4Dj8CGnfw/#>. Acesso em: 09 nov. 2024.

PROVIDELLO, Guilherme Gonzaga Duarte; YASUI, Silvio. A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 20, n. 4, p. 1515-1529, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/WmBG9DzdL4CPnT7VHxCmDkw/>. Acesso em: 14 out. 2024.

RIVERA, Tania. A arte (moderna) dos hospícios ou a ética da “loucura” no modernismo brasileiro. **Revista Concinnitas**, v. 23, n. 44, p. 150-167, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/67429>. Acesso em: 14 out. 2024.

SÁ-SILVA, Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. A imagem canibalizada: a antropofagia na pintura de Tarsila do Amaral. **Nuevo Texto Crítico**, v. 12, n. 1, p. 179-190, 1999. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/96/article/494487/pdf>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SILVA, Jeferson Vargas de; ALVARENGA, Marcos Aurélio Do Carmo. Do Tradicional ao Pop: um olhar sobre o mito da Cuca na série Cidade Invisível a partir dos arquétipos de Jung e Vogler. **Nava**, v. 7, n. 2, 2022.

SILVEIRA, Nise da. **Imagens do Inconsciente**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2023a.

SILVEIRA, Nise da. **Jung: Vida e Obra**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023b.

SILVEIRA, Nise da. **O Mundo das Imagens**. São Paulo: Ática, 1992.

SILVEIRA, Nise da. **Benedito**. Rio de Janeiro: Sociedade Amigos do Museu do Inconsciente, 2022.

SOUZA, Ana Cecília Araújo Soares de Souza. **Os museus de Pedrosa: uma contra narrativa para a arte brasileira**. 2023. Tese (Doutorado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/56832>. Acesso em: 08 nov. 2024.

SOUZA, Cristiane Bergmann de Souza. Do “Descobrimento” ao Movimento Antropofágico - O Brasil e as transformações alquímicas para a consciência da identidade e a busca do valor do povo brasileiro. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO JUNGUIANA DO BRASIL- AJB- TEMPO, 26, 2022, Guarujá. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Junguiana do Brasil, 2022. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/110999331/Anais_XXVI_Congresso_da_Associacao_Junguiana_do_Brasil_AJB_Tempo.pdf. Acesso em: 08 nov. 2024.

TOSTES, Ana Carolina Brígido. **Psicologia Junguiana na Contemporaneidade: o simbolismo da bruxa como caminho para a integração da sombra na psique feminina**. Monografia (Especialista em Psicologia Junguiana) – Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa, Barbacena, 2024.

VON-FRANZ, Marie-Louise. **A sombra e o mal nos contos de fada**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

O IMPACTO DA FÉ CRISTÃ NA SAÚDE EMOCIONAL

Kauanny Alexia Inácio Esteves

Rebeca Fernanda Mota da Costa

Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

No Brasil, dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) revelam que cerca de 86,8% da população brasileira se identifica como cristã, sendo 64,6% católicos e 22,2% evangélicos. Contudo, levantamentos mais recentes indicam uma diminuição no número de fiéis católicos, enquanto as denominações evangélicas seguem crescendo. Essa transformação reflete mudanças culturais e sociais e também a maneira como a fé influencia a identidade e o cotidiano de grande parte da população. Assim, destaca-se a importância de investigar a influência dessa fé na saúde emocional de seus seguidores, que representam boa parte da população brasileira.

A fé cristã vai muito além de crenças, dogmas e rituais religiosos, desempenhando um papel relevante na estruturação psicológica dos indivíduos. Ela impacta diretamente o bem-estar e influencia a forma como seus seguidores lidam com os desafios da vida. A vivência religiosa impacta a vida de seus fiéis, ao proporcionar uma rede de apoio emocional, reduzir o estresse e fortalecer a resiliência diante das adversidades (Kovács, 2007b). Além disso, em momentos difíceis a fé pode atuar como um mecanismo de enfrentamento, trazendo esperança, conforto e senso de propósito e promovendo elementos essenciais para a regulação emocional e a superação de crises psicológicas (Amatuzzi, 2003).

O presente capítulo busca compreender os efeitos da fé cristã sobre a saúde emocional, analisando de que maneira a espiritualidade e as práticas religiosas influenciam a resiliência psicológica, a capacidade de enfrentamento de desafios e o bem-estar dos indivíduos. A pesquisa foi realizada em igrejas católicas e evangélicas, observando cerimônias religiosas e programações.

Também foram reunidos relatos das experiências de membros das comunidades cristãs (Santos, 2021). O objetivo deste trabalho é discutir o impacto da fé cristã na saúde mental, a partir da percepção de profissionais, líderes religiosos e seguidores das principais designações cristãs: católica e evangélica.

TEORIA

A fé cristã é um sistema de crenças baseadas nos ensinamentos de Jesus Cristo e na Bíblia Sagrada. Mais do que um compromisso intelectual a doutrinas e dogmas, é entendida como uma experiência espiritual e relacional que impacta a forma como os indivíduos percebem a si mesmos e ao mundo ao seu redor. A fé cristã pode ser compreendida como um fenômeno complexo, que transcende o aspecto religioso e se insere na identidade e na resiliência emocional, influenciando a qualidade de vida de seus seguidores. Percebe-se, assim, seu impacto em vários âmbitos da vida dos fiéis, justificando atenção e estudos que prezem sua compreensão e acolhimento (Amatuzzi, 2003).

Além do aspecto teológico, a fé cristã tem uma forte influência no âmbito cultural e social. No Brasil, seu impacto pode ser observado na organização das famílias, na educação e até na política. Estudos recentes apontam uma diminuição no número de fiéis católicos, enquanto as denominações evangélicas continuam crescendo, refletindo mudanças culturais e sociais que também afetam a forma como a fé é vivida no cotidiano (IBGE, 2010).

A relação entre religião e psicologia tem sido objeto de diversos estudos ao longo do tempo (Amatuzzi, 2003), abordando a relevância da fé - e de toda complexidade religiosa - para o homem. A religião é um aspecto fundamental na vida do ser humano. Nela as pessoas buscam alento em momentos difíceis, como diante de doenças e sofrimento. Dessa forma, torna-se de suma importância ressaltar a influência da fé nos processos cognitivos, nas emoções e no comportamento humano e a relevância desse estudo para o campo da psicologia, na busca da compreensão de como a religiosidade afeta a saúde mental e emocional das pessoas (Santos, 2021).

Para que o acolhimento no processo terapêutico seja efetivo, é necessário uma produção colaborativa entre terapeuta e cliente que envolve respeito, empatia e a familiarização do psicólogo em relação à linguagem utilizada pelo cliente. Em alguns casos, torna-se necessária a familiarização com um vocabulário em particular e uma cultura religiosa específica. Desse modo, é válido ressaltar a importância do afastamento

de estereótipos, ideias pré-concebidas e generalizações, voltando-se à particularidade do cliente. Além de acolher suas crenças, o terapeuta também tem a possibilidade de buscar uma flexibilização delas, quando essas contribuem para produção de sintomas e influenciam negativamente o desenvolvimento pessoal do sujeito (Vanazzi, 2021).

MÉTODO

O presente trabalho documental foi desenvolvido a partir de dados secundários obtidos em Relatório de Estágio de Núcleo Comum do Curso de Psicologia. A entrevista é uma ferramenta de suma importância para uma pesquisa de campo, uma vez que possibilita maior entendimento e respaldo científico dos fenômenos a serem estudados. É válido ressaltar que entrevistar não se resume apenas a questionar, mas constitui um ato de análise e interpretação. A entrevista é uma técnica muito importante no estudo do ser humano, uma vez que possibilita a integração de elementos como palavras, símbolos, signos e ilustrações, pelos quais a comunicação é privilegiada, dando um sentido mais amplo à mensagem que está sendo passada (Simões; Sapeta, 2018).

Conforme afirma Tavares (2005, p.45), a entrevista psicológica é um “Conjunto de técnicas de investigação, de tempo delimitado, dirigido por um entrevistador treinado que utiliza conhecimentos psicológicos em uma relação profissional”. O autor também aponta que tais técnicas são utilizadas a fim de possibilitar a descrição e a análise do fenômeno estudado, segundo a perspectiva do entrevistado.

A entrevista pode ser tanto individual ou em grupo, podendo ser livre, semiestruturada ou estruturada, sendo responsabilidade do entrevistador direcionar-se para o que melhor cumpre os objetivos do estudo sendo realizado. O presente trabalho utilizou-se de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados (Tavares, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entrevista com profissionais

A seguir são apresentados os dados coletados pelas entrevistas realizadas com os dois profissionais da área de Psicologia. Para diferenciá-los, adotou-se P1 (Profissional 1) e P2 (Profissional 2). O Quadro 1 apresenta os dados sociodemográficos

dos entrevistados, seguidos pela análise e interpretação de suas respostas e comentários sobre o tema proposto.

Quadro 1. Dados sociodemográficos dos entrevistados

	IDADE	GÊNERO COM QUE SE IDENTIFICA	FORMAÇÃO	ABORDAGEM TEÓRICA
P1	39	Masculino	Formado em Psicologia pela Universidade Paulista em São José dos Campos. Doutorando na Universidade Internacional do Chile.	Comportamental. Mas também se utiliza da Psicanálise para estudo e interpretação dos sonhos.
P2	40	Feminino	Formada em Psicologia pela Universidade de Taubaté, especializada em Neuropsicologia e Terapia Cognitiva Comportamental	Teoria Cognitiva Comportamental

Fonte: dados das entrevistas

Impacto da Religião na Saúde Emocional

Os profissionais convergem sobre a importância do impacto que a religião tem e terá sobre a saúde emocional e mental dos pacientes religiosos. Ambos assumem a espiritualidade e religião como sinônimos (embora também destaquem que a religiosidade se relaciona mais à institucionalização, enquanto a espiritualidade diz respeito ao místico, à fé em seu aspecto mais subjetivo). P2 salienta como exemplo que a *“espiritualidade é um dos critérios de avaliação para qualidade de vida para Organização Mundial da Saúde (OMS)”*, o que demonstra a influência da espiritualidade, da fé e da religião na saúde mental e emocional (principalmente) dos pacientes. Os profissionais evidenciam como a fé demarca os parâmetros de moral, de ética, de cosmovisão e de entendimento sobre si e sobre o mundo que cada pessoa terá, uma vez que ela exerce uma função social na formulação do Eu e da subjetividade.

P1 destaca que a religião produz um modo de ver a realidade, por isso vai ter grande impacto na leitura do mundo e, por consequência, dos acontecimentos da vida, sendo mais ou menos complexos/desafiadores. Por fim, P2 destacou o grande diferencial e o impacto da religião devido aos fatores protetivos no que se refere ao risco de suicídio. A entrevistada apontou que *“há diversos estudos que demonstram que o risco de suicídio é significativamente menor em pessoas que exercem alguma fé ou religiosidade”*, demonstrando mais uma vez o impacto da fé na saúde emocional e como ela pode auxiliar na promoção e no cuidado da vida dos fiéis.

P2 também destaca a fé como um fator de amparo para os fiéis, que não se sentem sozinhos ou abandonados, mas trazem consigo a confiança de que alguém ou algo em uma esfera superior os acompanha. Aponta a solidão como um importante marcador para o adoecimento e para a tristeza, destacando que a vivência em comunidade e a presença tanto física como espiritual que cerca os fiéis produzem impactos positivos que garantem a promoção de saúde.

Como destacado por P2, a Organização Mundial da Saúde (OMS), na cartilha “Programa de Saúde Mental” (2012), aponta a fé/espiritualidade/crenças pessoais como um dos critérios para a promoção da qualidade de vida dos indivíduos. Segundo a World Health Organization (2012), a fé pode auxiliar os fiéis a lidarem com as dificuldades da vida, atribuindo significado a questões espirituais e do dia a dia. Além disso, a fé promove sensação de conforto, bem-estar, segurança, confiança, propósito e força, confirmando a importância e o impacto da fé na saúde mental e emocional dos fiéis, como proposto pelos profissionais.

A religião e a fé atuam como marcadores dos parâmetros éticos e morais dos fiéis. Monte (2013) aponta que a religião, como sistema de valores, reflete-se no mundo atribuindo-lhe significado e direção aos fiéis. A religião se constitui de interesses econômicos, políticos e sociais; portanto, é necessário estudá-la como uma instituição social, sem restringi-la a comunidades religiosas e efeitos místicos. A partir dessa compreensão, é possível conceber a religião como um mecanismo social que direciona o comportamento humano, compartilhando seus ideais, sua verdade e seus interesses sociais.

Farris (2002) destaca que a religião manifestada na espiritualidade afeta como as pessoas sentem, agem e pensam em diferentes campos, inclusive no que diz respeito à saúde. O autor aponta que compreender a fé do cliente permite a compreensão de sua cosmovisão, ou seja, de como ele percebe o mundo e a si mesmo. Monte (2013) também evidencia a importância da fé na construção da cosmovisão para o sujeito religioso e na explicação de fenômenos. A religião seria, então,

[...] um sistema de compreensão e interpretação do mundo. Caberá a esta responder às questões referentes à origem do universo, pela interpretação cosmológica de encontrar o sentido para a vida, alimentar esperanças para o futuro transcendente da vida atual, o ajustamento emocional, a segurança cognitiva ao enfrentar problemas de dor e morte, sinalizar com a possibilidade de resposta e compensação à variada gama de sofrimentos (p.250).

Assim, a religião permite uma explicação para o sentido e o propósito da vida, produzindo paz diante da finitude do homem. O autor confirma, portanto, a importância da fé e do aspecto religioso como um dos vetores determinantes para saúde emocional e mental.

A respeito da religião e da fé como fatores protetivos contra o suicídio, Medeiros (2021) destaca que “*Quanto mais o homem tem presença de sentido, menos ele se sente atraído para a morte*” (p. 56). O autor comenta que o homem que consegue atribuir sentidos a sua vida não se sentirá atraído pela morte, pois a busca pela morte poderia ser uma expressão do vazio existencial humano e esse vazio se vê preenchido pelas respostas que a fé lhe proporciona.

Outrossim, Rodrigues Neto (2022) explica que não se pode esquecer da narrativa histórica da ideologia pentecostal (e da religião cristã) de ir contra o suicídio e condenar quem o pratica, considerado pecador ou culpado. Todavia, demonstra que nos últimos anos as instituições cristãs no Brasil estão se familiarizando mais com a Psicologia e rompendo as barreiras entre fé e cuidados psicológicos. Aponta que muitas instituições religiosas cristãs atuais

Elaboram uma nova concepção, um novo significado e oferecem aos ouvintes contributo na prevenção e posvenção, pois com isso abrem-se as possibilidades para que indivíduos em adoecimento mental não sejam destruídos ou afastados da própria comunidade de fé, ou a família não sofra mais ainda durante o processo de luto com acusações (p. 80).

Essa proposição corrobora o que P2 afirma, ou seja, muitas instituições religiosas têm-se aberto para a Psicologia a fim de colaborar na promoção da saúde mental e emocional dos fiéis.

Avila (2017) demonstra preocupação sobre a percepção da Psicologia no âmbito religioso, muitas vezes de descaso ou com uma pronunciada desaprovação das escolas de psicoterapia por parte da maioria. A autora ainda aponta que, por mais compreensível que seja a delimitação entre a psicoterapia e os grupos religiosos, quando o psicoterapeuta ignora ou despreza todo um âmbito de vida e vivência ao lidar no tratamento de um modo reducionista com os temas religiosos, questão central para muitas pessoas, o respeito e a aceitação incondicional pelo paciente são profundamente abalados, gerando o abandono ou a ineficiência do tratamento.

Religião e Processo Terapêutico

Os profissionais apontam que a fé e a religião do paciente são de grande importância para que o processo terapêutico seja mais efetivo. Quanto à abordagem da religião, os psicólogos divergem, sendo que P1 aponta que ao longo das sessões o profissional deve ir conhecendo os contextos que envolvem o cliente e então atentar-se ao seu aspecto religioso. Já P2 recomenda que desde a primeira entrevista se questione a respeito da religião do cliente e a partir disso se direcione o processo terapêutico para intervenções mais eficientes, uma vez que *“a religião é um importante marcador cultural, que vai nos dizer qual a cosmovisão do paciente”*, para se obter um parâmetro geral de quem é aquela pessoa e qual a melhor forma de ajudá-la.

Os profissionais convergem no que se refere ao papel da fé na formação da cosmovisão e identidade do indivíduo. A religião é como a lente pelo qual enxergam o mundo e a si mesmos, por isso é fundamental que o psicólogo compreenda as crenças que movem e direcionam o paciente e que permitem maior entendimento de seus temores, ansiedades e de suas enfermidades. P1 destaca também que compreender a religião e a fé do paciente ajuda o psicólogo a não se precipitar em diagnósticos ou interpretações precipitadas: *Pacientes que são espíritas ou de religiões em que é normal ver e ouvir pessoas falecidas, ao analisar episódios em que a pessoa ouve vozes ou vê coisas, a fé não pode ser desconsiderada, pois impede que haja enganos quanto à interpretação da sanidade mental do paciente*. Ou seja, conhecer a crença religiosa do paciente ajuda o psicólogo a compreender melhor seu comportamento.

Em concordância, P2 destaca a religião como cultura, em que as instituições determinam valores, hábitos e rotinas e como o paciente e sua família lidam com o adoecimento, tanto físico como emocional. A psicóloga destaca que nos últimos anos houve uma abertura das instituições religiosas (inclusive cristãs) para a intervenção da Psicologia e para o cuidado com a saúde emocional. A ideia de que quadros como depressão, ansiedade, *burnout*, entre outros são ausência de fé tem sido desconstruída e encontram-se muito mais abertos à psicoterapia e ao tratamento medicamentoso se necessário, entendendo que a religião não é a única solução.

P1 também aponta para a importância da religião na psicoterapia, com pessoas que professam alguma fé: *“Se for da vontade do paciente, nós não só podemos como devemos usar a religião na construção de intervenções terapêuticas”* para alcançar mudanças reais e significativas, respeitando a individualidade do paciente. O profissional destaca que a religião vem para somar, para colaborar com a Psicologia e

nunca para substituí-la. O psicólogo deve assumir uma postura de ética e respeito em relação à crença do paciente.

A importância da fé do paciente para o processo terapêutico é de fato reforçada por Frankl (2008), que afirma que a espiritualidade é uma dimensão essencial da existência humana, uma vez que o ser humano está constantemente em busca de sentido, especialmente diante do sofrimento, como os entrevistados apontaram. Reforça-se ainda a importância de abordar o tema da fé ainda na anamnese, como proposto por P2. O autor defende ainda que a espiritualidade pode servir como caminho para a reconstrução psíquica diante do vazio existencial.

Do ponto de vista social, Spink (2003) reforça que a religião deve ser compreendida como um sistema de significados que estrutura formas de agir, pensar e sentir, tendo forte impacto sobre o modo como os sujeitos experienciam a realidade. Portanto, ignorar esse fator durante a escuta clínica representa negligenciar uma parte importante da subjetividade do paciente e não compreender a complexidade e a amplitude dos vetores que formam a cosmovisão do paciente.

Spink (2003) ainda aponta que a influência da religião na prática da clínica psicológica está diretamente relacionada à construção da cosmovisão dos indivíduos. Dessa forma, a religião molda a percepção dos fiéis sobre a vida, sobre os acontecimentos que o cercam e a maneira como se percebem a si mesmos. Assim, é fundamental conhecer e compreender a fé do paciente para que o processo terapêutico de desenvolva de maneira efetiva e respeitosa. A autora chama a atenção sobre as questões éticas que envolvem esse processo, em que se percebe a tendência histórica de invisibilização do discurso religioso nos espaços da saúde mental, o que dificulta o desenvolvimento de um manejo técnico adequado.

Em concordância com os apontamentos dos entrevistados sobre a religião ser uma parte íntima e cultural dos fiéis, Frankl (2008) afirma que a espiritualidade como fé e religião devem ser respeitadas, pois representa uma dimensão legítima da experiência humana e não deve ser manipulada pelo terapeuta segundo sua própria visão de mundo. O autor ainda reforça que o sofrimento deve ser compreendido dentro de narrativas pessoais, considerando os contextos simbólicos e culturais. Dessa forma, quando a fé se apresenta como recurso de enfrentamento ou, ao contrário, como fonte de dor, o psicólogo deve manter uma escuta aberta e ética, acolhendo as referências religiosas apresentadas pelo paciente e se desprendendo de todo e qualquer juízo de valor.

Intervenção Clínica e a Fé do Paciente

A respeito do uso da fé como ferramenta para a elaboração de alguma intervenção clínica com um paciente cristão, os psicólogos convergem sobre a opinião de ser possível, mas deve-se tomar um extremo cuidado. Os profissionais apontam para a importância de compreender e ter claros a relevância e o benefício desse tipo de intervenção para o processo terapêutico do paciente. Além disso, faz-se necessário um conhecimento geral sobre a religião do paciente e ampla noção dos limites éticos do psicólogo.

P2 afirma que antes de elaborar uma intervenção clínica relacionada com a fé do paciente é necessário que o psicólogo conheça a fé professada e a qual instituição está ligada, pois ainda existem muitas instituições mais refratárias ao trabalho psicológico, que representam mais um risco do que uma ferramenta de ajuda ao tratamento terapêutico. Assim, após averiguar e constatar a possibilidade pode-se elaborar um trabalho em conjunto, em que não haja interferência, mas diálogo entre religião e ciência.

A psicóloga observa que *“quando falamos de uma pessoa religiosa também precisamos considerar a atuação da igreja sobre as crenças dessa pessoa sobre a doença e como a fé pode ampará-la, contribuindo para terapia, trazendo também esses dogmas e tradições para dentro da terapia e utilizando isso a favor do paciente”*, reforçando como a fé pode ser utilizada dentro da psicoterapia.

Em concordância, P1 aponta que se for desejo do paciente, é de suma importância utilizar-se sim da fé para elaboração de intervenções clínicas mais efetivas. Reiterando a importância da fé na formulação da cosmovisão do paciente, o profissional comenta:

Já atendi vários cristãos e utilizei as práticas e dogmas da fé para auxiliar no processo terapêutico. Estimulava-os a estar em comunidade nas programações da igreja, a retornarem com suas práticas religiosas como oração e leitura diária da Bíblia e também os apoiava em sua jornada de reinserção na igreja, que por vezes ficava abandonada por conta do adoecimento psíquico.

Por fim, ambos os psicólogos concordam que é possível e necessário esse diálogo entre Psicologia e religião, principalmente quando se está diante de um paciente religioso. É muito importante a compreensão de que são áreas de conhecimento distintas, que embora não se misturem em sua essência, todavia podem dialogar eticamente para promover saúde e bem-estar.

Em concordância com os relatos dos entrevistados, Spink (2003) aponta que é fundamental o acolhimento do aspecto religioso, uma vez que permite ao psicólogo

maior compreensão de toda a subjetividade e particularidade do cliente, reforçando os vetores de singularidade e o caráter pessoal destacados pelos entrevistados. A autora também destaca que a psicoterapia deve voltar-se para os clientes e seus respectivos sistemas de crenças com o propósito de potencializar suas capacidades. Além disso, é de extrema relevância que a psicoterapia trabalhe para desenvolver modelos colaborativos, baseados na relação de confiança e acolhimento entre psicólogo e cliente.

Tenório e Melo (2018) também argumentam que é primordial o acolhimento da fé como manifestação da espiritualidade do cliente, uma vez que a fé e a confiança em um ser superior possibilita sentimentos de confiança e esperança na cura e pode servir para atenuar o sofrimento. Os autores ainda destacam que os profissionais de saúde necessitam conhecer a espiritualidade de seus pacientes, incluindo-a com respeito, ética e humanização para que o processo terapêutico e o tratamento necessário sejam mais eficazes.

Farris (2002) discorre sobre a importância da compreensão da religiosidade do cliente no processo terapêutico para melhor conhecer a construção de sintomas, crenças, emoções e da subjetividade do sujeito. A postura do psicólogo deve ser de respeito e escuta, uma vez que a experiência religiosa é um dos elementos que constituem a consciência humana. O autor também comenta que o acolhimento integral do cliente é primordial para o estabelecimento do *rapport* no processo terapêutico, fortalecendo a confiança do cliente no terapeuta e na terapia, o que por sua vez contribui para a aderência e a eficácia do tratamento.

Estudos relacionados à Fé e Saúde Emocional

Os profissionais apontam que existem estudos que relacionam a fé e a saúde emocional, mas em número muito limitado, sendo mais escassos ainda quando se trata diretamente do impacto da fé na saúde emocional. No entanto, nos últimos anos o número de pesquisas que possibilitam um diálogo entre Psicologia e religião têm crescido. Afirmam ainda que a maioria dos estudos demonstra que a fé tem papel fundamental na cura de adoecimentos físicos e psíquicos, ressaltando sua importância.

Nesse contexto, P1 informa que pesquisas recentes vêm demonstrando o poder da fé no tratamento de pacientes oncológicos, que se apegam mais ao tratamento e encontram paz mesmo em meio às adversidades e dificuldades deste período. Além disso, reforça que muitos estudos demonstram a importância da fé, da religião e da

espiritualidade na promoção da saúde de pessoas religiosas e que esse aspecto religioso precisa ser eticamente contemplado no processo terapêutico.

Em concordância, P2 destaca como estudos recentes revelam a importância da espiritualidade e da fé diante da morte, com pacientes em cuidados paliativos. A profissional relatou que, em sua experiência como psicóloga hospitalar, observou a importância da religião e da fé nessas situações:

Eu trabalhei em um hospital de cuidados paliativos e pude observar que pacientes que tinham essa espiritualidade passavam por esse momento de uma forma mais tranquila, porque de certa forma tinham uma explicação do que vinha depois, e aqueles pacientes ateus ou agnósticos enfrentaram esse período de forma muito angustiante, pois não tinham explicação sobre o pós, e as explicações que tinham não lhes trazia um certo conforto.

Desse modo, reforça-se a importância da fé na explicação de nossa finitude, tanto para os que estão à beira da morte como para aqueles que perderam um ente querido. A fé assume um papel fundamental também no luto, pois garante conforto nesse momento tão desafiador.

Por fim, P2 reitera que muitos estudos apresentam a importância da religião como fator protetivo no que diz respeito à idealização suicida: “*Os estudos apontam muito como a fé tornou-se um fator protetivo para a diminuição dos casos de suicídio*”. Esse caráter da fé se deve à censura e desaprovação atribuídas ao suicídio, mas também à promoção de uma rede de apoio emocional e espiritual aos fiéis, além de oferecer explicações e esperança.

Farris (2002) explica que existem duas perspectivas ou abordagens clássicas a respeito do estudo da religião: o fenomenológico e o explicativo. O fenomenológico compreende o estudo ou a descrição dos comportamentos religiosos, seus significados e suas funções na vida de indivíduos e grupos. Essa abordagem começou com a descrição de comportamentos religiosos, sem nenhuma preocupação com a função ou o sentido da religião. Atualmente, a Psicologia da Religião estuda muito mais a função ou o sentido da religião e da dimensão pessoal, não se restringindo apenas à descrição das práticas religiosas. Já o estudo explicativo teve início com as teorias de Freud e Jung sobre as relações entre a personalidade e a religião ou as práticas e crenças religiosas. De maneira ampla, essas teorias iniciais forneceram explicações reducionistas e naturalísticas sobre a religião, que por vezes representou apenas uma projeção de conflitos não resolvidos.

Farris (2002) destaca ainda que no contexto brasileiro um dos autores que mais trabalha com este campo de pesquisa é AmatuZZi, que estuda o aspecto psicossocial da religião e relaciona as práticas religiosas com habilidades sociais ou psicossociais, dando menos ênfase ao elemento cognitivo. De modo similar, Valle (1998) entende a experiência religiosa em termos de sua identidade e função psicossocial e analisa as relações entre tipos específicos de religiosidade, concentrando-se em como a religião funciona socialmente. De forma geral, as pesquisas destacam a função social da religião buscando descrever e entender a religião como sendo uma parte integral da vida individual e social.

Em concordância com os dados apresentados por P1, Tenório e Melo (2018) constataram que no contexto de pacientes oncológicos a fé serve de apoio e sustento em meio à dor. A religião, como fé e espiritualidade, se torna aliada no enfrentamento da doença e durante o tratamento. Os autores destacam que nesse período a fé serve de apoio, consolo, força e esperança para a jornada de pacientes oncológicos religiosos, contribuindo para a adesão e a adaptação ao tratamento. Os autores ainda destacam que

A espiritualidade vem sendo grande aliada no enfrentamento do câncer, seja por meio da fé, de orações, crenças e/ou outras formas que sejam capazes de restabelecer o equilíbrio humano, ao motivar forças para cura e/ou minimizar o sofrimento da doença e do tratamento ((p. 259).

Essa observação reforça o que foi apresentado pelos entrevistados a respeito de a religião, em estudos mais recentes, assumir caráter de aliada ao processo terapêutico e de cura.

Tenório e Melo (2018) ainda destacam que pacientes em cuidados paliativos que expressam e de fato vivem sua fé e espiritualidade nesse período encontram paz interior e esperança mesmo diante de um momento tão desafiador. Os autores comentam que, na maioria dos casos, a fé se fortalece nesse período e o paciente entende que precisa se voltar para Deus e consegue se despedir mais calmamente de toda uma vida construída por acreditar em algo superior. Portanto, a energia positiva oriunda da fé ultrapassa os aspectos físico e biopsíquico e permite ao paciente uma melhoria de sua condição de viver, sentir e reagir. Dessa forma, entende-se que a espiritualidade é multidimensional, relacional e aporta significados, propósitos, autorreflexão, esperança, fé e crenças para enfrentar a doença e seu tratamento.

Por fim, Farris (2002) aponta para o cenário atual das pesquisas que relacionam Psicologia e religião, que tem se mostrado muito promissor. O autor destaca que

A psicologia da religião também está participando de diversos tipos de diálogo transdisciplinar, com a teologia e a ética, em termos da religiosidade “salugênica” e “patogênica”, e como as pessoas e os grupos usam a religiosidade a fim de resolver problemas e lidar com crises e traumas (p.33)

Observa-se que cada vez mais o diálogo ético e respeitoso entre psicologia e religião tem se instaurado, na busca por uma visão mais ampla e completa do ser humano. O autor também destaca que a Psicologia em geral não é neutra, ela tem pressupostos implícitos. Sua busca é por estudar seu objeto definido, o comportamento e a mente humana, mas sempre reconhecendo as limitações do método científico e a não existência da neutralidade científica.

Entrevista com líderes religiosos

Para uma análise mais ampla, também foram realizadas entrevistas com líderes religiosos, com a finalidade de explorar as faces que compõem o campo da religiosidade cristã e de sua espiritualidade. O Quadro 2 apresenta os dados sociodemográficos dos entrevistados, dois pastores (líderes da comunidade evangélica), representados por PR1 e PR2, e um padre (líder da comunidade católica), representado por PD.

Quadro 2. Dados sociodemográficos dos líderes religiosos entrevistados

	IDADE	GÊNERO COM QUE SE IDENTIFICA	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO COMO LÍDER RELIGIOSO
PR1	41	Masculino	Ensino Médio Completo	18 anos
PR2	58	Maculino	Ensino Superior Completo	28 anos
PD	51	Masculino	Ensino Médio Completo	16 anos

Fonte: dados da pesquisa

Impacto da Fé Cristã na Saúde Emocional

A respeito do impacto da fé cristã na saúde emocional, todos os líderes religiosos destacam sua importância, apontando a fé como uma ferramenta de suporte emocional e de superação de adversidades na vida.

PR1 aponta que a fé tem grande influência na vida das pessoas, principalmente no caso de cristãos. Segundo o pastor, para os cristãos a fé serve de guia e fundamento de todas as ações de suas vidas e lhes proporcionam explicações: *“A fé responde aos*

maiores questionamentos humanos... De onde viemos? Para onde vamos? E por que estamos aqui?”, atuando como elemento explicativo e de segurança.

Em concordância, PD ressalta que a fé cristã traz segurança e paz para os fiéis justamente por promover explicações sobre a vida, sobre o pós-morte e justificar as dores dessa vida. Outra perspectiva é apresentada por PR2, que destaca a fé como uma ferramenta de superação de transtornos emocionais, ressaltando a fé como suporte emocional e psicológico: *“Já ouvi e testemunhei inúmeros relatos dos mais variados tipos de problemas emocionais, como medos, traumas de infância, doenças físicas e crônicas, dificuldades financeiras, depressão, ansiedade... todas foram superadas pela fé, através da oração e leitura da Palavra de Deus”.*

Os entrevistados apresentam a fé como suporte nas adversidades da vida, principalmente em períodos de enfrentamento de enfermidade ou luto. PD aponta que durante toda a sua vida a fé lhe serviu para ter esperança e o desejo de viver. De acordo com o entrevistado, *“a fé sempre foi meu fundamento, meu lugar de paz e conforto. Sempre que passei e passo até hoje por momentos difíceis, ou diante das injustiças da vida, eu me apego à fé e ao amor de Cristo para me manter firme”*, ressaltando o auxílio da fé para lidar com as dificuldades cotidianas.

Em concordância, os pastores PR1 e PR2 propõem a fé como auxílio para o enfrentamento de enfermidades e luto. PR1 relatou como a fé lhe ajudou durante o período de adoecimento de seu pai: *“Meu pai teve câncer na garganta e foi um período muito difícil pra toda a família, mas a fé em Deus nos deu forças e esperança. O tratamento era muito doloroso, ele sofria muito e vê-lo naquela condição foi angustiante, mas tínhamos em Deus suporte para continuar”*. O pastor ressalta que a fé é um fator primordial que garante explicações e esperança, o que foi fundamental após a morte de seu pai. PR2 destacou ainda: *“Infelizmente meu pai morreu, mas eu tive paz por meio da fé por saber pra onde ele foi, e que era o melhor que poderia acontecer com ele”*.

O luto também é um processo em que a função protetiva da fé se evidencia. Em consonância, PR2 relatou: *“Minha fé em Jesus me ajudou nos momentos de luto, já que pela fé creio na vida eterna e na ressurreição dos mortos, o que sem dúvidas me concede grande alento e esperanças sobre o futuro”*. O entrevistado também aponta a fé como fonte de segurança para superar medos, ansiedades e frustrações por saber que, seja qual for o momento, Deus está com ele.

Por fim, os entrevistados afirmam que a Bíblia, livro sagrado da fé cristã, direciona os fiéis a se atentarem e cuidarem da saúde emocional, validando seus sentimentos e tendo em Deus a segurança para todos os momentos de adversidades. PD destaca: *Nossa fé cristã prega que devemos amar ao próximo como a nós mesmos. Assim, se não nos cuidarmos em todas as áreas de nossas vidas não conseguiremos de fato cuidar e amar ao próximo. Cada um precisa estar bem consigo mesmo para realizar o bem ao próximo*". O entrevistado ressalta que a fé cristã prioriza o cuidado e o amor de maneira ampla, tanto na saúde emocional, física e espiritual.

Os pastores corroboram e ressaltam que a Bíblia revela uma preocupação divina com a saúde emocional desde os primórdios da Humanidade, no relato da criação, quando Deus reservou e instituiu ao homem um dia para o descanso e o cuidado - o sétimo dia da Criação, dedicado também, como afirma PR2, "*... para que o homem desfrute de um tempo de meditação e lazer, tão importante para a saúde emocional e mental*".

PR2 ressalta alguns outros relatos bíblicos em que a fé foi primordial para o cuidado e o amparo emocional, como por exemplo após o pecado, em que Deus ampara Adão e Eva pela tristeza e culpa que sentem. Outros exemplos são as histórias de José e Elias. Após ser vendido como escravo por seus próprios irmãos, José se apega à fé para não desistir da vida e resistir à dor, buscando conforto perante tantas adversidades. Elias, em um momento de crise e medo por ter sua vida ameaçada, se esconde em uma caverna e ali pede para que Deus lhe tire a vida, porém não é atendido. De acordo com o pastor, "*Deus, como uma brisa suave, fala com Elias e lhe acalma, dando-lhe forças e segurança. Elias estava diante de uma aparente depressão e o próprio Deus nesse momento o acolhe e cuida.*"

PR2 afirma que todos esses relatos demonstram aos fiéis a importância do cuidado com a saúde emocional. O entrevistado também aponta Jesus como o maior exemplo de preocupação com a saúde de seus seguidores, pregando o amor, acolhimento, respeito a todos, bons pensamentos e esperança. Desse modo, ambos os líderes demonstram que a fé cristã, por meio da Bíblia, preocupa-se e incentiva o cuidado com a saúde emocional.

Em consonância com os dados apresentados pelos entrevistados, Silva (2024) demonstra que a fé cristã tem um profundo impacto na vida dos fiéis, justamente por sua característica de justificativa e esperança frente à vida e suas incertezas. Segundo o

autor, o cristianismo promove um sentimento paradoxal de angústia e segurança, pois produz a culpabilização do homem por seus pecados, enquanto lhe garante esperança e salvação. Dessa maneira, revela-se a grande influência da fé sobre a saúde emocional dos cristãos, como aponta o autor (p.194): “A fé é a condição paradoxal pela qual não se garante coisa alguma, mas que só pode ser compreendida na liberdade com Deus, que é o bom relacionamento da possibilidade e da necessidade”.

Kierkegaard (1968) aponta a angústia como um aspecto fundamental da existência humana, direcionando-a para uma liberdade real e não abstrata que requer compromissos e responsabilidades àquele que busca ser autêntico frente sua própria determinação de personalidade, que se dá de escolha em escolha. Desse modo, cada homem é um ser indeterminado, finito, limitado, angustiado, que sofre, mas que, ao mesmo tempo, pode se autoconstruir ao decidir por si e tomar postura pessoal diante do que seja social.

Para ilustrar e justificar sua proposta, o autor, assim como os entrevistados, se utiliza do relato bíblico da criação. Após o primeiro pecado, como aponta o autor, “a angústia é na verdade a realidade da liberdade como possibilidade para a possibilidade” (p.44). O autor assim demonstra, a partir de uma perspectiva cristã, que o homem nasce nessa posição de angústia; contudo, é o que o torna realmente livre e verdadeiramente vivo.

Por fim, Brustolin e Pasa (2013) estão em acordo com os relatos dos líderes religiosos ao afirmarem a fé cristã como vetor protetivo e apoio para os fiéis durante o enfrentamento de enfermidades ou luto. De acordo com os autores, o cristianismo oferece uma explicação e paz para os cristãos ao abordar o pós morte e pela segurança de que nunca estão sozinhos. Dessa forma, os autores ressaltam que a morte é sempre amarga em si mesma, todavia os cristãos conseguem enfrentá-la e suportá-la quando considerada como um caminho para a vida verdadeira, para o descanso.

Saúde Emocional e a Comunidade de Fé

Uma característica predominante da fé cristã é a vida em comunidade. A respeito da influência dos fiéis na saúde dos líderes religiosos, os entrevistados convergem; todavia, as perspectivas divergem. Para os pastores, essa influência é maior, o que pode ser resultado da participação mais ativa e presente dos líderes evangélicos na vida dos fiéis. Já o líder católico relata que há uma ligação entre sua saúde emocional e os fiéis, mas que não percebe tanto impacto: “*Claro que a vida sacerdotal tem seus*

desafios e adversidades, principalmente nos relacionamentos. Mas não percebo uma grande interferência dos fiéis nas minhas emoções. Acima de tudo, busco concentrar-me em Deus e nas minhas tarefas e assim manter meu equilíbrio para executar meu chamado da melhor maneira”. O entrevistado ainda ressalta que acredita que a vida em comunidade cristã deve ser pautada em amor e respeito.

PR1 afirma:

A Bíblia nos ensina a chorar com os que choram e a nos alegrarmos com os que se alegram. E isso implica profundamente na vida do pastor, pois em uma mesma semana eu posso me entristecer ao realizar a cerimônia religiosa de um velório e me alegrar com o filho de fiéis que acabou de nascer. Posso comemorar o aniversário de um fiel enquanto outro está enfermo. Então, eu reconheço que existe sim uma grande influência da comunidade na minha saúde emocional.

O pastor explicita que a vida em comunidade lhe faz muito bem, por sentir que assim como ele se doa e serve aos fiéis, também eles estão sempre ali por ele, como de fato uma rede de apoio, e nessa perspectiva PR2 concorda com PR1.

Ao abordar a influência da comunidade cristã em sua saúde emocional, PR2 afirma que há um forte impacto ao estar com pessoas que compartilham a mesma fé e as mesmas fragilidades, dificuldades e limitações. O pastor se sente amparado e cuidado por diversas vezes. O entrevistado aponta que ter pessoas para compartilhar a jornada da vida é o que o encoraja para seguir em frente: “...juntos, com apoio mútuo, seguimos confiantes, alegres mesmo em meio às mais densas trevas. Isto me encoraja e me ensina, ajuda na cura da alma e me faz prosseguir.” Assim, observa-se como a vida em comunidade é relevante para a fé cristã, sendo mais intensa na comunidade evangélica.

Quando questionados se se sentiriam confortáveis em compartilhar com a comunidade de fé caso precisassem de ajuda psicológica, as respostas foram divergentes. PR1 afirmou que não teria problema em compartilhar com os outros fiéis, por não representar uma vergonha ou erro, e sim uma necessidade de saúde. O entrevistado comparou esse tipo de ajuda com qualquer outro acompanhamento ou tratamento de saúde e dessa forma não teria dificuldade alguma em compartilhar. Também afirmou que compartilharia como forma de promover o cuidado com a saúde emocional entre os fiéis e quebrar o preconceito ainda presente em muitos.

Já PR2, afirmou que não compartilharia, pelo receio de comentários negativos que pudessem surgir: “Não me sentiria confortável em compartilhar, talvez em razão do preconceito ainda enraizado em nosso meio de que procurar um psicólogo é atestado de falta de fé, algo que discordo”. O entrevistado ainda ressaltou que não compartilharia

até como forma de cuidado com a fé de muitos outros fiéis que o veem como um exemplo, prevenindo-se de comentários ou questionamentos maldosos.

Por outro lado, PD afirmou que se sentiria confortável, mas não vê necessidade em compartilhar isso com a comunidade, por simplesmente não ser algo que os influencie ou se relacione com os outros fiéis, é algo que se diz respeito apenas a ele. Dessa forma, nota-se a pluralidade das percepções a respeito da psicoterapia no meio cristão, onde ainda existe preconceito. Todavia, muitas barreiras têm sido quebradas nos últimos anos, como também afirmaram os entrevistados.

A respeito da vida em comunidade e socialização, Lamana e Delfraro (2023) afirmam que são fundamentais da vida humana e que promovem ao homem o desenvolvimento cognitivo, físico, emocional, endócrino e até mesmo imunológico. As habilidades sociais começam a ser construídas desde a infância, de modo a aprimorar valores de cooperação, liderança e negociação e senso de si e de mundo. Os autores ressaltam a importância de se viver em sociedade e buscar por grupos de aproximação, gerando elos de ajuda, acolhimento e apoio, como mencionado pelos entrevistados.

Como proposto por Durkheim (1893), o homem produz cultura e é produzido por ela; portanto, ao se deparar com diferentes pessoas e emoções em seus grupos sociais, o homem também é impactado. O autor ressalta que a socialização é primordial para o desenvolvimento do homem e a importância de que as funções sociais sejam bem estabelecidas, com a finalidade de se adquirir-se maior coesão social, gerando aproximação e conforto.

Durkheim (1893) ainda discorre sobre como até mesmo a consciência individual é formada a partir da sociedade. Dessa forma, o pensamento social torna-se também o pensamento do indivíduo, direta ou indiretamente, interferindo em seu modo de ver o mundo e em suas ações, algo que se fez notório nos relatos dos entrevistados, principalmente em P2, ao afirmar seu temor em comunicar à comunidade de fé a respeito da busca por ajuda psicológica devido aos comentários negativos que poderiam surgir. Por fim, o autor propõe uma diferenciação dos laços sociais para que se alcance maior independência e seja possível a expressão integral do ser.

Psicologia e Religião

Sobre o diálogo entre a fé cristã e a Psicologia, os líderes demonstram que é possível e necessário para o cuidado integral da saúde mental e emocional dos fiéis. PR1 relatou que, por inúmeras vezes, ao aconselhar fiéis, deparou-se com situações que não

eram de cunho religioso ou espiritual, mas sim psicológico, e, portanto, apenas o aconselhamento pastoral não seria efetivo. Assim, realizou encaminhamento psicológico e encorajou a busca por profissionais da área. Segundo o entrevistado, sempre que alguém chega para desabafar e se aconselhar, primeiro busca compreender se a origem do problema é espiritual ou psicológica e, a partir dessa constatação, direcionar para o melhor tratamento ou caminho a seguir, promovendo a saúde e o bem-estar do fiel.

Diferentemente, tanto PR2 como PD destacam que não se recordam de nenhum aconselhamento em que tenha sido necessário o encaminhamento psicológico. É possível que essa diferença de perspectivas se dê pela idade e pelo acesso a informações psicoeducativas por parte dos entrevistados.

A respeito do uso de outras práticas além da fé que auxiliem no cuidado da saúde emocional, os líderes religiosos apresentam a psicoterapia, o lazer, o descanso, a atividade física, boas amizades e relacionamentos saudáveis como ferramentas que contribuem para a saúde emocional dos fiéis. Apontam que, apesar de a fé ser fundamental para os fiéis, ela não é a única ferramenta de cuidado e manutenção da saúde, seja física ou emocional. P1 afirma que *“Nós pregamos que a fé é uma das muitas ferramentas possíveis para o cuidado com a vida e com a saúde de forma geral, mas ela não é a única. Cristo é o único caminho para salvação, mas quando se trata de cuidados e saúde, acreditamos e incentivamos muitas outras formas de cuidado”*. Assim, percebe-se uma abertura do meio religioso cristão para as práticas terapêuticas e o cuidado com a saúde emocional.

Avila (2017) aponta que nos últimos anos setores religiosos, incluindo a comunidade de fé cristã, têm se aberto para relações e um possível diálogo multidisciplinar, como demonstrado pelos entrevistados. A autora aponta que nos últimos anos a Psicologia vem conquistando mais espaço e voz no âmbito religioso. A cura ou tratamento de enfermidades, que em tempos remotos era função exclusiva de trabalhadores místicos e religiosos, atualmente migrou para o campo científico, como afirma a autora (p.27):

Com o advento do pensamento científico e da descoberta das causas biológicas e naturais da doença, no entanto, a cura foi sendo desvinculada da influência de poderes sobrenaturais e, por conseguinte, da esfera de ação do sacerdote.

Dessa forma, reforça-se o proposto pelos entrevistados de que a fé, enquanto saber místico, não é mais a única ferramenta de ajuda e cura, mas um instrumento de consolo e amparo emocional. A autora ainda conclui que o diálogo entre Psicologia e religião, embora tenha obtido significativos avanços nas últimas décadas, ainda tem um longo caminho a ser percorrido, aproximando e fazendo convergir os campos científico e religioso. Ao promover o autoconhecimento da pessoa humana e de suas motivações mais profundas, a Psicologia expande as preocupações de uma Teologia que acentua a historicidade e a falibilidade de toda a ação humana.

Entrevista com fiéis

Para maior compreensão do impacto da fé cristã na saúde emocional dos fiéis, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seguidores tanto da comunidade católica como da evangélica.

O Quadro 3 apresenta os dados sociodemográficos dos entrevistados. Com a finalidade de preservar sigilo e integridade, os participantes foram identificados por suas iniciais.

Quadro 3. Dados Sociodemográficos dos fiéis entrevistados

COLABORADORES	IDADE	GÊNERO COM QUE SE IDENTIFICA	IGREJA QUE PARTICIPA	TEMPO DE FÉ
S.M.	18 anos	Masculino	Evangélica	10 anos
J.H.	41 anos	Feminino	Evangélica	25 anos
A.M.	62 anos	Feminino	Evangélica	35 anos
R.P.	23 anos	Masculino	Católica	1 ano
C.D.	30 anos	Feminino	Católica	30 anos
S.F.	65 anos	Feminino	Católica	65 anos

Fonte: dados da pesquisa

A fé cristã diante das adversidades e desafios emocionais

As entrevistas revelaram que a fé cristã ocupa papel central no enfrentamento de adversidades emocionais vividas pelos fiéis. Todos os participantes relataram experiências difíceis em que sua fé foi fundamental para superar momentos de dor, como

doenças, perdas familiares e crises pessoais. Em suas falas, a fé é percebida como fonte de consolo, força e sentido diante do sofrimento.

Entre as entrevistadas católicas, a perda de entes queridos foi um tema recorrente. Uma delas compartilhou que a morte do marido foi um dos momentos mais desafiadores de sua vida, mas que encontrou na fé um sustento diário para lidar com a dor. A oração, a comunhão com Deus e a certeza da presença divina foram destacadas como elementos essenciais para sua recuperação emocional. Já entre as entrevistadas evangélicas, foi comum o relato de situações como enfermidades e conflitos familiares, especialmente conjugais, nas quais a fé ofereceu direcionamento e esperança.

No caso dos entrevistados mais jovens, como S.M. e R.P., a fé surgiu como resposta a crises existenciais, ansiedade e preocupações relacionadas à vida acadêmica ou familiar. R.P., por exemplo, relatou que a descoberta da fé ocorreu em um momento em que seu pai foi diagnosticado com câncer, e que, diante da angústia, encontrou em Deus o único conforto possível. Essa experiência de encontro com o divino em meio ao sofrimento está em consonância com o que afirmam AmatuZZi (2003) e Kovács (2007b), ao destacarem que a espiritualidade oferece ao sujeito significados para compreender e elaborar a dor.

É importante ressaltar que alguns participantes também apontaram momentos de desânimo e questionamento da própria fé. Essas experiências não foram interpretadas como falhas espirituais, mas como fases naturais do amadurecimento espiritual. Em um dos relatos, o entrevistado menciona que frequentemente sente insegurança em sua conexão com Deus, especialmente quando não sente retorno em suas orações. Apesar disso, afirma que sua fé permanece firme. Esse aspecto revela que a espiritualidade, ao invés de ser um caminho linear de certezas, é muitas vezes atravessada por dúvidas que, longe de anulá-la, a fortalecem.

Os dados reforçam a compreensão de que a fé cristã, para os entrevistados, atua como um fator de proteção psíquica, oferecendo estrutura simbólica para ressignificar o sofrimento e enfrentá-lo com esperança. Conforme propõem Koenig (2001) e Santos (2021), a espiritualidade religiosa pode ter efeitos terapêuticos ao ampliar a percepção de sentido da vida e fortalecer o emocional do indivíduo.

A análise dos dados indica que a fé cristã oferece consolo e formas de compreensão e enfrentamento da dor, funcionando como um modelo interpretativo dos acontecimentos difíceis. AmatuZZi (2003) sugere que essa mediação espiritual favorece a elaboração simbólica da dor, deslocando o sujeito de uma posição de passividade para

uma postura ativa de ressignificação. Isso se torna visível quando os entrevistados reconhecem que a fé não eliminou a dor, mas deu um novo sentido a ela, permitindo que essa experiência se tornasse um ponto de transformação interna. A função simbólica da fé, nesse sentido, contribui para a integração da experiência emocional adversa à biografia do sujeito, reforçando a ideia de que a espiritualidade é um dos elementos estruturantes da saúde psíquica. A fé atua como mediadora entre o sofrimento e a reconstrução emocional, promovendo resistência e um reposicionamento subjetivo do fiel diante da perda ou da crise.

Prática Religiosa e sua Contribuição para a Saúde Emocional

As práticas religiosas cotidianas foram apontadas pelos entrevistados como essenciais para a manutenção de sua saúde emocional. Atos como a oração, a leitura das Escrituras, a participação em missas ou cultos e a escuta de músicas de louvor são vividos como estratégias de equilíbrio emocional. Uma das entrevistadas católica afirmou que a participação nas missas semanais lhe proporciona uma paz difícil de descrever, sendo esse momento um espaço de comunhão com Deus e com a comunidade. Entre os evangélicos, o hábito de orar e meditar diariamente as Escrituras foi mencionado como forma de aliviar o estresse, encontrar clareza diante de problemas e fortalecer a esperança. Uma das entrevistadas relatou que, ao se sentir sobrecarregada emocionalmente, retorna às práticas devocionais e, com isso, recupera a calma e o equilíbrio.

Outro ponto relevante é a associação entre momentos religiosos e a transformação emocional percebida imediatamente após as práticas. Um dos jovens entrevistados afirmou que, em diversos cultos e reuniões de doutrina, entrou desanimado e saiu renovado. Essa percepção de bem-estar após experiências espirituais reforça o entendimento de Koenig (2001) sobre os benefícios psicofisiológicos da espiritualidade, que incluem desde a redução da ansiedade até o aumento da sensação de contentamento.

Além disso, observou-se que as práticas religiosas não se restringem aos momentos de adversidade. Vários entrevistados destacaram que a fé também está presente nos momentos felizes e cotidianos, sendo parte integrante da vida. Como afirma AmatuZZi (2003), a espiritualidade não é mobilizada apenas na dor, mas também na celebração, funcionando como um eixo existencial que dá continuidade à identidade emocional dos sujeitos. Percebe-se que a prática da fé cristã, para os entrevistados, é simultaneamente espiritual e emocional. Ela contribui para a organização interna do

sujeito, funciona como estratégia de enfrentamento e como forma de sustentar o bem-estar contínuo, mesmo fora dos momentos de crise.

As práticas religiosas descritas pelos entrevistados funcionam como dispositivos cotidianos de estabilização emocional. O valor terapêutico da repetição de rituais, como missas, cultos e orações, está ligado à previsibilidade e ao sentimento de continuidade, que, segundo Kovács (2007b), são fundamentais para reorganizar o psiquismo em tempos de instabilidade. Além disso, essas práticas fornecem um campo simbólico onde emoções podem ser expressas e reelaboradas, mesmo que indiretamente.

A sacralização da rotina, promovida pela prática devocional, transforma gestos simples em experiências de sentido, o que favorece a regulação emocional em momentos de crise e como parte do cuidado contínuo com a subjetividade. O que emerge dos relatos é a percepção de que tais práticas não são um refúgio, mas um modo ativo de habitar o cotidiano com consciência espiritual e emocional.

Comunidade de Fé e Relações Interpessoais

O convívio com outros fiéis mostrou-se um elemento significativo para a saúde emocional dos entrevistados, sendo compreendido como fonte de acolhimento, pertencimento e suporte afetivo. As falas apontam que a comunidade de fé atua como rede de apoio, promovendo integração social e encorajamento emocional durante momentos difíceis. Essa percepção reforça o que Santos (2021) descreve como o valor terapêutico das relações estabelecidas dentro das instituições religiosas, as quais funcionam como espaços de escuta, afeto e empatia.

Para uma das entrevistadas evangélicas, o convívio com irmãos na fé é semelhante ao relacionamento com uma família, já que há partilha de experiências, oração em grupo e constante presença de apoio mútuo. De modo semelhante, uma fiel católica destacou que estar entre pessoas que compartilham a mesma fé a faz sentir-se parte de algo maior, o que contribui diretamente para o bem-estar emocional, especialmente nos momentos de solidão e sofrimento.

Vale ressaltar que nem todos os relatos indicaram o mesmo grau de integração. Um dos entrevistados, recentemente convertido ao cristianismo, afirmou que sua participação ainda é limitada a atividades mais reservadas, sem interação ativa com outros membros. Embora essa ausência de vínculo social direto possa restringir parte dos benefícios emocionais que a vida em comunidade proporciona, o entrevistado

reconhece que nas raras ocasiões em que pode dialogar sobre espiritualidade com alguém próximo, como um amigo, sente-se profundamente tocado e fortalecido.

Essa diferença de experiências ressalta a importância de compreender que a vivência comunitária da fé não é homogênea. A participação ativa em grupos religiosos pode favorecer o acolhimento, mas depende da personalidade, do tempo de fé e do histórico social de cada indivíduo. Koenig (2001) já destacava que o suporte social advindo da vivência religiosa tende a gerar benefícios emocionais significativos, contribuindo para a sensação de pertencimento e a diminuição de sintomas relacionados à ansiedade e à depressão. Além disso, foi observado que o espaço comunitário pode trazer desafios relacionados à comparação entre os fiéis, especialmente entre os mais jovens. Um dos participantes apontou que, embora a convivência em grupo o ajude a crescer espiritualmente, também pode gerar desconforto ao observar e se comparar com outras pessoas da comunidade, o que lhe traz certa angústia.

Apesar dessas nuances, a maioria dos entrevistados enxerga na convivência com outros fiéis uma prática fundamental para a manutenção da saúde emocional. A comunidade religiosa, quando acolhedora e respeitosa, reforça a esperança, oferece consolo mútuo e contribui para o fortalecimento emocional e espiritual dos indivíduos. Essa dimensão relacional da fé evidencia, portanto, seu impacto coletivo, além do benefício pessoal, e corrobora a importância da igreja como espaço de promoção da saúde mental e emocional. A dimensão comunitária da fé cristã mostrou-se um elemento central para a constituição da identidade emocional dos entrevistados.

A inserção em um coletivo que compartilha os mesmos valores e crenças atua como um potente recurso de validação afetiva e pertença simbólica. Como argumenta Santos (2021), a comunidade de fé funciona como um espaço de elaboração emocional coletiva, onde a partilha da dor e da alegria reforça os vínculos interpessoais e fortalece a capacidade de resiliência. Ao mesmo tempo, a ausência de laços mais profundos em alguns casos também evidencia os limites desse espaço, especialmente quando a integração depende da abertura do sujeito e da acolhida do grupo. Esse dado levanta a necessidade de se pensar a comunidade de fé como um espaço que pode tanto fortalecer quanto frustrar expectativas de pertencimento, o que reforça o papel da escuta ativa, da inclusão e do acolhimento genuíno como práticas fundamentais para o cuidado emocional comunitário.

O Papel da Liderança Religiosa no Apoio Emocional

A figura do líder religioso, seja o padre na igreja católica ou o pastor nas igrejas evangélicas foi mencionada pelos entrevistados como importante referência espiritual e emocional. Para alguns participantes, esses líderes, além de conduzir os rituais e celebrações, exercem um papel de aconselhamento e acolhimento nos momentos difíceis. Entre os entrevistados evangélicos, destacou-se a percepção do pastor como um verdadeiro guia emocional, alguém que acompanha os fiéis nas dificuldades por meio de escuta ativa, oração e orientação bíblica. Uma das participantes afirmou que já recebeu apoio emocional do pastor durante períodos de angústia, destacando que as palavras ditas no púlpito pareciam direcionadas exatamente para o que estava vivendo, produzindo alívio e conforto.

Na tradição católica, embora a relação entre padre e fiel tenda a ser menos pessoal e mais institucional, também foram relatadas experiências positivas. Uma das entrevistadas ressaltou que, nos momentos em que precisou de orientação, foi bem acolhida pelo padre, que a escutou com paciência e ofereceu palavras de apoio. Em outra fala, uma fiel destacou que, ao frequentar por muitos anos a mesma paróquia, criou um vínculo afetivo com o sacerdote, o que facilita o acolhimento emocional mesmo que este não seja explícito. Esses relatos demonstram que a presença e a escuta da liderança religiosa têm potencial terapêutico, especialmente quando se estabelecem relações de confiança. Vanazzi (2021) destaca que o suporte espiritual fornecido por líderes religiosos pode colaborar para a ressignificação das dores, desde que haja sensibilidade e empatia e para as demandas emocionais dos fiéis.

Um dos entrevistados recém-convertido, afirmou ainda não ter vínculo com as lideranças religiosas. Em sua experiência, a figura que exerceu influência espiritual e emocional foi sua mãe, que o orientou sobre a importância de cuidar da vida espiritual e o incentivou a buscar equilíbrio entre espiritualidade e saúde mental. Esse dado aponta que a liderança espiritual nem sempre é institucional, podendo surgir de relações familiares ou afetivas que têm autoridade simbólica na vida do indivíduo.

A liderança religiosa, além de seu papel espiritual, emerge nos relatos como agente de escuta e orientação emocional. A capacidade do líder religioso de acolher subjetividades fragilizadas se aproxima, em muitos aspectos, da prática clínica, exigindo sensibilidade, empatia e compreensão das complexidades humanas. Vanazzi (2021) destaca que o pastor ou padre, ao exercer essa função, pode se tornar um facilitador da cura emocional, desde que respeite os limites de sua atuação. O desafio que se impõe é

a necessidade de formação dessas lideranças para lidarem com questões emocionais de maneira ética e sensível, promovendo a intermediação entre fé e sofrimento sem invalidar a necessidade de acompanhamento psicológico. Além disso, a substituição desse papel por figuras familiares, como mãe ou amigos, mostra que a autoridade espiritual pode ser mais horizontal e afetiva e não apenas institucional, o que amplia o campo da escuta religiosa no cotidiano.

Fé Cristã e outras formas de Cuidado com a Saúde Emocional

Apesar da centralidade da fé nas narrativas dos entrevistados, a maioria deles reconhece a importância de outros cuidados com a saúde emocional. Atividades como exercícios físicos, convivência familiar, leitura, lazer e acompanhamento psicológico foram mencionados como complementares à vivência religiosa. Entre os entrevistados evangélicos, houve maior abertura explícita à psicoterapia. Uma das entrevistadas afirmou que já realizou sessões de terapia e entende essa prática como ferramenta de autoconhecimento e saúde. Outro entrevistado compartilhou que realizou tratamento psicológico por cerca de um ano e que, em sua visão, fé e terapia não são opostas, mas complementares. Essa percepção demonstra uma concepção integrada de cuidado, em que espiritualidade e ciência colaboram para o bem-estar emocional do sujeito.

Entre os católicos, também se observou a valorização do cuidado emocional por meios diversos. Uma entrevistada destacou que momentos com a família, leitura e caminhadas ao ar livre ajudam a manter seu equilíbrio emocional, sendo práticas tão importantes quanto a vivência da fé. Outra participante, estudante de Psicologia, defendeu a ideia de que a fé deve caminhar lado a lado com o cuidado psicológico, sendo ambas esferas complementares e legítimas.

O dado mais relevante nesse ponto foi a quebra do tabu em relação à busca por ajuda profissional. Todos os participantes afirmaram que, caso sentissem necessidade, procurariam um psicólogo, e não se sentiriam envergonhados em compartilhar isso com suas comunidades religiosas. Essa abertura evidencia mudanças culturais nas igrejas contemporâneas, especialmente evangélicas, que por muito tempo viam a psicoterapia com reservas. Segundo Santos (2021), esse diálogo entre fé e saúde mental tem se intensificado, possibilitando novos caminhos de cuidado mais integrados e eficazes.

A convivência entre fé cristã e práticas terapêuticas se mostra como um avanço significativo no modo como os fiéis concebem o cuidado integral. A recusa da oposição entre ciência e espiritualidade revela um amadurecimento do discurso religioso diante

das demandas emocionais contemporâneas. Koenig (2001) defende que a fé pode ser integrada ao processo terapêutico sem prejuízo para a ciência, desde que considerada parte da identidade do sujeito.

Os relatos apontam para uma concepção ampliada de saúde emocional, em que práticas físicas, relacionamentos interpessoais e psicoterapia caminham em paralelo à fé. Esse diálogo entre campos distintos amplia as possibilidades de intervenção e legitima uma visão mais holística do ser humano. O reconhecimento da terapia como um caminho legítimo dentro das comunidades religiosas indica, ainda, uma mudança cultural importante, que rompe com estigmas históricos e abre espaço para uma ética do cuidado mais plural.

Conflitos na fé, Superação e Conselhos de vida

Ainda que todos os entrevistados tenham relatado experiências positivas com a fé cristã, também foram mencionados momentos de dúvida, abalo e desânimo espiritual. Esses episódios não representam afastamento da fé, mas um amadurecimento religioso, nos quais os indivíduos ressignificam seu relacionamento com Deus. Uma das entrevistadas católicas afirmou que, ao perder seu marido, chegou a se questionar sobre os desígnios divinos, mas percebeu que, mesmo na dor, sentia a presença de Deus. Com o tempo, sua fé não apenas se manteve, mas foi fortalecida. Um jovem evangélico relatou que, antes de se batizar, foi confrontado por colegas de escola com práticas contrárias à sua fé, o que gerou dúvidas e inseguranças. Entretanto, tais conflitos o incentivaram a reafirmar sua identidade espiritual.

Outro entrevistado apontou que os questionamentos sobre a ausência de sinais concretos de Deus em momentos de oração o fazem refletir diariamente sobre sua fé. Contudo, ele entende que essa busca contínua é também um sinal de compromisso e crescimento espiritual. Essa visão está em consonância com Kovács (2007a), que defende que a espiritualidade envolve movimento, tensão e reconstrução constante da relação do sujeito com o transcendente.

Por fim, ao serem questionados sobre que conselho dariam a alguém em sofrimento emocional, todos os participantes apontaram a fé como principal caminho de esperança, mas também destacaram a importância de buscar ajuda, conversar com pessoas de confiança e não enfrentar os problemas sozinho. Esse equilíbrio entre espiritualidade e apoio humano reforça a ideia de que o cuidado emocional, para os cristãos entrevistados, se dá de forma ampla, envolvendo tanto o divino quanto o

relacional. Esses relatos mostram que a fé cristã, embora desafiada em alguns momentos, permanece como eixo estruturante da vida emocional dos entrevistados, que revelam uma postura madura frente às dificuldades, na qual a espiritualidade não exclui a dor, mas a acolhe e transforma.

A presença de dúvidas e conflitos na trajetória espiritual dos entrevistados não enfraquece sua fé, mas revela o dinamismo do vínculo religioso. Kovács (2007a) descreve esse movimento como parte essencial da espiritualidade madura, que não se ancora em certezas absolutas, mas se constrói a partir de perguntas, rupturas e reelaborações. O reconhecimento de que a fé pode ser desafiada por sofrimentos concretos revela a potência dessa vivência como espaço de verdade subjetiva. Os conselhos oferecidos pelos participantes, que unem o incentivo à oração com a importância da escuta profissional, ilustram uma ética cristã que valoriza tanto a transcendência quanto a responsabilidade com o cuidado humano. Isso aponta para uma compreensão mais profunda da fé como prática de integração entre corpo, mente e espírito — não como resposta pronta ao sofrimento, mas como processo contínuo de escuta, confiança e reconstrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou o impacto da fé cristã na saúde emocional, evidenciando que a espiritualidade exerce um papel central no bem-estar psicológico e na capacidade dos indivíduos de enfrentarem adversidades. Por meio da análise qualitativa de entrevistas com profissionais da Psicologia, líderes religiosos e fiéis, além de observações sistematizadas em contextos religiosos, foi possível identificar múltiplas dimensões pelas quais a fé cristã contribui para a regulação emocional, o suporte social e a construção de sentido na vida dos indivíduos religiosos.

A fundamentação teórica reforça que a fé cristã transcende um conjunto de crenças e rituais, configurando-se como uma experiência espiritual e relacional que influencia a identidade e a cosmovisão dos indivíduos. Os dados coletados indicam que, ao contrário de abordagens reducionistas, a fé pode ser reconhecida como um recurso valioso para a resiliência emocional e para a promoção da saúde mental, auxiliando no enfrentamento de crises e no desenvolvimento de estratégias eficazes de superação. Os líderes religiosos ressaltaram o papel da fé como fonte de significado, segurança e

esperança. A participação ativa em grupos religiosos promove a expressão emocional e o compartilhamento de experiências, fortalecendo os vínculos interpessoais e contribuindo para o equilíbrio emocional dos fiéis.

Por fim, o estudo evidencia que o impacto da fé cristã na saúde emocional representa uma área promissora para pesquisas futuras, destacando a importância do diálogo interdisciplinar entre Psicologia e Religião. Recomenda-se a produção de mais ensaios teóricos e de campo sobre o tema, por meio da inserção de outras designações religiosas e mais participantes, para sua maior compreensão.

REFERÊNCIAS

- AMATUZZI, Mauro Martins. Fé e ideologia na compreensão psicológica da pessoa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 569-575, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/yBH9cRM4NVdKZVMSP36FhmH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- AVILA, Miriam de Jesus. **A igreja do Divã: inquietações dos pastores e pastoras a respeito da Psicologia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2017. Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/826/1/avila_.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.
- BRUSTOLIN, Leomar Antônio; PASA, Fabiane Maria Lorandi. A Morte na Fé Cristã: Uma Leitura Interdisciplinar. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 54-72, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/article/view/14187/9423>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Obra original publicada em 1912).
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Obra original publicada em 1893).
- FARRIS, James Reaves. Psicologia e religião. **Caminhando**, v. 7, n. 1, p. 23-37, 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229071197.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.
- FRANKL, Viktor Emil. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

KIERKEGAARD, Sören Aabye. **O conceito de angústia**. São Paulo: Hemus, 1968.

KOENIG, Harold G. **Religião, espiritualidade e saúde**: o encontro da ciência e da prática. Porto Alegre: LPM, 2001.

KOENIG, Harold. **Handbook of Religion and Health**. New York: Oxford University Press, 2001.

KOVÁCS, Maria Júlia. Espiritualidade e Psicologia – cuidados compartilhados. **O Mundo da Saúde**, v. 31, n. 2, p. 246-255, 2007(a). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342302640_Espiritualidade_e_psicologia_-_cuidados_compartilhados. Acesso em: 12 mar. 2025.

KOVÁCS, Maria Júlia. Morte e espiritualidade: perspectivas psicológicas e sociais. **Psicologia USP**, v. 18, n. 1, p. 89-104, 2007(b). Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001611613>. Acesso em: 28 abr. 2025.

LAMANA, Bárbara Betina; DELFRARO, Paula Brandão. Consequências da pandemia de COVID-19 na socialização infantil: uma revisão da literatura. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**. v.4, n.5, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3082/2283>. Acesso em: 20 maio 2025.

MEDEIROS, Juan Karlo Gomes de. **Juventude, suicídio e espiritualidade**: um estudo correlacional. 2021. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24016>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MONTE, Tânia Maria de Carvalho Câmara. A Religiosidade e sua Forma Social. **Revista Inter-Legere**, n.5, p.249-255, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpn.br/interlegere/article/view/4619/3777>. Acesso em: 18 maio. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Saúde mental**: fortalecendo nossa resposta. Genebra, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>. Acesso em: 18 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Programa de Saúde Mental**, 2012. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>. Acesso em: 18 mar. 2025.

RODRIGUES NETO, Gabriella Costa. **“Não é falta de fé”**: Uma análise socioantropológica sobre a religião pentecostal enquanto fator protetivo do suicídio em Teresina - PI. 2022. 100f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Sociologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br:8080/bitstream/handle/123456789/3658/%e2%80%9cN%c3%83O%20%20FALTA%20DE%20F%c3%89%e2%80%9d%20UMA%20AN%c3%81LISE%20SOCIOANTROPOL%c3%93GICA%20SOBRE..pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 maio 2025.

SANTOS, Michelle Steiner dos. Saúde, espiritualidade e psicologia: o acolher como um ato de fé e ciência. **Revista Pró-UniverSUS**, v. 12, n. 1, p. 80-85, 2021. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/2737>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SILVA, Adenilton Moisés da. O sofrimento humano e a fé cristã no pensamento kierkegaardiano: um diálogo entre Psicologia e Filosofia. **Prisma**, v. 6, n. 1, jan. / jun. de 2024, p. 184 - 196. Disponível em: <file:///C:/Users/rebec/Downloads/O+SOFRIMENTO+HUMANO+E+A+F%C3%89+CRIST%C3%83+NO+PENSAMENTO+KIERKEGAARDIANO>. Acesso em: 20 maio 2025.

SIMÕES, Ângela Sofia Lopes; SAPETA, Ana Paula Gonçalves Antunes. Entrevista e Observação. Instrumentos Científicos em Investigação Qualitativa. **Investigación Cualitativa**, v. 1, n. 1, p. 44-57, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Angela-Simoes/publication/326160654_Entrevista_e_Observacao_Instrumentos_Cientificos_e_m_Investigacao_Qualitativa/links/5b3bdf564585150d23f6606b/Entrevista-e-Observacao-Instrumentos-Cientificos-em-Investigacao-Qualitativa.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

SPINK, Mary Jane Paris. O lugar do discurso religioso no campo da saúde: implicações para a prática profissional. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 35–52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FP3WfD9Prv4rFZJJpYbGPZq>. Acesso em: 30 abr. 2025.

TAVARES, Marcelo. A Entrevista Clínica. In: CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnóstico-V**. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005. p. 45-56.

TENÓRIO Emanoella Rodrigues; MELO, Givânia Bezerra de. A importância da Espiritualidade no processo terapêutico do paciente com câncer. **Cadernos de Graduação UNIT**, v. 5, n. 1, p. 221-232. 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cdgsaude/article/view/5932/3094>. Acesso em: 5 maio 2025.

VALLE, E. **Psicologia e experiência religiosa**. São Paulo: Loyola, 1998.

VANAZZI, Lucas. **Espiritualidade e psicologia clínica: contribuições para a prática terapêutica com sujeitos religiosos**. São Paulo: Paulus, 2021.

O IMPACTO DO CÂNCER INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DO APOIO PSICOLÓGICO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA EM ARTIGOS NA ÁREA DA PSICOLOGIA

Jenifer Gessica Muniz dos Santos

Adriana Leônidas de Oliveira

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo explorar o impacto psicológico do câncer, especialmente em crianças, e a importância da atuação do psicólogo no enfrentamento da doença, buscando estratégias que auxiliem pacientes e familiares durante o tratamento.

O câncer é uma das principais causas de morbidade e mortalidade no mundo e seu diagnóstico traz desafios físicos, emocionais e sociais. No caso do câncer infantil, a rápida progressão da doença, aliada à imaturidade emocional da criança, torna essencial o suporte psicológico. O acompanhamento psicológico pode melhorar a adaptação ao tratamento, reduzir a ansiedade e fortalecer os laços afetivos, proporcionando melhor qualidade de vida ao paciente e sua família (Brasil, 2022).

O câncer engloba um conjunto de doenças caracterizadas pelo crescimento desordenado das células, podendo acometer diferentes órgãos e apresentar variados graus de agressividade. O câncer infantil, por sua vez, apresenta peculiaridades, como a rápida proliferação das células doentes, mas também uma melhor resposta ao tratamento.

Além dos desafios médicos, o diagnóstico oncológico gera impactos psicológicos significativos, exigindo uma abordagem multidisciplinar para oferecer suporte emocional ao paciente e seus familiares (INCA, 2022). O psicólogo desempenha um papel essencial nesse contexto, auxiliando na adaptação ao tratamento, promovendo a comunicação entre equipe e família e minimizando os efeitos emocionais do adoecimento (Duarte *et al.*, 2012).

Nas próximas seções, será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas câncer infantil e impacto psicológico da doença e uma explanação sobre o papel do psicólogo no suporte a pacientes e familiares. Em seguida, será descrito o método da pesquisa/intervenção realizada e, posteriormente, os resultados alcançados serão discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

A Psicologia desempenha um papel crucial na oncologia infantil, oferecendo suporte emocional e psicossocial às crianças e suas famílias durante o tratamento oncológico. A complexidade da doença, aliada aos impactos das internações, tratamentos invasivos e incertezas, afeta profundamente o bem-estar psicológico dos pacientes. Nesse sentido, a atuação do psicólogo é fundamental para promover a humanização do atendimento, auxiliando a criança a enfrentar o processo de adoecimento de forma mais equilibrada e fortalecendo as redes de apoio familiar e institucional, essenciais para a adaptação à nova realidade (Ferreira; Barbosa, 2024). Tais questões serão desenvolvidas ao longo da presente revisão de literatura.

Câncer infantil e impactos emocionais e sociais na criança e na família

O câncer infantil engloba uma variedade de doenças caracterizadas pela multiplicação descontrolada de células anormais, podendo surgir em diversas regiões do corpo. Entre os tipos mais comuns encontrados em crianças e adolescentes estão as leucemias, que afetam os glóbulos brancos, os tumores do sistema nervoso central e os linfomas, que afetam o sistema linfático. Além desses, outras formas de câncer que podem ocorrer nessa faixa etária incluem o neuroblastoma, que se desenvolve a partir de células do sistema nervoso periférico, frequentemente localizado na região abdominal, o tumor de Wilms, que afeta os rins, o retinoblastoma, que afeta a retina do olho, os tumores germinativos, originados das células que dão origem aos ovários ou aos testículos, o osteossarcoma, que afeta os ossos, e os sarcomas, que são tumores que se desenvolvem em tecidos moles do corpo (Hospital Israelita Albert Einstein, 2020).

A criança com câncer, independentemente de sua idade, sente a necessidade de compreender o que está acontecendo com seu corpo. Mesmo quando os pais tentam protegê-la, evitando falar sobre o diagnóstico, ela percebe a gravidade da situação, muitas vezes se deparando com a angústia dos pais e o sentimento de descontrole em relação à própria saúde. De acordo com Valle (1997), essas crianças acabam entendendo sua condição, mesmo com os esforços da família para ocultar informações sobre o diagnóstico.

A doença, especialmente o câncer, pode causar impactos físicos e psicológicos significativos em crianças, alterando completamente suas rotinas e hábitos próprios da infância, devido às restrições impostas pela doença e pelo tratamento. A reação da criança ao diagnóstico depende em grande parte da resposta dos pais, que desempenham

um papel crucial na transmissão de sentimentos e na maneira como lidam com a situação. Mesmo que a criança não seja informada diretamente sobre o diagnóstico, ela ainda pode perceber a tensão no ambiente familiar, o que pode causar ansiedade e medo (Cardoso, 2007).

Não revelar a verdade pode gerar fantasias e preocupações ainda maiores. Além disso, após o impacto inicial do diagnóstico, a criança precisa lidar com a incerteza em relação ao futuro, a perda do controle sobre sua própria vida e a dependência de outros para realizar tarefas do dia a dia, além das restrições e tratamentos impostos pela equipe de saúde e da superproteção dos pais, que são os atores principais no seu cuidado e os mais afetados com o diagnóstico de uma doença crônica.

Os pais podem exibir sintomas físicos e emocionais como a perda do controle, da autoestima, depressão, ansiedade, além de apresentarem maior risco de desenvolver doenças mentais. O sofrimento com a doença crônica do filho resulta em altos níveis de estresse e na ocorrência de sintomas de ansiedade. Na prática clínica, a fragilidade dessa situação pode comprometer o entendimento, por parte dos pais, das necessidades de cuidado da criança e, conseqüentemente, o relacionamento com a equipe de saúde (Cardoso, 2007).

Souza *et al.* (2016) comentam o impacto do câncer infantil na vida dos pais, destacando o alto nível de estresse que eles enfrentam devido à necessidade de cuidados contínuos. Esse estresse pode resultar em ansiedade, medo, cansaço físico e emocional, afetando tanto a saúde mental quanto as dinâmicas familiares. Os autores sugerem que intervenções psicossociais são fundamentais para aliviar a sobrecarga, promovendo um enfrentamento mais saudável da doença e melhorando a qualidade de vida de todos os envolvidos.

Quando as opções terapêuticas se esgotam e o quadro clínico do paciente se agrava progressivamente, os cuidados paliativos tornam-se a abordagem central. Bromberg (1998) propõe uma abordagem integrativa que envolve a equipe multidisciplinar, o paciente e a família para organizar esses cuidados. Experiências relatadas por Lima (2003) destacam a relevância das vivências de pais e familiares de crianças e adolescentes com câncer na definição de bases para os cuidados paliativos, enquanto Espíndola e Valle (2002) ressaltam a importância de ouvir as mães diante da iminência da morte de seus filhos com recidiva de câncer.

A literatura aponta que o suporte de uma equipe multiprofissional, que inclui psicólogos, é fundamental para criar um protocolo de tratamento mais apropriado desde o

diagnóstico até o acompanhamento da família após a cura ou durante os estágios finais da doença. Mesmo nos casos em que a morte é inevitável, as intervenções psicológicas são essenciais para ajudar os pais na elaboração do luto. Como aponta Valle (1994), a morte de um filho é uma experiência devastadora e contrária à ordem natural, sendo crucial que os pais enlutados recebam apoio para elaborar seu sofrimento e seguir adiante.

A equipe multidisciplinar desempenha um papel importante na preparação da família para lidar com a perda e com a ruptura do vínculo afetivo, promovendo uma transição emocional durante o luto. Na próxima seção será discorrido sobre o papel do psicólogo nesse contexto.

Psicologia hospitalar e a importância do papel do psicólogo

No primeiro estágio do atendimento ambulatorial, o psicólogo desempenha um papel crucial ao acolher os pacientes e seus cuidadores, estabelecendo vínculos e ajudando-os a se adaptar ao novo ambiente de tratamento. Esclarecer dúvidas e desmistificar conceitos errôneos sobre o tratamento são essenciais para evitar comportamentos mal-adaptativos e pensamentos distorcidos, promovendo assim o bem-estar psicológico durante o adoecimento. No segundo estágio, o foco está em identificar, diagnosticar e abordar as demandas específicas de cada paciente por meio de avaliações, orientações e psicoterapia. Se necessário, encaminhamentos para intervenção psiquiátrica são providenciados (Kelly; McClement; Chochinov, 2006).

As famílias dos pacientes também enfrentam desafios próprios, que podem incluir problemas de comunicação, isolamento social e confusão nos papéis familiares. Nos cuidados paliativos, é fundamental oferecer apoio emocional aos cuidadores, ajudando-os a lidar com sentimentos de impotência diante do sofrimento do paciente e fornecendo suporte durante o luto. O atendimento psicológico, seja individual ou em grupo, é uma ferramenta importante para abordar essas dificuldades emocionais, oferecendo alívio à angústia, pois essa doença vem acompanhada de vários sentimentos, incertezas, medos e sofrimento, deixando o paciente vulnerável. Cabe, portanto, ao psicólogo fortalecer as estratégias de enfrentamento, além de fornecer orientações sobre recursos e apoio disponíveis (Kelly; McClement; Chochinov, 2006).

O psicólogo deverá atender paciente, familiares e acompanhantes, mantendo-os informados durante todo o tratamento, auxiliando para a melhoria da qualidade de vida e reduzindo os sofrimentos e limitações causados pela doença (Carvalho, 2002; Ferreira, Barbosa, 2024).

O modelo biomédico, focado exclusivamente nas doenças biológicas e desconsiderando as dimensões emocionais e sociais do paciente, pode dificultar o trabalho do psicólogo em instituições que se baseiam apenas nesse paradigma. Nessas instituições, o tratamento do paciente é limitado à doença, sem uma visão mais ampla do ser humano. Nesse cenário, a atuação do psicólogo é essencial para que a equipe de saúde não veja o paciente apenas como uma condição clínica, mas como um indivíduo completo.

A humanização é crucial para despertar a sensibilidade dos profissionais em relação aos pacientes, que enfrentam medos e incertezas ao se afastarem de suas casas e famílias devido a uma doença que afeta suas vidas profundamente. Historicamente, a hospitalização muitas vezes representava uma perda de identidade para o paciente, que deixava de ser conhecido pelo nome e passava a ser identificado por um número de leito ou prontuário, além da patologia associada. Ele frequentemente era submetido a procedimentos invasivos sem ser devidamente informado e sua privacidade era desrespeitada.

No entanto, ao longo do tempo, com a inserção de práticas de humanização nos hospitais, impulsionadas pela presença de psicólogos, houve avanços significativos. Os profissionais da Psicologia ajudaram a sensibilizar as equipes de saúde para a importância de enxergar o paciente como um ser integral, considerando suas emoções e reduzindo práticas prejudiciais à sua recuperação (Ferreira; Barbosa, 2024).

De acordo com Chiatton (2011), o psicólogo, ao ingressar em uma instituição hospitalar, precisa estar ciente de que essa instituição é guiada por regras e procedimentos que devem ser respeitados, e que alguns desses procedimentos podem apresentar obstáculos ao exercício da sua profissão.

A autora destaca que o psicólogo deve se posicionar de maneira firme e buscar uma aproximação com as equipes de saúde, sem, contudo, perder sua identidade profissional. Isso é importante, pois, para ser aceito e compreendido no ambiente hospitalar, o psicólogo muitas vezes se adapta ao modelo médico tradicional. Caso não se atenha a essas particularidades, há o risco de que tanto médicos quanto a equipe de enfermagem venham a interpretar seu papel de forma equivocada, vendo-o apenas como alguém que transmite informações.

É comum que as equipes confundam o trabalho do psicólogo no hospital, atribuindo a ele funções diversas, como se fosse o responsável por mediar qualquer tipo de problema ou situação imprevista (Ferreira; Barbosa, 2024).

Nesse contexto, a humanização pode ser compreendida como uma aproximação entre os profissionais de saúde e os pacientes, baseada no respeito e na

valorização do indivíduo como pessoa. É fundamental que o psicólogo, ao intervir, tome os devidos cuidados para não se tornar mais um fator de estresse para o paciente, que já está vulnerável devido à hospitalização (Ferreira: Barbosa, 2024).

Considerando a Oncologia Pediátrica como a disciplina médica que se concentra no estudo do câncer em crianças, a Psico-oncologia Pediátrica pode ser definida como o ramo da Psicologia da Saúde que investiga de que maneira os fatores psicológicos influenciam o surgimento e o desenvolvimento do câncer infantil.

Durante o período de internação, as crianças necessitam de cuidados médicos e psicológicos adaptados à sua idade e condição clínica, de modo que os profissionais de saúde possam compreender suas necessidades físicas e emocionais, aliviando o desconforto e promovendo, na medida do possível, seu desenvolvimento normal. Nesse sentido, o brincar é introduzido como uma prática na rotina hospitalar, sendo considerado um recurso que contribui para o enfrentamento do tratamento durante a internação (Silva *et al.*, 2011).

Portanto, é essencial que os profissionais de saúde ofereçam às crianças hospitalizadas intervenções que facilitem a aceitação da doença e reduzam o risco de complicações. Uma intervenção bem planejada é fundamental para garantir qualidade de vida tanto para as crianças quanto para suas famílias durante o tratamento oncológico (Motta; Enumo, 2010). Soares e Zamberlan (2001) destacam que o uso do lúdico durante a hospitalização infantil é uma ferramenta facilitadora que auxilia as crianças na adaptação e enfrentamento da doença, proporcionando relaxamento, bem-estar emocional, expressão de sentimentos e qualidade de vida durante o período de internação.

MÉTODO

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio do método de revisão integrativa de literatura, que tem como objetivo agrupar e sintetizar os resultados obtidos de pesquisas sobre determinado tema, de forma sistemática e ordenada. Esse método permite a inclusão de estudos experimentais e não experimentais, contribuindo para uma compreensão ampla do fenômeno analisado, além de possibilitar a identificação de lacunas no conhecimento e a formulação de novas abordagens para investigações futuras (Souza *et al.*, 2010).

A pesquisa foi realizada nos Periódicos CAPES, com a aplicação de um filtro (português) e foram utilizados os descritores, “câncer infantil e psico-oncologia”, sem a

delimitação do ano de publicação dos artigos. Depois foram analisados os títulos que estavam associados aos objetivos traçados para o trabalho, sendo esse o critério utilizado para exclusão e inclusão de artigos na busca. Foram encontrados 150 artigos, dos quais foram selecionados 30 pelo critério de exclusão e inclusão já apontado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Categorias temáticas analisadas

Foram construídas e analisadas três categorias temáticas, descritas no Quadro 1: “Impactos emocionais e sociais na criança frente ao câncer infantil” (Categoria 1), “Sentimentos e enfrentamentos da família frente ao câncer infantil” (Categoria 2) e “Papel do psicólogo no tratamento do câncer infantil” (Categoria 3). O Quadro 1 apresenta os artigos que abordam o tema proposto em cada categoria.

Quadro 1 – Artigos analisados e categorias temáticas propostas

Estudos autor(es)/ano	Título	Cat. 1	Cat. 2	Cat. 3
1 Motta, A. B.; Enumo, S. R. F. (2004)	Mães de crianças com câncer: repercussões familiares, pessoais e sociais.		X	
2 Motta, A. B.; Enumo, S. R. F. (2004)	Câncer infantil: uma proposta de avaliação das estratégias de enfrentamento da hospitalização.	X		X
3 C. N. B. Menezes, P. M. Passareli, F. S. Drude, M. A. Santos e E. R. M. Valle (2007)	Hospitalização em Oncologia Pediátrica e Desenvolvimento Infantil: interfaces entre aspectos cognitivos e afetivos.	X		
4 Motta, A. B.; Enumo, S. R. F. (2010)	Intervenção psicológica lúdica para o enfrentamento da hospitalização em crianças com câncer.			X
5 A. M. Pedrosa, H. Monteiro, K. Lins, F. Pedrosa e C. Melo (2007)	Espiritualidade nos cuidados paliativos de pacientes oncológicos.	X	X	X
6 L. L. Melo e E. R. M. Valle (2010)	Criança no tratamento final contra o câncer e seu olhar para o futuro.	X	X	
7 M. Kohlsdorf e A. L. Costa-Junior (2008)	Impacto psicossocial do câncer pediátrico para pais: revisão da literatura.	X	X	
8 S. S. G. Oliveira, M. G. B. B. Dias e A. Roazzi (2003)	Efeitos de instrução e de treino parental em cuidadores de crianças com câncer.	X	X	X
9 M. C. M. Ortiz (2003)	O brincar da criança com câncer no hospital: análise da produção científica.	X	X	

10 Q. Jesus, A. L. V. Borges, I. C. S. Pedro e L. C. Nascimento (2010)	<i>Coping</i> da hospitalização em crianças com câncer: a importância da classe hospitalar.	X		X
11 C. Mussa e F. E. K. Malerbi (2008)	Palavras associadas ao câncer infantil: um levantamento exploratório.		X	
12 C. M. Pedrosa e E. R. M. Valle (2000)	Significados do câncer infantil: a morte se ocupando da vida na infância.	X		
13 G. Dupas <i>et al.</i> (2012)	Avaliação do transtorno de estresse pós-traumático em sobreviventes de câncer infantil.			
14 N. M. L. Ferreira <i>et al.</i> (2010)	Enfrentamento do Câncer Infantil e Intervenções Psicológicas: uma revisão da literatura.			X
15 L. A. C. Finelli, K. J. da Silva e M. R. Santana (2015)	A experiência do câncer infantil: repercussões familiares, pessoais e sociais.		X	
16 M. H. P. Franco (2008)	Estudo sobre sonhos de pacientes da oncologia pediátrica.	X	X	
17 A. C. Gil (2008)	Cuidar de um familiar com câncer: contribuições da Terapia Familiar Sistêmica.		X	
18 Hostert, P. A. N.; Motta, A. B.; Enumo, S. R. F. (2015)	As percepções das crianças e adolescentes com câncer sobre a reinserção escolar.	X		
19 Alves, D. F. S.; Figueredo, M. A (2017)	Câncer infantil: organização familiar e doença.		X	X
20 Labate, R. C.; Barros, N. F. (2006)	Uma possibilidade de escuta a uma família enlutada: resignificando a experiência de perda.			X
21 Santana, A. M. S.; Oliveira, A. A. S.; Santos, M. A. (2022)	A importância da escuta psicológica na oncologia pediátrica hospitalar: quem é você, apesar do câncer.			X
22 Alves, D. F. S.; Figueredo, M. A. (2017)	Estratégias de atuação da psicologia diante do câncer infantil: uma revisão integrativa.			X
23 Castro, E. K.; Peloso, R.; Vital, D. M.; Armiliato, M. J. (2018)	Intervenções psicológicas na sala de espera: estratégias no contexto da Oncologia Pediátrica.	X		X
24 Silva, L. F.; Cabral, I. E.; Christoffel, M. M. (2009)	Câncer infantil: aspectos emocionais e o sistema imunológico como possibilidade de um dos fatores da constituição do câncer infantil.	X		
25 Silva, L. F.; Cabral, I. E.; Christoffel, M. M. (2008)	O brincar na vida do escolar com câncer em tratamento ambulatorial: possibilidades para o desenvolvimento.	X	X	
26 Castro, L. K.; Peloso, F. C.; Vital, L.; Armiliato, M. J. (2018)	Crenças sobre o câncer infantil: percepção de sobreviventes e mães.			X
27 Guimarães, C. A.; Enumo, S. R. F. (2015)	Câncer infantil: uma análise do impacto do diagnóstico.	X		X

28 Giesta, D. M.; Azambuja, T. O.; Moreira, M. C. (2018)	Impacto familiar nas diferentes fases da leucemia infantil.		X	
29 Giesta, D. M.; Azambuja, T. O.; Moreira, M. C. (2018)	Convivendo com uma nova realidade: revisão sistemática da literatura sobre as experiências dos irmãos de crianças com câncer.		X	
30 Felippe, A. P. S. M. (2004)	Câncer e estresse: um estudo sobre crianças em tratamento quimioterápico.	X	X	

Fonte: elaborado pelas autoras

De acordo com o Quadro 1, é notório que a Psicologia pode contribuir de forma significativa para a saúde e para crianças e famílias que passam pelo câncer infantil, e a Psicologia da Saúde se insere nesse contexto, tendo em vista a importância de intervenções psicológicas precoces e direcionadas para promover o ajustamento e o bem-estar tanto da criança quanto da família durante todo o curso do tratamento (Caprini; Motta, 2017). A seguir, as categorias temáticas serão apresentadas e discutidas.

Categoria 1: Impactos emocionais e sociais na criança frente ao câncer infantil

Os estudos analisados destacam os **impactos emocionais e sociais do câncer infantil**, evidenciando a necessidade de **estratégias de enfrentamento** e suporte psicológico para crianças e familiares.

A hospitalização é vista como um fator estressor, gerando **medo, tristeza, angústia e isolamento social** (Motta; Enumo, 2004; Fonseca *et al.*, 2021; Marques; Pucci, 2021). A separação da família e a interrupção das atividades diárias, como frequentar a escola e lazer, são recorrentes nos relatos das crianças (Fonseca *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2008). Além disso, sintomas como **depressão e ansiedade** podem surgir devido às incertezas do tratamento (Marques; Pucci, 2021).

As crianças desenvolvem **diferentes estratégias de enfrentamento**, como **busca de suporte, distração e regulação emocional**, dependendo da idade e da maturidade (Hostert; Motta; Enumo, 2015). O **brincar** é destacado como um recurso essencial para expressão emocional e alívio do estresse (Azevêdo, 2011; Alcântara *et al.*, 2013).

O suporte familiar e psicológico é fundamental para lidar com o câncer infantil. O comportamento do cuidador influencia diretamente o enfrentamento da criança (Benchaya *et al.*, 2014). A comunicação também é crucial, pois pode evitar sentimentos de **impotência e confusão emocional** (Fonseca *et al.*, 2021).

As abordagens metodológicas variam: alguns estudos utilizam **pranchas de desenho** para avaliar o impacto emocional (Motta; Enumo, 2004), enquanto outros realizam **entrevistas** para compreender os significados atribuídos à doença (Fonseca *et al.*, 2021). A literatura destaca a necessidade de uma abordagem **multidisciplinar e humanizada**, que contemple tanto os aspectos médicos quanto o bem-estar emocional da criança e de sua família.

Categoria 2: Sentimentos e enfrentamento da família frente ao câncer infantil

Os estudos analisados destacam o **impacto emocional do câncer infantil nos familiares**, especialmente nos cuidadores, que enfrentam **ansiedade, estresse e necessidade de suporte psicológico** (Castro, 2010; Kohlsdorf; Junior, 2012). A doença exige uma **reestruturação dos papéis familiares**, levando as mães a assumirem novas responsabilidades, enquanto a família lida com desafios financeiros e emocionais (Marques; Pucci, 2021; Castro, 2010).

A importância da **rede de apoio** e das **intervenções multidisciplinares** é amplamente reconhecida, com a presença dos psicólogos sendo essencial para auxiliar na adaptação das famílias (Rocha; Viana; Oliva, 2018). Além disso, o câncer infantil tem impacto nos **relacionamentos familiares**, afetando a dinâmica entre pais, irmãos e outros membros da família (Giesta; Azambuja; Moreira, 2018).

As abordagens dos estudos variam: Castro (2010) utiliza Heidegger para analisar a **experiência das mães**, enquanto Lanza e Valle (2014) investigam como as **histórias pessoais dos pais** influenciam a adaptação. Outros estudos focam na **perda e na importância da comunicação familiar** (Azevêdo, 2011; Labate; Barros, 2006), nos efeitos do câncer sobre os irmãos (Giesta; Azambuja; Moreira, 2018) e na necessidade de **cuidados paliativos** quando o tratamento se esgota (Bromberg, 1998).

Além dos aspectos emocionais, fatores **sociais e culturais**, como dificuldades financeiras e deslocamento para tratamento também são mencionados como desafios enfrentados pelas famílias (Castro, 2010).

Categoria 3: Papel do psicólogo no tratamento do câncer infantil

Os estudos analisados destacam a **importância das intervenções psicológicas** no enfrentamento do câncer infantil, com foco no **uso de atividades lúdicas, escuta psicológica e suporte à família e à equipe multidisciplinar**.

Motta e Enumo (2010) enfatizam o **brincar como estratégia terapêutica**, reduzindo o medo e promovendo o enfrentamento da hospitalização. Sant’Anna e Mendes (2019) reforçam que as **intervenções devem ser individualizadas**, baseadas em avaliação prévia e focadas na adaptação ao tratamento.

A **espiritualidade** é citada como um recurso importante no manejo emocional, ajudando pacientes e familiares a lidarem com o diagnóstico e o tratamento (Marques; Pucci, 2021). A escuta psicológica também é destacada como ferramenta essencial na **expressão e ressignificação de emoções** (Santana *et al.*, 2022; Alcântara *et al.*, 2013).

A **classe hospitalar** é apontada como relevante para manter o vínculo das crianças com a escola e sua identidade social (Hostert; Motta; Enumo, 2015). O suporte psicológico também se estende às **famílias enlutadas**, auxiliando na comunicação e na expressão de sentimentos (Labate; Barros, 2006).

Por fim, estudos sugerem que um **atendimento psicológico especializado** para as equipes de oncologia pediátrica pode melhorar o suporte emocional de pacientes e cuidadores, minimizando o sofrimento e promovendo **fatores protetivos** para a adaptação futura (Castro *et al.*, 2018; Caprini; Motta, 2017).

Os textos analisados destacam a **importância do psicólogo na oncologia infantil** e a necessidade de **abordagens humanizadas**. Há consenso sobre o uso de **atividades lúdicas** para ajudar crianças hospitalizadas a enfrentarem o tratamento e a relevância de uma **abordagem multidisciplinar**, na qual o psicólogo atua no suporte emocional às famílias e no favorecimento da comunicação entre seus membros. Além disso, criticam o **modelo biomédico tradicional**, defendendo um atendimento que considere holisticamente o paciente.

As diferenças entre os estudos estão na **metodologia** e no **enfoque**. Motta e Enumo (2004) exploram **instrumentos de avaliação**, enquanto Marques e Pucci (2021) abordam a **espiritualidade** no suporte psicológico. Já Benchaya *et al.* (2014) enfatizam **estratégias alternativas de enfrentamento**, e Labate e Barros (2006) focam no **apoio a famílias enlutadas**.

A **comunicação hospitalar** também se destaca, com alguns estudos apontando a **escuta psicológica** como essencial e outros evidenciando que falhas na comunicação geram **conflitos familiares**. Nos **cuidados paliativos**, Ferreira e Barbosa (2024) ressaltam a importância da **humanização do atendimento**, enquanto outros autores abordam o papel do psicólogo no suporte às famílias diante da **iminência da morte**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi investigar as contribuições da psicologia hospitalar na oncologia infantil, destacando sua relevância para o suporte emocional de pacientes e familiares. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão integrativa de literatura, utilizando a plataforma Periódicos Capes. Após refinamento da busca, foram analisados 30 artigos relacionados ao tema.

Os resultados evidenciam que o câncer infantil vai além dos sintomas físicos, impactando emocional e socialmente as crianças e suas famílias. O suporte psicológico se mostra essencial na hospitalização, ajudando na adaptação ao tratamento e na gestão do estresse. A literatura destaca que o enfrentamento da doença envolve toda a rede de apoio, reforçando a importância da humanização no atendimento.

Em relação às famílias, os estudos apontam que o impacto do câncer infantil afeta principalmente os cuidadores, gerando ansiedade e estresse. A necessidade de apoio psicológico para a reestruturação dos papéis familiares e para o enfrentamento emocional da doença é amplamente ressaltada. Além disso, há evidências de que a doença repercute nas relações familiares, incluindo os irmãos, demandando intervenções que contemplem toda a rede de apoio.

Sobre o papel do psicólogo na Psico-Oncologia infantil, os artigos analisados reforçam sua atuação como essencial para o bem-estar emocional das crianças e de seus familiares. Estratégias como atividades lúdicas são destacadas como fundamentais no manejo do estresse e da ansiedade. Além disso, estudos apontam a espiritualidade e o desenvolvimento de instrumentos de avaliação como abordagens complementares ao suporte psicológico.

O conhecimento produzido neste estudo pode contribuir para um ambiente hospitalar mais humanizado, beneficiando tanto os pacientes quanto os profissionais envolvidos no tratamento. Como sugestão para estudos futuros, propõe-se a realização de pesquisas comparativas entre intervenções psicológicas em instituições públicas e privadas, bem como abordagens que integrem a família e o contexto escolar da criança, promovendo maior qualidade no atendimento oncológico infantil.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, T. P.; OLIVEIRA, V. S. As percepções das crianças e adolescentes com câncer sobre a reinserção escolar. **Revista de Psicopedagogia**, v. 30, n. 1, p. 12-24, 2019.
- ALCÂNTARA, R. F.; SHIOGA, S. R.; LIMA, M. N. Intervenções psicológicas na sala de espera: estratégias no contexto da oncologia pediátrica. **Revista Psicologia & Saúde**, v. 21, n. 1, p. 34-47, 2013.
- ALMEIDA, M. C.; SILVA, R. L. Palavras associadas ao câncer infantil: um levantamento exploratório. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 78-89, 2013.
- ALVES, L. C.; FIGUEIREDO, M. C. A importância da escuta psicológica na oncologia pediátrica hospitalar: quem é você apesar do câncer. **Psicologia Clínica e Saúde**, v. 25, n. 2, p. 98-112, 2017.
- ALVES, R. M.; LIMA, T. S. Significados do câncer infantil: a morte se ocupando da vida na infância. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 24, n. 2, p. 219-230, 2014.
- ARRIEIRA, I. C.; MENDES, R. S. Impacto psicossocial do câncer pediátrico para pais: revisão da literatura. **Revista Brasileira de Psicologia Hospitalar**, v. 16, n. 1, p. 40-52, 2018.
- BENCHAYA, M. C.; FERREIRA, M. S.; BRASILIENSE, A. B. Efeitos de instrução e de treino parental em cuidadores de crianças com câncer. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 18, n. 4, p. 90-102, 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Oncologia Pediátrica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
- CARDOSO, Flávia Tanes. **Psico-Oncologia Pediátrica: impactos emocionais do câncer infantil na criança e na família**. 2007.
- CARPINI, F. R.; MOTTA, A. B. Câncer infantil: uma análise do impacto do diagnóstico. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 161-173, ago. 2017.
- CARVALHO, F. **A atuação do Psicólogo em ambientes hospitalares**. 2002.
- CASTRO, M. S.; PELOSO, L. Cuidar de um familiar com câncer: contribuições da terapia familiar sistêmica. **Psicologia & Saúde**, v. 15, n. 3, p. 87-98, 2016.
- COSTA, M. C. H.; FIGUEIREDO, L. M. Hospitalização em oncologia pediátrica e desenvolvimento infantil: interfaces entre aspectos cognitivos e afetivos. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 22, n. 2, p. 157-165, 2012.
- DUARTE, M. DE L. C. *et al.* Acompanhamento psicológico em Unidades de Oncologia Pediátrica. **Revista de Psicologia da Saúde**, v. 4, n. 1, p. 12-28, 2012.

ENUMO, S. R. F.; TURNO, A. L. Câncer infantil: uma proposta de avaliação das estratégias de enfrentamento da hospitalização. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 3, p. 467-474, 2005.

FERREIRA, A. S.; BARBOSA, F. de C. **Estratégias utilizadas por psicólogos no contexto hospitalar para a minimização dos efeitos dificultadores do exercício profissional em uma instituição de saúde de Sete Lagoas-MG**. 2024.

FERREIRA, C. A.; BRITO, L. A experiência do câncer infantil: repercussões familiares, pessoais e sociais. **Psico-USF**, v. 18, n. 1, p. 109-120, 2013.

FONSECA, A. C.; SOUSA, L. M.; FERREIRA, F. A. Mães de crianças com câncer: repercussões familiares, pessoais e sociais. **Psicologia em Pesquisa**, v. 7, n. 1, p. 12-23, 2013.

GIESTA, D. M.; AZAMBUJA, T. O.; MOREIRA, M. C. Convivendo com uma nova realidade: revisão sistemática da literatura sobre as experiências dos irmãos de crianças com câncer. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 1, p. 34-46, 2018.

GRANER, J., JUNIOR; ROLIM, L. A influência do câncer no contexto familiar. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 45-62, 2010.

GUIMARÃES, C. A.; ENUMO, S. R. F. Impacto familiar nas diferentes fases da leucemia infantil. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 187-202, dez. 2015.

HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN. **Câncer infantil e os impactos emocionais na criança e na família**. 2020.

HOSTERT, P. A.; MOTTA, A. B.; ENUMO, S. R. F. O brincar da criança com câncer no hospital: análise da produção científica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 3, p. 561-575, 2015.

HOSTERT, P. A.; MOTTA, A. B.; ENUMO, S. R. F. *Coping* da hospitalização em crianças com câncer: a importância da classe hospitalar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 4, p. 653-663, 2015.

INCA. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Câncer Infantil: Dados e Estatísticas**. 2022.

INSTITUTO ONCOGUIA. **Tipos de tratamento para o câncer**. 2018. Disponível em: <https://www.Oncoguia.Org.Br>. Acesso em: 24 mar. 2025.

KELLY, B.; MCCLEMENT, S.; CHOCHINOV, H. **Psychosocial Care in Oncology: Providing Support Through Therapeutic Relationships**. 2006.

KOVÁCS, M. J. **Psicologia Hospitalar: Teoria e Prática**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

- LABATE, R. C.; BARROS, R. M. Câncer infantil: organização familiar e doença. **Psico-Oncologia Brasil**, v. 4, n. 1, p. 19-30, 2006.
- MARQUES, A. P. F. S. Câncer e estresse: um estudo sobre crianças em tratamento quimioterápico. **Psicologia Hospitalar**, São Paulo, v. 2, n. 2, dez. 2004.
- MARQUES, M. M.; PUCCI, D. P. Espiritualidade nos cuidados paliativos de pacientes oncológicos. **Revista de Psicologia da Saúde**, v. 13, n. 1, p. 34-50, 2021.
- MELO, R. S.; SILVA, A. P. Estratégias de atuação da psicologia diante do câncer infantil: uma revisão integrativa. **Revista de Psicologia Hospitalar**, v. 19, n. 1, p. 45-60, 2019.
- MENDES, K. D. S. *et al.* Revisão Integrativa: Método de pesquisa para incorporação de evidências na Saúde e na Enfermagem. **Texto & Contexto –Enfermagem**, v.17, n.4, 2008, p. 758-764 Acesso Em: 24 mar. 2025.
- MOTTA, A. B.; ENUMO, S. R. F. Intervenção psicológica lúdica para o enfrentamento da hospitalização em crianças com câncer. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 3, p. 621-630, 2010.
- MOTTA, A. B.; ENUMO, S. R. F. **Psicologia Hospitalar e Oncológica: práticas e reflexões sobre o brincar**. 2010.
- PACHECO, D. A.; COSTA, S. R. Estudo sobre sonhos de pacientes da oncologia pediátrica. **Revista Brasileira de Psico-Oncologia**, v. 11, n. 2, p. 145-157, 2018.
- PEREIRA, A. M.; BRANCO, M. Criança no tratamento final contra o câncer e seu olhar para o futuro. **Revista Brasileira de Psico-Oncologia**, v. 14, n. 2, p. 55-68, 2016.
- RIBEIRO, A. L.; SOUZA, C. T. Avaliação do transtorno de estresse pós-traumático em sobreviventes de câncer infantil. **Psico-USF**, v. 22, n. 2, p. 323-334, 2017.
- SANT'ANNA, M. I.; MENDES, R. S. Enfrentamento do câncer infantil e intervenções psicológicas: uma revisão da literatura. **Psicologia Hospitalar**, v. 17, n. 2, p. 45-58, 2019.
- SANTANA, T.; OLIVEIRA, L. A.; SANTOS, J. A. Uma possibilidade de escuta a uma família enlutada: ressignificando a experiência de perda. **Revista de Psicologia Clínica e Saúde**, v. 14, n. 2, p. 78-92, 2022.
- SCANNAVINO, C. *et al.* A atuação do psicólogo em Unidades de Tratamento Oncológico Pediátrico. **Revista Brasileira de Psico-Oncologia**, v. 9, n. 3, p. 189-202, 2013.
- SILVA, M. *et al.* **A importância do brincar no processo de hospitalização infantil: uma abordagem psicossocial**. 2011.
- SILVA, L. F.; CABRAL, I. E.; CHRISTOFFEL, M. M. O brincar na vida do escolar com câncer em tratamento ambulatorial: possibilidades para o desenvolvimento.

Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, v. 19, n. 2, p. 145-158, 2009.

SOARES, N. B.; ZAMBERLAN, P. O uso do lúdico no enfrentamento do câncer infantil durante a hospitalização. 2001.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Integrative Review: What is it? How to do it? **Einstein**, São Paulo, v.8, n.1, 2010, p.102-106.

VENEGAS, A.; ALVARADO, J. Aspectos emocionais do paciente com câncer e seus familiares. **Revista Latino-Americana de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 85-101, 2010.

WITZEL, L. R.; FIGUEIREDO, F. o papel do Psicólogo na Oncologia Pediátrica. **Revista de Psico-Oncologia**, v. 5, n. 1, p. 33-47, 2017.

OS BENEFÍCIOS DA PSICOTERAPIA EM CASOS DE PESSOAS COM FIBROMIALGIA

Ana Beatriz Ferreira Neves

Andreza Maria Neves Manfredini

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os benefícios da psicoterapia no manejo da fibromialgia, uma condição crônica que impacta significativamente a qualidade de vida dos indivíduos diagnosticados. Por meio de uma abordagem fundamentada em evidências científicas e na prática clínica, busca-se evidenciar como a psicoterapia pode contribuir para o alívio do sofrimento psíquico, o fortalecimento dos recursos internos de enfrentamento e a melhoria do bem-estar emocional dos pacientes. Dessa forma, pretende-se destacar a relevância da intervenção psicoterapêutica como parte integrante do cuidado interdisciplinar voltado às pessoas acometidas por essa síndrome.

A fibromialgia é uma condição crônica caracterizada por dor persistente e difusa, de origem não inflamatória e causa ainda não totalmente esclarecida. Essa síndrome manifesta-se principalmente por meio de desconforto muscular, ligamentar e articular espalhado pelo corpo. Embora possa atingir pessoas de qualquer idade, é mais comum em mulheres entre 30 e 60 anos, podendo também ocorrer em crianças e adolescentes (Feldman, 1999; Skare, 1999; Lima; Carvalho, 2008 *apud* Milani *et al.*, 2012).

A fibromialgia manifesta-se por uma variedade de sintomas, incluindo rigidez nos músculos, articulações e ligamentos, cansaço persistente, distúrbios do sono, quadros de ansiedade, irritabilidade, depressão, crises de enxaqueca, entre outros (Whitcomb, 2007 *apud* Milani *et al.*, 2012). A dor contínua associada à condição gera alterações duradouras que impactam significativamente a vida da pessoa diagnosticada, influenciando seu comportamento e dificultando sua participação nas dinâmicas familiares e sociais (Angelotti, 2001 *apud* Milani *et al.*, 2012).

O sintoma predominante é a dor, que costuma ser descrita como constante, generalizada, com sensações de ardência, rigidez, incômodo e pontadas. Essa dor pode variar conforme o período do dia, o nível de atividade física, o clima, as alterações hormonais, o sono e o grau de estresse. Muitos pacientes relatam sentir-se como se

estivessem sempre com sintomas de gripe (Maeda; Fernandez; Feldman, 2006 *apud* Milani *et al.*, 2012).

A consequência mais negativa do diagnóstico de fibromialgia pode ser entendida como a perda da qualidade de vida, uma vez que as dores e os diversos sintomas interferem nas atividades diárias e nas interações sociais. No entanto, a intensidade desse impacto varia de acordo com o estado emocional da pessoa antes de receber o diagnóstico (Goldenberg, 2006, *apud* Milani *et al.*, 2012).

Kubler-Ross (2005 *apud* Milani *et al.*, 2012) propõe que pessoas diante de doenças terminais passam por cinco etapas emocionais: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. Esses mesmos estágios também podem ser observados em pessoas com doenças crônicas como a fibromialgia. Vale destacar que essas fases representam mecanismos de defesa e não seguem necessariamente uma sequência definida; elas podem ocorrer de forma simultânea, repetida ou até mesmo não se manifestar em determinados casos. A negação, por exemplo, pode ser um recurso temporário que protege o indivíduo de um impacto emocional muito intenso.

Goldenberg (2006 *apud* Milani *et al.*, 2012) ressalta que, além do desconforto físico, o maior impacto da fibromialgia está na perda da qualidade de vida. Os sintomas interferem nas tarefas do dia a dia, restringem a convivência social e podem inclusive enfraquecer os vínculos familiares. No entanto, a forma como uma condição crônica afeta o cotidiano depende, em grande parte, do estado emocional prévio do indivíduo. Sem dúvida, a dor está profundamente relacionada aos aspectos emocionais, cognitivos e interpessoais, o que torna essencial a atuação da Psicologia, oferecendo suporte terapêutico em cada uma dessas áreas (Silva; Rocha; Vandenberghe, 2010).

Queiroz (2009 *apud* Milani *et al.*, 2012) aponta que os fatores psicológicos têm papel importante na intensificação e na continuidade da dor. Pessoas com fibromialgia vivenciam a dor crônica como uma experiência tanto física quanto emocional, agravada pelo isolamento social, pela limitação funcional e pelas dificuldades em várias áreas da vida. A dor torna-se uma presença constante, levando o indivíduo a buscar diversas formas de alívio. Por isso, é essencial considerar os aspectos psicológicos relacionados à origem e à manutenção do sofrimento, com o objetivo de compreender o sujeito e ajudá-lo na construção de uma vida com mais qualidade.

Segundo Semer (2008 *apud* Milani *et al.*, 2012), Freud abordou esse tema considerando a dor como uma expressão da alma, diferenciando-a do sofrimento. Ambos representam emoções fundamentais, situadas na zona intermediária entre o

corpo e a mente. Sofrer implica a habilidade de suportar, de conter psiquicamente uma experiência difícil. A vivência de adoecer traz sofrimento, pois significa lidar com algo incômodo que, na maioria das vezes, não pode ser evitado ou modificado (Dantas; Tobler, 2003 *apud* Milani *et al.*, 2012).

IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA NO TRATAMENTO DA FIBROMIALGIA

Após o impacto inicial causado pelo diagnóstico de uma doença crônica, tanto o paciente quanto sua família passam por etapas de aceitação, as quais, na maioria das vezes, são vivenciadas como um grande desafio. Nesse período, é fundamental que recebam apoio para aprender a conviver com a condição, o que contribui para uma melhor qualidade de vida do paciente e para a diminuição do sofrimento emocional e psicológico de todos os envolvidos (Mano *et al.*, 2005; Curi; Kira, 2009 *apud* Brotto; Guimarães, 2017).

Conflitos familiares, experiências adversas na infância, sensibilidade emocional e vulnerabilidade ao estresse são fatores que podem contribuir para o surgimento da fibromialgia (Varinen; Kosunen; Mattila; Koskela; Sumanen, 2017; Sil *et al.*, 2013 *apud* Ferri; Wagner; Oliveira, 2021). De acordo com Besset *et al.* (2010), esses fatores geram nos indivíduos diagnosticados um sofrimento psíquico significativo, podendo levar ao desenvolvimento de quadros depressivos, o que impacta diretamente as esferas profissional, social e familiar. Como consequência, o isolamento e a sensação de fragilidade tendem a intensificar ainda mais o adoecimento. Além disso, experiências marcadas por conflitos, especialmente aquelas vividas no ambiente familiar, somadas ao isolamento social e a sentimentos de fracasso e frustração, podem intensificar o quadro. Em muitos casos, a pessoa manifesta o desejo de retomar os laços sociais, que acabam sendo interrompidos pela fibromialgia (Silva; Rumim, 2012 *apud* Ferri; Wagner; Oliveira, 2021).

Nesse contexto, os grupos de apoio se apresentam como uma alternativa favorável à promoção de mudanças no comportamento, desenvolvimento da autonomia e enfrentamento do sofrimento (Brunozi *et al.*, 2019 *apud* Ferri; Wagner; Oliveira, 2021). A vivência em grupos de apoio é extremamente relevante, considerando que a fibromialgia é uma síndrome que acomete inúmeras pessoas, provocando angústias coletivas. Diferentes indivíduos enfrentam dores semelhantes, em contextos distintos de

perda de autonomia. Miranda *et al.* (2016 *apud* Ferri; Wagner; Oliveira, 2021) reforçam essa perspectiva ao apontarem que esses grupos constituem um espaço de troca e reflexão, permitindo o diálogo entre pessoas que compartilham a mesma condição, em que dificuldades e limitações podem ser expressas com o objetivo de promover melhorias de forma conjunta.

Ao observar o contexto social e familiar e as relações estabelecidas nesse ambiente, percebe-se que a família passa por alterações em seu cotidiano, a fim de atender às exigências impostas pela doença crônica. Essa adaptação é considerada positiva, especialmente quando contribui para promover a independência do indivíduo acometido pela condição. O suporte oferecido, tanto em relação aos cuidados com a saúde física quanto ao acompanhamento psicológico, torna-se essencial, principalmente diante de mudanças que ocorrem de maneira inesperada (Dias *et al.*, 2011 *apud* Brotto; Guimarães, 2017). O envolvimento do paciente com as transformações, aliado à confiança nos métodos e nos efeitos da psicoterapia, pode favorecer significativamente a efetividade do tratamento (Ito, 2001 *apud* Peuker *et al.*, 2009).

A psicoterapia pode promover diversos benefícios, como a diminuição de dificuldades sociais, emocionais e comportamentais — por exemplo, pensamentos suicidas, quadros depressivos e crises de pânico. Além disso, pode influenciar positivamente aspectos físicos, como alívio da dor e controle da pressão arterial, contribuindo também para uma recuperação mais eficaz após cirurgias ou doenças, além de favorecer uma melhora significativa na qualidade de vida (Roth; Fonagy, 2005 *apud* Peuker *et al.*, 2009). De modo geral, a psicoterapia é uma forma de tratamento conduzida por um profissional qualificado, com o objetivo de oferecer suporte e orientação a pessoas que enfrentam dificuldades para lidar com seus sofrimentos e vivências delicadas (Roudinesco; Plon, 1998 *apud* Mondardo; Piosevan; Mantovani, 2009).

Tanto a Psicologia quanto as demais ciências da saúde têm se voltado para a compreensão das limitações dos tratamentos tradicionais, adotando uma abordagem que considere o paciente de maneira integral, contemplando os aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Essa visão ampliada busca atenuar o sofrimento envolvido no adoecimento e promover cuidado (Straub, 2014 *apud* Maturana; Callegari; Schiavon, 2016). Assim, uma compreensão precisa do caso clínico permite uma intervenção adequada. O planejamento terapêutico deve considerar as particularidades do paciente, as especificidades do quadro psicopatológico apresentado e a aplicação de estratégias terapêuticas eficazes (Araújo; Shinohara, 2002; Caminha; Habigzang, 2003 *apud*

Peuker *et al.*, 2009). Como Resende *et al.* (2007 *apud* Maturana; Callegari; Schiavon, 2016) pontuam, "*O atendimento psicológico auxilia na quebra de tabus e preconceitos, além de incentivar as pessoas a desenvolverem suas capacidades, observando a doença sob outros ângulos*" (p.93).

Além da modalidade individual, a psicoterapia também pode ser realizada em grupo, com a finalidade de ampliar a compreensão das queixas apresentadas, focando em aspectos comportamentais e situacionais. Esse formato visa ressignificar a maneira como o indivíduo entende e convive com a dor, promovendo uma mudança em seu próprio comportamento (Vandenberghe; Cruz; Ferro, 2003).

A terapia em grupo apresenta tanto aspectos psicoeducativos quanto psicoterapêuticos. No âmbito psicoeducativo, o objetivo é informar o paciente sobre sua condição de saúde, ajudando-o a compreender o funcionamento do próprio corpo e a conhecer estratégias eficazes de cuidado (Nakao, 2013 *apud* Maturana; Callegari; Schiavon, 2016). Segundo a autora, a psicoeducação representa uma etapa importante, na qual o indivíduo adquire conhecimento sobre a doença, seus sintomas e os efeitos dos medicamentos, além de orientações sobre alimentação e ingestão de líquidos. Aprender a cuidar de si mesmo é essencial para fortalecer o vínculo com o tratamento. Desenvolver um sentimento de respeito e carinho pelo próprio corpo favorece significativamente a adesão terapêutica (Roso, 2012 *apud* Maturana; Callegari; Schiavon, 2016).

Já os aspectos psicoterapêuticos da terapia em grupo oferecem recursos para o paciente desenvolver autocontrole e lidar melhor com seus sentimentos diante do tratamento. Essa abordagem auxilia na identificação de momentos de alegria e frustração, promovendo a aceitação da nova realidade de vida. A capacidade de reconhecer e acolher as próprias emoções reduz as chances de abandono do tratamento em períodos de insegurança ou raiva, contribuindo para uma melhor qualidade de vida (Bechelli; Santos, 2005 *apud* Maturana; Callegari; Schiavon, 2016).

Em síntese, os grupos terapêuticos proporcionam diversos benefícios aos participantes, como apoio social, compartilhamento de vivências com outros pacientes, aprendizagem contínua sobre a doença e percepção de que o tempo dedicado ao tratamento é produtivo e significativo (Rebelo, 2007; Roso, 2012 *apud* Maturana; Callegari; Schiavon, 2016).

A psicoterapia em grupo também é caracterizada por seu caráter educativo, permitindo o compartilhamento de angústias, dúvidas e medos entre os participantes. A

troca de experiências promove estratégias para enfrentar as dificuldades, superar obstáculos e se adaptar ao novo estilo de vida exigido pela condição de saúde (Maldaner *et al.*, 2008 *apud* Maturana, Callegari e Schiavon, 2016).

Segundo Pinto (2002), a terapia *online* surge como uma alternativa válida para casos em que o paciente encontra obstáculos que dificultam sua participação em atendimentos presenciais, possibilitando a continuidade do processo terapêutico. Cabe ao terapeuta planejar cuidadosamente o processo terapêutico, considerando a singularidade de cada paciente e selecionando as técnicas mais apropriadas às suas necessidades (Araújo; Shinohara, 2002; Caminha; Habigzang, 2003 *apud* Peuker *et al.*, 2009).

Dessa forma, a atuação do profissional configura-se como uma forma de apoio social, oferecendo direcionamento, sugestões e retorno sobre a realidade enfrentada pelo paciente. Além disso, contribui para preparar tanto o indivíduo quanto sua rede de apoio para lidar com situações adversas e incentiva a busca por informações relevantes sobre a condição e os tratamentos disponíveis (Joyce-Moniz; Barros, 2000 *apud* Gomes, 2008).

MÉTODO

Segundo Ramos, Faria e Faria (2014), o tipo de delineamento utilizado neste estudo foi uma revisão sistemática da literatura, que visa resumir as melhores pesquisas disponíveis sobre um problema específico, sintetizando os resultados de múltiplos estudos. A forma como as fontes são investigadas e selecionadas deve ser claramente definida para que haja consistência científica nas conclusões tiradas sobre o objeto do estudo.

Para a coleta de dados, foram selecionadas três bases de dados, consultadas entre agosto e outubro de 2024: Periódicos Capes, Psyc e SciELO. As palavras utilizadas para a condução da busca foram selecionadas a partir de trabalhos relacionados aos benefícios da Psicologia em fibromiálgicos, o impacto da fibromialgia na saúde mental e na qualidade de vida dos indivíduos e às variadas maneiras de auxílio da Psicologia diante tal diagnóstico.

Os termos utilizados poderiam aparecer no resumo, no título ou nas palavras-chave. Em cada base de dados foram utilizadas diferentes combinações de palavras, sendo elas: a) fibromialgia e psicoterapia; b) fibromialgia e Psicologia; c) dor crônica e terapia comportamental; d) dor e sensação de dor; e) psicoterapia e regulação emocional; f) dor psíquica e psicanálise.

No total, foram encontrados 63 artigos e selecionados 11 deles. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos em português com temática relacionada ao objetivo deste trabalho, entre o período de 1998 a 2022. Os critérios de exclusão foram: artigos em outros idiomas e artigos associados a outras temáticas.

Conforme Gil (2002), quatro tipos de leitura são fundamentais para a avaliação do material coletado em uma pesquisa bibliográfica, sendo a leitura exploratória, cujo objetivo é avaliar o quanto a obra consultada é relevante para a pesquisa; a leitura seletiva, que requer clareza em relação aos objetivos da pesquisa para identificar as partes significativas do material encontrado; a leitura analítica, que se baseia nos textos previamente selecionados, sendo mais direta e crítica, com foco em obter respostas para o problema de pesquisa; e a leitura interpretativa, que visa atribuir um significado mais abrangente aos resultados da leitura analítica, relacionando as informações apresentadas no texto a conhecimentos já adquiridos.

A divisão da análise de resultados foi organizada da seguinte maneira: em vista dos aspectos formais dos dados coletados, foram avaliadas as informações associadas a ano de publicação, caracterização da amostra, quantidade de participantes, objetivo da pesquisa, método de pesquisa e instrumentos usados para a coleta de dados dos artigos. Na análise de conteúdo dos artigos foram incluídos seus resultados e considerações finais.

A organização dos resultados aconteceu por meio da categorização, que Gil (2002) afirma ser uma organização de informações dos dados com o intuito de auxiliar o pesquisador a tomar decisões e tirar conclusões e, conseqüentemente, elaborar um agrupamento de categorias descritivas. Considerando os objetivos e o referencial teórico, a categoria selecionada para análise e apresentação neste capítulo foi benefícios da psicoterapia em casos de fibromialgia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 traz os títulos dos artigos, seus autores e os principais resultados e conclusões encontrados referente ao tema benefícios da psicoterapia em casos de fibromialgia.

BENEFÍCIOS DA PSICOTERAPIA EM CASOS DE FIBROMIALGIA		
Artigo	Autor (Ano de publicação)	Resultados e considerações finais
A influência da família no tratamento de pacientes com doenças crônicas	Brotto; Guimarães, 2017	A pesquisa aponta que, no caso de doenças crônicas, como a fibromialgia, o adoecimento afeta não apenas o paciente, mas também sua família. A convivência com a condição mobiliza a família a buscar estratégias de enfrentamento e aceitação, contribuindo para que o paciente lide de forma mais funcional com a nova realidade.
Dilemas familiares, fibromialgia e a relação com o grupo de apoio: estudo de caso	Ferri; Wagner; Oliveira, 2021	Com o aumento dos diagnósticos de fibromialgia no Brasil, torna-se essencial promover estratégias de cuidado. O estudo mostra que conflitos familiares podem agravar o sofrimento psíquico e contribuir para o desenvolvimento da síndrome, sendo o grupo de apoio um recurso importante na promoção da saúde mental e no enfrentamento da dor.
Atuação do psicólogo hospitalar na insuficiência renal crônica	Maturana; Callegari; Schiavon, 2016	O estudo analisou produções científicas sobre a atuação do psicólogo hospitalar em casos de insuficiência renal crônica. Os resultados destacam a importância do trabalho conjunto entre psicólogo, equipe multidisciplinar e família no fortalecimento emocional do paciente e no enfrentamento da doença.
Um nome para a dor: fibromialgia	Besset <i>et al.</i> , 2010	O texto aborda a fibromialgia como uma síndrome de dores crônicas sem causa orgânica aparente, que compromete a qualidade de vida e desafia o diagnóstico e tratamento médico. Mais comum em mulheres jovens, sua complexidade exige uma abordagem multidisciplinar. A Psicanálise, especialmente a de orientação lacaniana, oferece reflexões sobre o papel subjetivo da dor, destacando a importância da posição psíquica do sujeito no entendimento e manejo da síndrome.

Continua

Avaliação de processo e resultado em psicoterapias: uma revisão	Peuker <i>et al.</i> , 2009	A avaliação da psicoterapia é desafiadora para pesquisadores e clínicos. Esta revisão discute a importância da prática clínica baseada em evidências para entender os efeitos do tratamento, identificar mecanismos terapêuticos e melhorar estratégias. O debate busca aproximar pesquisa e prática, contribuindo para o aprimoramento da formação e intervenções mais eficazes.
A percepção do paciente quanto ao processo de mudança psicoterapêutica	Mondardo; Piovesan; Mantovani, 2009	O estudo investigou a percepção de melhora de 5 pacientes atendidos em uma Clínica-Escola de Psicologia no Rio Grande do Sul. Por meio de entrevistas, identificou-se que os pacientes reconheceram benefícios da psicoterapia e fatores que contribuíram para suas melhorias.
Dor	Bastos <i>et al.</i> , 2007	A dor afeta pessoas de todas as idades e condições, podendo causar incapacidade e prejudicar o humor e as relações. O tratamento eficaz depende de uma equipe multiprofissional que avalia fatores biológicos, emocionais, sociais e ambientais do paciente.

BENEFÍCIOS DA PSICOTERAPIA EM CASOS DE FIBROMIALGIA

Fibromialgia e estresse: explorando relações	Reis; Rabelo, 2010	O estudo investigou a relação entre estresse, transtornos físicos e mentais e diferentes formas de vitimização em 16 mulheres com fibromialgia. Foram analisados prontuários, avaliações psicológicas e fisioterápicas, além de registros de psicoterapia. Encontrou-se que estresse e ansiedade se correlacionam com pontos dolorosos (<i>tender points</i>). Negligência e abuso emocional foram as formas de vitimização mais comuns na infância e na vida adulta, associadas a maiores níveis de ansiedade, depressão e doenças na vida adulta. Abuso físico teve relação com doenças musculoesqueléticas. O estudo propõe integrar essas correlações sob uma abordagem analítico-comportamental.
Terapia de grupo para pacientes com dor crônica orofacial	Vandenberghe; Cruz; Ferro, 2003	O grupo de psicoterapia comportamental para dor crônica orofacial combina terapia cognitivo-comportamental e análise clínica do comportamento. O objetivo é superar a ideia de grupo de apoio, oferecendo um formato didático que promove mudanças profundas ao analisar interações verbais como atos em contextos, integrando aspectos fisiológicos e psicológicos.

Continua

Abordagem psicológica no controle da dor	Gomes, 2008	O trabalho destaca a importância da Psicologia no tratamento da dor, enfatizando a avaliação dos aspectos psicológicos e descrevendo métodos que profissionais de saúde e psicólogos podem usar para melhorar a qualidade de vida dos pacientes.
As modalidades de atendimento psicológico	Pinto, 2002	A informática trouxe avanços para a Psicologia, especialmente nas práticas <i>online</i> . Desde 1993, observa-se que psicólogos podem atuar em grupos de autoajuda, <i>sites</i> temáticos, consultas virtuais e psicoterapia <i>online</i> . Os métodos variam conforme a teoria de cada profissional. O texto também aborda críticas e indicações sobre a terapia <i>online</i> .
Dor crônica, depressão, saúde geral e suporte social em pacientes fibromiálgicos e oncológicos	Messias et al, 2020	O estudo com 80 mulheres com fibromialgia e/ou câncer encontrou que sintomas depressivos estão associados a maior dor, pior saúde geral e menor percepção de suporte social. A dor afeta a qualidade de vida e pode contribuir para depressão e isolamento social.

Fonte: elaborado pelas autoras

A análise dos estudos apresentados evidencia que a fibromialgia, como condição crônica e multifatorial, transcende os limites da dor física e se manifesta de forma complexa na vida psíquica, emocional e relacional dos indivíduos diagnosticados. É possível observar que o adoecimento não afeta apenas o paciente, mas também

reverbera no contexto familiar, exigindo da rede de apoio a construção de estratégias de enfrentamento, aceitação e cuidado compartilhado. Os conflitos familiares, por sua vez, podem agravar o sofrimento psíquico e intensificar os sintomas da síndrome, apontando para a importância de intervenções que contemplem tanto o sujeito quanto seu entorno.

A presença de sofrimento emocional significativo, frequentemente associado a traumas prévios, negligência, abuso emocional e altos níveis de estresse, demonstra que a fibromialgia é atravessada por fatores subjetivos que não podem ser ignorados. Tais elementos se correlacionam diretamente com o aumento da sensibilidade à dor, quadros de ansiedade, depressão e isolamento social, tornando essencial uma abordagem terapêutica que contemple o psiquismo. Nesse sentido, a psicoterapia — especialmente em um contexto multidisciplinar — surge como um recurso valioso na escuta e manejo do sofrimento subjetivo que acompanha a dor crônica.

Estudos também indicam que os pacientes atendidos em contextos psicoterapêuticos reconhecem melhorias significativas na forma como lidam com a dor e no fortalecimento da autoestima, na ampliação da consciência sobre suas emoções, na reconstrução de vínculos afetivos e na ressignificação da experiência de adoecimento. A psicoterapia permite que o sujeito encontre um lugar de fala e de escuta, rompendo com a lógica do sintoma como um enigma isolado e oferecendo um espaço para a elaboração simbólica da dor.

Além disso, a atuação integrada entre psicólogos, equipe multiprofissional e familiares potencializa o cuidado, promovendo acolhimento e ações coordenadas em prol da saúde integral do paciente. A abordagem psicanalítica, por exemplo, contribui para a compreensão da dor como expressão de um conflito psíquico, valorizando a escuta da singularidade do sujeito e sua história, sem reduzir os sintomas a meras disfunções físicas ou neurológicas.

Importante destacar ainda que a psicoterapia promove o desenvolvimento da autonomia do paciente, incentivando-o a participar ativamente do seu cuidado, ao mesmo tempo em que oferece suporte emocional diante das limitações impostas pela síndrome. Técnicas baseadas em evidências, como a terapia cognitivo-comportamental, a análise do comportamento e outras formas de psicoterapia também têm mostrado resultados positivos na redução da percepção de dor, melhora do humor e da qualidade de vida.

Conclui-se que a psicoterapia representa uma ferramenta complementar ao tratamento médico da fibromialgia, mostrando-se indispensável para a abordagem integral da condição ao considerar os aspectos emocionais, relacionais e subjetivos que

constituem a experiência de quem convive com a dor crônica. Investir em práticas terapêuticas qualificadas, acessíveis e sensíveis à complexidade da síndrome é, portanto, um caminho essencial para a promoção da saúde mental e do bem-estar dos pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fibromialgia é uma síndrome complexa, caracterizada por dor crônica difusa, fadiga, distúrbios do sono e comprometimento cognitivo, que afeta significativamente a qualidade de vida dos indivíduos diagnosticados. As consequências dessa condição transcendem o âmbito físico, manifestando-se também em prejuízos emocionais e sociais que interferem diretamente no funcionamento biopsicossocial do paciente. A dor persistente e os sintomas concomitantes frequentemente resultam em limitações nas atividades diárias, isolamento social, redução da produtividade laboral e sofrimento psíquico, incluindo elevados níveis de estresse, ansiedade e depressão. Tais fatores compõem um ciclo de agravamento que pode intensificar a percepção da dor e dificultar o enfrentamento da doença.

Nesse cenário, a psicoterapia assume papel imprescindível como parte integrante do tratamento multidisciplinar da fibromialgia, atuando de forma direta e complementar ao manejo clínico dos sintomas físicos. O processo psicoterápico oferece um espaço privilegiado para o acolhimento e compreensão das experiências subjetivas do paciente, permitindo a elaboração dos impactos emocionais decorrentes da dor crônica. Por meio de intervenções fundamentadas em abordagens teóricas diversas, a psicoterapia promove o desenvolvimento de estratégias adaptativas que auxiliam o indivíduo na modulação da dor, no enfrentamento dos aspectos emocionais e na reconstrução do sentido da vida afetado pela doença.

Além disso, a psicoterapia contribui significativamente para a melhoria do bem-estar psicológico, favorecendo o fortalecimento da resiliência, a redução de sintomas depressivos e ansiosos e a promoção do autocuidado e da autonomia no manejo da fibromialgia. A atuação clínica focada nas dimensões emocionais e comportamentais potencializa a qualidade dos resultados terapêuticos, contribuindo para a melhoria da funcionalidade e a reinserção social dos pacientes. Dessa forma, a integração da psicoterapia no tratamento da fibromialgia contribui para minimizar os efeitos debilitantes da doença e promove um cuidado mais humanizado e efetivo, orientado para a melhoria da qualidade de vida e o restabelecimento da saúde integral do paciente.

Em suma, a psicoterapia emerge como um componente essencial no cuidado de pacientes com fibromialgia, sendo capaz de atuar sobre as múltiplas consequências da doença e favorecer uma transformação que engloba o físico, o emocional e o social. Portanto, sua incorporação no protocolo terapêutico deve ser valorizada e amplamente difundida, de modo a garantir um tratamento mais abrangente, eficaz e centrado no sujeito.

A fibromialgia transcende o sofrimento físico, configurando-se como um desafio integral que envolve a dimensão emocional e social do indivíduo. Assim, torna-se imprescindível que o tratamento não se limite ao controle dos sintomas, mas abarque o cuidado psicológico como pilar fundamental para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida.

A psicoterapia assume um papel crucial ao proporcionar um espaço para a compreensão e a elaboração das experiências dolorosas, favorecendo a resiliência e a reestruturação emocional do paciente. Por meio do acompanhamento psicológico, o paciente é capaz de desenvolver mecanismos adaptativos que potencializam a autonomia e o enfrentamento efetivo das limitações impostas pela doença.

É válido enfatizar que o tratamento da fibromialgia requer integração física e mental, pois somente essa abordagem integral possibilita resultados terapêuticos mais efetivos e duradouros. A psicoterapia não apenas mitiga o sofrimento psíquico, mas contribui para o restabelecimento da funcionalidade e da inserção social, elementos essenciais para a recuperação da qualidade de vida.

Dessa forma, a incorporação da psicoterapia no manejo da fibromialgia revela-se imprescindível para a construção de um cuidado humanizado e abrangente, capaz de promover transformações significativas no percurso terapêutico. Não se trata apenas de aliviar a dor, mas de resgatar a dignidade e o protagonismo do paciente em sua própria vida.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Daniela Freitas *et al.* Dor. **Revista SBPH**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-96, jun. 2007. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582007000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025.

BESSET, Vera Lopes *et al.* Um nome para a dor: fibromialgia. **Mal-Estar Subjetivo**, v. 10,

n. 4, p. 1245-1269, 2010. Disponível em:

<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v10n4/09.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BROTTO, Aline Maran; GUIMARÃES, Ana Beatriz Pedriali. A influência da família no tratamento de pacientes com doenças crônicas. **Psicologia Hospitar**, São Paulo, v. 15,

n. 1, p. 43-68, jan. 2017. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092017000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025.

FERRI, Francieli Cristina de Souza; WAGNER, Valdilene; OLIVEIRA, Leonardo Pestillo de. Dilemas familiares, fibromialgia e a relação com o grupo de apoio: estudo de caso. **Psicologia para América Latina**, México, n. 36, p. 241-250, dez. 2021.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2021000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Ana. **Abordagem Psicológica no Controle da Dor**. Lisboa: Permyer

Portugal, 2008. E-book (50 p.). Disponível em: [https://www.aped-](https://www.aped-dor.org/images/biblioteca_dor/pdf/Abordagem_Psicologica_no_Controlo_da_Dor.pdf)

[dor.org/images/biblioteca_dor/pdf/Abordagem_Psicologica_no_Controlo_da_Dor.pdf](https://www.aped-dor.org/images/biblioteca_dor/pdf/Abordagem_Psicologica_no_Controlo_da_Dor.pdf).

Acesso em: 10 jul. 2025.

MATURANA, Ana Paula Pacheco Moraes; CALLEGARI, Bianca; SCHIAVON, Vanessa. Atuação do psicólogo hospitalar na insuficiência renal crônica. **Psicologia Hospitalar**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 94-116, jan. 2016. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092016000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025.

MESSIAS, Cátia Regina et al. Dor crônica, depressão, saúde geral e suporte social em pacientes fibromiálgicos e oncológicos. **Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 12, n. 4, p. 41-51, dez. 2020. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2020000400005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025

MILANI, Rute Grossi et al. A dor psíquica na trajetória de vida do paciente fibromiálgico. **Aletheia**, Canoas, n. 38-39, p. 55-66, dez. 2012. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025

MONDARDO, Anelise Hauschild; PIOVESAN, Laís; MANTOVANI, Paulina Cecília. A percepção do paciente quanto ao processo de mudança psicoterápica. **Aletheia**, Canoas, n. 30, p. 158-171, dez. 2009. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025.

PEUKER, Ana Carolina et al. Avaliação de processo e resultado em psicoterapias:

uma revisão. **Psicoogia em Estudo**, v. 14, n. 3, p. 439-445, set. 2009. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/s1413-73722009000300004>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PINTO, Elza Rocha. As modalidades do atendimento psicológico on-line. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto , v. 10, n. 2, p. 168-177, ago. 2002 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2002000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025.

RAMOS, Altina; M. FARIA, Paulo; FARIA, Ádila. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 17-36, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/diálogo.educ.14.041.ds01>. Acesso em 10 jul. 2025.

REIS, Maria de Jesus Dutra dos; RABELO, Laura Zamot. Fibromialgia e estresse: explorando relações. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto , v. 18, n. 2, p. 399-414, 2010 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025

SILVA, Daiane Soares; ROCHA, Eliana Porto; VANDENBERGHE, Luc. Tratamento psicológico em grupo para dor crônica. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto , v. 18, n. 2, p. 335-343, 2010 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025.

VANDENBERGHE, Luc; CRUZ, Ana Carla Furtado da; FERRO, Cristina Lemes Barbosa. Terapia de grupo para pacientes com dor crônica orofacial. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental Cognitiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 31-40, jun. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452003000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025.

OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA SAÚDE DA MULHER

Adriana Leonidas de Oliveira

Beatriz Marques Hauser

INTRODUÇÃO

A violência simbólica é um conceito desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989) e se refere a formas sutis e invisíveis de dominação que operam no interior das estruturas sociais e culturais, moldando comportamentos e percepções sem o uso direto de força física.

Bourdieu (1989) descreve a violência simbólica como uma forma de poder exercida sobre indivíduos e grupos por meio de símbolos, como a linguagem, as normas sociais e os sistemas de classificação, que internalizam e aceitam essa dominação como legítima. Assim, a violência simbólica, a partir de Bourdieu (1989), se caracteriza pela dominação cultural, econômica e política de caráter simbólico, tendo como instrumentos a arte, a religião, a ciência e a língua para o estabelecimento de significados e símbolos, os quais determinam gestos, gostos, pensamentos e comportamentos aceitos pela sociedade com a pretensão de justificar preconceitos, estereótipos e práticas de dominação.

Bourdieu (1989) chama de violência simbólica esse método de desmoralização, que não necessariamente utiliza força física, mas de forma tão ou mais cruel objetiva o indivíduo, impondo poder por via moral ou psicológica. A violência simbólica tem como característica ser uma agressão invisível às suas próprias vítimas e ser exercida pelas vias mais sutis de dominação, pois se constrói por meio de formas de expressão de uma sociedade, ou seja, valores, comportamentos e hierarquias que contribuem para a reafirmação e a reprodução de uma ordem social, passando por estruturas mentais e manifestações inconscientes.

Nesse tipo de violência, os próprios dominados muitas vezes não percebem as estruturas que perpetuam as desigualdades. Como explica Bourdieu (1989), as estruturas sociais de dominação são naturalizadas e normalizadas ao ponto de serem vistas como a “ordem natural das coisas”. Essa internalização da dominação é realizada por meio de práticas culturais e educacionais que moldam as percepções, as aspirações e os gostos dos indivíduos de acordo com sua posição social.

Michel Foucault (1975 *apud* Silva, 2016) também trata da violência simbólica, abordando como as estruturas de controle social disciplinam corpos e mentes, produzindo indivíduos que se adaptam às normas e padrões impostos pela sociedade, de maneira semelhante ao que Bourdieu define como violência simbólica (1989). Foucault não usa o termo “violência simbólica”, mas também discute como o poder é exercido de maneira sutil, por meio de instituições e práticas culturais.

A HERA (1995) aponta que desigualdades sociais e a discriminação de classe, gênero, raça, idade, sexual, etnia, deficiência, língua e religião entre outras podem ser agravadas por sua interligação. Por exemplo, uma mulher negra está mais vulnerável a determinados tipos de violência do que um homem negro. Uma mulher branca com alguma deficiência está mais vulnerável a determinados tipos de violência do que uma mulher branca sem deficiência.

Segundo Meyer (2004), a elaboração, a avaliação e a execução das políticas de saúde da mulher devem ser norteadas pela perspectiva de gênero, uma vez que, pela organização social das relações, homens e mulheres estão predispostos a padrões distintos de sofrimento, adoecimento e morte.

Segundo Oliveira, Schraiber, Hanada e Durand (2009), a violência de gênero tem causado grandes impactos na saúde da mulher. Mulheres que experienciaram situações de violência, principalmente doméstica e sexual, apresentam mais patologias mentais e físicas e utilizam com mais frequência os serviços de saúde, como os de urgência e emergência devido a fraturas, abortamentos, tentativa de suicídio etc., assim como apresentam demandas de doenças crônicas e transtornos mentais.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004) formula a violência de gênero como um problema de saúde. Este documento, considerando as questões de gênero e tendo como objetivo a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores, busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, na atenção ao abortamento inseguro e no combate à violência doméstica e sexual (Brasil, 2004).

Conforme essa política, as desigualdades históricas de poder entre homens e mulheres produzem um forte impacto na saúde das mulheres, de modo que “as questões de gênero devem ser consideradas como um dos determinantes da saúde na formulação das políticas públicas” (p.12). Os novos papéis assumidos pela mulher na sociedade contemporânea, na política, saúde, no mercado de trabalho, na família e na vida pessoal

são fatores condicionantes para compreender e implementar estratégias de prevenção de doenças e promoção à saúde feminina.

Este estudo busca contribuir para a compreensão da intersecção dos estudos de gênero e violência, destacando como os aspectos culturais e simbólicos são igualmente prejudiciais à saúde das mulheres. Esse entendimento científico contribui para que a violência simbólica seja reconhecida como um objeto importante de investigação e intervenção, consolidando a relevância acadêmica das investigações nesse âmbito.

A violência simbólica contra a mulher está presente em diversos contextos sociais, desde o ambiente familiar até o profissional. Identificar e compreender como essa violência afeta a saúde permite uma intervenção mais ampla para melhorar a qualidade de vida das mulheres e para construir uma sociedade que respeite suas experiências e subjetividades. Dessa forma, o estudo beneficia não apenas as mulheres diretamente afetadas, mas toda a sociedade, ao promover maior equidade.

O objetivo deste capítulo é analisar como a violência simbólica impacta a saúde da mulher, sob uma perspectiva biopsicossocial. Especificamente, buscou-se caracterizar as formas de violência simbólica, compreender seus impactos na saúde física, psicológica e social da mulher e apresentar formas para sua prevenção e enfrentamento.

Na próxima seção será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas saúde biopsicossocial, violência contra a mulher e violência simbólica contra a mulher, para posteriormente ser explicado o método, os resultados e discussão e as conclusões desta investigação.

REVISÃO DE LITERATURA

Para Straub (2005), a perspectiva biopsicossocial de saúde propõe que dimensões biológicas, psicológicas e socioculturais atuam em conjunto, podendo ou não contribuir para a promoção de saúde.

A face biológica deve levar em consideração a estrutura e a desestruturação de um corpo a partir da anatomia, dos genes, do sistema nervoso, endócrino, imune, etc. e os comportamentos que o afetam, como tabagismo e má nutrição, entre outros. Também deve considerar os fatores etários, como maiores chances de determinada doença crônica se apresentar a partir de uma determinada faixa etária (Straub, 2005).

A área psicológica visa compreender que os desafios geram estresse, que quando mal administrado, pode levar a comportamentos que terão consequências sobre o corpo físico e o

ambiente social, como queda da imunidade, uso de drogas lícitas ou ilícitas, entre outros comportamentos que predispõem a problemas de saúde física e social (Straub, 2005).

A perspectiva sociocultural coloca em evidência a cultura, ao referir comportamentos, valores e costumes do grupo, passados de geração em geração. Vai definir também questões socioeconômicas, étnicas e religiosas, a realidade social e a extensa gama de possibilidades da variação de vivências a partir dessa realidade. O autor ainda destaca a questão de gênero como uma questão também social, pois apesar de os homens serem vulneráveis a doenças, não realizam cuidados preventivos, por não ser “masculino”. Por mais que as mulheres respondam mais prontamente às condições e procurem tratamento mais cedo, têm menor probabilidade de receber aconselhamento em relação a exercícios, nutrição e controle de peso do que os homens (Straub, 2005).

Segundo Gomes, Minayo e Silva (2005), a violência contra mulher é uma ocorrência transnacional e transcultural que ocorre do espaço privado ao público, com expressões simbólicas e materiais. Godinho (2020) destaca que são noticiados em todo o mundo, todos os dias, diferentes tipos e intensidades de agressões contra as mulheres, como abusos psicológicos, morais, físicos e sexuais.

Segundo Bandeira (2013), a violência doméstica no Brasil está fortemente ligada aos índices de feminicídio, crime caracterizado pelo assassinato de uma mulher pelo simples fato de ela ser mulher, geralmente cometido por homens com forte caráter de dominação, sem distinção de cor, classe, credo ou cultura, motivados pelo ódio, desprezo ou pela perda do controle sobre a mulher.

A grande maioria dos crimes de feminicídio tem como autor pessoas próximas. O estudo global realizado pelas Nações Unidas sobre homicídios de meninas e mulheres publicado em 2019 mostrou que, do total dos 87 mil crimes contra mulheres, aproximadamente 137 mulheres (58%) são mortas diariamente no mundo por um integrante de sua própria família. No Atlas da Violência de 2019, estima-se um total de 13 assassinatos de mulheres por dia em território nacional.

Quando se comparam as circunstâncias dos homicídios entre homens e mulheres, é possível pontuar padrões diferentes. Os homens são mortos principalmente por outros homens, em geral desconhecidos; são assassinatos motivados por brigas, confrontos, vinganças, realizados mediante o uso de armas de fogo e em lugares majoritariamente públicos, enquanto as mulheres são mortas principalmente por seus companheiros, ex-companheiros e familiares do sexo masculino, motivados por ciúmes, desobediência, desejo das próprias mulheres em terminar o relacionamento, traição ou por

descumprimento dos padrões impostos ao seu gênero (cuidado dos filhos e do lar, vestir-se ou maquiar-se de determinada forma, sair de casa em certos horários ou frequentar pessoas e lugares “não considerados apropriados para mulheres”), e majoritariamente na própria casa. Entre os homicídios íntimos, isso é, entre casais, 82% das mulheres são vítimas de seus parceiros, enquanto 18% dos homens são mortos por suas companheiras.

Blanco e Silva (2020) propõem que a violência contra a mulher apresenta três epistemologias: patriarcal, social e simbólica, as quais se interligam, regendo comportamentos, significados e sentidos produzidos socialmente sobre os papéis dos gêneros. O patriarcado descrito pelos autores tem como grande característica as práticas abusivas e de objetificação do corpo da mulher, tomando posse ou considerando-o como mercadoria.

No que se refere à violência simbólica contra a mulher, Saffioti (2015, p. 49) afirma que “o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa toda a sociedade”. Dessa forma, uma parcela da violência contra a mulher é perpetuada em instituições e espaços públicos, como igrejas, escolas e mídia, em que as mulheres são violentadas por pastores, padres, colegas de trabalho, professores, colegas de sala e desconhecidos.

Segundo D’Oliveira e Silva (2017), a violência simbólica contra a mulher se manifesta pela dominação cultural, social, política e econômica, sendo exteriorizada por gestos, pensamentos e atitudes nas instituições familiares, escolares, religiosas, profissionais e estatais. As próprias mulheres, ao não reconhecerem a violência, também a reproduzem.

Sousa (2017) cita que os estupradores se apoiam em discursos machistas transmitidos até hoje, das mais variadas formas. O conteúdo desses discursos envolve a ideia de que o poder sexual está no homem, e que este tem o direito de exercer esse poder sobre a mulher ou sobre outros homens (que, dentro da sociedade binária, não reproduzem os estereótipos de masculinidade e virilidade) como, quando e sempre que julgar necessário.

Uma grande parte do problema está na repressão sexual sofrida pela mulher, destoando do incentivo sexual recebido pelos homens. Em uma sociedade majoritariamente heteronormativa, isso se torna um paradoxo. Desde a mais tenra idade, os homens são incentivados ao sexo, enquanto o contrário ocorre com as mulheres, e o cumprimento ou não dessas normas, heranças socioculturais, pela mulher, a leva a ser estereotipada, casta ou vista como objeto sexual, “mulher para casar” ou desviada. Desde o nascimento são inseridas normas de conduta para a mulher, no que se refere a roupas, horários para sair e chegar em casa, comportamento social, uso de maquiagem, entre outros exemplos, que passam a atribuir a ela a responsabilidade sobre os atos dos terceiros contra a sua integridade sexual.

O estudo realizado por Cerqueira e Coelho (2014), “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde”, apontou que a probabilidade de a vítima de estupro ser do sexo feminino é de 88,5% na infância e 97,5% na vida adulta, sendo que o estupro contra menores de 13 anos representa 50,7% dos casos, contra adolescentes 19,4% e contra mulheres adultas 29,9%.

Sobre as diferentes posturas em relação ao crime de estupro, Sousa (2017, p. 16), cita o exemplo do carro roubado. Nem as autoridades nem a sociedade questionam como o proprietário lidava com o objeto, e o conselho geral em casos de furto é “não reaja e entregue seus bens”. Não se questiona ou se invalida a vítima. “Parece haver, na sociedade, um sentimento muito mais definido de justiça em caso da violação da propriedade do que da violação da dignidade.”

Já em casos de estupros essa postura é totalmente diferente. Não basta a constatação do estupro, a forma que se deu. Há uma investigação do histórico da vítima, de sua reputação, para por fim receber um aval da sociedade e ser realmente considerada vítima de um estupro. Espera-se que a vítima resista bravamente ao seu agressor, que traga marcas da agressão. Se por desgracia morrer ao tentar proteger a honra, enfim cumpre todos os requisitos de vítima perfeita.

“Todas as mulheres dizem ‘não’ quando querem dizer ‘sim’, mas é um ‘não’ social, para que elas não tenham que se sentir responsáveis mais tarde” [relato de um homem de 34 anos que raptou e estuprou uma moça de 15 anos, sob ameaça de faca]. Essa afirmação se aplicaria quando há qualquer consulta prévia da vontade da vítima. Em alguns casos, a violência se dá quando esta se encontra inconsciente por ingestão de alguma substância, ou simplesmente por não ter conhecimento de seus direitos ou de como defender sua dignidade. Dessa forma, Sousa (2017) aponta como cultura do estupro o conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual.

A violência simbólica da dominação masculina, comumente, não só é aceitável como também pode ser vista como natural. Assim, as relações de dominação são incorporadas pelos dominados sem que sejam questionadas (Carvalho, 2006).

Segundo Meinhardt e Maia (2015), é muito comum as próprias mulheres em situação de violência não reconhecerem e não compreenderem a situação em que se encontram como violenta, por conta do imaginário social de que violência significa apenas agressão física, ou não perceberem os sintomas que apresentam como consequência das situações de violência. Além disso, instituições de atendimento, em decorrência da

invisibilidade do tema, normalizam o sofrimento da mulher nas relações conjugais, familiares e trabalhistas, entre outras.

Climaco (2008, p. 440) entende que a violência simbólica contra a mulher envolve “a dominação masculina como fruto de práticas sociais (violentas) concretas e cotidianas, e que as mudanças nessas práticas implicam mudanças no âmbito simbólico”.

Manifestações de violência também fazem parte do cotidiano das mulheres por outras vias, como a desigualdade salarial, a desigualdade do trabalho doméstico, o papel obrigatório e quase punitivo da maternidade e toda uma lógica do casamento como submissão da mulher ao homem. Todas essas manifestações concentram uma forma de violência, a violência simbólica. A violência sofrida pelas mulheres é exercida por homens, mas também por toda uma sociedade que reconhece esses mesmos homens como detentores de poder e superiores hierarquicamente (Tiburi, 2018).

MÉTODO

O presente trabalho foi desenvolvido por meio do método de revisão integrativa de literatura, que permite agrupar e sintetizar os resultados de uma pesquisa sobre determinado tema, de forma sistemática e ordenada. Também possibilita a inclusão de estudos experimentais ou não e contribui para uma compreensão íntegra do fenômeno a ser analisado, colaborando para o aprofundamento do conhecimento (Souza *et al.*, 2010).

A revisão integrativa parte da análise de pesquisas relevantes, viabilizando a base para o conhecimento de um assunto específico e preenchendo lacunas do conhecimento a partir da obtenção de novos dados. Permite uma ampla análise da literatura a partir de estudos anteriores, realizada dentro de um rigoroso padrão metodológico e assim contribui para novos resultados de pesquisas, discussões e observações para futuros estudos (Mendes *et al.*, 2008).

Este trabalho partiu do levantamento bibliográfico de dados de fontes secundárias, realizado na plataforma eletrônica Periódicos Capes. Primeiramente foi utilizado como critério de busca o descritor “violência simbólica contra a mulher”, sem delimitação do ano de publicação dos artigos. A seguir foram analisados os títulos associados aos objetivos desta pesquisa, sendo este o critério utilizado para exclusão e inclusão de artigos.

Foram selecionadas para análise as publicações disponíveis em Periódicos Capes que tivessem o descritor “violência simbólica contra mulher” vinculado à “saúde da

mulher”, publicadas nos últimos quinze anos nos idiomas português, inglês e espanhol, resultando em 15 artigos que atenderam o critério de exclusão e inclusão.

Posteriormente foi realizada a análise temática dos artigos, a partir das seguintes categorias: (1) Formas de violência simbólica; (2) Impactos da violência simbólica na saúde física, psicológica e social da mulher; (3) Formas de prevenção e enfrentamento da violência simbólica. Após a discussão dos resultados, foram obtidas conclusões e identificadas as implicações relacionadas ao objetivo deste trabalho, compreender os impactos da violência simbólica na saúde da mulher. A revisão de dados obtidos anteriormente possibilita a generalização do assunto tratado, juntamente com a reflexão sobre as práticas no âmbito da saúde e a proposta de intervenção e/ou elaboração de trabalhos relevantes para as pessoas envolvidas e os profissionais do domínio (Mendes *et al.*, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Formas de violência simbólica

A Categoria Temática 1 discute as formas de violência simbólica estudadas nas pesquisas selecionadas. Será feita uma breve apresentação da forma de violência simbólica identificada em cada pesquisa, e ao final, apresenta-se uma discussão geral.

Segundo Minayo (2005), a violência é um fenômeno complexo, do qual se deve considerar diversos aspectos. A violência simbólica não seria diferente. Entre esses aspectos encontram-se faixa etária, raça, classe social e o foco deste estudo, gênero.

O Quadro 1 apresenta a síntese dos estudos analisados neste trabalho.

Quadro 1 – Relação de estudos sobre violência simbólica

Estudo	Título	Autor(a/es)	Ano
1	Segredos intrafamiliares: violências psicológica e simbólica contra a mulher	Aline Romanini da Silva; Mariane Camargo D'Oliveira	2016
2	Violência simbólica contra mulher idosa nas relações de gênero.	Marly de Jesus Sá Dias, Leila Moraes Nogueira Azevedo, Leida Cabral Nascimento da Silva, Francisca Thamires Lima de Sousa	2018
3	Violência simbólica contra a mulher: do espaço doméstico à universidade.	Maria Inês Almeida Godinho	2020
4	Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional	Danler Garcia	2020

5	A Violência contra a mulher no Brasil: Avanços e retrocessos sob uma perspectiva histórica e simbólica	Laura Emília Rebelo Monte Blanco e Silvio Lucas Alves da Silva	2020
6	Violência contra a mulher e perspectivas de ações programáticas: o sentido estrutural da violência direta e indireta	Vinícius Ferreira Baptista	2019
7	Não é uma rede que flui - da invisibilidade às possibilidades de novos modos de cuidar: a violência contra as mulheres na saúde mental	Yanaê Maiara Meinhardt; Gabriela Felten da Maia	2015
8	Aspectos da violência de gênero contra a mulher e o cinema internacional	Ivy Correia Braga Gustavo Monteiro Manhães	2019
9	Violência contra mulheres: superação e enfrentamento, uma realidade possível	Ledi Ferla	2021
10	Contribution of intimate partner violence exposure, other traumatic events and posttraumatic stress disorder to chronic pain and depressive symptoms	Natalia Tobo Medina ; Gladys Eugenia Canaval Erazo ; Delia Concepción Burgos Dávila ; Janice Carrol Humphreys	2011
11	Niunamenos: feminismo, pedagogias e poéticas da resistência	Adriana Alves da Silva	2018
12	Notas sobre as implicações psicossociais da violência na baixa prostituição feminina na cidade de Fortaleza/ CE	Lorena Brito Silva e Verônica Moraes Ximenes (Psicologia)	2017
13	Queima às bruxas: feminismo e feminicídios íntimos por queimadura em uma metrópole brasileira.	Mônica Caicedo-Roa; Juliana Luporini do Nascimento; Lourdes Maria Bandeira; Ricardo Carlos Cordeiro	2022
14	Violência e Outras Vulnerabilidades de Gênero em Mulheres Vivendo com HIV/Aids	Márcia de Lima; Lilia Blima Schraiber	2013
15	O combate à violência obstétrica como instrumento de desenvolvimento social	Lívia de Moura Faria Sofia de Medeiros Vergara	2021

O Estudo 8 (Braga; Manhães, 2019) retrata as formas de violência simbólica efetuadas por meio da arte, ciência, linguagem e religião, destacando-as como uma violência que impõe papéis que asseguram o poder de uma classe. Aborda também o conceito de domesticação dos dominados. Os instrumentos utilizados oferecem símbolos e significados para a construção do mundo.

O Estudo 2 (Dias; Azevedo; Silva; Souza, 2018) aborda a violência simbólica contra o idoso. Propõe que, na violência simbólica e de gênero, o patriarcado não implica somente a relação de poder de pai sobre a filha, mas é também intrafamiliar, do marido sobre a esposa, do filho sobre a mãe, do irmão sobre a irmã. No estudo pontua-se que

envelhecer envolve perdas mais ou menos expressivas das capacidades físicas e mentais, mas que também é um processo social com características culturais, econômicas e políticas, que pode ser participativo, produtivo ou dominado, violentado.

Muitas sociedades respeitam as pessoas idosas quando estas estão lúcidas e fortes, mas passam a ignorá-las quando se tornam vulneráveis, sendo considerados como inúteis. Muitas vezes os idosos têm sua autonomia violentada em nome do cuidado, negando-lhe o direito de ir e vir, de escolher o que vestir, o que comer, beber, a moradia, atividades de lazer, limitando o contato com as amizades. Essas restrições destroem a identidade da pessoa idosa, levando a grande sofrimento, angústia e tristeza. Sobre a mulher idosa se impõe a passividade e a responsabilidade de cuidar da família, dos netos.

O Estudo 4 (Garcia, 2020) discute a violência contra a mulher negra no Brasil, e aponta que a origem da violência simbólica é herança do histórico de uma sociedade escravocrata e da interseccionalidade de gênero, raça e classe social, que acentuam a vulnerabilidade da mulher negra no Brasil.

O corpo da mulher negra e indígena é visto como mercadoria pelo homem branco. A violência simbólica da objetificação e da hipersexualização da mulher negra leva a altos índices de feminicídio contra elas. O autor ainda destaca que as discriminações ocorridas nas instituições de saúde e jurídicas reproduzem a violência contra a mulher negra, ao invalidar a violência física, moral e sexual sofrida por elas.

Essa pesquisa pode ser discutida a partir do Mapa da Violência de 2015, organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Esse estudo analisou dados de 2003 a 2013 e verificou que houve atenuação da violência contra mulheres brancas, de 1.747 para 1.576 casos, com decréscimo de 9,8%, enquanto contra as mulheres negras houve uma expansão de 1.864 para 2.875 casos, um aumento de 54,2%. A violência simbólica de ordem escravocrata reverbera a vivência de violências múltiplas no cotidiano das mulheres negras. “Assim, a violência, quando integrada pelo gênero, pela raça e pela classe, alveja seu ápice na desmedida letalidade que aniquila as mulheres negras no país” (Garcia, 2020, p.99).

No Estudo 1 (Silva; D’Oliveira, 2016) foram analisados 80 inquéritos do período de janeiro de 2015 a março de 2016 da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Cruz Alta/RS, com o objetivo de traçar o perfil das mulheres vítimas de violência que fazem a denúncia. Constatou-se que as vítimas têm entre 23 e 27 anos e que, apesar estarem vinculadas a relacionamentos violentos, estão em uma faixa etária de desenvolvimento sociofamiliar e econômico e não têm dependentes, facilitando a

desvinculação com o agressor. Quando há dependentes, as vítimas tendem a sobrepor o bem-estar dos filhos e a família acima de seu livre arbítrio e vida, e deve-se considerar nesses casos a vulnerabilidade econômica.

O resultado apontou a baixa escolaridade das vítimas, em que a maioria das mulheres concluiu apenas o Ensino Fundamental e somente 9% haviam concluído o Ensino Superior. O baixo nível de escolaridade é preocupante, pois encontra-se associado a profissões mal remuneradas. No entanto, essas mulheres têm pelo menos conhecimento sobre a proteção à mulher vítima de violência de gênero.

Esses dados podem ser discutidos a partir da Cartilha do Ministério Público de São Paulo (2014) que, de maneira simples e atrativa, dispõe em 8 tópicos os motivos pelos quais as mulheres vítimas de violência permanecem caladas: 1. Medo de romper o relacionamento; 2. Vergonha de procurar ajuda e ser criticada; 3. Esperança de que o parceiro mude o comportamento; 4. Sentir-se sozinha e não contar com pessoas que a apoiem; 5. Medo de não ser aceita na sociedade como uma mulher sem marido; 6. Dependência econômica dos parceiros para o sustento da família; 7. Nem todas estão preparadas para passar por uma separação; 8. Desigualdade das relações de gênero.

Difícilmente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Aqueles que compõem o grupo social da vítima devem e podem reconhecer sinais evidentes de maus tratos e de violência psicológica e simbólica, que afetam toda a família. A mulher passa a ter a autoestima diminuída, descuidando-se de sua aparência e de sua vida, além de ficar mais propensa a doenças. Igualmente, se há envolvimento de crianças, elas tendem a reproduzir o comportamento agressivo com outras crianças.

O Estudo 13 (Roa; Nascimento; Bandeira; Cordeiro, 2022) traz um trabalho realizado em Campinas, com casos de mulheres que foram vítimas de violência com fogo. As vítimas apresentam perfil de baixa escolaridade, baixa capacidade econômica e alta dependência dos parceiros. Nos três casos estudados as vítimas poderiam ser enquadradas no conceito de subalternidade e pertenciam às classes mais baixas da sociedade, marcadas por uma exclusão política, legal e do mercado de trabalho.

Nos casos estudados, a primeira, com 40 anos, negra, moradora de rua, usuária de substâncias psicoativas, foi morta pelo cônjuge. A segunda, com 54 anos, branca, comerciante, foi morta pelo ex-companheiro. Apesar das ameaças, teve a medida protetiva negada pela polícia. A terceira, com 45 anos, era faxineira e prestava serviços sexuais. Usuária de substâncias psicoativas, foi morta por três homens que alegaram ter contraído HIV dela, embora o exame realizado pela vítima tenha resultado negativo para o vírus.

A faixa etária desses casos é de 40 a 51 anos. As duas vítimas mais jovens eram negras e viviam em situação de extrema vulnerabilidade econômica, em situação de rua ou de prostituição, ambas situações estressantes que, como citado por Straub (2005), predispõem ao consumo de substâncias psicoativas e a DSTs.

No Estudo 9 (Ferla, 2021), dos 43 depoimentos de mulheres vítimas de violência analisados, apenas 24 apresentaram denúncia contra o companheiro ou ex-companheiro. Nos depoimentos está presente a fragilidade emocional dessas mulheres, que descrevem vergonha e humilhação, pois foram violentadas por seus parceiros dentro de sua própria casa. Muitos homens, além de agredirem as mulheres, também agredem os filhos. Em alguns casos, a mulher deixa os filhos aos cuidados de outra pessoa, para não os ver sofrer.

A vulnerabilidade econômica também foi pontuada. Do total de casos analisados, apenas três mulheres tinham trabalho assalariado. Em relação à escolaridade, apenas uma cursava Ensino Superior; a maioria cursou Ensino Médio ou Fundamental incompleto. Das 43 agredidas apenas 16 saíram da situação de violência, relatando rede de apoio, como retornar a casa dos pais ou de outros parentes, ou morar com alguma amiga, e manifestaram o desejo de conseguir um trabalho que lhe garantisse a sua sobrevivência.

Considera-se que quanto maior o número de filhos, maior a dificuldade para romper a relação com o companheiro, que, na maioria das vezes, é o provedor financeiro. Muitas registram Boletim de Ocorrência para denunciar o ex-marido que as persegue após a separação, principalmente após o início de outro relacionamento. O ex-marido se esconde para observar ou mesmo invade a residência para agredir.

Nos seis casos de violência por ex-namorados, a decisão do término partiu da mulher, que a partir de então foi agredida de forma física e verbal, fato agravado quando iniciava outro relacionamento. Os homens, motivados pela cultura do patriarcado, atribuem-se o direito de controle das mulheres, como se fossem objeto de sua propriedade. Em três casos o agressor foi o filho maior de idade, usuário de drogas lícitas ou ilícitas, vitimando a mãe idosa e suas irmãs. Onze das entrevistadas foram acompanhar as filhas que foram vítimas de violência, especificamente abuso sexual. Desses onze casos, cinco foram vítimas do próprio pai, quatro do padrasto, uma do genro e uma do namorado.

Quanto à classe social, o Estudo 12 (Silva; Ximenes, 2017) aponta como exemplo a baixa prostituição, que se configura a prostituição relacionada à pobreza e a outras inúmeras privações, caracterizada por programas a baixos preços, carga elevada de trabalho, insalubridade por condições de saúde e trabalho precárias, disputas territoriais,

uso, abuso e comercialização de drogas. A pobreza deve ser vista de forma multidisciplinar, pois expõe os indivíduos a riscos na saúde, sociais, educacionais e culturais.

A prostituição envolve dinâmicas de poder e experiências de preconceitos específicas, marcadas pela violência estrutural, que são formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, etárias, de gênero e étnicas que produzem miséria, fome, submissão e exploração das pessoas pelas outras. Uma das participantes comenta que muitos homens consideram ter razão ao se comportarem de forma agressiva, abusar da força ou do poder, por estarem na posição de cliente. Há uma vulnerabilidade em ser prostituta na construção social, já que se considera um desvio de comportamento para uma mulher agir com autonomia em relação ao seu corpo e sexualidade. Torna-se um objeto a ser tocado, possuído, como se deixasse de ser humana e com isso todos seus direitos deixassem de existir. Quando sofre uma violência é culpabilizada devido à roupa que usava, ao horário e à localização em que se encontrava nas ruas.

No Estudo 6 (Baptista, 2019), o autor destaca como exemplo de violência de gênero os dados de 2013 da Secretaria de Direitos Humanos, que indicam que as travestis totalizam 51% das vítimas de LGBTfobia no país.

No Estudo 7 (Meinhardt; Maia, 2015), a violência simbólica contra a mulher é apresentada como uma manifestação da força e da ordem masculina, naturalizadas culturalmente, que pode afetar a integridade física, moral, psicológica, patrimonial e sexual das vítimas. Essa violência pode se manifestar de forma:

- Física e moral: por meio de calúnias, difamações e injúrias;
- Psicológica: por meio de ações ou omissões destinadas a controlar a mulher, utilizando humilhações, manipulação, ameaças, intimidações e isolamento;
- Patrimonial: com a destruição total ou parcial de documentos, instrumentos de trabalho e outros bens pessoais da mulher;
- Sexual: pelo uso de força, chantagem, suborno ou tortura, que podem levar ao sequestro, tráfico sexual, prostituição forçada, assédio e abuso sexual;
- Institucional: praticada pelo Estado, por meio de seus agentes.

O feminicídio é apontado como a expressão máxima da violência de gênero. Segundo o estudo, o feminicídio representa 4,4% das mortes da população feminina entre 20 e 29 anos. Em 71,8% dos casos, o crime ocorreu na residência da vítima, sendo que 49,2% dos feminicídios foram cometidos com o uso de arma de fogo (Meinhardt; Maia, 2015).

No Estudo 15 (Faria; Vergara, 2021), os autores destacam que as primeiras políticas públicas de saúde surgiram na Europa, no século XVII, motivadas pela

necessidade de garantir padrões mínimos de higiene e o controle da natalidade. Nesse contexto, a medicina passou a tratar a mulher como objeto, moldada pelas expectativas sociais de reprodução. Essas mudanças antecederam a institucionalização do parto como evento hospitalar e o desenvolvimento da obstetrícia como disciplina médica.

Antes da vinculação intrínseca do parto à medicina, “partejar” era uma prática exclusiva de mulheres, desempenhada por curandeiras, parteiras ou comadres, que eram de confiança das gestantes ou reconhecidas pela experiência na comunidade. Essas mulheres baseavam seu conhecimento na vivência prática. No entanto, com o avanço da medicina moderna, parteiras e curandeiras perderam espaço para um modelo técnico e científico. Apesar de esse avanço ter reduzido as taxas de mortalidade feminina no parto, ele também tornou o ato mais frio, distante e institucional. Nesse modelo, a atenção ao parto foi organizada como uma linha de produção, e a mulher transformou-se em propriedade institucional (Faria; Vergara, 2021).

Essa mudança trouxe consigo a violência obstétrica, entendida como os abusos sofridos por mulheres grávidas e suas famílias durante o pré-natal, parto, pós-parto, cesárea e abortamento. Essa violência pode ser verbal, física, psicológica ou sexual, e ocorre de maneira explícita ou velada. Como outras formas de violência de gênero, a violência obstétrica é condicionada por preconceitos de gênero (Faria; Vergara, 2021). Entre as práticas frequentemente associadas à violência obstétrica encontram-se (Faria; Vergara, 2021):

- A episiotomia, que deveria ser usada como último recurso, mas é realizada rotineiramente sem avaliação adequada;
- O “ponto do marido”, com suturas maiores do que o necessário para estreitar o canal vaginal;
- O uso desnecessário de ocitocina;
- A aplicação da manobra de Kristeller sem análise de riscos;
- A restrição de alimentação e líquidos sem justificativa;
- A ausência de métodos de alívio da dor;
- A pressão para a realização de cesáreas desnecessárias;
- A criação de constrangimentos que desestimulam a mulher a expressar dor, gritar ou movimentar-se durante o parto.

Além disso, a violência obstétrica contribui para a morte materna, que inclui não apenas doenças que afetam a mulher durante a gestação, parto ou puerpério, mas também mortes decorrentes de acidentes e violências que interferem nesse ciclo (Faria; Vergara, 2021).

A Lei nº 19.701 do Estado do Paraná, de 20 de novembro de 2018, aprofunda a definição de violência obstétrica ao elencar condutas específicas, como: ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher; negligência na assistência durante o período gravídico-puerperal; tratamentos excessivos ou inapropriados sem comprovação científica; coação para inibir denúncias de violência (Paraná, 2018).

A violência obstétrica é considerada uma forma específica de violência de gênero, caracterizada por condutas ou omissões praticadas por estabelecimentos ou profissionais de saúde. Essas práticas representam o controle do corpo e da sexualidade das mulheres, reforçando estereótipos culturais de desvalorização e subserviência, sobretudo em um momento de extrema vulnerabilidade emocional (TJRO, 2021).

Discussão da Categoria 1

As pesquisas analisadas na Categoria 1 evidenciam que a violência simbólica está presente tanto no espaço público quanto no privado, como destacado por Silva e D'Oliveira (2016) ao abordar essa dinâmica na sociedade e na família. Ela também se manifesta nas universidades, conforme descrito por Godinho (2020), assim como na arte e no esporte, já que “a arte é mecanismo tanto de contestação como reflexo do funcionamento da vida social” (Braga; Manhães, 2019, p. 62). Ferla (2021) aponta que a dominação e a exploração das mulheres estão presentes em diversos aspectos de suas vidas, como educação, trabalho, sexualidade e política.

Essa violência também envolve questões etárias. Dias, Azevedo, Silva e Souza (2018) destacam-na entre mulheres idosas, enquanto Silva e D'Oliveira (2016) apontam que mulheres jovens (23 a 27 anos) são as mais propensas a denunciar agressões. Quanto à mortalidade, os casos estudados por Roa, Nascimento, Bandeira e Cordeiro (2022) concentram-se na faixa etária dos 40 aos 50 anos. Assim, a violência pode ocorrer em diferentes fases da vida da mulher. Faria e Vergara (2021), por exemplo, discutem sua ocorrência durante a gestação, o parto e o puerpério, períodos em que as mulheres são vistas pelas instituições como “meios de produção”, transformando-se em propriedade institucional. Essa violência também aparece na fase de formação acadêmica e desenvolvimento profissional, como apontado por Godinho (2020).

Garcia (2020) discute ainda as questões de raça e a vulnerabilidade das mulheres negras às diversas formas de violência, impostas por uma sociedade com histórico escravista, que deixou como herança a objetificação dessas pessoas.

Fatores como baixa escolaridade também foram identificados como perfil predominante entre as vítimas, segundo os estudos de Roa, Nascimento, Bandeira e Cordeiro (2022), Ferla (2021) e Silva e D'Oliveira (2016). Além disso, a dependência ou vulnerabilidade financeira foram destacadas por Silva e Ximenes (2017), Ferla (2021) e Roa, Nascimento, Bandeira e Cordeiro (2022).

Em relação à questão de gênero, Meinhardt e Maia (2015) enfatizam que a violência simbólica contra a mulher é naturalizada pelo patriarcado, cujo objetivo é controlar as mulheres por meio de ameaças, danos patrimoniais, agressões físicas e psicológicas. Essa violência se manifesta em diferentes instituições e, segundo os autores, 71,8% dos feminicídios ocorrem na residência da própria vítima, evidenciando a vulnerabilidade da mulher, que não encontra segurança nem mesmo em sua casa. Além disso, Baptista (2019) destaca a vulnerabilidade das travestis em comparação a outras vítimas de LGBTfobia, aprofundando a discussão sobre a interseccionalidade da violência simbólica.

As formas de violência simbólica identificadas nos artigos analisados vão ao encontro do que afirma Bourdieu (1989), que caracteriza a violência simbólica como um método de desmoralização que impõe poder por via moral ou psicológica.

Dessa forma, nem toda violência simbólica contra a mulher se caracteriza como violência sexual, física ou o extremo, feminicídio, mas toda violência física, sexual e de feminicídio é uma violência simbólica, em que o agressor se vê no direito de dominar a mulher e impor sua vontade sobre ela, mesmo que isso signifique ferir os direitos humanos. Segundo Gomes, Minayo e Silva (2005) a violência contra mulher é uma ocorrência transnacional e transcultural que ocorre do espaço privado ao público, com expressões simbólicas e materiais.

Impactos da violência simbólica na saúde física, psicológica e social da mulher

A Categoria 2 discute os impactos da violência simbólica na saúde física, psicológica e social da mulher.

No Estudo 9 (Ferla, 2021) a autora discorre que violência contra as mulheres é uma violação dos seus direitos humanos, atingindo-a em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física.

No Estudo 1 (Silva; D'Oliveira, 2016), as autoras destacam a violência simbólica como uma constante social, em que a dominação tem consentimento indireto das vítimas, uma vez que essas muitas vezes não se veem como vítimas e inclusive se culpabilizam pela situação, levando a negação e silenciamento. Dessa forma, a violência simbólica contribui para a subjugação feminina e outras formas de violência.

As autoras destacam também a complexidade do fenômeno, uma vez que violência física e sexual não ocorrem sozinhas; são acompanhadas por violência psicológica e moral. A violência psicológica descrita pelas autoras é marcada por gestos ou palavras, por injúrias, humilhações, omissões, ofensas, ameaças, rejeição, exploração e privação da liberdade, causando danos à autoestima e ao desenvolvimento psíquico. Essa desvalorização do indivíduo torna-o vulnerável a doenças psicológicas e físicas.

No Estudo 3 (Godinho, 2020), a autora afirma que a violência simbólica estruturada nas instituições família, igreja e mídia contribui para as agressões psicológicas e morais contra a mulher, uma vez que determina que comportamentos, ideias e corpos femininos são inferiores e submissos aos discursos, atitudes e corpos dos homens.

O Estudo 7 (Meinhardt; Maia, 2015) destaca que muitas mulheres deprimidas usuárias do sistema de saúde descrevem sua tristeza como inexplicável. Contudo, ao relatarem suas rotinas, percebe-se uma evidente sobrecarga: passam o dia dedicadas às tarefas domésticas, como limpar e cozinhar, e enfrentam abusos verbais caso seus cônjuges considerem seu trabalho insatisfatório. Além disso, muitas não podem trabalhar fora devido ao ciúme e às ameaças de seus parceiros. Os conflitos familiares recaem exclusivamente sobre elas, e seus corpos são tratados como propriedade dos maridos, que exercem controle sobre suas vestimentas e chegam a ameaçá-las de morte em caso de separação.

O Estudo 7 também aponta que muitos profissionais de saúde têm dificuldade em identificar essas violências, que frequentemente não são registradas nos prontuários, comprometendo a atenção integral às vítimas. Os impactos da violência na saúde incluem lesões, dores crônicas, distúrbios gastrointestinais, ansiedade, depressão, além do aumento da adesão ao tabagismo, consumo de álcool e outras drogas. No entanto, os serviços de saúde frequentemente interpretam essas questões sem identificar uma causa patológica específica ou evidente, deixando de associá-las à violência sofrida pelas pacientes.

No Estudo 10 (Medina; Erazo; Davila; Humphreys, 2011), realizado na Colômbia com 150 participantes vítimas de violência, identifica-se que mais de 50% das mulheres sofreram os quatro tipos de violência descritos pelos pesquisadores: simbólica, ameaça, física e sexual, pontuando que um tipo de violência coexiste com outros. Nesse estudo, os

sintomas depressivos estavam presentes em 74% das participantes e de dor crônica em 42%, pontuando maior causalidade da violência com o sofrimento psicológico da mulher, seja por sintomas depressivos ou estresse.

No Estudo 12 (Silva; Ximenes, 2017) descreve a “pobreza sem tamanho” das mulheres em situação de baixa prostituição. Há circulação de dinheiro, mas não o suficiente para viver bem. Essas mulheres são excluídas, marginalizadas pelo sistema de saúde e educacional, têm sua circulação restringida em determinados bairros da cidade, distanciando-as da socialização e de atividades culturais e de lazer, afastando-as da possibilidade de novas formas saudáveis de desenvolvimento.

O estudo discute a dimensão psicossocial que permeia o pessoal e o coletivo, as visões de mundo, a capacidade e a possibilidade de colaboração e socialização e a sobrevivência à própria história que constroem uma autoimagem e destaca a problemática da “coisificação” da pessoa, impossibilitando a mudança e criação do ser.

O Estudo 13 (Roa; Nascimento; Bandeira; Cordeiro, 2022), sobre a violência utilizando fogo, em específico sobre feminicídio por queimaduras na cidade de Campinas no período de 2018 a 2019, lembra que o fogo tem o significado simbólico de aniquilação e redução a cinzas, destruindo a identidade. No Brasil, a maioria dessa prática de violência que leva à morte da vítima é constituída por vingança, como também relatado nos 3 casos estudados. As mulheres continuam morrendo da mesma forma que morriam no século XVI.

Em outros países, como a Índia, há estudos com mulheres sobreviventes que tiveram o rosto queimado por seus maridos, que se justificaram com acusações de casos extraconjugais ou insuficiência da mulher como esposa ou mãe. Elas tiveram o rosto e outras partes do corpo desfigurados por cicatrizes ou pela retirada dos lábios, nariz e orelhas. Essas mulheres se tornam vítimas novamente da sociedade pois são marginalizadas, passam a ter várias experiências humilhantes e hostis, são excluídas da família e do trabalho. As pessoas mantêm distância delas em locais públicos e em meios de transporte, e muitas vítimas se autoexcluem para evitar constrangimento ou incômodo a terceiros com seu rosto. Todos esses fatores levam a uma baixa qualidade de vida psicossocial.

A violência com fogo, ácidos ou outras substâncias cauterizantes, quando não letais, demandam atendimento e intervenções extremamente especializadas de reconstrução facial, ocular e corporal, atenção ao trauma psicológico e reintegração social.

O Estudo 14 (Lima; Schraiber, 2013) analisa uma pesquisa realizada pela UNAIDS em 2008, que estimou que, dos 33 milhões de pessoas soropositivas no mundo, cerca de 50% (16,5 milhões) eram mulheres acima de 15 anos. Dessas, 12 milhões viviam

na África, representando 77% das mulheres soropositivas globalmente. Além disso, a prevalência do HIV entre mulheres jovens (15 a 24 anos) é três vezes maior do que entre homens na mesma faixa etária. Na Ásia, 35% da população com HIV é composta por mulheres, enquanto no Caribe esse percentual chega a 50%.

No Brasil, estima-se que 630 mil pessoas vivem atualmente com HIV/Aids. Entre 1980 e junho de 2011, foram notificados 608.230 casos de HIV no país. A proporção de casos entre homens e mulheres sofreu uma significativa mudança: em 1989, havia 6 casos em homens para cada 1 caso em mulheres; em 2010, essa proporção caiu para 1,7 casos em homens para cada 1 caso em mulheres (Lima; Schraiber, 2013).

Sobre os contextos de vulnerabilidade ao HIV entre mulheres brasileiras, o Estudo 14 destaca que a autopercepção das mulheres entrevistadas sobre o risco de infecção estava relacionada a parceiros bissexuais ou com múltiplas parcerias sexuais. A pesquisa foi realizada com 3.882 mulheres acima de 17 anos, sendo 1.777 portadoras do vírus e 2.045 sem diagnóstico conhecido. Entre as mulheres não vivendo com HIV/Aids, 32% relataram nunca usar preservativos durante as relações sexuais, enquanto 46,1% os utilizavam às vezes. Já entre as mulheres infectadas, referindo-se ao período da infecção, 62,2% nunca usavam preservativos, e 32,3% os utilizavam ocasionalmente (Lima; Schraiber, 2013).

Outro dado relevante é que, entre as mulheres com HIV/Aids vivendo com parceiro fixo de sorologia positiva, 38,5% relataram uso inconsistente de preservativos (nunca ou apenas às vezes). Essa proporção foi maior (43,4%) entre aquelas com parceiro fixo de sorologia desconhecida e significativamente menor (20%) quando o parceiro fixo tinha sorologia negativa. O estudo também revelou que mulheres vivendo com HIV/Aids apresentam um histórico mais significativo de violência sexual: 22,1%, contra 13,2% entre mulheres não infectadas. Em uma pesquisa com usuárias de serviços de saúde em São Paulo, constatou-se que mulheres que buscam testagem para HIV ou são soropositivas relatam maior violência por parceiro íntimo em comparação às demais. A obrigatoriedade de relações sexuais no casamento, muitas vezes sem consentimento ou por medo, aumenta a vulnerabilidade à infecção por doenças sexualmente transmissíveis, devido à falta de proteção e às lesões genitais ou anais que podem favorecer a transmissão do vírus (Lima; Schraiber, 2013).

O estudo aponta ainda a ausência de orientações específicas nos documentos sobre como abordar a prevenção de IST/HIV/Aids em mulheres que sofrem violência, especialmente em casos crônicos perpetrados por parceiros íntimos. Questões emocionais,

como tristeza e depressão, também têm maior prevalência entre pessoas soropositivas, sendo 1,99 vezes mais elevadas do que em pessoas soronegativas (Lima; Schraiber, 2013).

Entre as mulheres soropositivas com quadros depressivos, o estudo destaca fatores como falta de apoio emocional, pobreza, baixa escolaridade e situações de violência que reduzem a autoestima e comprometem o cuidado com a própria saúde, que podem levar ao acesso tardio a cuidados pré-natais e a outros serviços preventivos, impactando também a saúde de seus filhos. A violência, dessa forma, afeta de maneira inter-relacionada a saúde física e psicológica das mulheres, uma vez que o estresse e a depressão estão associados à diminuição da imunidade, interferindo no controle da replicação do vírus e resultando em uma carga viral elevada.

Discussão da Categoria 2

Silva e D'Oliveira (2016), Godinho (2020) e Medina, Erazo, Dávila e Humphreys (2011) destacam que a violência simbólica contribui para outras formas de violência, como a física, sexual, moral e psicológica. Nesses casos, a mulher vítima muitas vezes se culpabiliza pela situação, o que gera danos significativos à autoestima, à saúde psicológica — especialmente em relação à depressão — e à saúde física. Lima e Schraiber (2013) acrescentam que muitas mulheres contraem o vírus do HIV em contextos de violência conjugal, em que o sexo é visto como uma obrigação marital. Nessas condições, a mulher dificilmente consegue negociar o uso de preservativos, e as lesões decorrentes de relações forçadas facilitam a infecção. Além disso, o impacto da violência na autoestima dessas mulheres é profundo, com manifestações de depressão que dificultam a adesão ao tratamento, levando ao aumento da carga viral. A combinação da depressão com o comprometimento imunológico causado pelo HIV aumenta a vulnerabilidade a infecções oportunistas, como pneumonia e cistite, e dificulta o tratamento dessas condições.

Meinhardt e Maia (2015) exemplificam como a violência simbólica é naturalizada até mesmo pelas vítimas, que muitas vezes não conseguem identificar a origem de sua tristeza. Isso ocorre porque a sobrecarga imposta pela sociedade às mulheres — frequentemente marcada por ameaças, humilhações, agressões verbais ou físicas pelo cônjuge que desvaloriza seu trabalho doméstico — é vista como algo natural. Esse contexto contribui para uma série de problemas de saúde, como dores crônicas, distúrbios gastrointestinais, ansiedade, depressão e até mesmo o uso de substâncias como tabaco, álcool e outras drogas.

Os autores também apontam falhas no sistema de saúde, que frequentemente não reconhece essas questões como parte da violência sofrida pelas mulheres, reproduzindo a violência simbólica de forma institucional, quando a vítima é culpabilizada ou a responsabilidade do agressor é omitida, com os problemas de saúde sendo interpretados como questões sem causa patológica específica.

No campo psicossocial, Silva e Ximenes (2017) e Roa, Nascimento, Bandeira e Cordeiro (2022) abordam a marginalização de mulheres em situação de vulnerabilidade, seja por questões socioeconômicas, raciais ou por carregarem sequelas da violência doméstica. Essa marginalização, perpetuada pelos sistemas de saúde, educação e cultura, afasta as oportunidades de desenvolvimento saudável e reforça ciclos de exclusão.

Os impactos da violência simbólica na saúde física, psicológica e social das mulheres são amplamente discutidos nos artigos analisados, corroborando as reflexões de Straub (2005). Além das sequelas diretas das agressões - como lesões, fraturas e rupturas biológicas -, o estresse psicológico derivado de humilhações e objetificação pode comprometer o sistema imunológico, enquanto o uso de substâncias como álcool e drogas agrava os danos à saúde.

Na dimensão sociocultural, Straub (2005) destaca que questões econômicas, educacionais, étnicas e religiosas moldam os valores e comportamentos individuais e coletivos, muitas vezes exacerbando a violência simbólica. Um exemplo de violência simbólica institucional ocorre nos sistemas de saúde, pois mesmo apesar do maior cuidado com a saúde e maior adesão a tratamentos, as mulheres recebem menos orientações sobre práticas preventivas a doenças, como exercícios e nutrição.

Nesse sentido, Meyer (2004) defende que a elaboração, a avaliação e a implementação de políticas de saúde voltadas para as mulheres devem ser guiadas pela perspectiva de gênero, visto que a organização social das relações coloca homens e mulheres em padrões distintos de sofrimento, adoecimento e mortalidade, exigindo abordagens específicas para enfrentar essas desigualdades e garantir cuidados mais eficazes.

Formas de prevenção e de enfrentamento da violência simbólica

No Estudo 8 (Braga; Manhães, 2019), os autores destacam a maior dificuldade do combate ao poder simbólico, pois parte desse poder é exercido justamente com a cumplicidade dos dominados. Dessa forma o trabalho para a conscientização deve ser bem articulado, pois as manifestações desse poder são sutis, manifestando-se por exemplo na

expressão cultural tão popular do cinema, que poderia se tornar um instrumento para a reeducação cultural.

O Estudo 5 (Blanco; Silva, 2020), apresenta a análise de um caso em que a vítima de agressão saiu da delegacia sem o boletim de ocorrência e sem escolta policial para retornar a sua residência, onde ocorreria o delito, e o agressor pego em flagrante saiu pela porta da frente da delegacia. Esse caso mostra uma falha na orientação e no cumprimento das políticas públicas do nosso país. Apesar dos programas e de legislações como a Lei Maria da Penha, há muito o que ser melhorado no atendimento às mulheres vítimas de violência, para que possam conhecer e saber fazer valer seus direitos. A violência simbólica de naturalizar e justificar a dominação do homem sobre a mulher revitimiza a mulher.

O Estudo 7 (Meinhardt; Maia, 2015) realizado em uma instituição de saúde, constatou que os profissionais da área não sabiam como proceder ou encaminhar casos de violência contra a mulher, evidenciando uma desarticulação da rede sanitária no combate à violência institucional.

O Estudo 15 (Faria; Vergara, 2021) propõe que para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é necessária a construção de uma política pública voltada à proteção da gestante, parturiente ou puérpera, diante de uma medicina dura e fria, que parece esquecer dos direitos mais básicos de dignidade da pessoa humana. Contudo, apesar da existência de legislação estadual que dispõe sobre a violência obstétrica e sobre direitos da gestante e da parturiente no Distrito Federal, em Rondônia e em Santa Catarina, verificou-se que os casos em que realmente foi reconhecida a violência obstétrica e determinada a indenização foram apenas 4 (quatro) dos 16 (dezesesseis) casos analisados, isto é, apenas 25% (vinte e cinco por cento).

O Estudo 9 (Ferla, 2021) aponta que a desigualdade de gênero, arraigada na cultura e nas tramas sociais, está longe de ser natural. As relações sociais podem ser debatidas e transformadas a partir da consciência da realidade. A Delegacia da Mulher deve trabalhar em parceria com a Assistência Social para garantir o suporte da mulher em caso de necessidade de acolhimento institucional e o acesso ao acompanhamento psicossocial e jurídico em conjunto com a Defensoria Pública. Ferla (2021) compreende que o combate à violência contra a mulher deve se dar pelo cumprimento rigoroso da Lei Maria da Penha, com a punição do agressor e a proteção integral à mulher com direito à assistência dos serviços públicos.

No Estudo 6 (Baptista, 2019) o autor destaca os seguintes artigos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006):

Art. 2º: toda mulher “goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência” .

Art. 3º: obriga ao Estado assegurar “às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos”.

Art. 22: destaca que “constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência”, entre elas o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida (inciso II), a proibição da aproximação e contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas (inciso III, alíneas A e B) e a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores (inciso IV). O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a “manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses”.

O Art. 10º declara que “o atendimento se dará preferencialmente pela autoridade policial do sexo feminino nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher”.

Da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), Batista (2019) destaca que “Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação” (Art. 152, parágrafo único). O autor pontua que o distanciamento entre violência física e simbólica e dos atos psicossociais da violência não permite a elaboração de políticas públicas eficazes na eliminação da violência física, que tem caráter psicológico, social, emocional, político, histórico e econômico, e que apenas o combate direto da violência de caráter físico não é capaz de eliminar substancialmente a violência em si.

No Estudo 13 (Roa; Nascimento; Bandeira; Cordeiro, 2022), os autores pontuam que as mulheres continuarão morrendo de formas violentas e cruéis, até que a sociedade entenda que deve mudar a forma de ver e se relacionar com o outro. Sugere que estudos de gênero devem ser financiados para a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção da violência contra a mulher, por meio do respeito dos direitos das mulheres nos âmbitos públicos e privados.

O Estudo 11 (Silva, 2020) propõe que as questões de gênero devem ser levantadas desde a infância. Na observação do comportamento dos adultos em relação a elas, na maneira como são apresentadas expectativas e frustrações de pertencer a um sexo e não a outro e o papel social que esse determina, inscrevem-se formas diferentes e geralmente opostas de perceber, de movimentar-se, comportar-se e expressar-se.

Para a desconstrução da violência de gênero a autora propõe promover ações educativas por meio de intervenções artísticas em diversas linguagens, sobretudo tendo como eixo central a literatura dos contos de fadas conectados com uma perspectiva do feminismo, buscando desconstruir estereótipos e a normatização de comportamentos para homens/meninos e mulheres/meninas. A proposta seria levada a vários níveis de educação, desde a Básica, como creches, até o Ensino Superior, como em cursos de Pedagogia para a formação de professores.

No Estudo 3 (Godinho, 2020) se destaca a CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito/Ato nº 56, de 2014 (CPI), criada pela ALESP – Assembleia Legislativa de São Paulo para investigar a violência nas universidades paulistas e a ação “Rede Não Cala” da USP, projeto realizado pelas professoras com o objetivo de finalizar as situações de abuso no ambiente universitário.

Ações de prevenção da violência contra a mulher só se tornarão efetivas se os homens tomarem a iniciativa de refletir e desconstruir mecanismos de dominação, iniciando-se dentro da própria família, refletindo essa mudança na sociedade. Há de se repensar a postura do homem na família e, conseqüentemente, na sociedade, para alterar a dinâmica de violência que acompanha gerações a fim de que as mulheres tenham seus direitos e dignidade respeitados.

Discussão da Categoria 3

Ferla (2021) defende que o combate à violência contra a mulher deve ser baseado no cumprimento rigoroso da Lei Maria da Penha. Contudo, embora as leis sejam fundamentais para estabelecer normas na sociedade, elas não são suficientes para erradicar a violência simbólica. Faria e Vergara (2021) destacam que a violência também é institucional. Mesmo com a existência de legislações estaduais sobre violência obstétrica, essa prática continua sendo perpetrada nas instituições de saúde e frequentemente não é penalizada pelo sistema judiciário.

A perpetuação da violência pelo descumprimento da lei em instituições estatais, como o judiciário, também é abordada por Blanco e Silva (2020). Meinhardt e Maia (2015) apontam falhas na articulação do sistema de saúde, que dificultam a implementação eficaz das políticas públicas já existentes. Baptista (2019) ressalta a importância de leis como a Maria da Penha, mas critica a dissociação entre a violência física e a violência simbólica. Para o autor, a violência não é apenas física, mas também psicológica, social, emocional,

política, histórica e econômica. Assim, o combate direto à violência física, sem abordar essas dimensões mais amplas, não é suficiente para eliminá-la de forma significativa.

Nesse contexto, Roa, Nascimento, Bandeira e Cordeiro (2022) argumentam que, além do combate à violência, é essencial investir em sua prevenção por meio de políticas públicas voltadas para a conscientização da sociedade sobre a necessidade de transformar os relacionamentos, promovendo respeito aos direitos das mulheres tanto nos espaços privados quanto nos públicos.

Silva (2018) propõe que as questões de gênero sejam discutidas desde a infância, por meio de ações educativas que promovam releituras da literatura e contribuam para desconstruir estereótipos e comportamentos normatizados entre meninos/homens e meninas/mulheres. Braga e Manhães (2019) sugerem o uso de produções cinematográficas como ferramenta para a reeducação social, enquanto Godinho (2020) defende que as intervenções sejam direcionadas principalmente aos homens. Essas ações teriam como objetivo desconstruir os mecanismos de dominação masculina, com foco especial nas relações familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender como a violência simbólica impacta a saúde da mulher sob a perspectiva biopsicossocial, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na modalidade de revisão integrativa. Seleccionaram-se 15 artigos que abordam os aspectos da violência simbólica contra a mulher, seus impactos na saúde psicológica, física e social, e as formas de prevenção.

A violência simbólica se manifesta em diversos contextos do cotidiano feminino, abrangendo tanto o espaço privado quanto o público: em casa, nas instituições familiares ou estatais e em ambientes acadêmicos, profissionais ou de lazer. Destaca-se, no entanto, que a violência de gênero tende a acentuar outras formas de violência, como a racial, etária, de classe social e religiosa. Essa interseccionalidade cria um cenário em que grande parte da população feminina é colocada em situações de vulnerabilidade. Meninas, idosas, mulheres negras, indígenas, mulheres de baixa escolaridade e pertencentes a classes sociais mais baixas enfrentam um risco maior de terem seus direitos violados, em comparação a mulheres adultas, brancas, de classe média ou alta e com Ensino Superior. Estas últimas, apesar de também vulneráveis, têm maiores oportunidades de conhecer e reivindicar seus

direitos. Assim, a violência é um fenômeno complexo, resultado de múltiplas questões relacionadas ao poder e à dominação.

A desvalorização do indivíduo, promovida pela violência simbólica, torna-o suscetível a doenças psicológicas e físicas. Os danos à autoestima frequentemente levam à depressão e ao estresse, que, por sua vez, estão relacionados à queda da imunidade, ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares e endócrinas, além de comportamentos de risco, como o consumo de álcool, tabaco e de outras drogas. Esse ciclo se agrava quando mulheres já vulneráveis são marginalizadas pelo sistema de saúde e educação, perpetuando um cenário de exclusão que dificulta mudar sua realidade.

A prevenção da violência contra a mulher exige uma abordagem integrada, que reconheça a interligação entre as diversas formas de violência — física, psicológica, moral, patrimonial e simbólica. Todas elas estão enraizadas em um contexto social, histórico e político de dominação. A prevenção deve envolver uma reeducação social pautada no respeito aos direitos das mulheres, promovendo mudanças nos âmbitos público e privado, com ações nas famílias, escolas, espaços culturais, linguagem e ciência, para que toda a produção humana seja baseada no respeito à dignidade e ao direito de cada pessoa ser quem ela é. Assim, é possível construir condições para que as mulheres vivam plenamente, e não apenas sobrevivam.

A violência simbólica, muitas vezes sutil e invisível, é marcada por atitudes e discursos que desvalorizam, estigmatizam ou inferiorizam as mulheres. Apesar de ser frequentemente naturalizada, seus impactos prejudiciais são profundos. O reconhecimento científico dessa forma de violência é essencial para consolidá-la como um objeto importante de investigação e intervenção. Identificar e compreender seus efeitos na saúde das mulheres possibilita intervenções mais amplas e eficazes, promovendo a qualidade de vida feminina e a construção de uma sociedade que valorize suas experiências e subjetividades.

Considera-se que o objetivo desta pesquisa foi alcançado. Como sugestão para novos estudos, seria enriquecedor o aprofundamento de questões como a pressão estética imposta às mulheres, os riscos associados aos procedimentos cirúrgicos estéticos e a violência simbólica por meio da linguagem, que está presente em todas as relações humanas. Outra lacuna identificada é a ausência de propostas concretas para projetos em nível municipal, estadual e federal voltados à reeducação social nas escolas, com foco na conscientização sobre direitos e na transformação das relações sociais.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. M. Feminicídio: a última etapa do ciclo da violência contra a mulher. **Compromisso e atitude**, 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/feminicidio-a-ultima-etapa-do-ciclo-da-violencia-contra-a-mulher-por-lourdes-bandeira/> Acesso: 03/06/2024
- BAPTISTA, V.F. Violência contra a mulher e perspectivas de ações programáticas: o sentido estrutural da violência direta e indireta. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas**, Universidade Federal da Paraíba, v. 8, n. 03, 2019.
- BLANCO, L. E. R. M; SILVA, S. L. A. A violência contra a mulher no Brasil: avanços e retrocessos sob uma perspectiva histórica e simbólica. **Das Amazônias**, Rio Branco, v.3, n.2, p.04-14, ago./dez. 2020.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRAGA, I. C.; MANHÃES, G. M. Aspectos da violência de gênero contra a mulher e o cinema internacional. **LexCult**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 59-68, jan./abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde, migração, tráfico e violência contra mulheres** : o que o SUS precisa saber. Livro-texto. Universidade de Brasília. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. **Saúde da Mulher**. Brasília, 2023.
- BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentamento à violência contra a mulher – Balanço 2006-2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/ouvidoria-da-mulher/pacto-nacional/publicacao-pacto2007.pdf> Acesso em: 28 maio 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 7.958/2013 de 13 de março de 2013**. Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://encurtador.com.br/w4fgR>. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.393/2010 de 15 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Brasília: Diário Oficial da União, 16 dez. 2010.

CARVALHO, A. P. S. As mulheres no campo científico: uma discussão acerca da dominação masculina. *In: Seminário Fazendo Gênero*, 7, 2006. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/A/Ana_Paula_Soares_Carvalho_22.pdf 4.set.2024 Acesso em: 28 ago. 2024.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Brasília, n. 11, mar. 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf.

CLIMACO, D. Das transformações da dominação masculina. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 30, p. 437 443, jan./jun. 2008.

DIAS, M. J. S.; AZEVEDO, L. M. N.; SILVA, L. C. N.; SOUSA, F. T. L. Violência simbólica contra a mulher idosa nas relações de gênero. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**, São Luís, v. 4, n.esp., jul./dez. 2018.

D'OLIVEIRA M.G e SILVA A. R **Segredos intrafamiliares: violências psicológica e simbólica contra a mulher** Revista Brasileira de Tecnologias Sociais, v. 3, n. 2, p.3-12, 2016. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rbts/article/view/10612> Acesso em: 28 ago. 2024.

FARIA, L. M.; VERGARA, S. M. O combate à violência obstétrica como instrumento de desenvolvimento social. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, Brasília, vol. 3, n. 3, 2021, p. 63-85.

FERLA, L. Violência contra mulheres: superação e enfrentamento, uma realidade possível. **Revista Movimentação**, Dourados, v..8, n.15, jul./dez. 2021.

GARCIA, D. Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2020.

GODINHO, M. I. A; Violência simbólica contra a mulher: do espaço doméstico à universidade. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v.6, n.1, p. 9-20, jan./jun. 2020.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S.; SILVA, C. F. R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. *In: Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

HEALTH EMPOWERMENT, RIGHTS AND ACCOUNTABILITY (HERA). **Direitos sexuais e reprodutivos: ideias para ação**. Folder elaborado com base nos conceitos e acordos da CIPD, 1994 e da Conferência Mundial da Mulher, 1995. Disponível em: www.iwhc.org/hera

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estudo sobre Estatísticas de Gênero** 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 11 jul. 2024.

LIMA, M.; SCHRAIBER, L. B. Violência e outras vulnerabilidades de gênero em mulheres vivendo com HIV/Aids. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 947-960, 2013.

MEDINA, N. T.; ERAZO, G. E. C.; DAVILA, D. C. B; HUMPHREYS, J.C. Contribution of intimate partner violence exposure, other traumatic events and posttraumatic stress disorder to chronic pain and depressive symptoms **Investigación y Educación en Enfermería**, v. 29, n. 2, p. 174-186, jul. 2011.

MEINHARDT, Y. M.; MAIA, G. F. Não é uma rede que flui- da Invisibilidade às possibilidades de novos modos de cuidar: a violência contra as mulheres na saúde mental. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, ed. esp. n.44, p.120-136, jul./dez. 2015.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C.P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-64, out./dez. 2008.

MEYER, D. E. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 57, n.1, p.13-8, jan./fev. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n1/a03v57n1.pdf> Acesso em: 28 ago. 2024.

MINAYO, M. C. de S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. (org.). **Impacto da Violência na Saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 117–140.

OLIVEIRA, A. L. P. L.; SCHRAIBER, L. B.; HANADA, H.; DURAND, J. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero – uma alternativa para a atenção primária em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p.1037-1050, 2009.

ROA, M. C.; NASCIMENTO, J. L.; BANDEIRA, L.M.; CORDEIRO, R.C. Queima às bruxas: feminismo e feminicídios íntimos por queimadura em uma metrópole brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 525-534, 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, A. M. C. C. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1177-1182, 2009.

SILVA, A. A. Niunamenos: feminismo, pedagogias e poéticas da resistência. **Revista Zero-a-seis**, v. 20, n. 37 p. 221-234, jan./jun. 2018.

SILVA, J. P. Poder e direito em Foucault: relendo vigiar e punir 40 anos depois. **Lua Nova**, São Paulo, n. 97, p. 139-171, 2016

SILVA, L.B. XIMENES, V.M. Notas sobre as implicações psicossociais da violência na

baixa prostituição feminina na cidade de Fortaleza/ CE. *INTERthesis*, Florianópolis, v.14, n.1, p.176-194, jan./abr. 2017.

SOUSA, R. F. Cultura do estupro - a prática implícita de incitação à violência sexual contra mulheres. *Estudos Femininos*, [online], v.25, n.1, p.9-29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>.

STRUB, R. **Psicologia da Saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

TIBURI, M. **Feminismo em Comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Booklet 5: Gender-related killing of women and girls. *In: Global Study on Homicide* [Internet]. Vienna; 2019. [cited 2020 Jun 16]. Available from: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>

PARA ALÉM DO DIAGNÓSTICO: PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS E PAIS SOBRE INTERVENÇÃO PRECOCE NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Caroline Valquíria Moura de Cunha Saiki

Luiza Oliveira Piscoschi

Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

A compreensão dos conceitos envolvidos no Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem avançado de forma significativa nas últimas décadas, sobretudo em relação à diferenciação entre diagnóstico precoce e detecção precoce de sinais. Esse avanço, no entanto, ainda encontra obstáculos na prática clínica e no cotidiano das famílias, em função das ambiguidades e sobreposições conceituais que permeiam o campo. A escolha deste tema emerge da necessidade de aprofundamento e esclarecimento dessas distinções, que impactam diretamente as estratégias de intervenção, a experiência dos familiares e o próprio desenvolvimento das pessoas com TEA (Ozzonoff; Dawson; McPartland, 2020; Rodrigues *et al.*, 2018; Teixeira, 2021).

A relevância do tema se justifica, sobretudo, pela crescente demanda por precisão conceitual no campo da Psicologia e da Saúde, além da necessidade de qualificação do cuidado oferecido às pessoas com TEA. A distinção clara entre detecção e diagnóstico não é apenas uma demanda teórica, mas tem consequências práticas na formulação de políticas públicas, protocolos de encaminhamento, acesso a tratamentos e tomada de decisão clínica, especialmente no contexto brasileiro. Evidências recentes demonstram que a detecção precoce de sinais pode promover intervenções adaptadas que, independentemente do diagnóstico formal, favorecem o desenvolvimento e a qualidade de vida da pessoa autista e de sua família (Ozzonoff; Dawson; McPartland, 2020; Rodrigues *et al.*, 2018; Teixeira, 2021).

O presente capítulo tem como objetivo geral analisar as diferenças entre as percepções de clínicos e pais a respeito dos termos “diagnóstico precoce” e “detecção precoce” dos sinais em TEA. Entre os objetivos específicos, busca-se apresentar e compreender os conceitos de cada termo, verificar se há homogeneidade ou discrepâncias nessas concepções e discutir os possíveis benefícios e prejuízos na vida do indivíduo relacionados às práticas de diagnóstico e detecção precoce.

TEORIA

Definição e Cenário Atual do Transtorno do Espectro Autista

O entendimento do autismo passou por mudanças substanciais desde sua origem conceitual até o modelo contemporâneo do Transtorno do Espectro Autista (TEA). O termo “autismo” deriva do grego *autos*, significando “de si mesmo” (Rodrigues *et al.*, 2018), e foi inicialmente utilizado por Eugen Bleuler, em 1908, no contexto da esquizofrenia. Posteriormente, Leo Kanner (1943) conduziu estudos pioneiros, descrevendo um padrão comportamental específico em crianças, marcado por isolamento social, dependência de rotinas rígidas e movimentos repetitivos. Kanner notou que, embora algumas dessas crianças tivessem habilidades linguísticas, sua fala raramente era utilizada para comunicação funcional (Ozonoff; Dawson; McPartland, 2020).

Ao longo das décadas seguintes, o conceito de autismo foi ampliado, incluindo crianças com distintos graus de severidade, habilidades cognitivas e formas de comunicação (Ozonoff; Dawson; McPartland, 2020). Lorna Wing, psiquiatra inglesa de grande relevância para o campo, propôs a “triade de Wing”, destacando os principais compromissos ligados à sociabilização, linguagem (verbal e não verbal) e aos comportamentos repetitivos ou estereotipados (Teixeira, 2021). Estimativas atuais apontam que cerca de 1% da população mundial infantojuvenil seja portadora do espectro autista, com prevalência de aproximadamente quatro meninos para cada menina, refletindo, inclusive, importantes desafios diagnósticos de gênero (Teixeira, 2021).

Dados do Centers for Disease Control and Prevention - CDC - dos Estados Unidos revelam ainda um aumento expressivo de casos diagnosticados nos últimos anos. Entre 2012 e 2018, o número de crianças com TEA identificado aumentou de uma em cada 68, para uma em cada 44 crianças, representando um crescimento acumulado de mais de 54% nesse período (Baio *et al.*, 2018; Christensen *et al.*, 2016; Maenner *et al.*, 2020; Maenner *et al.*, 2021). Esse fenômeno levanta a necessidade de investigações contínuas para identificar

as causas desse aumento, bem como estratégias de mitigação e suporte, indicando o TEA como uma questão central de saúde pública (Teixeira, 2021).

O crescimento nas taxas de diagnóstico evidencia, simultaneamente, a ampliação do acesso à informação, a melhora dos instrumentos diagnósticos e a maior conscientização social, reforçando a importância de políticas públicas articuladas entre o Estado e a sociedade civil para o atendimento integral da população autista.

Causas e Possíveis Fatores de Risco

O TEA é resultado de uma complexa interação entre fatores genéticos e ambientais, ainda não completamente elucidada. O consenso atual na literatura é que não existe uma única causa do autismo; diferentes indivíduos podem apresentar etiologias múltiplas e variadas (Teixeira, 2021). Evidências apontam para uma origem biológica, excluindo causas parentais ou relações psicossociais como determinantes do desenvolvimento do espectro (Ozzonoff *et al.*, 2020).

Pesquisas em genética molecular, estudos com gêmeos e famílias têm demonstrado que vários genes interagem para contribuir com o risco do desenvolvimento do TEA, destacando-o como uma das síndromes neuropsiquiátricas de maior herdabilidade (Tuchman; Rapin, 2009). Distinções cerebrais estruturais, detectáveis desde os primeiros anos de vida, explicam, em parte, as dificuldades enfrentadas nesses quadros, como limitações nas aptidões sociais e cognitivas (Ozzonoff *et al.*, 2020; Volkmar, 2019).

Adicionalmente, pesquisas epidemiológicas, como o estudo SEED, apontam mais de 50 potenciais fatores de risco pré-natais, incluindo idade parental avançada, uso materno de determinados medicamentos, semanas gestacionais atípicas e condições como diabetes gestacional (Volkmar, 2019). Vale ressaltar, porém, que essas associações requerem análises cautelosas devido à complexidade do desenvolvimento fetal.

A etiologia do autismo também contempla distinções importantes: o autismo sintromico – decorrente de doenças neurológicas ou genéticas conhecidas, frequentemente associado ao retardo mental (exemplo: esclerose tuberosa ou síndrome do X Frágil) – e o autismo idiopático, ou primário, na ausência de causas específicas detectáveis (Tuchman; Rapi, 2009). Essa compreensão reforça a necessidade de uma avaliação multidimensional, considerando tanto fatores hereditários quanto ambientais na abordagem clínica.

Diagnóstico de Autismo

O diagnóstico do TEA está fundamentado nos critérios definidos pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria. Desde o DSM III, publicado em 1980, o autismo se consolidou como diagnóstico distinto da esquizofrenia, sendo, nas versões seguintes, agrupado nos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (Gaiato, 2018). Na versão mais recente, DSM-5, todos os quadros anteriormente classificados como autismo infantil, atípico, Síndrome de Asperger, Rett e transtorno desintegrativo foram unificados sob a designação de TEA, considerado, hoje, um transtorno do neurodesenvolvimento (Gaiato, 2018).

Tanto o DSM-5 quanto a CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) empregam critérios convergentes: prejuízo na comunicação social, comportamentos e interesses restritos ou repetitivos e sintomas presentes desde o desenvolvimento inicial (Montenegro; Celeri; Casella, 2018). O diagnóstico, contudo, baseia-se predominantemente na observação clínica, não havendo biomarcadores laboratoriais específicos até o momento (Burns, 2017 *apud* Steffen *et al.*, 2019). Tal fato contribui para a complexidade e a heterogeneidade dos quadros clínicos, demandando elevada *expertise* profissional.

Além dos desafios científicos, o diagnóstico é permeado também por influências socioeconômicas, visto que, na prática brasileira, o acesso a tratamentos públicos e direitos sociais previstos na Lei Berenice Piana (Lei 12.764/2012) depende, em grande parte, do laudo formal de diagnóstico. Essa relação pode gerar distorções, como indicam Ozonoff, Dawson e McPartland (2020): a pressão por um diagnóstico formal tem levado, em certos contextos, ao aumento de diagnósticos equivocados, especialmente quando os sintomas de outros transtornos se sobrepõem ao espectro do autismo ou quando há demandas burocráticas urgentes por laudos.

Diagnóstico Precoce x Detecção Precoce

A literatura aponta que, devido à heterogeneidade do espectro e à oscilação dos sintomas nos primeiros anos de vida, o diagnóstico em crianças muito pequenas pode não ser estável (Chawarska, 2007 *apud* Montenegro, 2018). Ademais, a avaliação da criança exige profundo conhecimento sobre o desenvolvimento típico em diferentes domínios (social, comunicativo e cognitivo), a fim de evitar diagnósticos

precipitadamente atribuídos apenas a partir de sintomas isolados ou a partir de marcadores exclusivamente comportamentais (Papalia, 2000 *apud* Souza *et al.*, 2004).

A discussão conceitual dos termos reflete as dificuldades inerentes ao diagnóstico em idades precoces, ressaltando a importância de um olhar multidimensional sobre o “espectro”, abrangendo diferentes intensidades, combinações e manifestações dos sintomas (Júlio-Costa, 2017). Assim, a detecção precoce assume um papel estratégico: permite intervenções terapêuticas antes mesmo da confirmação diagnóstica, propiciando melhores prognósticos no desenvolvimento geral da criança (Dawson *et al.*, 2010; Howlin *et al.*, 2009; Reichow, 2012 *apud* Steffen *et al.*, 2019).

No âmbito legal brasileiro, a detecção e o diagnóstico precoce tornaram-se direito garantido no SUS e nas redes de proteção social (Lei 12.764/2012). Contudo, observa-se ainda uma relação ambígua no cotidiano das famílias e dos profissionais, entre a busca por um diagnóstico formal para acesso a direitos e a necessidade de reconhecer e atuar desde os primeiros sinais. A literatura recente reforça que intervenções precoces, independentemente da formalização do diagnóstico, produzem efeitos positivos significativos sobre as trajetórias cognitivas, sociais e emocionais das crianças (Vasconcelos, 2019; UNICEF *apud* Steffen *et al.*, 2019).

Salienta-se, portanto, que muitos dos desafios atuais referem-se mais à detecção do que ao diagnóstico definitivo: a preparação dos profissionais para reconhecer sinais precoces, o empoderamento das famílias acerca do desenvolvimento infantil, a capacitação intersetorial e a integração das redes de cuidado são elementos centrais para superar atrasos e evitar prejuízos cumulativos ao longo da vida (Silva; Mulick, 2009 *apud* Steffen *et al.*, 2019).

MÉTODO

O presente estudo foi delineado segundo uma abordagem qualitativa, uma vez que seu objetivo central é aprofundar a compreensão das diferenças entre as concepções de clínicos e familiares em relação ao “diagnóstico precoce” e à “detecção precoce” dos sinais do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O estudo foi desenvolvido a partir de dados secundários do Relatório de Estágio Básico do curso de Psicologia, valorizando a integração entre teoria e prática, conforme preconiza a literatura sobre formação em saúde (Bardin, 2016). O delineamento adotado é o de pesquisa exploratória, característico de investigações que

buscam identificar e aprofundar temas sobre os quais há lacunas conceituais ou controvérsias na literatura (Gil, 2017).

Participantes

Os dados foram coletados com dois grupos principais, sendo:

Profissionais clínicos: selecionou-se, mediante amostragem intencional, profissionais atuantes em clínicas, consultórios e instituições especializadas em TEA do município de Taubaté e região. Foram incluídos psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, com experiência mínima de dois anos na área.

Familiares de pessoas diagnosticadas com TEA: foram convidados pais e/ou responsáveis legais de crianças e adolescentes com laudo de TEA, residentes na mesma região, acessados principalmente por meio de formulários eletrônicos (*Google Forms*), encaminhados por redes de apoio, serviços públicos e instituições privadas.

Instrumentos para Coleta de Dados

A coleta de dados junto aos profissionais ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas presenciais, com roteiro previamente elaborado, mas flexível o suficiente para permitir o aprofundamento de questões emergentes (Gil, 2017). As entrevistas contemplaram temas como compreensão sobre diagnóstico e detecção precoce, experiências práticas, desafios cotidianos e percepções sobre políticas públicas.

Para o grupo de familiares, optou-se pelo uso de questionários *online* autoaplicáveis, contendo perguntas abertas e fechadas sobre experiência com serviços de saúde, momento da detecção dos primeiros sinais e do recebimento do diagnóstico, expectativas e percepções quanto ao acesso a tratamentos e intervenções.

Os instrumentos foram desenvolvidos a partir de revisão da literatura (Ozzonoff; Dawson; McPartland, 2020), validados junto ao corpo docente da disciplina e submetidos, previamente, a aplicação-piloto.

Procedimento

As entrevistas com profissionais ocorreram presencialmente em diferentes unidades e tiveram duração média de 60 minutos. Todas foram registradas em áudio, mediante autorização dos participantes, e posteriormente transcritas para análise.

Os questionários *online* permaneceram disponíveis por 30 dias, sendo os participantes convidados diretamente por meio das redes institucionais de apoio ao TEA.

Análise dos Dados

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática, segundo a abordagem de Bardin (2016). Inicialmente realizou-se uma leitura exaustiva de todo o material, seguida da categorização das respostas conforme as temáticas emergentes: a) compreensão dos conceitos de diagnóstico precoce e detecção precoce; b) homogeneidade/discrepância nos termos; c) impactos na vida do indivíduo com TEA.

As categorias foram comparadas entre os grupos de participantes, integrando-se posteriormente à discussão teórica fundamentada nas principais referências da área (Gaiato, 2018; Ozonoff; Dawson; McPartland, 2020; Teixeira, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção apresenta e interpreta os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com profissionais da área da saúde e educação e com pais de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim, promove-se um diálogo entre os achados do campo e a literatura científica atual. Ressalta-se que os dados, mesmo oriundos de uma amostra reduzida, fornecem pistas valiosas para compreensão das divergências, consensos e nuances em torno do diagnóstico precoce e da detecção precoce dos sinais de TEA.

Caracterização dos Participantes

O Quadro 1 sintetiza o perfil sociodemográfico e profissional dos participantes.

Quadro 1. Dados gerais dos participantes

Profissionais			Pais		
Iniciais	Idade	Profissão	Iniciais	Idade	Profissão
L.M.	61	Psicóloga	M.C.	28	Empresária
J.T.	42	Fisioterapeuta	A.	40	Pedagoga
N.A.	50	Fisioterapeuta	M.R.	37	Doméstica
C.F.	39	Psicopedagoga	M.M.	41	Psicopedagoga
C.T.	60	Psicóloga	K.	36	Farmacêutica

Fonte: dados coletados no estágio

Observa-se uma predominância feminina entre os participantes, com os profissionais distribuídos entre 39 e 61 anos e os pais concentrados na faixa dos 28 aos 41 anos. Essa diversidade etária e de áreas de atuação contribui para leituras diferenciadas sobre a temática do diagnóstico: evidenciam-se olhares plurais sobre identificação e intervenção no TEA.

Opinião dos Entrevistados sobre Diagnóstico Precoce

No Quadro 2 são sistematizadas as respostas quanto à percepção sobre o diagnóstico precoce do TEA.

Quadro 2 – Opinião sobre o diagnóstico precoce do TEA

Profissional	Opinião sobre diagnóstico precoce	Pais	Opinião sobre diagnóstico precoce
L.M.	Contra diagnóstico antes dos 5 anos	M.C	De grande importância para bom prognóstico
J.T.	Considera fundamental	A	Essencial para qualidade de vida/independência
N.A.	Essencial para qualidade de vida/independência	M.R	Diagnóstico precoce ajudou muito
C.F.	Diagnóstico precoce melhora método de intervenção	M.M	Extremamente importante, terapias devem iniciar cedo
C.T.	Quanto mais cedo, melhor (2-3 anos)	K	Fundamental para exigir direitos, intervenção precoce

Fonte: dados coletados no estágio

Os profissionais entrevistados demonstraram opiniões predominantemente favoráveis ao diagnóstico precoce, especialmente relacionado à facilitação do início das intervenções terapêuticas e ao acesso a direitos (Canut, 2014 *apud* Steffen, 2019). Contudo, duas entrevistadas (L.M. e N.A.) destacaram críticas concernentes ao diagnóstico em idades muito precoces. Argumentam que, devido à intensa plasticidade do neurodesenvolvimento, um diagnóstico formal antes dos cinco anos pode conduzir a erros graves e, eventualmente, a rotulações inadequadas e tratamentos menos apropriados, riscos já apontados por Ozzonoff, Dawson e McPartland (2020) e Steffen (2019).

Já entre os pais, prevaleceu a visão utilitarista e pragmática: o diagnóstico precoce é percebido como porta de entrada para os direitos, suporte e acesso a tratamentos. Nota-se, neste ponto, a interiorização social dos dispositivos legais, como a Lei 12.764/12, que condicionam benefícios sociais à existência de laudo formal. Este

dado está em consonância com o que aponta a literatura: a busca por diagnóstico é fortemente influenciada por aspectos legais e assistenciais (Ozzonoff; Dawson; McPartland, 2020).

Destaca-se ainda que, a julgar pelo discurso, muitos pais, ao defenderem o diagnóstico precoce, parecem na prática defender a intervenção precoce, sugerindo confusão conceitual que, como veremos adiante, também acomete profissionais.

Diferenciação Conceitual: Diagnóstico *versus* Detecção Precoce

A análise das respostas evidencia um ponto crítico: cerca de 60% dos profissionais entrevistados demonstraram não diferenciar adequadamente os conceitos de “diagnóstico precoce” e “detecção precoce” dos sinais de autismo. Muitas falas usam os termos de modo intercambiável, ou restringem a detecção a um “pré-diagnóstico”, sem compreender sua singularidade metodológica.

Esse dado é relevante, pois indica a lacuna formativa ainda presente mesmo entre especialistas e confirma a necessidade de investir na qualificação dos profissionais de saúde e educação, a fim de evitar rotulações ou omissões perigosas (Ozzonoff; Dawson; McPartland, 2020; Papalia, 2000 *apud* Souza, 2004).

Capacitação e Trabalho em Equipe para o Diagnóstico

O Quadro 3 explicita a visão dos profissionais quanto ao o diagnóstico e à sua competência para finalizá-lo.

Quadro 3 – Capacitação profissional para formalizar um diagnóstico

Profissional	Resposta
L.M.	Sente-se apta
J.T.	Se considera capacitada, mas evidencia confusão com detecção
N.A.	Não fecha diagnóstico sozinha, sempre em equipe
C.F.	Levanta hipóteses; encaminha para especialista
C.T.	Atua em contexto de diagnóstico já fechado; sugere reavaliação interdisciplinar quando necessário

Fonte: dados coletados no estágio

A unanimidade recai sobre a necessidade de equipes multidisciplinares para uma avaliação diagnóstica segura e efetiva, o que vai ao encontro do defendido por Steffen *et al.* (2019). O trabalho em equipe, realizado com rigor metodológico, permite o cruzamento de diferentes olhares e saberes, enriquecendo a análise, diminuindo o risco de diagnóstico precipitado e ampliando as possibilidades de intervenção. As entrevistas

revelam que mesmo os profissionais experientes não se sentem confortáveis para diagnosticar isoladamente, recorrendo ao diálogo com pares de outras áreas e ao encaminhamento para médicos especialistas.

Cabe ressaltar que a vivência em clínicas especializadas favorece a construção coletiva do diagnóstico, por meio de protocolos extensos e reuniões interdisciplinares para análise do caso, superando práticas individualistas ou marcadas apenas pelo tempo restrito de consulta médica (Steffen *et al.*, 2019).

Opinião sobre Detecção Precoce de Sinais

Os relatos das profissionais reunidos no Quadro 4 são unanimemente favoráveis à detecção precoce, como pilar para proteção do desenvolvimento e prevenção de riscos futuros.

Quadro 4 – Opinião sobre a detecção precoce de sinais

Profissional	Resposta
L.M.	Considera perfeita, fundamental para estímulo e qualidade de vida
J.T.	Fundamental para intervenção e orientação familiar
N.A.	Importantíssima para intervenção adequada
C.F.	Defende a detecção como caminho para evitar confusão diagnóstica e estimular cedo
C.T.	Observação de sinais cedo possibilita recursos para autonomia da criança

Fonte: dados coletados no estágio

Dificuldades para Diagnóstico e Detecção Precoce: Limites e Perspectivas

Os resultados dialogam com estudos que apontam para dificuldades de detecção precoce, inclusive entre médicos, pediatras e neuropediatras (Flores; Smeha, 2013; Muller, 2012). Campana (2014) reforça que seria vantajoso os profissionais de saúde coletiva conseguirem reconhecer sinais do TEA sem depender, inicialmente, de protocolos altamente estruturados, promovendo inclusão precoce das crianças em sistemas de estimulação e acompanhamento.

Demonstra-se também que profissionais que se sentem inseguros para finalizar o diagnóstico acabam se apoiando, de forma positiva, em equipes multidisciplinares e no uso de intervenções flexíveis e graduais, garantindo que o cuidado seja mais centrado na criança do que na burocratização do laudo.

Reflexões sobre Intervenção Multiprofissional e Familiar

Tanto o diagnóstico seguro quanto as intervenções terapêuticas mais eficazes dependem, segundo o relato das profissionais, de trabalho multiprofissional e da participação constante da família. Como demonstram Steffen *et al.* (2019) e Santos *et al.* (2019), quando as intervenções são feitas de maneira integrada, há impacto positivo no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança com TEA. A valorização dos aspectos comunicacionais e da participação da família como coautora do projeto terapêutico permite maior ajustamento das práticas ao perfil individual do sujeito, potencializando a autonomia e a integração social desse público.

Síntese dos dados

Em síntese, é possível afirmar que:

Existe forte valorização social e familiar do diagnóstico precoce como meio de acesso a direitos e facilitador de intervenção, embora profissionais problematizem riscos desse diagnóstico precoce.

Há consenso consolidado sobre a importância da detecção precoce para iniciar a estimulação o mais cedo possível, independentemente da existência de um diagnóstico formal.

Persiste confusão conceitual relevante entre diagnóstico e detecção, inclusive entre profissionais da saúde, indicando necessidade de maior qualificação continuada e atualização dos saberes.

O trabalho em equipe multidisciplinar e a atuação integrada da família se evidenciam como duas vias fundamentais para avanços no cuidado.

Portanto, o caminho mais sustentável e humanizado de cuidado à criança e ao adolescente com TEA passa, necessariamente, pela promoção da detecção precoce sensível, acompanhamento multiprofissional, envolvimento familiar e pelo constante debate ético e técnico sobre as fronteiras entre o diagnóstico precoce propriamente dito e a intervenção fundamentada em evidências. Resta à comunidade científica, aos profissionais e aos gestores públicos garantir a atualização contínua desses conceitos e a ampliação do acesso a práticas baseadas em evidências, a fim de promover o potencial máximo de desenvolvimento e qualidade de vida das pessoas com autismo e de suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprofundamento do estudo sobre o “diagnóstico precoce” e a “detecção precoce” dos sinais de autismo revela não apenas a complexidade da temática, mas também sua urgência ética, social e científica no cenário contemporâneo. Os resultados obtidos e analisados indicam que reconhecer e intervir sobre a singularidade do desenvolvimento infantil antes mesmo da confirmação diagnóstica é um caminho possível, mas, sobretudo, desejável — desde que fundado no respeito à infância e à trajetória única de cada sujeito.

Constata-se que o valor do diagnóstico, para muitos, está menos no nome ou no laudo em si, e mais na abertura de portas para o cuidado, os direitos e a legislação. Porém, é necessário enfrentar criticamente o paradoxo: a legislação vigente ainda atrela o acesso à proteção e aos tratamentos ao diagnóstico formal, muitas vezes forçando caminhos mais rápidos – e perigosamente restritivos – para famílias e profissionais. Ampliar o olhar político e social para valorizar a detecção e garantir à criança e ao adolescente o direito à intervenção diante de qualquer sinal atípico de desenvolvimento não é apenas uma demanda técnica, mas uma exigência de justiça social.

Os dados aqui expressos referem-se ao grupo investigado e a pesquisa apresenta, como limitação, o número reduzido de participantes. Para possíveis generalizações, faz-se necessária a ampliação de novas investigações e pesquisas.

REFERÊNCIAS

BAIO, Jon; WIGGINS, Lisa; CHRISTENSEN, Deborah L.; MAENNER, Matthew J.; DANIELS, Julie; WARREN, Zachary; KURZIUS-SPENCER, Margaret; ZAHORODNY, Walter; ROBINSON ROSENBERG, Cordelia; WHITE, Tiffany; DURKIN, Maureen S.; IMM, Pamela; NIKOLAOU, Loizos; YEARGIN-ALLSOPP, Marshelyn; LEE, Li-Ching; HARRINGTON, Rebecca; LOPEZ, Maya; FITZGERALD, Robert T.; HEWITT, Amy; PETTYGROVE, Sydney; CONSTANTINO, John N.; VEHORN, Alison; SHENOUDA, Josephine; HALL-LANDE, Jennifer; BRAUN, Kim Van Naarden; DOWLING, Nicole F. Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2014. **MMWR Surveillance Summaries**, v. 67, n. SS-6, p. 1–23, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss6706a1>. Acesso em 06 jun. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei 12.764/12, Lei Berenice Piana**. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 09 jun.2022

CAMPANA, Nathalia Teixeira Caldas. **Uso de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil (IRDI) na detecção de sinais de problemas de desenvolvimento associados ao autismo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-10042014-150406/en.php> . Acesso em 8 jun. 2022.

CHRISTENSEN, Deborah L.; BAILO, Jon; BRAUN, Kim Van Naarden; BILDER, Deborah; CHARLES, Jane; CONSTANTINO, John N.; DANIELS, Julie; DURKIN, Maureen S.; FITZGERALD, Robert T.; KURZIUS-SPENCER, Margaret; LEE, Li-Ching; ETTYGROVE, Sydney; ROBINSON, Cordelia; SCHULZ, Eldon; WELLS, Chris; WINGATE, Martha S.; ZAHORODNY, Walter; YEARGIN-ALLSOPP, Marshalyn. Prevalence and characteristics of autism spectrum disorder among children aged 8 years - autism and developmental disabilities monitoring network, 11 Sites, United States, 2012. **Surveillance Summaries**, v. 65, n. 3, p. 1-23, April, 2016. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/65/ss/ss6503a1.htm>. Acesso em: 6 jun. 2022.

FLORES, Mariana Rodrigues; SMEHA, Luciane Najar. Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 16, n. SPE, p. 141-157, 2013. Disponível em: <http://appinventor.mit.edu/explore/about-us.html>. Acesso em: 6 jun. 2022.

GAIATO, Mayra. **SOS Autismo: Guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista**. São Paulo: Versos, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JÚLIO-COSTA, Annelise; ANTUNES, Andressa Moreira. **Transtorno do espectro autista na prática clínica**. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017.

MAENNER, Matthew J.; SHAW, Kelly A.; BAILO, Jon; WASHINGTON, Anita; PATRICK, Mary; DIRIENZO, Monica; CHRISTENSEN, Deborah L.; WIGGINS, Lisa D.; PETTYGROVE, Sydney; ANDREWS, Jennifer G.; LOPEZ, Maya; HUDSON, Allison; BAROUD, Thaer; SCHWENK, Yvette; WHITE, Tiffany; ROBINSON ROSENBERG, Cordelia; LEE, Li-Ching; HARRINGTON, Rebecca A.; HUSTON, Margaret; HEWITT, Amy; ESLER, Amy; HALL-LANDE, Jennifer; POYNTER, Jenny N.; HALLAS-MUCHOW, Libby; CONSTANTINO, John N.; FITZGERALD, Robert T.; ZAHORODNY, Walter; SHENOUDA, Josephine; DANIELS, Julie L.; WARREN, Zachary; VEHORN, Alison; SALINAS, Angelica; DURKIN, Maureen S.; DIETZ, Patricia M. Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2016. **MMWR Surveillance Summaries**, v. 69, n.

SS-4, p. 1–12, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss6904a1>. Acesso em: 6 jun. 2022.

MAENNER, Matthew J.; SHAW, Kelly A.; BAKIAN, Amanda V.; BILDER, Deborah A.; DURKIN, Maureen S.; ESLER, Amy; FURNIER, Sarah M.; HALLAS, Libby; HALL-LANDE, Jennifer; HUDSON, Allison; HUGHES, Michelle M.; PATRICK, Mary; PIERCE, Karen; POYNTER, Jenny N.; SALINAS, Angelica; SHENOUDA, Josephine; VEHORN, Alison; WARREN, Zachary; CONSTANTINO, John N.; DIRIENZO, Monica; FITZGERALD, Robert T.; GRZYBOWSKI, Andrea; SPIVEY, Margaret H.; PETTYGROVE, Sydney; ZAHORODNY, Walter; ALI, Akilah; ANDREWS, Jennifer G.; BAROUD, Thaer; GUTIERREZ, Johanna; HEWITT, Amy; LEE, Li-Ching; LOPEZ, Maya; MANCILLA, Kristen Clancy; MCARTHUR, Dedria; SCHWENK, Yvette D.; WASHINGTON, Anita; WILLIAMS, Susan; COGSWELL, Mary E. Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2018. **MMWR Surveillance Summaries**, v. 70, n. SS-11, p. 1–16, 2021
DOI: <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss7011a1>. Acesso em 6 jun. 2022.

MONTENEGRO, Maria Augusta; CELERI, Eloisa Helena RV; CASELLA, Erasmo Barbante. **Transtorno do Espectro Autista-TEA: manual prático de diagnóstico e tratamento**. Rio de Janeiro: Thieme, 2018.

MULLER Christian. **Conhecimento dos estudantes de medicina acerca do autismo em uma Universidade do Rio Grande do Sul**. RS. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56672> Acesso em 9 jun.2022

OZZONOFF, Sally; DAWSON, Geraldine; MCPARTLAND, James C. **Autismo de alto desempenho**. Tradução Luis Reyes Gil. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2020.

RODRIGUES, Railton; OLIVEIRA, Jairo; SOUSA, Lucas; MAGALHÃES, Simone; VELOSO, Vanessa; SOUSA, Willamys. Flyve: Plataforma com estímulos visuais e sonoros que apoia a alfabetização e o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista de grau 1. *In: ESCOLA REGIONAL DE INFORMÁTICA DO PIAUÍ (ERI-PI)*, 4. 2018, Teresina. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2018. p. 226 - 231. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/eripi/article/view/5172/5078>. Acesso em: 09 jun. 2022

SOUZA, José Carlos; FRAGA, Liliane Leite; OLIVEIRA, Marlene Rodrigues de; BUCHARA, Marli dos Santos; STRALIOTTO, Neusa Carmelina; ROSÁRIO, Senir Pereira do; REZENDE, Tânia Mara. Atuação do psicólogo frente aos transtornos globais do desenvolvimento infantil. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 24, p. 24-31, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/xf8W4GBLDwZNnHd86WBzZmh/?lang=pt> Acesso em: 10 jun. 2022.

STEFFEN, Bruna Freitas; PAULA, Izabela Ferreira de; MARTINS, Vanessa Moraes Ferreira; LÓPEZ, Mónica Luján. Diagnóstico precoce de autismo: uma revisão literária. **Revista Saúde Multidisciplinar**, v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.fampfaculdade.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Art-27.pdf> Acesso em: 10 jun. 2022

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do autismo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2021.

TUCHMAN, Roberto; RAPIN, Isabelle **Autismo**: abordagem neurológica. Tradução Denise Regina de Sales. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. **Autismo**: Guia Essencial para Compreensão e Tratamento. Tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa; Revisão técnica: Maria Sonia Goergen. Porto Alegre: Artmed, 2019.

PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS DO INTERNET ADDICTION TEST VERSÃO BRASILEIRA ATUALIZADA - IAT-BR-R PARA UM GRUPO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA¹²

Marina Cristina de Sousa

Ludrian Mendes de Angelis Moraes

Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

O uso moderado das tecnologias proporciona múltiplos benefícios e praticidade (Castells, 2013). No entanto, ao mesmo tempo em que as telas facilitam trocas e relações humanas, elas também podem ter efeitos sociais complexos. Interações via telas proporcionam contato mais rápido e fácil com grandes quantidades de indivíduos, sem restrições (Bauman, 1999), podendo atender a diferentes necessidades a qualquer hora do dia, facilitando um sentimento de acolhimento sem muito esforço, ao passo que relacionamentos face a face são mais difíceis de controlar e exigem maior dedicação, tempo e resiliência (Fortim; Araújo, 2013).

Pesquisas mostram que o tempo prolongado do uso de *smartphones* torna o cérebro preguiçoso e dependente do aparelho eletrônico (Barr *et al.*, 2015), podendo levar a um comportamento de ignorar o uso da mente para solucionar problemas, dificultar a autorreflexão e favorecer a deterioração da qualidade das interações interpessoais. Hu *et al.* (2017) também apontam para o fato do uso de *smartphones* promover desinteresse em outras atividades, distanciamento familiar e social, ansiedade e práticas solitárias.

Esse cenário pode estar sendo alimentado também pela busca de dopamina em excesso e de respostas rápidas às situações cotidianas e interpessoais, resultante do constante bombardeio de estímulos, levando a uma busca incessante por prazer e recompensa a curto prazo (Sirois; Pychyl, 2013; Tice; Bratslavsky, 2000).

¹² **Apoio:** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq-Unitau e PIBIC-EM/CNPq - Unitau. 

A emergência da nomofobia (do inglês *No Mobile Phone Phobia*), caracterizada por medo intenso ou ansiedade devido à falta de uso do celular ou de acesso à conectividade, com impactos psicofisiológicos negativos (Bhattacharya *et al.*, 2019; Chatfield, 2012), adiciona uma camada de complexidade ao problema. Na impossibilidade do acesso ao aparelho, os indivíduos se sentem sozinhos e excluídos, mesmo quando em proximidade física a amigos e parentes, o que demonstra dificuldade e/ou insatisfação em interações fora das telas (Nicolai-da-Costa, 2004). Essa condição não apenas prejudica o bem-estar psicológico, mas também influencia negativamente o desempenho nas esferas de trabalho, estudos e relações sociais (Caplan, 2007; Fortim; Araújo, 2013; Khoury, 2018).

Isto posto, destaca-se que o objetivo geral deste estudo centra em apresentar os parâmetros psicométricos observados no *Internet Addiction Test*, versão brasileira atualizada - IAT-BR-R, levantados em um grupo de estudantes de um curso de Psicologia.

TEORIA

Produtos eletrônicos são projetados para criar hábitos em seus usuários, com gatilhos de ação ou de emoção que induzem comportamentos como resposta a eles, gerando recompensas - ciclo que os manteria engajados e interessados, sempre retornando aos produtos para obter mais recompensas (Eyal, 2014). Passa-se mais tempo em frente às telas atualmente do que nunca, especialmente devido ao uso generalizado de *smartphones*. Existe uma preferência pela comunicação *online*, mesmo em situações nas quais a interação presencial seria facilmente realizável - o que não é surpreendente, pois as redes sociais foram desenvolvidas com o propósito de simplificar e facilitar a comunicação (Maricuțoiu; Zogmaister, 2023).

O tempo que se passa na Internet pode contribuir para o aumento das taxas de solidão, depressão e ansiedade, promovendo preferência a interações *online* em detrimento a encontros pessoais e proporcionando mudanças nas dinâmicas sociais e nos relacionamentos *offline* (Twenge, 2017). O foco excessivo nos dispositivos também pode levar ao distanciamento durante interações sociais físicas; mesmo estando fisicamente presente, a atenção da pessoa está dividida entre o ambiente físico e o mundo digital.

O impacto negativo nas habilidades sociais e na qualidade dos relacionamentos interpessoais leva a distrações e falta de atenção durante as interações pessoais, afetando

a capacidade de ler emoções e sinais sociais pela falta de contato visual, limitando as oportunidades de compreender plenamente as emoções e perspectivas dos outros e prejudicando as habilidades empáticas (Aiken, 2016).

Aiken (2016), Alter (2017) e Eyal (2014) apontam para a necessidade de conscientização e de educação digital sobre os riscos do uso de tecnologias, implementando práticas saudáveis e estratégias para equilibrar o tempo *online* e *offline*, estabelecendo limites a fim de minimizar seus impactos negativos nos indivíduos e em suas relações sociais, preservando a empatia e a conexão humana autêntica em um mundo digital.

O aumento do uso de dispositivos eletrônicos e das interações *online* pode gerar a sensação de se estar conectado, mas, ao mesmo tempo, criar uma solidão emocional, afetando a habilidade das pessoas de se envolverem em conversas significativas cara a cara. A comunicação digital afeta a qualidade e a natureza dos relacionamentos interpessoais, incentivando uma cultura de autopromoção e de validação externa, afetando negativamente a autoestima, possivelmente diminuindo a empatia e incentivando a superficialidade das conexões (Turkle, 2011), impactando a capacidade dos indivíduos de interpretar, regular e lidar com emoções e comportamentos.

Assim, as telas podem ser utilizadas para suprimir ou evitar a vivência de emoções indesejáveis, dificultando o desenvolvimento de sentimentos de compaixão, altruísmo e empatia, que são úteis na promoção de conexões sociais saudáveis e na melhora da qualidade de vida.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa classificada como estudo de levantamento, pois foi diretamente realizada com um grupo de pessoas cujas características foram analisadas no âmbito da problemática abordada, sendo possível chegar a determinados conhecimentos da realidade por meio da análise quantitativa das informações coletadas (Gil, 2022).

Tem-se como objetivo, portanto, mediante um procedimento formal e científico de viés reflexivo, identificar e descrever as características de fenômenos em um grupo, obtendo-se conhecimento de novas realidades ou verdades parciais (Lakatos; Marconi, 2017; Severino, 2017).

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Taubaté, conforme Parecer número 6.766.459. Participaram da pesquisa 120 estudantes do Curso de Psicologia de uma universidade do interior do Estado de São Paulo e foram aplicados um questionário sociodemográfico e o *Internet Addiction Test* versão brasileira atualizada - IAT-Br-Revisado (Almoêdo de Assis; Bueno, 2014).

O Teste de Dependência em Internet, *Internet Addiction Test*, versão brasileira atualizada - IAT-Br-Revisado é um instrumento de rastreio desenvolvido originalmente por Young (1998), com propriedades psicométricas válidas e confiabilidade confirmada no âmbito nacional para avaliação do construto (Conti *et al.*, 2012). Foi desenvolvido para avaliar quais áreas da vida social do indivíduo foram afetadas pelo uso da Internet (Widyanto; McMurrin, 2004), considerando dimensões de preocupação emocional e cognitiva, como modificação do humor, problemas de gerenciamento de tempo, priorização do tempo *online* sobre outras atividades, problemas de desempenho, substituição da realidade, isolamento e qualidade da vida social e individual comprometida, avaliando a preferência pelo convívio virtual sobre o presencial, a falta de controle e o uso excessivo ou compensatório (Brito *et al.*, 2021). Tais fatores podem ser úteis para a avaliação do comprometimento dos indivíduos na vida pessoal, social e familiar.

O *Internet Addiction Test* – IAT - tem como critérios de análise a preocupação excessiva com a Internet, a necessidade de aumentar o tempo *online* para obter a sensação de interação e a ocorrência de irritabilidade e/ou depressão ao tentar interromper ou diminuir o uso, assim como esforços repetidos para diminuir o tempo de uso da Internet, permanecer *online* mais tempo que o programado, ter o trabalho ou a vida acadêmica e as relações sociais em risco ou negligenciados devido ao uso da Internet; e, ainda, mentir aos outros sobre a quantidade de horas conectadas e fazer uso da Internet como escape ou alívio de problemas e/ou humor disfórico (Conti *et al.*, 2012; Young, 1998).

O IAT é composto por 20 itens de autopreenchimento que podem ser respondidos em uma escala *Likert* de 0 (nunca) a 5 (sempre), sendo que, quanto maior a pontuação, maior o grau de severidade do uso da ferramenta *online*. Os fatores psicométricos avaliados são a saliência, o uso excessivo, o abandono do trabalho, a antecipação, a falta de controle e o abandono da vida social (Conti *et al.*, 2012). Fez-se interessante, para maior abrangência do assunto, além dos 20 itens da versão original,

adotar outros 12 itens do IAT-Br-Revisado para complementação dos já existentes (Almoêdo de Assis; Bueno, 2014).

Os critérios de análise são distribuídos entre os seguintes fatores: Saliência (F1) - que seria a fissura na realização da atividade do uso, sua sobressalência, com potenciais prejuízos no comportamento - e Uso excessivo (F2), representado por 5 itens no teste original; Abandono do trabalho (F3), que foi acrescido de 3 itens dos 12 adicionais incluídos pela versão brasileira ampliada do teste IAT-Br-Revisado; Antecipação (F4), que recebeu 4 novos itens; Falta de controle (F5), contendo 3 novos itens; e Abandono da vida social (F6), com 2 itens incluídos (Almoêdo de Assis; Bueno, 2014; Widyanto; McMurrin, 2004).

No IAT-Br-R utilizado neste estudo tem-se uma estrutura bifatorial, agrupando-se os fatores em: Fator 1, sendo Uso Dependente e Conflitos Psicológicos, relacionado ao impacto do uso nos relacionamentos interpessoais e nas ações e humor do indivíduo, composto pelos itens 3, 5, 9, 10, 11, 13, 15, 19, 20, 22, 27, 29 e 30. Fator 2, Uso Excessivo e Autocontrole, que trata da necessidade do uso e negligência de tarefas ou outras demandas básicas, obtido a partir dos itens 1, 2, 14, 16, 17, 18, 21, 23, 24, 25, 26 e 32. Na pesquisa de Almoêdo de Assis e Bueno (2014) observou-se consistência interna igual a 0,884 obtida pelo Alfa de Cronbach.

Os participantes devem responder em relação à frequência que os comportamentos apontados nos itens ocorrem. A somatória das respostas classifica o indivíduo em usuário mediano, que possui controle do uso; usuário problemático, que tem problemas ocasionais; e usuário com adição, com problemas significativos devido ao uso da Internet (Young, 1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados Sociodemográficos

Tabela 1. Idade dos participantes

Idade	n	%	Idade	n	%
18	22	18,3	30	2	1,6
19	34	28,3	34	2	1,6
20	14	11,6	35	1	0,8
21	14	11,6	36	1	0,8
22	6	5	39	1	0,8
24	4	3,3	40	1	0,8
25	1	0,8	41	1	0,8
26	1	0,8	42	2	1,6
27	3	2,5	43	1	0,8
28	2	1,6	44	2	1,6
29	3	2,5	51	1	0,8
			54	1	0,8

Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

Como se observa na Tabela 1, que apresenta a idade dos participantes da pesquisa, tem-se predomínio de 19 anos (28,3% - n=34), seguido por 18 anos (18,3% - n=22), 20 e 21 anos com a mesma incidência de 11,6% (n=14), com 22 anos tem-se 5% (n=6) e 24 anos com 3,3% (n=4). Assim, a faixa de idade compreendida entre 19 e 24 anos concentra a maior parte dos indivíduos que compuseram o estudo. Em menor incidência, tem-se 27 e 29 anos (2,5% - n=3 cada), 28, 30, 34, 42 e 44 anos (1,6% - n=2 cada) e 25, 26, 35, 36, 39, 40, 41, 43, 51 e 54 com incidência única (0,8%).¹³

Tabela 2. Semestre dos participantes

Semestre	n	%
Segundo	63	52,5
Quarto	50	41,7
Sexto	1	0,8
Oitavo	3	2,5
Décimo	3	2,5
Total	120	100

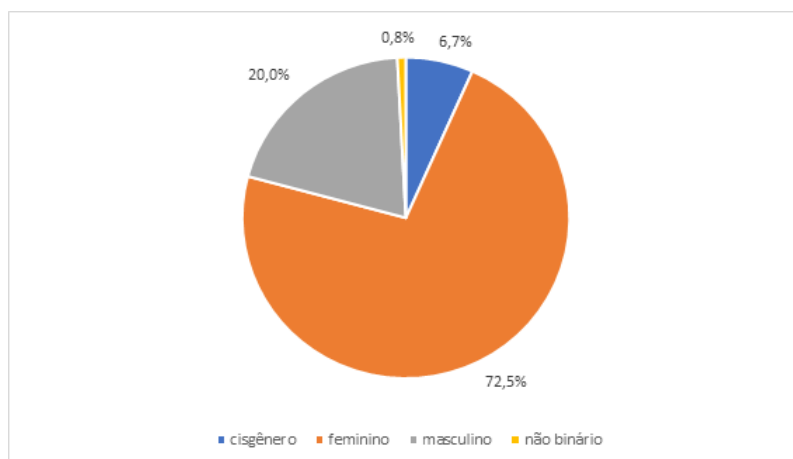
Fonte: dados coletados na pesquisa de campo.

Como se observa na Tabela 2, que apresenta o semestre declarado pelos participantes da pesquisa, a maioria deles está cursando o segundo semestre (52,5% - n=63), seguida por estudantes do quarto semestre (41,7% - n=50).

¹³ Tratamento estatístico realizado por Adans Estatística, sob responsabilidade de Jimmy Adans Costa Palandi - CONRE 8250-A.

Em menor incidência, tem-se participantes no oitavo semestre (2,5% - n=3), no décimo semestre (2,5% - n=3) e sexto semestre (0,8% - n=1).

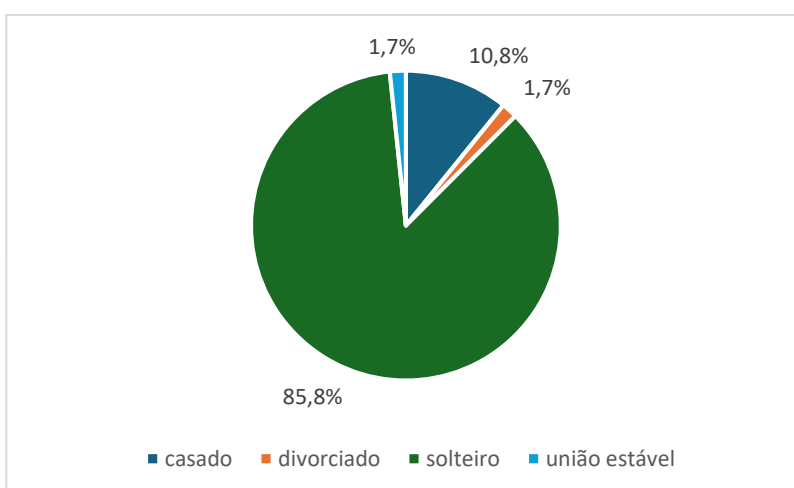
Gráfico 1: Gênero declarado pelos participantes



Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo

Em relação ao gênero dos participantes, a partir dos dados expressos no Gráfico 1, observa-se que 72,5% (n=87) se declararam como sendo do gênero feminino, constituindo-se como maioria dos indivíduos; em seguida tem-se 20% (n=24) do gênero masculino, 6,7% (n=8) que se declararam como cisgênero e um indivíduo como não binário (0,8%).

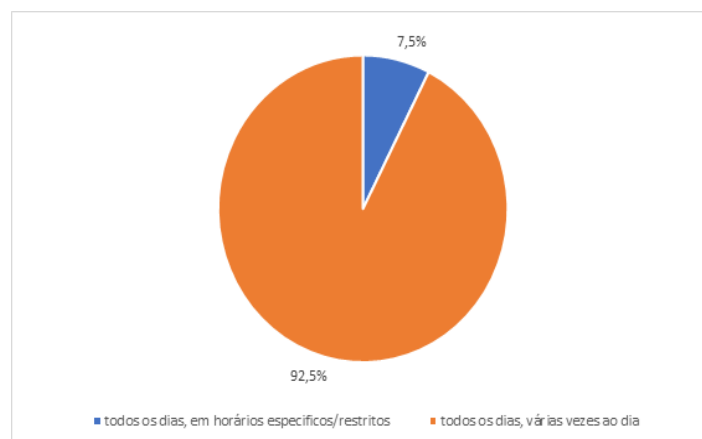
Gráfico 2. Estado civil declarado dos participantes



Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo

Como se observa no Gráfico 02, que apresenta o estado civil declarado pelos participantes da pesquisa, a maioria dos participantes é solteira (85,8% - n=103), seguida por casado (10,8% - n=13). Em menor incidência, tem-se participantes em união estável (1,7% - n=2) e divorciados (1,7% - n=2).

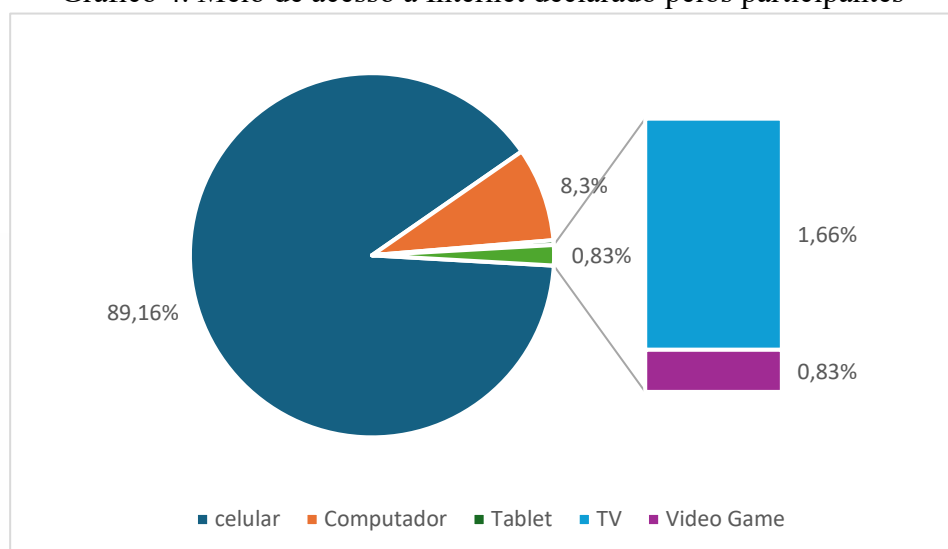
Gráfico 3. Frequência de acesso à Internet



Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo

De acordo com os dados declarados pelos participantes, demonstrados pelo Gráfico 3, a frequência de acesso à Internet da maioria é todos os dias/várias vezes ao dia (92,5% - n=111), enquanto apenas 7,5% (n=9) dos participantes declararam acessar a Internet todos os dias, mas em horários específicos/restritos.

Gráfico 4. Meio de acesso à Internet declarado pelos participantes



Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo

Como se observa no Gráfico 4, que apresenta os dispositivos utilizados pelos participantes da pesquisa, tem-se predomínio do uso de celular (89,16% - n=107), seguido por computador (8,33% - n=10). Em menor incidência, tem-se o uso de TV (1,66% - n=2), tablet (0,83% - n=1) e vídeo game (0,83% - n=1).

Dados do IAT-Br-R

Os fatores F1, F2 e Total são identificados a partir da soma das questões que os compõem. A Tabela 3 apresenta uma análise descritiva completa desses escores.

Tabela 3. Descritiva Completa dos Escores do IAT-Br-R

Estatística	Uso dependente e conflitos psicológicos (F1)	Uso excessivo e autocontrole (F2)	Total
Média	20,39	29,20	60,99
Mediana	19	30	62
Desvio Padrão	8,42	9,34	19,67
CV	41%	32%	32%
Q1	14	23,5	46
Q3	25	36	74
IQR	11	12,5	28
Perc.15	12,85	19,85	40
Perc.85	29	39	78,15
Moda	14	24	67
Moda (%)	12%	20%	56%
Min	2	7	19
Max	49	52	115
N	120	120	120
IC	1,51	1,67	3,52

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo

O Coeficiente de Variação (CV) é uma estatística que avalia o quanto a variabilidade representa da média. O ideal é que esse índice seja o mais baixo possível (<50%), pois, dessa forma, há uma baixa variabilidade e, conseqüentemente, uma homogeneidade dos resultados (Fonseca; Martins, 2004).

Com o cálculo dos quartis é possível se calcular o Intervalo Interquartil (IQR) ou Amplitude Interquartil. Essa estatística auxilia na avaliação do grau de espalhamento de dados (dispersão) em torno da medida de centralidade. Enquanto o desvio padrão e a variância calculam a medida de dispersão sem levar em conta a ordem dos dados, o intervalo interquartil avalia a dispersão de dados somente depois de ordená-los em ordem crescente.

O Intervalo Interquartil é calculado com base no cálculo de quartis, sendo o primeiro quartil (inferior), o quartil intermediário (mediana) e o terceiro quartil (superior), que estão ligados ao conceito de quartil. A diferença entre o quartil superior e o quartil inferior determina o intervalo interquartil (Fonseca; Martins, 2004).

O intervalo de confiança (IC), ora somado e ora subtraído da média, mostra a variação da média segundo uma probabilidade estatística. Também aqui esses limites não estão associados com o cálculo de mais ou menos um desvio padrão em relação à média. O IC é mais confiável, pois apresenta uma probabilidade estatística associada em seu cálculo (Fonseca; Martins, 2004).

Nesta pesquisa, a variabilidade dos três fatores é baixa, pois o CV é menor que 50%, o que demonstra que os dados são homogêneos. A média do F1 ficou em $20,39 \pm 1,51$, sendo que pode variar de 18,88 a 21,90, representando 95% de confiança estatística. Já a média do F1 foi de $29,20 \pm 1,67$ e a do Total ficou em $60,99 \pm 3,52$.

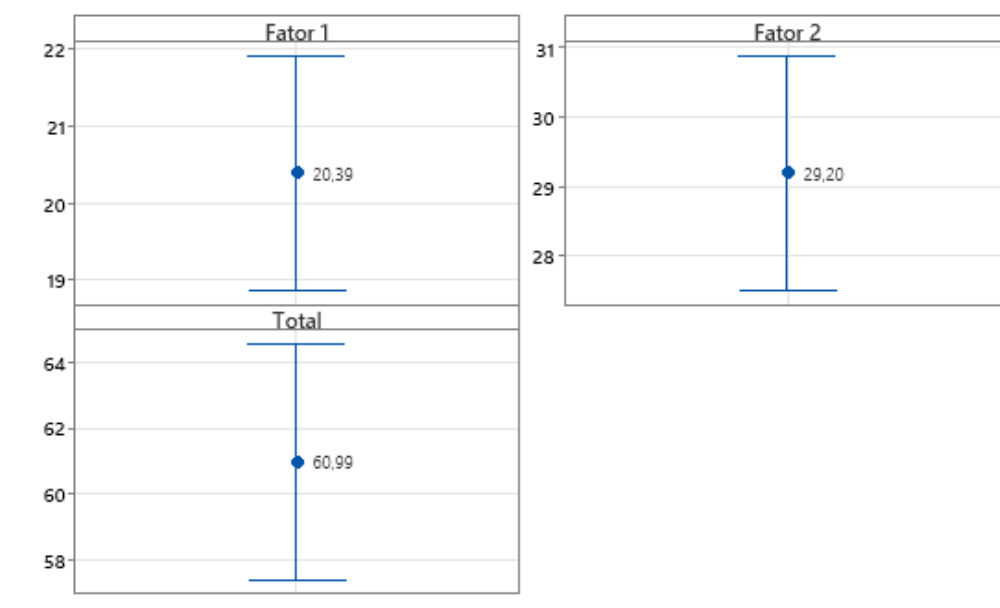
O Gráfico 5 apresenta a distribuição dos dados numéricos obtidos pela estatística descritiva dos dados do IAT-Br-R.

Gráfico 5. Bloxpot para IAT-Br-R



Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo

Gráfico 6. Intervalo de confiança para média IAT-Br-R



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

Observa-se confiança de 95% para a média obtida no IAT-Br-R.

A Tabela 4 apresenta a consistência interna do protocolo aplicado.

Tabela 4: Consistência Interna do Protocolo IAT-Br-R

Fatores	Alfa
Uso Dependente e Conflitos Psicológicos (F1)	0,833
Uso Excessivo e Autocontrole (F2)	0,853
Total	0,910

Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

Foi aplicada a Correlação de Pearson para medir o grau de correlação entre os escores dos Fatores 1 e 2, por meio do Alfa de Cronbach. Verifica-se na Tabela 4 que os valores do Alfa são considerados altos, podendo ser classificados inclusive como “quase perfeitos”. Assim, é possível afirmar que o protocolo e seu fatores possuem alta consistência interna.

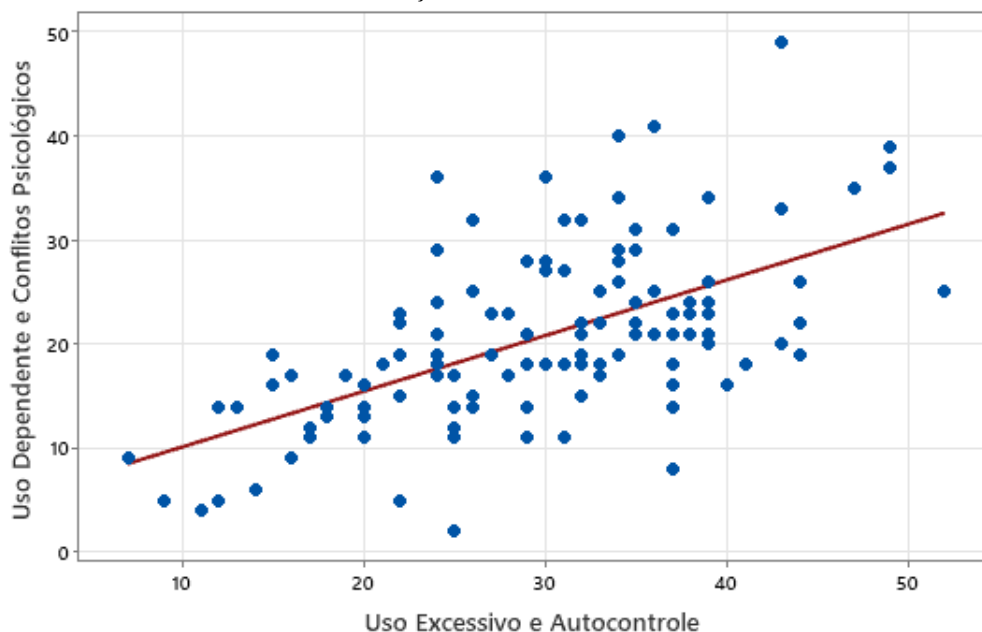
Tabela 5. Correlação entre os Fatores de IAT-Br-R

F1 vs. F2	
Corr (r)	0,594
P-valor	<0,001

Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

De acordo com a Tabela 5, observa-se que a correlação entre os dois fatores ficou em $r = 0,594$ ($p\text{-valor} < 0,001$). Por ser uma correlação positiva, mostra que quanto maior o escore de F1, maior será o escore do F2 e vice-versa. Pode-se classificar essa correlação como sendo Moderada (mas quase forte).

Gráfico 7. Correlação entre os fatores do IAT-Br-R



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

Tabela 6. Distribuição dos dados do IAT-Br-Revisado no grupo

Classificação	F 1		F 2		Total	
	n	%	n	%	n	%
Inferior	1	0,83	2	1,67	3	2,5
Médio Inferior	13	10,8	16	13,3	19	15,8
Médio	87	72,5	83	69,2	82	68,3
Médio Superior	15	12,5	16	13,3	13	10,8
Superior	3	2,5	3	2,5	3	2,5
Muito Superior	1	0,83	-	-	-	-
Total	120	99,96	120	99,97	120	99,9

Fonte: dados coletados na pesquisa de campo

Observa-se na Tabela 6 que a maior parte dos estudantes revela valores médios no que tange aos fatores do IAT-Br-Revisado. O uso excessivo de telas pode ser compreendido como uma forma de dependência comportamental que, embora não envolva substâncias químicas, apresenta características similares às de dependências físicas e psicológicas.

Nesse contexto, os indivíduos frequentemente adotam estratégias de enfrentamento mal adaptativas para lidar com os desafios do cotidiano, recorrendo às telas como uma estratégia para escapar de situações desafiadoras ou desconfortáveis, buscando alívio imediato, anestesiando-se emocionalmente em uma atitude de esquiva social. Esse comportamento frequentemente resulta em uma sensação momentânea de satisfação, bem-estar ou euforia, mas perpetua um ciclo disfuncional e ações sociais cada vez mais mal adaptativas em suas relações interpessoais.

Assim como na dependência de substâncias, a retirada das telas pode desencadear sintomas de abstinência e alterações no humor, que levam a um comportamento compulsivo de retorno ao uso para aliviar o desconforto. Dessa maneira, a relação com as telas deixa de ser funcional e passa a impactar negativamente diversos aspectos da vida pessoal e social (Young; Yue; Ying, 2011).

De acordo com Beck e Liese (2023), esse padrão pode estar relacionado ao uso de estratégias compensatórias, nas quais o indivíduo tenta reduzir o desconforto causado por pensamentos automáticos por meio de uma estratégia compensatória. O pensamento automático (Beck, 2021) ocorre diante de uma situação e, a partir dele, o indivíduo sente emoções que considera desagradáveis ou ameaçadoras; com isso, utiliza mecanismos na tentativa de reduzir o desconforto emocional ou evitar o sofrimento, mas que, frequentemente, mantêm ou agravam os problemas emocionais (Beck, 1976; Beck; Alford, 2000). O uso excessivo pode reforçar o ciclo de uso problemático das tecnologias.

Com relação à classificação geral do IAT, o estudo mostrou predominância do nível "Médio" (68,3% - n=82), seguido de "Médio Inferior" (15,8% - n=19) do uso excessivo da Internet, com apenas alguns participantes apresentando níveis "Médio Superior" (10,8% - n=13) e uma minoria "Superior" (2,5% - n=3) e "Inferior" (2,5% - n=3). Esses dados apontam para uma variabilidade nos padrões de uso, com parte dos indivíduos demonstrando maior autocontrole, enquanto outros já apresentam sinais de uso excessivo e prejuízo funcional.

Comportamentos problemáticos devido à permanência na Internet se caracterizam por um padrão persistente no qual há prejuízo de autocontrole, perda do controle da intensidade, frequência e duração do uso, priorizando o uso de telas em detrimento de outros interesses e atividades e prejudicando as dimensões sociais do indivíduo e relacionamentos interpessoais (Ho *et al.*, 2014).

A presença crescente das tecnologias na vida diária, em praticamente todos os ambientes, agrava a questão da distinção entre o uso recreativo e o uso problemático,

tornando-a cada vez mais importante (Abreu; Góes, 2011). Além disso, Nalwa e Anand (2003) destacam que indivíduos que fazem uso excessivo de telas tendem a se sentir mais solitários em comparação com aqueles que utilizam essas tecnologias de forma mais moderada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, em linhas gerais, valores médios no que se refere ao uso da Internet entre estudantes de Psicologia que participaram do estudo. Esse dado indica que o controle ao acesso à Internet está relacionado ao humor, comportamento e agressividade, culminando com adequação da utilização desses recursos.

Entretanto, o fato de o instrumento ter sido respondido pelos próprios participantes pode ter contribuído para que o resultado atendesse primordialmente às exigências sociais. A autopercepção nem sempre reflete com precisão os comportamentos reais, especialmente em temas que envolvem hábitos cotidianos e possíveis impactos negativos. Além disso, ressalta-se a necessidade de ajuste em itens do IAT-Br-Revisado, com o desenvolvimento de um instrumento nacional que considere as novas formas de engajamento digital para avaliação do uso de telas. Em vez de focar em aspectos menos representativos na atualidade, como acesso ao e-mail, seria mais pertinente incluir variáveis relacionadas ao uso intensivo de redes sociais, como Instagram, TikTok e outras plataformas emergentes, garantindo maior aderência à realidade tecnológica contemporânea.

Por fim, ressalta-se que os dados se referem ao grupo estudado e não podem ser generalizados. Em função da relevância do tema, há necessidade de estudos mais amplos, com outros grupos e em outros locais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Cristiano Nabuco; GÓES, Dora Sampaio. Dependência de Internet *In*: RANGÉ, Bernard (org.). **Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a Psiquiatria**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 440-458.
- AIKEN, Mary. **The cyber effect: a pioneering cyberpsychologist explains how human behavior changes online**. New York: Spiegel & Grau, 2016.
- ALMOÊDO DE ASSIS, Raíssa; BUENO, José Mauricio H. **Dependência de Internet: um estudo das propriedades psicométricas da versão adaptada ao português**

brasileiro do Internet Addiction Test (IAT). Dissertação (Mestrado em Psicologia Cognitiva) -Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29048>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ALTER, Adam. **Irresistible**: the rise of addictive technology and the business of keeping us hooked. London: Penguin Press, 2017.

BARR, Nathaniel; PENNYCOOK, Gordon; STOLZ, Jennifer; FUGELSANG, Jonathan. The brain in your pocket: evidence that smartphones are used to supplant thinking. **Computers in Human Behavior**, v. 48, p. 473-480, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.02.029>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BAUMAN, Marcy L. The evolution of Internet Genres. **Computers and Composition**, v. 16, n. 2, p. 269-282, 1999. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S8755-4615\(99\)00007-9](https://doi.org/10.1016/S8755-4615(99)00007-9). Acesso em: 11 dez. 2023.

BECK, Aaron. T. **Cognitive therapy and the emotional disorders**, New York: International Universities Press, 1976.

BECK, Aaron T.; ALFORD, Brad A. **O poder integrador da terapia cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BECK, Aaron T.; LIESE, Bruce S. **Terapia cognitivo-comportamental para transtornos por uso de substâncias e dependências comportamentais**. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2021.

BHATTACHARYA, Sudip; BASHAR, Md. A.; SRIVASTAVA, Abhay; SINGH, Amarjeet. Nomophobia: No mobile phone phobia. **Journal of Family Medicine and Primary Care**, v. 8, n. 4, p. 129-1300, 7, 2019. Disponível em: https://journals.lww.com/jfmpe/fulltext/2019/08040/nomophobia_no_mobile_phone_phobia.2.aspx. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRITO, Alexandre B.; PINHO, Lucinéia; BRITO, Maria F. S. F.; MESSIAS, Romerson B.; PIRES, Kewla D.; RODRIGUES, Carolina A. O.; REIS, Vivianne M. C. P.; SILVEIRA, Marise F. Propriedades psicométricas do Internet Addiction Test em estudantes de Montes Claros, Minas Gerais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 5, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00212619>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CAPLAN, Scott E. Relations among loneliness, social anxiety, and problematic Internet use. **Cyber Psychology & Behavior**. v. 10, n. 2, p. 234-242, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/cpb.2006.9963>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHATFIELD, Tom. **Como viver na era digital**. Tradução: Bruno Fiuza. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

- CONTI, Maria A.; JARDIM, Adan P.; HEARST, Norman; CORDÁS, Táki A.; TAVARES, Hermano; ABREU, Cristiano N. Avaliação da equivalência semântica e consistência interna de uma versão em português do Internet Addiction Test (IAT), **Archives of Clinical Psychiatry**, v. 39, n. 3, p. 106-110, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/LjYq8wybSZVW6jhq6kVZhCx/?format=pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- EYAL, Nir. **Hooked: how to build habit-forming products**. New York: Portfolio, 2014.
- FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- FORTIM, Ivelise; ARAUJO, Ceres A. Aspectos psicológicos do uso patológico de Internet. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, v. 33, n.85, p. 292-311, dez 2013. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v33n85/a07.pdf>. Acesso em 15 dez. 2023.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- HU, Yuanming; LONG, Xiaojing; LYU, Hanqing; ZHOU, Yangyang; CHEN, Jianxiang. Alterations in white matter integrity in young adults with smartphone dependence. **Frontiers in Human Neuroscience**, v. 11, 532, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5673664/>. Acesso em: 27 dez. 2023.
- KHOURY, Julia M. **Caracterização dos aspectos neuropsicológicos e fisiológicos da dependência de smartphone**. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AXVHFG>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARICUȚOIU, Laurențiu; ZOGMAISTER, Cristina. The role of preference for online interactions in the relationship between self-concept variables and problematic use of social networks. **Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace**, v. 17, n. 4, 2023. Disponível em: <https://cyberpsychology.eu/article/view/30969>. Acesso em: 26 dez. 2023.
- NALWA, Kanwal; ANAND, Archana P. Internet addiction in students: a cause of concern. **Cyberpsychol Behavior**, v. 6, n. 6, p. 653-6, 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/14756932/>. Acesso em: 09 maio. 2025.
- NICOLAI-DA-COSTA, Ana M. Impactos psicológicos do uso de celulares: uma pesquisa exploratória com jovens brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 165-174, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000200009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 07 maio. 2025.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

SIROIS, Fuschia; PYCHYL, Timothy. Procrastination and the priority of short-term mood regulation: Consequences for future self. **Social and personality psychology compass**, v. 7, n. 2, p. 115-127, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1111/spc3.12011>. Acesso em: 12 dez. 2023.

TICE, Dianne M.; BRATSLAVSKY, Ellen. Giving in to feel good: The place of emotion regulation in the context of general self-control. **Psychological Inquiry**, v. 11, n. 3, p. 149-159, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1207/S15327965PLI1103_03. Acesso em: 12 dez. 2023.

TURKLE, Sherry. **Alone together**: Why we expect more from technology and less from each other. New York: Basic Books, 2011.

TWENGE, Jean M. **iGen**: Why today's super-connected kids are growing up less rebellious, more tolerant, less happy--and completely unprepared for adulthood--and what that means for the rest of us. New York: Atria Books, 2017.

WIDYANTO, Laura; McMURRAN, Mary. The psychometric properties of the Internet Addiction Test. **CyberPsychology & Behavior**, v. 7, n. 4, p. 443-450, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/cpb.2004.7.44>. Acesso em: 9 jan. 2024.

YOUNG, Kimberly S. Internet addiction: the emergence of new clinical disorder. **CyberPsychol Behavior**, v. 1, n. 3, p. 237-244, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/cpb.1998.1.237>. Acesso em: 13 dez. 2023.

YOUNG, Kimberly S.; YUE, Xiao D.; YING, Li. Prevalence estimates and etiologic models of Internet addiction. *In*: YOUNG, Kimberly S.; ABREU, Cristiano N. (org.). **Internet addiction**: a handbook and guide to evaluation and treatment. New Jersey: John Wiley & Sons Inc, 2011. 3-17.

PARENTALIDADE E CONJUGALIDADE NAS RELAÇÕES FAMILIARES NA FASE DE AQUISIÇÃO

Beatriz Calil Santos

Andreza Maria Neves Manfredini

INTRODUÇÃO

Parentalidade significa tornar-se pai ou mãe, e que considera as dificuldades e mudanças que a vinda de um bebê gera na vida de uma família. Caracteriza-se pelo confronto vivenciado diante das transformações profundas de identidade e da revivência de conflitos arcaicos, caracterizando-se como uma nova fase evolutiva da personalidade (Benedek, 1959). Portanto, existem diferenças entre as tarefas da parentalidade compartilhada entre os pais e como isso influencia o relacionamento do casal durante a fase de aquisição.

A chegada de um filho altera a convivência entre o casal, que passa a exercer o papel de pai e mãe, o que implica a conciliação de tarefas domésticas e os cuidados com a criança. Nesse contexto, as pessoas ficariam vulneráveis à depressão e retornariam aos papéis estereotipados de gênero, contribuindo para o aumento do conflito conjugal (Hernandez; Hutz, 2009).

O ciclo vital familiar envolve as várias etapas pelas quais as famílias passam, da sua constituição até a morte de um dos indivíduos que a iniciaram (Cerveny, 1997). Os critérios variam de acordo com a idade dos pais e filhos, o tempo que estão juntos e abrangem as diversas configurações familiares, podendo incluir recasamentos, casal heterossexual, casal homossexual, casal reconstituído.

A parentalidade costuma ocorrer durante a fase de aquisição. O casal se torna pais, abdicando da vida apenas conjugal. A formação da família implica desafios para a conciliação entre a individualidade, a conjugalidade e a vida familiar, evidenciando a contradição interna familiar: ao mesmo tempo em que os laços de dependência são necessários, eles são negados. No laço conjugal, assim como na família, a necessidade de interdependência e a negação dessa necessidade criam tensões internas. É preciso ser "um", em sendo "dois" (Féres-Carneiro, 1998).

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Zornig (2010), com a vinda do discurso iluminista e do Romantismo no século XVIII, as alianças conjugais e relacionamento entre pais e filhos passaram a ser baseados no afeto e no poder de escolha dos indivíduos. O papel da parentalidade é estabelecido, visando maior cuidado com o desenvolvimento da criança.

Zornig (2010) afirma que

A função paterna, enquanto função de mediação entre a mãe e o bebê, auxilia a mãe a reconhecer o bebê em sua dimensão de sujeito e alteridade, já que para o pai o bebê se constitui como objeto externo desde a concepção. É nesse momento que a presença do bebê real funciona como um catalisador que modifica os fantasmas parentais e permite aos pais retificar as fantasias de sua infância. Na medida em que o bebê não é um reservatório passivo dos cuidados parentais, suas respostas podem modelar o tipo de parentalidade que lhe é oferecida, propiciando novas formas de interação que vão além dos modelos identificatórios que os pais trazem de suas histórias individuais (Zornig, 2010).

De acordo com o pensamento psicanalítico, o bebê, antes do nascimento, atua como um catalizador para as projeções e expectativas dos pais sobre o desenvolvimento da criança, mas após o nascimento é necessário adaptar-se à nova realidade, visto que interfere no relacionamento do casal pela nova dinâmica que é criada.

O termo parentalidade envolve um conjunto de atividades que proporcionem o desenvolvimento físico, mental e psicológico da criança, criando um ambiente confiável e seguro para que desenvolva a capacidade de socialização. O conceito pode variar de acordo com as culturas e o contexto socioeconômico da família. De acordo com Machado (2010), as diferenças podem aparecer devido à distância interpessoal e ao objetivo da socialização da criança. Na maioria das culturas, a parentalidade pode ser definida como um sistema de crenças culturais passado de pais para filhos.

Cruz (2014) ressalta a importância do afeto na família:

A satisfação das necessidades de afeto, confiança e segurança implicam a construção de um ambiente relacional ao mesmo tempo caloroso e responsivo. Por ambiente caloroso entendemos relações marcadas pelo carinho, humor positivo, reforços positivos e elogios, adequados em função da idade da criança. Pais e mães calorosos revelam disponibilidade emocional e prazer em estar com os seus filhos. Contudo, não basta ser caloroso; é necessário que as interações parentais sejam responsivas, ou seja, contingentes às ações, interesses, preferências e necessidades dos filhos. Uma atuação responsiva exige da parte dos pais um conjunto de competências interpessoais que a maior parte destes possui sem grande esforço ou treino: ser capaz de observar e interpretar as pistas apresentadas pelos filhos, empatizar com e ser sensível, e responder-lhes de forma adequada. (Cruz, 2014).

Na parentalidade, além do cuidado básico com o bebê, como alimentação e saúde, também é de supra importância o carinho e o afeto durante o desenvolvimento da criança, proporcionando um ambiente familiar acolhedor e adequado à idade da criança, marcado por reforços positivos, bom humor e elogios, além da empatia e o compromisso com a vida da criança, percebendo suas demandas e se adaptando aos novos desafios, validando os sentimentos que ainda tem dificuldade de controlar.

Antes do século XVIII não se observava a transição da infância para adolescência. As crianças eram vistas como adultos em miniatura. Participavam dos trabalhos domésticos e das demais atividades realizadas pelos adultos. Nas famílias abastadas, eram criadas pelas amas, mal tinham contato com os pais, que se ocupavam apenas de gera-las. A partir do discurso iluminista, as figuras de pai e mãe foram sendo construídas, mas ainda era algo distante do que se concebe hoje como a parentalidade, que demonstra que dentro da conjugalidade também existe a figura de pais.

Quando um casal decide ter filhos, o espaço público invade o espaço privado da conjugalidade, organizando as relações de parentesco e definindo as responsabilidades dos pais e do Estado em relação às crianças (Zornig, 2010). O termo pai e mãe adentra a vida do casal, não existindo mais somente o casal, mas sim a família que está sendo formada, juntamente com o desafio de manter sua individualidade.

O estabelecimento de laços entre os pais e o bebê favorece seu desenvolvimento afetivo e cognitivo, mas, ao mesmo tempo, desperta nos pais a preocupação de serem “pais suficientemente bons” para aquele bebê (Zornig, 2010). A chegada de um filho altera a vida dos pais, podendo ser no âmbito psíquico, ao colocar expectativas e projeções no filho, como na vida cotidiana.

A família está atrelada ao processo dinâmico da história e sofre modificações, pois sua estruturação está intimamente vinculada ao momento histórico que atravessa a sociedade, uma vez que os diferentes tipos de estruturas familiares são determinados por um conjunto significativo de variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas e históricas (Vieira; Rava, 2010).

De acordo com Cervený *et al.* ressalta que

Costumamos ouvir, no cotidiano, que a família é a base da sociedade. O dicionário Priberam define a palavra base como algo que serve de apoio, de princípio ou o que dá fundamento. Portanto a expressão de que a „família é a base da sociedade “, traz uma conotação ao que parece determinada socialmente, onde o indivíduo desde o seu nascimento é inserido em um núcleo que tem o dever de apoiá-lo e dar a ele estrutura para viver e se

relacionar com outras pessoas, fundamentado em crenças e valores, normatizados socialmente (Cervený *et al*, 2014).

Cervený e Berthoud (2009) destacam ainda o papel da Internet na comunicação no ambiente virtual, que vem afetando diretamente o padrão de comportamento sexual e a escolha de parceiros entre os adolescentes e jovens adultos, entre outras mudanças.

O casamento, inicialmente, era indissolúvel. A família, constituída perante a lei, tinha um modelo conservador, constituindo uma entidade matrimonial, patriarcal, patrimonial, indissolúvel, hierarquizada e heterossexual. O vínculo entre os nubentes deveria ser mantido, independentemente e até contra a vontade dos cônjuges (Dias, 2024). O conceito de conjugalidade foi se alterando com o tempo, revelando novas formas de vida familiar e de parentalidade.

Segundo Féres-Carneiro (1998), antes do século XVIII o casamento era o meio de ligar duas famílias e garantir sua continuidade, sem envolvimento amoroso. Com o passar do tempo, um novo ideal de casamento por amor e livre escolha do cônjuge se propõe no Ocidente. Na sociedade atual, o ideal de casamento se constrói no desejo de partilhar a subjetividade com outro indivíduo e de construir uma família.

Segundo Féres-Carneiro e Diniz Neto (2010),

No imaginário social, evoca-se a ideia do casal como um par associado por vínculos afetivos e sexuais de base estável, com um forte compromisso de apoio recíproco, com o objetivo de formar uma nova família incluindo, se possível, filhos. A relação conjugal se dá, portanto, em um contexto sócio-histórico e também familiar no qual o indivíduo, ao se socializar, internaliza pautas de ações psicossociais complexas. [...] Assim, a relação conjugal tem início com a criação de um território comum, no qual começam a ser compartilhadas experiências que produzem pautas de interação social significativas para o casal, relativizadas pela experiência de construção psicossocial de cada indivíduo (Féres-Carneiro.; Diniz, 2010).

O subsistema conjugal é formado por duas pessoas adultas, unidas entre si por laços afetivos e tem como característica principal a constituição de um par que se une com a finalidade de constituir seu próprio sistema familiar (Minuchin; Fishman, 2003).

Desde a era medieval até o século XIX registrava-se uma alta taxa de mortalidade infantil devido à falta de cuidado das famílias com os filhos, que deixavam as crianças sozinhas ou as colocavam para realizar trabalho de adulto, não havendo o vínculo presente nas famílias modernas. As mães, principalmente as mulheres da elite, entregavam seus bebês para amas de leite, para serem amamentados até os dois anos de idade (Meira; Centa, 2003).

Segundo Carneiro (1986), a partir do século XVI, com a ascensão da burguesia, surgiu o modelo da família patriarcal, que no Brasil foi caracterizada por monogamia, amor conjugal, fidelidade, senso de cuidado e proteção dos filhos. O modelo de família burguês e suas características foram disseminados para a classe operária, trazendo os atributos que são usados atualmente para caracterizar a conjugalidade e a família.

Segundo Macedo (1994), o conceito de família adotado pela Psicologia coloca importância vital no desenvolvimento do indivíduo, já que a família vai ser o primeiro espaço psicossocial, um protótipo de como serão as relações do sujeito com o mundo. Na família devem ser cultivados sentimento de pertencimento, identificação social, diferenciação das culturas e gostos. Logo, a família é vista como base para as relações de afeto e lealdade criadas ao longo da vida da pessoa, extrapolando a família nuclear e incluindo os demais laços afetivos.

Sobre a mudanças na vida familiar, Meira e Centa afirmam:

[...] temos maneiras diferenciadas de articulações das relações familiares, que se expressam no significado dos vários papéis familiares. Em relação à criança e ao adolescente, é no atual contexto da família que eles vivenciam o cotidiano social, cabendo, a esta, a responsabilidade de sua criação, educação, desenvolvimento e formação. A família aparece, então, como unidade econômica e como direito das crianças e adolescente (Meira; Centa, 2003).

As famílias modernas abrangem novas dinâmicas. O recasamento cria um novo núcleo familiar após um divórcio, com maior complexidade, já que envolve novos irmãos, avós e outros membros. Na família recasada os limites dos subsistemas familiares são mais permeáveis; a autoridade paterna e materna é dividida com outros membros da família, assim como os encargos financeiros (Féres-Carneiro, 1998).

Não é requisito indispensável para haver família que haja homem e mulher, pai e mãe (Barros, 2002, p. 9). A homoparentalidade é uma das novas formas de família, podendo ser duas mães ou dois pais, com filhos biológicos ou não. As novas configurações familiares também incluem divórcios e recasamentos, que podem estabelecer sobreposição durante as fases do ciclo vital familiar.

A família é muitas vezes referida como a célula da sociedade, por ser o primeiro grupo de convívio da pessoa. É na família que esta pessoa nasce, cresce, desenvolve, reproduz e vem a falecer (Cembranelli, 2019). O ciclo vital familiar foi concebido para caracterizar as etapas da vida familiar.

O ciclo vital da família brasileira, de acordo com Cervený e Berthoud (1997, 2002) está dividido em quatro fases: fase de aquisição, fase adolescente, fase madura e fase última.

Para adaptar o ciclo vital da família à realidade brasileira, foram propostos por Cervený (2010) alguns critérios, como idade dos pais e filhos, tempo que o casal está junto e constituição da família, até a morte de um dos indivíduos que deu início ao ciclo, sendo assim caracterizados:

1. Mudanças no tamanho da família: abrange a entrada e saída de membros da família, em eventos como nascimentos, mortes, casamentos e outras alterações;
2. Mudanças na composição por idade: baseia-se na idade do filho mais velho;
3. Mudanças na posição profissional da pessoa ou pessoas que sustentam a família: baseia-se nas tarefas e demandas funcionais, que são maiores ou menores de acordo com a fase da vida.

Na fase de aquisição ocorrem mudanças que afetam toda a estrutura familiar, como uma mudança de casa ou a chegada de um filho. Essa fase compreende desde a escolha dos parceiros, passando pela chegada dos filhos até a entrada destes na adolescência. É caracterizada principalmente pelas conquistas, definição de papéis na nova família e busca da identidade do casal (Santos *et al.*, 2014).

Segundo Habigzang e Cenci (2015),

A fase de aquisição caracteriza-se como um período de adaptação à conjugalidade, ao exercício da paternidade/ maternidade e à vida do casal com filhos pequenos. Configura-se pela constituição da família, a aquisição de bens materiais, a construção dos padrões de interação relacional e pela reorganização do sistema devido à definição e à adoção de novos papéis dos membros envolvidos no estilo de vida familiar que se inicia (Cenci; Habigzang, 2015, p. 16-25).

Na fase de aquisição os pais adentram os quesitos da parentalidade, construindo uma família por meio também de sua história individual.

De acordo com Berthoud (2002), a fase de aquisição apresenta três momentos:

- 1) Unindo-se: início da constituição de uma nova família. Primeiro fenômeno da fase da aquisição. Tem início com a conquista do futuro cônjuge, que pode durar dias ou meses, variando de acordo com a vivência de cada casal. Apresenta alguns elementos em comum, independente do estilo de vida do casal, sendo apaixonar-se, apostar na relação, criar laços, sentir medo da aproximação e avaliar as diferenças. Os casais vivem nessa etapa o começo do sentimento de atração e aproximação, que

resulta na decisão de união conjugal. A autora considera esse período já como vivência da união, já que é um movimento interno e emocional, ocorrendo posteriormente à passagem pela fase inicial da conquista. No caso de recasamentos, os sentimentos e a vivência na união do casal também são presentes, mas acrescidos e permeados por sentimentos únicos.

- 2) Construindo a vida a dois: Segundo fenômeno da fase da aquisição. Envolve readaptações, negociações e surgimento de novos sentimentos. Compreende-se por meio de categorias conceituais que foram desenvolvidas para abordar e explicar os processos emocionais e psicológicos. O casal vivencia o tempo de adaptação, quando começa a vida a dois, tendo sentimentos ambivalentes como insegurança, prazer e desafios da vida conjugal. Está presente, em especial, em casais jovens que estão vivendo sua união conjugal. Logo em seguida tem início a família, construindo uma relação que envolve um movimento psicológico de edificação do núcleo familiar. As maiores dificuldades encontradas nessa etapa são a elaboração de um novo padrão de relação entre o casal, divisão do espaço físico e emocional e a administração financeira.
- 3) Vivendo a parentalidade: terceiro fenômeno durante a fase de aquisição, tem início com a decisão de ter filhos ou com uma gravidez inesperada, que gera a transformação do casal em uma família e exige mudanças, de acordo com as fases de desenvolvimento. A parentalidade surge como um termo para marcar a dimensão de se tornar pais e a relação de pais com filhos.

À mãe é atribuído um papel de superioridade, como única e insubstituível. Já a figura do pai é associada ao homem protetor. Esse modelo heteronormativo e antigo limita e aprisiona os pais em amarras sociais que impossibilitam que executem a parentalidade de maneira que fuja dos padrões já pré-estabelecidos pela sociedade. A perpetuação desse modelo tem impacto não só no modo com que as gerações atuais entendem e significam a parentalidade, mas também na forma com que os filhos reproduzirão e exercerão parentalidade no futuro (Roudinesco, 2003).

Berthoud (2002) afirma que

Após o nascimento, pode-se considerar que ocorrem transformações individuais em cada um dos membros do casal, bem como a (re) construção e (re) negociação de papéis na relação conjugal e parental. Entre as principais mudanças individuais e relacionais que ocorrem nesse período, podem-se citar as seguintes: descoberta de novos sentimentos durante a gravidez e após o nascimento, vivência de dificuldades pessoais frente à ambivalência de ter um filho e seguir a vida profissional e pessoal, vivência da maturidade, novos

papéis e rotinas diante das necessidades do filho, divisão da atenção entre filho e parceiro, entre outras (Berthoud, 2002).

A fase de aquisição representa diversas mudanças da vida do casal, que sai da família de origem e ingressa em um novo sistema familiar, no qual precisa ceder e reconstruir padrões pré-estabelecidos, crenças e valores, adaptando-se para viver a parentalidade e conjugalidade. Assim, há o casal tradicional heterossexual, o casal homossexual, o casal reconstituído, todos eles passando por etapas com desafios e tarefas específicos no ciclo de vida familiar (Cervený; Berthoud, 2009).

MÉTODO

Foi utilizada uma metodologia de pesquisa qualitativa com estudo de caso, a fim de compreender os aspectos subjetivos e ponto de vistas com indivíduos.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa qualitativa depende da coleta de dados. Em relação aos instrumentos de pesquisa, aos pressupostos teóricos e à extensão da amostra, a pesquisa qualitativa é definida como sendo menos formal que a quantitativa. O autor salienta que o estudo de caso tem como objetivo uma análise aprofundada, visando um exame detalhado do ambiente, do sujeito ou de uma situação.

O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, que abordou temas como: vida familiar, papel de pai e mãe, relacionamento conjugal e as influências da vida familiar e conjugal. A adoção de entrevistas semiestruturadas se deu por representar uma decisão metodológica adequada para a resolução do problema de pesquisa (Mcgrath; Palmgren; Liljedahl, 2019).

Para alcançar o objetivo, foram realizadas 5 entrevistas semiestruturadas, tendo como critérios de inclusão dos participantes casais com filhos bebês e/ou crianças até 12 anos, de classe média, de famílias de diferentes configurações e residentes na região do Vale do Paraíba (SP).

O tipo de amostra utilizada foi a não probabilística e por acessibilidade, que se caracteriza por retirar apenas uma amostra de parte da população acessível. O uso desse tipo de amostragem não permite que sejam feitas quaisquer análises estatísticas ou generalizações, o que efetivamente não foi realizado (Gil; Vergara; 2015).

O Quadro 1 apresenta o perfil dos participantes.

Participantes	Idade	Idade do(s) filho(s)	Tempo de casados	Cidade	Local da entrevista
Maria e Ângelo	M: 34 anos A: 38 anos	Filha: 3 anos	9 anos	Pindamonhangaba - SP	online – Google Meet
Ana e Rodrigo	A: 41 anos R: 42 anos	Filhas: 9 anos	12 anos	Taubaté - SP	online – Google Meet
Mônica e Eduardo	M: 33 anos E: 36 anos	Filho: 5 anos	6 anos	Taubaté - SP	Residência dos participantes
Magali e João	M: 32 anos J: 39 anos	Filho: 6 anos Filho: 12 anos	13 anos	Taubaté - SP	online – Google Meet
Giulia e Joaquim	G: 45 anos J: 44 anos	Filho: 6 anos Filha: 16 anos	17 anos	Taubaté - SP	online – Google Meet

Fonte: elaborado pelas autoras

Foram entrevistados 5 casais, sendo 3 com filho único e 2 casais com 2 filhos, todos vivendo a fase de aquisição. Um casal apresentou sobrecarga de fases, com a fase de aquisição e fase adolescente simultaneamente. Todos os participantes residem no Vale do Paraíba (SP), são heterossexuais e com mais de 5 anos de relacionamento. Dos casais, 4 estão no primeiro casamento e 1 casal vive um recasamento, mas sem filhos da outra relação. Os nomes dos participantes foram substituídos por nomes fictícios, para que a identidade e o compromisso com o sigilo ético fossem garantidos.

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica amostral bola de neve. Segundo Dewes e Nunes (2013), a amostragem em bola de neve pressupõe que existe uma ligação entre os membros da população que está sendo estudada.

Em um primeiro momento, a pesquisa foi divulgada em redes sociais da pesquisadora e solicitou-se aos interessados preencher um formulário via Google Forms com informações básicas, como nome, idade, cidade, telefone, estado civil, número de filhos e idades destes e manifestando seu interesse em participar da pesquisa. Após a triagem das respostas, foi estabelecido contato com os selecionados para dar início à entrevista.

A entrevista foi agendada em acordo comum entre participantes e pesquisadora, decidindo data, horário e local, sendo 4 realizadas de maneira remota pelo Google Meet e uma presencialmente, na residência de um dos casais participante. Em ambas as situações foi providenciado um local tranquilo, evitando intercorrências durante a entrevista. Inicialmente foi lido o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido e assinado pelos participantes. A seguir teve início a entrevista semiestruturada, com perguntas embasadas nos objetos da pesquisa.

A entrevista foi gravada em áudio, para posterior transcrição na íntegra. Ademais, ao final da entrevista, foi pedido que um dos integrantes do casal preenchesse alguns dados sobre o perfil socioeconômico.

A análise dos dados coletados foi realizada por categorização dos temas levantados nas entrevistas. De acordo com Gil (2002), categorização é a organização dos dados de maneira que o pesquisador consiga tirar conclusões e decisões analisando-os, a fim de construir categorias descritivas. Os dados também poderão ser analisados mediante a análise quantitativa, em que, por meios estatísticos, se formulam hipóteses sobre os fenômenos e situações que se quer estudar (Popper, 1972).

RESULTADOS

Foram construídas duas categorias com base nas entrevistas e de acordo com os objetivos específicos.

Quadro 2 – Categorias dos temas

Categorias
Categoria 1 - As tarefas e os sentimentos que demandam o exercício da parentalidade
Categoria 2 - Os desafios da parentalidade e da conjugalidade

Categoria 1 - As tarefas e os sentimentos que demandam o exercício da parentalidade

Quadro 3 - Tarefas que demandam o exercício da parentalidade

Participantes	Falas dos participantes
Maria e Ângelo	<i>“É uma fase desafiadora. Ela (filha) é muito inteligente, esperta e tudo isso tem ônus e bônus, que é a fase que toda criança passa. Uma luta para tomar banho, escovar dente. Ele (marido) tem dinâmica de conduzir melhor a situação (...) hoje ele (marido) me ajuda nas funções de casa.”</i>
Ana e Rodrigo	<i>“Como veio gêmeos não tinha essa escolha de ela cuidar do bebê enquanto eu trabalho, precisava de suporte, fazia revezamento, principalmente no começo, quando são bebês. Dava o suporte em casa para ela conseguir dar atenção para os gêmeos.”</i> <i>“Dividimos a rotina, algumas coisas ficam para mim (esposa) porque acaba que tenho mais tempo, mas sempre que preciso ele me ajuda, dá um jeito de fazer junto as coisas as atividades das crianças.”</i>
Mônica e Eduardo	<i>“Não é justo da nossa parte terceirizar o nosso serviço de cuidar dele (filho). Dividimos a rotina, sempre procuramos fazer algo que ele goste, tipo ver algo junto, tomar café da manhã, ter um momento junto. A gente sabe que o celular interfere, fazer algo para viver o momento em família, entrar no mundo dele e se aproximar.”</i>
Magali e João	<i>“A criação que tive dos meus pais, de pai provedor, quero fazer tudo tomar a frente, mas é por conta da criação [...] Nós dividimos o tempo na terapia, psicopedagoga, escola e médico das crianças.”</i>
Giulia e Joaquim	<i>“Quem me ajudou em tudo foi ele (marido). Nós optamos por sentir esse momento de pai e mãe, fazer comida, limpeza na casa, dar banho no neném.”</i> <i>“As ações não mudaram. Eu já limpava, cozinhava. O que mudou foi a intensidade e a rotina. Um dos perigos é que o foco vai só para o neném e esquece o outro.”</i>

Fonte: entrevistas semiestruturadas

Pela fala dos participantes é possível analisar que o exercício da parentalidade demanda companheirismo, dividir a rotina com o cônjuge, ter apoio emocional, conciliar as tarefas domésticas com a criação dos filhos.

Os discursos dos entrevistados apresentaram em comum o aumento e a divisão de tarefas e atividades dentro de casa e com os filhos, levando a constatar que a carga da parentalidade é dividida entre os casais. O primeiro ponto observado é que os casais concordam no estilo de criação dos filhos, e que antes de terem filhos já era algo que desejavam.

O casal Mônica e Eduardo pontuaram sobre não terceirizar o serviço para outros familiares, procurando maneiras de dividir as tarefas e ter tempo de lazer com o filho. O casal Ana e Rodrigo também tiveram um relato semelhante sobre se revezar para ambos não ficarem sobrecarregados. É importante o casal se fortalecer e dividir a rotina, não deixando os cuidados com a casa e a criança apenas para a mulher. Todos os casais entrevistados trabalham fora, fator que contribui para a maior distribuição de tarefas, já que se enxergam como iguais e têm tempo semelhante para conciliar a família e trabalho.

O casal Giulia e Joaquim, durante a entrevista reforçou a importância de o homem também auxiliar e participar da rotina da casa, já que os dois trabalham e procuram um equilíbrio para não sobrecarregar o cônjuge. De acordo com Wagner *et al.*, (2005), os maridos são isentados das responsabilidades das tarefas domésticas, sendo visto como uma “ajuda” dentro da casa. Muitas vezes as mulheres são sobrecarregadas por terem que trabalhar fora e cuidar dos filhos e realizar tarefas domésticas.

Quadro 4 - Sentimentos no exercício da parentalidade

Participantes	Falas dos participantes
Maria e Ângelo	<i>“Para saber precisa ter um filho, para ver o verdadeiro sentimento de amor e carinho, sentir algo que nunca sentiu na vida pela filha.”</i>
Ana e Rodrigo	<i>“A importância da vida do casal é a nossa criação. Nós somos católicos, fomos criados dentro da religião, que destaca a importância de o casal se juntar e dar continuidade do que acreditamos para os filhos.”</i>
Mônica e Eduardo	<i>“Quando ela (esposa) fala na realização, você vê pequenas conquistas nele (filho) e a gente progredindo como marido e mulher. É daí que vem o sentimento de que está indo na direção certa.”</i>
	<i>“Eu como pai e esposo tenho dúvidas se estou fazendo certo. Rola insegurança se estou fazendo o certo, porque as fases vão mudando, não sei qual é o correto a fazer.”</i>
Magali e João	<i>“Sou grato e descobri o amor puro e verdadeiro depois deles.”</i>
	<i>“Faz uns 5 anos sentimos a diferença, também pelo diagnóstico do autismo dos nossos 2 filhos. Durante a semana, já é cansativo por conta da rotina corrida.”</i>
Giulia e Joaquim	<i>“Os dois conversam e agem de forma igual, sempre tem um que é mais maleável, mas que tenta igualar os mesmos jeitos de educar. Tem que ter cumplicidade para conseguir transmitir o carinho.”</i>

Fonte: entrevistas semiestruturadas

Pelas declarações dos participantes é possível verificar que os sentimentos no exercício da parentalidade estão relacionados com amor e carinho, união e fortalecimento entre o casal, cumplicidade, insegurança sobre o papel de pais, cansaço e religiosidade.

Nas entrevistas, o sentimento de ambivalência sobre a parentalidade surgiu em diversos momentos. Os pais, ao mesmo tempo que sentem amor, carinho e gratidão pelos filhos, também sentem raiva, cansaço e insegurança. Para Avezedo (2017), a sociedade impõe uma visão idealizada sobre ter filhos e sobre sua criação, fazendo com que os pais se sintam culpados por não serem perfeitos.

Nesse sentido, Laplanche e Pontalis (2001) indicam a ambivalência como uma

Presença simultânea, na relação com o mesmo objeto, de tendências, de atitudes e de sentimentos opostos, fundamentalmente o amor e o ódio. Freud emprestou o termo ‘ambivalência’ de Bleuler, que o criou. Bleuler considera a ambivalência em três domínios. Voluntário: o sujeito quer ao mesmo tempo comer e não comer, por exemplo. Intelectual: o sujeito enuncia simultaneamente uma proposição e o seu contrário. Afetivo: ama e odeia em um mesmo movimento a mesma pessoa. (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 22)

Logo, o sentimento de ambivalência acompanha o exercício da parentalidade, já que as concepções e crenças antigas sobre a família e o papel dos pais ainda geram angústia e sensação de medo por não saberem como criar um filho, conciliar a parentalidade e sua própria individualidade, além do sentimento de amar os filhos, mas sentir raiva em algumas situações.

Os casais Mônica e Eduardo e Maria e Ângelo ressaltaram durante a entrevista que, apesar do amor incondicional aos filhos, eles também passaram por dificuldades para conciliar o papel de pais e a conjugalidade, devido ao tempo que a criança requer dos pais, o trabalho fora e as tarefas domésticas.

Segundo Borsa e Nunes (2011) quanto ao exercício da parentalidade, a visão de ser pai ou mãe muda após o nascimento do filho, podendo alterar a crença de amor materno incondicional, onipresente, que não pode ter ajuda do cônjuge ou até mesmo sentir e ter momentos de sentimentos negativos pelos filhos.

Nas entrevistas, os casais reiteraram a importância do companheirismo e da divisão das tarefas, juntamente com o diálogo para alinhar as crenças e expectativas na criação dos filhos. O casal Maria e Ângelo pontuaram sobre reconhecer no que cada um é melhor para alcançar um melhor exercício da parentalidade.

Amor incondicional e orgulho foi relatado em todas as entrevistas. Os casais pontuaram a importância e o desafio de os filhos começarem a formar sua personalidade

e receber influência do mundo exterior. O bebê os parentaliza, por exemplo, quando reconhece a voz da mãe e do pai, seus rostos, distinguindo-os de outros semelhantes e concedendo-lhes sua atenção. Essas competências do bebê gratificam o narcisismo dos pais (Machado; Carneiro; Magalhães, 2015).

Categoria 2 - Os desafios da parentalidade e da conjugalidade

Quadro 6 - Os desafios da parentalidade e conjugalidade

Participantes	Falas dos participantes
Maria e Ângelo	<i>“Mais é essa questão de faltar tempo, a atenção se volta para ela (filha). O tempo não é um inimigo, mas precisa saber administrar melhor, já que nós dois trabalhamos fora é difícil administrar o tempo com ela (filha), o nosso e o cansaço.”</i>
Ana e Rodrigo	<i>“O que está mais desafiador é a questão da educação. Nos preocupamos bastante em dar uma boa educação [...] Se preocupa muito com as amizades, com o círculo social, estão entrando numa fase que têm mais opinião. Com relação ao relacionamento, é buscar momentos para ter só de nós dois, poder namorar.”</i>
Mônica e Eduardo	<i>“Ele (filho) está com 5 anos, tem que orientar, ensinar, mas ele já sabe ler, escrever. Para a criança é fácil se influenciar, como trazer um palavrão para casa. Ter esse cuidado com o celular, esse acesso à informação. [...] E como marido e mulher é a rotina, o tempo passa rápido, tem que cuidar para não ver passar o tempo, se não são pessoas vivendo junto e não um lar.”</i>
Magali e João	<i>“O que é mais desafiador é a carreira, ano passado rejeitei uma promoção porque iria prejudicar o horário deles (filhos) de rotina. Não posso tomar decisão tão simples porque preciso ver a questão de terapia e escola das crianças, então equilibrar a questão deles (serem crianças atípicas) com a carreira.”</i>
Giulia e Joaquim	<i>“O desafio é lidar com o comportamento dele (filho), que é muito diferente da irmã. Desafio não comparar os dois e me controlar. [...] É a comunicação, conversar e estar presente, isso serve para tudo, tanto no casal quanto na família.”</i>

Fonte: entrevistas semiestruturadas

Pelas declarações dos participantes sobre os desafios da parentalidade e da conjugalidade é possível identificar falta de tempo, preocupação com os estudos, as amizades, as influências externas, o trabalho e comparação entre filhos.

Com o casal Magali e João, foi possível analisar que o pai rejeitou uma promoção de carreira em decorrência das demandas intensas devido aos filhos autistas

precisarem de mais atenção dos pais. O tratamento do TEA só terá uma evolução saudável com a participação da família e para isso faz-se necessária a preparação e o acompanhamento dos pais (Souza; Souza, 2021).

Já Maria e Ângelo falaram sobre a falta de tempo, já que ambos trabalham fora. Precisam conciliar os serviços de casa, cuidar da filha e ainda ter tempo para o casal. Monica e Eduardo também relataram desafio semelhante na questão de falta de tempo para conciliar as rotinas. A falta de tempo foi relatada na maior parte das entrevistas como um grande desafio. Os pais por vezes não conseguem administrar todas as situações, já que também precisam lidar com a própria subjetividade dentro da família.

No quesito da parentalidade, a maioria dos casais relatou a dificuldade na educação dos filhos, apontando motivos diferentes como: amigos, influências, acesso ao celular e comportamentos. Isso corrobora o que afirma Zorning (2010), sobre os desafios enfrentados pela parentalidade. Os pais ao mesmo tempo em que tentam ser suficientemente bons, também lidam com a quebra de possíveis expectativas e projeções depositadas nos filhos, já que as crianças começam a ter suas próprias opiniões, julgamentos e personalidade, que podem entrar em conflito com o idealizado pelos pais.

No que diz respeito ao desafio da educação dos filhos, o casal Ana e Rodrigo pontuaram a dificuldade em achar escola para as filhas estudarem, juntamente com a preocupação com as amigas e o círculo social externo a família. Na parentalidade, é um momento desafiador para se educar os filhos, dado à sociedade tecnológica que se apresenta, já que pela Internet as crianças podem acessar conteúdos não apropriados, ofensivos e que podem interferir no seu desenvolvimento psicológico.

Já nos desafios referentes à conjugalidade, todos os casais apontaram a falta de tempo e a divisão entre tarefas domésticas, trabalho, filhos e vida pessoal. As falas do casal Magali e João ilustraram outra demanda da família, que são os filhos autistas, que exigem maior tempo de dedicação devido à terapia, psicopedagoga e médicos, implicando adaptar suas rotinas e abrir mão de oportunidades de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parentalidade é um termo relativamente recente e que vem sendo usado para definir o papel de torna-se pai e mãe. A pesquisa baseou-se em um estudo de caso, que adentrou as questões da parentalidade e conjugalidade, que envolve o desafio de conciliar entre a subjetividade, o casamento e a família. Foi possível atingir todos os

objetivos delimitados, mesmo com os desafios dentro da pesquisa de conseguir conciliar a parentalidade e conjugalidade, tanto durante as entrevistas quanto na análise.

No quesito de delimitar quais as tarefas e os sentimentos que demandam o exercício da parentalidade, a pesquisa teve respostas que evidenciaram a importância da divisão de tarefas e rotina, para que assim nenhum dos pais sintasse-se sobrecarregado e possa contar com o companheiro. O sentimento de ambivalência foi apresentado pelos pais na pesquisa, pois ao mesmo tempo que sentem amor também sentem raiva dos filhos.

No que diz respeito a parentalidade e conjugalidade compartilhadas pelo casal, foi possível verificar que a maioria dos casais tendem a exercer, na maior parte do tempo, a parentalidade e a conjugalidade fica de lado. Em alguns casais a conjugalidade é lembrada pelo casal, e é um desafio conciliar com o exercício da parentalidade. Foram encontrados alguns resultados sobre a importância de manter a união fortalecida enquanto se cria o filho, assim tendo maior equilíbrio entre a parentalidade e conjugalidade.

Por fim, foi possível analisar que os desafios apresentados nessa pesquisa foram o de conciliar as tarefas domésticas com o casamento, com os cuidados com os filhos e a vida profissional.

REFERÊNCIAS

BENEDEK, T. Parenthood as A developmental phase: A contribution to the libido theory. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, v. 7, n. 3, p. 389–417, 1959.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. **Ciclo vital da família brasileira**. Manual de terapia familiar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. *et al.* **Família e ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. *et al.* **Visitando a família em diferentes fases do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. **A família como modelo: desconstruindo a patologia**. 2.ed. São Paulo: Livro Pleno, 2011.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. **Família e narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenções sistêmicas, rede social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CRUZ, O. **Que parentalidade?** Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2014.

DIAS, M. B. Família homoafetiva. **Bagoas Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 2, n. 03, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2282>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 379–394, 1998.

GIL, Antonio Carlos; Sylvia Constant VERGARA. Tipos de pesquisa. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2015.

LAPLANCHE, J.; POTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MACEDO, R. M. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 62–68, 1994. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/877>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MACHADO, R. N.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Parentalidade Adotiva: Contextualizando a Escolha. **Psico**, v. 46, n. 4, p. 442, 2015.

MEIRA, M. C. R.; CENTA, M. D. L. A evolução da família e suas implicações na educação dos filhos. **Família Saúde e Desenvolvimento**, v. 5, n. 3, 2003.

MINUCHIN, S.; FISCHMAN, C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

SOUZA, Rachell Fontenele Alencar; SOUZA, Júlio César Pinto. Os desafios vivenciados por famílias de crianças diagnosticadas com transtorno de espectro autista. **Perspectivas em Diálogo**, v. 8, n. 16, p. 164-182, 2021. Acesso em: 14 jun. 2025.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo em Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 14 jun. 2025.

POR TRÁS DAS TELAS: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Caroline Valquíria de Moura Saiki

Renata Gagliotti de Almeida

Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

O uso crescente de dispositivos eletrônicos na sociedade contemporânea tem influenciado de forma significativa todos os aspectos da vida cotidiana, especialmente no âmbito familiar. Esse fenômeno se manifesta de maneira ainda mais marcante na rotina de crianças na primeira infância, fase compreendida entre 0 e 3 anos, caracterizada por intenso desenvolvimento neurológico, cognitivo e psicossocial. Dada a plasticidade cerebral e a ocorrência da primeira poda neural durante esse período, práticas e estímulos inadequados, como a exposição precoce às telas, podem criar um ambiente artificial que impacta negativamente a formação natural das habilidades necessárias para o desenvolvimento integral, como linguagem, socialização e autorregulação emocional (Passos, 2021; Desmurget, 2022).

Nesse contexto, é preocupante observar a normalização do uso de tecnologias digitais por crianças cada vez mais jovens, em grande parte devido à cultura tecnológica já amplamente consolidada entre pais e cuidadores. Estudos apontam que, mesmo em idades muito precoces, as crianças são inseridas em um ambiente digital que, embora ofereça entretenimento e praticidade, pode comprometer aspectos fundamentais do desenvolvimento humano. Pesquisas recentes associam o uso excessivo de dispositivos eletrônicos a desafios como atraso na aquisição da linguagem, redução das interações familiares e dificuldades relacionadas à atenção e à concentração (Borelli, 2022; Organização Mundial da Saúde - OMS, 2019; Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP, 2019-2021).

A pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, intensificou ainda mais esse cenário. O confinamento imposto pelo isolamento social, aliado à adoção do trabalho remoto e do ensino a distância, fez com que muitas crianças experimentassem um aumento significativo no uso de telas. Para algumas famílias, especialmente as monoparentais ou em situações de vulnerabilidade, a tecnologia se apresentou como um

recurso necessário, mas não foram consideradas as possíveis consequências em longo prazo dessa exposição (Laguna *et al.*, 2021).

Dessa forma, este trabalho propõe uma reflexão fundamentada sobre o impacto do uso de dispositivos eletrônicos por crianças na primeira infância, analisando os possíveis efeitos dessa prática no desenvolvimento neurológico e psicossocial. A relevância do tema se sustenta na necessidade de compreender como o paradigma tecnológico da sociedade contemporânea interage com o desenvolvimento humano nos primeiros anos de vida, contribuindo para o debate acerca dos desafios e das responsabilidades dos cuidadores nesse cenário.

Assim, este capítulo tem como objetivo descrever e analisar a rotina de uso de telas por crianças nessa faixa etária, com base na revisão bibliográfica, na coleta de dados junto a pais de crianças até 3 anos e nas entrevistas realizadas com profissionais das áreas de psicologia e pedagogia. A abordagem do tema é permeada por um diálogo crítico com a literatura científica sobre o impacto das tecnologias digitais na construção das habilidades cognitivas e relacionais.

TEORIA

O impacto do uso de dispositivos eletrônicos no desenvolvimento infantil tem sido amplamente explorado na literatura contemporânea, especialmente diante do crescimento exponencial da tecnologia nas últimas décadas. As mudanças tecnológicas promovidas pela globalização transformaram as interações sociais e econômicas e redefiniram os paradigmas educacionais e comportamentais no ambiente familiar (Monteiro *et al.*, 2018). Nesse contexto, as crianças são, cada vez mais, expostas a telas em idades muito precoces, o que levanta preocupações quanto aos efeitos dessa prática em seu desenvolvimento neuropsicomotor e psicossocial.

A sociedade tecnológica e os primeiros anos de vida

As transformações sociais impulsionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm dado origem à chamada sociedade do conhecimento, caracterizada pela integração da tecnologia às dinâmicas cotidianas nos âmbitos profissional, educacional e familiar. Essa nova organização social tem impacto direto na interação das famílias com dispositivos tecnológicos, provocando mudanças significativas nas relações interpessoais. Segundo Falcão (2019), o tempo de

convivência familiar vem sendo frequentemente disputado pelas tecnologias, que, embora facilitem a vida moderna, introduzem desafios em termos da qualidade das interações entre pais e filhos.

As implicações dessa cultura tecnológica tornam-se ainda mais preocupantes quando observamos a introdução precoce de dispositivos eletrônicos no ambiente infantil. Crianças de até dois anos de idade, por exemplo, têm apresentado um aumento significativo no contato com esses aparelhos, conforme evidenciado por estudos recentes (Bentley *et al.*, 2016; Livingstone; Smith, 2014; Radesky *et al.*, 2015; Chassiacos *et al.*, 2016 *apud* Borba, 2022). Esse contato inicial, embora naturalizado pela rotina contemporânea, é pouco compatível com as demandas de desenvolvimento dessa faixa etária, que depende essencialmente de estímulos concretos e interações face a face para a formação de habilidades cognitivas, sociais e emocionais (Borelli, 2022).

Desenvolvimento infantil: a base dos primeiros anos

A primeira infância é um período de mudanças profundas, marcado pelo amadurecimento cerebral e pelo desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas, afetivas, linguísticas e sociais. Durante essa fase, o sistema nervoso central atinge seu maior ritmo de desenvolvimento, com eventos biológicos primários como a explosão sináptica e a primeira poda neural, que constituem a base para a formação de todas as funções humanas (Passos, 2021). Pesquisas reforçam que a qualidade dos estímulos recebidos nessa etapa pode determinar o sucesso do desenvolvimento futuro, afetando diretamente a capacidade de atenção, memória, resolução de problemas e interação social da criança (Papalia; Olds, 2000).

A criança, por natureza, depende do contato humano para aprender a interpretar e reagir ao mundo a sua volta. O comportamento responsivo dos cuidadores exerce um papel determinante na construção da segurança emocional e da autoestima infantil, como demonstrado por Bornstein e Tamis Le-Monda (1989 *apud* Papalia; Olds, 2000). Contudo, a crescente exposição a dispositivos eletrônicos pode limitar essas interações fundamentais, uma vez que as telas não oferecem o tipo de resposta emocional e social imediata que potencializa o aprendizado humano (Borelli, 2022).

Adicionalmente, estímulos artificiais — como imagens e sons das telas — podem dificultar a habituação, um fenômeno que permite às crianças economizarem energia mental ao lidar com informações repetitivas, redirecionando a atenção para estímulos novos e relevantes. A ausência de experiências sensoriais ricas também pode

comprometer o desenvolvimento progressivo e programado das habilidades cognitivas e motoras, retardando a aquisição de marcos essenciais do aprendizado infantil (Papalia; Olds, 2000).

O impacto do uso de telas no desenvolvimento neuropsicomotor e psicossocial

Estudos apontam que a exposição excessiva às telas pode afetar negativamente o desenvolvimento neurológico, cognitivo e emocional das crianças. De acordo com Desmurget (2022), testes de QI recentes indicam que as novas gerações, pela primeira vez desde que essa medição começou a ser realizada, apresentam níveis mais baixos de inteligência em comparação com as gerações anteriores. Esse retrocesso estaria, em parte, relacionado ao uso desmedido de dispositivos digitais, que pode comprometer habilidades relacionadas à linguagem, atenção e organização do pensamento.

Além disso, pesquisas realizadas com crianças pequenas mostram que o uso de mídias digitais pode aumentar significativamente o tempo que elas passam em atividades sedentárias, prejudicando seu desenvolvimento físico como também a qualidade de suas interações sociais e familiares. Segundo Azevedo *et al.* (2022), crianças pequenas frequentemente têm dispositivos eletrônicos disponibilizados por cuidadores como forma de distração, especialmente em circunstâncias que exigem espera ou períodos prolongados de ocupação. Esse padrão, além de limitar as interações familiares, fundamentais para o aprendizado social, pode reforçar comportamentos de imediatismo e insatisfação quando o acesso às telas é negado.

A OMS (2019) reforça a gravidade da situação ao recomendar que crianças com menos de dois anos não sejam expostas a telas, e que, entre dois e cinco anos, o tempo diário de exposição não ultrapasse uma hora sob supervisão dos cuidadores. De maneira similar, o Manual de Orientação da SBP (2019-2021) destaca que o excesso de tempo de tela está associado a transtornos de sono, atrasos em habilidades comunicativas e transtornos emocionais precoces. Nesse sentido, Kang (2021) também alerta para as consequências no funcionamento cerebral infantil, observando que crianças expostas a telas frequentemente apresentam alterações na mielinização, um fator crucial para a transmissão eficiente dos impulsos nervosos e a organização mental.

Pandemia de Covid-19: um novo contexto de exposição tecnológica

A pandemia de Covid-19 trouxe consigo desafios sem precedentes para as famílias, especialmente no que diz respeito ao uso intensificado de tecnologias digitais como ferramentas para o trabalho remoto e o ensino a distância. Durante o período de

isolamento social, medidas como o *lockdown* criaram rotinas em que as telas se tornaram quase indispensáveis para organizar as demandas diárias. Como destacam Laguna *et al.* (2021), muitas crianças observaram um aumento expressivo no tempo de contato com dispositivos eletrônicos, tanto em função do ensino remoto quanto do uso recreativo em casa. Embora necessário em um contexto emergencial, esse maior acesso à tecnologia exige reflexões sobre os impactos de longo prazo na formação humana.

MÉTODO

O presente texto é fruto de dados secundários do Relatório de Estágio Básico do Curso de Psicologia, cuja metodologia fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, visando compreender, a partir de diferentes fontes e olhares, a influência do uso de dispositivos eletrônicos por crianças na primeira infância, com especial atenção aos impactos psicossociais, neuropsicomotores e às percepções dos cuidadores e profissionais da área da saúde e educação.

Optou-se pela coleta de dados primários por meio de um questionário estruturado, desenvolvido e divulgado por meio da plataforma Google Forms. O instrumento continha perguntas fechadas e abertas, buscando captar hábitos, percepções e preocupações de pais e responsáveis por crianças menores de três anos quanto ao uso de dispositivos eletrônicos em suas rotinas cotidianas. A amostragem foi obtida de forma não probabilística, sendo o formulário amplamente difundido em grupos de pais e mães de escolas, condomínios, redes sociais e pessoas interessadas na temática. Os dados coletados foram organizados, sistematizados e analisados por meio de tabulação e representação gráfica, proporcionando uma visão quantitativa e qualitativa das tendências identificadas.

Para aprofundar a compreensão sobre o fenômeno, foram realizadas entrevistas semidirigidas com profissionais atuantes nas áreas de psicologia clínica, neuropsicologia, psicopedagogia e psicologia escolar. Essa estratégia potencializa a coleta de informações detalhadas, pois, conforme Silvestre, Fialho e Saragoça (2014), a entrevista semidirigida é especialmente indicada em investigações qualitativas por assegurar flexibilidade e riqueza de dados, ao mesmo tempo em que preserva rigor científico e confiabilidade.

As entrevistas abordaram questões relacionadas às experiências profissionais com o uso de eletrônicos na infância, percepções sobre mudanças durante a pandemia

de Covid-19, impactos observados e sugestões para a atuação de pais e educadores frente ao tema. O contato com os participantes ocorreu, predominantemente, de forma presencial; apenas uma das entrevistas foi realizada remotamente, por meio da plataforma Zoom, sem prejuízo à qualidade ou profundidade das informações obtidas. No total, participaram cinco profissionais: uma psicopedagoga, dois neuropsicólogos, uma psicóloga especialista em educação e uma psicóloga clínica, professora de Psicologia do Desenvolvimento.

A diversidade das fontes e das técnicas de coleta – revisão da literatura, questionários *online* e entrevistas semidirigidas – possibilitou a triangulação dos dados e uma compreensão ampliada e multifacetada do objeto de estudo, conferindo rigor e densidade à análise dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho retrata um panorama abrangente sobre o uso de dispositivos eletrônicos por crianças na primeira infância (0 a 3 anos), a partir de dados empíricos, percepções parentais e considerações de profissionais em relação ao tema. Os resultados são discutidos em conexão com a literatura contemporânea e evidencia o impacto das mídias digitais no desenvolvimento neuropsicomotor, cognitivo e psicossocial das crianças.

Dados sociodemográficos

O perfil dos responsáveis que participaram do estudo demonstra um público majoritariamente feminino, adulto jovem e com famílias predominantemente nucleares e pequenas. Os dados estão organizados na Tabela 1.

Tabela 1. Dados sociodemográficos dos participantes

Variável	Dados (%)
Faixa etária	
21 a 30 anos	9,7
31 a 40 anos	71,0
Acima de 41 anos	19,4
Gênero	
Feminino	93,5
Masculino	6,5
Número de filhos (0-3 anos)	
1 filho	80
2 filhos	16,7
3 filhos	3,3

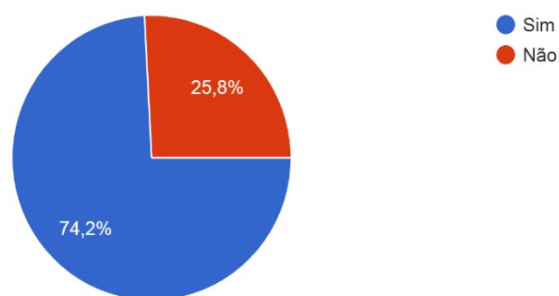
Fonte: dados coletados pelo questionário

Observa-se a predominância de participantes mulheres (93,5%) entre 31 e 40 anos (71%), com famílias pequenas (80% possuem apenas um filho de até três anos). Esses dados refletem um perfil sociodemográfico alinhado às dinâmicas sociais modernas, nas quais as mães continuam assumindo o papel central na criação dos filhos, enquanto conciliam outras demandas (Falcão, 2019).

Hábitos relacionados ao uso de eletrônicos

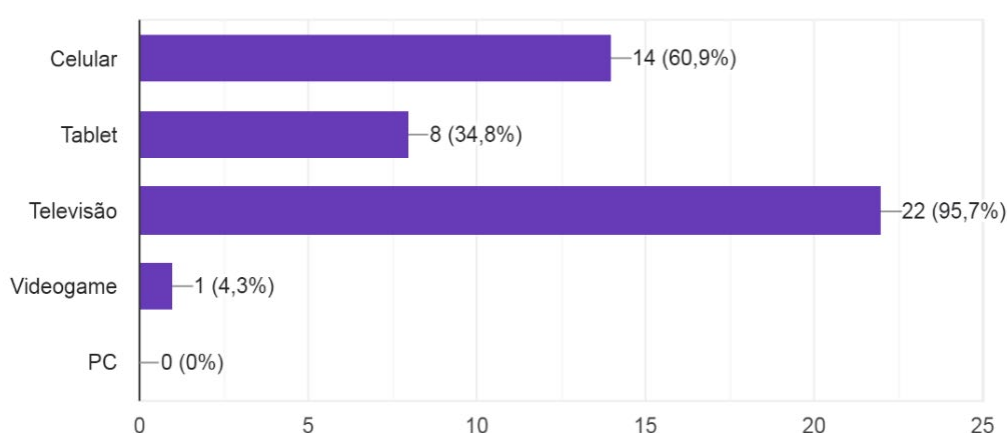
O uso de dispositivos eletrônicos pelas crianças pequenas foi reportado em 74,2% dos casos, destacando-se a televisão e o celular como os mais utilizados. A idade de início, que em metade dos casos se dá antes de 1 ano, e o tempo diário de exposição às telas são ilustrados nos Gráficos 1, 2 e 3 e discutidos a seguir.

Gráfico 1. Crianças que utilizam eletrônicos



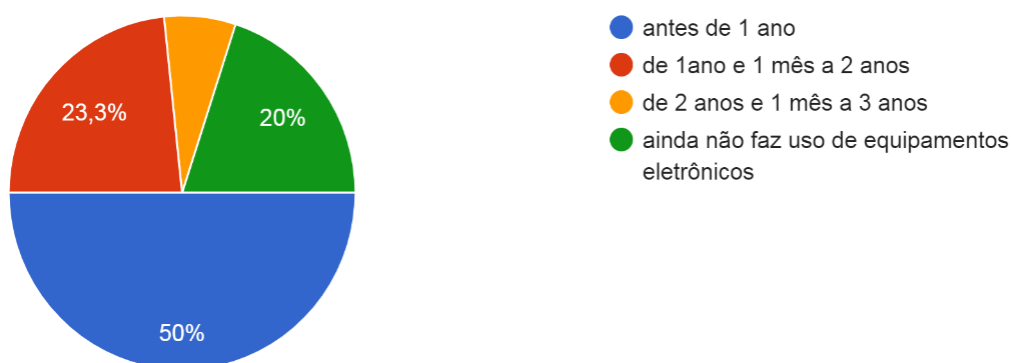
Fonte: dados coletados pelo questionário

Gráfico 2. Dispositivos mais utilizados



Fonte: dados coletados pelo questionário

Gráfico 3. Idade de início do uso de eletrônicos



Fonte: dados coletados pelo questionário

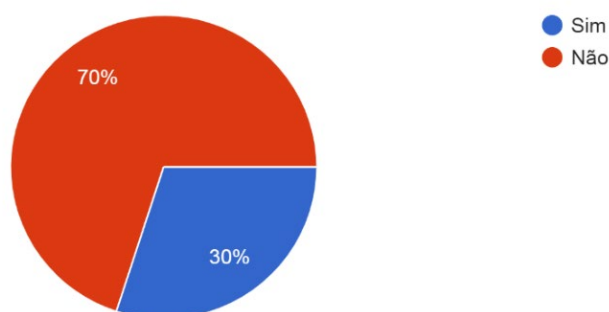
Conforme dados da literatura, o contato precoce com dispositivos eletrônicos é desaconselhado, especialmente antes dos dois anos, devido à sensibilidade dessa fase

para o desenvolvimento neurológico e psicossocial (OMS, 2019; SBP, 2019-2021). Entretanto, o uso frequente, estimulado pelo contexto familiar e cultural, reflete um paradoxo entre recomendação teórica e prática cotidiana.

Educação e contexto escolar

Mais da metade das crianças (54,8%) frequenta creches ou escolas, sendo que 70% das instituições utilizam dispositivos eletrônicos em sua rotina pedagógica, conforme mostrado no Gráfico 4.

Gráfico 4. Frequência de uso de equipamentos eletrônicos em creche/escola



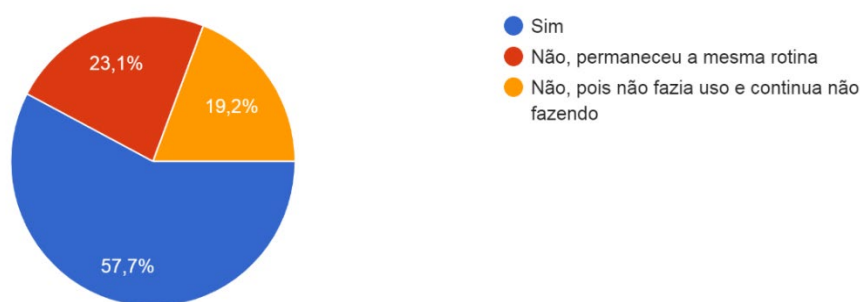
Fonte: dados coletados pelo questionário

O uso de dispositivos em escolas reforça a exposição às telas no cotidiano das crianças, muitas vezes sem critérios padronizados ou objetivos claros. Essa realidade exige maior atenção no desenvolvimento de práticas educativas que privilegiem a interação e o aprendizado ativo ao invés do entretenimento passivo (Passos, 2021).

Impactos da Pandemia de Covid-19

A pandemia intensificou o uso de telas, conforme foi observado por 50% das famílias, devido às restrições sociais, ao isolamento e ao trabalho remoto, o que muitas vezes reduziu alternativas de lazer ou de interação social, como ilustrado no Gráfico 5.

Gráfico 5. Aumento do uso de eletrônicos durante a pandemia



Fonte: dados coletados pelo questionário

A emergência pandêmica potencializou o papel da tecnologia como solução prática para manter crianças entretidas, funcionando como uma “rede de apoio” nos lares. Entretanto, essa adaptação temporal pode ter gerado consequências em longo prazo no desenvolvimento infantil, conforme abordado por especialistas (Laguna *et al.*, 2021).

As respostas dos pais e responsáveis demonstram uma percepção crítica sobre os riscos associados ao uso de eletrônicos, mesmo diante da dificuldade de evitar o contato.

Percepções dos profissionais e estratégias sugeridas

Os profissionais entrevistados reforçam que o problema é agravado pela falta de conscientização em larga escala, pelas pressões sociais e pela dificuldade prática de oferecer alternativas consistentes ao uso das telas. Para facilitar a apresentação e a contextualização das falas dos profissionais, o Quadro 1 apresenta as principais opiniões sobre as questões abordadas.

Quadro 1. Opiniões de profissionais sobre o uso de dispositivos eletrônicos por crianças (0-3 anos)

Questão	Resumo das Opiniões dos Profissionais
1. Uso de eletrônicos até 3 anos de idade	- Comparado por um profissional ao ato de dar Coca Cola a um bebê, visto como prejudicial (C.F.M.A.).
	- Acesso considerado "excessivo" e "desnecessário" nessa faixa etária (F.C.F., L.M.J.).
	- Acesso deve ser "muito restrito e mediado pelos pais" para evitar impactos no desenvolvimento cerebral (M.O.F.).
2. Aumento de telas na pandemia	- Pandemia intensificou o tempo de uso de telas no ambiente familiar; uma tendência que já existia foi agravada (C.F.M.A., L.M.J., M.O.F.).
	- Relatados atrasos em habilidades sociais, dificuldades de linguagem e aumento de diagnósticos com suspeitas associadas (como TEA).
3. Estratégias para reduzir uso excessivo	- Priorização do brincar e de interações humanas, fundamental para o desenvolvimento infantil (C.F.M.A., L.M.J.).
	- Apresentar estímulos interessantes fora da tela, como atividades sensoriais e brincadeiras ao ar livre (M.O.F.).
	- A mediação afetiva do adulto é indispensável; é preciso conciliar demandas tecnológicas e vínculo humano (M.E.S.A.).
4. Consequências de longo prazo	- Associadas a <i>déficits</i> sociais, atenção reduzida, maior irritabilidade e dificuldade na construção de vínculos pessoais (F.C.F.).

Fonte: dados coletados nas entrevistas

O trabalho realizado revelou um cenário desafiador sobre os efeitos do uso de dispositivos eletrônicos no desenvolvimento infantil, principalmente para crianças entre 0 e 3 anos. Apesar de muitos pais demonstrarem consciência sobre os riscos das telas, os dados evidenciam que fatores culturais e práticos têm permitido uma introdução precoce e frequente das tecnologias na rotina das crianças. Esse comportamento está em desacordo com as recomendações da OMS (2019) e SBP (2019-2021), que alertam para os impactos negativos causados pela exposição precoce em uma fase tão crucial do desenvolvimento.

Os profissionais entrevistados destacaram que o uso excessivo de dispositivos eletrônicos compromete significativamente aspectos fundamentais do desenvolvimento infantil, como a autonomia, a interação social e o desenvolvimento cognitivo e emocional.

Entre os efeitos mais evidenciados, destacam-se os atrasos no desenvolvimento da linguagem, a dificuldade na construção de vínculos afetivos, problemas de socialização e o reforço de padrões de comportamento imediatistas. Essa lógica imediatista, que permeia os dispositivos eletrônicos, reforça a lógica binária de resposta - como "sim ou não", "ganhar ou perder" -, em detrimento da ampliação da resiliência e da capacidade de lidar com situações complexas e gradativas. Essa percepção foi apontada pelos profissionais participantes do trabalho como uma das interferências mais prejudiciais ao amadurecimento infantil, especialmente em uma fase em que ocorrem as chamadas "janelas de oportunidade" e importantes podas neurais que determinam traços do desenvolvimento futuro.

Outro aspecto relevante identificado foi o uso dos dispositivos eletrônicos como auxiliar no cuidado infantil, especialmente durante o período da pandemia de Covid-19. Nesse contexto, telas e dispositivos digitais foram frequentemente utilizados como "parceiros pragmáticos" para entreter as crianças enquanto os pais enfrentavam tarefas domésticas, demandas de trabalho remoto ou a ausência de alternativas de lazer ao ar livre. Apesar de ajudarem momentaneamente, essas práticas negligenciam outros tipos de estímulos que são essenciais na formação de habilidades cognitivas, emocionais e motoras. Os profissionais entrevistados chamaram a atenção para a necessidade urgente de uma conscientização ampliada e de intervenções práticas que ajudem os pais e responsáveis a fazerem escolhas mais equilibradas e intencionais quanto ao uso da tecnologia.

Para melhor equilibrar o uso da tecnologia com a promoção de um desenvolvimento integral e saudável, os profissionais propuseram estratégias práticas, aqui organizadas em dois quadros. O primeiro aborda as ações no ambiente familiar, enfatizando práticas que pais e cuidadores podem adotar para minimizar os impactos negativos do uso excessivo de dispositivos eletrônicos; o segundo apresenta as estratégias institucionais, que envolvem políticas educacionais e públicas voltadas para conscientização, regulamentação e promoção de um uso mais equilibrado e consciente da tecnologia.

Quadro 2. Estratégias no ambiente familiar para minimizar os impactos do uso de dispositivos eletrônicos

Estratégia	Descrição
1. Estímulos sensoriais e ambientes interativos	- Criar espaços que estimulem a curiosidade natural da criança, por meio de objetos, brinquedos e brincadeiras práticas.
	- Oferecer estímulos táteis, visuais e sonoros que incentivem a experimentação e a interação com o ambiente físico.
2. Atividades ao ar livre	- Incorporar práticas de exploração ao ar livre, como caminhadas, jogos de faz-de-conta, atividades físicas e contato com a natureza.
	- Promover brincadeiras em parques ou espaços abertos que favoreçam a interação social e o desenvolvimento motor.
3. Definição de regras para o uso de dispositivos eletrônicos	- Limitar o tempo de exposição às telas conforme orientações de entidades de saúde, priorizando conteúdos educativos e adequados à idade.
	- Mediar o acesso à tecnologia, selecionando cuidadosamente os conteúdos e acompanhando as crianças durante o uso.
4. Fortalecimento da interação familiar	- Reservar momentos diários de interação de qualidade entre pais e filhos, com brincadeiras conjuntas, leituras ou refeições sem telas.
	- Promover o diálogo e o afeto como bases para o desenvolvimento emocional e psicológico da criança.
5. Rotinas bem definidas	- Estabelecer e seguir horários regulares para atividades diárias, como brincadeiras, refeições, descanso e sono.
	- Reforçar a importância de experiências concretas e livres de estímulos digitais para construir rotinas saudáveis e equilibradas.

Fonte: dados coletados nas entrevistas

Quadro 3. Estratégias institucionais para o uso consciente de dispositivos eletrônicos.

Estratégia	Descrição
1. Escolarização Consciente e Tecnologias Educativas	- Integrar tecnologias digitais na educação de forma planejada e com objetivos pedagógicos claros, restringindo o uso indiscriminado de telas em creches e escolas.
	- Assegurar que as práticas pedagógicas estejam alinhadas às boas práticas de desenvolvimento infantil, focando no aprendizado ativo em lugar do consumo passivo.
2. Campanhas Educativas e Ações de Conscientização	- Ampliar iniciativas educativas voltadas para pais, responsáveis e educadores sobre o uso consciente das tecnologias.
	- Promover palestras e debates que esclareçam os riscos do uso excessivo e apresentem alternativas práticas que valorizem o brincar e o contato humano.
3. Implementação de Políticas Públicas	- Desenvolver regulamentações específicas para o uso de dispositivos eletrônicos em espaços escolares e públicos voltados para crianças.
	- Expandir a oferta de espaços públicos, como parques e áreas de lazer, que incentivem atividades recreativas e interação social, longe da cultura digital.

Fonte: dados coletados nas entrevistas

O cenário evidenciado neste trabalho demonstra que, embora o uso dos dispositivos digitais seja inevitável na cultura moderna, estes não devem substituir as interações reais nem comprometer o desenvolvimento integral das crianças. O equilíbrio entre o uso da tecnologia e as experiências sensoriais e sociais precisa ser um esforço contínuo e conjunto, envolvendo pais, educadores e as próprias estruturas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos desafios abordados neste trabalho é o fato de que as crianças estão sendo inseridas no mundo virtual antes mesmo de compreenderem o mundo real que as cerca. Essa inversão de prioridades compromete a qualidade das interações familiares e dificulta o desenvolvimento de habilidades fundamentais, como a comunicação verbal,

a formação de vínculos afetivos e a autorregulação emocional. A lógica imediatista e simplificada das telas - caracterizada pelo "sim ou não", "ganhar ou perder" - promove padrões de pensamento rígidos e binários, limitando a flexibilidade cognitiva e emocional necessária para lidar com as complexidades da vida adulta.

Ao longo do estudo, constatou-se que o uso excessivo e inadequado de dispositivos eletrônicos está diretamente associado a problemas de desenvolvimento infantojuvenil, incluindo atrasos na linguagem, dificuldades de socialização e comportamentos marcados por irritabilidade e imediatismo. Esses impactos são ainda mais significativos durante os primeiros anos de vida, período no qual as "janelas de oportunidade" do desenvolvimento neurológico estão mais abertas, e as podas neurais moldam as bases essenciais para trajetórias futuras.

Os dados apresentados apontam risco, mas também abrem caminho para reflexões. Não se trata apenas de reduzir o tempo de exposição às telas, mas de valorizar experiências reais e significativas que conectem as crianças ao que é verdadeiramente humano: o brincar livre, o encontro com a natureza, o contato afetuoso e o diálogo.

O equilíbrio entre tecnologia e desenvolvimento humano começa na conscientização e deve ser sustentado por ações práticas. É preciso ir além da culpa e das condenações, promovendo um convite à reflexão para que pais, cuidadores e educadores compreendam e redefinam o papel da tecnologia no universo da infância. Esse movimento requer a criação de alternativas que alimentem a imaginação, incentivem o contato humano e devolvam à criança a liberdade de explorar, criar e construir vínculos afetivos genuínos.

Oportunidades de transformação existem, pois cada pequena mudança no presente pode contribuir para um futuro mais equilibrado e harmonioso para as crianças de hoje. Nesse sentido, pais e educadores são convidados a se tornarem agentes ativos de transformação, atuando como pontes entre as novas gerações e o mundo cheio de estímulos ricos e concretos que as cercam. O brincar, a interação social e a mediação afetiva não são apenas ferramentas do desenvolvimento infantil, mas também uma bússola que permite à criança vivenciar o mundo em toda a sua profundidade e dimensão, rompendo barreiras artificiais criadas por dispositivos. Portanto, a questão vai além das telas. É sobre priorizar o que há de mais essencial para o desenvolvimento humano.

Este trabalho conclui que nenhuma intervenção é pequena demais. Tendo como base a Psicologia, reforça-se que mudanças no âmbito individual têm o poder de ressoar em níveis comunitários e sociais, transformando famílias, escolas e toda uma cultura

condicionada pelo imediatismo digital. Conscientizar-se dos riscos e agir para ressignificar o uso da tecnologia é um passo concreto na direção de uma infância mais plena e conectada com o que realmente importa.

Os resultados aqui expostos são referentes aos dados coletados no estudo e, para que possam ser generalizados, necessitam de maior aprofundamento por meio de novos estudos e ampliação dos dados.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Elisa Cardoso ; RITER, Helena da Silveira; PIETA, Maria Adélia Minghelli; FRIZZO, Giana Bitencourt. Digital media uses on interactions between mother and child: differences in infants' early years. **Paideia**, v. 32, e3210, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/99vGXmvBcTws9kNCBcDJBrn/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 10 set. 2022.
- BISPO, Leticia Rodrigues Alves; ALPES, Matheus Franco; MANDRÁ, Patrícia Pupin. Validação de conteúdo de instrumento para verificar o tempo de uso de tela na infância. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 17, p. e97101724357, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i17.24357. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24357>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- COSTA-RAMALHO, Susana. **A utilização de tecnologias touchscreen por crianças até aos 6 anos: breve olhar da Psicologia do Desenvolvimento**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/entities/publication/349f2687-4f55-4102-bfaf-1f967911a335>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- DESMURGET, Michel. **A Fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças**. Tradução: Mauro Pinheiro. 2. Reimp. São Paulo: Vestígio, 2022.
- FALCÃO, Letícia Prazeres. O fenômeno da parentalidade distraída e abandono afetivo quanto custa o cuidado na sociedade tecnológica. **Revista de Direito de Família e Sucessão**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 56-72, 2019. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/direitofamilia/article/view/5591/pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- KANG, Shimi. **Tecnologia na infância: criando hábitos saudáveis para crianças em um mundo digital**. São Paulo: Melhoramentos, 2021.
- LACERDA, Mirela Borba de. **Um brincar com a tecnologia digital na primeira infância: reflexões sobre o uso das telas e o processo de integração infantil**. São Paulo: Dialética, 2022.
- LAGUNA, Thalyta Freitas dos Santos; HERMANNNS, Tanandra; SILVA, Ana Claudia Pinto da; RODRIGUES, Liana Nolibos; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. Educação remota: desafios de pais ensinantes na pandemia. **Revista Brasileira de**

Saúde Materno Infantil, Recife, 21 (Supl. 2): S403-S412, maio, 2021.
<https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S200004>. Acesso em: 17 nov. 2022.

MENDES, Miguel. **Cartilhas educativas em quadrinhos: o papel dos artistas na definição desse gênero de publicação**. In: JORNADAS INTERNACIONAIS DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, 4, 2017. **Anais [...]**. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://anais2ajornada.eca.usp.br/anais4asjornadas/q_1_generos/miguel_mendes.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

MONTEIRO, Jean Carlos da Silva; RODRIGUES, Sanny Fernanda Nunes; MENDES, Ezenilde Rocha; SILVA, Antônio Carlos Borges da. Sociedade da aprendizagem: da ubiquidade aos novos paradigmas do *app-learnig*. **Tecnologias na Educação**, v. 27, n. 27, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2018/11/Art12.Vol27-Ed.Tem%C3%A1ticaIX-Nov-2018.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Guidelines on physical activity, sedentary behaviour and sleep**, 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/311664/9789241550536-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 nov. 2022.

PAPALIA, Diane Evelyn; OLDS, Sally W Wendkos. **Desenvolvimento Humano**. Tradução Daniel Bueno. 7. ed. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 2000.

PASSOS, Tawanna Pereira. **Uso de telas na infância: revisão bibliográfica sobre riscos e prejuízos para o desenvolvimento cognitivo e linguístico**. Trabalho de Conclusão de Curso de Fonoaudiologia. Universidade Católica de Goiás, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/3100>. Acesso em: 4 nov. 2022.

SILVESTRE, Maria José; FIALHO, Isabel; SARGOÇA, José. **Da palavra à construção do conhecimento: meta-avaliação de um guião de entrevista semiestruturada**. Universidade de Évora, Portugal, 2014. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11277>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **#Menos telas #Mais saúde**, 2019-2021. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22246c-ManOrient_-_MenosTelas_MaisSaude.pdf. Acesso em: 5 nov. 2022.

TENA, Rosalía Romero; GUTIÉRREZ, María Puig; CEJUDO, Maria del Carmen Llorente. Technology use habits of children under six years of age at home. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.27, n.103, p. 340-362, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701752>. Acesso em: 6 nov. 2022.

PROCESSO CRIATIVO E AFETIVIDADE NA PSICOTERAPIA ANALÍTICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE NISE DA SILVEIRA¹⁴

Ana Lúcia Guedes Cattache

Paulo Francisco de Castro

TEORIA

Uma vez que o ser humano é dotado da capacidade de criar novas coisas, compreende-se que todo sujeito apresenta uma força criativa em seu interior, (Jung, 2000). Apesar do uso da expressão “instintos criativos”, os instintos não são criativos no sentido de gerar ideias originais ou soluções inovadoras. Além disso, a fonte dos instintos é o inconsciente, onde se formam conteúdos complexos e arquétipos (Jung, 2000).

O inconsciente também gera o impulso criador. É fonte de instintos que originam tudo o que é criativo. Partindo-se do pressuposto de que a atividade psíquica inconsciente cria conteúdos novos, os conteúdos das atividades criativas do ser humano são inerentes ao inconsciente (Jung, 2000).

Na Psicologia Junguiana, o inconsciente constitui-se em pessoal e coletivo. O inconsciente pessoal relaciona-se às camadas mais superficiais do inconsciente, compondo-se de percepções e impressões pessoais subliminares com carga energéticas, incapazes de tomar consciência (Silveira, 2023). Por sua vez, o inconsciente coletivo constitui-se de camadas mais profundas, em que há conteúdos herdados, sendo universais e uniformes. É nessa camada em que se encontram os instintos, os arquétipos e os fenômenos coletivos.

Para Jung (2016), o processo criativo é uma ativação inconsciente do arquétipo. O autor aponta como função primária da psique a criatividade. Para ele, a realidade é criada diariamente pela psique por meio da fantasia, sendo esta o pensar e o sentir (Jung, 2015). Respostas para todas as indagações contestáveis são procuradas por meio da atividade criadora, que se origina em grande parte no inconsciente, com certa parcela do consciente.

¹⁴ Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC-Unitau.

Silveira (1992), em seus estudos, aponta para a permanência da força criadora na esquizofrenia. Observou que em um ambiente que promova afeto e possibilidade de livre expressão há a possibilidade do renascimento da atividade criadora.

Nise da Silveira (1905-1999) utilizou em seus tratamentos as atividades expressivas, como pintura e desenho com total liberdade, possibilitando o alcance da criatividade pela expressão das imagens do inconsciente e de seus motores (Melo, 2001).

O processo criativo possibilita a expressão de imagens simbólicas, carregadas de desejos, de energia e de impulsos do sujeito (Silveira, 1992). Escolhiam-se as atividades que possibilitavam principalmente a função criadora, pois de acordo com Silveira (1992) a aproximação dos opostos é catalisada pela criatividade. A afetividade nesse processo é observada como um fator essencial. A autora traz em seus trabalhos a importância do ambiente acolhedor ao paciente, em que a figura terapêutica atua como uma espécie de catalisador (Silveira, 2023). Assim, para Silveira, a afetividade é essencial para o tratamento psiquiátrico em que se possibilite o investimento afetivo do paciente em outra pessoa ou em coterapeutas não humanos, como os animais, que atuam como ponto de apoio.

Aponta-se a importância de uma relação de confiança primeiramente para o retorno à realidade, a qual se expandirá para o contato com outras pessoas e com o ambiente (Silveira, 2023). Nessa direção, objetiva-se analisar a influência do processo criativo e sua relação com a afetividade na psicoterapia na perspectiva junguiana e de Nise da Silveira, a partir de artigos publicados sobre o tema.

MÉTODO

A presente pesquisa trata-se de uma revisão integrativa, que se caracteriza pela análise e síntese de literatura já produzida sobre o tema, possibilitando o entendimento sobre determinado fenômeno com base em estudos anteriores (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

O trabalho adotou critérios de inclusão-exclusão para a seleção de artigos, tendo como delimitação as publicações realizadas entre os anos 2000 a 2023, nas plataformas de pesquisa Scielo, Pepsic e Lilacs. Foram utilizados os indexadores “criatividade”, “atividade expressiva” e/ou “afetividade”, “Nise da Silveira”, “Psicologia Junguiana”. Além disso, levou-se em conta o critério publicação em português.

No levantamento inicial, com o indexador “Nise da Silveira” foram encontrados trinta e oito artigos, sendo trinta e quatro na Lilacs, dois na Scielo e dois na Pepsic. A seguir foram selecionados os artigos que abordavam o processo criativo e ou a afetividade e que apresentavam resultados à luz da teoria de Silveira, resultando em vinte e cinco publicações finais.

Este trabalho apresenta uma análise quantitativa e qualitativa acerca dos dados encontrados na revisão de literatura. A análise quantitativa relaciona-se ao estudo de fenômenos mediante dados numéricos provenientes principalmente da estatística (Hamdan, 2014). Para tanto, foram considerados o título do artigo, o ano de publicação, o periódico de publicação, a quantidade de autores e seu respectivo Estado, o tipo de pesquisa e os instrumentos utilizados.

A análise qualitativa, por sua vez, refere-se à compreensão pelo pesquisador acerca da estrutura e dos aspectos estudados, que aparecem de forma descritiva (Godoy, 1995). Portanto, na presente pesquisa levou-se em conta a base teórica e os resultados encontrados nos artigos selecionados.

RESULTADOS

Os dados obtidos a partir dos artigos selecionados foram sistematizados em tabelas, para análise e discussão.

Aspectos Quantitativos

Tabela 1. Ano de publicação dos artigos

Ano	N	%
2003	2	8,30%
2007	4	16,60%
2010	2	8,30%
2013	1	4,10%
2015	1	4,00%
2016	1	4,00%
2017	1	4,00%
2018	4	17,00%
2019	3	12,50%
2021	4	17,00%
2023	1	4,00%
Total	24	99,80%

Fonte: dados da pesquisa

Em relação ao ano de publicação, de acordo com a Tabela 1, houve maior incidência dos artigos publicados em 2007, 2018 e 2021, todos com (17,00% - n=4).

Tabela 2. Quantidade de autores por artigo

Quantidade de autores	Artigos	%
1	12	50,00%
2	9	37,50%
3	3	12,50%
Total	24	100%

Fonte: dados da pesquisa

Segundo a Tabela 2, o maior número de publicações foi realizado por apenas um autor, com 50% da amostra (n=12), seguido por publicações de dois autores (37% - n=9).

Tabela 3. Quantidade de artigos por autores

Quantidade de artigos publicados	Número de autores	%
1 artigo	29	93,55%
3 artigos	1	3,22%
6 artigos	1	3,22%
Total	31	99,99%

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 3 identifica a quantidade de artigos selecionados de um mesmo autor. Observa-se que a maioria dos autores tiveram um artigo publicado considerando-se os critérios de limitação da pesquisa, com (93,55% - n=29). Já 3,22% dos autores publicaram três artigos (n=1) e o maior número de artigos publicados pelo mesmo autor foi de seis trabalhos (3,22% - n=1).

O autor com seis artigos publicados, Walter Melo Junior, tem doutorado em Psicologia Social pela UERJ (2003) e Pós-doutorado pela Sorbonne (2008) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Mestrado e no Doutorado. É coordenador do Caminhos Junguianos: Laboratório de Pesquisa Analítica e coordenador do Grupo de Estudos do Museu de Imagens do Inconsciente. Entre seus principais temas

de interesse encontram-se “políticas públicas”, “saúde mental”, “reforma psiquiátrica”, “Nise da Silveira” e “C.G. Jung”.¹⁵

Tabela 4. Instituições de origem do(s) autor(es)

Instituições	N	%
Universidade Federal de São João Del Rei	8	18,18%
Universidade de São Paulo	4	9,09%
Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano	3	6,82%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	3	6,82%
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	3	6,82%
Universidade Federal do Paraná	2	4,54%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	3	6,82%
Fundação Casa de Oswaldo Cruz	2	4,54%
Instituto de Antropología de Córdoba	2	4,54%
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	1	2,27%
Centro de Atenção Psicossocial Franco Basaglia	1	2,27%
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas	1	2,27%
Facultad de Filosofía y Humanidades	1	2,27%
Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro	1	2,27%
Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção	1	2,27%
Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo	1	2,27%
Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro	1	2,27%
Universidade Estadual Paulista	1	2,27%
Universidade Federal de Juiz de Fora	1	2,27%
Universidade Federal de Minas Gerais	1	2,27%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	2,27%
Universidade Metropolitana de Santos	1	2,27%
Universidade Nacional de Córdoba	1	2,27%
Total	44	99,95%

Fonte: dados da pesquisa

Na Tabela 4 observa-se que a maioria das publicações foram de autores vinculados à Universidade Federal de São João Del Rei (18,18% - n=8), à Universidade de São Paulo (9,09% - n=4), à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, à Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano, todas com 6,82% (n=3). Verificou-se que 12 instituições apresentaram apenas 1 artigo publicado (2,27%).

Considera-se que um dos motivos do destaque da UFSJ nesse campo de pesquisa se deve à influência do Laboratório de Pesquisa e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Psicologia Junguiana Caminhos Junguianos, o qual integra as atividades do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Saúde (NEPIS), Grupo Caminhos Junguianos e Cátedra Nise da Silveira.

¹⁵ Dados levantados por meio da Plataforma Lattes.

Tabela 5. Origem dos autores.

Estados/país	N	%
Brasil (São Paulo)	7	18,42%
Brasil (Rio de Janeiro)	11	28,95%
Brasil (Minas Gerais)	11	28,95%
Brasil (Paraná)	2	5,26%
Brasil (Rio Grande do Sul)	2	5,26%
Brasil (Pernambuco)	3	7,90%
Argentina	2	5,26%
Total	38	100%

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 5, a maioria dos autores é brasileira, correspondendo, principalmente, ao Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (28,95% - n=11), seguido por São Paulo, com 18,42% (n=7), Pernambuco com 7,90% (n=3), Paraná e Rio Grande do Sul com 5,26% (n=2), além da Argentina (5,26% - n=2) como país de origem.

Tabela 6. Periódico em que o artigo foi publicado

Periódico	N	%
Revista Junguiana	3	12,50%
História, Ciências, Saúde	2	8,33%
Pesquisas e Práticas Psicossociais	2	8,33%
Psicologia USP	2	8,33%
Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	1	4,16%
Ciência & Saúde Coletiva	1	4,16%
Estudos Avançados	1	4,16%
Estudos e Pesquisas em Psicologia	1	4,16%
Interface	1	4,16%
Mana	1	4,16%
Revista Baiana de Saúde Pública	1	4,16%
Revista da Abordagem Gestáltica	1	4,16%
Revista de Psicologia	1	4,16%
Revista Interinstitucional de Psicologia	1	4,16%
Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental	1	4,16%
Revista Latinoamericana- Sexualidad, Salud y Sociedad	1	4,16%
Revista Polis e Psique	1	4,16%
Saúde em Debate	1	4,16%
Outros – Dissertação de Mestrado	1	4,16%
Total	24	99,89%

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 6 indica que a Revista Junguiana (12,50% - n=3) apresentou maior número de artigos publicados sobre o tema pesquisado. Trata-se de periódico da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, a qual visa a formação de profissionais e a divulgação dessa área, além da participação comunitária. Tem como propósito de compartilhar propostas de aprofundamento teórico na perspectiva junguiana, inserindo-os no meio científico-cultural por meio de um compromisso ético com a sociedade.

A Revista Psicologia USP, a Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais e a Revista História, Ciências, Saúde aparecem com 8,33% (n=2) das publicações cada. As demais revistas foram responsáveis por 4,16% (n=1) cada.

Tabela 7. Categorização da concepção do processo criativo nos artigos

Processo Criativo	N	%
Criatividade como recurso de tratamento em saúde mental	11	45,83%
Criatividade como recurso para acessar conteúdos inconscientes e internos	8	33,33%
Sem indicação	5	20,83%
Total	24	99,99%

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 7 indica as categorias de definições da criatividade e suas aplicações a partir da análise dos artigos selecionados. Dezenove trabalhos indicaram uma definição de criatividade, sendo que onze indicaram a criatividade como recurso de tratamento em saúde mental (45,83% - n= 11), enquanto oito indicaram a criatividade como recurso para acessar conteúdos inconscientes e internos (33,33% - n=8). Cinco textos não indicaram claramente uma definição (20,83% - n= 5).

Tabela 8. Categorização da concepção de afetividade nos artigos

Afetividade	N	%
Afetividade como método no tratamento em saúde mental	14	58,33%
Afetividade como recurso para reestruturação da psique do esquizofrênico	7	21,16%
Sem indicação	3	12,50%
Total	21	99,99%

Fonte: dados da pesquisa

Na Tabela 8, observam-se duas categorias acerca da definição da afetividade e suas aplicações. Vinte e um textos indicaram uma definição da afetividade, sendo que 14 indicaram a afetividade como método no tratamento em saúde mental (58,33% - n=14) e sete como recurso para reestruturação da psique do esquizofrênico (21,16% - n=7). Três artigos não abordaram sobre a afetividade (12,50% - n=3).

Aspectos Qualitativos

Quadro 1 – Resultados encontrados nos artigos analisados

Indicação do artigo	Resultados à luz de Silveira
Arte, Loucura e Ciência no Brasil: as origens do Museu de Imagens do Inconsciente – Dias (2003)	Silveira propôs novas formas de tratamento das enfermidades mentais pelo acesso às imagens do inconsciente, por meio da expressão artística.
Nise da Silveira: imagens do inconsciente entre psicologia, arte e política – Frayze-Pereira (2003)	Observa-se que no Museu de Imagens do Inconsciente a singularidade das criações tem sido preservada, devido à densidade do campo simbólico do trabalho de Silveira.
Resistência, inovação e clínica no pensar e no agir de Nise da Silveira – Castro; Lima (2007)	Em articulação com diversas áreas do conhecimento, a invenção, a experimentação, a criatividade, o afeto e o cuidado com o sujeito são aspectos de inovação na clínica.
Maceió é uma cidade mítica: o mito da origem em Nise da Silveira - Melo (2007)	Houve a urgência de Silveira na alteração dos métodos de tratamento da psiquiatria, seguida pela expressão do sujeito.
Sobre tempo da loucura em Nise da Silveira – Guimarães; Saeki (2007)	Silveira como precursora da tendência compreensiva-inclusiva na forma de lidar com o "tempo", ao cuidar dos pacientes institucionalizados, em que o afeto se ressalta. Há a importância do vínculo profissional-cliente no tratamento, a emoção de lidar. Além disso, observa-se a interligação do tempo-espaco e afeto.
Nise da Silveira, Antonin Artaud e Rubens Corrêa – Melo (2009)	Relaciona-se Silveira com possíveis mudanças significativas no modo de estruturar os serviços de saúde mental e de cuidar daqueles em intenso sofrimento psíquico.
A etimologia inspirada: a busca da língua original através da semiosis introvertida – Melo (2010)	A utopia da linguagem de José combina com a utopia de Nise em relação ao tratamento psiquiátrico, ao negar as internações. Na Casa das Palmeiras, José pode ter livre expressão de seus sentimentos, afetos e pensamentos, possibilitando uma reorganização psíquica.

Continua

Nise da Silveira, Fernando Diniz e Leon Hirszman; política, sociedade e arte – Melo (2010)	O ateliê de pintura não foi suficiente para a reconstrução do mundo de Fernando, mas foi possível através do cinema, com a liberdade de expressão e a presença da relação baseada no afeto.
Clínica, pesquisa e ensino: Nise da Silveira e as mutações na psiquiatria brasileira – Melo; Ferreira (2013)	As obras e as práticas de Nise da Silveira são envolvidas pela criatividade e pelo sensível, por meio de uma práxis elaborada no paradigma estético. Sua postura frente à instituição psiquiátrica foi rebelde e de recusa.
Nise da Silveira e o enfoque fenomenológico – Schleder; Holanda (2015)	Destacam-se os pontos de convergência entre Nise e a Fenomenologia por meio de suas atitudes, como o olhar para o sujeito em sua totalidade e o interesse acerca da vivência do esquizofrênico, a partir de sua expressão.
Atelier Gaia: sua história e a arte no campo da atenção psicossocial – Fabrício; Cavalcanti; Amendoeira (2016)	O Atelier Gaia traz os pressupostos de Nise, como o afeto catalisador, com o espaço de afeto e de cuidado; a utilização de atividade expressiva/criadora para a organização da psique.
Afetividade, liberdade e atividade: o tripé terapêutico de Nise da Silveira no Núcleo de Criação e Pesquisa Sapos e Afogados – Oliveira; Melo; Vieira-Silva (2017)	O vínculo afetivo possibilita transformações tanto na vida pessoal quanto no trabalho no teatro. Além disso, a atividade possibilita aos participantes uma elaboração do sofrimento psíquico, mediante a expressão de pensamentos e emoções.
A importância de Hans Prinzhorn para a reforma psiquiátrica no Brasil – Freitas; Amarante (2018)	Assim como Osório César, Nise da Silveira reconhecia o inconsciente como o originador da arte, tanto de sãos quanto de alienados. Contudo, Nise aborda o "inconsciente coletivo", proposto por Jung. Também se aponta que Osório e Nise se preocupavam com a arte como meio terapêutico. Ambos se diferem de Prinzhorn, mas têm em comum com ele a ruptura com a psiquiatria tradicional.
A psique ao encontro da matéria: corpo e pessoa no projeto médico-científico de Nise da Silveira – Magaldi (2018)	Nise da Silveira adota a ideia "estado do ser". Sua prática era contra as terapias psiquiátricas e os sistemas de diagnóstico. Interessava-se pela investigação sistemática do inconsciente. Para Nise, corpo e alma, matéria e espírito são indissociáveis.
A experiência com arte na Colônia Juliano Moreira na década de 1950 – Araújo; Jacó-Vilela (2018)	A proposta de trabalho difere-se da realizada por Nise no Engenho de Dentro, em que a expressão livre se fez presente em diversas atividades. A espontaneidade era a função básica do serviço, através do "afeto catalisador". As atividades seriam uma possibilidade de expressão das imagens do inconsciente.

Continua

A metamorfose de Adelina Gomes: gênero e sexualidade na Psicologia Analítica de Nise da Silveira – Magaldi (2018)	A mudança do conteúdo pictórico dos trabalhos de Adelina indica uma recuperação. Silveira aponta que a progressão dos acontecimentos intrapsíquicos não é linear. Observa-se o abafamento da feminilidade de Adelina em seu ambiente familiar repressivo, descrito pelas imagens arquetípicas femininas.
Nise, o coração da loucura: representações femininas em um filme sobre a terapêutica ocupacional – Gomes; Britto (2019)	A representação de Silveira no filme foi de uma mulher e profissional empoderada que se opôs ao modo de tratamento da psiquiatria tradicional.
Machado de Assis e sua leitora Nise da Silveira – Silva; Mello (2019)	As observações feitas por Silveira sobre os contos de Machado de Assis explicitam os conceitos junguianos ("persona" e "sombra") importantes para a individuação.
Das memórias de Nise da Silveira no Hospital Psiquiátrico do Engenho de Dentro – Magaldi (2019)	Observa-se em “Imagens do Inconsciente” o desprestígio mencionado pela própria autora acerca de suas propostas em um espaço com predomínio de tratamento fiscalistas, com desvalorização de atividades expressivas.
Arte, ciência e professorxs no coração da loucura – Dário Jr. (2021)	Silveira estudou as séries de imagens produzidas e o inconsciente. O seu método de trabalho considera o grupo de pacientes e suas singularidades, sendo sua aposta no amor. Compreende-se que Silveira valorizou a vida e o trabalho. Relação de fragmentos de histórias de vida dos alunos, a maneira como se comportam para novas intervenções e a importância da arte na escola.
Por um método niseano na saúde mental: a construção de um ateliê de arte na emergência psiquiátrica – Almeida; Pedrosa; Rotolo (2021)	O ateliê como espaço em que se preza pela sacralidade do encontro valorizando a importância do afeto, que possibilita uma função catalisadora para possíveis elaborações.
Diálogos entre Nise e Jung: a obra expressiva de Nise da Silveira e suas contribuições para a psicologia analítica – Catta-Preta (2021)	Pode-se dizer que Silveira foi precursora dos CAPS, uma vez que A Casa das Palmeiras era um lugar apenas para o cliente passar o dia.
Fundamentos do método de Nise da Silveira: clínica, sociedade e criatividade – Damiano Jr. (2021)	A reintegração da psique e o estabelecimento de vínculos com o mundo externo dependem dos dispositivos afetivos. A emoção de lidar constitui uma ponte entre a personalidade consciente e inconsciente, integrando opostos.

Continua

Uma clínica catalisadora – Berti; Castro (2023)	A clínica deve estar sempre pensando nas relações entre os seres, humanos ou não. Deve estimular as forças autocurativas da psique, a fim de incentivar espaços acolhedores e libertários.

Fonte: Dados coletados através da análise dos artigos

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Silveira apresenta-se como um símbolo na área da saúde mental. Segundo Dias (2003), Silveira propôs métodos de tratamento das doenças mentais pelo acesso às imagens do inconsciente por meio da expressão plástica, rompendo assim com a psiquiatria tradicional. A sua clínica é considerada por Frayze-Pereira (2003) como inovadora, ao articular diversas áreas do conhecimento, entre elas a criatividade e o afeto, além do cuidado com o paciente, envolvido pela criatividade e pelo sensível (Melo; Ferreira, 2013).

Cultivou interesse acerca da vivência do sujeito com esquizofrenia, ao qual possibilitava um ambiente de livre expressão, a fim de cuidá-lo em sua totalidade (Schleder; Holanda, 2015). Silveira reconhecia o inconsciente como originador da arte, tanto dos sãos quanto daqueles aliendados, trazendo a concepção de inconsciente coletivo, de Jung (Freitas; Amarante, 2018). Demonstrou interesse sistemático pela investigação do inconsciente, uma vez que a alma e o corpo são indissociáveis (Magaldi, 2018a, 2018b).

No Engenho de Dentro, seu trabalho era constituído pela livre expressão em diversas atividades, em que a espontaneidade dos sujeito era a função básica e essencial, mediada pelo afeto catalisador (Araújo; Jacó-Vilela, 2018). Silveira pôde observar que, ao possibilitar a livre expressão de sentimentos, afetos e pensamentos, havia uma possibilidade de reorganização psíquica de seus clientes esquizofrênicos (Melo, 2001). Fabrício, Cavalcanti e Amendoeira (2016) afirmam que a utilização de atividades criadoras é favorável para a organização da psique.

Sob a perspectiva de Silveira, a afetividade é de extrema importância no tratamento para a reintegração da psique, pois dela depende o estabelecimento de vínculos com o mundo externo – dispositivos afetivos – por meio de relações humanas ou não (Damião Júnior, 2021). O afeto realiza uma função catalisadora para possíveis elaborações (Almeida; Pedrosa; Rotolo, 2021).

Encontra-se certa precariedade de artigos sobre o trabalho de Nise da Silveira, pois a partir dos indexadores utilizados nesta pesquisa foi possível selecionar 24 artigos no período entre 2000 e 2023. Percebe-se ainda uma falta de interesse nas pesquisas acerca do tema em questão, pois há uma distância entre o último período de maior incidência de artigos (2021 - n=4) e o ano de 2023 (n=1).

Foram encontrados dezoito periódicos. O que apresentou maior número de artigos sobre o tema foi a Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (n=3), demonstrando a associação entre Silveira e a Psicologia Junguiana. Além disso, a maior parte dos autores dos artigos são originários do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, vinculados à Universidade Federal de São João Del Rei. A maioria das pesquisas emprega o método teórico.

Pode-se observar na presente pesquisa, que teve como objetivo principal a análise da influência do processo criativo e sua relação com a afetividade na psicoterapia na perspectiva junguiana e de Nise da Silveira, a influência de Silveira no desenvolvimento de métodos para o tratamento da saúde mental associados à Psicologia Junguiana. Tanto a criatividade quanto a afetividade encontraram-se relacionados, na maior parte dos artigos analisados e selecionados, com as práticas e as obras de Silveira.

Entre os artigos que não abordaram a concepção de criatividade (n=5) e a concessão de afetividade (n=7), observa-se que houve uma certa prevalência acerca do tema de criatividade. Nas categorizações supracitadas, parte (n=11) associava os processos criativos a uma importante estratégia no tratamento de diferentes quadros clínicos de esquizofrenia. Também pode ser compreendida como uma forma de cuidado de sujeitos que expressavam suas patologias e sanidade de forma plástica, em que Silveira observa certa evolução das produções à medida em que havia uma evolução do tratamento.

Outros autores relacionam a criatividade ao acesso a conteúdos internos e inconscientes, em que as atividades expressivas podem ser consideradas como processo ativo do cliente, sendo catalisador de experiências, sentimentos e percepções, por meio da expressão simbólica de conteúdos pessoais. Observou-se uma evolução positiva ao prognóstico nas práticas criativas, uma vez que havia um espaço livre para a expressão de sentimentos e do mundo interior (Fabrício; Cavalcanti; Amendoeira, 2016).

Os artigos apontaram a importância do processo criativo, uma vez que as atividades expressivas propostas por Silveira abrem uma possibilidade de adentrar no mundo interno do paciente, além de possibilitar-lhe um meio de expressão. Apesar de

haver duas categorizações diferentes para a criatividade, entende-se que há uma associação de conceitos e aplicações entre elas.

Em relação à afetividade houve duas categorizações citadas na Tabela 9: como método no processo de tratamento (n=14) e como recurso para reestruturação da psique (n=7).

O primeiro traz a concepção de afeto catalisador proposto por Silveira, que ressalta a importância do monitor no tratamento do paciente. De acordo com Castro e Lima (2007), o monitor representa um ponto de apoio para que o paciente possa investir afetivamente. Além disso, apontam que o ambiente deve ser acolhedor e limpo e os animais podem atuar como coterapeutas, possibilitando a catalisação de afetos incondicionais. Para os autores, o afeto deveria ser um ponto central no cuidado em saúde mental.

Já a afetividade relacionada à reestruturação da psique traz a possibilidade da atuação das forças autocurativas. Melo (2010) aponta o caso de Fernando, paciente de Silveira, em que a mesma imagem carregada de afeto que desestruturou sua psique possibilitou a reorganização. Assim, um ambiente acolhedor e afetivo possibilitava que as pessoas cindidas psiquicamente se reorganizassem, influenciando seu contato com a realidade e com os outros (Gomes; Brito, 2019).

Apesar de a criatividade e a afetividade terem suas particularidades, pode-se entender certa relação entre elas nos trabalhos analisados. A criatividade, junto ao acompanhamento terapêutico, possibilitava o ressurgimento do paciente (Melo; Ferreira, 2013). O afeto catalisador levava à abertura de um espaço terapêutico para a expressão criativa, por meio do vínculo afetivo e encorajador.

A presença do monitor favorecia a criatividade e possibilitava a restauração da comunicação com o meio. É nesse ambiente afetivo que o desenvolvimento de processos criativos era possível. De acordo com Oliveira, Melo e Vieira-Silva (2017) as relações afetivas ativam o processo criativo, pela oportunidade de dar voz ao inconsciente.

Por fim, a pesquisa demonstrou a relevância da criatividade e sua relação com a afetividade na perspectiva de Nise da Silveira, com aporte da perspectiva junguiana. Apesar de não estar diretamente relacionados com a psicoterapia, entende-se que essa abordagem pode contribuir para essa área da saúde mental.

Além disso, observa-se que tanto a afetividade quanto a criatividade são de grande valia nas obras e métodos de Silveira, e que a um ambiente afetivo e atividades expressivas podem auxiliar nos atendimentos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Brena Souza; PEDROSA, Hamanda de Almeida; ROTOLO, Luana Maria. Por um método niseano na saúde mental: a construção de um ateliê de arte na emergência psiquiátrica. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, v. 39, n. 2, p. 43-56, 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/jung/v39n2/05.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.
- ARAÚJO, João Henrique Queiroz de; JACÓ-VILELA, Ana Maria. A experiência com arte na Colônia Juliano Moreira na década de 1950. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 25, p. 321-334, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Z8q7ZmgpCZXhxLNFdqW8XQH/>. Acesso em: 28 out. 2024.
- BERTI, Guilherme Franzon; CASTRO, Rodrigo Caprio Leite de. Uma clínica catalisadora. **Polis e Psique**, v. 13, n.1, p.22-32, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/123910>. Acesso em: 28 out. 2024.
- CASTRO, Eliane Dias de; LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo. Resistência, inovação e clínica no pensar e no agir de Nise da Silveira. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, p. 365-376, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Cv5FYpFCjDLL9gRTBqBCRDg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2024.
- CATTA-PRETA, Marisa V. Diálogos entre Nise e Jung: a obra expressiva de Nise da Silveira e suas contribuições para a psicologia analítica. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, v. 39, n. 1, p. 111-126, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-08252021000100008&script=sci_abstract. Acesso em: 28 out. 2024.
- DAMIÃO JUNIOR, Maddi. Fundamentos do método de Nise da Silveira: clínica, sociedade e criatividade. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, v. 39, n.1, p. 91-100, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-08252021000100007. Acesso em: 28 out. 2024.
- DÁRIO JUNIOR, Ivan Rubens. Arte, ciência e professorxs no coração da loucura. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 33, p. 84-90, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/XrT8pKnxPPJH3GMh5kjTjMy/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 28 out. 2024.
- DIAS, Paula Barros. **Arte, loucura e ciência no Brasil: as origens do Museu de Imagens do Inconsciente**. 2003. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6086>. Acesso em: 28 out. 2024.
- FABRÍCIO, Paula Conceição; AMENDOEIRA, Maria Cristina Reis; CAVALCANTI, Maria Tavares. Atelier Gaia: sua história e arte no campo da Atenção Psicossocial. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, 2016. Disponível em:

<https://cetadobserva.ufba.br/es/publicacoes/atelier-gaia-sua-historia-e-arte-no-campo-da-atencao-psicossocial>. Acesso em 28 out. 2024.

FRAYZE-PEREIRA, João A. Nise da Silveira: imagens do inconsciente entre psicologia, arte e política. **Estudos Avançados**, v. 17, p. 197-208, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DXNtq8VnSpjxsh5YvgYX8qM/>. Acesso em: 28 out. 2024.

FREITAS, Fernando Ferreira Pinto de; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. A importância de Hans Prinzhorn para a reforma psiquiátrica no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 503-517, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/G5dn7cydt6L7xX4z8R8yKDc/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63. 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38183/36927>. Acesso em: 06 out. 2023.

GOMES, Christianne Luce; BRITO, Cristiane Miryam Drumond de. “Nise, o coração da loucura”: representações femininas em um filme sobre a terapêutica ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, p. 638-649, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/zbNYsnXbvH8hzCN9CYqNMTJ/>. Acesso em: 28 out. 2024.

GUIMARÃES, Jacileide; SAEKI, Toyoko. Sobre o tempo da loucura em Nise da Silveira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 531-538, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Sd74qRRG96pYR7S8wxYDkBK/>. Acesso em: 28 out. 2024.

HAMDAN, Amer Cavalheiro. **Análise quantitativa de dados: conceitos básicos**. UFPR, 2014.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 2016.

JUNG, Carl Gustav. **Tipos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, 2015.

JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAGALDI, Felipe Sales. A psique ao encontro da matéria: corpo e pessoa no projeto médico-científico de Nise da Silveira. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 25, n. 1, p. 69-88, 2018a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/fmGGw6CPfFhq9RbtxyHN87b/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2024.

MAGALDI, Felipe. A metamorfose de Adelina Gomes: gênero e sexualidade na psicologia analítica de Nise da Silveira. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, p. 119-140, 2018b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/gwFsZrcvtYH86ZcJmDStC3G/#>. Acesso em: 25 out. 2024.

MAGALDI, Felipe. Das memórias de Nise da Silveira no hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro. **Mana**, v. 25, p. 635-665, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/BJkYhRrZRjXKKgjLDZzTtCz/>. Acesso em: 28 out. 2024.

MELO JUNIOR, Walter. Nise da Silveira, Antonin Artaud e Rubens Corrêa: fronteiras da arte e da saúde mental. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 182-191, 2009. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202009000200013. Acesso em 28 out. 2024.

MELO, Walter. A etimologia inspirada: a busca da língua original através da semiosis introvertida. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 865-881, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/8929>. Acesso em 28 out. 2024.

MELO, Walter. Maceió é uma cidade mítica: o mito da origem em Nise da Silveira. **Psicologia USP**, v. 18, p. 101-124, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/PdwcNmnXhKL9TnkSgZJY5ZG/>. Acesso em: 28 out. 2024.

MELO, Walter. Nise da Silveira, Fernando Diniz e Leon Hirszman: política, sociedade e arte. **Psicologia USP**, v. 21, p. 633-652, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/nDLSQHNmwHHdKMD4B4Xv5Pq/>. Acesso em: 28 out. 2024.

MELO, Walter. **Nise da Silveira**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2001.

MELO, Walter; FERREIRA, Ademir Pacelli. Clínica, pesquisa e ensino: Nise da Silveira e as mutações na psiquiatria brasileira. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 16, p. 555-569, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/5QXgznYZh6yhJsrzjh7j3sG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2023

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renta Cristina Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-07072008000400018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 out. 2023.

OLIVEIRA, Patrícia Fonseca de; MELO, Walter; VIEIRA-SILVA, Marcos. Afetividade, liberdade e atividade: o tripé terapêutico de Nise da Silveira no Núcleo de Criação e Pesquisa Sapos e Afogados. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 12, n. 1, p. 23-35, 2017. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/1933/1325. Acesso em: 01 out. 2023.

SCHLEDER, Karoline Stoltz; HOLANDA, Adriano. Nise da Silveira e o enfoque fenomenológico. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 21, n. 1, p. 49-61, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672015000100006. Acesso em 28 out. 2024.

SILVA, Teresinha V. Zimbrão da; MELLO, Elizabeth Christina Cotta. Machado de Assis e sua leitora Nise da Silveira. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 4, p. 1-12, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000400009. Acesso em: 28 out. 2024

SILVEIRA, Nise da. **Imagens do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Alhambra, 2023.

SILVEIRA, Nise da. **O Mundo das Imagens**. São Paulo: Ática, 1992.

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Pedro Henrique Mendrot Monteiro

Moacir José dos Santos

Adriana Leônidas de Oliveira

Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

Em 2015, impulsionada por um debate em ascensão e por diversas iniciativas voltadas a um conceito mais amplo de desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a Agenda 2030. Esse plano de ação, adotado por 193 países membros, propõe uma visão integrativa entre as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento, contemplando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre eles, destacam-se o ODS 3 e o ODS 4 (Cruz *et al.*, 2022).

O ODS 3 – Vida Saudável - busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades, abrangendo temas como o combate a doenças transmissíveis, o acesso a serviços de saúde de qualidade e a promoção da saúde mental. Por sua vez, o ODS 4 – Educação de Qualidade - tem como foco garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (Almeida Filho; Lauar, 2021). Quando se analisa a saúde mental no ambiente de ensino, percebe-se que esses objetivos estão intimamente associados.

Após a pandemia de COVID-19, a temática da saúde mental tem ganhado destaque nas discussões globais sobre desenvolvimento sustentável (Rocha *et al.*, 2023). Nesse campo de estudo, pesquisas brasileiras recentes vêm apontando para uma crescente presença de sofrimentos emocionais e psicológicos enfrentados por um grupo específico - estudantes universitários (Conceição *et al.*, 2019; Silva; Souza; Fortaleza, 2023; Tung *et al.*, 2018).

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo realizar uma revisão da literatura sobre as estratégias e ações voltadas à promoção da saúde mental no contexto universitário, em consonância com os princípios da Agenda 2030. Para isso, o trabalho está organizado da seguinte forma: na revisão de literatura, são apresentados e discutidos

dados sobre a saúde mental no contexto universitário; a seção método descreve a revisão realizada; resultados e discussões, apresenta e analisa, de forma sucinta, o conteúdo dos artigos selecionados; por fim, a conclusão retoma a temática, articulando os conteúdos discutidos ao longo do texto.

REVISÃO DA LITERATURA

O processo educacional de uma sociedade pode ser entendido como um dos alicerces fundamentais para a ampliação das liberdades individuais. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 6º, a educação como o primeiro dos Direitos Sociais, inserida na chamada segunda geração (ou dimensão) dos Direitos Fundamentais. Essa categoria está associada às liberdades positivas e concretas, voltadas à concretização do estado de bem-estar social (Brasil, 1988).

Na visão de Sarmiento (2006), a educação tem papel libertador, pois assegura “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (p. 19). No entanto, é relevante destacar que, conforme estabelecido pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 – Educação de Qualidade –, o simples acesso à educação, sob uma ótica quantitativa, não é suficiente. A dimensão qualitativa é essencial para uma avaliação mais precisa desse processo. Aspectos como infraestrutura escolar, materiais pedagógicos, formação dos professores e condições de saúde são componentes indispensáveis em uma análise qualitativa (Sá; Werle, 2017).

Nesse sentido, uma vertente de estudos que vem se fortalecendo nos últimos anos é a que se preocupa com a saúde mental no ambiente educacional, especialmente no Ensino Superior (Gomes *et al.*, 2023), integrando as preconizações dos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ODS 4 (Educação de Qualidade).

Costa e Moreira (2016) apontam que o ingresso na universidade tende a representar um período de transição desafiador, frequentemente marcado por dificuldades de adaptação, exigindo mudanças significativas na postura dos estudantes em relação à responsabilidade pessoal e à convivência social. Diversos pesquisadores têm constatado maior prevalência de quadros de estresse, ansiedade, depressão e comportamento suicida entre estudantes universitários (Padovani *et al.*, 2014)

Levantamentos conduzidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) revelam dados preocupantes sobre essa realidade. O Quadro 1 apresenta uma síntese da série histórica de pesquisas realizadas pela entidade.

Quadro 1. Resumo das pesquisas do FONAPRACE (1994-2018) – dados sobre saúde mental

Ano	Principais Dados Relacionados à Saúde Mental
1994	- Primeira pesquisa de perfil estudantil; - Sem dados específicos sobre saúde mental; - Psicoterapia citada como programa assistencial em algumas instituições.
2004	- 36,9% relataram dificuldade significativa ou crise emocional no último ano; - 27,3% procuraram atendimento psicológico; - 5,5% procuraram atendimento psiquiátrico; - Psicoterapia mantida como assistência institucional.
2011	- 47,7% relataram crise emocional no último ano; - 29% procuraram atendimento psicológico; - 11% usaram medicação psicotrópica; - 10% buscaram atendimento psicopedagógico; - 9% procuraram atendimento psiquiátrico; - Relato de elevação significativa nos percentuais em relação a 2004.
2014	- Inclusão de dados sobre ideação de morte e pensamento suicida.
2018	- 6,1% relataram ideação de morte; - 4% relataram pensamento suicida; - Reforço da necessidade de atenção à saúde mental dos estudantes.

Fonte: adaptado de Gomes *et al.* (2023)

De acordo com o Quadro 1, pesquisas realizadas pelo FONAPRACE entre 1994 e 2018 demonstram um crescente reconhecimento da importância da saúde mental no contexto universitário. A primeira pesquisa, em 1994, não abordava diretamente a temática, mas já indicava a oferta de psicoterapia como um dos mecanismos de assistência. A partir de 2004, passa a ser identificado o sofrimento emocional de forma mais sistemática e alarmante, com dados concretos sobre procura por atendimento psicológico e psiquiátrico, bem como diversos indicativos da presença de quadros

psicopatológicos, levando ao entendimento concreto de que “dificuldades emocionais afetam o desempenho acadêmico” (FONAPRACE, 2011, p. 40).

Corroborando esses dados, Bardagi e Hutz (2011) identificaram Transtornos Mentais Comuns (TMC) em 29% da amostra de universitários brasileiros estudados. Entende-se por TMC quadros como transtornos de ansiedade, depressão não psicótica, transtornos bipolares, uso abusivo de substâncias e outros.

Castro (2017), ao investigar especificamente a sintomatologia do estresse em alunos de uma universidade pública, identificou que 62% da amostra apresentava indícios de estresse disfuncional. Desses, 54% estavam na fase de resistência e 8% na fase de exaustão, esta última caracterizada por uma quase total incapacidade de ação diante do ambiente. Por sua vez, Bezerra, Siquara e Abreu (2018), em um estudo realizado com estudantes do Ensino Superior em Salvador, constataram que 42% apresentavam níveis graves de sintomas de ansiedade, enquanto 9% demonstravam níveis graves de sintomas depressivos.

Diante desses dados, é fundamental o desenvolvimento de pesquisas e ações que visem promover saúde nesse contexto, visto que esse tipo de ação, além de auxiliar na prevenção do adoecimento, contribui para aumentar a qualidade de vida (Buss, 2000).

MÉTODO

A revisão de literatura (RL) é caracterizada como um método de pesquisa voltado para a síntese do conhecimento produzido em determinado período sobre um tema específico. Em outras palavras, trata-se de “uma síntese rigorosa de todas as pesquisas relacionadas a uma questão específica” (Souza; Silva; Carvalho, 2009, p. 102). Nesse contexto, a RL representa uma etapa inicial essencial para a construção de novos saberes científicos, pois permite tanto a formulação de novas teorias quanto a identificação de lacunas no campo investigado (Souza, 2017).

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa deve obedecer a um conjunto de etapas que garantam o rigor científico da revisão, incluindo a definição do objeto de estudo, a busca pelos estudos relevantes, a avaliação crítica das fontes, a extração e análise dos dados, a interpretação dos resultados e, por fim, a atualização e o refinamento da revisão (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Dessa forma, o presente estudo delimitou como objeto de investigação os artigos nacionais que abordam a promoção da saúde mental no ambiente universitário. O recorte temporal adotado foi de 2020 a 2025, período marcado pelos efeitos da pandemia de COVID-19 e pelo crescente debate em torno das questões relacionadas à saúde mental. Para a análise das produções sobre essa temática, foram selecionados artigos disponíveis nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

As bases de dados selecionadas foram acessadas utilizando a combinação dos descritores “Promoção da Saúde”, “Saúde Mental” e “Universidade”, por se tratar da estratégia de busca que apresentou os resultados mais expressivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar a primeira busca utilizando a combinação de indexadores previamente estabelecida, além dos filtros de período e nacionalidade da pesquisa, foram encontrados 23 artigos na Scientific Electronic Library Online (SciELO), 28 artigos nos Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e 79 artigos na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A seguir, foi realizada uma filtragem para eliminar duplicatas, uma vez que muitos trabalhos constavam em mais de uma base de dados. Com essa seleção, obteve-se um total de 58 artigos.

A segunda filtragem foi realizada a partir da leitura dos resumos dos 58 artigos inicialmente selecionados. Muitas pesquisas, embora relacionadas aos indexadores escolhidos, não tratavam diretamente da apresentação e discussão de estratégias de promoção da saúde no contexto universitário, chegando-se a um total de 15 artigos. Algumas pesquisas abordavam estratégias de promoção da saúde voltadas para outros públicos, e expressivos 17 artigos tinham como foco o desenvolvimento de estudos de caracterização e diagnóstico de grupos universitários, temas que fornecem respaldo importante para intervenções mais efetivas.

O Quadro 2 apresenta uma caracterização dos 15 artigos selecionados para a presente pesquisa.

Quadro 2. Panorama de pesquisas sobre Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior (2020-2025)

Título	Autor	Ano	Objetivo	Tipo de Estudo
Saúde mental de estudantes universitários: um estudo de caso das políticas de assistência estudantil da Universidade de Taubaté	Mattos, R. M.; Rodrigues, A. M.	2024	Analisar as políticas de assistência estudantil da UNITAU e sua relação com a saúde mental dos estudantes.	Estudo de caso documental/ estudo de caso
Condições emocionais e intervenções grupais para a promoção de saúde mental entre estudantes da Universidade do Estado de Mato Grosso	Silva, G. C. L.	2024	Investigar condições emocionais e aplicar intervenções grupais com foco em promoção de saúde mental.	Pesquisa-ação
Saúde mental na universidade: atendimento psicológico <i>online</i> na pandemia da COVID-19	Correia, K. C. R. <i>et al.</i>	2023	Descrever a experiência do atendimento psicológico <i>online</i> durante a pandemia da COVID-19.	Relato de experiência
Grupo comunitário de saúde mental: um olhar dos discentes de Psicologia	Silveira, L. B.; Silveira, C. A. B.	2022	Analisar percepções de estudantes de Psicologia sobre grupos comunitários de saúde mental.	Estudo qualitativo
Promoção da saúde mental de universitários por meio de vídeo educativo: relato de experiência	Rocha, G. A. <i>et al.</i>	2022	Relatar o uso de vídeo educativo como ferramenta de promoção da saúde mental em universitários.	Relato de experiência
Espaços <i>online</i> de cuidados coletivos: promoção da saúde em tempos de isolamento pela COVID-19	Rodrigues, D. S. <i>et al.</i>	2022	Relatar iniciativas de promoção da saúde mental em espaços <i>online</i> durante a pandemia.	Relato de experiência
Rodas de conversa remotas: ensino-aprendizagem e vivência da promoção da saúde na pandemia da COVID-19	Marquez, L. V. <i>et al.</i>	2022	Explorar experiências de rodas de conversa como estratégia de promoção da saúde mental.	Relato de experiência
A musicoterapia <i>online</i> em grupo e a saúde mental de jovens universitários no contexto pandêmico	Teixeira, R. A.	2022	Analisar efeitos da musicoterapia <i>online</i> em grupo na saúde mental de universitários.	Estudo qualitativo de intervenção
Promoção em saúde mental na Educação Superior: uma sistematização de experiência do grupo 'Acolhe'	Oliveira, C. G. <i>et al.</i>	2021	Sistematizar experiências de um grupo voltado à saúde mental na Educação Superior.	Relato de experiência

Continua

Meditação: uma estratégia de cuidado em saúde para estudantes universitários	Schuh, L. M. <i>et al.</i>	2021	Investigar a prática de meditação como estratégia de cuidado em saúde mental.	Estudo qualitativo
O efeito de uma estratégia de promoção da saúde mental no consumo de álcool de estudantes de enfermagem	Gonçalves, J. S.	2021	Analisar o impacto de uma intervenção em saúde mental sobre o consumo de álcool.	Estudo quase-experimental
Intervenções para prevenção do comportamento suicida em universitários: revisão integrativa	Barbosa, N. S. <i>et al.</i>	2021	Identificar intervenções voltadas à prevenção do comportamento suicida.	Revisão integrativa
Programa de Mentoria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alfenas: relato de experiência	Couto, D. S. <i>et al.</i>	2021	Relatar a implementação do programa de mentoria e seus efeitos em saúde mental.	Relato de experiência
Programas de promoção da saúde no ensino superior: uma revisão de escopo	Evangelista, R. A. <i>et al.</i>	2020	Mapear programas de promoção da saúde existentes no Ensino Superior.	Revisão de escopo
Estratégia musical para cuidar de discentes de enfermagem: experiência no enfrentamento da COVID-19	Souza, J. B. <i>et al.</i>	2020	Descrever o uso da música como cuidado em saúde mental durante a pandemia.	Relato de experiência

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

De acordo com o Quadro 2, os artigos foram, em sua maioria, publicados no ano de 2022 (n=6) e apresentaram como tipo de estudo predominante o relato de experiência (n=7). Segue uma breve apresentação das pesquisas levantadas.

Na pesquisa mais recente, Mattos e Rodrigues (2024) investigaram como uma universidade municipal, a Universidade de Taubaté, vem lidando com a saúde mental por meio da política de assistência estudantil. Com base em documentos institucionais, os autores reconstruíram o histórico do Projeto de Apoio Psicossocial (PAPS), que tem como foco não só o atendimento psicológico individual, mas também ações em grupo e apoio aos professores na identificação de possíveis causadores de sofrimento psíquico. O projeto também realiza estudos sobre o perfil da comunidade acadêmica. Ao analisar as atividades do PAPS e de iniciativas relacionadas, como o Núcleo de Bem-Estar e Saúde Mental, os autores concluem que essas ações são estratégias eficazes para promover saúde e prevenir transtornos mentais.

Por sua vez, Silva (2024) conduziu uma pesquisa composta por três estudos. O primeiro, uma revisão integrativa, demonstrou que intervenções *online* são eficazes na promoção da saúde mental de universitários durante períodos de isolamento social. O segundo estudo, utilizando escalas e questionários psicológicos, avaliou 340 estudantes e revelou a presença de sintomas de Transtornos Mentais Comuns (TMC). O terceiro, o mais relevante para esta pesquisa, analisou a efetividade de estratégias de promoção da saúde mental com alunos de Enfermagem por meio de grupos virtuais de orientação e/ou capacitação. Após a intervenção, observou-se melhora na autoeficácia e diminuição de sintomas ansiosos e depressivos entre os participantes.

Correia *et al.* (2023) investigaram os efeitos do atendimento psicológico *online* realizado entre maio e junho de 2020, durante o período de isolamento social rígido. Alunos da graduação em Psicologia foram atendidos individualmente por 11 psicólogos clínicos. Foram realizadas cinco sessões, e, quando necessário, encaminhamento para a continuidade da psicoterapia. Nesse estudo, os atendimentos mostraram-se fundamentais para acolher os estudantes de Psicologia, auxiliando-os a lidar com seus sentimentos e a desenvolver formas mais saudáveis de enfrentamento diante da COVID-19.

Silveira e Silveira (2022) buscaram verificar a importância dos Encontros do Grupo Comunitário de Saúde Mental (GCSM) para graduandos em Psicologia. Os encontros, baseados na Teoria dos Grupos Operativos de Pichon-Riviere, são constituídos por três etapas: acolhimento, relato de experiência e elaboração do trabalho grupal. A pesquisa evidenciou a relevância do grupo comunitário na formação de psicólogos, especialmente como espaço de cuidado com a saúde mental. Além disso, destacou-se o fortalecimento da valorização da vida, à medida que os participantes passaram a enxergar o outro com mais empatia e a reconhecer experiências significativas no cotidiano.

Rocha *et al.* (2022) relataram a experiência de graduandos em Enfermagem e Medicina na elaboração e divulgação de um vídeo motivacional como estratégia de promoção da saúde mental de estudantes universitários. Realizado na Universidade Federal do Piauí (UFPI), o estudo consistiu na produção de um material audiovisual sobre saúde psicológica e emocional dos universitários, com ênfase na valorização da vida, temática muito evocada na campanha “Setembro Amarelo”. A metodologia envolveu diagnóstico sobre as principais demandas psicológicas dos estudantes, seleção de seis discentes, e, posteriormente, desenvolvimento do roteiro, gravação e divulgação do vídeo. Os depoimentos abordaram dificuldades financeiras, desafios acadêmicos,

conquistas e superações. A experiência demonstrou-se positiva ao proporcionar um espaço de escuta.

Rodrigues *et al.* (2022) relataram a experiência das ações de cuidado *online* promovidas pelo Grupo de Trabalho Promoção e Prevenção à Saúde da Universidade de Brasília (UnB) durante a pandemia da COVID-19. O estudo, baseado na sistematização da experiência, descreve atividades realizadas de março a julho de 2020, como terapia comunitária, técnicas de relaxamento e cartas solidárias. As ações, desenvolvidas em ambientes virtuais, buscaram promover a saúde mental da comunidade por meio da interatividade. Os autores concluíram que os espaços *online* são estratégias viáveis para fortalecer as redes de apoio em um momento de distanciamento social.

Marquez *et al.* (2022) analisaram a adaptação do ensino de promoção da saúde ao formato *online* durante a pandemia de COVID-19, em uma disciplina de Saúde Coletiva de uma Universidade Federal. O método consistiu na realização de rodas de conversa remotas, organizadas em grupos de cerca de 15 alunos, com momentos assíncronos (preparação individual) e encontros síncronos (discussão coletiva). Os temas abordados incluíram saúde mental, estresse pandêmico e estratégias de autocuidado. Os autores destacam que as rodas de conversa foram uma estratégia eficaz para manter o vínculo entre ensino e cuidado no ambiente remoto.

Por sua vez, Teixeira (2022) investigou os efeitos da musicoterapia em grupo *online* na saúde mental de estudantes universitários no contexto da pandemia de COVID-19. O estudo teve como objetivo compreender a relação entre as sessões terapêuticas e o bem-estar dos estudantes. Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa envolveu cinco estudantes de uma universidade pública que participaram de dezesseis sessões de musicoterapia. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas, diários de sessão elaborados pelos participantes e diário de campo do pesquisador. Os resultados apontaram que a musicoterapia *online* proporcionou um espaço de escuta e fortalecimento do senso de pertencimento.

Em sua pesquisa, Oliveira *et al.* (2021) relatou a experiência do projeto “Acolhe” no desenvolvimento de ações voltadas à educação, promoção e acolhimento em saúde mental em instituições públicas de Ensino Superior. A sistematização da experiência foi realizada com base em registros de diário de campo e materiais fotográficos, no período de setembro de 2018 a fevereiro de 2020. Os resultados evidenciaram uma significativa demanda por espaços de cuidado em saúde mental

dentro das instituições. Diante disso, os autores reforçam a importância de integrar o bem-estar psíquico às políticas estudantis, recomendando estratégias que tornem a temática da saúde mental uma parte dinâmica do cotidiano universitário.

Schuh *et al.* (2021) desenvolveram uma pesquisa-intervenção com foco na aplicação de práticas de meditação do tipo *mindfulness* com cinco estudantes universitários de uma instituição do noroeste gaúcho. A atividade contou com 11 encontros realizados entre abril e julho de 2019. A investigação, de abordagem qualitativa, utilizou questionários, observação não participante e entrevistas abertas, cujos dados foram analisados tematicamente. Os participantes relataram buscar a meditação devido a sintomas como estresse, ansiedade, irritação e dificuldade de concentração. Os resultados indicaram benefícios significativos, como maior foco nos estudos, melhora na qualidade do sono, no autoconhecimento e no bem-estar subjetivo.

Na pesquisa de Gonçalves (2021), foi realizado um estudo experimental com 121 estudantes de Enfermagem para analisar a relação entre saúde social, desempenho acadêmico e consumo de álcool, além de propor ações interventivas baseadas no desenvolvimento de habilidades sociais. Os resultados mostraram que apoio social e autoeficácia se associam ao desempenho acadêmico, mas não influenciam diretamente o consumo de álcool. Ambos os grupos (controle e intervenção) reduziram o uso de álcool, possivelmente devido a uma palestra realizada durante o estudo. Conclui-se que estratégias integradas para a saúde social e para o enfrentamento direto do consumo de substâncias podem ser mais eficazes.

Barbosa *et al.* (2021) realizaram uma revisão integrativa com o objetivo de analisar as intervenções voltadas à prevenção do comportamento suicida entre universitários. A pesquisa foi conduzida nas bases de dados LILACS, Web of Science, MEDLINE, CINAHL e SCOPUS, entre maio e julho de 2018, com os descritores "estudantes", "suicídio" e "promoção da saúde". Foram selecionados seis estudos, sendo que metade utilizava intervenções *online*, 16,6% seguiam abordagens tradicionais, e 33,3% combinavam métodos tradicionais e tecnológicos. Os autores concluíram que as intervenções devem ser acessíveis e sempre contextualizadas à realidade dos estudantes universitários, proporcionando capacitação e cuidado em saúde mental de forma integrada.

Couto *et al.* (2021) relataram a experiência do Programa de Mentoria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), criado para apoiar os estudantes diante do estresse acadêmico. A iniciativa promove o acompanhamento contínuo dos alunos, oferecendo suporte emocional e estímulo ao

desenvolvimento pessoal e profissional. Os participantes destacaram a troca de experiências e a reflexão sobre a vida acadêmica e a carreira médica. A mentoria mostrou-se uma estratégia eficaz de promoção da saúde mental e prevenção de adoecimentos durante a formação profissional.

Por sua vez, Evangelista *et al.* (2020) realizaram uma revisão com o objetivo de mapear programas de promoção da saúde voltados a professores do Ensino Superior. Foram analisados 28 estudos que, em sua maioria, associaram variáveis de saúde ao bem-estar docente. As intervenções destacaram o desenvolvimento de habilidades, o fortalecimento da autonomia e o incentivo à aprendizagem sobre saúde. Conclui-se que a promoção da saúde ocupacional nas universidades está diretamente ligada à melhoria da qualidade de vida e pode orientar políticas públicas e ambientes institucionais mais saudáveis.

Por fim, Souza *et al.* (2020) relataram a experiência do uso de um vídeo musical como estratégia de cuidado dos estudantes de Enfermagem durante a pandemia da COVID-19. O projeto envolveu 32 docentes de uma universidade pública do Sul do Brasil e teve como objetivo expressar apoio emocional em meio ao contexto de distanciamento social. A ação promoveu conexão afetiva entre professores e alunos, mostrando-se uma ferramenta de promoção de saúde e cuidado para discentes e docentes.

Os resultados desta pesquisa evidenciam a diversidade e a eficácia das estratégias voltadas à promoção da saúde mental de estudantes universitários, especialmente no contexto pandêmico e pós-pandêmico. As iniciativas analisadas, que incluem intervenções psicossociais presenciais, atividades *online* e híbridas, além de ações coletivas e individuais, contribuem diretamente para a promoção do ODS 3, ao fortalecer o bem-estar mental como parte fundamental da saúde integral. Dessa forma, ao criarem condições mais favoráveis para a permanência acadêmica, essas ações também avançam em direção ao ODS 4, que busca assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

É importante destacar que todas as pesquisas analisadas reforçam a necessidade de compreender as particularidades institucionais para o desenvolvimento de intervenções mais alinhadas com a realidade vivida pelos estudantes.

Por fim, do ponto de vista metodológico, observa-se uma valorização crescente de abordagens colaborativas, como rodas de conversa (Marquez *et al.*, 2022), grupos terapêuticos (Silveira; Silveira, 2022) e musicoterapia *online* (Teixeira, 2022). Essas práticas, ao fomentarem o compartilhamento de experiências e o fortalecimento do

senso de pertencimento, promovem a saúde mental (ODS 3) e favorecem processos educacionais mais humanos e participativos (ODS 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa mostram uma diversidade de estratégias voltadas à promoção da saúde mental de estudantes universitários, com destaque para ações coletivas e *online*, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19. As iniciativas analisadas revelam a importância de espaços de escuta e de fortalecimento do senso de pertencimento entre os estudantes, elementos essenciais para o enfrentamento de desafios emocionais e psicossociais no ambiente acadêmico.

A partir da revisão de literatura de 15 artigos científicos, foi possível identificar ações que contribuem para a promoção da saúde mental no contexto universitário. A análise evidenciou que as estratégias adotadas variam conforme as especificidades institucionais e regionais, demonstrando que a escuta ativa da comunidade acadêmica e o respeito às suas particularidades são fatores determinantes para a efetividade das intervenções propostas.

Essas iniciativas dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente com o ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, e com o ODS 4, que busca garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

Conclui-se, portanto, que investir em políticas institucionais voltadas à saúde mental dos estudantes universitários não apenas contribui para o desempenho acadêmico e a permanência estudantil, mas também fortalece o compromisso das instituições de ensino superior com a promoção do desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N; LAUAR, A. S. S. Desenvolvimento Sustentável e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Processos distintos e interesses convergentes. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, p. 3-29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rppi/article/view/57533>. Acesso em: 1 maio 2025.

BARBOSA, N. S. *et al.* Intervenções para prevenção do comportamento suicida em universitários: revisão integrativa. **Revista Pesquisa (UNIFESP)**, v. 13, p. 1193–1198, 2021.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. Eventos estressores no contexto acadêmico: uma breve revisão da literatura brasileira. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 227–236, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/17085/16424>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BEZERRA, M. L. O.; SIQUARA, G. M.; ABREU, J. N. S. Relação entre os pensamentos ruminativos e índices de ansiedade e depressão em estudantes de psicologia. **Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 7, n. 2, 2018.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 9 maio 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 163–177, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100014>. Acesso em: 9 maio 2022.

CASTRO, V. R. Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. **Gestão em Foco**, n. 9, 2017. Disponível em: http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/043_saude_mental.pdf. Acesso em: 9 maio 2022.

CONCEIÇÃO, L. S. *et al.* Saúde mental dos estudantes de medicina brasileiros: uma revisão sistemática da literatura. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 785–802, set. 2019.

CORREIA, K. C. R. *et al.* Saúde mental na universidade: atendimento psicológico online na pandemia da covid-19. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 43, e245664, 2023.

COSTA, M.; MOREIRA, Y. Saúde mental no contexto universitário. **Blucher Design Proceedings**, n. 10, p. 73-79, 2016. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/saudemental-no-contexto-universitario-24233> Acesso em: 15 mar. 2025

COUTO, D. S. *et al.* Programa de Mentoria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alfenas: relato de experiência. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, supl. 1, e125, 2021.

CRUZ, D. K. A. *et al.* Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, n. spe1, p. e20211047, 2022.

EVANGELISTA, R. A. *et al.* Programas de promoção da saúde no ensino superior: uma revisão de escopo. **Enfermagem Atual**, Costa Rica, n. 39, dez. 2020.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE) V **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES** – 2010. Brasília, DF: Andifes, 2011.

GONÇALVES, J. S. **O efeito de uma estratégia de promoção da saúde mental no consumo de álcool de estudantes de enfermagem**. 2021. 100f. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021. doi:10.11606/T.22.2021.tde-07052021-144607. Acesso em: 10 abr.2025

MARQUEZ, L. V. *et al.* Rodas de conversa remotas: ensino-aprendizagem e vivência da promoção da saúde na pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 46, n. 1, e053, 2022.

MATTOS, R. M.; RODRIGUES, A. M. Saúde mental de estudantes universitários: um estudo de caso das políticas de assistência estudantil da Universidade de Taubaté (2014-2024). **Mental**, Barbacena, v. 16, n. 29, p. 1–14, 2024.

OLIVEIRA, C. G. *et al.* Promoção em saúde mental na educação superior: uma sistematização de experiência do grupo “Acolhe”. **Saúde em Redes**, v. 7, supl. 2, p. 243–252, dez. 2021.

PADOVANI, R. *et al.* Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, n. 1, p. 2-10, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20140002>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ROCHA, G. A. *et al.* Promoção da saúde mental de universitários por meio de vídeo educativo: relato de experiência. **Revista Enfermagem UFPI**, v. 11, n. 1, e1632, 31 dez. 2022.

ROCHA, M. E. S. B. *et al.* Impacto de determinantes sociais na saúde mental: uma análise de saúde coletiva. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 5233–5252, 2023. DOI: 10.36557/2674-8169.2023v5n5p5233-5252. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/1082>. Acesso em: 21 maio 2025.

RODRIGUES, D. S. *et al.* Espaços *online* de cuidados coletivos: promoção da saúde em tempos de isolamento pela COVID-19. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, v. 35, 25 jan. 2022.

SARMENTO, D. **Direitos Fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SCHUH, L. M. *et al.* Meditação: uma estratégia de cuidado em saúde para estudantes universitários. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 11, e9, 2021.

SÁ, J. S.; WERLE, F. O. C. Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 164, p. 386–413, abr. 2017.

SILVA, G. C. L. **Condições emocionais e intervenções grupais para a promoção de saúde mental entre estudantes da Universidade do Estado de Mato Grosso**. 2023. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2023. doi:10.11606/T.22.2023.tde-08122023-162614. Acesso em: 21 maio 2025.

SILVA, B. L.; SOUZA, A. P. C.; FORTALEZA, L. M. M. Emotional changes in students completing the Physiotherapy course at a public higher education institution. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 8, p. e15912840341, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i8.40341. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/40341>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SILVEIRA, L. B.; SILVEIRA, C. A. B. Grupo comunitário de saúde mental: um olhar dos discentes de Psicologia. **Vínculo**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 106–119, 2022.

SOUZA, H. M. M. Revisão integrativa: conceito e métodos para desenvolvimento. In: CONGRESSO NACIONAL DE INTEGRAÇÃO CIENTÍFICA (CONIC), 17., 2017. **Anais [...]**. São Paulo: SEMESP, 2017.

SOUZA, J. B. *et al.* Estratégia musical para cuidar de discentes de enfermagem: experiência no enfrentamento da Covid-19. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 34, e37097, 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Integrative review: What is it? How to do it? **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 9 maio 2022.

TEIXEIRA, R. A. **A musicoterapia online em grupo e a saúde mental de jovens universitários no contexto pandêmico**. 2022. 173F. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/T.6.2022.tde-30112022-135055. Acesso em: 9 abr. 2025

TUNG, Y. J.; LO, K. K. H.; HO, R. C. M.; TAM, W. S. W. Prevalence of Depression among Nursing Students: a Systematic Review and MetaAnalysis. **Nurse Education Today**, 63, 119-129, 2018.

REFLEXÕES SOBRE AS VIVÊNCIAS NO PRÉ-NATAL E AS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO PARTO EM PRIMIGESTAS

Nathália da Motta Carvalho Faria

Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Saúde Brasileiro, a partir da confirmação da gravidez, é indicado que seja oferecida a assistência pré-natal a gestantes usuárias de serviços de saúde públicos e/ou privados (Ministério da Saúde, 2004, 2017).

Conforme dados referentes a 2023, disponibilizados pela Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde - IVIS - do Ministério da Saúde, nasceram 2,5 milhões de novos brasileiros, sendo que no Estado de São Paulo ocorreram mais de 503 mil nascimentos. Já na região conhecida como Vale do Paraíba/Região Serrana do Estado supracitado (constituída por Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté, Tremembé) em 2022 nasceram mais de 7 mil crianças e no Alto Vale do Paraíba (Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos) nasceram mais de 12 mil brasileiros (Ministério da Saúde, 2023).

Um pré-natal informativo, humanizado e de qualidade pode ser compreendido como o compilado de ações e saberes disseminados no período da gravidez por profissionais de saúde como obstetras e enfermeiros, entre outras, para fomentar o cuidado durante a gestação e, consequentemente, assegurar uma gestação mais saudável, além de promover melhor qualidade de vida para a mulher durante a gravidez (Ministério da Saúde, 2006).

Essa assistência possibilita ações de prevenção e de promoção da saúde. Ademais, o pré-natal também pode desmistificar crenças a respeito do parto, diminuindo a realização de cesarianas e sentimentos como medo e ansiedade, ao apresentar opções humanizadas e menos interventivas (Ministério da Saúde, 2006).

Nessa direção, o objetivo principal deste artigo centra-se em refletir sobre as diversas vivências no pré-natal e discutir as expectativas em relação ao parto em um grupo de mulheres primigestas.

TEORIA

De acordo com dados do Ministério da Saúde do Brasil (2023), há uma média anual de 2,5 milhões de nascimentos no país, impactando aproximadamente 5 milhões de pessoas, incluindo parturientes e recém-nascidos. Desses nascimentos, cerca de 98% ocorrem em instituições hospitalares, sejam públicas ou privadas. Portanto, o nascimento afeta uma parcela significativa da população brasileira, considerando tanto os indivíduos diretamente envolvidos quanto seus contextos familiares e sociais.

A gestação é uma fase singular da vida, e conforme explicam Malheiros e Dias (2023) e Silva *et al.* (2021), pode ser considerada como temporal, permeada de significados e abarcando aspectos fisiológicos, psicológicos, sociais e comportamentais durante um período em torno de 9 meses em que ocorrem intensas mudanças.

Para Marques *et al.* (2020), o parto vaginal é associado a práticas ultrapassadas e à violência contra o corpo feminino. Nesse cenário, a cesariana emerge como uma alternativa de escape e proteção da dignidade, uma vez que o modelo de parto "normal" é frequentemente considerado degradante (Pasche *et al.*, 2010 *apud* Ministério da Saúde, 2014). Segundo Marques *et al.* (2020), essa concepção colabora para a naturalização da preferência pela cesariana sob a perspectiva esperançosa de reduzir a dor e o sofrimento.

Em contraste, apesar de a cesárea ser uma alternativa para as gestantes, de acordo com Oliveira *et al.* (2002) esse modelo de parto pode ser considerado como uma atividade habitualmente cirúrgica e tecnocrata, devido ao fato de que acontece de maneira mecanicista e no ambiente hospitalar, colocando a mulher como paciente cirúrgica passiva e não como a protagonista de seu próprio parto.

Alguns dos fatores relacionados ao grande número de cesáreas, são, segundo Oliveira *et al.* (2002), despreparo do médico e ausência da presença de enfermeiras obstetrias. Conforme assinalam Hotimsky *et al.* (2002), outro motivo é a “cesárea a pedido” da futura mãe devido à dor do parto, à praticidade e à crença de que essa modalidade manterá intacta a anatomia e fisiologia da vagina e do períneo. Contudo, a desinformação da mulher em relação ao parto vaginal é um dos responsáveis pela ideia de que a mulher tem “liberdade de escolha” ao optar pela cesárea.

Ao longo dos anos, ocorreram avanços na obstetrícia que trouxeram melhorias aos indicadores de morbidade e mortalidade materna e perinatal. Apesar desses avanços, as mães e recém-nascidos ainda são submetidos a frequentes intervenções médicas, como episiotomia, ocitocina, manobra de Kristeller, cesariana e aspiração nasofaríngea (Ministério da Saúde, 2004, 2017). Tais práticas impõem normas e rotinas rígidas às mulheres, desrespeitando o corpo e o ritmo natural e impedindo-as de exercer seu protagonismo no parto (Pasche; Vilela; Martins, 2010 *apud* Ministério da Saúde, 2014).

Essas intervenções excessivas frequentemente negligenciam os aspectos emocionais, humanos e culturais do parto, focando apenas no aspecto médico. Observa-se um crescente desejo das mulheres por uma compreensão holística da gravidez e do parto, momentos únicos e emocionalmente intensos que podem deixar marcas duradouras, positivas ou negativas. Portanto, torna-se essencial a humanização do parto (Ministério da Saúde, 2004, 2017).

De acordo com Silvani (2010), essa humanização pode ser entendida como a abordagem adotada na prestação de cuidados, abrangendo as relações interpessoais entre a mulher, o recém-nascido, o acompanhante, os membros da equipe de saúde e a instituição. Já segundo Diniz (2005), a humanização tem como objetivo possibilitar a reinvenção da experiência humana do parir, criando mudanças para a prática de parto demarcado por hospitalização e medicalização instaurado desde a segunda metade do século XX, que gerou a ideia do parto cesárea como "ideal" e a vitimização do parto violento.

De acordo com Russo e Nucci (2020), a essência do parto humanizado reside na valorização de uma suposta natureza feminina intrínseca, que concebe o corpo da mulher como inerentemente apto para o parto. Esta abordagem defende a mínima intervenção externa, permitindo que o parto transcorra conforme os mecanismos naturais do organismo feminino.

A assistência pré-natal, seja na rede pública ou privada (convênio ou particular) permite o acesso a informações essenciais tanto para o período que o antecede como também para o parto e para o puerpério (Ministério da Saúde, 2004, 2017). O Ministério da Saúde (2006) orienta que o acompanhamento pré-natal ideal para uma gestação a termo deve incluir no mínimo seis consultas. É fortemente recomendado que esse acompanhamento tenha início ainda no primeiro trimestre da gravidez - até 12 semanas, garantindo, assim, a melhor monitoração da saúde da gestante e do bebê desde o princípio. Durante essas consultas, é essencial a realização de uma série de procedimentos básicos, que abrangem exames clínico-obstétricos detalhados, além de

exames laboratoriais e outras avaliações necessárias para assegurar o bem-estar da mãe e do feto ao longo de toda a gestação.

Conforme salienta o Ministério da Saúde (2006), o pré-natal informativo e de qualidade é envolto por um conjunto de ações e saberes disponibilizados no período da gravidez por profissionais de saúde (como obstetras, enfermeiros, psicólogos etc.) com o objetivo de facilitar o cuidado da gestante e promover melhor qualidade de vida para a mulher durante esse período. O estresse durante o pré-natal, de acordo com Jagtap *et al.* (2023), é demarcado por fatores fisiológicos e psicológicos vivenciado pelas gestantes ao longo do período. Este fenômeno engloba uma variedade extensa de fatores estressores, tanto persistentes (crônicos) quanto momentâneos, que podem ter um impacto significativo no ambiente intrauterino.

MÉTODO

Foi realizado um estudo de campo, com delineamento de levantamento exploratório. Assim foi possível, por meio de dados empíricos, investigar hipóteses de maneira prática, a partir de dados coletados na realidade (Lakatos; Marconi, 2021).

Participaram da pesquisa 32 mulheres primigestas maiores de idade, participantes de grupos abertos de gestantes na Internet. Não foram controladas outras variáveis como escolaridade, nível socioeconômico ou ocupação por não se relacionarem diretamente aos objetivos propostos. Trata-se de um estudo com amostra não probabilística, cujas participantes foram convidadas por acessibilidade.

Para a coleta de dados utilizou-se um formulário eletrônico constituído por 20 questões, sendo 11 questões fechadas e 09 questões abertas. As questões abordaram o perfil da participante, questões gerais sobre gravidez e percepções sobre o pré-natal e parto.

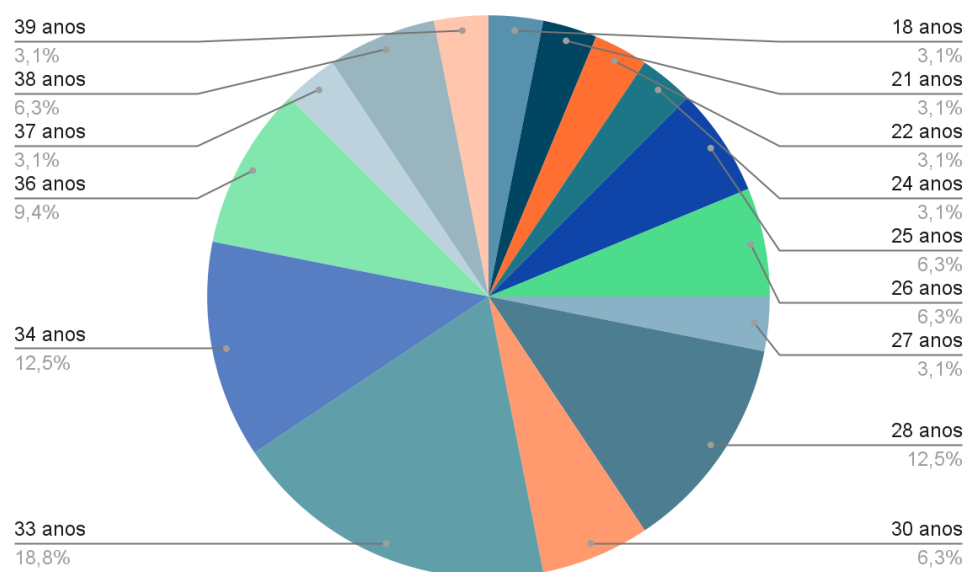
O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, sob o Parecer número 6.208.388 e divulgado em grupos de gestantes para participação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados objetivos foram analisados de forma quantitativa, a partir de dados descritivos, e as informações obtidas por meio das questões abertas foram trabalhadas de forma qualitativa, por análise de conteúdo.

Dados sociodemográficos

Gráfico 1. Idade das participantes



Fonte: dados da pesquisa de campo

Em relação à idade das participantes, a maioria tem 33 anos (18,8% - n=6), sendo essa a faixa etária mais frequente. Comparando-se os dados de 2010 e 2020, em levantamento realizado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE-SP) no Estado de São Paulo, observou-se uma mudança na distribuição etária das mães.

Houve uma redução na proporção de mulheres que se tornaram mães antes dos 20 anos, de aproximadamente 15% para menos de 10%. Esse dado foi confirmado neste trabalho, com a presença de 3,1% (n=1) de participantes com menos de 20 anos, enquanto a proporção de mães com 30 anos ou mais aumentou de 34% para 43%. Em conformidade com os dados apresentados anteriormente, percebe-se que 31,2% (n= 10) das participantes do presente estudo têm entre 30 e 35 anos.

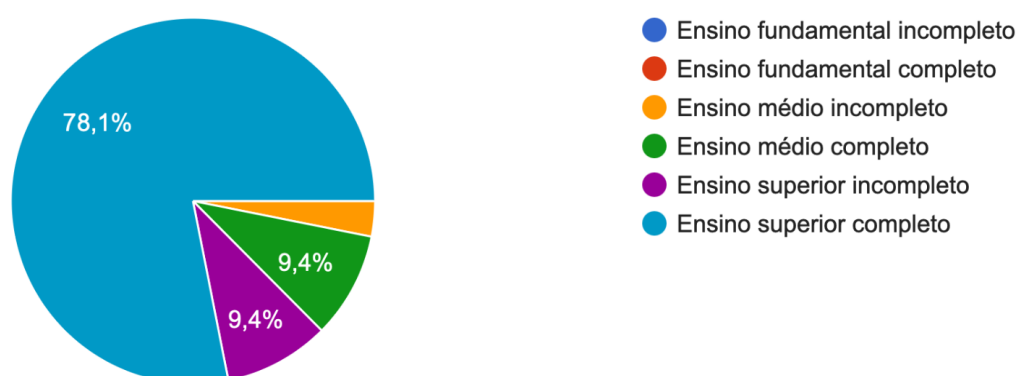
Nota-se uma tendência de aumento da idade para a primeira gestação, entre 35 e 45 anos, o que conforme Lean *et al.* (2017) é um fenômeno crescente e influenciado

por diversos fatores, sendo eles os avanços das oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres e as transformações nas normas sociais, incluindo o aumento das taxas de divórcio e novos casamentos, além do maior acesso a métodos contraceptivos (Londero; Rosseti; Pittini; Cagnacci; Driul, 2019).

Ademais, o fenômeno da idade materna avançada é frequentemente associado a mulheres que optam por adiar a maternidade, seja por preferências relacionadas ao estilo de vida ou por questões de subfertilidade que podem surgir com a idade (Lean *et al.*, 2017). No presente estudo, compreendeu-se que 21,9% (n=7) das participantes têm mais de 35 anos.

Por fim, as mães com faixa etária entre 20 e 29 anos, segundo dados do SEADE (São Paulo, 2021), mantêm-se com a proporção mais elevada. Neste estudo, nota-se que 37,5% (n=12) das participantes fazem parte desta faixa etária.

Gráfico 2. Escolaridade das participantes



Fonte: dados da pesquisa de campo

De acordo com o Gráfico 2, que ilustra o nível de escolaridade das participantes da pesquisa, a maioria cursou Ensino Superior completo (78,1% - n=25), sendo essa a escolaridade mais comum. Conforme apontam Ketema *et al.* (2020), a educação materna exerce um efeito positivo no nível de preparo para o parto e na prontidão para enfrentar complicações. Ainda em relação à alta escolaridade, nota-se que pode estar associada ao avanço da idade para a primeira gestação (Moura; Alencar; Silva; Almeida, 2018)

Em relação ao planejamento da gravidez, tem-se que 62,5% (n=20) das participantes relataram ter planejado a gestação, enquanto 37,5% (n=12) não o fizeram. O planejamento da gestação, segundo Barret *et al.* (2002) e Morin *et al.* (2003 *apud*

Borges; Cavallieri; Hoga; Fujimori; Barbosa, 2011) ocorre quando há ações direcionadas especificamente ao ato da concepção.

Dois aspectos essenciais colaboram nesse processo: a intenção e o desejo. O desejo é um sentimento subjetivo que não necessariamente leva a uma ação concreta, enquanto a intenção se insere em um contexto mais prático, geralmente apoiado pelo parceiro, o que pode impulsionar iniciativas voltadas à concepção (Barret *et al.* 2002; Morin *et al.* 2003 *apud* Borges; Cavallieri; Hoga; Fujimori; Barbosa, 2011).

No entanto, conforme explicam Bain *et al.* (2020 *apud* Nilson *et al.*, 2023), existem divergências nos estudos sobre o conceito de gravidez não planejada. Alguns pesquisadores definem uma gravidez não planejada como aquela que não resulta de uma decisão consciente do casal, enquanto outros sugerem que essa definição pode abranger tanto gestações que ocorrem antes do momento desejado quanto aquelas em que a mulher não tinha a intenção de se tornar mãe em qualquer circunstância.

A descoberta de uma gravidez não planejada, bem como a insatisfação da mulher ao perceber a gestação, podem impactar negativamente a qualidade do cuidado pré-natal, segundo Santos *et al.* (2019). Esses efeitos negativos, conforme os autores, estão associados ao início tardio do acompanhamento gestacional, o que pode resultar em um número reduzido de consultas e na falta de orientação adequada sobre a maternidade de referência para o parto ao longo desse período. Esses fatores, por sua vez, podem comprometer a saúde da mãe e do bebê, evidenciando a importância do planejamento gestacional e do suporte adequado durante toda a gestação.

A maior parte das participantes, 31,2% (n=10), descobriu a gestação com 5 semanas. A descoberta precoce da gravidez permite o início antecipado do acompanhamento pré-natal, possibilitando orientações sobre parto, amamentação e educação em geral a respeito dessa fase (Ribeiro *et al.*, 2020).

Além disso, segundo apontam Antoniazzi, Siqueira e Farias (2019), a descoberta da gravidez desencadeia nas gestantes uma ampla gama de sentimentos e reflexões. Esses sentimentos podem variar significativamente, transitando entre a ambiguidade, em que coexistem dúvidas e incertezas, até emoções mais claramente positivas, como alegria e satisfação, ou mesmo negativas, como medo e ansiedade, refletindo a complexidade emocional que a nova fase acarreta.

Para Viellas *et al.* (2014), a descoberta precoce da gravidez, aliada ao início do acompanhamento pré-natal nas primeiras semanas de gestação, contribui para a redução da mortalidade materna, além de ser um agente protetor para complicações e mortes evitáveis.

Vivências do atendimento pré-natal

Em relação ao acompanhamento pré-natal, tem-se que 96,9% (n=31) das gestantes estão realizando esse atendimento, enquanto, 3,1% (n=1) não o fazem. De acordo com Leal *et al.* (2020), o acompanhamento pré-natal é composto por um conjunto de medidas que são simultaneamente preventivas, voltadas à promoção da saúde, e diagnósticas e terapêuticas, visando assegurar um resultado favorável da gravidez para a mulher e seu(s) filho(s).

Simultaneamente a esses princípios, entende-se que o acompanhamento pré-natal é crucial para a detecção e o controle de condições clínicas e comportamentais de risco durante a gravidez. Dessa forma, cuidados pré-natais de excelência são fundamentais na prevenção e na mitigação de desfechos adversos à saúde no período gestacional (Goudard *et al.*, 2016; Rosendo *et al.*, 2017 *apud* Pedraza; Lins, 2021).

Conforme apontam Pedraza e Lins (2021) o acompanhamento pré-natal contribui na prevenção de desfechos graves por meio de intervenções clínicas e tratamentos apropriados, pois, se conduzido de maneira adequada, tem a capacidade de identificar precocemente grupos vulneráveis e fatores de risco associados à morbidade materna. Assim, evidencia-se a importância do acompanhamento pré-natal durante o período gestacional, e neste estudo observou-se que a maioria das participantes, 96,9% (n=31), realizou esse acompanhamento.

No entanto, nota-se que 3,1% (n=1), não realizou o acompanhamento. Segundo Viellas *et al.* (2014 *apud* Souza *et al.*, 2020) apesar da importância e dos benefícios da realização do acompanhamento, algumas das razões para a não realização do pré-natal são a insatisfação com a gravidez, o não querer engravidar e a tentativa de interromper a gravidez. Contudo, para Rosa *et al.* (2014 *apud* Souza *et al.*, 2020), a não realização do pré-natal pode estar associada à pouca importância que a mulher grávida atribui ao seu cuidado durante esse período, possivelmente devido às poucas informações relacionadas à educação em saúde.

Por fim, outras razões associadas à não realização do pré-natal são dificuldades de acesso às unidades de saúde, a idade materna, fatores socioeconômicos, qualidade do

serviço prestado, não conviver com o parceiro, abuso de álcool e drogas e a falta de apoio da própria família (Rosa; Silveira; Costa, 2014).

Sobre o acompanhamento da gravidez, 68,7% (n=22) das participantes estavam sendo atendidas na rede privada, enquanto 31,2% (n=10) das gestantes eram acompanhadas na rede pública. Segundo Viellas *et al.* (2014), a atenção pré-natal na rede privada é geralmente escolhida por mulheres com maior escolaridade. Tal assistência é realizada quase exclusivamente por médicos em serviços privados, com acompanhamento pelo mesmo profissional durante toda a gestação, refletindo o padrão de organização nesse setor.

No ano 2000, foi criado o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN), voltado exclusivamente na saúde da mulher, buscando a humanização do parto e do nascimento e visando garantir atendimento obstétrico integral e os direitos de escolha da mulher, com o mínimo de intervenções (Ministério da Saúde, 2000 *apud* Malheiros *et al.*, 2012).

No entanto, conforme assinalam Monteiro *et al.* (2017 *apud* Leal *et al.*, 2020) o SUS ainda apresentava deficiências na continuidade e qualidade dos cuidados oferecidos. Segundo esses autores, notou-se que no Estado de São Paulo o acesso quase universal aos serviços de saúde enfrentava desafios na qualidade, especialmente entre os grupos socioeconômicos mais vulneráveis, que na maioria dependia do SUS.

Para lidar com essas demandas, o Ministério da Saúde, em 2023, apresentou o projeto Nova Rede Cegonha, com o preceito de proporcionar um pré-natal adequado e humanizado na rede pública, como também o cuidado no parto e no pós-parto para a mulher. Alguns dos objetivos em relação ao pré-natal em consonância ao projeto são a identificação precoce da gravidez, um número adequado de consultas e um atendimento de qualidade. Além disso, assegurar a realização dos exames obrigatórios, com a disponibilização dos resultados de maneira tempestiva. A estratificação contínua dos riscos é fundamental, abrangendo a gestante, a parturiente e a puérpera. Por fim, o projeto busca garantir que a gestante esteja devidamente vinculada ao local onde ocorrerá o parto, diminuindo as chances de peregrinação a hospitais (Ministério da Saúde, 2023).

No que tange à relação entre a assistência pré-natal sobre a escolha da via de parto, tem-se que 56,2% (n=18) das gestantes afirmaram que essa assistência sofreu influência. Em contraste, 37,5% (n=12) das participantes indicaram que não houve

influência, e 6,2% (n=2) das participantes apontaram que a assistência pré-natal apoiou de forma razoável a escolha da via de parto.

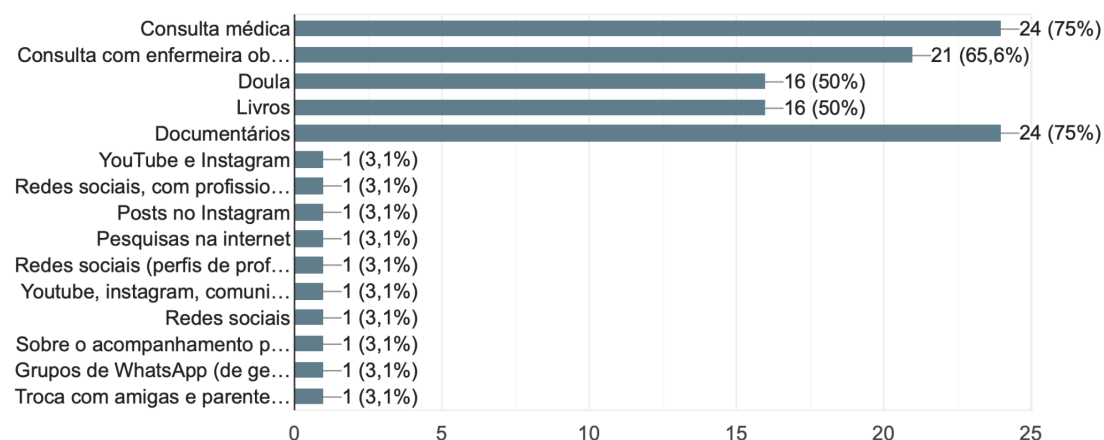
Segundo Silva *et al.* (2019 *apud* Padua *et al.*, 2022) e Hugues (2018 *apud* Padua *et al.*, 2022) o que o profissional de saúde indica durante o pré-natal é valorizado pelas gestantes. De acordo com Padua *et al.* (2022), a educação referente ao parto realizada pela assistência que acompanha a gestante no período gravídico é de extrema importância, pois possibilita, por meio do conhecimento, escolhas mais conscientes em relação a via de parto.

Dessa forma, segundo Weidle *et al.* (2014) e Padua *et al.* (2022), a partir do momento em que o profissional de saúde que está realizando o acompanhamento pré-natal, proporciona conhecimentos, como a compreensão da fisiologia do trabalho de parto, as vantagens e desvantagens de cada uma das opções de via de parto com informações baseadas em evidências científicas. Assim, a gestante consegue definir com clareza e segurança qual via de parto almeja. Neste estudo, nota-se que a maior parte das participantes, 56,2% (n=18), tiveram a colaboração da assistência pré-natal para a escolha de via de parto.

Em contrapartida, conforme afirmam Oliveira e Elias (2020 *apud* Padua *et al.*, 2022), a desinformação retira a possibilidade de escolha consciente. Conforme Silva *et al.* (2019 *apud* Padua *et al.*, 2022) e Zirr *et al.* (2019 *apud* Padua *et al.*, 2022) quando não decorre um pré-natal de qualidade, humanizado e educativo, o momento do parto torna-se gerador de medo e ansiedade. Para Weidle *et al.* (2014), na ausência das informações necessárias sobre o parto vaginal e sobre as possíveis complicações da cesárea para a mãe e bebê, a mulher pode acabar optando pela cesárea.

Percepção geral sobre o parto

Gráfico 3. Fontes de conhecimentos em relação aos cuidados durante a gestação, escolha de parto e puerpério



Fonte: dados da pesquisa de campo

Conforme os dados apresentados no Gráfico 3, as principais fontes de apoio e informação durante a gravidez variam entre diferentes recursos. As consultas médicas foram as mais mencionadas, com 75% (n=24) das gestantes citando essa fonte. Segundo Piccinini *et al.* (2012) os profissionais de saúde, especialmente os médicos, são a principal referência para as gestantes. Para Almeida, Silva e Vitoriano (2022), a recomendação do obstetra, muitas vezes, soa como a única verdade, o que pode dificultar para a gestante a decisão pela via de nascimento. A busca por fontes de informação confiáveis é o melhor apoio que a família pode ter para essa escolha.

A relação profissional-paciente e a clareza na transmissão de informações sobre a gestação e parto são fundamentais. Tiedje (2004 *apud* Piccinini *et al.*, 2012) reforça que uma boa relação facilita a assimilação e o uso das informações pelas gestantes. Dessa maneira, conforme Silva *et al.* (2019 *apud* Padua *et al.*, 2022) e Hugues (2018 *apud* Padua *et al.*, 2022), as orientações fornecidas pelos profissionais de saúde durante o pré-natal são altamente valorizadas pelas gestantes.

Da mesma forma, os documentários também foram indicados por 75% (n=24) das participantes. Segundo Almeida, Silva e Vitoriano (2022), demonstra-se importante buscar por conteúdos seguros e respaldados cientificamente em documentários, assim como em outras fontes de informação. Também para Salgado *et al.* (2013 *apud* Diniz, 2014) fontes de conhecimento como documentários podem colaborar para a apropriação

de conhecimento pelas gestantes, de modo que elas possam relativizar a ação médica como única detentora de saber, a fim de questionar e reivindicar suas escolhas.

As enfermeiras obstétricas foram mencionadas por 65,6% (n=21) das participantes. De acordo com Garcia, Garcia e Lippi (2010), essa profissional da saúde é qualificada para fazer o acompanhamento do pré-natal de gestantes saudáveis. Essa prática melhora a qualidade do pré-natal e traz benefícios maternos e perinatais. Ademais, a colaboração da enfermeira obstétrica no pré-natal destaca-se na educação em saúde, escuta qualificada, acolhimento e promoção do parto normal. Ademais, esse cuidado colabora no fortalecimento da vinculação e informação, oferecendo apoio e segurança na escolha da via de parto (Lemos; Madeira, 2019).

As doulas foram citadas como uma fonte significativa de apoio por 50% (n=16) das gestantes, assim como os livros, que também foram mencionados por 50% (n=16) das participantes. *Posts* em redes sociais, como Instagram e Youtube, foram citados por 25% (n=8) das participantes. Outras fontes menos mencionadas incluíram grupos de WhatsApp de gestantes e trocas com amigas e parentes, cada uma sendo citada por 3,1% (n=1) das gestantes.

No que se refere à escolha da via de parto, tem-se que 87,5% (n=28) das gestantes optaram pelo parto vaginal, enquanto 12,5% (n= 4) das participantes escolheram parto cesárea. O parto normal pode ser compreendido como o parto em que o bebê nasce pela vagina, ocorrendo de maneira não cirúrgica. No entanto, durante esse tipo de parto, podem ocorrer intervenções como o uso de anestesia ou de hormônios estimulantes para o parto, como a ocitocina artificial (Almeida; Silva; Vitoriano, 2022)

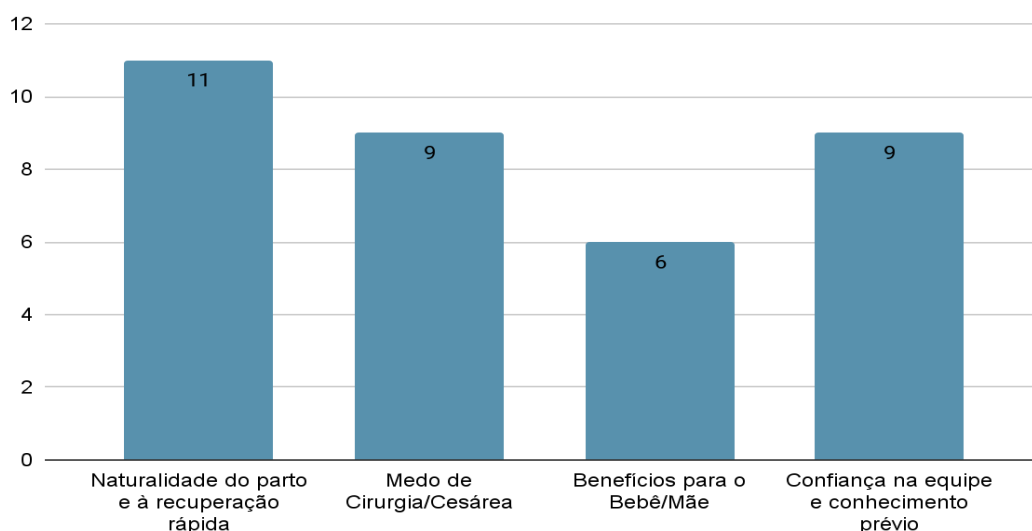
Os benefícios do parto vaginal, quando ocorrido de maneira respeitosa, são inúmeros. Conforme indica Diniz (2014),

[...] pode propiciar, para a mulher, uma experiência existencial extraordinária, levando a um sentimento de competência como mãe e como pessoa, e a lembranças positivas associadas à maternidade, o que facilita a vinculação com o bebê e o início da amamentação (p.218).

A cesárea é um procedimento cirúrgico que se torna crucial quando realmente necessário para a proteção materno-infantil, dado o seu caráter mais invasivo (Almeida; Silva; Vitoriano, 2022). Contudo, essa intervenção nem sempre é realizada por necessidade médica. Conforme assinala Diniz (2005 *apud* Rocha, 2019), muitos profissionais de saúde consideram a cesárea uma opção mais conveniente, pois permite o planejamento, o controle da duração e a organização do parto.

Segundo Rocha (2019), existem as cesáreas eletivas, que são aquelas programadas antes do início do trabalho de parto e realizadas sem necessidade médica, sendo influenciadas por fatores não relacionados ao risco para a mãe ou o feto. Neste estudo, 12,5% (n= 4) das participantes optaram por cesárea eletiva.

Gráfico 4. Razões pelas quais optou pela via de parto



Fonte: dados da pesquisa de campo

Conforme os dados apresentados no Gráfico 4, as razões pelas quais as gestantes optaram por diferentes vias de parto variaram significativamente. A maior parte das participantes, 34,4% (n=11), mencionou motivos relacionados à forma natural de nascimento e à recuperação rápida, destacando que consideram o parto vaginal como a forma mais natural e com recuperação mais rápida.

Os fragmentos de respostas a seguir servem para ilustrar motivos relacionados a escolha de forma natural: *“Escolhi o parto vaginal porque relativamente é um parto mais tranquilo, a recuperação não demora tanto, o pós-parto é mais tranquilo também (18 anos).”*

Após inúmeras *lives* informativas de obstetras, *podcasts*, documentários, tive cada vez mais certeza que o parto normal traria uma série de benefícios para o bebê e para mim. Entre eles benefícios respiratórios, menor risco, "garantia" sobre o tempo do bebê, sobre a descida do leite e hormônios da mãe e bebê, recebimento de fluidos que ajudariam na criação de imunidade do bebê, melhor recuperação, menor risco do que uma cirurgia, entre outros (36 anos).

Conforme explica Diniz (2014), o parto vaginal proporciona à mulher a ausência de dores cirúrgicas, como as da cesárea, além de possibilitar a melhora do bem-estar físico e emocional, e de ser um facilitador da amamentação. Ademais, esse tipo de

parto beneficia o recém-nascido ao promover uma colonização saudável do microbioma, reduzindo riscos de doenças crônicas como obesidade, diabetes, asma e alergias.

Sentimentos de medo da cesárea ou de procedimentos cirúrgicos foram mencionados por 28,1% (n=9) das gestantes, incluindo o medo da recuperação e da cirurgia em si.

Os trechos a seguir servem para exemplificar as razões associadas ao sentimento de medo da cesárea:

Optei pela via vaginal porque não acredito que uma cirurgia do porte de uma cesárea deve ser feita sem necessidade, de forma eletiva. Os riscos são enormes, pra mãe e bebê, mas principalmente pra mãe, quando falamos em morte materna por hemorragia pós-parto, por exemplo (33 anos).

Primeiro que cesárea não é parto, é cirurgia. Parto só ocorre via vaginal. Dito isso, eu escolhi parir e só ser operada numa emergência, porque sabia que era o melhor para o meu bebê e para mim. Fora o medo da cirurgia e da recuperação (37 anos).

Conforme Mascarello, Horta e Oliveira (2017 *apud* Rocha, 2019), as principais complicações relacionadas à cesariana incluem infecção após o parto, sangramentos excessivos, necessidade de transfusões, admissão em UTIs, lesões obstétricas e um maior risco de problemas em gestações subsequentes.

Além disso, 28,1% (n=9) das gestantes citaram a confiança na equipe médica e o conhecimento prévio como fatores determinantes para sua escolha, mencionando a importância de uma equipe de confiança e a informação obtida de fontes confiáveis.

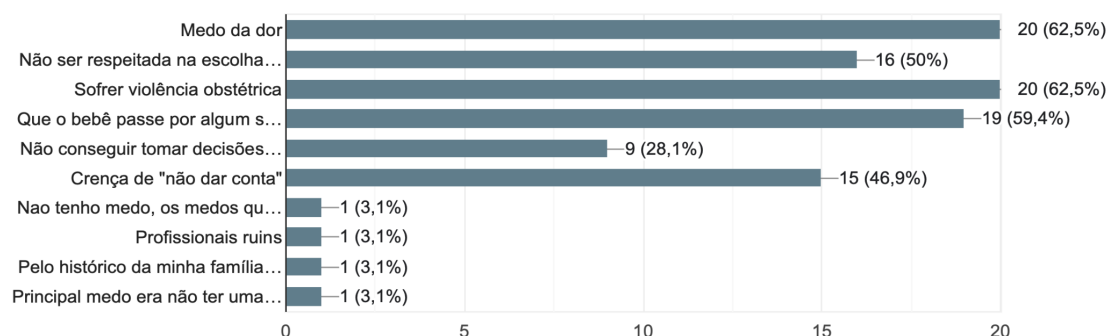
Queria cesárea e a minha equipe era de parto humanizado. Daí eles foram esclarecendo que não era sofrido como imaginava, que tinha anestesia se quisesse, e também que seria melhor para o bebê esperar a formação dele completa, do que agendar. Me passaram séries para assistir, *O Renascimento do Parto* (33 anos).

Segundo Almeida, Silva e Vitoriano (2022), a confiança na equipe médica é um fator crucial no contexto gravídico. Destaca-se a importância de escolher um obstetra que esteja alinhado(a) com os desejos da gestante em relação à via de parto, garantindo, ao mesmo tempo, a viabilidade e a segurança dessa escolha. Essa adequação entre preferências maternas e critérios clínicos é essencial para assegurar um cuidado humanizado e seguro, respeitando tanto a autonomia da mulher quanto as necessidades específicas de cada gestação.

Fatores relacionados aos benefícios para a mãe e o bebê foram mencionados por 18,7% (n=6) das participantes, enfatizando que o parto vaginal é menos invasivo e apresenta menores riscos. O seguinte fragmento apresenta conformidade com tais fatores:

“Por acreditar ser o melhor pra mim e para o bebê. Por ter medo de cirurgia e por não ver beleza nem emoção na cesárea” (36 anos).

Gráfico 5. Fatores que colaboram para o sentimento do medo do parto



Fonte: dados da pesquisa de campo

Como se observa no Gráfico 5, que apresenta os fatores que colaboram para o sentimento de medo do parto, o principal fator relatado foi o medo da dor, mencionado por 62,5% (n=20) das participantes.

De acordo com Huang *et al.* (2024), o medo do parto está relacionado ao receio de situações desconhecidas, como a dor do parto e possíveis complicações para a mãe e o bebê. Ademais, esse medo também pode estar relacionado ao sentimento de insegurança, associado à ausência de conhecimento disponibilizado pela assistência pré-natal. Conforme Almeida, Medeiros e Souza (2012), o medo da dor também está frequentemente ligado ao parto normal, levando muitas mulheres a optarem por uma cesárea eletiva como forma de evitar esse temor.

No entanto, um acompanhamento pré-natal personalizado, realizado pelo profissional de saúde, pode, por meio de um processo educativo, melhorar o cuidado obstétrico humanizado. Esse enfoque promove a participação ativa da gestante, atendendo suas necessidades e expectativas em relação à dor e ao parto normal e favorecendo uma experiência mais positiva (Almeida; Medeiros; Souza, 2012)

A preocupação com a possibilidade de sofrer violência obstétrica também foi expressa por 62,5% (n=20) das participantes. A violência obstétrica é definida por Teixeira *et al.* (2020) como uma violação do direito à saúde feminina, comprometendo de forma silenciosa a singularidade do parto, que é um processo fisiológico sujeito à maior vulnerabilidade e a danos físicos, mentais e sociais.

Tal violação é manifestada por meio de intervenções desnecessárias, como a episiotomia, de desrespeito aos direitos da parturiente, como o descumprimento da Lei do Acompanhante nº 11.108, além de restrição ao conhecimento das gestantes sobre o

parto, e abusos físicos, verbais e psíquicos pelos profissionais de saúde que estão acompanhando a gestante (Teixeira *et al.*, 2020).

O temor de que o bebê possa passar por alguma complicação foi citado por 59,4% (n=19) das entrevistadas. A falta de respeito pela escolha da via de parto foi uma preocupação para 50% (n=16) das gestantes. A crença de "não ser capaz" de lidar com o parto foi mencionada por 46,9% (n=15) das participantes. A incapacidade de tomar decisões durante o parto representou medo para 28,1% (n=9) das gestantes.

Algumas participantes, 3,1% (n=1), relataram que não tinham medo, mas que seus receios estavam relacionados à falta de uma boa assistência, e que esses medos desapareceram ao contratar uma equipe competente que lhes transmitiu segurança.

Profissionais inadequados foram mencionados como fator de medo por 3,1% (n=1) das participantes. O histórico familiar e relatos assustadores de parentes também foram citados por 3,1% (n=1) das entrevistadas. Por fim, 3,1% (n=1) das gestantes relataram que seu principal medo era não ter um obstetra de confiança, temendo estar nas mãos de um profissional que defendesse o parto vaginal, mas que, na prática, não atuasse dessa forma.

O parceiro é a principal fonte de apoio contra o medo do parto, sendo mencionado por 81,2% (n=26) das participantes. O termo "apoio do parceiro", representa, segundo Iafrate, Donato e Bertoni (2014 *apud* Antoniou *et al.*, 2021) um conjunto de ações, comportamentais e psicológicas, de suporte advindo do parceiro à gestante.

Segundo Maldonado (1991), o parceiro compartilha com a mãe os temores e ansiedades que surgem durante o período gravídico-puerperal. Além disso, de acordo com a autora, as ações e comportamentos do pai influenciam tanto a aceitação ou a rejeição da gravidez, quanto a forma como as mudanças deste período serão vivenciadas pela mãe.

Para Cheng, Rifas-Shiman *et al.* (2016 *apud* Antoniou *et al.*, 2021) esse suporte é um dos fatores protetores mais importantes e eficazes. Conforme Rini *et al.* (2006 *apud* Al-Mutawtah *et al.*, 2023), o apoio emocional proveniente do relacionamento conjugal e do marido favorece a adaptação durante a gravidez.

Ademais, essa forma de suporte eficaz, conforme Beck (2001 *apud* Antoniou *et al.*, 2021) colabora também para a boa saúde física e mental das gestantes durante o período perinatal. Inclusive, em casos de mulheres com depressão durante a gravidez, o apoio do parceiro pode reduzir significativamente os sintomas depressivos no período pós-parto (Edwards *et al.* 2012 *apud* Antoniou *et al.*, 2021).

A assistência pré-natal, prestada por médicos obstetras e enfermeiras, é outro tipo de apoio significativo, citado por 65,6% (n=21) das gestantes. De acordo com Winnicott (1979), a dor do parto está intimamente ligada ao medo do desconhecido.

Um fator de proteção contra esse medo é o conhecimento, pois, segundo Winnicott (1979), a dor pode se tornar mais suportável quando a gestante recebe informações claras e qualificadas de uma equipe de saúde durante o pré-natal. Essa orientação profissional não só ajuda a aliviar o medo do parto, mas também prepara melhor a gestante para enfrentar o momento com mais confiança e segurança (Lemos; Madeira, 2019)

Os familiares são uma fonte de apoio para 50% (n=16) das participantes, enquanto os amigos foram mencionados por 25% (n=8) das gestantes. Colegas foram citados como apoio por 9,4% (n=3) das entrevistadas. A doula foi mencionada como uma fonte de apoio por 6,2% (n=2) das gestantes, e a psicóloga foi citada por 3,1% (n=1) das participantes.

Quando se verifica se o conhecimento disponibilizado no pré-natal colabora para a diminuição do sentimento de medo do parto, 56,2% (n=18) das participantes acreditam que sim. Uma porcentagem razoável de 31,2% (n=10) das gestantes consideram que o conhecimento colabora razoavelmente para reduzir esse medo, e 12,5% (n=4) das participantes afirmaram que o conhecimento obtido no pré-natal não contribui para a diminuição do sentimento de medo.

Para Villaseñor Rodriguez (1998 *apud* Almeida; Silva; Vitoriano, 2022, p.156), "as fontes de informação são instrumentos de trabalho indispensáveis para que o ser humano possa alcançar a informação de que necessita". Essa afirmação sublinha a importância do acesso à informação, especialmente em contextos de saúde, em que o conhecimento adequado pode ter um impacto significativo no bem-estar e nas decisões tomadas pelos indivíduos.

Nesse sentido, Guerreiro *et al.* (2014 *apud* Félix *et al.*, 2019) reforçam que a educação em saúde desempenha um papel crucial durante o período gravídico-puerperal. A gravidez é um momento particularmente sensível, repleto de mudanças e incertezas, que pode gerar dúvidas e ansiedade não apenas para as gestantes, mas também para os pais e familiares. A educação em saúde pode fornecer informações claras e orientações práticas, ajudando a reduzir esses sentimentos e a preparar melhor a família para as etapas do parto e do pós-parto.

Durante o pré-natal, essa educação pode ser implementada de várias formas, seja por meio de ações coletivas ou de maneira individualizada, durante as consultas médicas. Entre os temas considerados essenciais, destaca-se o reconhecimento dos sinais de alerta e do início do trabalho de parto.

Em decorrência da gravidez, permeada por sentimentos dúbios e nunca antes experienciados, emerge a importância de se prestar à gestante apoio informacional, físico e emocional, porquanto a maternidade se configura como um fenômeno que exige maturidade, conscientização e responsabilidade.

Esse conhecimento é fundamental para reduzir o tempo de internação, evitar erros na identificação de distocias (problemas no progresso do parto), diminuir o medo das gestantes e evitar intervenções desnecessárias, como partos operatórios (Ministério da Saúde, 2012; Guerreiro; Rodrigues; Queiroz; Ferreira, 2014 *apud* Félix *et al.*, 2019). Dessa forma, a educação em saúde no pré-natal promove um parto mais seguro e tranquilo e contribui para o fortalecimento da confiança e autonomia das gestantes.

Ao se analisar os impactos do sentimento de medo em diferentes aspectos da vida das gestantes, observa-se que 71,9% (n=23) das participantes relataram que o medo afeta o sono. Esse achado é significativo, pois o sono é um dos pilares fundamentais para o bem-estar físico e mental, especialmente durante a gestação, período em que o corpo da mulher passa por intensas mudanças hormonais e físicas (Moura; Gonçalves; Santos, 2021)

Distúrbios do sono são comuns durante a gravidez, sendo frequentemente atribuídos a uma combinação de fatores, como alterações hormonais, desconforto físico, e ansiedade associada a essa fase (Cai *et al.*, 2017 *apud* Moura; Gonçalves; Santos, 2021). Distúrbios do sono geram um ciclo vicioso de má qualidade, causando prejuízos cognitivos como dificuldade de atenção, perda de memória, redução na capacidade de planejamento, leve comprometimento motor, dificuldade de controlar impulsos e raciocínio confuso.

Durante a gestação, segundo Félix (2022), esses problemas incluem insônia, sonolência diurna, além de redução na duração e qualidade do sono, conforme a gravidez avança. Ribeiro *et al.* (2015) destacam que a insônia não apenas compromete a qualidade do sono, mas também está diretamente associada a condições como depressão e ansiedade, especialmente nos estágios finais da gestação.

De acordo com Mei *et al.* (2023), altos níveis de medo do parto estão diretamente ligados a uma intensificação dos sintomas de ansiedade e temor entre as

gestantes. Esse estado emocional pode se manifestar por meio de sintomas físicos como agitação, insônia, e uma redução significativa no tempo total de sono durante a noite, resultando em uma baixa qualidade do sono.

Dessa forma, compreende-se que o sono, um componente essencial da saúde gestacional, é profundamente impactado pelo sentimento de medo durante a gestação. Como apontado por Mei *et al.* (2023), as gestantes que experimentam elevados níveis de medo do parto e apresentam baixos níveis de resiliência são mais propensas a desenvolver distúrbios de sono durante o período gestacional. Assim, a importância de um acompanhamento pré-natal de qualidade se torna essencial, a fim de proporcionar educação e informações e de colaborar para a redução do medo, a promoção de uma gestação mais saudável e um melhor bem-estar materno (Lemos; Madeira, 2019).

Atividades domésticas foram afetadas pelo sentimento de medo segundo 25% (n=8) das gestantes, também as relações sexuais foram mencionadas como impactadas por 25% (n=8). Atividades de lazer foram mencionadas como impactadas por 18,7% (n=6) das participantes. O sentimento de medo impactou o trabalho de 15,6% (n=5) das participantes, e 12,5% (n=4) das gestantes mencionaram o impacto do sentimento do medo em suas atividades esportivas.

Algumas gestantes, representando 9,4% (n=3), relataram que o sentimento de medo não atrapalhou nenhuma atividade específica, com algumas mencionando que "não chega a atrapalhar" ou "sem incômodo". Houve também quem afirmou que "acho que todas ficam prejudicadas", representando 6,2% (n=2) das participantes.

Foi identificado que as situações em que o medo do parto se torna mais frequente ou mais intenso variaram entre as gestantes. Tem-se que 37,5% (n=12) das participantes relatou que o medo se intensificava em momentos de ansiedade, como ao refletir sobre o dia do parto, ao ler sobre os processos fisiológicos necessários para esse momento ou ao assistir vídeos de partos, especialmente quando se aproximava a data do nascimento. Relatos de violência obstétrica e experiências negativas ouvidas de outras mães foram mencionados por 12,5% (n=4) das gestantes como fatores que contribuem para intensificar o medo: "*Mais perto de o bebê nascer*" (28 anos). "*A cada semana que passava o medo ficava mais constante, e também no final da gestação quando cada vez ficava mais perto da minha bebê nascer*" (24 anos). "*Ao se aproximar o final da gestação*" (33 anos).

Conforme expõem Hallstrom e McClure (2003 *apud* Airoso; Silva, 2013), a ansiedade é caracterizada por um estado de preocupação excessiva ou infundada em

relação a diversas situações cotidianas, manifestando-se por uma série de sintomas físicos e emocionais que podem perdurar por várias semanas e ocorrer na maior parte dos dias. Essa condição é marcada por uma inquietação constante que interfere no bem-estar geral do indivíduo.

No contexto específico da gestação e da maternidade, a ansiedade assume uma dimensão emocional particularmente significativa. Ela se manifesta como um estado de insatisfação, insegurança, incerteza e medo diante das novas e desconhecidas responsabilidades que acompanham essa fase da vida. Segundo Zugaib, Tedesco e Quayle (1997 *apud* Airosa e Silva, 2013), esses sentimentos refletem as preocupações naturais que as mulheres enfrentam ao se deparar com a complexidade da gravidez e do papel materno.

Além disso, Iaconelli (2012 *apud* Santiago, 2019) aponta que tanto a gravidez quanto o parto são frequentemente moldados por fatores emocionais que vão além das experiências físicas. Esses fatores englobam as expectativas e os medos das futuras mães e de toda a família. As preocupações geralmente giram em torno do desenvolvimento saudável do bebê, do momento crítico do parto e da capacidade da mulher de se adaptar e desempenhar adequadamente o papel de mãe.

Ademais, conforme Lowe (2002 *apud* Rodrigues; Siqueira, 2008), sentir ansiedade durante o trabalho do parto é algo considerado normal. No entanto, caso ocorra de maneira excessiva, pode colaborar para o aumento da dor fisiológica no momento do parto.

A falta de segurança quanto ao profissional que acompanha o pré-natal também foi uma preocupação significativa, com 12,5% (n=4) das gestantes relatando que o medo aumentava em consultas pré-natais ou quando não conseguiam encontrar um obstetra de confiança: *"Durante o pré-natal e consultas com médicos que não aceitam a via de parto normal e colocam empecilhos, inverdades e mitos"* (25 anos).

Especialmente em consulta com médicos cesaristas não assumidos, pois no geral a consulta toda é permeada por falas, histórias e desinformações com objetivo de gerar medo do parto normal. Tive essa experiência com dois obstetras que atendiam pelo plano. Eles teriam me influenciado fortemente se eu não tivesse um parceiro muito focado e que buscou informações tanto quanto eu, sobretudo através de documentários (36 anos).

Tem-se que 9,4% (n=3) das gestantes afirmaram que não tinham medo relacionado ao parto. O medo de algo acontecer com o bebê durante o parto foi mencionado por 3,1% (n=1) das gestantes como uma das principais fontes de medo. Da

mesma forma, 3,1% (n=1) das gestantes relataram que o medo aumentava ao sentir dores físicas decorrentes da gravidez. Por fim, uma parte das gestantes destacou a importância da assistência profissional, incluindo o papel fundamental de enfermeiras obstetrizes, doulas e psicólogas na preparação e segurança durante o parto: *"Minha decisão pela via de parto foi pessoal e só surgiu após a gestação. E a assistência das enfermeiras obstetrizes contratadas têm contribuído e muito no esclarecimento de dúvidas e amadurecimento da decisão, com a diminuição dos medos "* (28 anos).

Sobre a pergunta que o conhecimento colaborou na diminuição do sentimento de medo, respondi razoavelmente pois foi com a psicóloga que também era mãe e doula, que me atendeu de acordo com os meus medos, de forma individualizada. Pois mesmo lendo bastante sobre o parto e maternidade, algumas coisas não faziam sentido para mim e não me atendiam como era necessário naquele momento (27 anos).

Conforme Ribeiro *et al.* (2020), o pré-natal é de extrema importância para a mãe e o bebê, pois tem como objetivo promover a saúde materno-fetal e realizar a identificação precoce de complicações que possam comprometer tanto a saúde materna quanto o desenvolvimento do bebê.

É por meio dos conhecimentos disponibilizados durante o acompanhamento pré-natal que as mães têm acesso a informações e à educação em saúde, contribuindo de forma significativa para aumentar o senso de segurança e o enfrentamento das etapas da gestação e parto (Souza; Roecker; Marcon, 2014 *apud* Ribeiro *et al.*, 2020)

Segundo afirma Santiago (2019) o acompanhamento psicológico realizado de maneira acolhedora e humanizada, com escuta ativa, durante o pré-natal pode colaborar na diminuição do sentimento de ansiedade, além de sintomas de estresse e medo que perpassam o período gravídico-puerperal.

Para Piccinini (2012), além do suporte para a minimização de sentimentos compreendidos como negativos, o profissional da saúde mental também pode colaborar na preparação para a maternidade e para a paternidade, pois conforme Maldonado (1991), a gestação é um processo familiar que envolve a mulher grávida, como também, o pai, que atravessa em conjunto com a mãe os temores e ansiedades em relação ao parto e puerpério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o pré-natal, a maioria das primigestas destacou a importância do acompanhamento informativo e humanizado, o que corroborou a literatura sobre o impacto positivo de uma assistência adequada. O pré-natal não só fornece suporte físico, mas também emocional, preparando as gestantes para o parto e oferecendo uma base segura para lidar com as ansiedades e medos naturais dessa fase. Além disso, algumas participantes relataram que a ausência de informações claras aumentou a insegurança, enquanto aquelas que receberam orientações claras e acessíveis sentiram-se mais confiantes e preparadas para o parto.

A pesquisa evidenciou a relação entre a qualidade da assistência pré-natal e a mitigação dos sentimentos prejudiciais nas primigestas. Quando o acompanhamento é realizado de forma informativa e humanizada, o medo tende a diminuir, uma vez que as gestantes se sentem mais preparadas e amparadas. Em contrapartida, a falta de informações e a fragmentação dos cuidados podem aumentar a sensação de vulnerabilidade. Também foi identificado que a assistência pré-natal desempenha um papel crucial na desmistificação do parto, oferecendo às gestantes uma visão mais clara e realista.

É importante ressaltar que este estudo apresenta algumas limitações, como o número restrito de participantes, o que impede uma análise mais ampla e detalhada das vivências de medo do parto em primigestas. Novos estudos poderão investigar uma amostra maior de gestantes para compreender de forma mais aprofundada esse sentimento e suas variações. Outra limitação foi a ausência de comparação entre primigestas e multíparas, o que poderia oferecer uma perspectiva mais rica sobre como a experiência anterior de parto influencia o medo e a ansiedade em gestantes de diferentes perfis.

REFERÊNCIAS

AIROSA, Sara; SILVA, Isabel. Associação entre vinculação, ansiedade, depressão, estresse e suporte social na maternidade. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 14, n. 1, 2013. Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/362/36226540008.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2024.

ALMEIDA, Maria Fabiana Izidio de; SILVA, Rafaela Carolina da; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Fontes de informação como propulsoras da escolha de via de nascimento: análise informacional das opções de Mães residentes em Marília, São Paulo. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 12, n. 1, p. 154–174, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/59048>. Acesso em: 29 ago. 2024.

ALMEIDA, Nilza Alves Marques; MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Marta Rovey de. Perspectivas de dor do parto normal de primigestas no período pré-natal. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 21, n. 4, p. 819–827, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/nNjD3NdDkgLjkV9QzCfySmw/#ModalTutors>. Acesso em: 29 ago. 2024.

AL-MUTAWTAH, Mona; CAMPBELL, Emma; KUBIS, Hans-Peter; ERJAVEC, Mihela. Women's experiences of social support during pregnancy: a qualitative systematic review. **BMC Pregnancy Childbirth**, v.23, n.782, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12884-023-06089-0>. Acesso em: 29 ago. 2024.

ANTONIAZZI, Marina Peripolli; SIQUEIRA, Aline Cardoso; FARIAS, Camila Peixoto. Aspectos psicológicos de uma gestação de alto risco em primigestas antes e depois do parto. **Pensando Famílias**, v.23, n.2, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2019000200015&script=sci_arttext. Acesso em: 5 set. 2024.

ANTONIOU, Evangelia; STAMOULOU, Pinelopi; TZANOULINO, Maria-Dalida; OROVOU, Eirini. Perinatal Mental Health; The Role and the Effect of the Partner: A Systematic Review. **Healthcare**, v. 9, n. 1572, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/healthcare9111572>. Acesso em: 3 set. 2024.

BORGES, Ana Luiza Vilela; CAVALHIERI, Fernanda Bigio; HOGA, Luiza Akiko Komura; FUJIMORI, Elizabeth; BARBOSA, Luís Ricardo. Planejamento da gravidez: prevalência e aspectos associados. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. spe2, p. 1679–1684, 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000800007>. Acesso em 03 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada**. Manual Técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal**: versão resumida. Brasília, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS**: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/impressos/folheto/040923FL.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Apresentação – Nova Rede Cegonha** — Ministério da Saúde. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pautas-de-reunioes-e>

resumos/2023/outubro/apresentacao-2013-nova-rede-cegonha/view. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos Humaniza SUS: Humanização do parto e do nascimento**. v. 4. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://www.redehumanizasus.net/sites/default/files/caderno_humanizasus_v4_humanizacao_parto.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, p. 627-637, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JQVbGPcVFfy8PdNkYgJ6ssQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2023.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. O renascimento do parto, e o que o SUS tem a ver com isso. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, n. 48, p. 217-220, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0910>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FÉLIX, Hevyllin Cipriano Rodrigues; CORRÊA, Carolina Camargos; MATIAS, Thais Gabriela da Cruz; PARREIRA, Bibiane Dias Miranda; PASCHOINI, Marina Carvalho; RUIZ, Mariana Torreglosa. The Signs of alert and Labor: knowledge among pregnant women. **Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil**, v. 19, n. 2, p. 335-341, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93042019000200005>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GARCIA, Selma Aparecida Lagrosa; GARCIA, Sidney Antonio Lagrosa; LIPPI, Umberto Gazi. The need to include obstetric nurses in prenatal care visits in the public health system. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 241-247, abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1486>. Acesso em: 9 ago. 2023.

HOTIMSKY, Sonia Nussenzweig; RATTNER, Daphne; VENANCIO, Sonia Isoyama; BÓGUS, Cláudia Maria; MIRANDA, Marinês Martins. O parto como eu vejo... ou como eu o desejo? Expectativas de gestantes, usuárias do SUS, acerca do parto e da assistência obstétrica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, n.5, p. 1303-1311, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/hsgDPkmH7n3d4BHQB69Tk3H/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

HUANG, Yue; ZHONG, Yuehua; CHEN, Qiaozhu; ZHOU, Jun; FU, Bailing; DENG, Yongfang; TU, Xianfang; WU, Yingfang. A comparison of childbirth self-efficacy, fear of childbirth, and labor pain intensity between primiparas and multiparas during the latent phase of labor: a cross-sectional study. **BMC Pregnancy Childbirth**, v. 24, n. 400, 2024. Disponível em: <https://bmcpregnancychildbirth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12884-024-06571-3>. Acesso em: 12 ago. 2023.

JAGTAP, Aniket; JAGTAP, Balasaheb; JAGTAP, Rajlaxmi; LAMTURE, Yashwant; GOMASE, Kavita. Effects of Prenatal Stress on Behavior, Cognition, and Psychopathology: A Comprehensive Review. **Cureus**. v. 15, n.10, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7759/cureus.47044>. Acesso em: 10 ago. 2024.

KETEMA, Daniel Bekele; LESHARGIE, Cheru Tesema; KIBRET, Getiye Dejen; ASSEMBIE, Moges Agazhe; PETRUCKA, Pammla; ALEBEL, Animut. Effects of maternal education on birth preparedness and complication readiness among Ethiopian pregnant women: a systematic review and meta-analysis. **BMC Pregnancy Childbirth**, v.20, n.149, 2020. Disponível em:

<https://bmcpregnancychildbirth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12884-020-2812-7>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

LEAL, Maria do Carmo; ESTEVES-PEREIRA, Ana Paula; VIELLAS, Elaine Fernandes; DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira; GAMA, Silvana Granado Nogueira da. Assistência pré-natal na rede pública do Brasil. **Revista Saúde Pública**, v.54, n. 8, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsp/2020.v54/08/pt>. Acesso em: 22 abr. 2022.

LEAN Samantha C., DERRICOTT Hayley, JONES Rebecca L, HEAZELL Alexander E.P. (2017) Advanced maternal age and adverse pregnancy outcomes: A systematic review and meta-analysis. **PLoS ONE**, v. 12, n. 10: e0186287, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0186287>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LEITE, Mirlane Gondim; RODRIGUES, Dafne Paiva; SOUSA, Albertina Antonielly Sydney de; MELO, Laura Pinto Torres de; FIALHO, Ana Virginia de Melo. Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. **Psicologia em Estudo**, v.19, n.1, p.115-124, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-725548>. Acesso em: 5 set. 2024.

LEMOS, Ana Paula da Silva; MADEIRA, Lelia Maria. Assistência pré-natal realizada pelo enfermeiro obstetra: a percepção da puérpera. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 9, 2019. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/3281>. Acesso em: 29 ago. 2024.

LONDERO, Ambrogio; ROSSETTI, Emma; PITTINI, Carla; CAGNACCI, Angelo; DRIUL, Lorenza. Maternal age and the risk of adverse pregnancy outcomes: a retrospective cohort study. **BMC Pregnancy Childbirth**, v.19, 2019. Disponível em: <https://bmcpregnancychildbirth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12884-019-2400-x>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MALHEIROS, Paolla Amorim; ALVES, Valdecyr Herdy; RANGEL, Tainara Seródio Amim; VARGENS, Octavio Muniz da Costa. Parto e nascimento: saberes e práticas humanizadas. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 329-337, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/fCNNkHPTLqGMnZSHpj9s6D/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

MALHEIROS, Tércia Thyele Araújo; DIAS, Ana Luiza Araújo. A gestação e suas implicações: estudo exploratório com gestantes cadastradas em uma atenção primária em um município do oeste baiano. **Extramuros - Revista de Extensão da UNIVASF**,

v. 11, n. 1, p. 109-122, 2023. Disponível em:
<https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1854/1397>.
 Acesso em: 08 mar. 2023.

MARQUES, Fernanda Cessel; VILELA, João Vitor Mendes; COSTA, Emanuel Nascimento; ANDRADE, Kenne Samara; DE MELO, Nayra Carla; HONORATO, Eduardo. J.; LEMOS, e Sônia Maria. HUMANIZED CHILDBIRTH: A TRANSDICIPINARY REVIEW. **International Journal of Research - GRANTHAALAYAH**, v. 8, n. 7, p. 1–16, 2020. Disponível em:
https://www.granthaalayahpublication.org/journals/granthaalayah/article/view/IJRG20_B07_3530. Acesso em: 18 jul. 2024.

MEI, Xiaoxiao; DU, Ping; LI, Yan; MEI, Ranran; WANG, Xinqin; CHEN, Qianwen; YE, Zengjie. Fear of childbirth and sleep quality among pregnant women: a generalized additive model and moderated mediation analysis. **BMC Psychiatry**, v. 23, n.931, 2023. Disponível em:
<https://bmcpsy psychiatry.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12888-023-05435-y>.
 Acesso em: 29 ago. 2024.

MOURA, Barbara Laisa Alves; ALENCAR, Gizelton Pereira; SILVA, Zilda Pereira da; ALMEIDA, Marcia Furquim de. Internações por complicações obstétricas na gestação e desfechos maternos e perinatais, em uma coorte de gestantes no Sistema Único de Saúde no Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00188016>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MOURA, Kelvin Leite; GONÇALVES, Cinthia Santos Araújo; SANTOS, Damião Flávio dos. Avaliação da qualidade do sono de gestantes em uma Unidade Básica de Saúde de Campina Grande –PB. **Revista Ciências Médicas e Biológicas**, v. 20, n. 4, p. 594-600, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/45298>. Acesso em: 19 fev. 2024.

NILSON, Tainá Vieira; AMATO, Angélica Amorim; RESENDE, Ceres Nunes; PRIMO, Walquíria Quida Salles Pereira; NOMURA, Roseli Mieko Yamamoto; COSTA, Maria Laura; OPPERMAN, Maria Lúcia; BROCK, Marianna; TRAPANI JUNIOR, Alberto; DAMASIO, Lia Cruz Vaz da Costa; REIS, Nadia; BORGES, Vera; ARAÚJO, Ana Cristina; RUANO, Rodrigo; ZACONETA, Alberto Carlos Moreno. Unplanned pregnancy in Brazil: national study in eight university hospitals. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, n. 35, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004449>. Acesso em: 19 set. 2024.

OLIVEIRA, Sonia Maria Junqueira Vasconcellos de; RIESCO, Maria Luiza Gonzalez; MIYA, Claudia Fumiko Rosas; VIDOTTO, Paula. Tipo de parto: expectativas das mulheres. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 10, n.5, p. 667–674, 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rlae/a/ZvhxfXC4vVnNrccZDCvPJLg/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

PADUA, Gabriela Rissonio; LIMA, Larissa Carolina; FERNANDES, Mariana Franco; GANDRA, Angélica Benetaci de Aquino; POLIDO, Carolina Guizardi.

Fatores que influenciam a mulher na escolha de via de parto / Factors that influence women in the choice of birth delivery. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 3, p. 16612–16623, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/44871>. Acesso em: 21 ago. 2024.

PEDRAZA, Dixis Figueroa; LINS, Anahi César de Lima. Complicações clínicas na gravidez: uma revisão sistemática de estudos com gestantes brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5329–5350, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.33202019>. Acesso em: 12 set. 2024.

PICCININI, Cesar Augusto; CARVALHO, Fernanda Torres de; OURIQUE, Luciana Rubensan; LOPES, Rita Sobreira. Percepções e sentimentos de gestantes sobre o pré-natal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 27–33, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100004>. Acesso em: 12 set. 2024.

RIBEIRO, Kéury Nascimento; CONCEIÇÃO, Dannicia Silva; CARNEIRO, Ana Maria da Costa Teixeira; ALMEIDA, Júlia Gabriela Alves de Alencar; ALCÂNTARA, Alice dos Santos Silva; VIANA, Vanessa Silva Souza; SOARES, Gismailly da Silva; OLIVEIRA, Maikon Chaves de. Caracterização do conhecimento das gestantes sobre as possíveis complicações relacionadas ao início do pré-natal tardio / Characterization of pregnant women's knowledge about the possible complications related to late prenatal starting. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 59458–59468, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/15198>. Acesso em: 2 set. 2024.

RIBEIRO, Meireluci Costa; NAKAMURA, Mary Uchiyama; TORLONI, Maria Regina; SCANAVINO, Marco de Tubino; FORTE, Bruna Maria Bernardi; MANCINI, Pedro Eduardo; MATTAR, Rosiane. Qualidade do sono em gestantes com sobrepeso. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 37, n. 8, p. 359–365, ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgo/a/t5s7bTN9WsCfnNDW7hZGFrL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2024.

ROCHA, Nathália Fernanda Fernandes da. **A escolha da via de parto e a autonomia das mulheres no contexto medicalizado da obstetrícia no Brasil**: uma revisão integrativa. Monografia (Graduação em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13254/1/NFFRocha.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2024.

RODRIGUES, Ana Verônica; SIQUEIRA, Arnaldo A. Franco de. Sobre as dores e temores do parto: dimensões de uma escuta. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 8, n. 2, p. 179–186, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-38292008000200005>. Acesso em: 7 ago. 2024.

ROSA, Cristiane Quadrado; SILVEIRA, Denise Silva; COSTA, Juvenal Soares Dias. Fatores associados à não realização de pré-natal em municípios de grande porte. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 6, p. 977–984, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2014048005283>. Acesso em: 7 ago. 2024.

RUSSO, Jane A.; NUCCI, Marina Fisher. Parindo no paraíso: parto humanizado, ocitocina e a produção corporal de uma nova maternidade. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180390> Acesso em: 10 abr. 2024.

SANTIAGO, Mayane de Oliveira. **Atuação da psicologia junto às práticas humanizadas complementares e integrativas no pré-parto e parto**: relato de experiência. 2019. 18 f. Monografia (Especialização) - Curso de Residência Multiprofissional em Saúde Materno-infantil, Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/0e94b6a2-fcbb-4410-8d59-8852a7516d34> Acesso em: 10 abr. 2024.

SANTOS, José Marcos de Jesus; MATOS, Thais Santos de; MENDES, Rosemar Barbosa; FREITAS, Carla Kalline Alves Cartaxo; LEITE, Adriana Moraes; RODRIGUES, Iellen Dantas Campos Verdes. Influence in the reproductive planning and the women's satisfaction with the discovery of being pregnant in the quality of prenatal care in Brazil. **Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil**, v. 19, n. 3, p. 529–535, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93042019000300003> Acesso em: 15 abr. 2024.

SILVA, Josiany Resplandes da .; RESPLANDES, Weslane Lira .; SILVA, Karla Camila Correia da . Importance of the physiotherapist in the gestational period. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 11, p. e480101119977, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19977. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19977> Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVANI, Cristiana Maria Baldo. **Parto humanizado**: uma revisão bibliográfica. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, Curso de Especialização em Saúde Pública, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28095> Acesso em: 9 abr. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Departamento Gráfico da Fundação Seade. SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Banco de Dados de Informações dos Municípios Paulistas**. São Paulo, 2021. Disponível em: https://fecundidade.seade.gov.br/wp-content/uploads/sites/8/2021/05/nascimentos_perfil_maes_2020.pdf Acesso em: 5 ago. 2024.

SOUZA, Fernanda Lopes de; SACCOL, Samantha de Mello; ROLIM, Taila Carvalho de Aguiar; PIOVESAN-ROSANELLI, Cleci Lourdes Schmidt; CONTERATO, Denise Miranda; ANVERSA, Elenir Terezinha Rizzetti. Motivos da não realização do pré-natal por gestantes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 55, p. e3878, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3878/2390> Acesso em: 5 ago. 2024.

TEIXEIRA, Lara Azevedo; SOARES, Layanne Cintra; BRITO, Veronica Perius de; CARRIJO, Alice Mirane Malta; SOUZA, Marcela Gomes de; OLIVEIRA, Stefan Vilges de. A violência obstétrica como violação do direito à saúde da mulher: uma revisão narrativa. **Revista de Atenção à Saúde**, São Caetano do Sul, v. 18, n. 65,

2020. Disponível em:

[file:///C:/Users/DELL/Downloads/cbrito,.2+R+7009_art_rev_RAS_rev%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/DELL/Downloads/cbrito,.2+R+7009_art_rev_RAS_rev%20(1).pdf)

Acesso em: 29 de ago. 2024.

VIELLAS, Elaine Fernandes; DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira; DIAS, Marcos Augusto Bastos; GAMA, Silvana Granado Nogueira da; THEME FILHA, Mariza Miranda; COSTA, Janaina Viana da; BASTOS, Maria Helena; LEAL, Maria do Carmo. Assistência pré-natal no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. esp. 1, p. S85-S100, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00126013>. Acesso em 14 ago. 2024.

WEIDLE, Welder Geison; MEDEIROS, Cássia Regina Gotler; GRAVE, Magali Teresinha Quevedo; DAL BOSCO, Simone Morelo. Escolha da via de parto pela mulher: autonomia ou indução? **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 46–53, jan. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201400010008>. Acesso em: 14 ago. 2024.

WINNICOTT, Donald Woods. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

UNIVERSITÁRIOS E SAÚDE MENTAL: REFLEXÕES E AÇÕES PARA PREVENIR O SUICÍDIO

Caroline Valquiria Moura da Cunha Saiki

Adriana Leônidas de Oliveira

INTRODUÇÃO

O fenômeno do suicídio entre estudantes universitários representa uma preocupação crescente e multifacetada no contexto acadêmico, pois reflete uma complexidade que exige intervenções eficazes e baseadas em evidências. Essa questão transcende a esfera individual, impactando profundamente a comunidade acadêmica e a sociedade.

Este capítulo é o resumo de um trabalho acadêmico de graduação que abordou a prevenção do suicídio para esse público, por meio de uma revisão integrativa de literatura como metodologia principal. O trabalho elencou alguns objetivos: compreender os fatores subjacentes e interconectados que contribuem para o suicídio entre estudantes; analisar estratégias preventivas; propor diretrizes implementáveis que possam ser adotadas no ambiente universitário para mitigar esse problema de saúde pública.

O suicídio gera estigmas e um luto complexo. Enfatiza-se a relevância do tema, dados os impactos significativos e duradouros que esses episódios causam não apenas em comunidades acadêmicas e familiares, mas também na formação de futuros profissionais e no bem-estar social (Trota, 2021; ABP, 2014 apud Morales, 2021).

A pesquisa considera os principais fatores de risco identificados na literatura, como o estresse acadêmico, a competitividade, a sobrecarga de trabalho e o uso de substâncias, que se destacam como importantes catalisadores de ideação suicida e sofrimento mental (World Health Organization, 2014; OMS, 2019). Além desses, outros fatores, como condições de saúde mental preexistentes (depressão, transtornos de ansiedade), isolamento social, histórico de trauma e pressões financeiras, também são cruciais (Ministério da Saúde, 2021; ABP, 2014).

Essas condições ressaltam a necessidade de abordagens inclusivas que integrem educação emocional e espiritualidade – entendida como busca de sentido e propósito –, suporte psicossocial, treinamento em saúde mental para toda a comunidade

acadêmica (professores, funcionários e alunos) e a criação de espaços de acolhimento e escuta ativa (Conselho Federal de Psicologia, 2013; Borges, 2021).

A criação de redes de apoio entre pares e o uso estratégico de tecnologias modernas, como plataformas e aplicativos de bem-estar, também foram consideradas ferramentas eficazes para o engajamento dos estudantes em práticas de autocuidado e busca de ajuda (Pasqualotto, 2021; Fukumitsu, 2019).

Nas próximas seções, será apresentada uma contextualização teórica abrangente sobre os fatores de risco e proteção associados ao suicídio no ambiente universitário, incluindo perspectivas individuais, relacionais e ambientais. Em seguida, descreve-se o método utilizado para a revisão integrativa de literatura, com os critérios de busca e seleção. Posteriormente, discutem-se os resultados obtidos e as principais evidências sobre estratégias preventivas desenvolvidas para esse cenário. Por fim, o capítulo concluirá com recomendações para futuras pesquisas e diretrizes para intervenções práticas, as quais visam promover a saúde mental dos estudantes universitários em longo prazo e construir ambientes universitários mais resilientes e compassivos.

REVISÃO DA LITERATURA

Esta revisão de literatura explora o tema suicídio e seus desmembramentos, como definição, epidemiologia e psicopatologia, além de fatores de risco e proteção. O estudo busca compreender a complexidade do comportamento suicida, destacando a importância de intervenções práticas e de políticas públicas eficazes, especialmente em universidades. Integrando diversas perspectivas, a revisão oferece uma base para estratégias de educação emocional e espiritualidade, visando reduzir taxas de suicídio e promover bem-estar e resiliência entre estudantes e profissionais de saúde mental.

Definição e Caracterização do Suicídio

O termo suicídio, derivado do latim *sui caedere* (matar-se), foi inicialmente utilizado por Desfontaines em 1717, destacando-se como um fenômeno distinto (Jaen-Varas, 2019). A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o suicídio como o ato intencional de pôr fim à própria vida, com destaque para a intencionalidade e a expectativa de morte (OMS, 2021; Bertolote, 2012 *apud* Oliveira, 2023).

Para uma compreensão detalhada, o comportamento suicida é classificado em:

Ideação suicida: pensamentos ou planos sobre o ato de se matar, abrangendo desde reflexões vagas até planos detalhados (Werlang; Botega, 2004 *apud* Morales, 2021).

Tentativa de suicídio: ato não fatal, no qual a pessoa inicia um comportamento com intenção de morrer, sendo a gravidade da intenção relevante, independentemente do desfecho (Bertolote, 2012; Botega, 2015; OMS, 2021 *apud* Oliveira 2023).

Suicídio consumado: ato fatal de tirar a própria vida.

Estudos indicam uma forte correlação entre ideação suicida e concretização do suicídio, tornando a compreensão e a diferenciação desses conceitos essenciais (Vasconcelos-Raposo *et al.*, 2016; Figel, Menegatti; Pinheiro, 2013; Prieto; Tavares, 2005 *apud* Oliveira, 2023).

É importante diferenciar essas categorias da autolesão não suicida, que envolve danos autoinfligidos sem a intenção de morrer, geralmente como uma forma de lidar com a dor emocional intensa, mas que pode aumentar o risco de futuras tentativas de suicídio.

Epidemiologia do Suicídio

Estudos indicam que o suicídio é um fenômeno globalmente crescente, sendo a quarta causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, com aproximadamente 700.000 vidas perdidas anualmente, segundo a OMS (2021). No Brasil, houve aumento nas taxas de mortalidade por suicídio nos últimos 10 anos, especialmente entre adolescentes, com um crescimento de 81% nessa faixa etária (Ministério da Saúde, 2021). A subnotificação e a variabilidade regional afetam os números brasileiros (ABP, 2014).

Internacionalmente, o suicídio é a segunda causa de morte entre estudantes universitários (Santos *et al.*, 2017 *apud* Cecchin, 2022). Uma metanálise revelou que 7,2% dos estudantes universitários têm ideação suicida ao longo da vida, com impacto no desempenho acadêmico (Mortier *et al.*, 2018, *apud* Cecchin, 2022). Esses dados destacam a importância de programas de prevenção do suicídio nas universidades.

Características Psicopatológicas do Estado Mental dos Suicidas

A OMS (2000) identifica três características psicopatológicas centrais em indivíduos suicidas:

Ambivalência: coexistência de um intenso desejo de viver e, ao mesmo tempo, um desejo de morrer. Essa dualidade pode gerar grande sofrimento e dificultar a busca por ajuda.

Impulsividade: tendência a agir sem considerar as consequências a longo prazo, muitas vezes em resposta a estressores agudos ou estados emocionais intensos. A impulsividade pode transformar uma ideia passageira em uma tentativa fatal em questão de minutos.

Rigidez mental: incapacidade de ver alternativas ou soluções para os problemas, levando a um pensamento em "tudo ou nada" e à percepção de que a morte é a única saída.

A desmistificação de mitos sobre o suicídio é crucial para combater o estigma e facilitar a busca por apoio. Mitos como "quem fala em se matar não se mata" ou "o suicídio é um ato de covardia/egoísmo" são prejudiciais, pois silenciam o sofrimento e isolam o indivíduo. A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP, 2014) enfatiza que o suicídio não é uma decisão individual puramente racional, mas sim o desfecho de um processo complexo, muitas vezes influenciado por intenso sofrimento psíquico e transtornos mentais. Compreender a natureza multifacetada da psicopatologia associada ao suicídio é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção mais eficazes.

Fatores de Risco e Proteção

Ao discutir a saúde mental dos estudantes universitários, é fundamental abordar tanto os fatores de risco quanto os de proteção, pois são essenciais para a elaboração de estratégias eficazes de prevenção do suicídio.

Fatores de Risco

Os estudos destacam o suicídio como um fenômeno complexo, influenciado por fatores biológicos, psicológicos, sociais e ambientais (Bartholomew-Eldredge *et al.*, 2016; Peters, 2014 *apud* Cecchin, 2022). Os fatores de risco são categorizados em distais, como experiências adversas na infância e características genéticas, e proximais, como traumas recentes e abuso de substâncias (OMS, 2021; Ministério da Saúde, 2021; ABP, 2014).

Transtornos mentais, especialmente depressão e esquizofrenia, estão presentes em 80% dos casos de suicídio (Ministério da Saúde, 2021). Outros fatores incluem sentimentos de desesperança e impulsividade, com destaque para o impacto entre jovens. Fatores sociais como o isolamento, dificuldades socioeconômicas e histórico familiar também elevam o risco (ABP, 2014).

Fatores de Proteção

Os fatores de proteção, embora menos estudados, são considerados fundamentais para mitigar o risco de suicídio (ABP, 2014). Incluem suporte social, habilidades de enfrentamento, autoestima e acesso a serviços de saúde mental. A presença de um bom suporte familiar, laços sociais fortes, bem como uma religiosidade positiva, são destacados como protetores significativos.

A educação emocional e a espiritualidade emergem como componentes importantes para fortalecer a resiliência e o bem-estar dos estudantes universitários (Borges, 2021; Pasqualotto, 2021). A educação emocional desenvolve empatia e resiliência, enquanto a espiritualidade fornece propósito e significado, reduzindo a ideação suicida.

Promover um ambiente universitário que valorize esses fatores ajuda a criar um espaço acolhedor, prevenindo comportamentos suicidas e suportando o bem-estar acadêmico e pessoal (Conselho Federal de Psicologia, 2013; Watson; Naragon, 2009; Woyciekoski; Stenert; Hutz, 2012 *apud* Pasqualotto, 2021).

Fatores de Risco e Proteção no Comportamento Suicida

O Quadro 1 resume e organiza os fatores de risco e proteção no comportamento suicida, conforme as referências mencionadas.

Quadro 1- Fatores de Risco e Proteção no Comportamento Suicida

Categoria	Fatores de Risco	Fatores de Proteção
Individuais	- Transtornos mentais (80% dos casos) (Ministério da Saúde, 2021)	- Autoestima e autoeficácia (ABP, 2014)
	- Abuso de substâncias (ABP, 2014)	- Habilidades de resolução de problemas (ABP, 2014)
	- Tentativas anteriores de suicídio (OMS, 2021)	- Resiliência (Pasqualotto, 2021)
	- Histórico familiar de suicídio (ABP, 2014)	- Otimismo (Pasqualotto, 2021)
	- Doenças crônicas e dor crônica (ABP, 2014)	- Engajamento em atividades significativas (Fukumitsu, 2019)
	- Impulsividade e agressividade (ABP, 2014)	

Categoria	Fatores de Risco	Fatores de Proteção
	- Desesperança (ABP, 2014)	
Relacionais	- Histórico de abuso (ABP, 2014; Ministério da Saúde, 2021)	- Suporte social (ABP, 2014; Conselho Federal de Psicologia, 2013)
	- Isolamento social (ABP, 2014)	- Relacionamentos familiares Coesos (ABP, 2014)
	- Conflitos familiares ou perdas (ABP, 2014)	- Apoio de pares e mentores (Pasqualotto, 2021)
	- <i>Bullying</i> e discriminação (Conselho Federal de Psicologia, 2013)	
Sociais e Ambientais	- Dificuldades socioeconômicas (ABP, 2014)	- Acesso a serviços de saúde mental (Ministério da Saúde, 2021; Fukumitsu, 2019)
	- Acesso a meios letais (Ministério da Saúde, 2021)	- Conexão comunitária (Pasqualotto, 2021)
	- Exposição a notícias de suicídio (OMS, 2021; ABP, 2014)	- Crenças e valores culturais/religiosos (Borges, 2021; Pasqualotto, 2021)
	- Estigma de saúde mental (ABP, 2014; Conselho Federal de Psicologia, 2013)	- Restrição de meios letais (OMS, 2021)
	- Crises e desastres (Ministério da Saúde, 2021)	- Políticas Públicas de Prevenção (Ministério da Saúde, 2021)
Educação Emocional		- Alfabetização emocional - Habilidades sociais - Regulação emocional (Fukumitsu, 2019)
		- Empatia (Pasqualotto, 2021)
Espiritualidade		- Propósito e significado na vida (Borges, 2021; Pasqualotto, 2021)

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa bibliográfica (ABP, 2014; OMS, 2021; Ministério da Saúde, 2021; Fukumitsu, 2019; Pasqualotto, 2021; Borges, 2021; Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Intervenções Práticas

Estratégias de Intervenção

As estratégias para a prevenção do suicídio devem ser abrangentes e atuar em múltiplos níveis, atendendo a diferentes populações. Essas intervenções se dividem em:

Intervenções universais: destinadas a toda a população, incluindo campanhas de conscientização pública e programas de educação em saúde mental em escolas e universidades. Fukumitsu (2019) destaca a importância do uso de tecnologias digitais para suporte psicológico, como plataformas de telepsicologia.

Intervenções seletivas: focadas em grupos com risco elevado, como estudantes com histórico de abuso ou dificuldades acadêmicas (ABP, 2014). Envolvem triagens para depressão e ansiedade.

Intervenções indicadas: para aqueles que já manifestaram comportamento suicida. Incluem psicoterapia individual (como CBT e DBT), farmacoterapia e planos de segurança, essenciais para gerenciar crises (Fukumitsu, 2019).

As intervenções psicossociais visam modificar pensamentos e comportamentos disfuncionais, sendo fundamentais na prevenção do suicídio (Conselho Federal de Psicologia, 2013). Linhas de crise, como o CVV, fornecem suporte imediato, enquanto a pós-venção apoia pessoas enlutadas, prevenindo novos casos.

Avaliação e Implementação

A avaliação das intervenções é crucial para otimizar recursos. Cecchin (2022) ressalta a importância dos programas de prevenção em universidades, que aumentam o conhecimento sobre saúde mental e reduzem a ideação suicida. Métodos de avaliação incluem:

Estudos pré- e pós-intervenção: medem mudanças em conhecimentos e comportamentos.

Ensaio clínico randomizado (RCTs): avaliam a eficácia de intervenções específicas.

Coleta de dados epidemiológicos: monitora as taxas de suicídio antes e depois dos programas.

Pesquisas de satisfação: ajustam as intervenções conforme a necessidade populacional.

A implementação deve ser sensível ao contexto cultural (Brouselle, 2011), adaptando as intervenções para garantir relevância e eficácia. Desafios incluem falta de financiamento e estigma em saúde mental, mas a avaliação contínua e a adaptação garantem a sustentabilidade a longo prazo (Conselho Federal de Psicologia, 2013). Promover a educação emocional e oferecer um ambiente de apoio são passos essenciais para reduzir índices de suicídio e melhorar o bem-estar emocional (Fukumitsu, 2019; Watson; Naragon, 2009; Woyciekoski; Stenert; Hutz, 2012).

Políticas Públicas: Desafios e Perspectivas

A legislação brasileira tem reconhecido a emergência da prevenção do suicídio com a Lei n. 13.819/2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Essa política estabelece diretrizes para promover a saúde mental, notificar casos e oferecer tratamento adequado às pessoas em sofrimento psíquico (Fukumitsu, 2019).

Desafios na Implementação

A implementação de políticas eficazes de prevenção ao suicídio enfrenta vários desafios, entre os quais se destacam:

Capacitação contínua de profissionais: é imperativo atualizar profissionais de saúde, educação e segurança para identificar sinais de risco e oferecer primeiros socorros psicológicos (CFP, 2013; ABP, 2014).

Integração intersetorial: a prevenção requer colaboração entre setores como saúde, educação, assistência social, justiça e mídia.

Incorporação nos currículos educacionais: é fundamental integrar a saúde mental e emocional desde a Educação Básica.

Alocação de recursos: necessidade de financiamento suficiente para programas de prevenção e pesquisa.

Combate ao estigma: Promover campanhas que desmistifiquem o suicídio e incentivem a procura por ajuda.

Superar esses obstáculos é essencial para garantir a efetividade das ações propostas (CFP, 2013; ABP, 2014).

Perspectivas Futuras:

Fukumitsu (2019) apresenta e reflete sobre as futuras e necessárias perspectivas:

Restrição de acesso a meios letais: implementação de medidas de segurança e controle de substâncias.

Diretrizes para a mídia: garantir cobertura responsável do suicídio para evitar glorificação.

Fortalecimento de redes de apoio: criar plataformas para conectar indivíduos a recursos e suporte.

Saúde mental na Atenção Primária: capacitar profissionais da saúde básica para o manejo inicial de casos de sofrimento psíquico.

Pesquisa e inovação: investir em estudos que identifiquem novos fatores de risco/proteção.

No contexto universitário, as políticas devem resultar em programas de bem-estar estudantil, acesso facilitado a serviços de saúde mental no *campus* e uma cultura de acolhimento que promova a abertura e a busca de ajuda. A prevenção do suicídio é um compromisso com a vida e o futuro da sociedade, necessitando de um esforço contínuo que integra educação, apoio comunitário e políticas públicas eficazes (Fukumitsu, 2019).

MÉTODO

O estudo adotou uma revisão integrativa da literatura para compreender melhor a prevenção do suicídio entre estudantes universitários. Essa abordagem metodológica sintetiza estudos experimentais e não-experimentais, oferecendo uma visão abrangente do fenômeno (Souza *et al.*, 2010; Mendes *et al.*, 2008).

Foram utilizadas as plataformas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos CAPES. Utilizando os descritores "prevenção suicídio AND estudante universitário", foram selecionados 23 trabalhos relevantes, após a aplicação de critérios de inclusão (BDTD: 12, CAPES: 11).

Os critérios de inclusão consideraram a relevância dos estudos para o tema, sem restrições de ano, conforme as orientações de Mendes *et al.* (2008). Estudos sem acesso ao texto completo foram excluídos, mesmo que listados nas buscas.

As etapas da revisão integrativa foram:

Formulação do problema: definição da questão de pesquisa focada na prevenção do suicídio entre universitários (Souza *et al.*, 2010).

Coleta de dados: realizada nas bases BDTD e CAPES, sem restrição de data (Souza *et al.*, 2010).

Avaliação crítica dos estudos: análise crítica considerando validade metodológica e relevância (Mendes *et al.*, 2008).

Síntese dos dados: organização e síntese das informações extraídas (Souza *et al.*, 2010).

Interpretação dos resultados: análise dos dados à luz de teorias existentes, identificando lacunas e sugerindo novos caminhos de pesquisa (Mendes *et al.*, 2008).

Apresentação dos resultados: elaboração de um documento que sintetiza os achados e discute suas implicações para a prática acadêmica e clínica (Souza *et al.*, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo analisou artigos selecionados das bases Periódico CAPES e BDTD, estruturando-se em duas partes: análise formal e análise de conteúdo.

Análise Formal

A análise formal refere-se à análise descritiva dos conteúdos quantitativos, proporcionando uma visão estruturada e sistemática dos dados (Del-Masso, 2012).

No Quadro 2, apresenta-se, resumidamente, os principais tópicos da análise formal desenvolvida nesta pesquisa.

Quadro 2: Resumo das Categorias e Descrições da Análise Formal sobre Produção Acadêmica em Saúde Mental e Prevenção do Suicídio

Categoria	Descrição
Ano de Publicação	A maioria das publicações (82,6%) ocorreu a partir de 2020, refletindo o impacto da pandemia de COVID-19 na produção acadêmica sobre saúde mental.
Distribuição Geográfica	A maior concentração de instituições é nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, relacionada à densidade populacional e ao desenvolvimento econômico.

Categoria	Descrição
Especificação da Publicação	Distribuição uniforme em periódicos; equilíbrio entre dissertações e teses na BDTD (50% cada).
Quantidade de Autores	Predomínio de coautoria de cinco pesquisadores, indicando colaboração diversificada.
Instituições de Origem	Universidades brasileiras, como a Federal de Uberlândia e de São Paulo, lideram em número de autores; significativa colaboração internacional.
Cursos Universitários Estudados	Foco principal em Medicina, Enfermagem e Psicologia; evidência da necessidade de intervenções específicas devido às pressões acadêmicas.
Programas de Pós-Graduação	Destaque para Psicologia, refletindo sua importância na saúde mental; interdisciplinaridade é crucial para políticas eficazes.
Tipos de Pesquisa	Equilíbrio entre abordagens quantitativa, qualitativa e combinada; diversidade metodológica é essencial para investigação rigorosa.
Procedimentos de Pesquisa	Variedade de métodos (transversal, revisão, estudo de caso) adaptam-se a diferentes questões de pesquisa.
Instrumentos Utilizados	Uso de ferramentas variadas, como escalas de sintomas, inventários de estresse, questionários de qualidade de vida, escalas de <i>coping</i> e outros instrumentos para diagnóstico e prevenção de problemas de saúde mental.
População e Amostra	Foco principal em estudantes universitários e de cursos de saúde, destacando as demandas acadêmicas.

Fonte: dados da pesquisa bibliográfica

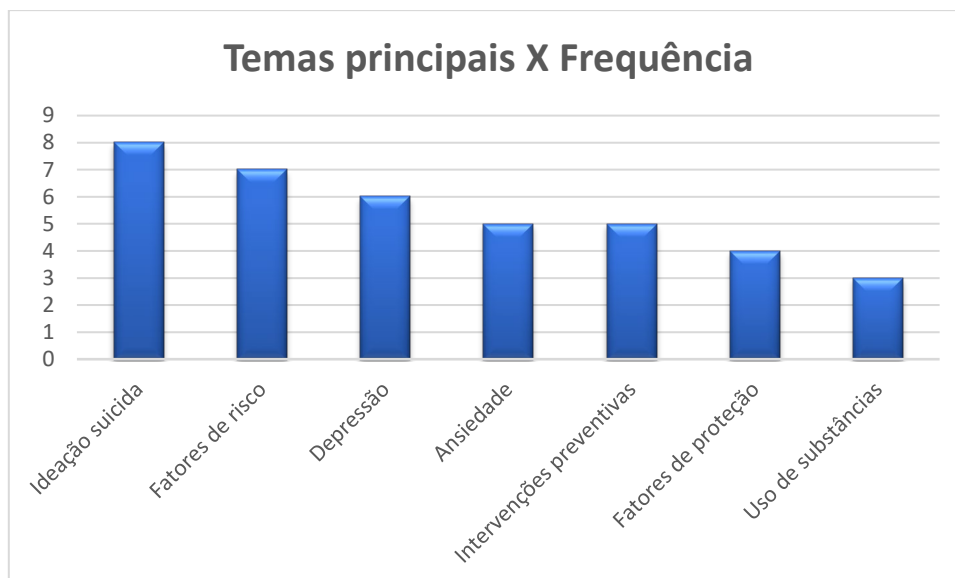
Análise de Conteúdo

Essa discussão visa identificar lacunas e áreas de melhoria, organizando os dados para destacar temas principais, fatores de risco e intervenções propostas. Por fim, oferece uma síntese dos resultados para uma compreensão integrada e abrangente.

Principais Temas Abordados

A análise identifica temas fundamentais sobre saúde mental e prevenção do suicídio entre estudantes universitários. O Gráfico 1 sintetiza esses temas principais.

Gráfico 1 - Temas principais das publicações

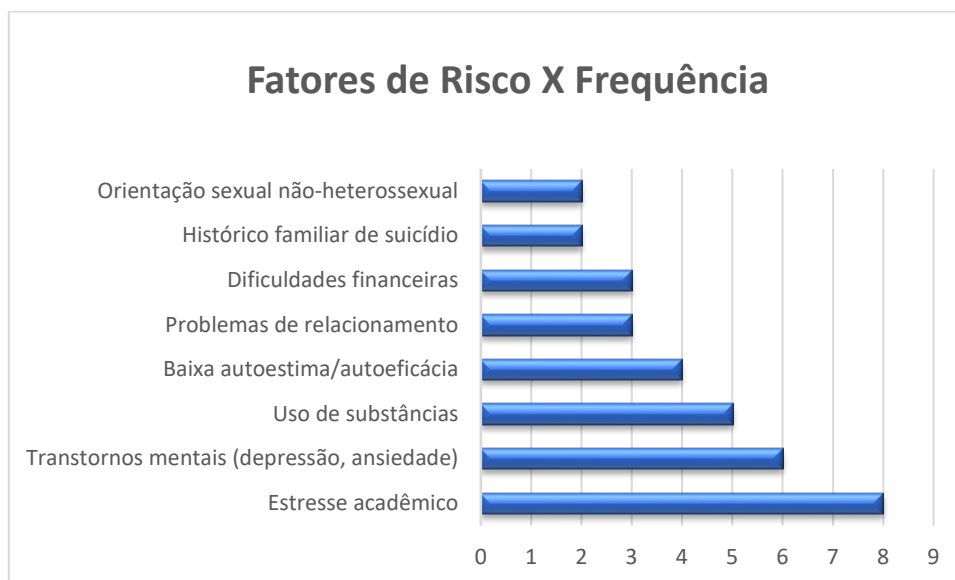


Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa bibliográfica

Fatores de Risco

Os fatores de risco (Gráfico 2) incluem transtornos mentais e desafios acadêmicos e sociais que predispõem ao suicídio. Identificá-los é essencial para mitigar riscos (Silva, 2020; Rufato, 2023; Lamana *et al.*, 2021).

Gráfico 2- Fatores de Risco x Frequência

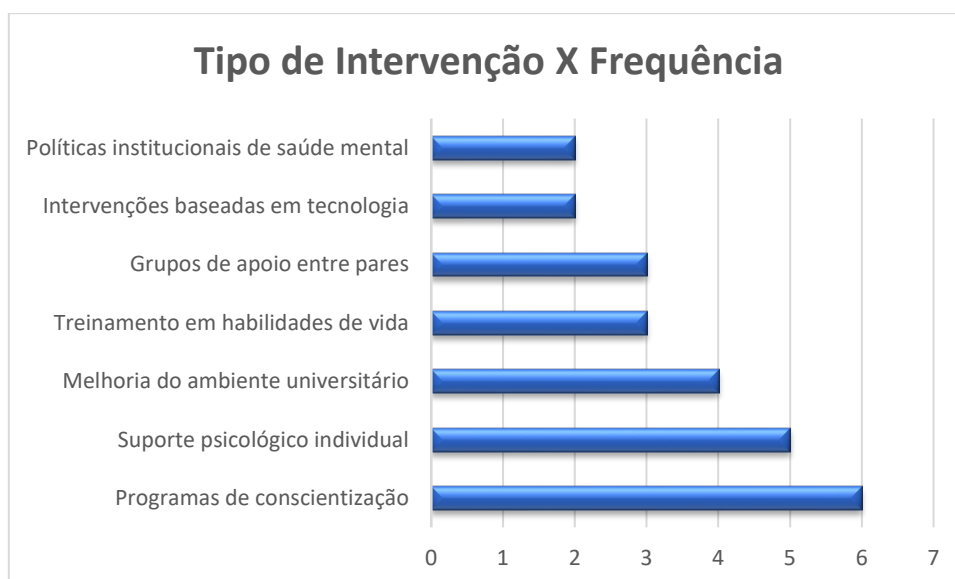


Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa bibliográfica

Intervenções Propostas ou Avaliadas

No Gráfico 3 relacionam-se as principais intervenções que os estudos indicaram e avaliaram.

Gráfico 3 - Tipo de Intervenção x Frequência



Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa bibliográfica

Síntese dos Resultados

A análise destaca que fatores críticos como estresse acadêmico e uso de substâncias estão fortemente ligados à ideação suicida e problemas de saúde mental em universitários, ressaltando a necessidade de uma abordagem multidimensional para o bem-estar (Silva, 2020; Garcia, 2023). As intervenções mais eficazes incluem programas de conscientização e suporte psicológico, fundamentais para reduzir a ideação suicida ao promover o bem-estar e incentivar a busca por apoio. Tecnologias e diálogos comunitários também são estratégias promissoras para fortalecer o autocuidado e a resiliência emocional (Nascimento *et al.*, 2023; Tondo, 2023).

Sintomas depressivos e ideação suicida: a associação entre sintomatologia depressiva e a diminuição dos motivos para viver é potencializada por transtornos mentais e baixa autoestima, ressaltando a importância de intervenções precoces e contínuas (Machado *et al.*, 2020; Andrade *et al.*, 2023).

Programas de prevenção e intervenções: programas eficazes, que utilizam tecnologias e promovem diálogos em comunidades acadêmicas, criam redes de apoio essenciais para mitigar riscos de suicídio (Cecchin, 2022; Fernandes *et al.*, 2020).

Fatores de risco e preditores: identificar preditores como uso de substâncias e esgotamento psicológico é crucial, sugerindo a necessidade de políticas universitárias holísticas (Silva, 2020; Lamana *et al.*, 2021).

Fatores de proteção e resiliência: o suporte social é uma barreira importante contra a ideação suicida, destacando a importância de fortalecer redes de apoio nas universidades (Alves, 2020; Santos, 2022).

Impacto de programas e mídia: a abordagem cuidadosa de campanhas e programas de mídia é crucial para evitar gatilhos, enquanto comunica estratégias eficazes (Nunes *et al.*, 2022; Barbosa *et al.*, 2021).

Demografia e contexto de saúde mental: grupos vulneráveis enfrentaram desafios significativos durante a pandemia, destacando a necessidade de intervenções específicas (Rufato, 2023; Silva, 2020).

Escolha do curso e suporte acadêmico: a saúde mental influencia a escolha do curso e a intenção de abandono, sinalizando a necessidade de orientação vocacional e apoio acadêmico (Garbin *et al.*, 2020; Santos, 2019).

Comunicação e políticas institucionais: estratégias de comunicação eficazes e políticas institucionais mais robustas são necessárias para lidar com saúde mental (Rocha, 2023; Tondo, 2023).

Crescimento pessoal e conscientização: projetos de engajamento comunitário promovem crescimento pessoal e resiliência entre estudantes (Rocha, 2023; Fernandes *et al.*, 2020).

Em suma, os dados destacam a complexidade dos fatores que impactam a saúde mental dos estudantes universitários e a necessidade de abordagens integradas. A combinação de intervenções práticas com políticas institucionais e o equilíbrio entre educação, suporte social e saúde mental são essenciais para criar ambientes universitários seguros que promovam tanto o sucesso acadêmico quanto o bem-estar geral.

Principais Conclusões e Recomendações

A análise examina temas, conclusões e recomendações de estudos sobre saúde mental e prevenção ao suicídio em ambientes universitários, destacando estratégias e abordagens eficazes para enfrentar esses desafios, apresentadas a seguir:

Necessidade de investigações: estudos ressaltam a importância de investigações contínuas para entender o suicídio e suas formas de prevenção, adaptando estratégias ao contexto universitário e utilizando tecnologias como ferramentas cruciais (Cremasco; Baptista, 2017; Andrade *et al.*, 2023; Lima *et al.*, 2022).

Fatores de risco e intervenções: intervenções focadas em fatores de risco são essenciais para prevenir comportamentos suicidas, com uso de tecnologias para facilitar o acesso ao suporte, especialmente em cursos como Medicina (Machado *et al.*, 2020; Barbosa *et al.*, 2021; Vasconcelos-Raposo *et al.*, 2016; Lamana *et al.*, 2021; Garbin *et al.*, 2020; Andrade *et al.*, 2023).

Impacto da mídia: programas como "Os 13 Porquês" podem fomentar discussões, mas precisam de abordagens cuidadosas para proteger indivíduos vulneráveis (Moraes *et al.*, 2022).

Discussão e conscientização: o aumento das discussões sobre saúde mental nas universidades valoriza a vida, com projetos para promover conscientização entre os estudantes (Fernandes *et al.*, 2020; Lima *et al.*, 2022).

Abordagens inovadoras e psicossociais: ferramentas como a “Mandala dos Saberes” e abordagens psicossociais são eficazes na promoção do bem-estar mental e na descentralização do suporte (Nascimento *et al.*, 2023; Alves, 2020; Moraes *et al.*, 2022).

Políticas públicas e educação em saúde: a implementação de políticas acadêmicas para prevenção e posvenção do suicídio é crucial, exigindo capacitação de profissionais no Brasil (Nascimento *et al.*, 2023; Santos, 2019).

Indicadores de saúde e promoção do bem-estar: programas estratégicos são necessários para a saúde mental dos universitários, considerando marcadores sociais e necessidades específicas para minimizar agravos associados ao suicídio (Silva, 2020; Garcia, 2023).

A análise evidencia a complexidade dos fatores que afetam a saúde mental dos estudantes universitários, destacando a necessidade de abordagens integradas. A combinação de intervenções práticas com políticas robustas e a sinergia entre educação, tecnologia, suporte social e saúde mental são fundamentais para criar ambientes universitários acolhedores, promovendo tanto o sucesso acadêmico quanto o bem-estar geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender o suicídio entre estudantes universitários por meio de uma revisão integrativa da literatura, utilizando as bases de dados Periódicos CAPES e BDTD. A análise dos estudos selecionados permitiu identificar fatores de risco, lacunas institucionais e possibilidades de intervenção,

resultando na elaboração de protocolos voltados à prevenção do suicídio e ao fortalecimento da educação emocional no ambiente acadêmico.

Ao ampliar a compreensão sobre os desafios enfrentados por estudantes e sobre as possibilidades de cuidado, esta pesquisa busca colaborar com a construção de políticas mais sensíveis à saúde mental no Ensino Superior. Apesar dos obstáculos, é possível implementar intervenções acessíveis e eficazes, capazes de produzir impactos significativos no desenvolvimento pessoal, acadêmico e social dos estudantes.

Mais do que compreender o problema, é hora de agir. Assim, apresenta-se como Apêndice A a este capítulo um protocolo de ação para prevenção e o fortalecimento da educação emocional, construído com base nos autores Fukumitsu (2019) e Cecchin (2022). Ressalta-se que as contribuições desses autores foram fundamentais para embasar a proposição de estratégias de acolhimento, escuta qualificada e promoção do bem-estar psíquico entre jovens universitários. As ações práticas propostas podem ser adaptadas a diferentes contextos institucionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Felipe Rodrigues. **Compreendendo a pessoa em experiência suicida a partir de um serviço de plantão psicológico centrado na pessoa**. 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT_81d9ca485ed20e6b56ab52564417091b. Acesso em 31 out. 2024.

ANDRADE, Maria Betânia Tinti *et al.* O risco de suicídio entre universitários da área da saúde e os fatores associados. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 21, p. e20238749-e20238749, 2023. https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/8749. Acesso em: 31out. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). **Suicídio: informando para prevenir**, Comissão de Estudos e Prevenção de Suicídio. Brasília: CFM/ABP, 2014. Disponível em: <https://www.hsaude.net.br/wp-content/uploads/2020/09/Cartilha-ABP-Preven%C3%A7%C3%A3o-Suic%C3%ADio.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BARBOSA, N. S. *et al.* Intervenções para prevenção do comportamento suicida em universitários: revisão integrativa. **Revista de Pesquisa Online**, v. 13, p. 1193-1198, jan./dez. 2021 DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcf.v13.9136>. Acesso em: 06 nov. 2024.

BORGES, Rosana Maria Ferreira. **A espiritualidade no enfrentamento do suicídio**. 2021. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4663/2/Rosana%20Maria%20Ferreira%20Borges.pdf>. Acesso em: 01set.2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. **Boletim Epidemiológico**, vol. 52, set.2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf. Acesso em 01 set. 2024.

BROUSSELLE, Astrid *et al.* **Avaliação**: conceitos e métodos. 2011. p. 291-291. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ens-27897> Acesso em: 06 nov.2024.

CECCHIN, Hareli Fernanda Garcia. **Asas para a adultez** – construindo um programa de prevenção do suicídio para estudantes universitários. 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/bitstream/10482/45739/1/2022_HareliFernandaGarciaCecchin.pdf. Acesso em 01 set. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **O Suicídio e os Desafios para a Psicologia** Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>. Acesso em 01/09/2024 . Acesso em 24 out. 2024.

CREMASCO, Gabriela da Silva; BAPTISTA, Makilim Nunes. Depressão, motivos para viver e o significado do suicídio em graduandos do curso de psicologia. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 22-37, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/24293> Acesso em 01 nov. 2024.

SILVA, José Ronier de França. **Depressão e risco de suicídio em estudantes universitários da área da saúde**: estudo de prevalência e fatores associados. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9575/acervo/detalhe/125418> Acesso em: 31 out. 2024

DEL-MASSO, Maria Candida Soares. **Metodologia do Trabalho Científico**: aspectos introdutórios. Marília: Oficina Universitária, 2012. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog Acesso em: 30 out. 2024.

FERNANDES, Márcia Astrês *et al.* . Prevenção ao suicídio: vivências de estudantes universitários. **Revista Cuidarte**, Bucaramanga, v. 11, n. 2, maio/ago. 2020 . Disponível em: <https://doi.org/10.15649/cuidarte.791> Acesso em: : 30 out. 2024.

FUKUMITSU, Karina Okajima. **Sobreviventes enlutados por suicídio**: cuidados e intervenções. São Paulo: Summus, 2019.

GARCIA, Luciana Marolla. **Saúde Mental e Habilidades Sociais de Universitários**. 2023. 93f. Tese (Doutorado)– Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/bb0fd009-ae5b-40a5-a1ad-6dcae5e3a73a> Acesso em 01/11/2024

GARBIN, A. J. Ísper; SANTOS, L. F. P. dos; GARBIN, C. A. S.; SALIBA, T. A.; SALIBA, O. Insatisfação com o curso e suicídio: saúde mental do estudante de Odontologia. **Archives of Health Investigation**, [S. l.], v. 9, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ARCHI/article/view/4851>. Acesso em: 28 jun. 2025.

JAEN VARAS, Denisse Claudia. Suicídio entre adolescentes, métodos utilizados e sua relação entre os indicadores socioeconômicos no Brasil: um estudo ecológico e retrospectivo. 2019. 105f. Tese (Doutorado em Psiquiatria e Psicologia Médica) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2019.

LAMANA, Bárbara Betina *et al.* Identificação da violência autoinfligida em universitários da área médica: uma revisão de literatura integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e42110313517-e42110313517, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13517> Acesso em 01 nov. 2024.

LIMA, Vivian Daniele de; COSTA, Ailana Garcia Meira; VASCONCELOS, Maria Luiza I de; LOURENÇO, Lelio Moura. Saúde mental no Ensino Superior: revisão de literatura. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 26, n. 3, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/76204>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ> Acesso em: 02 nov. 2024.

MORALES, Cristian Rodrigo da Silveira. **Protocolo Digital de Prevenção ao Suicídio**: Especificações. 2021. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/4240/5/PDF%20%20Cristian%20Rodrigo%20da%20Silveira%20Morales.pdf>. Acesso em 31/08/2024

NASCIMENTO, Sanderson Mendes *et al.* Setembro amarelo e a saúde mental dos universitários à luz da mandala dos saberes. **Contribuciones a las ciencias sociales**, v. 16, n. 10, p. 19742-19754, 2023. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Setembro+amarelo+e+a+sa%C3%BAde+mental+dos+universit%C3%A1rios+%C3%A0+luz+da+mandala+dos+saberes&btnG= Acesso em: 24 out. 2024.

NUNES, Sylvia da Silveira; COSTA, Breno Rafael; MORAES, Brunno Yan Souza. Opiniões de universitários/as sobre a série “Os 13 Porquês”: prevenção do suicídio? **Psicologia Argumento**, [S. l.], v. 40, n. 111, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/28218>. Acesso em: 01 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS – OMS). **Suicídio é grave problema de saúde pública e sua prevenção deve ser prioridade**. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/15-5-2018-suicidio-e-grave->

problema-saude-publica-e-sua-prevencao-deve-ser-prioridade . Acesso em 31 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Suicide Worldwide in 2019:** Global Health Estimates. 2021. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/341728/9789240026643-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em 01/09/2024

PASQUALOTTO, Rosana Angst. **Variáveis relacionadas à resiliência de estudantes universitários no ensino superior.** Curitiba, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/72223/R%20-%20T%20-%20ROSANA%20ANGST%20PASQUALOTTO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 04 set.2024

ROCHA, I. A. **Suicídio no contexto acadêmico:** uma análise sobre as estratégias de enfrentamento na Universidade Federal de Goiás. 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/07f31cc8-88e9-4d66-819d-0988be44c860/content>. Acesso em: 31 ago. 2024

RUFATO, Fabrício Duim *et al.* **O adoecimento psíquico de jovens universitários:** uma discussão sobre a saúde mental na Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE. 2023. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6966> Acesso em: 31 out. 2024.

SANTOS, Elison Silva. **O que te mantém vivo?** A Logoterapia. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022. doi:10.11606/D.47.2022.tde-15082022-132807. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-15082022-132807/pt-br.php> Acesso em: 31 out. 2024.

SANTOS, Rosa Maria Almeida dos. **Prevalência de risco de suicídio entre alunos de graduação do Sul do Brasil.** 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_9ea9ef9298b225cda9fd06dc2295e394. Acesso em: 01 nov. 2024.

SILVA, André Luis dos Santos. **Condutas de saúde em estudantes universitários:** prevalência e correlatos associados. 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/Krot_5a4c6d35c0e8a99f8865fd84206ec2aa. Acesso em: 31 out. 2024.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov.2024

TONDO, Rômulo Oliveira. **Recepção de campanhas de prevenção ao suicídio entre jovens universitários.** 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_23b958b24b774c7c28eb7a641b5b749a. Acesso em: 31 out. 2024.

TROTA, Juliano de. **Modelo estratégico para intervenções em suicídio em organizações de trabalho**. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Valquiria%20Cunha/Downloads/R%20-%20T%20-%20JULIANO%20DE%20TROTТА-1.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2024.

VASCONCELOS-RAPOSO, José et al. **Níveis de ideação suicida em jovens adultos**. Estudos de Psicologia (campinas), v. 33, n. 2, p. 345-354, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/mr46Brp4trkxyDdmJC969NR/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide: a global imperative**. 2014. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/131056/9789241564878_eng.pdf;jsessionid=CE42FA72D4D26F8E4BF07B3BCEEDFFB9?sequence=8 . Acesso em: 31 ago. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Suicide Worldwide in 2019: Global Health Estimates**. 2021. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/341728/9789240026643-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 set. 2024

Apêndice A

PROTOCOLO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL

Este protocolo foi elaborado tendo como base as autoras Fukumitsu (2019) e Cecchim (2022).

Programa de Mentoria Emocional:

Implementar um programa em que alunos do último ano de Psicologia ofereçam suporte emocional aos calouros, sob supervisão de professores.

Realizar encontros semanais ou quinzenais para discutir desafios emocionais e estratégias de enfrentamento.

Workshops de Inteligência Emocional:

Organizar séries de *workshops* abordando temas como autoconhecimento, regulação emocional, empatia e habilidades sociais.

Incluir exercícios práticos e dinâmicas de grupo para aplicação imediata dos conceitos.

Espaços de Acolhimento:

Criar "salas de descompressão" em pontos estratégicos do *campus*, equipadas com recursos para relaxamento e expressão emocional.

Oferecer sessões de meditação guiada e práticas de *mindfulness* regularmente nesses espaços.

Programa de Embaixadores da Saúde Mental:

Treinar um grupo diversificado de alunos para serem pontos de contato inicial para colegas em sofrimento emocional.

Equipá-los com habilidades básicas de escuta ativa e encaminhamento para recursos profissionais.

Integração Curricular da Saúde Mental:

Incorporar módulos sobre saúde mental e bem-estar emocional em disciplinas obrigatórias de todos os cursos.

Desenvolver projetos interdisciplinares que explorem a intersecção entre saúde mental e diferentes áreas de estudo.

Campanha de Conscientização "Falar é Força":

Lançar uma campanha de comunicação em toda a universidade promovendo a abertura sobre saúde mental. O título "Falar é Força" é uma sugestão; as instituições são encorajadas a escolher qualquer outro título que melhor se adeque ao espírito da campanha e ressoe com sua comunidade.

Utilizar mídias sociais, eventos presenciais e materiais impressos para disseminar mensagens positivas e informações sobre recursos disponíveis.

Treinamento em Primeiros Socorros Psicológicos:

Oferecer treinamento em Primeiros Socorros Psicológicos para toda a comunidade universitária, incluindo funcionários administrativos.

Focar em habilidades práticas para identificar sinais de alerta e oferecer suporte inicial em crises emocionais.

Importante salientar que este protocolo de ação foi inspirado nos estudos e sugestões a partir do embasamento teórico utilizado neste trabalho, especialmente as autoras Fukumitsu (2019) e Cecchim (2022).

PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

ANÁLISE DAS DEMANDAS DE QUEIXA ESCOLAR NA CLÍNICA-ESCOLA NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA CLÍNICA

Sandra Querido Gonçalves Pereira Machado

Andreza Maria Neves Manfredini

INTRODUÇÃO

O presente capítulo é um recorte de uma pesquisa de projeto de Iniciação Científica, trazendo à reflexão as condutas adotadas pelos terapeutas-estagiários diante das demandas encaminhadas de queixa escolar na clínica-escola. Trata-se de uma pesquisa que buscou identificar se as práticas adotadas contribuem para uma leitura contextualizada das dificuldades escolares ou se ainda reforçam a lógica de patologização da criança.

A presente pesquisa objetivou compreender como estagiários da clínica-escola têm atuado frente a essas demandas e em que medida suas condutas contribuem para reforçar ou superar práticas patologizantes. Foi realizada pesquisa documental com análise quantitativa (estatística descritiva) e qualitativa na Universidade de Taubaté, no Centro de Pesquisa Aplicada (CEPA), considerando-se, entre outros aspectos, a natureza pública desse serviço de atendimento psicológico à comunidade local. Foram analisados prontuários clínicos de crianças de 4 anos a 11 anos e 11 meses, atendidas entre os anos de 2020 e 2024, com leitura crítica dos prontuários para verificar se as condutas adotadas pelos terapeutas-estagiários têm promovido uma leitura contextualizada ou individualizante do problema, adotando uma postura tradicional de cumplicidade com a ideologia da educação.

A forma como o estagiário conduz o atendimento permite identificar se sua prática caminha para a patologização e individualização da queixa ou se busca uma compreensão ampliada, considerando os contextos social, escolar e familiar da criança. Avaliar a conduta dos estagiários permite, portanto, verificar se essa lógica está sendo perpetuada ou questionada. Ao identificar padrões de atuação e suas implicações, coordenadores e supervisores podem repensar os referenciais adotados nos processos formativos.

REVISÃO DA LITERATURA

Fracasso escolar

O fracasso escolar é uma construção histórica e social que vai além da simples dificuldade de aprendizagem. Segundo Patto (1990), a escola brasileira tende a responsabilizar o aluno por seu baixo rendimento, desconsiderando fatores institucionais, sociais e pedagógicos que contribuem para a exclusão escolar. Bourdieu e Passeron (1975) argumentam que a escola reproduz o capital cultural das classes dominantes, favorecendo aqueles que já têm familiaridade com os códigos e práticas escolares. A concepção crítica do fracasso escolar propõe que se analise a relação entre o sujeito, a instituição e o contexto, evitando a patologização da diferença. Nesse sentido, compreender o fracasso escolar é também compreender a função social da escola e os mecanismos de seleção e exclusão que ela pode operar.

O conceito de fracasso escolar não diz respeito apenas à reprovação ou ao baixo rendimento, mas envolve um processo social e institucional que define quem “não aprende” e por quê. Patto (1990), em “A produção do fracasso escolar”, denuncia como a escola, ao ignorar desigualdades sociais e culturais, tende a responsabilizar o próprio aluno pelo insucesso, ocultando falhas estruturais do sistema educacional. Bourdieu e Passeron (1975) também contribuem para essa discussão ao afirmar que a escola perpetua o capital cultural dominante, beneficiando aqueles que já possuem familiaridade com a linguagem escolar. Assim, o fracasso escolar não é produto exclusivo do sujeito, mas de uma rede complexa de exclusão e reprodução social.

Patologização e medicalização dos processos educativos

A patologização e a medicalização dos processos educativos são fenômenos que reduzem o sofrimento escolar à esfera do indivíduo, desconsiderando os fatores sociais, pedagógicos e relacionais implicados. Segundo Souza (2014), a medicalização atua como estratégia de silenciamento da queixa escolar, ao transformar dificuldades de aprendizagem e comportamento em diagnósticos psiquiátricos sem análise contextual. Autores como Illich (1975) e Szasz (1974) já criticavam a psiquiatrização da vida cotidiana, alertando para os riscos de tratar questões sociais como doenças individuais. A psicologia da educação, ao adotar uma postura crítica, deve resistir a essas práticas e promover uma escuta ampliada das queixas escolares, favorecendo a compreensão do aluno em sua totalidade.

A patologização e medicalização da infância são fenômenos amplamente discutidos no campo da Psicologia Escolar crítica. Segundo Souza (2014), há uma tendência crescente em transformar dificuldades pedagógicas, sociais ou afetivas em diagnósticos clínicos, como TDAH ou dislexia, muitas vezes sem considerar o contexto da criança. A medicalização atua como estratégia de controle, ao passo que desresponsabiliza a escola e a sociedade. Illich (1975) e Szasz (1974) já alertavam para os perigos da psiquiatrização de comportamentos considerados “não adaptativos”, o que impede uma escuta ampliada da criança e reforça práticas de exclusão e silenciamento.

Reduccionismo do profissional de psicologia frente a queixa escolar

O profissional de Psicologia pode incorrer em práticas reducionistas quando interpreta a queixa escolar exclusivamente sob a ótica do sujeito, desconsiderando os determinantes sociais, pedagógicos e institucionais. Segundo Bock (2008), uma psicologia crítica deve superar a visão individualizante do sofrimento e reconhecer que a queixa escolar é também expressão de um mal-estar coletivo. Patto (1990) reforça que é preciso escutar a criança em seu contexto, e não apenas avaliar se ela “tem ou não tem um transtorno”. Um psicólogo que atua de forma reducionista limita-se a classificar sintomas, enquanto aquele que adota uma escuta ampliada busca compreender o sintoma como linguagem. A formação do psicólogo escolar, portanto, deve incluir o compromisso ético com uma prática contextualizada, reflexiva e comprometida com os direitos da infância.

A função do psicólogo na clínica-escola frente à queixa escolar

A clínica-escola constitui um espaço de formação e atuação que conecta o saber acadêmico com as demandas sociais e institucionais. A função do psicólogo em formação nessa função vai além da escuta individual: envolve a análise crítica dos contextos escolares, familiares e sociais que permeiam a queixa apresentada. Segundo Patto (1990), o psicólogo que atua na escola ou com demandas escolares não deve se restringir a testar e diagnosticar, mas compreender a complexidade da queixa enquanto fenômeno multifatorial.

Bock (2008) reforça que a atuação ética do psicólogo escolar exige uma escuta ampliada, sensível às desigualdades sociais, à estrutura educacional e aos conflitos familiares. A clínica-escola, portanto, é lugar de exercício dessa escuta crítica, possibilitando que o futuro profissional desenvolva uma postura investigativa, reflexiva

e transformadora. Além disso, é papel do psicólogo contribuir com a mediação entre criança, família e escola, promovendo estratégias de intervenção que não reforcem estigmas ou exclusões.

As práticas de intervenção frente à queixa escolar devem considerar o sujeito em sua totalidade, promovendo estratégias que articulem aspectos emocionais, cognitivos, relacionais e institucionais. Segundo Carvalho (2008), intervenções eficazes não se limitam ao trabalho com a criança, mas envolvem também a orientação de pais, professores e gestores escolares.

A escuta clínica da criança exige uma postura ética e afetiva que leve em consideração sua forma singular de expressão. Como destaca Winnicott (1965), a criança se comunica não apenas pela fala, mas também por meio de brincadeiras, silêncios, comportamentos e sintomas. Escutá-la significa validar sua experiência e oferecer um espaço de elaboração simbólica de seus conflitos.

Segundo Souza (2008), a escuta infantil não pode ser reduzida a um levantamento de sintomas com vistas à classificação diagnóstica. É preciso considerar a história da criança, seus vínculos, seus medos, desejos e sofrimentos. No contexto escolar, essa escuta é ainda mais necessária, uma vez que muitos sintomas expressos pela criança estão diretamente ligados à maneira como ela é tratada, avaliada e acolhida no ambiente educativo.

A escuta clínica qualificada permite, portanto, desnaturalizar a queixa escolar, ampliando sua compreensão e oferecendo à criança um espaço de subjetivação, em contraposição à lógica da rotulação e da normatização.

Contribuições da Psicologia da Educação para a transformação escolar

A Psicologia Escolar crítica propõe ações que desnaturalizem os diagnósticos apressados, incentivando práticas coletivas, oficinas, rodas de conversa, observações em sala de aula e escutas com os educadores. O objetivo é reconstruir o sentido da escolarização para a criança, favorecendo sua permanência e seu desenvolvimento pleno. A atuação clínica deve ser preventiva, emancipatória e centrada na escuta ativa e na transformação das práticas institucionais.

A Psicologia da Educação, em sua vertente crítica, tem como uma de suas principais contribuições a capacidade de desnaturalizar processos que, muitas vezes, são tomados como intrínsecos ao sujeito. Ao invés de explicar o fracasso escolar pela suposta incapacidade do aluno, busca compreender como as práticas escolares, os

currículos, as avaliações e os discursos pedagógicos podem contribuir para a exclusão de determinadas subjetividades (Bock, 2008; Patto, 1990).

Essa abordagem propõe que o psicólogo atue como agente de transformação, propondo alternativas à lógica classificatória e meritocrática predominante. Entre suas contribuições estão: a defesa de práticas inclusivas, a valorização da diversidade cultural, o combate à medicalização, a análise crítica das relações de poder na escola e o incentivo ao diálogo entre os diferentes atores do processo educativo. Assim, a Psicologia da Educação atua como uma ponte entre teoria e prática, promovendo o fortalecimento de sujeitos críticos, autônomos e acolhidos em sua complexidade.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa do tipo documental, que, segundo Gil (2000), é elaborada a partir de dados já disponíveis, não obtidos diretamente das pessoas, mas que podem ser submetidos a tratamento estatístico. Ainda conforme o autor, a pesquisa quantitativa “tem como objetivo a quantificação de dados e a análise estatística para verificar hipóteses e identificar padrões de comportamento” (Gil, 2008, p. 46). Esse enfoque possibilita uma avaliação objetiva das variáveis e é amplamente utilizado em estudos que buscam generalizar resultados para populações mais amplas.

Para a localização das fontes documentais escritas, estabeleceu-se contato com o chefe da clínica-escola de Psicologia, denominada Centro de Psicologia Aplicada (CEPA) da Universidade de Taubaté (UNITAU). Na ocasião, foram apresentados os objetivos da presente pesquisa e detalhado o procedimento previsto para a consulta aos prontuários dos usuários da instituição.

Após os devidos esclarecimentos, realizou-se a coleta de dados de forma presencial, em uma sala disponibilizada pelo chefe da clínica exclusivamente para a execução do estudo. Observou-se rigorosamente os princípios éticos aplicáveis à pesquisa com dados documentais, garantindo a confidencialidade das informações e o anonimato dos participantes, de modo a preservar sua identidade e integridade, em conformidade com as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016).

Foram analisados prontuários clínicos arquivados referentes a crianças com idades entre 4 anos e 11 anos e 11 meses, atendidas na clínica-escola da Universidade de Taubaté (UNITAU) no período de 2020 a 2024. Do total de 3.024 registros, realizou-

se, inicialmente, uma triagem considerando-se a faixa etária. Posteriormente, efetuou-se nova triagem visando identificar aqueles que apresentavam demandas associadas à queixa escolar. Após a aplicação desses critérios, a amostra final foi composta por 61 prontuários, que serviram de base para as análises subsequentes.

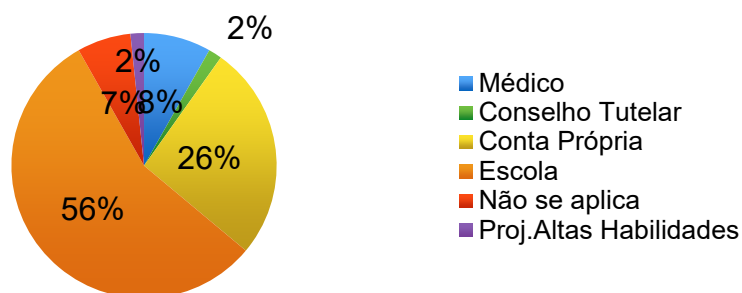
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Origem dos encaminhamentos para Atendimento Psicológico.

Do ponto de vista da Psicologia Escolar, o encaminhamento não se reduz a um procedimento administrativo, mas representa um ato carregado de significados, atravessado por relações de poder e interpretações sobre o sujeito e seu contexto (Fernandes; Müller, 2017). A ausência de informações claras sobre a procedência escolar pode favorecer a patologização da infância, quando comportamentos fora da norma escolar são interpretados como disfunções individuais, desconsiderando determinantes sociais, pedagógicos e familiares (Oliveira; Yazlle, 2015). Diante disso, a Psicologia Escolar deve priorizar uma escuta ampliada e sistêmica, promovendo articulação com a rede de apoio.

Compreender a origem dos encaminhamentos contribui significativamente para refletir sobre os sentidos atribuídos à queixa escolar e sobre as formas de responsabilização adotadas. Tal análise é essencial para qualificar os serviços de psicologia e construir práticas comprometidas com a inclusão e o desenvolvimento integral da criança. De acordo com os resultados da pesquisa, dos 61 prontuários analisados, 34 foram encaminhados por instituições escolares, 16 por iniciativa própria dos responsáveis e 4 não apresentavam informações suficientes para categorização. A análise da procedência escolar nos encaminhamentos clínicos infantis revela elementos fundamentais sobre como as instituições educacionais identificam e interpretam as dificuldades enfrentadas pelos alunos.

Gráfico 1- Distribuição do percentual da origem do encaminhamento (2021-2024)



Fonte: dados dos prontuários clínicos (2021–2024)

O Gráfico 1 evidencia que a escola foi a principal responsável pelos encaminhamentos para atendimento psicológico de crianças com queixa escolar, representando 56% do total de casos analisados (34 de 61). Essa predominância, embora reforce o papel da escola como agente de identificação de dificuldades, também revela uma importante questão a ser problematizada: a tendência da instituição escolar em delegar ao campo da saúde mental a resolução de problemas que, muitas vezes, têm origem ou se manifestam no próprio contexto escolar.

A literatura da Psicologia Escolar Crítica adverte que os encaminhamentos realizados pelas escolas podem refletir uma lógica medicalizante, que atribui à criança a origem do problema, negligenciando os fatores pedagógicos, curriculares, relacionais e institucionais oriundos do processo educativo (Patto, 1990; Oliveira; Yazlle, 2015). A expressiva quantidade de casos encaminhados diretamente pelas instituições escolares sem mediação institucional prévia indica a tendência de tratar dificuldades como disfunções individuais, desconsiderando sua dimensão coletiva e contextual. Observa-se, ainda, uma baixa articulação entre os setores da educação, saúde e assistência social. Apenas um caso (2%) foi encaminhado pelo Conselho Tutelar e cinco (8%) por médicos, sendo inexistente a participação de equipamentos como CRAS ou CREAS, o que demonstra que a responsabilidade pelo cuidado infantil permanece fragmentada e, majoritariamente, delegada à escola, que responde com a individualização dos casos.

Os 16 encaminhamentos feitos por iniciativa própria (26%), em sua maioria por familiares, também revelam uma busca ativa por ajuda. No entanto, muitos desses familiares chegam ao serviço já atravessados por discursos escolares culpabilizantes, munidos de queixas, laudos e expectativas de correção comportamental (Aguar; Osorio, 2007). Os índices de encaminhamentos relacionados a projetos institucionais voltados às potencialidades dos sujeitos, como o de Altas Habilidades (1 caso, 2%), reforça a

prevalência de uma narrativa centrada no *déficit*. Em contrapartida, a Psicologia Escolar propõe compreender a queixa escolar como expressão de tensões institucionais, dificuldades nas relações e desigualdades estruturais, exigindo uma escuta ampliada e mediadora (Bock, 2007).

Quadro 1 – Distribuição dos Encaminhamentos

Prontuários	61	100%
Escola Pública	17	34%
Escola Particular	1	2%
Sem Informações	43	64%

Fonte: dados dos prontuários clínicos (2025)

De acordo com os dados coletados, dos 61 prontuários analisados 43 casos (64%) não apresentavam informações sobre a escola de origem, 17 casos (34%) foram encaminhados por escolas da rede pública e apenas 1 caso (2%) refere-se a uma escola da rede particular. A predominância de registros sem informação sobre a escola de origem evidencia uma fragilidade documental que compromete a compreensão contextualizada do sujeito, dificultando o diálogo entre a clínica psicológica e o ambiente pedagógico.

Ademais, dos casos que constam informações, os dados indicam que a maior parte dos encaminhamentos para atendimento psicológico infantil partiu das escolas públicas, o que pode corroborar com achados de pesquisas anteriores (Souza, 2011; Charlot, 2005), que demonstram que é nessa rede que se concentram os maiores índices de encaminhamentos psicopedagógicos e psicológicos, geralmente com base em comportamentos considerados indesejáveis ou dificuldades de aprendizagem.

Essa tendência reforça o risco da psicologização da queixa escolar, ou seja, o deslocamento da atenção para características individuais da criança, em detrimento da análise das práticas escolares e da estrutura institucional. Essa centralidade da escola no encaminhamento pode ser benéfica, ao possibilitar a identificação precoce de

dificuldades, mas também pode representar um risco, ao naturalizar a escola como única instância legítima para definir o que constitui um problema e quem deve receber tratamento (Patto, 1990).

Ainda que apenas 1 escola particular tenha encaminhado aluno com queixa escolar, esse dado evidencia que, mesmo em instituições com mais recursos, o sofrimento psíquico não deixa de existir, mas pode estar invisibilizado ou negado por outras formas de suporte, como acompanhamento extracurricular, tutoria ou psicoterapia privada, o que reduz a demanda para serviços de clínicas-escola.

Por fim, a análise dos dados evidencia que a escola permanece como principal agente de encaminhamento, prática que, embora revele atenção às dificuldades dos alunos, também denuncia a tendência à terceirização dos conflitos escolares para o campo clínico. Tal dinâmica sustenta o uso da Psicologia como ferramenta de normalização da conduta e do desempenho (Falavina; Cerqueira, 2008), reforçando práticas excludentes e procedimentos de medicalização.

Da queixa escolar

As queixas escolares foram categorizadas em subitens, como: Problemas de aprendizagem, que resultaram em 35 casos; Comportamento alterado, com 77 casos; Sentimentos negativos / Descontrole emocional, com 49 casos; Vítima de violência emocional e psicológica (20); Suspeita de Transtornos (40).

Quadro 2- Queixas escolares

Queixa Escolar	Pontuação
Problemas de Aprendizagem	35
Comportamento Alterado	77
Sentimentos Negativos / Descontrole Emocional	49
Vítima de violência emocional e psicológica	20
Suspeita de Transtornos	40

Fonte: dados dos prontuários clínicos (2021–2024).

De acordo com os resultados, Comportamento alterado, com 77 pontos (35%) resultou na categoria predominante. Essa alta proporção sugere que a escola tende a identificar e encaminhar mais prontamente comportamentos visíveis e disruptivos, como agressividade, agitação e desobediência. Indica uma reação mais rápida ao que “atrapalha a sala de aula” do que a outros sinais de sofrimento psíquico. Sentimentos negativos / Descontrole emocional, com 49 pontos (22%), representa uma parcela expressiva, ainda que menor que o comportamento alterado e sinaliza que parte dos profissionais escolares e familiares já reconhece o sofrimento emocional como uma demanda legítima.

Ansiedade e baixa autoestima foram os sentimentos mais relatados, o que aponta para a necessidade de intervenções de apoio emocional e psicoeducação nas escolas. Suspeita de transtornos, com 40 pontos (18%) e quase equivalência percentual com Sentimentos negativos mostra que ainda há uma forte tendência à patologização precoce de dificuldades escolares. TEA e TDAH lideram as suspeitas, o que pode indicar uso de rótulos diagnósticos como resposta rápida a comportamentos desafiadores, muitas vezes sem avaliação multidisciplinar adequada.

Problemas de Aprendizagem apresentou 35 pontos (16%). Ainda que tradicionais, os encaminhamentos por dificuldades de aprendizagem são menores que os de causas comportamentais e emocionais, mostrando uma mudança na natureza das queixas. Reflete também a sobreposição entre problemas de aprendizagem e aspectos emocionais e contextuais, como relações familiares e ambiente escolar. Violência emocional e psicológica, com 20 pontos (9%), é a categoria com menor visibilidade, embora extremamente grave. O baixo percentual pode indicar subnotificação ou silenciamento das situações de abuso, *bullying* e maus-tratos, sobretudo quando ocorrem no ambiente doméstico, ressaltando a importância de uma escuta atenta e da articulação com a rede de proteção.

Condutas Psicoterapêuticas Aplicadas nos Atendimentos de Queixa Escolar

A análise da conduta dos estagiários de Psicologia em clínica-escola é fundamental para compreender tanto a formação clínica dos futuros profissionais quanto os modelos de atendimento que estão sendo reproduzidos ou ressignificados no contexto institucional. A postura clínica dos estagiários revela sua compreensão teórica, seu manejo técnico e a qualidade de sua escuta diante das demandas, especialmente em casos envolvendo crianças com queixa escolar.

Conforme Oliveira *et al.* (2013), a clínica-escola deve ser compreendida como um espaço de experimentação e reflexão crítica, e não apenas de reprodução técnica. Atendimentos que se limitam à aplicação de testes e à leitura de sintomas, sem articulação com a escola e a família, podem indicar uma prática clínica reducionista (Aquino, 2012). A sistematização dessas práticas é também estratégica para o aprimoramento da formação. A formação em Psicologia deve valorizar a escuta qualificada, a ética relacional e o compromisso social com os sujeitos atendidos, valores que devem transparecer nas condutas dos estagiários (Martins; Machado, 2021).

Dessa forma, investigar a prática clínica de estagiários na clínica-escola ultrapassa a dimensão técnica e assume um papel crítico e transformador. Trata-se de um movimento em direção a uma Psicologia comprometida com os direitos da infância, com o enfrentamento das desigualdades e com a construção de intervenções contextualizadas, sensíveis e socialmente implicadas.

Quadro 3- Distribuição das condutas adotadas pelos estagiários de Psicologia

Conduta Adotada	Quantidade de Registros
Anamnese com responsáveis	40
Entrevista com os professores	1
Observação em sala de aula	1
Aplicação de testes projetivos	33
Aplicação de testes psicométricos	39
Sessões livres	24
Técnicas de Relaxamento e respiração	1
Jogos terapêuticos/lúdicos	18
Devolutiva com responsáveis	21
Encaminhamento externo (médico, escola, fonoaudiologia)	16
Construção de vínculo terapêutico	19
Uso de material não estruturado (massinha)	1
Uso de material estruturado (brinquedos montados com material reutilizável)	1

Encaminhamento interno	7
Planejamento de intervenção	10
Relatório de avaliação psicológica	9

Fonte: dados dos prontuários clínicos (2021–2024).

O Quadro 3 evidencia a diversidade de condutas adotadas pelos estagiários de Psicologia nos atendimentos de crianças com queixa escolar. A alta frequência de anamnese com os responsáveis (40 registros) demonstra a preocupação com o levantamento de informações sobre o contexto familiar e o desenvolvimento infantil, etapa fundamental para uma escuta ampliada e compreensão do sujeito em sua totalidade. Essa prevalência demonstra a valorização do levantamento de informações familiares e escolares no início do processo terapêutico, essencial para o planejamento de intervenções (Bossa, 2007).

A aplicação de testes psicométricos (39) e testes projetivos (33) também aparece em destaque, indicando que a avaliação diagnóstica tem sido amplamente utilizada. No entanto, essa prevalência pode sugerir uma tendência a um modelo de atendimento centrado na avaliação, muitas vezes em detrimento da escuta contínua e da construção de processos terapêuticos. É necessário ponderar o uso desses instrumentos com base em sua função na prática clínica, evitando que a avaliação se torne o fim do processo terapêutico (Oliveira *et al.*, 2013).

As sessões livres (24) e o uso de jogos terapêuticos/lúdicos (18) indicam abordagem mais espontânea e centrada na criança. Tais recursos são essenciais para a escuta sensível da infância, possibilitando o acesso a conteúdos simbólicos e afetivos importantes. Como aponta Winnicott (1975), o brincar é expressão fundamental da saúde emocional infantil e elemento central para a construção do vínculo terapêutico. Essa escolha metodológica está alinhada com a Psicologia Escolar Crítica e com os princípios da psicoterapia infantil, que preconizam o uso do lúdico como linguagem predominante na infância (Winnicott, 1975; Cunha, 2011).

A devolutiva com responsáveis (21) aparece em número menor que as anamneses, o que pode sugerir falhas na finalização da avaliação ou na comunicação dos resultados às famílias. A construção de vínculo terapêutico (19) foi registrada em quantidade expressiva, embora essa prática seja mais subjetiva e nem sempre

devidamente registrada. Ainda assim, ela representa um dos pilares fundamentais da clínica com crianças, pois sem vínculo não há possibilidade de escuta profunda nem de transformação psíquica.

As condutas voltadas ao encaminhamento externo (16) e interno (7) mostram a tentativa de articulação da clínica com outras instâncias da rede de apoio, o que está alinhado à proposta de uma Psicologia Escolar comprometida com a interdisciplinaridade e com a compreensão ampliada do sofrimento infantil (Aquino, 2012).

A baixa frequência de informações sobre o planejamento de intervenção (10) e da emissão de relatório de avaliação (9) pode evidenciar uma lacuna na formação clínica, já que são etapas essenciais para sistematizar o trabalho do terapeuta e garantir a continuidade e coerência das ações terapêuticas. O uso de técnicas como relaxamento (1) e materiais estruturados ou não estruturados (1 cada) aparece de forma pontual, sinalizando ainda a pouca exploração de recursos expressivos e alternativos na clínica infantil. Assim, condutas que envolvem o uso de materiais lúdicos aparecem de forma inexpressiva. Essa limitação pode indicar uma prática pouco criativa ou ainda carente de recursos simbólicos que favoreçam a expressão infantil.

Considerando o contexto das demandas, resultou que apenas 1(um) estagiário realizou entrevista com professores e 1 (um) compareceu à escola para observação em sala de aula. Esses dados reforçam a constatação de que o diálogo com a escola e a imersão no ambiente pedagógico são praticamente inexistentes, mesmo nos casos em que a queixa se originou na instituição escolar.

Diante dos resultados, restou evidenciado a predominância de condutas centradas na avaliação psicológica tradicional e na escuta clínica individualizada, como demonstrado pelas elevadas frequências de anamnese com responsáveis (40), aplicação de testes psicométricos (39), testes projetivos (33) e sessões livres (24). Embora essas ações façam parte do processo psicoterapêutico infantil, chama a atenção a ínfima mobilização de estratégias adotadas que envolvam diretamente o contexto escolar, como entrevistas com os professores e comparecimento nas escolas para observação das crianças.

Em contrapartida, condutas importantes como a devolutiva com responsáveis (21), encaminhamentos externos (16) e construção de vínculo terapêutico (19) estão registradas, sinalizando esforços no cuidado clínico e na articulação com outros serviços, como os encaminhamentos externos. No entanto, o baixo número de planejamentos de intervenção (10) e a baixa elaboração de relatórios psicológicos (9) sugerem que as condutas nem sempre se desdobram em ações sistematizadas e

formalizadas que orientem a escola ou os familiares sobre como lidar com as dificuldades relatadas, ou mesmo que há falhas na elaboração dos relatórios, com ausência de informações.

Os dados levantados revelam uma prática clínica que prioriza a avaliação diagnóstica individual, com pouca integração com o ambiente escolar e poucos esforços de intervenção estratégica, contrariando as diretrizes da Psicologia Escolar Crítica, que propõe uma atuação ampliada, dialógica e comprometida com os fatores institucionais que contribuem para o sofrimento psíquico das crianças.

Os dados também evidenciam as condutas adotadas e o grau de articulação entre clínica e escola no manejo das queixas escolares, demonstrando que apenas 2 dos estagiários (3%) realizaram contato com a escola, enquanto 58 estagiários (97%) não buscaram essa articulação. Esse dado revela uma fragilidade importante na prática clínica, especialmente considerando que a queixa tem origem no contexto escolar. A ausência de articulação com a instituição escolar compromete a compreensão do problema e a elaboração de intervenções eficazes.

Aplicação dos testes na clínica -escola

Evidenciou-se a predominância de testes psicométricos no manejo das queixas escolares, totalizando 39 aplicações distribuídas entre instrumentos de avaliação cognitiva, atenção, ansiedade, habilidades sociais e desempenho escolar. Das 39 aplicações de testes psicométricos, 21 foram voltados para avaliar Inteligência/dificuldades de aprendizagem, destacando-se o WISC com 11 aplicações, seguido por instrumentos como R2 (5 aplicações), RAVEN (1 aplicação), Colúmbia III (3 aplicações) e TDE-II (1 aplicação).

Os testes voltados a habilidades sociais e comportamento (Habilidades Sociais - Del Prette) totalizaram 10 aplicações; o EPTC- Traços de Personalidade – teve 1 aplicação e o SSRS também 1 aplicação, totalizando 12 aplicações.

Os testes voltados à hipótese de TEA ou de TDAH totalizaram 6 aplicações; o Déficit de Atenção (ETDAH) teve 1 aplicação, Transtorno de ansiedade (SCARED) 2 aplicações, Avaliação de Traços Autistas (ATA) 1 aplicação, Perfil Sensorial 1 aplicação e Percepção de Estímulos (BENDER), 1 aplicação.

Quadro 4- Testes psicométricos aplicados

Teste Aplicado

Inteligência/ dificuldades de aprendizagem	21
Comportamento /Personalidade / Habilidades sociais	12
Déficit de atenção / Transtorno de ansiedade/ Traços Autistas/Processamento sensorial	6

Fonte: dados obtidos dos prontuários clínicos (2021–2024)

No campo psicométrico, o uso de escalas cognitivas como RAVEN e WISC indicam a tentativa de investigar *déficits* intelectuais ou transtornos associados, prática que deve ser interpretada com cautela para não reforçar a patologização da criança (Patto, 1997). A literatura em Psicologia Escolar adverte sobre o uso excessivo de testes com foco na criança como “portadora do problema”, o que pode encobrir fatores contextuais como práticas escolares excludentes ou ausência de apoio pedagógico (Patto, 1990; Aquino, 2006). Além disso, o uso frequente de testes para atenção e hipóteses de TDAH aponta para uma tendência de investigação de causas neurobiológicas da queixa escolar. Contudo, tal prática requer cuidado para não incorrer em processos de patologização precoce, como alertam Bossa (2011) e Collares e Moysés (1992), reforçando a necessidade de leitura crítica dos dados obtidos e a valorização de uma escuta qualificada.

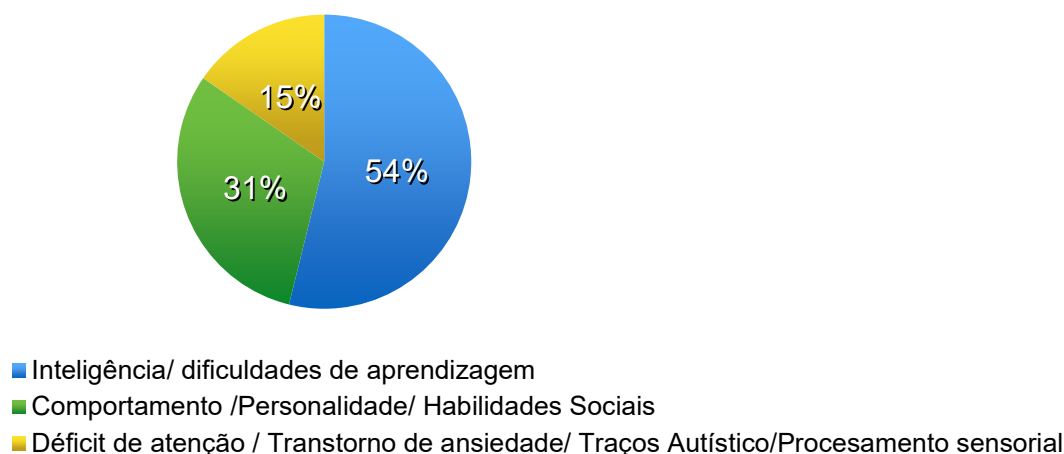
Ressalte-se que a crítica ao reducionismo técnico, portanto, não se opõe ao uso de instrumentos, mas sim à sua aplicação descontextualizada, descolada da dimensão ética e política da atuação do psicólogo escolar. É necessário tensionar a lógica classificatória e resgatar o compromisso com uma educação inclusiva, democrática e comprometida com a transformação da realidade social. Assim, o uso combinado de testes projetivos e psicométricos deve ser associado a uma escuta contextual e institucional, como destaca Patto (1997), ao criticar a prática que reduz a queixa escolar a um *déficit* individual.

Os 61 prontuários analisados demonstraram que a maioria dos terapeutas-estagiários recorreu à aplicação de testes como primeira conduta frente à queixa escolar.

Essa prática reforça a ideia de que a criança é o problema, conforme discutido por Patto (1990) e reafirmado pela Psicologia Escolar Crítica. A atuação que parte da avaliação psicométrica sem análise institucional colabora com a visão patologizante.

As queixas de Problemas de Aprendizagem (35) e Suspeita de Transtornos (40) somaram um total de 75, com 27 testes aplicados para a investigação dessas queixas. As queixas de Problemas de Aprendizagem e Suspeita de Transtornos tiveram 39 testes psicométricos aplicados. Foram aplicados 21 testes para avaliar Inteligência/ dificuldades de aprendizagem (35) e 6 testes para Suspeitas de Transtornos (40). Quanto às suspeitas de Comportamento Alterado (77); Sentimentos Negativos/ Descontrole Emocional (49) e Vítima de violência emocional e psicológica (20), foram aplicados 12 testes.

Gráfico 2- Porcentagem dos testes aplicados e queixas escolares



Fonte: dados obtidos dos prontuários clínicos (2021–2024)

De acordo com o Gráfico 2, 54% dos testes são voltados para avaliação cognitiva, 31% para investigar comportamentos alterados, personalidades e habilidades sociais e 15% para avaliar o *déficit* de atenção (TDAH, TEA). O gráfico revela uma priorização da avaliação cognitiva (QI/dificuldades de aprendizagem) como resposta predominante às queixas escolares. Isso reflete uma tendência a interpretar o fracasso escolar como falha individual da criança, especialmente cognitiva, em vez de considerar variáveis contextuais (como dinâmica escolar, familiar e social). Já os 31% voltados a aspectos socioemocionais indicam uma tentativa mais integradora, porém ainda minoritária, de compreender o sujeito além da cognição.

O gráfico evidencia uma certa unilateralidade na resposta técnica às queixas escolares, com foco nos testes de inteligência e aprendizagem. Essa prática pode ser interpretada, conforme Patto (1990), como cumplicidade ideológica com o modelo

meritocrático e patologizante da escola, que desloca o foco da responsabilidade institucional para o indivíduo.

Essa prática quantitativa na condução da escuta clínica revela, por um lado, o esforço técnico dos estagiários na busca por indicadores objetivos para qualificar o atendimento psicológico. No entanto, também explicita um movimento reducionista, em que o sofrimento da criança é frequentemente recortado sob a lógica classificatória e normativa dos testes, deslocando o olhar do contexto escolar e social para o sujeito individualizado, patologizado e responsabilizado.

Conforme Patto (1990), ao interpretar a queixa escolar como reflexo de um suposto *déficit* cognitivo, emocional ou comportamental da criança, desconsiderando as determinações sociais, o psicólogo contribui para a produção do fracasso escolar. Essa prática naturaliza a exclusão e legitima desigualdades sob a aparência de uma atuação tecnicamente neutra. A cumplicidade torna-se, assim, silenciosa, porém eficaz, ao individualizar aquilo que é, de fato, efeito de um sistema educacional seletivo e excludente. Nesse mesmo sentido, Charlot (2000) reforça que todo fracasso escolar é socialmente situado e não pode ser compreendido fora das relações entre o aluno, o saber, a escola e a sociedade. Quando a Psicologia responde à queixa escolar com testes, laudos e encaminhamentos, sem reflexão crítica, converte-se de ferramenta transformadora em instrumento de controle e normalização.

Assim, a crítica central que se impõe é o risco de se instalar, mesmo que inconscientemente, uma cumplicidade ideológica com as demandas da escola. Como argumenta Patto (1990), ao atender à queixa escolar com foco apenas na criança e não nas dinâmicas institucionais envolvidas, o psicólogo se torna corresponsável pela reprodução da lógica excludente da escola, que transfere à criança o fracasso de um sistema que, muitas vezes, não está preparado para lidar com as diferenças e desigualdades.

Collares e Moysés (1994) também criticam a aliança entre os discursos pedagógico e psicológico na produção da anormalidade escolar. Para as autoras, ao diagnosticar e classificar a criança, a psicologia contribui para a consolidação da lógica médica e psiquiátrica, isentando a escola de sua função educativa. Assim, a responsabilidade recai sobre o aluno, que deve se adaptar, enquanto o sistema escolar permanece inalterado. A cumplicidade ideológica, portanto, manifesta-se na omissão crítica e na adesão técnica a práticas que naturalizam a exclusão escolar. Romper com essa lógica exige uma atuação ética e engajada por parte da Psicologia Escolar, que

reconheça o sofrimento como socialmente produzido e legitimado institucionalmente, assumindo uma postura de resistência e denúncia frente às injustiças educacionais.

Uma possível explicação para o uso recorrente de um único modelo na análise da queixa escolar está na cristalização de um padrão diagnóstico tido como "clássico", que, por ser amplamente difundido, raramente é colocado em questão pelos profissionais. Esse modelo acaba sendo naturalizado sob a justificativa de que é "aquilo que todos os psicólogos fazem", o que revela como as críticas possíveis a essa prática são frequentemente absorvidas pela rotina clínica, sem gerar mudanças significativas (Souza, 2020).

Os testes psicológicos, nesse contexto, não apenas avaliam o sujeito, mas revelam a própria concepção que o psicólogo tem sobre ele e sobre o processo de conhecimento. Assim, os testes acabam servindo, muitas vezes, apenas como um aval técnico para justificar explicações causais que já estavam previamente formuladas antes mesmo do processo de avaliação psicológica (Souza, 2020).

Entretanto, se mostra essencial fortalecer a formação crítica dos estagiários e a articulação entre avaliação psicológica e escuta clínica contextualizada, superando o uso mecânico de instrumentos.

Resultado das Psicoterapêuticas Aplicadas

Os resultados clínicos registrados nos prontuários dos atendimentos psicológicos entre 2021 e 2024 revelam um panorama diversificado de demandas infanto-juvenis associadas à queixa escolar, marcadamente atravessadas por aspectos emocionais, sociais, familiares e escolares. Ao examinar as conclusões registradas pelos estagiários, observa-se que grande parte das crianças atendidas apresenta sintomas como dificuldades de aprendizagem, agitação, retraimento, baixa autoestima, ansiedade, comportamentos desafiadores e insegurança em relações interpessoais.

Nos casos analisados, há uma frequência significativa de crianças encaminhadas pela escola com queixas relacionadas ao desempenho acadêmico e ao comportamento, uma parte considerável dos estagiários se empenha em compreender a criança de forma ampliada, considerando fatores ambientais, sociais e familiares em suas avaliações. Esse esforço é especialmente visível nos prontuários em que os sintomas são compreendidos como respostas adaptativas ou defensivas frente a um meio adverso. Nesses casos, a criança não é tratada como portadora de um transtorno isolado, mas sim como alguém afetada por condições concretas de vida. Há também atendimentos em que

a escuta clínica favorece a elaboração simbólica por meio do brincar, do desenho e do vínculo terapêutico, o que demonstra uma abordagem sensível e centrada no sujeito. Entretanto, nem todos os resultados clínicos evidenciam essa ampliação de olhar. Há registros que apontam para uma prática mais restrita, com tendência à medicalização e à categorização precoce. Em diversos prontuários, levantam-se hipóteses diagnósticas como TDAH, TEA ou dislexia sem que haja um aprofundamento suficiente da investigação das condições escolares e familiares. Em alguns casos, encaminhamentos diretos para neuropediatras, fonoaudiólogos e psicopedagogos são feitos com base em sinais isolados, o que pode reforçar uma lógica reducionista e individualizante.

Ainda que muitos resultados não tragam uma conclusão diagnóstica formal, há forte presença da linguagem classificatória e descritiva em torno do que seria esperado para a idade ou para o desempenho escolar. Essa prática, embora comum na formação inicial, pode reforçar a lógica da culpabilização do sujeito e da naturalização do fracasso escolar.

Em relação à conduta dos estagiários, nota-se uma variação expressiva entre abordagens mais técnicas e mais humanizadas. Alguns estagiários recorrem à aplicação de testes projetivos ou psicométricos, buscando complementar a avaliação clínica com instrumentos padronizados.

Em outros casos, há maior valorização do processo psicoterapêutico e da escuta ativa como forma de elaboração da queixa. Os resultados demonstram que quando a queixa é compreendida como um fenômeno multifatorial, há maior potencial para a ressignificação da demanda e para a construção de intervenções mais eficazes.

A análise quantitativa dos prontuários clínicos evidencia que dos 61 casos analisados apenas 3 casos obtiveram alta formal, o que pode indicar limitações no tempo de acompanhamento ou a complexidade das demandas escolares e emocionais envolvidas. Por outro lado, 14 apresentaram confirmações de algum tipo de transtorno (TDAH, TEA ou outros), sugerindo uma tendência à identificação de causas neuropsicológicas para as dificuldades apresentadas, enquanto a maioria foi atribuída a fatores contextuais. Essa disparidade reforça a necessidade de uma escuta que vá além dos sintomas individuais, incluindo fatores escolares e familiares na análise clínica, conforme orientações do CFP (2010).

Observa-se que, de 61 casos, 6 crianças demonstraram melhora clínica ao longo das sessões, o que revela a importância de intervenções psicoterapêuticas, mesmo que breves. No entanto, a baixa taxa de alta em relação às melhorias relatadas pode refletir dificuldades institucionais em manter o vínculo terapêutico ou finalizar adequadamente os processos.

Por fim, a análise dos resultados revela que há ainda desafios a serem enfrentados no campo da formação, como a necessidade de ampliar o olhar dos futuros profissionais para além do sintoma, de evitar práticas que reproduzam a lógica excludente da escola e de sustentar uma escuta clínica comprometida com a singularidade da criança em seu contexto. A presença de práticas medicalizantes e a ausência de retorno escolar em alguns casos indicam que a articulação entre clínica e educação ainda é frágil, exigindo uma formação ética e crítica que favoreça a transformação das relações entre sujeito, escola e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola foi a principal responsável pelos encaminhamentos às intervenções, indicando que a maior parte das demandas tem origem institucional e que o fracasso escolar ainda é tratado como responsabilidade individual da criança. Essa tendência pode contribuir para práticas de individualização e culpabilização, reforçando um modelo psicologizante de intervenção.

Quanto à conduta dos terapeutas estagiários, a análise revela um uso frequente de instrumentos psicométricos, técnicas lúdicas, desenhos e entrevistas com os responsáveis. Muitas intervenções priorizaram a escuta ativa, a criação de vínculo e a livre expressão das emoções, embora parte dos relatórios demonstre uma atuação voltada para o “ajuste” da criança ao ambiente escolar. Ainda que a escuta sensível estivesse presente em muitos casos, nota-se a tendência à realização de psicodiagnósticos clínicos, especialmente em casos com suspeita de transtornos, o que indica um modelo mais centrado na identificação de sintomas do que na análise das condições escolares ou sociais implicadas na queixa.

Conforme Souza, 2020, a análise das queixas escolares frequentemente envolve uma série de equívocos acumulados ao longo da trajetória educacional das crianças. Um ponto recorrente, evidenciado na pesquisa de Souza (2020), refere-se à forma como os pais interpretam o fracasso escolar dos filhos. Em geral, eles chegam ao atendimento psicológico já convencidos de que seus filhos apresentam algum tipo de transtorno que justifica a dificuldade em aprender a ler e escrever. Essa ideia é, muitas vezes, resultado do discurso da própria escola, que vai sendo gradualmente incorporado pelas famílias, atribuindo à criança a responsabilidade pelas dificuldades de aprendizagem. Muitos pais buscam explicações de ordem orgânica como possíveis causas para justificar o não aprendizado. Quando ainda não estão plenamente convencidos da existência de *déficits* cognitivos ou

emocionais, esses pais, durante o psicodiagnóstico, tendem a ser classificados pelos profissionais como "resistentes ao tratamento".

Os dados obtidos na presente pesquisa convergem com os achados de Souza (2020). Nos prontuários analisados, é recorrente a presença de hipóteses parentais ancoradas em explicações orgânicas ou emocionais, em geral antecipadas pelo olhar patologizante da escola. Essa dinâmica reforça a lógica já apontada pela autora, na qual o foco recai sobre a criança, em vez de se considerar criticamente os fatores institucionais, pedagógicos e sociais que também influenciam na escolarização e no sofrimento psíquico dos alunos. Reproduce-se, assim, o mesmo padrão descrito por Souza (2020), evidenciando uma responsabilização individual da criança em detrimento de uma análise crítica das condições pedagógicas, institucionais e sociais que contribuem para o sofrimento psíquico e o insucesso escolar.

Entretanto, a ausência de práticas dialógicas com a escola contraria os princípios da Psicologia Escolar Crítica, que defende a escuta ampliada, a compreensão do contexto educacional e a articulação com os atores escolares. Conforme Souza (2020), essa prática reforça e perpetua uma atitude excludente, ao não pontuar e questionar a origem do encaminhamento, ao não a considerar na prática de atendimento, contribuindo para a exclusão escolar.

Segundo Patto (1997) e Charlot (2000), é essencial evitar a culpabilização do aluno e compreender a queixa como um fenômeno institucional. O modelo atual praticado no CEPA ainda demonstra reforçar práticas tradicionais e medicalizantes, ocorrendo a chamada "cumplicidade ideológica", segundo Bock (2003), em que a Psicologia, em cumplicidade com a Pedagogia, culpabiliza o aluno, pontuando a crença de que o fracasso escolar é sua responsabilidade, minimizando as condições sociais e culturais, sendo a educação compreendida como um fenômeno neutro e isolado do contexto, limitando a potência transformadora da Psicologia na educação. Portanto, a ausência de diálogo entre terapeuta e escola compromete a compreensão integral da queixa apresentada pela criança ou adolescente.

Observa-se a necessidade de uma possível reestruturação do estágio, de modo a favorecer o contato direto com a escola e o planejamento de ações compartilhadas entre terapeuta, instituição escolar e família.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Summus, 2003.
- BARBOSA, D. R.; REBELLO DE SOUZA, M. P. Psicologia educacional ou escolar? Eis a questão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 163-173, 2012.
- BOCK A. M. B. Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. In: MEIRA, M. E. M; ANTUNES, M. A. M. (org.). **Psicologia Escolar: teorias críticas** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. (p. 70-104).
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2025.
- CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico: a patologização da educação. 1994. Disponível em: https://midia.atp.usp.br/plc/plc0604/impressos/plc0604_aula01_ativPres_texto3.pdf. Acesso em: 9 ago. 2025.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar. **Queixa escolar: uma análise psicossocial**. São Paulo: CRP/SP, 2010.
- FALAVINA, O. P.; CERQUEIRA, M. B. Saúde mental em Unidades Básicas de Saúde: o caso da queixa escolar. **Boletim do Instituto de Saúde**, n. 45, p. 34-36, 2008.
- GASPAR, J. M.; COSTA, M. E. Psicologia Escolar Crítica: uma proposta de atuação. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 3, p. 455-463, 2011.
- PAPALIA, D. E.; WENDKOS OLDS, S.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- PATTO, M. H. S.; KALMUS, I.; PAPARELLI, M. L. F. A avaliação psicopedagógica no contexto da clínica-escola. In: SOUZA, B. P. (org.). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Portal de Livros Abertos da USP, 2020. E-book. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- PATTO, M. H. S. **A criança "problema" na escola: a Psicologia em questão**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS EM PORTUGAL

Adriana Leônidas De Oliveira

António José Miguel Cameira

Juliana Moritz Hoffmann Bastos

INTRODUÇÃO

A internacionalização está presente nas universidades desde sua origem, incluindo professores de diferentes países e atraindo estudantes, geralmente de famílias tradicionais e abastadas, que buscavam conhecimento em instituições renomadas. Como destaca Stallivieri (2002), o próprio nome *universitas* expressa que se trata de um universo cultural, que abriga universalidade e multiplicidade de visões, teorias, posições filosóficas e tendências científicas.

Há uma série de expectativas em relação à universidade, como desenvolver pesquisas científicas, contribuir para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico, melhorar a qualidade de vida da população, incentivar a cultura e a arte, entre outros (Calderón, 2004; Guimarães; Oliveira, 2017). Entre as diversas atividades desenvolvidas na universidade, a presente pesquisa aborda a mobilidade acadêmica internacional.

A mobilidade estudantil internacional vem ganhando espaço, tanto para oportunizar ao estudante em formação a ampliação de seus horizontes, quanto para contribuir na avaliação institucional no que se refere à internacionalização nas políticas de Ensino Superior. Considerando que a mobilidade de estudantes, professores e gestores aproximam as comunidades científicas de diferentes partes do planeta e que é no contexto da universidade que devem ocorrer os grandes avanços científicos e tecnológicos, é fundamental que as universidades cumpram o papel de promotoras dessa integração (Leal; Ramos, 2012).

Para o estudante, a mobilidade possibilita o estudo em outra instituição, favorece o enriquecimento cultural e científico e a melhoria no currículo, promovendo educação de qualidade. A mobilidade pode agregar valor ao aluno tanto profissionalmente quanto pessoalmente (Oliveira, 2021; Lesjak *et al.*, 2015). Porém, como afirmam Oliveira e Pagliuca (2012), é preciso que o estudante tenha desenvolvido habilidades como tolerância, desprendimento e capacidade para lidar com os

imprevistos, a ausência de familiares e amigos, as diferenças culturais, de clima, de hábitos e de valores. Dessa forma, muitos alunos brasileiros buscam países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para realizar sua mobilidade, considerando que o conhecimento da língua e a familiaridade com a cultura facilitarão sua adaptação.

MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

Para o estudante universitário que se encontra em mobilidade acadêmica internacional, as dificuldades de adaptação referem-se a cultura, língua e, principalmente, à ausência de indivíduos do seu ciclo de convívio social. O estudante precisa enfrentar desafios e, sobretudo, desenvolver a resistência emocional e a autoconfiança durante sua adaptação ao novo ambiente (Dalmolin *et al.*, 2013; Gonçalves; Pilotto; Stallivieri, 2015).

Segundo Dalmolin *et al.* (2013), a mobilidade acadêmica é um caminho para o intercâmbio de informações, crenças, cultura e conhecimentos, proporcionando ao estudante que está vivendo em um outro país o conhecimento de hábitos diferentes, abrindo novas perspectivas e auxiliando na superação de dificuldades.

Há dois tipos de mobilidade internacional: a de grau e a de crédito, sendo que na primeira o estudante realiza a sua formação integralmente em outro país e na segunda, o estudante regularmente matriculado em uma universidade, cursa parte de sua formação em uma instituição no exterior (Fagundes; Luce; Mediel, 2016). A mobilidade internacional fornece acesso ao Ensino Superior para estudantes de locais onde as instituições não atendem a essa demanda (Altbach; Knight, 2007), além de ampliar a convivência de diferentes realidades culturais no espaço acadêmico (Oliveira; Freitas, 2017) e responder às necessidades educativas do mundo globalizado (Fagundes; Luce; Mediel, 2016). A mobilidade, de uma maneira geral, pode ser conceituada, como

[...] a capacidade, a disposição e o desejo que um indivíduo tem de mudar geograficamente e de interagir com diferenças em relação à sua cultura, à sua profissão, à sua empresa, ao seu cargo e aos seus saberes, fazendo ajustes que favorecem o seu melhor desempenho profissional e enriquecem a sua vida pessoal; ou seja, um indivíduo aberto a experiências novas, que confrontem e alarguem os limites dos seus conhecimentos, de suas experiências pessoais e profissionais, bem como as suas certezas culturais (Freitas, 2009, p. 91).

A mobilidade não se limita a um fenômeno geográfico, mas é um conjunto complexo de disposições e competências que coloca um indivíduo em interação com

um outro culturalmente diferente de si (Freitas, 2009). O acadêmico que uma vez tenha experienciado a mobilidade durante a formação na universidade pode ter benefícios futuros para o desenvolvimento profissional e pessoal.

CAPITAL DE MOBILIDADE

Bourdieu (1989) conceptualiza a relação entre os sistemas simbólicos e a ação social. Os sistemas simbólicos são formas sociais, a partir das quais procede uma interpretação do mundo, e produzem e reproduzem formas de dominação. Para Bourdieu, a desigualdade não está necessariamente estampada e clara na nossa sociedade. O poder simbólico é *“um poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”* (Bourdieu, 1989, p. 8).

Para Bourdieu (1989), o capital não é apenas monetário. Existem outras formas de exercer poder, que pode ser por meio de instrumentos de conhecimento, como arte e cultura, de conhecimento de comunicação, como a língua, e instrumentos de dominação como a divisão de trabalho, por exemplo. O capital cultural na obra de Bourdieu indica o acesso a conhecimento e informações ligadas a uma cultura específica, que é considerada como a mais legítima ou superior pela sociedade (Silva, 1995). O capital cultural expressa o comportamento próprio da cultura dominante, e o estudante com a posse desse capital tem maior êxito nas demandas escolares, devido à intimidade com os códigos escolares (Fagundes, 2017).

Ao lado de outros capitais identificados por Bourdieu, surge o capital de mobilidade, como um subcomponente do capital humano. Este último compreende o acúmulo de habilidades e conhecimentos incorporados por uma pessoa. Assim, o capital de mobilidade permite que os indivíduos aprimorem suas habilidades e conhecimentos com a experiência internacional adquirida ao morar no exterior. É composto por elementos como influência da família, capital cultural acumulado, ou seja, experiências culturais anteriores, como competência linguística ou viagens internacionais, e características pessoais (Murphy-Lejeune, 2002). O capital de mobilidade fornece ao indivíduo fundamentações científicas, culturais e profissionais que poderão auxiliar o seu desenvolvimento social e econômico (Brooks; Waters, 2010)

Famílias com capital econômico mais favorecido tendem a se beneficiar também de vantagens sociais e culturais. Indivíduos que vieram de famílias em que

viajar era comum durante a infância inclinam-se a ter um *habitus* em que é considerado normal viajar e são mais confiantes ao lidar com novas culturas (Brooks; Waters, 2010). O conceito de *habitus*, que também foi proposto por Bourdieu (1989), é um instrumento que ajuda a prever a homogeneidade no comportamento, gostos e preferências de grupos e ou indivíduos de uma trajetória social semelhante. São adquiridos pela interiorização das estruturas sociais e incorporados de tal modo que se chega a ignorar que existem (Thiry-Cherques, 2006). Dessa forma, o *habitus* do indivíduo pode ou não favorecer o capital de mobilidade.

Os capitais econômico, social e cultural podem convergir e produzir capital de mobilidade (Brooks; Waters, 2010). O capital econômico pode favorecer o financiamento de uma viagem ou ainda pode garantir que um indivíduo cresça em um ambiente social em que viajar seja comum, ou seja, favorece que o indivíduo incorpore um *habitus* em que a mobilidade internacional seja favorecida (Brooks; Waters, 2010).

Brooks e Waters (2010) consideram que grande parte da literatura sobre mobilidade internacional enfatiza a natureza mais individualizada desse movimento. Dessa forma, os estudos focam mais na mobilidade de estudantes internacionais com capital econômico privilegiado. É importante que haja pesquisas que também levem em consideração a perspectiva e interesses do Estado e da Universidade, que tem o objetivo de investir no estudante como capital humano, dado que esse indivíduo, ao estudar no exterior, pode levar conhecimentos para o seu destino e trazer tecnologias científicas para o seu país e sua universidade de origem. Ainda, para os países de destino, os estudantes internacionais podem ser um importante fator econômico, uma vez que pagam taxas de matrícula e mensalidades maiores que os estudantes nacionais e, em longo prazo, esses estudantes podem integrar o mercado de trabalho em seu país de origem, contribuindo para a inovação e o desenvolvimento econômico (OCDE, 2021)

PAPEL DA UNIVERSIDADE

Com o objetivo de elevar a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior, no final dos anos 1990 alguns ministros da educação europeus, entre eles o de Portugal, assinaram a Declaração de Bolonha (Convenção dos Ministros Europeus de Educação, 1999). Bianchetti e Magalhaes (2015) evidenciam que a internacionalização ou o seu resgate é a meta dessa Declaração. Dessa forma, as universidades europeias construíram “*condições de ampliação e intensificação da*

mobilidade acadêmica, contribuindo para as novas e diversificadas realidades do mercado de trabalho na Europa e colaborando para a atratividade dos cursos europeus” (Fagundes; Luce; Mediel, 2016, p. 318).

Atualmente, a União Europeia, na gestão da educação superior, foca em estratégias internacionais e programas de cooperação para atrair estudantes de todas as partes do mundo. O programa ERASMUS é uma iniciativa bem sucedida de internacionalização do Ensino Superior na Europa (Perez-Encinas, 2018). Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2021), em 2019, 6,1 milhões de estudantes do Ensino Superior em todo o mundo cruzaram fronteiras para estudar, mais que o dobro do número em 2017.

A educação visando a relação intercultural também facilita que futuramente encontros entre pessoas de diferentes nacionalidades e culturas possam ocorrer de forma mais natural, reduzindo a possibilidade de manifestações xenofóbicas e intolerantes. Além disso, potencializa a cultura do diálogo e da convivência e ajuda a desenvolver o sentimento de equidade como condição prévia para o conhecimento e o respeito das diferenças culturais no marco da realidade social (Fagundes; Luce; Mediel, 2016).

O fluxo de alunos estrangeiros de mobilidade acadêmica em uma universidade é considerado um forte indicador de atratividade para a instituição. Para promover a qualidade do intercâmbio universitário, a universidade que recebe alunos de outros países deve intensificar as ações que promovem a qualidade da dimensão intercultural, investigando a opinião dos estudantes e adotando estratégias para qualificar a formação intercultural dos alunos (Fagundes; Luce; Mediel, 2016).

Knight (2011) apresenta a ideia de que os alunos estrangeiros muitas vezes são considerados por si só como agentes de internacionalização, capazes de produzir uma instituição mais diversificada culturalmente, o que, frequentemente, não é a realidade. Em muitas universidades, estudantes internacionais sentem-se marginalizados social e academicamente, podendo vivenciar tensões étnicas ou raciais. Em função disso, destaca-se a importância do desenvolvimento de programas específicos para os alunos estrangeiros pelas universidades de destino. Os professores devem estar preparados para trabalhar conteúdos e perspectivas internacionais, buscando responder e avaliar *feedback* dos estudantes acerca da eficácia do aprendizado, para que assim possam ser realizadas adaptações para melhor atender às necessidades daquele aluno de contexto cultural distinto (Fagundes; Luce; Mediel, 2016).

CONTRIBUIÇÃO DA MOBILIDADE PARA O ESTUDANTE

O estudante internacional viaja em busca da aquisição e da acumulação do capital cultural e científico. Conforme Valsiner (2012), a cultura, como parte da organização psicológica de um grupo de pessoas, é a ferramenta primária para o viver humano. As pesquisas sobre relações interculturais focam na consequência da interação nos encontros de diferentes culturas, privilegiando a interpretação do contato na vivência interativa nos espaços sociais, como escola e trabalho (Freitas, 2009). Especificamente relacionado à migração, conforme Oliveira e Kulaitis (2015), os estudos têm por objetivo compreender tanto as práticas sociais e culturais quanto o processo de integração de agentes migrantes.

Byram e Dervin (2008) listam algumas características gerais que podem ser observadas segundo experiências de indivíduos em mobilidade internacional. Os autores destacam que o ajuste ao novo ambiente e a integração e adaptação podem gerar um grau de choque de cultura ou crise pessoal. Além disso, o estudante passa pelo ajuste a nova cultura, nova língua, novo *status*, círculo social e atividades no novo contexto. A comunicação e a ligação com a cultura de origem passam por uma mudança, assim como as representações de si e do outro sobre percepção de proximidade/distância.

As situações às quais somos submetidos quando estamos fora da zona de conforto, no caso, longe do país de origem, de pessoas conhecidas e da rotina, são desafiadoras e promovem o desenvolvimento pessoal e novos aprendizados. O universitário que passa pela experiência internacional incorpora um *habitus* aberto para o novo e para as diferenças culturais. Como apontado por Oliveira e Freitas (2017),

O capital de mobilidade expressa um alargamento do sentimento identitário, do crescimento pessoal e da maturidade intelectual, sendo essas conquistas transferíveis a outras situações de vida que ultrapassam o aspecto universitário, pois é um “saber ser” que engloba um “saber fazer” aos demais saberes (p.779).

A experiência de mobilidade traz benefícios, como desenvolvimento cognitivo e linguístico, crescimento pessoal, habilidades de integração social, aprendizagem intercultural, consciência social e desenvolvimento de habilidades para a vida (Byram; Dervin, 2018; Stone; Petrick 2013; Oliveira; Soares, 2016).

MÉTODO DE PESQUISA

A presente pesquisa delimitou-se a estudar a experiência de estudantes brasileiros em Portugal. A escolha é justificada pelo fato de Portugal ter duas regiões, Porto e Lisboa, com elevada concentração de instituições de Ensino Superior, e desde 2007/2008 a entrada de estudantes de mobilidade vem ultrapassando a mobilidade de saída. Algumas vantagens como localização, clima, oportunidades de lazer e custo de vida fizeram com que o poder de atração da mobilidade em Portugal aumentasse (Sin; Tavares; Neave, 2016). Segundo o jornal Folha de São Paulo (Paixão, 2021), em 2019 houve um crescimento de 77%, em relação aos dois anos anteriores, de estudantes brasileiros matriculados em um curso superior em Portugal, sendo a principal nacionalidade entre os alunos internacionais.

Para compreender o fenômeno abordado, foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e de natureza exploratória. A amostra foi composta por 12 entrevistados, considerando que esse número, segundo Bunce, Guest e Johnson (2006), é suficiente para atingir a saturação teórica quando o objetivo é entender percepções comuns e experiências entre um grupo de pessoas relativamente homogêneo.

Foram entrevistados alunos e ex-alunos de nacionalidade brasileira da graduação e do mestrado, com mais de 18 anos de idade, que já realizaram ou estavam realizando, no período da pesquisa, mobilidade acadêmica de grau ou de crédito na Universidade do Porto, Universidade do Minho e Universidade Católica Portuguesa, nos cursos de Engenharia Civil, Psicologia, Arquitetura, Design e Marketing de Produto Têxtil, Ciências da Educação, Engenharia Ambiental e Projeto Integrado na Construção de Edifícios.

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da ética em pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido o projeto de pesquisa aprovado sob o Parecer número 4.649.044. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi enviado por e-mail e retornado pelo participante. Após a assinatura do TCLE, foi agendada uma reunião utilizando plataforma remota para a realização da entrevista. A coleta de dados foi realizada via videoconferência com duração média de 1 hora, gravada para posterior transcrição e análise.

A caracterização dos alunos pesquisados está disponível no Quadro 1.

Quadro 1- Apresentação dos participantes

	Idade	Sexo	Cidade Natal	Finalidade da mobilidade	Duração da mobilidade
P1	21	Masculino	São Paulo, SP	Graduação com mestrado integrado	5 anos
P2	21	Feminino	Curitiba, PR	Graduação sanduíche	6 meses
P3	22	Feminino	Avaré, SP	Graduação Sanduíche	6 meses
P4	23	Feminino	Monte Santo de Minas, MG	Graduação Sanduíche	6 meses
P5	30	Masculino	Porto Alegre, RS	Graduação Sanduíche	6 meses
P6	23	Feminino	Mossoró, RN	Graduação Sanduíche	6 meses
P7	29	Feminino	Fortaleza, CE	Mestrado	4 anos
P8	32	Masculino	Fortaleza, CE	Mestrado	2 anos
P9	22	Feminino	Santos, SP	Graduação	3 anos
P10	22	Feminino	Rio de Janeiro, RJ	Graduação e Mestrado Integrado	5 anos
P11	27	Masculino	Fortaleza, CE	Mestrado	2 anos
P12	30	Feminino	Niterói, RJ	Mestrado	2 anos

Fonte: dados das entrevistas

Para o tratamento dos dados obtidos nas entrevistas foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin, 1995). Entre suas diversas possibilidades, optamos pela análise por categorias temáticas, construídas a partir de uma codificação do texto em unidades ou elementos, seguida por uma classificação desses elementos em categorias definidas *a posteriori*, induzidas pelo instrumento de coleta usado. A classificação por temas representa a variação mais utilizada dessa técnica. Os resultados foram divididos em seis categorias temáticas.

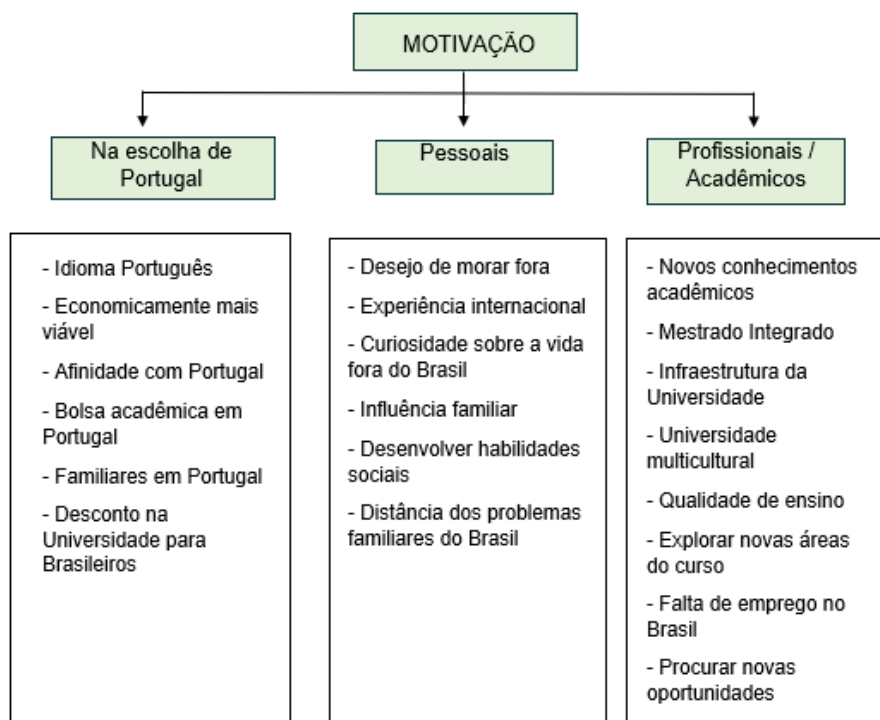
ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Com a finalidade de compreender a adaptação de estudantes universitários brasileiros em universidades portuguesas, este trabalho buscou investigar junto ao estudante a motivação para o intercâmbio, o planejamento de sua viagem, o papel da universidade de origem e de destino, os aspectos facilitadores e desafiadores e, por fim, os ganhos alcançados durante o processo.

Motivação

A Figura 1 apresenta a motivação para os alunos a realizarem a mobilidade acadêmica e está dividida em três subcategorias: escolha de Portugal como país de destino, motivações pessoais e motivações acadêmicas e profissionais.

Figura 1- Categoria: Motivação



Fonte: dados da pesquisa

Considerando que a motivação está na base da tomada de decisões (Perez-Ramos, 1990), sendo que, neste caso, a decisão foi a de realizar a mobilidade acadêmica em Portugal, constatamos a prevalência de motivações internas e pessoais, como por exemplo o desejo de morar fora. De realçar também, as motivações profissionais e acadêmicas, como explorar novas áreas do curso e, finalmente, as motivações financeiras que levaram à escolha de realizar a mobilidade em Portugal, já que as universidades portuguesas oferecem desconto para estudantes brasileiros.

Escolha de Portugal

Note-se que, quando analisamos a escolha de Portugal como país de destino, o principal fator apontado foi a Língua Portuguesa, sendo a razão principal de oito entrevistados entre os doze, indo ao encontro do que outros autores observaram, ou seja,

que os indivíduos migram para países cujos laços históricos, culturais e linguísticos são mais próximos (Perks; Neumayer, 2014; Oliveira; Soares, 2016). Os resultados mostraram que a partilha do mesmo idioma foi um fator que motivou a escolha, pois assim sentiam-se mais à vontade para socializar e conhecer novas pessoas, além de que não precisariam traduzir documentos ou realizar provas de proficiência. O resultado converge com a pesquisa realizada por Oliveira e Soares (2016), em que estudantes brasileiros relataram a escolha de Portugal como país de destino, pois assim seriam capazes de falar a mesma língua no dia a dia.

Segundo Bourdieu (1982), a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Com o domínio da língua portuguesa os alunos sentiram que seriam capazes de interagir com outros indivíduos, estabelecer relações no conjunto dos signos sociais, culturais e políticos do país de destino (Iorio, 2018). Assim como na pesquisa realizada por Sin, Tavares e Neave (2016), a questão econômica foi outro fator narrado pelos alunos, pois apesar de Portugal estar na Europa, é um país economicamente mais viável comparado com outros países europeus.

Fatores pessoais de motivação

Os alunos entrevistados demonstram um desejo por viver novas experiências e curiosidade sobre a vida no exterior, o que vai ao encontro com outros estudos, como de Richard e Wilson (2003) e Lesjak *et al.* (2015), em que apontam que uma das maiores motivações dos alunos é explorar outras línguas e culturas e vivenciar novas situações. Outra pesquisa realizada por Iorio (2018) mostrou que mais de 90% dos alunos em seu estudo foram motivados por “ter uma experiência no exterior” ou “ter uma nova experiência de vida”.

Fatores profissionais e acadêmicos

Podemos destacar o desejo por buscar novas oportunidades profissionais fora do Brasil como motivador da mobilidade internacional: *“Bom, sair do Brasil foi mesmo a falta de oportunidades, a dificuldade de conseguir emprego na minha área...Querida ver se com o mestrado eu conseguia ampliar horizontes para outras áreas e eu comecei a procurar opções.”* (P8, homem, 32 anos, mestrando em Engenharia).

Apesar de ter sido um motivo menos relatado, a motivação profissional apareceu como um elemento bastante reportado entre estudantes que já haviam

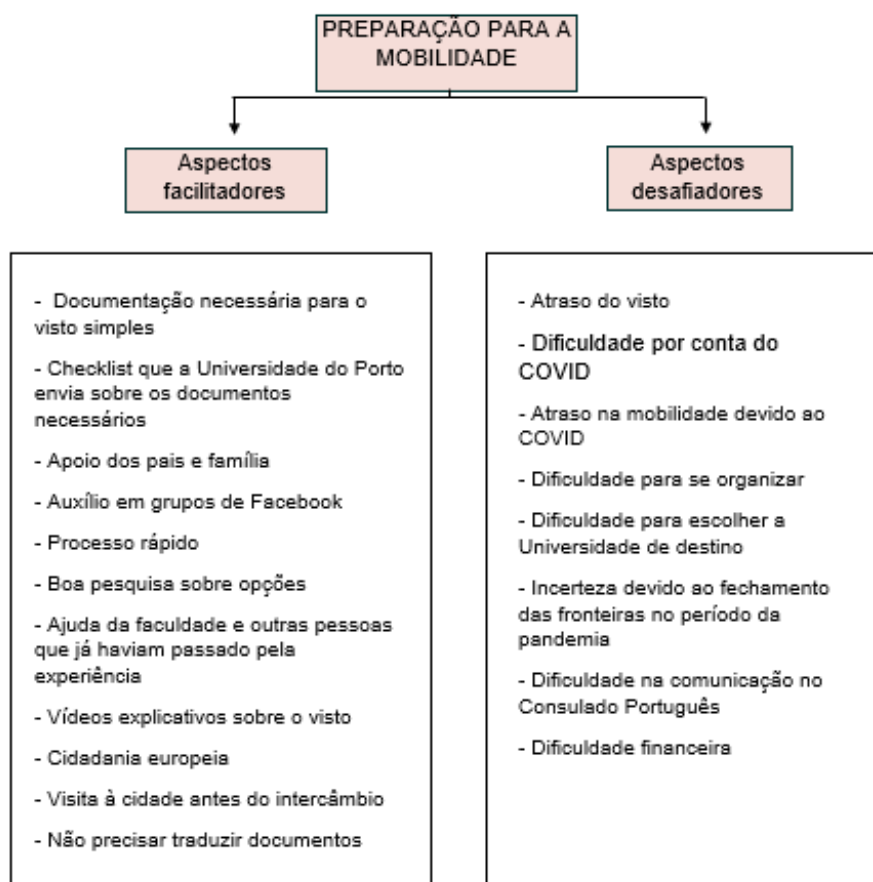
finalizado a graduação no Brasil. Outros estudos também observaram que as motivações profissionais foram mais apontadas pelos alunos de pós-graduação, que parecem já ter maior clareza quanto ao planejamento da carreira e à necessidade de implementá-la (Oliveira; Freitas, 2017). Estudantes de países em desenvolvimento têm a motivação orientada por fatores econômicos e demandas de capital humano de seu país de origem, procurando países em que podem encontrar melhores oportunidades e salários (Perkins; Neumayer, 2014).

Também na área profissional, outros entrevistados sentiram-se motivados pelo valor de apresentar uma mobilidade internacional no currículo, no sentido em que esta pode representar uma valorização futura em termos de conseguir uma boa posição profissional. Grande parte da literatura parece convergir para a ideia de que estudar no exterior pode ser uma forma de conseguir empregos mais bem pagos, mais interessantes ou que oferecem mais espaço para o desenvolvimento profissional (Perkins; Neumayer, 2014).

Os estudantes acreditam que, ao realizar a mobilidade acadêmica internacional em uma universidade de maior prestígio, irão aumentar o seu capital intelectual, cultural e social (Iorio, 2018). O capital cultural no seu país de origem tem sua representação nos certificados escolares e permite a comparação entre os diplomados (Bourdieu, 1999).

Preparação para a mobilidade

A categoria Preparação para a mobilidade retrata o movimento realizado pelos estudantes antes da chegada ao país de destino e está representada na Figura 2, sendo dividida em aspectos facilitadores e aspectos desafiadores.

Figura 2- Categoria: Preparação para a mobilidade

Fonte: dados da pesquisa

Entre os aspectos que facilitaram a preparação para a mobilidade, os alunos relataram que os procedimentos para obter a documentação necessária para o visto de estudante foram simples, apesar da demora para o documento ficar pronto. Nessa fase os estudantes não tiveram que traduzir documentos nem realizaram teste de proficiência de língua, o que também implica facilidades. Alguns alunos com capital social mais favorecido tiveram a oportunidade de visitar a cidade de destino antes da realização da mobilidade, a fim de confirmar a escolha. As redes sociais, como grupos no Facebook, foram citadas por alguns estudantes como fonte de informação e facilitador para a preparação.

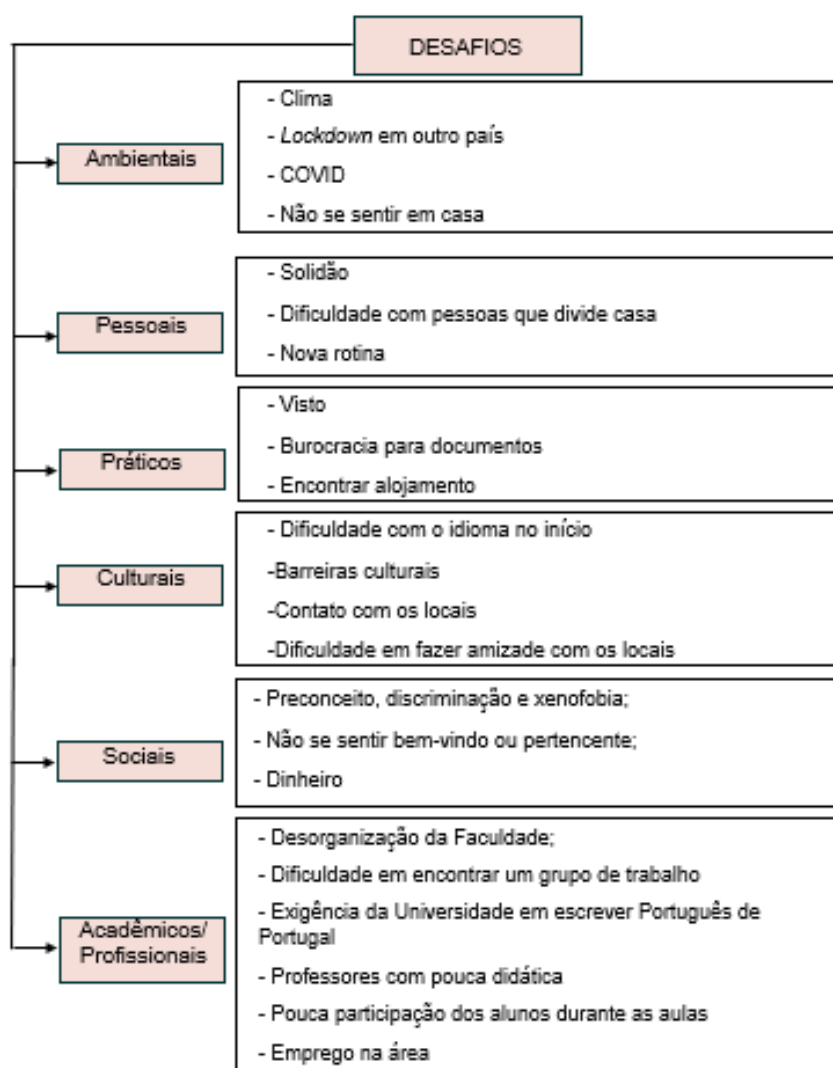
Entre os aspectos desafiadores, os estudantes enfatizaram que a pandemia de COVID-19 atrasou a mobilidade, gerando insegurança e incertezas. O surto de COVID-19 iniciado em 2020 impactou o Ensino Superior, incluindo a mudança das aulas presenciais para a modalidade remota, o cancelamento de eventos e a formação de uma nova realidade (Tesar, 2020). Com a restrição das viagens e a imposição das aulas remotas, muitos alunos tiveram que mudar seus planos ou mesmo desistir da mobilidade

internacional em tempos pandêmicos, e os estudantes que conseguiram realizar a mobilidade sentiram-se inseguros.

Aspectos desafiadores durante a mobilidade

Na Figura 3 são apresentados os aspectos desafiadores vivenciados pelos estudantes entrevistados durante a mobilidade.

Figura 3: Categoria: Aspectos Desafiadores



Fonte: dados da pesquisa

Desafios Ambientais

Os estudantes no exterior vivenciam uma sensação de desconforto físico e emocional ao se deparar com o desconhecido e o diferente do seu lugar de origem. A forma como o indivíduo vivia anteriormente deixa de ser considerada normal e passa a

ser estranha no novo ambiente (Roger; Steinfatt, 1999). As diferenças vividas pelo estudante universitário em mobilidade podem ser sentidas na alimentação, no clima, no vestuário (Stallivieri, 2017), causando um desconforto que vai além do físico.

Como vários países do mundo, em 2020 Portugal decretou estado de emergência, fechando as fronteiras internacionais e impondo fortes medidas restritivas à circulação de pessoas (Iorio; Silva; Fonseca, 2020). Os estudantes em mobilidade acadêmica no período da pandemia causada pelo coronavírus enfrentaram novos desafios: *“Foi muita preocupação familiar, por conta da COVID. Até que minha mãe não queria que eu viesse. Ela ficava muito angustiada de eu, por exemplo, pegar COVID e estar longe dela. Acho que o principal ponto foi a COVID mesmo. Estar longe de casa nesse momento é difícil.* (P6, mulher, 23 anos, graduação sanduíche em Arquitetura)

Desafios pessoais

Os alunos estudando no exterior são ainda uma população que apresenta maior vulnerabilidade devido à ausência de uma rede de apoio (Iorio; Silva; Fonseca, 2020). A insegurança, a preocupação de manterem-se saudáveis, as aulas remotas e as dificuldades financeiras são exemplos do novo cenário causado pela crise sanitária que intensificou os desafios dos estudantes no exterior.

A dificuldade de estar longe da família, dos amigos e do ambiente a que está acostumado pode causar desconforto. A mudança de ambiente e ausência de casa foi motivo de angústia para alguns entrevistados, assim como a solidão, a dificuldade com pessoas com quem dividia a casa e a adaptação à nova rotina. É comum que a etapa inicial de chegada ao país estrangeiro seja estimulante e animadora para o estudante. Porém, após essa primeira fase, conhecida como *‘the honeymoon stage’*, ou seja, a fase da lua de mel, as diferenças começam a gerar um forte impacto na vida dos estudantes, causando desconforto, pequenas crises e desentendimentos (Stallivieri, 2017). Essa fase pode ser bem desafiadora para o intercambista, que tem que lidar com sentimentos como frustração, impaciência, tristeza e solidão.

Desafios práticos

A migração é quase sempre a expressão de um desejo de satisfação pessoal, por meio do projeto de ascensão social (Daure; Coulon; Forzan, 2014, p.94). Contudo, o sentimento de ruptura com a antiga vida, a profissão e a rede social pode ser difícil. Principalmente no início do período de mobilidade o aluno pode se confrontar com dificuldades advindas de questões práticas, como documentação, acomodação e abertura de conta bancária (Oliveira; Freitas, 2017). Os desafios práticos mais citados foram: visto/autorização de residência, burocracia para documentos e alojamento.

Desafios culturais e sociais

Ao analisarmos os desafios culturais enfrentados pelos alunos intercambistas, buscamos descrever as sensações da perda de referências da própria cultura e a subsequente dificuldade em atribuir significados aos estímulos de uma cultura diferente e desconhecida (Gonzáles; Oliveira, 2011). As principais adversidades observadas foram: dificuldade com o idioma no início, barreiras culturais, contato com os locais e dificuldade em fazer amizade com os locais.

Apesar de a língua portuguesa em comum ter sido um dos fatores motivadores para a escolha de Portugal, as diferenças linguísticas foram motivos de dificuldade para os estudantes no início da mobilidade. Para os imigrantes, a língua é o elemento do capital social de maior relevância, pois muito mais do que um ato comunicativo, é por meio dela que o indivíduo conseguirá estabelecer relações no conjunto de novos signos sociais, culturais e políticos do novo país (Iorio, 2018). Os entrevistados afirmaram, porém, que a barreira linguística é um empecilho inicial e que após um tempo no país, essa dificuldade é amenizada.

O desafio narrado pelos brasileiros entrevistados para fazer amizade com os portugueses também foi constatado na pesquisa de Santos (2018), em que os participantes interligaram essa dificuldade com aspectos culturais e estereotipados de que os portugueses são “mais fechados” ou “mais caretas”. Da mesma forma que na presente pesquisa, Santos (2018) constatou que a dificuldade em estabelecer amizades com os locais pode levar à solidão e ao isolamento dos brasileiros. Além disso, alguns participantes também relacionaram a dificuldade em estabelecer relações pelo fato de terem vivenciado situações de preconceito.

Entre os desafios enfrentados pelos estudantes, a discriminação e a xenofobia foram citadas. A história colonial entre Portugal e Brasil parece ainda exercer influência sobre o imaginário dos portugueses de sua ex-colônia, fazendo com que continue a existir uma ênfase representacional maior sobre o passado do que sobre o presente (Salazar, 2012), reproduzindo o imaginário social de que os povos das colônias são bárbaros e incivilizados, enquanto a metrópole é o centro de civilização e modernidade (Padilla; França 2015).

O preconceito pode se manifestar de diversas formas, como gestuais, faladas e escritas, normalmente com o intuito de ofender e ou diminuir o outro por suas características de personalidade, escolha, nacionalidade ou traços físicos (Vitorino; Vitorino 2018). O fenômeno da xenofobia pode ser traduzido como o medo dos estrangeiros e, dessa forma, os xenófobos seriam aqueles que adotam atitudes negativas contra estrangeiros (Taras, 2012). Segundo Amaral (2016), os estrangeiros são vistos como portadores de uma cultura diferente, com o potencial de ameaçar a integridade da outra nação.

Desafios econômicos e financeiros

Outra adversidade apontada foi a questão financeira, visto que no ano de 2021 o euro chegou a valer 6,70 reais. O acesso à mobilidade internacional por indivíduos de classes mais populares se tornou ainda mais difícil com o aumento do valor do euro após a crise causada pela pandemia do coronavírus, restando outras opções como empréstimos ou mesmo a desistência por falta de recursos financeiros.

Por mais que o trabalho não tenha sido a principal causa da mobilidade dos entrevistados, há uma crescente participação de estudantes migrantes no mercado de trabalho, visto que muitos não têm capital econômico suficiente para se manterem no país e pagarem as taxas da universidade sem trabalhar. A dificuldade relatada por esses alunos foi a de encontrar um emprego na área. Mesmo aquele que relatou procurar trabalho em uma rede de *fast-food* encontrou dificuldade pela falta de documentação.

Desafios Acadêmicos e Profissionais

Os laços coloniais que existiram entre alguns países de origem e destino, como o caso de Brasil e Portugal, mantêm viva a reputação de prestígio de algumas universidades na antiga metrópole, atraindo estudantes brasileiros (Iorio, 2018). Porém, nem sempre a expectativa corresponde à realidade, causando insatisfação em alguns alunos:

Na questão da universidade para mim foi um choque na organização das disciplinas. Das sete disciplinas que eu cursei, apenas uma disciplina que estava bem estruturada, com um plano de ensino, com data sobre o que ia ser em cada dia, quando ia ser a prova. O resto assim, tinha disciplina que não tinha plano de ensino, não tinha nada, não tinha data, não sabia o que ia ter na matéria (P5, homem, 30 anos, graduação sanduíche em Psicologia)

Além disso, alguns entrevistados sentiram-se incomodados com a falta de participação dos alunos na construção do conhecimento nas universidades e com a falta de didática de alguns professores universitários. O mesmo dado foi encontrado na pesquisa de Iorio (2018), em que os entrevistados chegaram até a comparar a educação em Portugal à “educação bancária” apontada por Paulo Freire. Na visão de “educação bancária”, o “saber” é uma doação dos que se julgam mais sábios aos que julgam nada saber, sendo sempre o educador o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem (Freire, 1987).

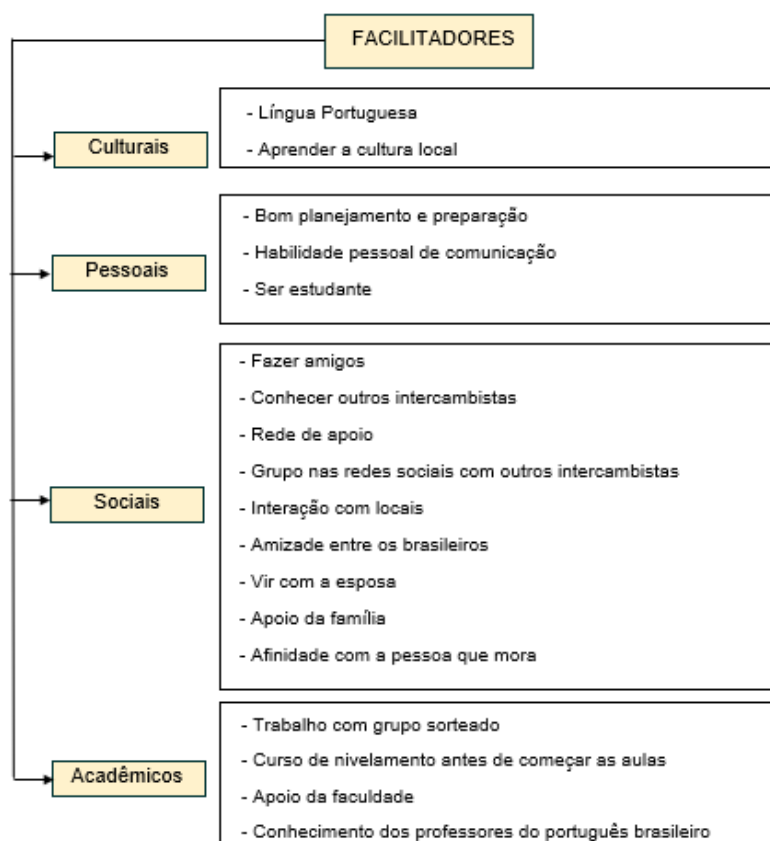
Ainda, alguns alunos relataram dificuldade com a exigência de alguns professores de escreverem trabalhos usando a variação do Português europeu. O uso de uma determinada variedade linguística marca a inclusão num dado grupo social e dá identidade aos seus membros (Fiorin, 2013) e, caso haja rejeição dessa variedade, desenvolve-se a exclusão e o preconceito linguístico.

O fato de existirem variações no Português Brasileiro não significa que não se trata da mesma língua, porque a variedade falada no Brasil é uma das possibilidades permitidas pelo sistema maior, a Língua Portuguesa (Santos, 2018, p.22). Pesquisa realizada por Santos (2018) mostra que, em alguns momentos, os portugueses demonstraram não aceitar a variedade linguística brasileira como correta. Dessa forma, o aluno brasileiro pode sentir que tem menos “capital científico”, já que os saberes nacionais portugueses são mais valorizados do que os saberes dos sujeitos brasileiros.

Aspectos facilitadores

A categoria Aspectos Facilitadores apresenta elementos que ajudaram os alunos na adaptação no país estrangeiro. Está dividida em facilitadores culturais, pessoais, sociais e acadêmicos e representada na Figura 4

Figura 4- Categoria: Aspectos Facilitadores



Fonte: dados da pesquisa

Entre os aspectos que facilitaram a adaptação dos estudantes brasileiros em Portugal, a língua portuguesa foi citada como facilitadora e uma das estudantes acrescentou a importância de se relacionar com a população local para se familiarizar com a variação linguística falada no país e com sua cultura. A comunicação intercultural diferencia a adaptabilidade de uma pessoa em relação à outra de cultura diferente, possibilitando a abertura mútua para aprender sobre o comportamento do outro, entender a sua língua ou variedade linguística e respeitar a sua cultura (Stallivieri, 2017).

Outra característica pessoal facilitadora foi a organização e o planejamento antes da chegada à Portugal. A preparação antes da mobilidade e o acompanhamento do estudante no exterior é essencial para que a realidade corresponda às expectativas dos alunos, pois dessa forma pode evitar possíveis incidentes durante sua vivência no novo país.

As relações de amizade na vida do estudante internacional são extremamente importantes na adaptação deste indivíduo e foram citadas por todos os entrevistados como um elemento facilitador. Os dados encontrados na pesquisa de Garcia (2012) sugerem que a amizade exerce um amplo efeito na vida dos estudantes, auxiliando em sua adaptação e afetando a imagem que constroem do país que os recebe. *“Sem sombra de dúvidas [o facilitador foram], outros intercambistas. A gente acaba se agarrando uns aos outros e forma uma amizade muito legal. Grupos assim que a gente pode fazer coisas juntos, até na própria faculdade, que acaba fazendo trabalho junto”* (P5, homem, 30 anos, graduação sanduíche em Psicologia).

Alguns entrevistados evidenciaram as relações amistosas com outros indivíduos brasileiros como elemento facilitador, destacando a mesma cultura e personalidades parecidas como uma característica positiva.

Esse apoio que eu recebo principalmente da comunidade brasileira que eu conheço aqui, é o que fez meus dias serem um pouco mais tranquilos, sabe? E fez eu me sentir um pouco em casa também, porque acho que essa questão de você ter contato com brasileiros, te leva um pouco mesmo para casa. Porque são pessoas que são do mesmo lugar que você, têm mais ou menos a mesma cultura, mesmo sendo de cidades diferentes. A gente divide mais ou menos a mesma personalidade, mesmo gosto, mesmo tudo. Então, eu acho que isso me apoiou bastante sabe? (P3, mulher, 22 anos, graduação sanduíche em Psicologia).

Conforme Iorio (2018), diferentemente de outros tipos de migração, a mobilidade de estudantes universitários favorece o contato com indivíduos da mesma terra natal, o que pode reduzir os custos informacionais e psíquicos da migração, já que o contato com outros estudantes que partilham a mesma língua, a mesma cultura e têm uma experiência de vida semelhante consegue diminuir o estranhamento inicial do país de destino. Além disso, a difusão digital em esfera global facilita certos aspectos da mobilidade estudantil internacional, uma vez que, entre os grupos de estudantes universitários, o uso da internet é cada vez mais comum e por intermédio dela é muito mais fácil obter informações (Iorio, 2018).

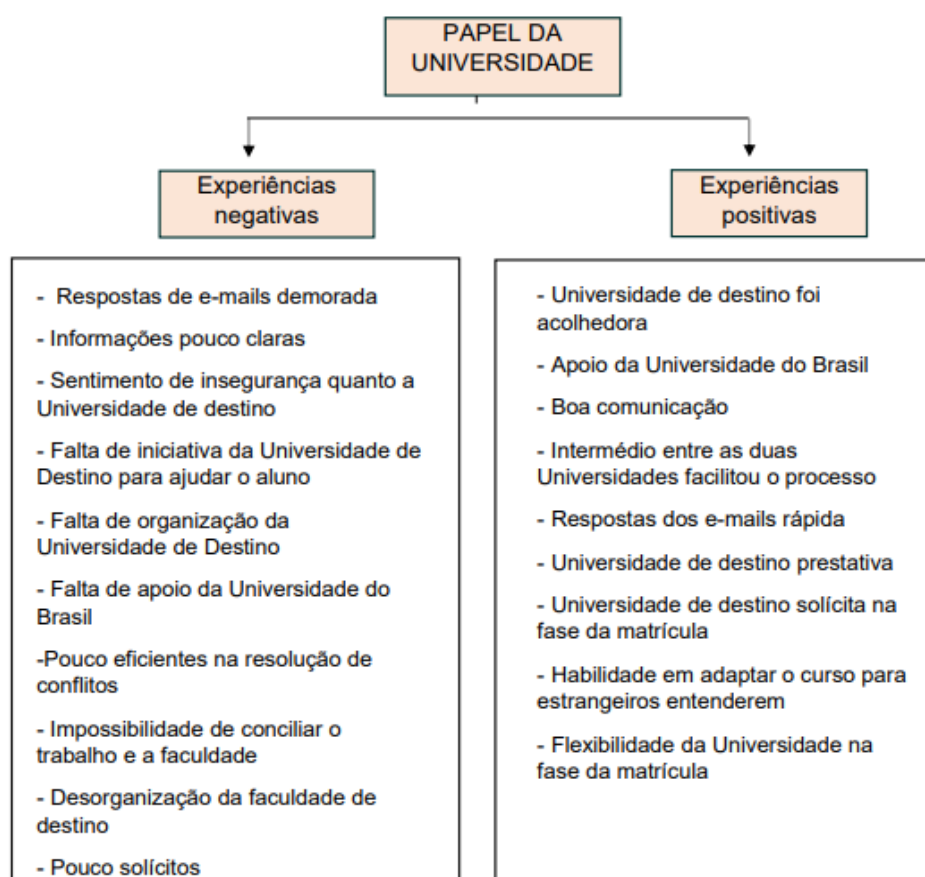
As condições materiais para realizar o projeto de mobilidade, sejam bolsa de estudo ou recursos próprios, são fundamentais para a concretização da migração. Porém, não podemos deixar de citar que a assistência imaterial, como informações

providenciadas pelas redes de contatos ou o apoio emocional da família pode deixar o estudante mais tranquilo para usufruir das oportunidades oferecidas na internacionalização.

Papel da universidade

Na categoria Papel da Universidade são apresentadas as experiências negativas e positivas quando à participação da universidade como auxiliadora na adaptação do estudante, representada na Figura 5.

Figura 5- Categoria: Papel da Universidade



Fonte: dados da pesquisa

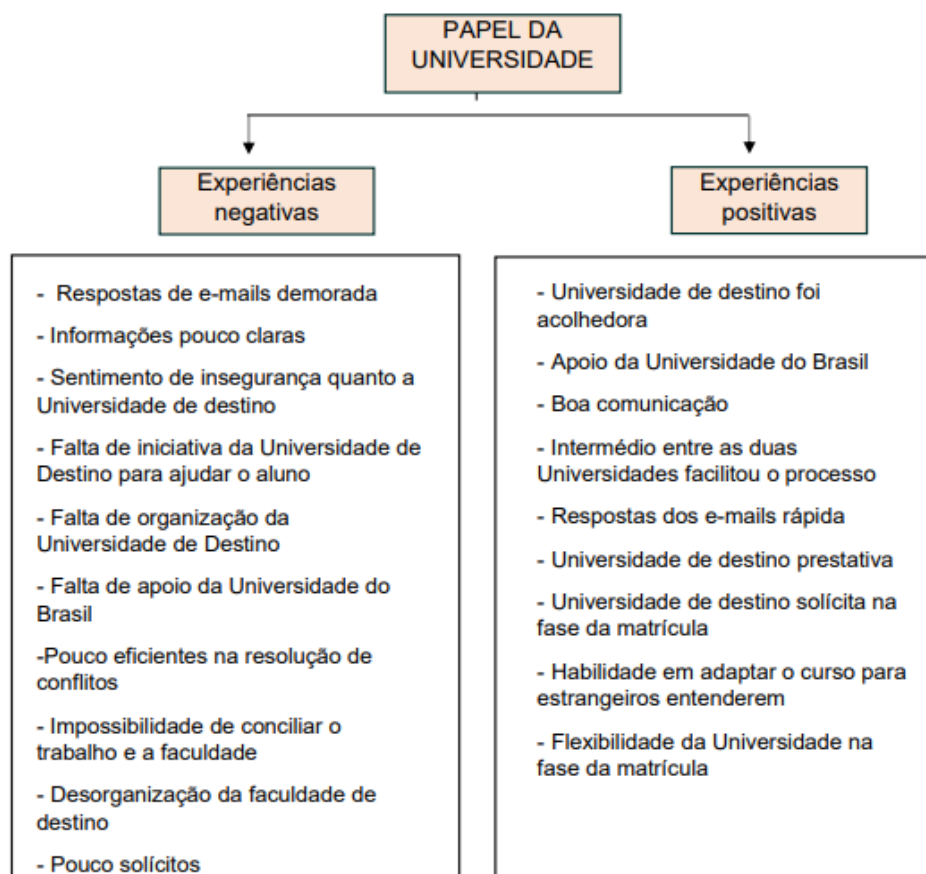
De modo geral, os alunos relataram mais experiências positivas do que negativas quanto ao papel da universidade para a sua adaptação no exterior. O setor de internacionalização das universidades portuguesas foi elogiado e muitos alunos se sentiram acolhidos. Duas entrevistadas relataram uma experiência positiva com a universidade do Brasil, que foi fundamental para a comunicação com a instituição de destino, em Portugal.

Conforme Stallivieri (2017), é importante que o estudante se prepare para a mobilidade para que não comprometa os resultados, o que muitas vezes pode gerar situações que deverão ser solucionadas pela instituição à qual está vinculado. Geralmente, os estudantes não recebem treinamento e preparação suficiente para enfrentar uma vivência no exterior (Stallivieri, 2017). É preciso uma ação mais efetiva da universidade para que a boa comunicação seja realizada e todas as dúvidas dos alunos sejam solucionadas. Entre os entrevistados, dois estudantes tiveram uma experiência negativa de comunicação com a instituição de destino, relatando demora para responder aos e-mails e falta de apoio para a organização de documentos.

Desde 2008 o Brasil é o país estrangeiro com o maior número de alunos inscritos no Ensino Superior português (Santos, 2020) e ainda atualmente alguns alunos se queixam de que algumas instituições em Portugal não estão preparadas para recebê-los (Iorio; Fonseca; Pereira, 2016). Uma das entrevistadas apontou que durante a fase da matrícula recebeu ajuda. No entanto, assim que começou o curso, não teve as suas reclamações ouvidas e a faculdade se mostrou desorganizada. Além disso, a aluna ainda acrescentou a dificuldade em conciliar o estudo e o trabalho e a falta de auxílio por parte da universidade, pois muitos alunos precisam trabalhar para poder pagar seus estudos. O estudante com o *status* de trabalhador pode encontrar maior dificuldade para a integração na vida social universitária e deveriam receber maior atenção por parte das universidades (Silva, 2019).

Ganhos alcançados

A Categoria Ganhos Alcançados apresenta as habilidades e competências adquiridas durante a mobilidade acadêmica e está representada na Figura 6.

Figura 6- Categoria: Ganhos Alcançados

Fonte: Dados da pesquisa

Ganhos Pessoais

Os ganhos pessoais, culturais e sociais adquiridos no período de mobilidade foram os que alcançaram maior ênfase, como amadurecimento, trocas culturais e amizades. Os dados encontrados no presente estudo corroboram os de outras pesquisas, como a de Gacel-Ávila (2003), em que os estudantes afirmaram que o mais valioso do período de intercâmbio foram contatos sociais, descanso da rotina em seu país, oportunidade de viajar e conhecer outros países. O resultado também converge com o de Oliveira e Freitas (2017), no qual o desenvolvimento de competências pessoais foi o mais enfatizado pelos alunos, assim como o desenvolvimento das competências interculturais. Os estudantes relataram que a experiência internacional permitiu que desenvolvessem competências pessoais, como coragem, desinibição e independência: *“De uma forma geral, aprendi a me desenrascar, como eles dizem aqui. Parece que cada hora aparece uma coisa diferente, cada hora é uma dificuldade diferente e estamos aqui, então é porque deu certo”* (P8, homem, 32 anos, mestrando em engenharia).

Ganhos Culturais

Além das competências pessoais adquiridas, os alunos também ressaltaram as trocas culturais e a adaptação cultural como uma habilidade desenvolvida: *“O que também é muito legal é o intercâmbio cultural. Nunca tinha conhecido ninguém da Alemanha antes, da Itália e fazemos várias coisas juntos, isso é muito legal.”* (P4, mulher, 23 anos, graduação sanduíche em Psicologia).

A competência intercultural é definida como a habilidade de comunicar-se eficaz e apropriadamente em situações interculturais, com base em seus conhecimentos próprios e habilidades. Está ligada às características individuais como mente aberta, curiosidade, adaptabilidade, tolerância, flexibilidade e respeito às diferenças (Stallivieri, 2017). Os relatos dos participantes mostram que a competência intercultural foi potencializada durante o período de mobilidade, uma vez que entraram em contato com várias culturas, além de desenvolverem habilidades de comunicação, respeitando as diferenças e semelhanças culturais.

O aumento do capital cultural tende a acontecer por meio do “capital cultural incorporado” e ou do “capital cultural institucionalizado” (Portes, 2000) e, com este aumento, o estudante poderá beneficiar-se das credenciais e experiências que adquiriu internacionalmente, podendo influenciar oportunidades de emprego e, consequentemente, a mobilidade social (Iorio, 2018).

Ganhos Sociais

A rede de amizades também foi evidenciada como um ganho pelos estudantes, pois não somente cooperam para a integração social e cultural dos estudantes no país de destino, como também abrem portas para a cooperação científica e cultural de longo prazo (Garcia, 2012). As amizades estabelecidas durante a mobilidade acadêmica favorecem o capital social do indivíduo, que, conforme Bourdieu (1986), se traduz no conjunto de conhecimentos ou recursos de uma rede de contatos ou de um grupo que um indivíduo pode mobilizar para ajudá-lo.

Ganhos Acadêmicos e Profissionais

Entre os relatos, o aprimoramento do inglês, o conhecimento de outras metodologias de aprendizagem e novos conhecimentos acadêmicos foram mencionados. Diferentemente do Brasil, onde a língua portuguesa é utilizada nas escolas e universidades e o ensino do inglês ainda bastante elitizado (Iorio, 2018), a língua inglesa é utilizada mais frequentemente nas universidades portuguesas.

Assim, conforme Gerhards e Hans (2013), resultados indicam que uma estadia no exterior compensa, e essa compensação está associada à aquisição de competências reais, como o aprimoramento do inglês e também com a aquisição de capital simbólico. Esse capital adquirido pode ser futuramente utilizado no mercado de trabalho, e entende-se que na vida profissional moderna são importantes para os profissionais que desejam ser bem-sucedidos (Freitas, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da presente pesquisa foi compreender a adaptação de estudantes universitários brasileiros em Portugal, particularmente em tempos de pandemia. Para tanto, foi utilizado o método de pesquisa qualitativa e de natureza exploratória, sendo realizadas doze entrevistas remotas com estudantes brasileiros em Portugal. Foi possível concluir que os motivos que levam os estudantes a realizar a mobilidade acadêmica são diversos, como o desejo de morar fora, explorar novas áreas de estudos e conhecer novas culturas e pessoas. Alunos de mestrado relataram motivações na área profissional, uma vez que já são graduados e possivelmente buscam maior autonomia financeira. Já os alunos de graduação reportaram o desejo de conhecer novas culturas e lugares, buscando uma experiência internacional.

A análise das categorias propostas nesta pesquisa permitiu constatar que a adaptação é complexa, envolvendo múltiplos ganhos e aspectos facilitadores, mas também muitos obstáculos e desafios, sendo que estes desafios e facilidades podem estar relacionados à motivação inicial para a mobilidade. As habilidades sociais desenvolvidas, como organização, assertividade e resiliência foram ganhos pessoais relatados pelos estudantes durante a mobilidade acadêmica, a que acrescem competências acadêmicas e sociais.

Entre os elementos facilitadores do processo, os alunos relataram aspectos culturais, pessoais, sociais e acadêmicos. A língua portuguesa em comum foi uma das

questões mais citadas pelos alunos, uma vez que facilita a adaptação em diversas áreas, como fazer amizades, compreender a explicação do professor, ou mesmo no dia a dia, para ir a um restaurante ou utilizar transportes públicos.

Alguns elementos pessoais apoiaram a adaptação do universitário brasileiro em Portugal, como habilidade de comunicação, um bom planejamento e preparação antes de chegar ao destino. Esses elementos facilitadores podem ser proporcionados pela universidade antes e durante o intercâmbio, fornecendo *checklist* dos documentos necessários, preparando o aluno para enfrentar uma vivência no exterior, auxiliando na documentação necessária e na comunicação entre as instituições de origem e destino. Os estudantes citaram que o apoio da faculdade foi importante para o ajustamento ao novo cenário. Os resultados confirmaram, pois, que o acompanhamento do aluno é essencial para que a realidade corresponda ao máximo às expectativas e motivações iniciais do estudante.

O elemento facilitador citado por todos os alunos entrevistados foi ter criado uma rede de apoio no exterior. Estabelecer amizades ou conhecer outros intercambistas foi essencial para muitos universitários, pois contribuiu para amenizar a solidão, para a organização de documentos, conhecer lugares novos e para compreender as dinâmicas acadêmicas na nova universidade.

Os relatos mostraram que os principais aspectos desafiadores dos estudantes foram culturais e sociais. Alguns alunos relataram não ter conseguido estabelecer amizade com pessoas locais devido às diferenças culturais entre os dois povos. Essa dificuldade teve como consequência o sentimento de solidão vivenciado por alguns alunos e a falta de contato com a cultura local, que se restringiu a outros brasileiros na mesma situação.

Além disso, a xenofobia sofrida pelos brasileiros em Portugal também foi uma das queixas dos universitários entrevistados. Alguns alunos relataram dificuldades práticas com documentação, atraso de documentos e voos cancelados. Esses problemas podem ter sido intensificados devido à pandemia de COVID-19 na época em que este estudo foi realizado.

Em termos das implicações práticas da presente pesquisa, enfatizamos a importância do apoio da universidade tanto de origem, quando de destino, para um programa de mobilidade acadêmica mais individualizado, que permita orientar o aluno a atingir os seus objetivos. Algumas ações possíveis de serem realizadas pelas universidades são:

- No período de preparação para a mobilidade, pode ser desenvolvido um manual com passo a passo para a obtenção de visto e de documentos necessários. A universidade pode facilitar a comunicação entre estudantes que já realizaram mobilidade anteriormente e os que estão se preparando. Além disso, é importante que a universidade de origem elabore juntamente com o estudante um plano de estudos no exterior, para orientar o seu percurso.
- Pode ser elaborada uma cartilha com informações culturais e históricas sobre Portugal, diferenças linguísticas entre os dois países, informação sobre as estações climáticas, comidas e festas típicas. Dessa forma o estudante pode entrar em contato com a cultura de destino antes de chegar ao país, podendo amenizar o choque cultural inicial e facilitando a comunicação.
- A universidade de destino pode facilitar encontros entre indivíduos portugueses e brasileiros, visto que a dificuldade de contato com os locais foi uma queixa dos entrevistados. Dessa forma, encontros interculturais, mentorias ou debates podem contribuir para uma melhor convivência.

A partir dessa pesquisa, sugerimos que novos estudos sejam realizados aprofundando a temática, com outros países da Europa que têm laços históricos e culturais com o Brasil distintos de Portugal e investigando semelhanças e diferenças entre estudantes de graduação e pós-graduação, uma vez que relataram motivações divergentes na pesquisa.

Outro foco interessante de pesquisa seria a comparação entre os alunos de mobilidade de crédito, ou seja, que estão a realizar apenas parte dos estudos no exterior, e alunos de mobilidade de grau, que permanecem durante todo o curso no país estrangeiro. Ainda, pode ser realizada uma pesquisa sobre a perspectiva dos estudantes universitários portugueses a respeito da recepção dos estudantes brasileiros em Portugal. Portanto, as possibilidades de pesquisa são muitas, as quais poderão enriquecer e expandir ainda mais a temática das relações interculturais no contexto universitário.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3/4, p. 290-305, 2007. Disponível em: <http://jsi.sagepub.com/content/11/3-4/290>. Acesso em: 29 set. 2020

- AMARAL, R. A. D. Violência cultural: xenofobia, terrorismo e o advento da intolerância nas relações transnacionais. **Anais da Semana de Relações Internacionais** – O Sul Global. São Paulo, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1995.
- BIANCHETTI, L.; MAGALHAES, A. M. Declaração de Bolonha e internacionalização da educação superior: protagonismo dos reitores e autonomia universitária em questão. **Avaliação**, Sorocaba, v. 20, n. 1, p. 225-249, Mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772015000100225&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2020
- BOURDIEU, P. **The Forms of Capital**. Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, New York, Greenwood Press, 1986.
- BOURDIEU, P. **O que falar quer dizer: a economia das trocas linguísticas**. 3 ed. São Paulo: EdUSP, 2008.
- BOURDIEU, P. **Escritos da Educação**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Coleção Ciências Sociais da Educação.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BROOKS, R.; WATERS, J. Social networks and educational mobility: the experiences of UK students. **Globalisation, Societies and Education**, v.8, n.1, p. 143–157, 2010.
- BUNCE, A.; GUEST, G.; JOHNSON, L. How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. **Family Health International**, v. 18, n. 1, p. 59-82, fev. 2006. Disponível em: <http://fmj.sagepub.com/cgi/content/abstract/18/1/59>. Acesso em: 22 out. 2020.
- BYRAM, M.; DERVIN, F. **Students, Staff and Academic Mobility in Higher Education**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2008.
- CALDERÓN, A. I. Repensando o papel da universidade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 2, p. 104-108, abr. /jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v44n2/v44n2a09>. Acesso em: 29 set. 2020.
- CONVENÇÃO DOS MINISTROS EUROPEUS DE EDUCAÇÃO. **Declaração De Bolonha**, Bolonha, 1999. Disponível em : http://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2009/09/www.ufabc.edu.br_images_stories_pdfs_declaracaodebolonhaportugues.pdf . Acesso em: 17 out. 2020
- DALMOLIN, I. S. *et al.* Intercâmbio acadêmico cultural internacional: uma experiência de crescimento pessoal e científico. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 66, n. 3, p. 442-447, jun. 2013 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000300021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 nov. 2020.

DAURE, I.; COULON, O.R.; FORZAN, S. Relações familiares e migração: um modelo teórico-clínico em psicologia. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro. v.26, n. 1, p. 91-108, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/DWHkLNSyrcr5DSnKNYYNNHc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2021

FAGUNDES, G. A. Algumas Reflexões em torno dos conceitos de *habitus*, campo e capital cultural. **Café com Sociologia**. v.6, n.2, p.103-123, maio/jul. 2017

FAGUNDES, C. V.; LUCE, M. B.; MEDIEL, O. G. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 317-340, jul. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772016000200317&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2020.

FIORIN, José Luiz. Linguística? Que é Isso? São Paulo: **Contexto**, 2013.

FONSECA, M. L.; PEREIRA, S.; IORIO, J. C. International Mobility of Brazilian Students to Portugal: The Role of the Brazilian Government and University Strategies in Portugal. **Advances in Geographical and Environmental Sciences**, 2016

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, M. E. A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejamos nômades? Barbosa, L. (coord.). **Cultura e diferença nas organizações: reflexões sobre nós e os outros**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 89-115.

GACEL-ÁVILA, J. **La internacionalización de la educación superior**. Paradigma para la ciudadanía global. México: Universidad de Guadalajara, 2003

GARCIA, A. Amizades de universitários estrangeiros no Brasil: um estudo exploratório. **Estudos em Psicologia**, v. 29, n.4, p. 471-479, out./ dez. 2012.

GERHARDS, J.; HANS, S. Transnational Human Capital, Education, and Social Inequality. Analyses of International Student Exchange. **Zeitschrift für Soziologie**, n. 42, v. 2, p. 99-117, abr, 2013.

GONÇALVES, R. B.; PILOTTO, D. Z. STALLIVIERI, L. Análise da adaptação cultural de estudantes internacionais sob o ponto de vista das teorias da curva “u” e da curva “w”. **Revista GUAL**, v.8, n. 3, p. 26-47, set. 2015.

GUIMARÃES, S. R. E. F.; OLIVEIRA, A. L. Mobilidade Acadêmica Internacional: Estudo De Caso Em Instituições Públicas De Ensino Superior. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.12, n.5, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v12i5.2791> Acesso em: 29 set. 2020

IORIO, J. C. **Trajetórias de Mobilidade Estudantil Internacional**: estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal. Lisboa, 2018. Tese (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/085bf06590365e3f180cd0f19f5b2bbb/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 22 set. 2021.

IORIO, J. C. A importância das redes sociais, da internet e das redes sociais online na mobilidade dos estudantes brasileiros do ensino superior para Portugal. **Cadernos de Estudos Sociais**, Lisboa, v.33, n. 2, jul./dez. 2018.

IORIO, J. C.; SILVA, A. V.; FONSECA, M. L. O impacto da Covid-19 nos e nas estudantes internacionais no ensino superior em Portugal: uma análise preliminar. **Finisterra**, v. 55, n. 115, p. 153–161, 2021. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/20285>. Acesso em: 20 set. 2021.

KNIGHT, J. Five Myths about Internationalization. **International Higher Education**, n. 62, 2011.

LEAL, C. O. S.; RAMOS, K. M. C. Desenvolvimento pessoal e formação acadêmico-profissional no Ensino Superior: mobilidade estudantil internacional em questão. In: CONFERÊNCIA DO FÓRUM DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES E REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA (FORGES), 2., 2012. Disponível em: https://publicacoes.fafire.br/diretorio/revistaFafire/revistaFafire_v06n02_a09.pdf. Acesso em: 9 Mar. 2021.

LESJAK, M.; JUVAN, E.; INESON, E. M.; YAP, M. H. T.; AXELSSON, E. Erasmus student motivation: Why and where to go? **Higher Education**, v.70, n.5, p. 845–865, 2015

OCDE. Education at a glance, OCDE Indicators. **OCDE Publishing**, Paris, 2021.

OLIVEIRA, A. L.; FREITAS, M. E. Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 70, p. 774-801, jul. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000300774&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2020.

OLIVEIRA, C. A. G. M. **Turismo Acadêmico no Porto**: o caso dos estudantes de mobilidade internacional. 2021. Dissertação – (Mestrado de Gestão do Turismo) – Universidade Politécnica do Porto, Porto, 2021.

OLIVEIRA, M.; KULAITIS, F. Imigrantes brasileiros no Québec: entre integração e mobilidade. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 248-275, ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222015000200248&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 mar. 2021.

- OLIVEIRA, M. G.; PAGLIUCA, L. M. F. Programa de mobilidade acadêmica internacional em enfermagem: relato de experiência. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 195-198, mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472012000100026&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 mar. 2021.
- PADILLA, B; FRANÇA, T. Mobilidade científica e imigração qualificada: situando o debate. **Forúm Sociológico**. n.27, p. 7-10, 2015.
- PAIXÃO, M. Porque estudar em Portugal é tão atrativo para estrangeiros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. ano 101, n.33.786, 3 out.2021. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/09/veja-por-que-estudar-em-portugal-e-tao-atrativo-para-estrangeiros.shtml> Acesso em: 10 fev. 2022.
- PEREZ-RAMOS, J. Motivação no trabalho: abordagens teóricas. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 127-140, dez. 1990. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771990000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 out. 2021.
- PERKINS, R.; NEUMAYER, E. Geographies of educational mobilities: exploring the uneven flows of international students. **The Geographical Journal**, v.180, n.3, p. 246-259, out. 2014. Disponível em: <https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/geoj.12045> Acesso em: 5 out. 2021
- PORTES, A. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 33, p.133-158, 2000
- SALAZAR, N. B. The Power of Imagination in Transnational Mobilities. **Identities**, v. 18, n.6, p. 576–598, 2011.
- SANTOS, H. M. R. “Ainda somos olhados de lado”: experiências de integração e discriminação de estudantes brasileiros/as em Portugal. **Laplage em Revista**, Sorocada, v.6, n.1, p.75-9-, jan./abr. 2020.
- SANTOS, I. S. **A identidade linguística brasileira em contato com o português europeu: a variação léxico-cultural**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- SILVA, B. A. M. **Ser trabalhador-estudante no ensino superior: o caso dos TE's do Mestrado Integrado em Psicologia da FPCEUP**. 2019. Dissertação. Universidade do Porto, Porto, 2019.
- SILVA, G. O. V. Capital Cultural, Classe e Gênero em Bourdieu. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v.1, n.2, p. 24-36, jul./dez. 1995.
- SIN, C.; TAVARES, O.; NEAVE, G. Student Mobility in Portugal: Grappling with Adversity. **Journal of Studies in International Education**, v. 21, n. 2, p. 120–135, 2017.

STALLIVIERI, L. **O processo de internacionalização nas instituições de Ensino Superior**. Universidade de Caxias do Sul, Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais. Caxias do Sul, 2002.

STALLIVIERI, L. **Internacionalização e Intercâmbio: dimensões e perspectivas**. Curitiba: Appris, 2017.

STONE, M. J.; PETRICK, J. F. The Educational Benefits of Travel Experiences: A Literature Review. **Journal of Travel Research**, v.52, n. 6, p. 731-744, ago, 2013.

TESAR, M. Towards a Post-Covid-19 ‘New Normality?’: Physical and Social Distancing, the Move to Online and Higher Education. **Policy Futures in Education** v. 18, n.5 p. 556–559, 2020

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, v.40, n.1, p. 27-55, jan. /fev. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3bmWVYMZbNqDzTR4fQDtGrs/?lang=pt> . Acesso em: 4 Mai. 2021.

VALSINER, J. **Fundamentos da psicologia cultural**: mundos da mente, mundos da vida. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VITORINO, C. A.; VITORINO, W. R. M. Xenofobia: política de exclusões e de discriminações. **Pensamento Jurídico**, v. 12, n.2, p. 92-116. 2018. Disponível em: <https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/140> Acesso em: 29 out. 2021.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E GESTÃO

A RELEVÂNCIA DO ACOLHIMENTO E DA INTEGRAÇÃO NA CULTURA ORGANIZACIONAL

Isabela dos Santos Braga

Francine Alves Pinto

Andreza Cristina Both Casagrande

Ricardo Silva dos Santos Durães

INTRODUÇÃO

Este capítulo busca destacar a relevância de uma integração eficaz para os profissionais de Recursos Humanos nas empresas. Por meio de indicações e estratégias viáveis, exploraremos como estabelecer um ambiente acolhedor e inclusivo, da integração à adaptação dos novos colaboradores, promovendo uma cultura organizacional que valorize a diversidade, a colaboração e o desenvolvimento humano.

Em um cenário corporativo em constante evolução, a integração se torna um elemento fundamental para o sucesso organizacional. Vamos discutir a importância de construir uma cultura que valorize a diversidade e incentive a colaboração eficaz entre as equipes, demonstrando, à luz da teoria, que priorizar a integração pode levar a resultados positivos.

O departamento de Recursos Humanos (RH) atua como uma ponte entre a empresa e seus colaboradores, facilitando a comunicação e esclarecendo dúvidas, o que resulta em uma relação benéfica para ambos os lados. Nesse contexto, os profissionais de RH têm a responsabilidade de gerenciar os colaboradores, desempenhando um papel crucial no engajamento e motivação, além de serem receptivos a *feedbacks* e sugestões de melhorias, que são levados aos executivos (Assis; Santos; Ferreira, 2022).

A integração envolve uma série de informações e treinamentos intensivos destinados a aclimatar o novo colaborador ao ambiente de trabalho e às suas funções. É fundamental que a empresa e os funcionários apresentem a cultura organizacional desde o início, criando um programa que aborde processos, métodos, ações passadas e a própria cultura, entre outros aspectos, pois um novo colaborador pode se sentir deslocado em sua primeira interação com a organização e seus colegas. Além de familiarizá-lo com atividades, equipes e procedimentos, a integração também deve

comunicar os valores da empresa. Para iniciar a integração, é essencial compreender seu significado e importância (Assis; Santos; Ferreira, 2022).

REVISÃO DA LITERATURA

Estudos enfatizam que uma cultura organizacional forte promove a retenção de talentos e aumenta a satisfação dos colaboradores. Além disso, a literatura aponta que práticas de integração bem estruturadas, como programas de *onboarding* e mentorias, facilitam a adaptação dos novos colaboradores e melhoram a comunicação interna (Quintanilha, 2013).

Segundo Quintanilha (2013), podemos definir cultura organizacional como um conjunto de suposições básicas, valores e normas que orientam o comportamento dos membros da organização, enfatizando que, para que a integração seja bem-sucedida, é necessário compreender e respeitar diferenças culturais.

Conhecer o local de trabalho vai além do simples reconhecimento físico do ambiente; envolve uma compreensão da cultura, das pessoas, da história e do papel que a organização desempenha na sociedade. Um processo adequado de acolhimento e integração permite que o colaborador se familiarize com as regras e procedimentos e compreenda a essência da organização. Para o colaborador, esse conhecimento é decisivo para um bom desempenho, e para a organização, um colaborador bem integrado se torna mais comprometido e engajado, o que resulta em um desempenho superior (Delvas, 2017).

Os procedimentos de integração têm como objetivo principal adaptar o novo colaborador à cultura e ao ambiente de trabalho, e é uma parte essencial da socialização, que envolve a internalização dos valores e normas organizacionais responsáveis por moldar o comportamento e as atitudes esperadas do colaborador (Delvas, 2017).

Os primeiros dias de trabalho são frequentemente marcados por ansiedade e incerteza, sendo natural que o novo colaborador necessite de um período de adaptação. Durante essa fase, a organização deve criar um ambiente acolhedor e receptivo, facilitando o relacionamento entre o colaborador e seus colegas. A construção dessa relação é vital para o sucesso do novo membro na equipe. O colaborador deve aprender sobre os valores, missão, visão e as rotinas de trabalho, o que ajudará na sua integração ao grupo (Delvas, 2017).

É importante esclarecer a diferença entre integração e socialização. A integração é uma fase inicial que fornece ao novo colaborador as informações necessárias para começar a desempenhar suas funções, enquanto a socialização consiste em uma adaptação contínua.

Quintanilha (2013) enfatiza que a integração consiste na recepção e na aprendizagem sobre a cultura organizacional, enquanto a socialização é um fenômeno mais amplo que ocorre ao longo do tempo, reforçando que a prática da integração facilita a socialização, permitindo que o colaborador se adapte aos valores e normas da organização.

De acordo com Chiavenato (2014), a integração inclui três componentes principais:

Acolhimento: recepção do novo colaborador, incluindo a apresentação a colegas e a familiarização com os procedimentos.

Treinamento: transmissão de conhecimentos essenciais para a realização das funções atribuídas.

Resultados: clarificação das expectativas e resultados desejados pela organização em relação ao novo colaborador.

Chiavenato (2014) complementa essa visão, afirmando que durante a integração devem ser comunicados os objetivos, políticas e normas da empresa, promovendo assim um entendimento mais profundo do papel que o novo colaborador desempenhará.

A cultura organizacional é um fator determinante na forma como os colaboradores percebem a empresa e suas operações, e é composta por atitudes, comportamentos, valores e normas que orientam tanto líderes quanto colaboradores no dia a dia. Motta (2002) classifica a cultura empresarial em quatro tipos: cultura do poder, cultura de papéis, cultura da tarefa e cultura da pessoa. Cada uma delas apresenta características que influenciam diretamente o ambiente de trabalho e o desempenho dos colaboradores. A escolha do tipo de cultura é essencial para garantir um alinhamento que beneficie tanto a organização quanto seus colaboradores.

Diversas estratégias podem ser empregadas durante a integração. Chiavenato (2014) destaca três importantes:

Distribuição de Materiais: entrega de materiais informativos, como o Manual de Acolhimento, que contém informações vitais sobre a organização, podendo ser também realizada com a utilização de vídeos ou slides.

Visitação à Organização: recorrido pelos diferentes setores da empresa, proporcionando ao novo colaborador uma visão abrangente de seu funcionamento.

Programas de Acolhimento: formação estruturada que possibilita ao novo colaborador assimilar informações críticas sobre a organização.

O departamento de RH desempenha um papel fundamental na integração, indo além da simples contratação. Suas funções incluem seleção, desenvolvimento e engajamento dos colaboradores. Uma cultura de boas-vindas, que comunica de maneira clara a missão e os valores da organização, é fundamental para alinhar expectativas entre novos colaboradores e a empresa (Assis; Santos; Ferreira, 2022).

O RH deve atuar de forma proativa para garantir que os novos membros se sintam parte da equipe desde o início. Uma integração bem elaborada traz diversos benefícios, tanto para o colaborador quanto para a organização, tais como:

Melhora no clima organizacional: estabelecer expectativas claras ajuda a evitar problemas de relacionamento entre gestão e colaboradores.

Aumento da produtividade: colaboradores bem integrados tendem a apresentar um desempenho superior, contribuindo para resultados mais eficazes.

Redução da rotatividade: a integração eficaz diminui a rotatividade de colaboradores, o que pode resultar em economia significativa para a empresa.

A integração de novos colaboradores é complexa e exige planejamento e execução cuidadosa. As estratégias de acolhimento e integração, quando bem implementadas, podem facilitar a adaptação do colaborador e contribuir para o sucesso da organização. A ausência de uma integração bem elaborada pode levar a consequências negativas, como descontentamento e alta rotatividade (Delvas, 2017).

MÉTODO

Este capítulo retrata uma experiência de estágio realizado em uma indústria química, que aprova e aplica os procedimentos de integração em todas as áreas. A atuação junto à equipe de RH teve com o principal objetivo adquirir experiência no desenvolvimento de pessoas dentro da organização e contribuir para melhorias nos projetos da empresa. Durante o estágio, foi possível participar ativamente das seguintes atividades:

Acompanhamento do processo de *onboarding*:

Participar de reuniões de planejamento e implementação do *onboarding*.

Auxiliar na preparação de materiais e recursos para a integração.

Interação com novos colaboradores:

Realizar entrevistas e reuniões de *feedback* com os recém-contratados.

Facilitar atividades de “quebra de gelo” e dinâmicas de grupo.

Também foi possível adquirir uma série de habilidades técnicas e profissionais, incluindo:

Desenvolver habilidades práticas em processos de *onboarding*;

Aprender sobre a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo;

Compreender a importância da diversidade e da colaboração na integração de novos talentos;

Acompanhar o desempenho;

Melhorar as habilidades de trabalho em equipe e de comunicação.

Esse aprendizado favoreceu uma abordagem prática e teórica para o estágio, permitindo o desenvolvimento de competências essenciais no setor de RH com foco na integração de colaboradores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estágio realizado em uma indústria química revela a eficácia de um processo estruturado de integração de novos colaboradores e suas implicações para o ambiente organizacional. A participação ativa em atividades de *onboarding* e interação com novos colaboradores proporcionou uma visão prática dos conceitos discutidos na literatura sobre a importância da integração e da socialização.

As atividades permitiram compreender que uma integração bem planejada resulta em benefícios significativos para a organização. Os novos colaboradores, ao serem acolhidos e inseridos em um ambiente que valoriza a diversidade, mostraram-se mais motivados e engajados. As entrevistas e reuniões de *feedback* revelaram que os colaboradores se sentiam mais confiantes e preparados para desempenhar suas funções, corroborando a literatura que sugere que uma integração eficaz promove um clima organizacional positivo e melhora a produtividade (Delvas, 2017; Assis; Santos; Ferreira, 2022).

Foi possível evidenciar que a primeira impressão, proporcionada pelo acolhimento, é crucial para o desenvolvimento de uma boa relação entre o novo colaborador e a equipe. As dinâmicas de grupo e as atividades de “quebra de gelo”

facilitadas durante a integração foram apontadas como fundamentais para superar barreiras e promover interações iniciais entre os membros da equipe. Essa constatação está alinhada com a ideia de que um ambiente acolhedor pode reduzir a ansiedade dos novos colaboradores e facilitar sua adaptação, conforme descrito por Chiavenato (2014).

A clarificação das expectativas durante a integração, uma das responsabilidades dos profissionais de RH, contribuiu para um entendimento mais profundo do papel de cada colaborador na organização. Essa prática, conforme apontado por Chiavenato (2014), auxilia na adaptação e se encontra diretamente ligada à retenção de talentos, já que colaboradores bem integrados tendem a permanecer mais tempo na organização e apresentar menor rotatividade.

O estágio também possibilitou o desenvolvimento de competências técnicas e interpessoais essenciais para a atuação em Recursos Humanos. A experiência prática em procedimentos de *onboarding* e a interação com os colaboradores mostraram-se eficazes na formação de habilidades de comunicação e trabalho em equipe. Essas competências são fundamentais para que os profissionais de RH possam implementar estratégias de integração realmente eficazes, destacando a relevância do aprendizado prático aliado à teoria (Assis; Santos; Ferreira, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio realizado na indústria química foi uma experiência valiosa que proporcionou uma visão prática do setor de Recursos Humanos e do zelo com o desenvolvimento de *onboarding*. Foi uma experiência de grande aprendizado e os conhecimentos e habilidades adquiridos serão fundamentais para a carreira profissional futura, por ter proporcionado uma visão aprofundada das práticas para integração e acolhimento de novos colaboradores.

A literatura revisada indica que o sucesso de um novo colaborador na organização depende em grande parte da qualidade da integração. À medida que as empresas continuam a evoluir e se adaptar, a importância de um acolhimento eficaz se torna ainda mais evidente. As organizações que investem em um processo estruturado de integração não apenas promovem um ambiente de trabalho mais positivo, mas também colhem os frutos de um desempenho superior de seus colaboradores.

A integração não deve ser vista apenas como um procedimento inicial, mas como um investimento contínuo no capital humano da organização. A literatura revisada

e a experiência prática demonstram que, ao priorizar a integração, as empresas melhoram o clima organizacional e a produtividade e criam um ambiente mais inclusivo e colaborativo, essencial para enfrentar os desafios do mercado contemporâneo.

Essas considerações ressaltam a importância de profissionais de Recursos Humanos comprometidos com o desenvolvimento de procedimentos que acolham e integrem novos talentos, refletindo uma cultura organizacional que valoriza a diversidade e a colaboração.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, G. C.; SANTOS, L. C.; FERREIRA, M. O. **A importância do desenvolvimento de integrações nas empresas**. 18f. 2022. Trabalho de Conclusão (Curso Técnico em Administração) – ETEC Philadelpho Gouvêa Netto, São José Do Rio Preto, 2022.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.
- DELVAS, R. L. **A importância do acolhimento e da integração na cultura organizacional: o manual de acolhimento como instrumento de socialização de novos servidores do Instituto Federal do Triângulo Mineiro: uma proposta**. 2017. 194f. Dissertação (Mestrado em Assessoria de Administração) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2017.
- MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. A cultura organizacional. **Teoria Geral da Administração**, v.3, n.1, p. 1-22, 2002.
- QUINTANILHA, E. S. **O processo de integração de novos colaboradores nas organizações**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Relações Públicas) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2013.

COMPROMETIMENTO E ENGAJAMENTO: PILARES ESSENCIAIS PARA O SUCESSO ORGANIZACIONAL

Alexandre Magno de Oliveira Ferreira

Vitória Aparecida da Silva

Danielle Pereira Lovatto

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo analisar a percepção dos colaboradores sobre comprometimento e engajamento na organização mediante os resultados das escalas das respectivas qualificações, bem como levar ao conhecimento interno propostas para a implementação de práticas organizacionais, visando melhorias e adequações de dinâmicas internas.

Os dados utilizados neste capítulo foram coletados em uma empresa transportes rodoviários localizada em uma cidade do Vale do Paraíba, Estados de São Paulo. As análises foram realizadas por meio de observações e a aplicação de instrumentos avaliativos via formulários *online*.

Segundo Medeiros (1997), o comprometimento organizacional tem sido objeto de estudo intenso nas últimas décadas, visando compreender os fatores que influenciam o nível de comprometimento dos indivíduos em seu ambiente de trabalho. Para Oliveira e Rocha (2017), o engajamento no trabalho pode ser concebido pela ideia de uma condição desejável que favorece o desempenho tanto individual como organizacional.

Para a avaliação da dinâmica organizacional dos colaboradores da empresa foram utilizadas escalas de comprometimento e engajamento a partir das percepções dos próprios colaboradores sobre o trabalho. Dessa forma, torna-se possível, a partir dos resultados, estruturar planos de ações e melhorias para reverter situações desfavoráveis e levar ao conhecimento e fortalecer os pontos favoráveis da organização, buscando uma expansão integrada.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas comprometimento e engajamento, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

O Comprometimento Organizacional

Em um ambiente corporativo cada vez mais competitivo, as organizações precisam atrair colaboradores capacitados e garantir que eles se sintam motivados, conectados e dedicados ao seu papel dentro da organização. Esse cenário demanda estratégias eficazes para manter os profissionais engajados e comprometidos com os objetivos institucionais, de modo a assegurar a continuidade e o sucesso dos negócios. Sendo assim, diversas pesquisas buscam desenvolver modelos para quantificar a influência do fator comprometimento, analisando tanto as variáveis que o precedem quanto aquelas que dele resultam. Tais estudos visam compreender melhor como esse vínculo é construído, mantido e fortalecido ao longo do tempo, especialmente diante dos desafios contemporâneos enfrentados pelas organizações.

De acordo com Zanelli e Silva (2008), o comprometimento está diretamente associado à maturidade, à busca por autonomia e à satisfação com o conteúdo do trabalho, o que faz com que o indivíduo estabeleça seus próprios objetivos e assuma a responsabilidade por seus comportamentos. Dessa forma, o comprometimento surge como um reflexo do desenvolvimento pessoal e profissional do colaborador, sendo alimentado por fatores internos que favorecem sua permanência e atuação proativa no ambiente corporativo. Além disso, o comprometimento não pode ser alcançado por imposição, por relações de obediência nem pelo fato de o indivíduo estar em contato com a organização. Trata-se de um vínculo que precisa ser construído de maneira voluntária, a partir de experiências significativas e de um alinhamento genuíno entre os valores pessoais e os valores organizacionais.

Para Mowday, Steers e Porter (1979), o comprometimento organizacional é um constructo abrangente que representa a resposta geral do indivíduo em relação à organização, sendo caracterizado por um forte desejo de permanecer na empresa, pela disposição de investir um esforço considerável em benefício desta e pela aceitação dos objetivos e valores organizacionais. Essa definição evidencia a profundidade do vínculo entre colaborador e organização, indo além de aspectos contratuais ou formais e ressaltando a importância do engajamento emocional e psicológico para o desempenho e a retenção de talentos.

Segundo Rego (2003), nos estudos sobre comprometimento organizacional (CO) parte-se do pressuposto de que pessoas mais comprometidas têm maior

probabilidade de permanecer na organização, além de se dedicarem mais ao seu trabalho e contribuírem para o alcance dos objetivos organizacionais. Assim, o comprometimento torna-se não apenas um indicador da satisfação e do bem-estar no trabalho, mas um elemento estratégico para a sustentabilidade e a competitividade das instituições. Nesse sentido, promover um ambiente favorável ao comprometimento é uma das tarefas mais relevantes para as lideranças contemporâneas.

As dimensões do comprometimento organizacional

Meyer e Allen (1991), em relação à multidimensionalidade do comprometimento organizacional, identificaram que se trata do resultado de um estado psicológico que define a relação do trabalhador com a organização, influenciando sua decisão de permanecer nela. Essa perspectiva traz uma compreensão mais sofisticada do vínculo entre indivíduo e instituição, ao reconhecer que o comprometimento não é uma condição única ou estática, mas um fenômeno complexo e dinâmico, moldado por diferentes experiências e percepções ao longo do tempo. No entanto, esse estado não se origina de um único fator, sendo formado por diferentes componentes que interagem entre si, refletindo distintas motivações internas e externas.

Os autores destacaram três dimensões do comprometimento organizacional: o comprometimento afetivo, que reflete o apego emocional do trabalhador à organização e seu desejo de permanecer, por identificação e envolvimento; o comprometimento instrumental, relacionado aos custos percebidos de deixar a organização, ou seja, a permanência baseada em uma avaliação dos benefícios e prejuízos de sair; e o comprometimento normativo, que é percebido como um senso de obrigação moral de continuar na organização, decorrente de normas ou expectativas sociais.

Ao diferenciar essas três dimensões, Meyer e Allen (1991) demonstram que os motivos pelos quais os indivíduos permanecem nas organizações podem variar amplamente — desde o sentimento genuíno de pertencimento, até o cálculo racional ou a pressão moral. Tal distinção é fundamental para gestores que buscam estratégias eficazes para fortalecer o comprometimento dos colaboradores, pois permite intervenções mais alinhadas com a realidade de cada perfil.

Segundo Menezes (2009), a análise das questões relacionadas ao comprometimento organizacional ao longo das últimas três décadas mostra que qualquer tentativa de defini-lo, medi-lo ou explicá-lo apenas como uma atitude ou comportamento isolado tende a simplificar sua complexidade, resultando em uma

compreensão parcial. Essa observação ressalta a necessidade de uma abordagem holística, que vá além de reduções simplistas e considere as múltiplas camadas envolvidas nesse fenômeno. Abordar a natureza do vínculo entre o colaborador e a organização sem levar em conta sua manifestação em comportamentos concretos de comprometimento dificulta avaliar se o indivíduo consegue traduzir suas crenças e sentimentos em ações reais. Esse ponto evidencia a importância de se observar, além do que os colaboradores dizem ou sentem, como isso se expressa nas suas atitudes diárias no ambiente de trabalho.

O engajamento no trabalho

Em consonância com o tema anteriormente abordado, de acordo com Schaufeli, Salanova, Gonzales-Roma e Bakker (2002), o engajamento no trabalho é um estado psicológico positivo e gratificante, que se manifesta em três dimensões principais: vigor, dedicação e absorção. Esse conceito tem ganhado crescente atenção nos estudos organizacionais por refletir diretamente a qualidade da relação entre o trabalhador e suas atividades laborais, indo além de um simples cumprimento de tarefas e revelando uma conexão mais profunda com o ambiente de trabalho.

Segundo os autores, o vigor refere-se à energia elevada e à resiliência mental, evidenciando a disposição do colaborador para se empenhar e persistir, mesmo diante de dificuldades. Essa característica é essencial em contextos de alta exigência, pois permite que o trabalhador mantenha sua produtividade e motivação em cenários adversos. A dedicação está associada a um profundo sentimento de significado no trabalho, que inclui entusiasmo, inspiração, orgulho e um desafio constante. Trata-se de uma dimensão que expressa o comprometimento do indivíduo com suas funções e sua identificação com a missão e os valores organizacionais. Por fim, a absorção é caracterizada por um estado de imersão total, em que o indivíduo experimenta concentração e felicidade em suas atividades, a ponto de o tempo parecer passar rapidamente e ter dificuldade em se desconectar completamente das tarefas. Essa sensação de envolvimento pleno costuma ser um indicativo de alinhamento entre as habilidades do trabalhador e as demandas da função.

De acordo com Bakker, Demerouti e Sanz-Vergel (2014), as pesquisas sobre o engajamento no trabalho têm se concentrado em identificar seus antecedentes e impactos. No que tange às suas consequências, destaca-se uma ampla gama de efeitos positivos, tanto no nível individual quanto organizacional. Isso implica maior

comprometimento com metas organizacionais, melhor qualidade no atendimento ao cliente, menor propensão ao absenteísmo e ao *burnout*, entre outros aspectos.

Colaboradores engajados tendem a investir significativamente no desenvolvimento de suas capacidades físicas, cognitivas e emocionais, o que aumenta a possibilidade de apresentarem um desempenho superior. Além disso, trabalham com mais intensidade, mantendo um foco maior em suas responsabilidades e estabelecendo uma conexão emocional mais profunda com suas atividades diárias. Esse nível de envolvimento torna-se um diferencial competitivo para as organizações, pois influencia diretamente os resultados operacionais e estratégicos.

Bakker (2011) argumenta que engajamento e satisfação no trabalho são conceitos distintos. O engajamento é caracterizado pela combinação de um elevado nível de prazer nas atividades laborais, manifestado pela dedicação e por um alto nível de ativação, representado pelo vigor e pela absorção. Em contrapartida, a satisfação no trabalho é vista como uma forma mais passiva de bem-estar, que não necessariamente reflete a mesma intensidade de envolvimento e entusiasmo que o engajamento. Essa diferenciação é crucial para as práticas de gestão de pessoas, pois mostra que um colaborador satisfeito pode não estar, necessariamente, engajado em suas atividades de maneira ativa e produtiva.

Ainda segundo o autor, existem evidências suficientes para reconhecer o engajamento como um construto motivacional significativo e independente da satisfação no trabalho, do comprometimento organizacional e do comportamento organizacional. Dessa forma, esses construtos seriam consequências do engajamento. O engajamento pode atuar como uma força propulsora inicial, capaz de desencadear outras atitudes positivas no ambiente organizacional, como o comprometimento com a missão institucional e comportamentos proativos no dia a dia.

Da mesma forma, focar apenas nas intenções comportamentais, como o desejo de permanecer na organização, não proporciona uma compreensão profunda dos motivos que levam o indivíduo a adotar essas atitudes. O comprometimento vai além da permanência física na empresa; envolve também o nível de entrega, de identificação com os valores organizacionais e de disposição para contribuir com os objetivos institucionais.

Portanto, é essencial integrar tanto os aspectos emocionais quanto comportamentais para se obter uma visão mais abrangente e precisa do comprometimento organizacional. Com essa integração, torna-se possível desenvolver políticas e práticas mais eficazes de gestão de pessoas, que promovam relações de trabalho mais sólidas, sustentáveis e alinhadas com os desafios das organizações contemporâneas.

A relação entre comprometimento organizacional e engajamento no trabalho

A relação entre engajamento no trabalho e comprometimento organizacional tem despertado crescente interesse nos estudos em Gestão de Pessoas, sobretudo por refletirem dimensões fundamentais do vínculo entre o indivíduo e o contexto organizacional. Embora se trate de conceitos distintos, é possível observar que ambos podem se influenciar, gerando efeitos positivos tanto para o desempenho individual quanto para os resultados organizacionais.

Para Schaufeli e Bakker (2004), mesmo em se tratando de constructos diferentes, o engajamento e o comprometimento estão empiricamente relacionados e podem se complementar, contribuindo para o fortalecimento de atitudes positivas no ambiente de trabalho. Enquanto o engajamento se refere ao envolvimento emocional, motivacional e à ativação do colaborador frente às suas tarefas — caracterizado por vigor, dedicação e absorção —, o comprometimento organizacional está relacionado ao vínculo afetivo, normativo ou calculado com a organização. Dessa forma, um trabalhador engajado com suas atividades tende a desenvolver maior identificação com os valores organizacionais, fortalecendo seu comprometimento com a instituição.

Nesse mesmo direcionamento, Saks (2006) ressalta que o engajamento pode atuar como um antecedente do comprometimento organizacional, na medida em que o envolvimento ativo e positivo nas tarefas de trabalho favorece experiências significativas, que ampliam a percepção de reciprocidade e confiança na organização. Esse processo, por sua vez, contribui para o desenvolvimento de um compromisso mais duradouro com os objetivos organizacionais, o que reforça a importância de promover condições favoráveis ao engajamento como estratégia de retenção e fidelização de talentos.

Nessa perspectiva, Rich, Lepine e Crawford (2010) destacam que o engajamento exerce um papel de mediação entre os recursos do trabalho e o comprometimento, funcionando como um elo que transforma boas condições laborais em atitudes positivas em relação à organização. Os autores argumentam que trabalhadores engajados demonstram maior envolvimento com suas funções, assim

como maior predisposição a comportamentos de cidadania organizacional, como colaborar com colegas, defender os interesses da empresa e demonstrar lealdade. Isso evidencia que investir em práticas que estimulem o engajamento impacta diretamente na construção de um comprometimento mais sólido, com reflexos positivos no clima organizacional, na produtividade e na satisfação no trabalho.

Para Robinson, Perryman e Hayday (2004), o engajamento no trabalho é um elemento essencial para o fortalecimento do comprometimento organizacional, pois representa a conexão positiva do colaborador com seu papel e com a organização. Os autores afirmam que colaboradores engajados são mais propensos a demonstrar lealdade, iniciativa e alinhamento com os objetivos institucionais, o que contribui diretamente para o desenvolvimento de um comprometimento organizacional duradouro e de qualidade. A construção desse vínculo é facilitada quando o ambiente organizacional oferece suporte, reconhecimento e oportunidades de desenvolvimento.

Assim, ao compreender a interação entre esses dois constructos — engajamento e comprometimento —, torna-se possível elaborar estratégias organizacionais mais eficazes para promover o desenvolvimento humano, o bem-estar no trabalho e a sustentabilidade dos vínculos entre colaborador e organização. Valorizar ambos os aspectos fortalece a cultura organizacional e potencializa a capacidade da empresa de alcançar seus objetivos de forma mais coesa e engajada.

O comprometimento e o engajamento no trabalho são fundamentais para o sucesso organizacional. Esses conceitos, mesmo que distintos, podem se complementar, promovendo maior desempenho, produtividade e satisfação dos funcionários. Quando bem trabalhados pelas lideranças e pela cultura organizacional, ambos contribuem para a construção de um ambiente saudável, motivador e orientado para resultados. Organizações que incentivam o comprometimento e o engajamento tendem a reduzir a rotatividade e a alcançar melhores resultados. Além disso, criam condições mais favoráveis para o desenvolvimento humano e profissional de seus colaboradores. Assim, priorizar esses aspectos fortalece as equipes e alinha os colaboradores com os objetivos estratégicos da empresa, promovendo uma gestão mais eficaz, sustentável e centrada nas pessoas.

MÉTODO

Para a avaliação do funcionamento organizacional, foram realizadas reuniões com a diretoria e colaboradores, visitas direcionadas e observações não estruturadas. De acordo com Marconi e Lakatos (1990), alguns procedimentos na pesquisa de campo incluem a investigação preliminar por meio de documentos e contatos diretos com pessoas, as quais podem fornecer dados ou sugerir fontes de informações úteis. A análise de documentos em conjunto com os contatos diretos ajuda a preparar para uma pesquisa de campo bem-sucedida, estabelecendo uma base sólida antes de se iniciar as observações e coletas de dados mais específicas.

As visitas direcionadas foram realizadas com o apoio da diretoria e da liderança responsável pelo turno de trabalho. Para aprimorar essas visitas, foram realizadas observações não estruturadas. Conforme descrito por Marconi e Lakatos (1990), a observação não estruturada se refere à coleta de dados de um determinado ambiente sem uma preparação prévia específica e sem seguir um plano de observação previamente definido.

A pesquisa foi realizada com a utilização das escalas EBACO e EEGT. A escala EBACO (Escala de Bases do Comprometimento Organizacional), segundo Siqueira (2008), é uma ferramenta projetada para mensurar sete bases do comprometimento organizacional, sendo elas: Afetiva; Afiliativa; Obrigação em permanecer; Obrigação pelo desempenho; Falta de recompensas e oportunidades; Linha consistente de atividade; Escassez de alternativas. A escala é composta por 28 itens, sendo 4 para cada 7 bases, respectivamente. Já a escala EEGT (Escala de Engajamento no Trabalho), conforme Siqueira (2014), se apresenta como uma medida construída e validada pelo Brasil para mensuração do grau de engajamento no trabalho, incluindo sua estrutura em duas dimensões: Vigor e Absorção, compostas por 10 itens, correspondendo 5 para cada uma delas.

As escalas foram aplicadas aos colaboradores que atuam no período noturno na unidade de Taubaté/SP, abrangendo as áreas de coleta, descarga, armazenamento e redistribuição. A pesquisa foi elaborada e transportada para a plataforma *Google Forms*, considerando facilitar a participação remota dos colaboradores. No entanto, esta ocorreu de forma presencial, nas instalações cedidas pela empresa e na presença de um dos pesquisadores, visando a possibilidade de sanear dúvidas sobre as questões a serem respondidas pelos participantes.

Posteriormente à aplicação dos instrumentos de análise, foram mensurados os resultados obtidos das escalas e apresentada a devolutiva à empresa, a fim de que pudesse analisar as sugestões de melhorias e sua posterior aplicação por meio do pretendido Plano de Ação.

O estágio foi realizado entre os meses de outubro e novembro de 2024 e a pesquisa teve um total de 06 (seis) encontros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base no formulário EBACO (Escala de Bases do Comprometimento Organizacional) e EGT (Escala de Engajamento no Trabalho) disponibilizado via Google Forms e respondido por 13 colaboradores da empresa, foram obtidos os seguintes resultados:

Quadro 1 – Resultados da Escala EBACO

BASE: AFETIVA			BASE: AFETIVA	
MÉDIA	PESO	TOTAL	RESULTADO ENCONTRADO	INTERPRETAÇÃO DO RESULTADO
1- 5,53	0,74	4,09	ABAIXO DE 5,87	BAIXO COMPROMETIMENTO
2 - 5,61	0,76	4,26	ENTRE 5,87 E 11,21	COMPROMETIMENTO ABAIXO DA MÉDIA
3 - 5,38	0,8	4,3	ENTRE 11,21 E 16,55	COMPROMETIMENTO ACIMA DA MÉDIA
4 - 5,53	0,78	4,32	MAIOR QUE 16,55	ALTO COMPROMETIMENTO
		16,97		ALTO COMPROMETIMENTO

BASE: OBRIGAÇÃO EM PERMANECER			BASE: OBRIGAÇÃO EM PERMANECER	
MÉDIA	PESO	TOTAL	RESULTADO ENCONTRADO	INTERPRETAÇÃO DO RESULTADO
5- 5,23	0,78	4,08	ABAIXO DE 10,62	BAIXO COMPROMETIMENTO
6 - 4,46	0,79	3,52	ENTRE 10,62 E 14,69	COMPROMETIMENTO ABAIXO DA MÉDIA
7 - 3,84	0,82	3,15	ENTRE 14,69 E 18,75	COMPROMETIMENTO ACIMA DA MÉDIA
8 - 4,69	0,85	3,98	MAIOR QUE 18,75	ALTO COMPROMETIMENTO
		14,73		COMPROMETIMENTO ACIMA DA MÉDIA

BASE: OBRIGAÇÃO PELO DESEMPENHO			BASE: OBRIGAÇÃO PELO DESEMPENHO	
MÉDIA	PESO	TOTAL	RESULTADO ENCONTRADO	INTERPRETAÇÃO DO RESULTADO
9- 5,69	0,65	3,7	ABAIXO DE 3,60	BAIXO COMPROMETIMENTO
10 - 5,92	0,81	4,79	ENTRE 3,60 E 8,38	COMPROMETIMENTO ABAIXO DA MÉDIA
11 - 5,92	0,81	4,79	ENTRE 8,38 E 13,34	COMPROMETIMENTO ACIMA DA MÉDIA
12 - 5,84	0,7	4,09	MAIOR QUE 13,34	ALTO COMPROMETIMENTO
		17,37		ALTO COMPROMETIMENTO

BASE: AFILIATIVA			BASE: AFILIATIVA	
MÉDIA	PESO	TOTAL	RESULTADO ENCONTRADO	INTERPRETAÇÃO DO RESULTADO
13- 5,61	0,72	4,04	ABAIXO DE 14,77	BAIXO COMPROMETIMENTO
14 - 5,53	0,82	4,54	ENTRE 14,77 E 16,82	COMPROMETIMENTO ABAIXO DA MÉDIA
15 - 5,61	0,76	4,26	ENTRE 16,82 E 17,88	COMPROMETIMENTO ACIMA DA MÉDIA
16 - 5,61	0,68	3,81	MAIOR QUE 17,88	ALTO COMPROMETIMENTO
		16,65		COMPROMETIMENTO ABAIXO DA MÉDIA

BASE: FALTA DE RECOMPENSA E OPORTUNIDADE			BASE: FALTA DE RECOMPENSA E OPORTUNIDADE	
MÉDIA	PESO	TOTAL	RESULTADO ENCONTRADO	INTERPRETAÇÃO DO RESULTADO
17- 2,92	0,45	1,31	ABAIXO DE 4,36	BAIXO COMPROMETIMENTO
18 - 3,23	0,77	2,48	ENTRE 4,36 E 8,78	COMPROMETIMENTO ABAIXO DA MÉDIA
19 - 3,92	0,72	2,82	ENTRE 8,78 E 13,20	COMPROMETIMENTO ACIMA DA MÉDIA
20- 2	0,6	1,2	MAIOR QUE 13,20	ALTO COMPROMETIMENTO
		7,81		COMPROMETIMENTO ABAIXO DA MÉDIA

Continua

BASE: LINHA CONSISTENTE DE ATIVIDADE			BASE: LINHA CONSISTENTE DE ATIVIDADE	
MÉDIA	PESO	TOTAL	RESULTADO ENCONTRADO	INTERPRETAÇÃO DO RESULTADO
21- 5,15	0,69	3,55	ABAIXO DE 8,52	BAIXO COMPROMETIMENTO
22 - 4,84	0,58	2,81	ENTRE 8,52 E 12,13	COMPROMETIMENTO ABAIXO DA MÉDIA
23 -5,76	0,71	4,09	ENTRE 12,13 E 15,63	COMPROMETIMENTO ACIMA DA MÉDIA
24 - 5,92	0,65	3,85	MAIOR QUE 15,63	ALTO COMPROMETIMENTO
		14,3		COMPROMETIMENTO ACIMA DA MÉDIA

BASE: ESCASSEZ DE ALTERNATIVAS			BASE: ESCASSEZ DE ALTERNATIVAS	
MÉDIA	PESO	TOTAL	RESULTADO ENCONTRADO	INTERPRETAÇÃO DO RESULTADO
25- 4,15	0,59	2,45	ABAIXO DE 11,46	BAIXO COMPROMETIMENTO
26 - 3,53	0,77	2,72	ENTRE 11,46 E 14,78	COMPROMETIMENTO ABAIXO DA MÉDIA
27 - 3,53	0,84	2,97	ENTRE 14,78 E 17,85	COMPROMETIMENTO ACIMA DA MÉDIA
28 - 3,61	0,78	2,82	MAIOR QUE 17,85	ALTO COMPROMETIMENTO
		10,96		BAIXO COMPROMETIMENTO

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Conforme o Quadro 1, os resultados obtidos pelas médias avaliadas pelos colaboradores indicam alto comprometimento nas bases Afetivas e Obrigação pelo desempenho. Aponta-se comprometimento acima da média nas bases Obrigação em permanecer e Linha consistente de atividade. Entretanto, foi indicado como comprometimento abaixo da média as bases Afiliativa e Falta de recompensas e oportunidades. Por fim, a base Escassez de alternativas foi apontada como indicador de baixo comprometimento.

Os resultados obtidos na escala EEGT (Escala de Engajamento no Trabalho) indicam alto engajamento nos fatores vigor e absorção (Quadro 2).

Quadro 2 – Resultado da escala EEGT

ESCALA EEGT			
ENQUANTO TRABALHO EU ACREDITO QUE FICO			
ESCORE	MÉDIA	INTERPRETAÇÃO	FATOR
4,53	4,51	ALTO ENGAJAMENTO NO TRABALHO	VIGOR
4,46			
4,23			
4,84			
4,23	4,61	ALTO ENGAJAMENTO NO TRABALHO	ABSORÇÃO
4,84			
4,76			
4,69			
4,53			

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Conforme o resultado das escalas e de acordo com a perspectiva de Meyer e Allen (1991), o comprometimento organizacional pode ser entendido como um vínculo psicológico entre o colaborador e a organização. Em consonância, Rodrigues e Bastos (2010) discutem as limitações dos modelos tradicionais e propõem uma visão que considera as variações culturais e organizacionais, sugerindo que o comprometimento

pode variar conforme o contexto. Apontam que é essencial avaliar como as características individuais e culturais influenciam a força e o tipo de comprometimento, uma vez que contextos distintos impactam a motivação e a lealdade dos colaboradores de maneiras diferentes

Em relação aos índices apontados, a análise dos resultados da EBACO revela um perfil de comprometimento organizacional com nuances significativas, refletindo um vínculo variado com a organização. O alto comprometimento afetivo indica um forte apego emocional dos colaboradores, sugerindo que estes se identificam com os valores e objetivos organizacionais, o que tende a promover engajamento e satisfação no ambiente de trabalho (Meyer; Allen, 1991).

De acordo com Medeiros, Albuquerque, Marques e Siqueira (2005), o alto comprometimento pela obrigação de desempenho indica que os colaboradores se sentem moralmente impulsionados a retribuir o que recebem da organização, associando o comprometimento a uma espécie de reciprocidade. Esse tipo de compromisso sugere uma cultura organizacional que valoriza o desempenho individual e coletivo e pode ser um fator importante na sustentação da produtividade.

O comprometimento acima da média em Obrigação em permanecer e na base Linha consistente de atividades aponta que, embora exista lealdade, ela é reforçada pelo planejamento de carreira e pelo desejo de continuidade de suas atividades. Conforme apontado por O'Reilly e Chatman (1986), um vínculo orientado por identificação e alinhamento de valores é um forte indicativo de que os colaboradores enxergam perspectivas de crescimento e segurança.

Entretanto, as baixas pontuações em Comprometimento afiliativo e em Falta de recompensas e oportunidades indicam possíveis desafios. Um baixo comprometimento afiliativo pode apontar para uma percepção limitada de apoio social ou para a falta de oportunidades de criar vínculos interpessoais, o que é importante para a satisfação e a retenção de talentos. Além disso, a baixa pontuação em Falta de recompensas e oportunidades sinaliza que os colaboradores podem não enxergar suficientes recompensas extrínsecas (Rodrigues; Bastos, 2010).

Por fim, o baixo comprometimento relacionado à Escassez de alternativas sugere que os colaboradores se sentem seguros para buscar oportunidades externas, o que pode ser um reflexo da autoconfiança ou de uma percepção positiva do mercado de trabalho. Isso pode indicar à organização que, para manter esses talentos, é preciso

fortalecer fatores que promovam uma retenção positiva, baseada no desejo de ficar, e não apenas devido à falta de alternativas.

No que se refere a Escala de Engajamento no Trabalho, segundo Schaufeli e Bakker (2004) essa ferramenta é amplamente utilizada para avaliar como as demandas e recursos do trabalho influenciam o bem-estar dos colaboradores e seu desempenho organizacional, visto que o engajamento é fator essencial para a produtividade e a satisfação no trabalho.

O alto engajamento no trabalho nas dimensões Vigor e Absorção é indicativo de um ambiente organizacional saudável e produtivo. Schaufeli e Bakker (2004) definem o vigor como um estado de energia e vitalidade em que os colaboradores se sentem motivados e dispostos a enfrentar desafios.

Por outro lado, segundo os autores, a absorção é caracterizada pela imersão total nas atividades diárias, em que os colaboradores se sentem envolvidos no trabalho. Essa dimensão é essencial, pois indica um forte comprometimento com as tarefas, mas também contribui para a experiência positiva no ambiente laboral.

Os resultados das escalas EBACO e da Escala de Engajamento no Trabalho indicam que o comprometimento e o engajamento são essenciais para o desempenho organizacional. A alta pontuação em comprometimento afetivo e na obrigação de desempenho, juntamente com vigor e absorção elevados, sugere um ambiente positivo que fomenta a lealdade e a dedicação dos colaboradores. No entanto, as áreas com baixo comprometimento, como a falta de recompensas, demandam atenção, indicando a necessidade de intervenções para otimizar a motivação e a satisfação no trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi, por meio da aplicação das escalas de comprometimento e engajamento no trabalho, visitas direcionadas e observações não estruturadas, analisar a percepção dos colaboradores sobre esses aspectos, bem como levar propostas para a implementação de práticas organizacionais, visando melhorias e adequações de dinâmicas internas.

As investigações e análises realizadas apontaram itens indicativos de alerta referente às relações afiliativas, ou seja, aos vínculos sociais estabelecidos, destacando a importância de programas de gestão e dinâmicas de equipe como modo de fortalecer esses vínculos. No que se refere a falta de oportunidades e recompensas, apesar de ser

apontada pelas análises a importância da nomenclatura de cargo, evidencia-se que a busca por novos desafios tende a motivar e impulsionar os colaboradores; desse modo, a oferta de treinamentos internos e ou externos, além de qualificar a demanda atual, pode servir como uma matriz de versatilidade para necessidades futuras.

Por fim, a demanda do mercado cresce cada vez mais, tornando necessária a avaliação constante da satisfação e do engajamento interno, por meios de comunicação e por pesquisa, como forma de acolher as insatisfações e impulsionar os pontos fortes, bem como de promover o amplo conhecimento interno das ações organizacionais, como propostas de fortalecimento de programas de gestão de pessoal.

De acordo com as análises dos resultados, podemos afirmar que os objetivos do trabalho foram alcançados, realizando assim a divulgação dos resultados e apresentando sugestões de propostas para as intervenções necessárias na organização.

REFERÊNCIAS

BAKKER, A. B. An evidence-based model of work engagement. **Current Directions in Psychological Science**, v. 20, n. 4, p. 265-269, 2011.

BAKKER, A. B.; DEMEROUTI, E.; SANZ-VERGEL, A. I. Burnout and work engagement: The JD-R approach. **Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior**, v. 1, n.1, p.389-411, 2014

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990.

MEDEIROS, C. A. F. **Comprometimento organizacional, características pessoais e performance no trabalho**: um estudo dos padrões de comprometimento organizacional. Natal, 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MEDEIROS, C. A. F.; ALBUQUERQUE, L. G. D.; MARQUES, G. M.; SIQUEIRA, M. Um estudo exploratório dos múltiplos componentes do comprometimento organizacional. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 11, n. 1, p. 1-16, 2005.

MENEZES, I. G. **Comprometimento organizacional**: construindo um conceito que integre atitudes e intenções comportamentais. Unpublished Doctoral Dissertation, Federal University of Bahia, Salvador, BA, 2009.

MEYER, J. P.; ALLEN, N. J. A three-component conceptualization of organizational commitment. **Human Resource Management Review**, v. 1, p. 61-89, 1991.

MOWDAY, R. T.; STEERS, R. M.; PORTER, L. W. The Measurement of Organizational Commitment. **Journal of Vocational Behavior**, v. 14, n.2, p. 224-247, 1979.

OLIVEIRA, Lucia Barbosa de; ROCHA, Juliana da Costa. Engajamento no trabalho: antecedentes individuais e situacionais e sua relação com a intenção de rotatividade. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 19, p. 415-431, 2017.

O'REILLY, C. A.; CHATMAN, J. Organizational commitment and psychological attachment: The effects of compliance, identification, and internalization on prosocial behavior. **Journal of Applied Psychology**, v. 71, n.3, p. 492-499, 1986.

REGO, Arménio. Comprometimento organizacional e ausência psicológica: afinal, quantas dimensões? **Revista de Administração de Empresas**, v.43, n.4, p.25-35, 2003.

RICH, B. L.; LEPINE, J. A.; CRAWFORD, E. R. (2010). Job engagement: Antecedents and effects on job performance. **Academy of Management Journal**, v. 5, n. 3, p. 617–635.

RODRIGUES, A. C. A.; BASTOS, A. V. B. Problemas conceituais e empíricos na pesquisa sobre comprometimento organizacional: uma análise crítica do modelo tridimensional de J. Meyer e N. Allen. **Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 10, n. 2, p. 129-144, 2010.

SAKS, A. M. Antecedents and consequences of employee engagement. **Journal of Managerial Psychology**, v. 21, n.7, p. 600–619, 2006.

SCHAUFELI, Wilmar B.; SALANOVA, M.; GONZALES-ROMA, V.; Bakker, A. B. The measurement of engagement and burnout: A two sample confirmatory factor analytic approach. **Journal of Happiness Studies**, v. 3, n.1, p. 71-92, 2002.

SCHAUFELI, W. B.; BAKKER, A. B. Job demands, job resources, and their relationship with burnout and engagement: A multi-sample study. **Journal of Organizational Behavior**, v. 25, n. 3, p. 293-315, 2004.

SIQUEIRA, M. M. M. **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SIQUEIRA, M. M. M. **Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N. **Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

GESTÃO DE PESSOAS NA SEGURANÇA PÚBLICA: COMPETÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE MENTAL COMO ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NA POLÍCIA CIVIL

Sandra Querido Gonçalves Pereira Machado

Andreza Cristina Both Casagrande

Danielle Pereira Lovatto

INTRODUÇÃO

O presente capítulo é parte de uma pesquisa realizada durante o Estágio Específico em Psicologia e Processos de Gestão II, junto à Polícia Civil de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, por meio de um estudo aplicado em uma das delegacias da região, visando compreender o impacto das competências sociais no bem-estar emocional e no desempenho dos servidores públicos.

O objetivo central desta pesquisa foi avaliar o bem-estar psicológico e as competências socioemocionais de uma equipe de servidores públicos da Polícia Civil, identificando pontos de vulnerabilidade emocional e funcional, a fim de propor intervenções breves baseadas em habilidades sociais. A relevância do estudo está ancorada na prevenção do adoecimento psíquico e na melhoria do clima organizacional, reconhecendo a centralidade das habilidades sociais e profissionais para o bom funcionamento das relações de trabalho e da produtividade nas instituições de segurança pública.

Foram utilizados três instrumentos principais, sendo o primeiro a Roda de Competências Sociais e Profissionais (Carraro; Koga; Rodrigues, 2020), que consiste em um gráfico circular dividido em segmentos, cada um representando uma competência específica relevante para o ambiente de trabalho. Considerou-se que a principal vantagem desse teste é a visualização clara das áreas que necessitam de desenvolvimento. Ao preencher a roda, os participantes podem identificar facilmente os segmentos nos quais suas habilidades sociais são mais fracas e nos quais estão mais fortes. O teste também busca avaliar a saúde mental dos participantes.

Também se examinou a relação dessas competências com as causas de estresse e ansiedade no ambiente laboral, utilizando-se a Escala de Estresse no Trabalho (EET) e a Escala HADS (Ansiedade e Depressão), haja vista que as relações interpessoais nos diversos setores da sociedade impactam diretamente o bem-estar e a saúde dos indivíduos.

Estudos indicam que a habilidade social está associada a relações saudáveis e ao desenvolvimento socioemocional (Del Prette; Del Prette, 2017). A amostra foi composta por sete servidores, organizados em dois grupos, conforme orientação institucional, a fim de não comprometer o funcionamento do setor.

REVISÃO DA LITERATURA

Habilidades sociais

As habilidades sociais são competências que permitem ao indivíduo interagir de maneira produtiva e saudável com as pessoas ao seu redor. Também conhecidas como *soft skills*, essas aptidões têm se tornado cada vez mais relevantes nos ambientes sociais, especialmente em contextos de trabalho e corporativos. Pessoas com habilidades sociais bem desenvolvidas, como boa comunicação, empatia e atitudes positivas, tendem a estabelecer relações mais frutíferas. No ambiente de trabalho, essas competências frequentemente levam ao sucesso profissional (Goleman, 2011). Portanto, as competências sociais são fundamentais no contexto da segurança pública, especialmente no enfrentamento de situações de conflito, pressão e interação com a população.

O papel das competências na Gestão Pública

Na gestão pública, o conceito de competência refere-se à capacidade e habilidade dos servidores públicos em desempenhar suas funções de acordo com os objetivos e padrões estabelecidos pela organização governamental. Essas competências são fundamentais para a realização das atividades do setor público e para o alcance dos resultados desejados. Segundo Almeida e Packard (2018), existem três categorias de competências individuais que devem ser consideradas.

Historicamente, acreditou-se que o indivíduo precisaria apenas adquirir competências cognitivas para ter sucesso. No entanto, o desenvolvimento das competências socioemocionais nunca foi tão necessário, uma vez que as emoções regem as atitudes humanas. Nora *et al.* (2018, p. 313) definem competência socioemocional como a “capacidade de trabalhar em grupo priorizando sociabilidade, respeito e atenção, além de lidar com as emoções”.

O desenvolvimento dessas competências resulta em indivíduos mais felizes, responsáveis e sociais, capazes de conviver com as diferenças e abertos a novas experiências. Coda (2016) complementa ao esclarecer que as competências técnicas

(*hard skills*) tornam o indivíduo apto a desempenhar funções específicas, enquanto as competências comportamentais e socioemocionais (*soft skills*) são o diferencial competitivo do profissional. Ambas são essenciais para o desempenho individual e para a administração dos desafios profissionais (Almeida; Packard, 2018).

A importância das habilidades sociais na Polícia Civil

As habilidades sociais desempenham um papel crucial na atuação dos profissionais da Polícia Civil, influenciando diretamente a eficácia de suas ações e a qualidade das interações com a comunidade e entre colegas. No contexto policial, a capacidade de comunicação, empatia e resolução de conflitos é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho eficaz e humanizado.

No âmbito da Polícia Civil, essas habilidades são essenciais para a construção de relacionamentos de confiança com a comunidade, facilitando a colaboração e o apoio em investigações. Além disso, o suporte psicológico e o acompanhamento contínuo são essenciais para a promoção do bem-estar emocional e social dos policiais (Pereira *et al.*, 2020).

Essas iniciativas podem contribuir para a construção de uma força policial mais capacitada e eficaz, refletindo diretamente na segurança e no atendimento à população. Portanto, a importância das habilidades sociais na Polícia Civil não pode ser subestimada. Elas são fundamentais para a construção de relações de confiança com a comunidade, para a resolução pacífica de conflitos e para o bem-estar dos profissionais. Investir no desenvolvimento dessas competências é essencial para uma atuação policial mais eficaz e humanizada.

Relação entre habilidades sociais e saúde mental

A Organização Mundial da Saúde (2013, p. 7) define a saúde mental como “uma parte integral da capacidade de um indivíduo para ter uma vida plena”, enfatizando a importância de habilidades sociais na formação de relações significativas e na realização de atividades cotidianas.

Estudos têm mostrado que a falta de habilidades sociais (HS) está correlacionada a diversos transtornos psicológicos. Por exemplo, Del Prette e Del Prette (2012) afirmam que indivíduos com déficits em HS estão mais propensos a desenvolver problemas como depressão e ansiedade. Isso se deve ao fato de que a dificuldade em se

relacionar socialmente pode intensificar experiências de estresse e solidão, afetando a saúde mental do indivíduo (Argyle, 1984).

Além disso, o fortalecimento das habilidades sociais tem sido associado à promoção de uma melhor saúde mental. De acordo com Murta (2005), intervenções focadas no desenvolvimento de HS têm demonstrado eficácia em prevenir problemas psicológicos e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. Essas intervenções visam ensinar comportamentos sociais e proporcionar um espaço seguro para a prática e o *feedback*, o que pode ser particularmente benéfico para pessoas que já enfrentam desafios emocionais (Donahoe; Driesenga, 1988).

Em resumo, as habilidades sociais desempenham um papel crucial na promoção da saúde mental, funcionando como um mediador nas interações sociais e influenciando diretamente o bem-estar psicológico dos indivíduos. Investir no desenvolvimento dessas habilidades pode ser uma estratégia eficaz para prevenir e tratar problemas de saúde mental, contribuindo para uma sociedade mais saudável e interconectada.

O clima organizacional, habilidades sociais e adoecimento na Polícia Civil do Estado de São Paulo

O clima organizacional é um fator crucial para se compreender as interações no ambiente de trabalho e seu impacto na saúde mental dos profissionais, especialmente em instituições como a Polícia Civil do Estado de São Paulo. Estudos têm demonstrado que a qualidade do clima organizacional afeta diretamente o bem-estar e o desempenho dos funcionários (Martins, 2008; Rueda; Santos, 2011). Um ambiente de trabalho caracterizado por apoio da liderança, reconhecimento e relações interpessoais saudáveis é essencial para prevenir o adoecimento psicológico dos policiais (Puate-Palacios; Pacheco; Severino, 2013).

A Polícia Civil de São Paulo tem enfrentado um alto índice de transtornos mentais entre seus profissionais, evidenciado por pesquisas que mostram um aumento significativo de casos de estresse, depressão e outros distúrbios psicológicos (Moraes *et al.*, 2019). O clima organizacional dessa instituição, muitas vezes permeado por pressão, falta de recursos e competitividade, contribui para a deterioração da saúde mental dos policiais. Em situações de pressão constante, a necessidade de habilidades sociais se torna ainda mais evidente, uma vez que a capacidade de comunicação e interação pode ajudar a mitigar conflitos e promover um ambiente mais colaborativo.

As habilidades sociais, que incluem a capacidade de se comunicar eficazmente, resolver conflitos e trabalhar em equipe, são fundamentais para a manutenção de um clima organizacional saudável. Segundo Del Prette e Del Prette (2017), indivíduos com um repertório adequado de habilidades sociais tendem a se relacionar de forma mais positiva com seus colegas, o que pode criar um ambiente de trabalho mais coeso e solidário. Isso é particularmente importante em contextos de alta pressão, como o enfrentado pela Polícia Civil, em que a falta de apoio social pode agravar a sensação de isolamento e o estresse.

A literatura aponta que a falta de habilidades sociais pode resultar em comportamentos indesejáveis, como a agressividade e a evasão, que além de prejudicar as relações interpessoais, também afetam a saúde mental dos envolvidos (Del Prette; Del Prette, 2017; Caballo, 2003). Em ambientes onde a colaboração e o suporte mútuo são essenciais, a incapacidade de se relacionar de forma adequada pode levar ao aumento do adoecimento.

Os gestores da Polícia Civil são fundamentais para a promoção de um clima organizacional positivo. É essencial que haja iniciativas que estimulem a comunicação aberta, o *feedback* construtivo e o reconhecimento do trabalho dos policiais. Tais ações podem fortalecer as habilidades sociais dos funcionários e contribuir para a redução do estresse e do adormecimento mental (Puente-Palacios; Pacheco; Severino, 2013).

PROCEDIMENTOS

Foram avaliados 7 servidores da Polícia Civil, divididos em dois grupos, o primeiro com 4 funcionários e o segundo com 3 funcionários, conforme solicitação da Delegada, para não prejudicar o andamento do trabalho na instituição.

Foi utilizada a Roda de Competências Sociais Profissionais (Carraro; Koga; Rodrigues, 2020). Esse instrumento permite que os colaboradores realizem uma autoanálise sobre seus comportamentos e pensamentos em relação a várias competências, possibilitando uma avaliação de sua satisfação pessoal com cada uma delas, em uma escala que varia de 0 (totalmente insatisfeito) a 10 (totalmente satisfeito). Consiste em um gráfico circular dividido em segmentos, cada um representando uma competência específica relevante para o ambiente de trabalho. As aplicações foram acompanhadas de escuta e reflexão.

Entre as competências, encontram-se áreas como comunicação, empatia, resolução de conflitos, assertividade, colaboração, flexibilidade e liderança, refletindo seu nível de satisfação ou proficiência em cada competência. As competências avaliadas no instrumento aplicado foram: aceitar diferenças; dar e receber *feedback*; relacionamento interpessoal; saber dizer não; assertividade; autocontrole da raiva; manejo de conflitos; tomada de decisão; empatia e bom humor.

Segundo Carraro, Koga e Rodrigues (2020), a principal vantagem desse teste é a visualização clara das áreas que necessitam de desenvolvimento. Ao preencher a roda, os participantes podem identificar facilmente os segmentos em que suas habilidades são mais fracas e nos quais se apresentam mais fortes. Essa representação gráfica facilita a compreensão dos pontos que requerem atenção e desenvolvimento, promovendo autorreflexão e autoconhecimento. Ao avaliar suas competências, os indivíduos são incentivados a pensar criticamente sobre suas habilidades e comportamentos no ambiente profissional, alcançando um maior entendimento de si mesmos e de como suas ações impactam suas carreiras e seus relacionamentos profissionais.

A Escala de Estresse no Trabalho (EET) e a Escala de Ansiedade e Depressão (HADS) foram respectivamente utilizadas para autoavaliação de desempenho, autoanálise das competências individuais e a relação dessas competências com causas de estresse e ansiedade no ambiente laboral, visando avaliar a percepção dos funcionários sobre suas competências sociais e as áreas que necessitam de desenvolvimento, identificando as possíveis causas de estresse, ansiedade e depressão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das respostas e notas da Roda de Competência Social e Profissional gerou-se o gráfico das habilidades da média do grupo de participantes. O gráfico e as tabelas revelam a autoavaliação dos servidores em relação às dez competências sociais e profissionais, comparadas com a média da equipe. Os resultados indicaram lacunas importantes em competências como assertividade, autocontrole da raiva, empatia e *feedback*.

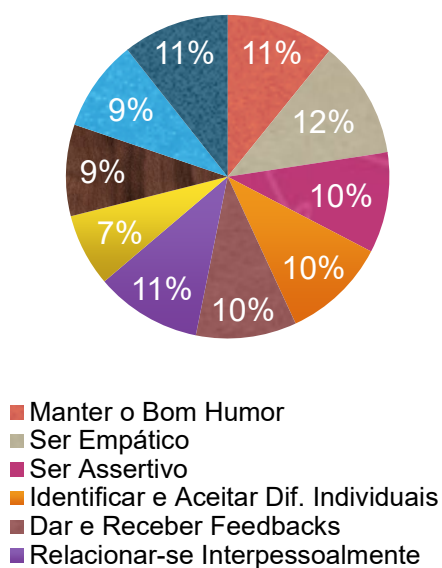
A Escala de Estresse no Trabalho, com 15 itens, possibilitou avaliar o nível de estresse no contexto organizacional. O referido instrumento é adotado nesta pesquisa para identificar os principais fatores estressores e suas relações com o dia a dia dos policiais no ambiente laboral.

Já segundo a Escala HADs, a maioria dos participantes apresentou níveis moderados a altos de estresse ocupacional e indícios de ansiedade.

Os dados obtidos revelaram a importância de habilidades como empatia, assertividade, controle da raiva e resolução de conflitos para um clima organizacional saudável, sugerindo a implementação de treinamentos específicos voltados ao desenvolvimento socioemocional dos policiais civis.

Os gráficos e tabelas a seguir destacam os dados mais relevantes.

Gráfico 1 – Distribuição das médias das competências da Roda de Competências



Fonte: resultados da pesquisa

Análise dos resultados da Roda de Competências Sociais e Profissionais

O Gráfico 1 apresenta uma distribuição proporcional das médias, variando de 7% a 12%, com leve predominância em competências interpessoais. Os pontos fortes incluem empatia (12%), relacionamento interpessoal (11%), bom humor (11%) e manejo de conflitos (11%). Os pontos críticos estão relacionados à dificuldade em dizer não (9%), controle da raiva (9%) e tomada de decisão (7%).

Pontos Fortes (acima de 11%): ser empático (12%), capacidade de perceber e compreender o outro, essencial para um ambiente colaborativo e acolhedor; relacionar-se interpessoalmente (11%) e manter o bom humor (11%), indicam habilidade para interações positivas e um clima organizacional saudável; manejar conflitos e resolver

problemas (11%), demonstra maturidade emocional e competência para lidar com situações adversas.

Zona Mediana (10%): ser assertivo, dar e receber *feedbacks*, identificar e aceitar diferenças individuais: competências moderadas, com espaço para fortalecimento, sobretudo em contextos que exigem posicionamento mais direto e receptividade a críticas construtivas.

Pontos Críticos (abaixo de 10%): dizer não (9%), autocontrole da raiva e agressividade (9%) e tomar decisões (7%): apontam para dificuldades em estabelecer limites, regular emoções em situações de tensão e agir com autonomia diante de escolhas relevantes. São áreas prioritárias para intervenção.

A disparidade entre “ser empático” e “dizer não”, observada refere-se à alta média em “ser empático” (12%), contrastando com a baixa média em “dizer não” (9%). Esse contraste sugere que, embora os indivíduos tenham sensibilidade e acolhimento em relação ao outro, podem apresentar dificuldades em impor limites claros, expressar discordância ou proteger seu próprio bem-estar diante de demandas excessivas. Essa discrepância pode refletir um padrão relacional de sobrecarga emocional, submissão ou evitação de conflitos.

Conclui-se que a avaliação por meio da Roda de Competências revela um bom repertório interpessoal, com destaque para empatia e humor, mas evidencia a necessidade de trabalhos voltados à autonomia, assertividade e enfrentamento. A promoção de competências sociais mais equilibradas pode contribuir significativamente para o bem-estar institucional, a produtividade e a qualidade das relações no ambiente de trabalho.

Tabela 1- Pontuação e média geral para cada uma das quinze assertivas da Escala de Estresse no Trabalho (EET)

Item	Pontuação Total	Média por Funcionário	Média Geral
A1- A forma como as tarefas são distribuídas em minha área tem me deixado nervoso.	15	2.14	
A2- O tipo de controle existente no meu trabalho me irrita.	11	1.57	
A3- A falta de autonomia na execução do meu trabalho tem sido desgastante.	7	1.00	
A4- Sinto-me incomodado com a falta de informações sobre minhas tarefas no trabalho.	8	1.14	
A5 - Sinto-me incomodado por ter que realizar tarefas que estão além de minha capacidade.	16	2.29	
A6 - Fico de mau humor por ter que trabalhar em excesso.	15	2.14	
A7 - Tenho me sentido incomodado com a deficiência nos treinamentos para a capacitação profissional.	19	2.71	
A8 - Fico de mau humor por me sentir isolado no trabalho.	9	1.29	
A9 - As poucas perspectivas de crescimento na carreira têm me deixado angustiado.	18	2.29	
A10 - Tenho me sentido incomodado por trabalhar em tarefas abaixo do meu nível de habilidades.	12	1.71	
A11 - A competição no meu ambiente de trabalho tem me deixado de mau humor.	9	1.29	
A12 - A falta de compreensão de quais são as minhas responsabilidades neste trabalho tem me causado irritação.	8	1.14	
A13 - Tenho estado nervoso por meu superior me dar ordens contraditórias.	8	1.14	
A14 - O tempo insuficiente para realizar meu volume de trabalho deixa-me nervoso.	16	2.29	
A15 - Fico incomodado por meu superior evitar me incumbir de responsabilidades importantes.	9	1.29	
TOTAL	178	26,73	1,78

Fonte: resultados da pesquisa

Análise e Resultados da Escala de Estresse no Trabalho (EET)

A Escala de Estresse no Trabalho (EET), aplicada ao grupo de 7 funcionários, totalizou 178 pontos, revelando um padrão coletivo de estresse ocupacional moderado. Os fatores mais críticos apontados foram: falta de capacitação (2,71), sobrecarga de tarefas (2,29) e tempo insuficiente (2,29), e poucas perspectivas de crescimento na carreira (média 2,29). Esses dados indicam demandas institucionais estruturais que impactam diretamente a saúde mental e o desempenho dos colaboradores. Entretanto, o item que menos impactou o grupo seria a falta de autonomia na execução do trabalho, indicando considerável autonomia para a realização de tarefas.

A soma das médias individuais dos 15 itens avaliados foi de 26,73, o que resulta em uma média geral por item de aproximadamente 1,78. Esse valor representa a intensidade média de estresse percebido por item, conforme relatado pelos sete funcionários avaliados. Essa média geral, abaixo da metade da escala possível (considerando escala de 1 a 5 ou 1 a 4), indica um estresse ocupacional de nível “moderado”. Embora não haja picos extremos, alguns itens como falta de treinamento, sobrecarga de tarefas e tempo insuficiente se destacam como fatores mais intensos, sugerindo focos específicos de intervenção institucional. A baixa média em itens como autonomia e comunicação de responsabilidades pode indicar aspectos mais estabilizados na equipe, mas que ainda merecem atenção para não se deteriorarem com o tempo.

Análise e Resultados da Escala HADs (Ansiedade e Depressão)

A Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (HADS) foi aplicada com o objetivo de identificar indícios de sintomas ansiosos e depressivos entre os servidores avaliados. A Tabela 2 apresenta a pontuação individual de cada participante nas subescalas de Ansiedade (HADS-A) e Depressão (HADS-D), possibilitando a análise da média do grupo e a frequência de casos com possíveis sintomas clínicos. Essa análise contribui para a compreensão do impacto emocional no ambiente de trabalho e subsidia intervenções voltadas à promoção da saúde mental organizacional.

Tabela 2 - Pontuação e frequência da ansiedade e da depressão individual

Servidor	Ansiedade	Depressão
1	9	6
2	9	6
3	8	7
4	16	5
5	9	6
6	9	6
7	5	3
Total	65	39
Média do Grupo	9,29	5,57

Fonte: resultados da pesquisa

A análise dos resultados da Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (HADS) permite observar a distribuição individual das pontuações de ansiedade (HADS-A) e depressão (HADS-D) entre os sete servidores avaliados.

No que se refere à ansiedade, nota-se que cinco dos sete participantes (A1, A2, A4, A5 e A6) apresentaram pontuação igual ou superior a 9, o que indica níveis clinicamente significativos de sintomas ansiosos, conforme os critérios da escala. O destaque fica para o servidor A4, com pontuação 16, que representa um nível elevado e potencialmente mais debilitante de ansiedade. Apenas os servidores A3 (8) e A7 (5) ficaram abaixo do ponto de corte, indicando ausência de sintomas clínicos significativos. A média geral de 9,29 reforça o predomínio da ansiedade no grupo, situando-se acima do limite clínico e sugerindo que pode ser um fator de impacto relevante no ambiente de trabalho desses profissionais.

Quanto à depressão, as pontuações variaram entre 3 e 7, todas abaixo do ponto de corte de 8 estabelecido pela escala HADS. Isso indica que nenhum dos servidores apresenta indícios clínicos de sintomas depressivos, com a média geral de 5,57 confirmando a ausência de quadros significativos de depressão no grupo avaliado. O servidor com maior pontuação foi o A3 (7), ainda assim abaixo do limiar clínico.

A partir das respostas da escala HADS gerou-se a média da pontuação geral e a interpretação e análise dos resultados das frequências de ansiedade e depressão do grupo.

Tabela 3 - Pontuação e frequência da ansiedade e da depressão da média do grupo

Média do Grupo: 65 / 7 =	9,29
Servidores A1, A2, A4, A5, A6 →	5 de 7 →71,4%
Casos com ausência de sintomas- A3, A7	→28,6%
Média geral: 39 / 7 =	5,57
Todos os servidores com pontuação baixa → 100% ausência de sintomas depressivos	

Fonte: resultados da pesquisa

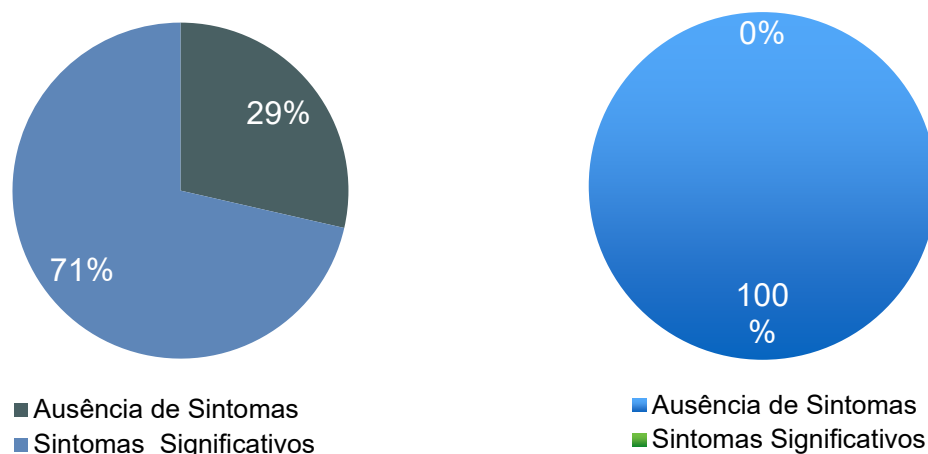
A média geral da subescala de Ansiedade (HADS-A) foi de 9,29, valor que ultrapassa o ponto de corte clínico (≥ 9), indicando uma tendência significativa à sintomatologia ansiosa no grupo. Especificamente, 71,4% dos participantes (servidores A1, A2, A4, A5 e A6) apresentaram escores iguais ou superiores a 9, o que representa uma prevalência elevada de sintomas que demandam atenção psicológica. Por outro lado, 28,6% (A3 e A7) não apresentaram indícios de ansiedade, o que demonstra certa heterogeneidade no perfil emocional dos avaliados.

Em contrapartida, os dados referentes à subescala de Depressão (HADS-D) indicam uma condição menos crítica. A média do grupo foi de 5,57, situando-se abaixo do ponto de corte clínico (≥ 8). Todos os servidores obtiveram pontuação considerada baixa para sintomas depressivos, resultando em 100% de ausência de indicativos depressivos relevantes.

Esses achados sugerem que, embora a depressão não represente uma preocupação significativa no grupo analisado, a ansiedade emerge como um fator psicossocial relevante, com potencial impacto no bem-estar, na produtividade e nas relações interpessoais no ambiente de trabalho. Portanto, recomenda-se a implementação de ações preventivas e interventivas voltadas ao manejo da ansiedade, como treinamentos em habilidades socioemocionais, programas de apoio psicológico e melhoria das condições organizacionais.

O Gráfico 2 apresenta os resultados da aplicação da Escala HADs para ansiedade e depressão.

Gráfico 2 – Escala HADs (Ansiedade e Depressão)



Fonte: resultados da pesquisa

A aplicação da Escala HADS revelou um padrão preocupante no que diz respeito à ansiedade, com 71% dos avaliados apresentando sintomas significativos (pontuação ≥ 9 , indicando potencial caso de ansiedade moderada a grave. Por outro lado, os níveis de depressão se mantêm baixos em toda a amostra, o que sugere 100% de ausência de sintomas depressivos significativos no grupo avaliado. Em síntese, os resultados evidenciam um nível preocupante de ansiedade no grupo, com mais de 70% dos servidores apresentando sintomas relevantes, enquanto a depressão não se mostra presente de forma clinicamente significativa entre os participantes.

Dessa forma, pode-se concluir que há um nível elevado de ansiedade entre os servidores avaliados, possivelmente relacionado a fatores ocupacionais como sobrecarga, insegurança ou ambiente tenso. Entretanto, a ausência de sintomas depressivos indica que o sofrimento psíquico está, neste momento, mais voltado à ansiedade reativa e situacional, possivelmente influenciada por fatores ambientais e laborais, não indicando quadros depressivos clínicos instalados.

Esses dados apontam para a necessidade de ações voltadas ao manejo do estresse e da ansiedade, como intervenções psicológicas breves. Recomenda-se escuta clínica individual para os casos com pontuação ≥ 9 , avaliação institucional das fontes de estresse e ansiedade no ambiente de trabalho, ações de promoção de saúde mental e

manejo de estresse em grupos terapêuticos, treinamentos em regulação emocional, escuta qualificada e fortalecimento do suporte organizacional.

Integração e interpretação geral dos resultados- competências sociais, saúde mental e clima organizacional

A Roda de Competência Social e Profissional revelou que, embora o grupo apresente bom repertório relacional com destaque para a empatia (12%), o relacionamento interpessoal (11%), o bom humor (11%) e o manejo de conflitos (11%), foram identificados pontos críticos em competências essenciais para o equilíbrio emocional e os limites interpessoais, como: dizer não (9%), autocontrole da raiva (9%) e tomada de decisão (7%). Essa combinação sugere que, embora o grupo apresente boa capacidade de convivência e sensibilidade ao outro, ainda enfrenta dificuldades para se posicionar, proteger-se emocionalmente e lidar com tensões internas sem prejuízo das relações.

Destaca-se, como resultado, a disparidade entre “empatia” elevada e “dificuldade em dizer não”, o que pode refletir um padrão relacional de submissão emocional, medo de confronto ou tendência a assumir sobrecargas por receio de desagradar, o que pode estar favorecendo o surgimento de estados ansiosos, conflitos velados e desgaste emocional no cotidiano profissional. Assim, os resultados revelam a importância das Competências Sociais na Saúde Emocional.

A Escala de Estresse no Trabalho (EET) apontou um nível moderado de estresse ocupacional (média geral de 1,78 por item), destacando como mais estressores a deficiência em treinamentos para capacitação profissional (2,71), sobrecarga de tarefas (2,29), tempo insuficiente para execução do trabalho (2,29) e poucas perspectivas de crescimento na carreira (2,29).

Esses dados revelam demandas estruturais e organizacionais que comprometem o bem-estar psicológico dos servidores, mesmo que aspectos como autonomia e clareza das tarefas tenham apresentado médias mais baixas de impacto negativo.

Assim, mesmo com certo grau de autonomia funcional, os servidores enfrentam barreiras institucionais que contribuem para a manutenção do estresse, como falta de valorização, excesso de demandas e escassez de oportunidades de desenvolvimento profissional.

Diante dos resultados da pesquisa, pode-se concluir que o estresse ocupacional tem como causas vulnerabilidades institucionais. A aplicação da Escala HADS revelou que 71,4% dos servidores avaliados apresentaram sintomas clínicos de ansiedade

(pontuação ≥ 9), com destaque para o Servidor 4, que obteve pontuação 16, indicando um possível quadro de ansiedade moderada a grave. Já os sintomas de depressão não foram observados, com média geral de 5,57 pontos, mantendo todos os servidores abaixo do ponto de corte clínico (≥ 8).

Esse padrão sugere que, embora não haja indícios atuais de depressão instalada, o grupo sofre com estados de ansiedade reativos, provavelmente desencadeados por fatores do ambiente de trabalho, como sobrecarga, insegurança funcional, carência de treinamentos e conflitos não mediados.

Os resultados da presente pesquisa apontam indícios compatíveis com transtornos de ajustamento, com sintomas ansiosos predominantes, associados ao ambiente institucional. No campo das habilidades sociais, Del Prette e Del Prette (2017) ressaltam que indivíduos com *déficits* em assertividade, limites e enfrentamento de conflitos tendem a internalizar demandas excessivas, o que pode gerar sobrecarga emocional, sentimentos de incapacidade e experiências subjetivas de sufocamento, especialmente no ambiente de trabalho. Portanto, a ansiedade detectada pode estar associada a uma lacuna no repertório de habilidades socioemocionais, como a “dificuldade de dizer não”, “controlar a raiva” e “tomar decisões” de forma segura. esse dado reforça a importância do fortalecimento das competências socioemocionais como forma de prevenção ao adoecimento psíquico, haja vista que os resultados apontaram a ansiedade como sinal de alerta e risco emergente.

CONCLUSÃO

O presente estudo aponta para a relevância do desenvolvimento de competências sociais e socioemocionais em profissionais de segurança pública, dado o impacto direto que essas habilidades têm sobre o bem-estar individual e o ambiente organizacional.

A análise integrada dos dados evidenciou que o bem-estar emocional dos servidores está diretamente relacionado às suas competências sociais e profissionais. As dificuldades em áreas como assertividade, controle emocional e limites impactam o modo como esses profissionais lidam com as pressões organizacionais, favorecendo quadros de ansiedade ocupacional e sofrimento psíquico, ainda que silencioso.

A aplicação da Roda de Competências Sociais Profissionais e das escalas de estresse, ansiedade e depressão demonstraram que, embora muitos servidores

apresentem autopercepção positiva de suas habilidades, há áreas específicas de desenvolvimento que necessitam de intervenção.

Foi observado como as competências sociais e profissionais se relacionam com o estado emocional e de estresse dos servidores. As competências de empatia, autocontrole, resolução de conflitos e assertividade são particularmente relevantes nesse contexto, pois refletem habilidades que podem mitigar o impacto do estresse e reduzir sintomas de ansiedade e depressão no ambiente de trabalho.

Os servidores que pontuaram mais alto em autocontrole e resolução de conflitos na Roda de Competências demonstraram maior capacidade de lidar com situações de estresse e menor vulnerabilidade a sintomas ansiosos ou depressivos. Foi observado ainda que a capacidade de manter o bom humor e aceitar diferenças individuais também pode contribuir para um ambiente mais colaborativo, diminuindo o impacto negativo do estresse.

Os servidores com notas mais baixas em assertividade e capacidade de dizer “não” podem estar mais suscetíveis ao estresse ocupacional, o que pode elevar o risco de ansiedade e depressão, conforme mensurado. Portanto, o estudo reforça a tese de que a habilidade social e emocional é crucial para o desempenho e a qualidade de vida no trabalho.

Assim, recomenda-se a realização de escutas clínicas individuais para casos com ansiedade significativa (pontuação ≥ 9 na HADS); implementação de Oficinas de Treinamento em Habilidades Sociais, com foco em assertividade, enfrentamento, regulação emocional e resolução de conflitos, que podem melhorar significativamente as interações e reduzir os fatores de estresse no ambiente; programas de promoção da saúde mental institucional, como grupos de apoio, rodas de conversa, ginástica laboral e supervisão psicológica; e avaliação contínua do clima organizacional, com indicadores de saúde emocional, satisfação e engajamento.

Além disso, a realização de intervenções psicológicas permite reduzir estressores ocupacionais, estabelecendo um modelo de boas práticas replicável em outras instituições, promovendo uma cultura de saúde mental e desenvolvimento socioemocional contínuo em instituições de Segurança Pública.

Uma reavaliação pós-treinamento permitirá verificar se os participantes incorporaram as competências desenvolvidas, não apenas no contexto profissional, mas também em outras esferas de suas vidas, ampliando o impacto positivo dessas habilidades.

Por fim, promover o desenvolvimento dessas competências pode ser uma estratégia eficaz para reduzir os impactos negativos do estresse e melhorar a saúde mental e a produtividade dos servidores na instituição.

A partir dessa proposta, espera-se fortalecer o repertório socioemocional dos servidores, promover o autocuidado e a valorização profissional, e, sobretudo, construir um ambiente institucional mais saudável, colaborativo e produtivo, alinhado às exigências éticas e humanas da função policial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. K.; PACKARD, T. (org.). **Competências e empregos: uma agenda para a juventude**. Brasil: Grupo Banco Mundial, 2018.

CARRARO, C.; KOGA, A.C.B. C.; RODRIGUES, M. S. **Roda de Competências Sociais Profissionais**. Taubaté: Unitau, 2020.

CODA, R. **Competências comportamentais: como mapear e desenvolver competências pessoais no trabalho**. São Paulo: Atlas, 2016.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais: competências e habilidades sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

NORA, J. V. Dalla *et al.* A percepção do docente acerca das competências socioemocionais do sujeito criança a partir da metodologia Impare educação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL UMA NOVA PEDAGOGIA PARA A SOCIEDADE FUTURA, 3., 2018. [s. l.] **Anais [...]**. Disponível em: <file:///D:/nao%20deletar%20arquivos%20IMPORTANTES%20do%20sistema/Downloads/360-Texto%20do%20Artigo-1264-1294-10-20181127.pdf>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-10**. 10. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

PUENTE-PALACIOS, K.; PACHECO, T.; SEVERINO, S. R. Clima organizacional e saúde mental: um estudo com policiais civis. **Revista Psicologia**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 197-205, 2013.

RUEDA, F. J.; SANTOS, P. M. Clima organizacional e produtividade: implicações para a gestão pública. **Gestão & Sociedade**, v. 4, n. 3, p. 85-94, 2011.

GESTÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS E VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR: UMA LEITURA CRÍTICA DA NR-1

Ana Paula da Silva Medeiros

Fernanda Botelho Dias

Andreza Cristina Both Casagrande

Ricardo Silva dos Santos Durães

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a saúde mental passou a ocupar um espaço central nas discussões sobre qualidade de vida no ambiente de trabalho. A crescente incidência de transtornos psíquicos associados ao ambiente laboral reflete as transformações na organização do trabalho assim como as lacunas históricas nas políticas de prevenção e promoção do bem-estar emocional no contexto ocupacional. Condições como ansiedade generalizada, depressão, estresse crônico e a síndrome de *burnout* passaram a integrar o cotidiano de profissionais de diferentes setores, evidenciando que o adoecimento mental deixou de ser uma exceção para se tornar uma realidade estatística e institucionalmente relevante.

Diversos estudos demonstram que a ausência de ações voltadas à saúde mental impacta diretamente os índices de absenteísmo, presenteísmo, rotatividade, acidentes de trabalho e, sobretudo, a qualidade das relações interpessoais no ambiente organizacional. A negligência em relação ao sofrimento psíquico, frequentemente invisível e subnotificado, compromete a produtividade e contribui para a deterioração do clima organizacional, agravando desigualdades e favorecendo a naturalização de práticas abusivas. Assim, torna-se urgente compreender a saúde mental como um direito dos trabalhadores e um elemento central para a sustentabilidade das instituições.

Nesse contexto, a atuação do Estado por meio de políticas públicas se mostra essencial. A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, representa um marco. Ao incluir explicitamente os riscos psicossociais no escopo do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), a norma amplia o entendimento de saúde e segurança no trabalho, reconhecendo que os fatores emocionais e relacionais exercem influência direta sobre a saúde global do

trabalhador. A NR-1 propõe um modelo de gestão que vai além do controle de acidentes físicos, ao prever medidas específicas voltadas à prevenção do adoecimento mental.

Essa normatização estabelece quatro diretrizes principais: a avaliação dos riscos psicossociais, a implementação de estratégias preventivas, a promoção de capacitações sobre saúde mental e a oferta de apoio psicológico estruturado. A adoção dessas medidas, quando realizada com intencionalidade e continuidade, contribui para a criação de um ambiente de trabalho mais saudável, empático e resiliente, no qual os vínculos profissionais são fortalecidos e a saúde dos colaboradores se torna prioridade institucional.

Dessa forma, este capítulo tem como objetivo examinar a relevância da saúde mental no contexto laboral, com ênfase na aplicação da NR-1 como ferramenta de suporte à qualidade de vida no trabalho. A proposta é articular os fundamentos legais da norma às práticas organizacionais, demonstrando como sua implementação pode prevenir o sofrimento psíquico, promover o bem-estar e fortalecer a cultura de cuidado nas instituições públicas e privadas.

DESENVOLVIMENTO

Saúde mental no ambiente de trabalho

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental pode ser considerada como uma situação de bem-estar, possibilitando o desenvolvimento íntegro de suas habilidades pessoais, respondendo aos desafios da vida com mais otimismo e contribuindo de forma positiva com a comunidade (GOV, 2023). O bem-estar de uma pessoa não depende apenas do aspecto psicológico e emocional, mas também de condições fundamentais, como saúde física, apoio social, condições de vida.

Além dos aspectos individuais, a saúde mental é também determinada pelos aspectos sociais, ambientais e econômicos e influenciada pelo ambiente. Portanto, deve-se considerar que a saúde mental resulta da interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais e apresenta características biopsicossociais. Dessa forma, é possível perceber que o ambiente de trabalho influencia diretamente no estado de bem-estar do indivíduo, sendo a empresa responsável pelas condições que disponibiliza a seus funcionários.

A contemporaneidade vem trazendo à tona, cada vez mais, assuntos relacionados à saúde mental e sua importância em diferentes âmbitos. Essa crescente percepção da saúde mental como elemento estratégico para o sucesso de uma

organização ganhou destaque no contexto empresarial. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2023, o Brasil registrou 4,5 milhões de estabelecimentos empregadores. Entre eles, os estabelecimentos com 1 a 4 funcionários representaram a maior parcela, totalizando 2,5 milhões de unidades, o que equivale a 56,93% do total. Esse segmento cresceu em 66,4 mil estabelecimentos em relação a 2022, um aumento de 2,6% (GOV, 2024).

As empresas passaram a priorizar o bem-estar mental de seus funcionários no ambiente de trabalho, compreendendo que o sucesso organizacional não é meramente correlacional, mas causal e intrinsecamente ligado ao desempenho humano no ambiente profissional. A criação de ambientes acolhedores, a promoção de práticas de gestão saudáveis e o acesso facilitado a suporte psicológico emergem como estratégias fundamentais para alcançar esse objetivo, transformando a saúde mental de uma preocupação secundária em um pilar estratégico das organizações (GOV, 2024).

A saúde mental e a capacidade produtiva estabelecem uma relação complementar complexa e significativa. Um estado mental positivo, caracterizado por bem-estar emocional, resiliência ao estresse e ausência de psicopatologias debilitantes emerge como um substrato fundamental para a otimização do engajamento, da criatividade, da tomada de decisão eficaz e, conseqüentemente, da produtividade individual e coletiva (OMS, 2022).

Indivíduos com boa saúde mental tendem a apresentar maior capacidade de concentração, melhor gestão do tempo e das tarefas, além de um aumento na motivação intrínseca para alcançar metas e superar desafios (Grawitch *et al.*, 2006). A estabilidade emocional e a clareza cognitiva favorecem a resolução de problemas complexos e a adaptação a ambientes de trabalho dinâmicos, elementos cruciais para a manutenção de altos níveis de produtividade em um mercado globalizado e competitivo.

Por outro lado, a prevalência de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e síndrome de *burnout* impõem um compromisso significativo sobre a produtividade. Sintomas como fadiga, dificuldade de concentração, irritabilidade e desesperança minam a capacidade do trabalhador de desempenhar suas funções de maneira eficiente, elevando as taxas de absenteísmo, presenteísmo (trabalhador presente fisicamente, mas com baixa produtividade) e rotatividade de pessoal (Goetzel *et al.*, 2004). A deterioração da saúde mental não apenas impacta o indivíduo, mas também reverbera no clima organizacional, nas relações interpessoais e na eficiência do trabalho.

Evidências empíricas sustentam essa interconexão. Estudos longitudinais demonstram que trabalhadores com níveis mais elevados de bem-estar psicológico apresentam consistentemente maior desempenho e satisfação no trabalho (Wright; Cropanzano, 2007). Adicionalmente, intervenções direcionadas à promoção da saúde mental no ambiente laboral, como programas de gerenciamento de estresse, apoio psicológico e iniciativas de equilíbrio entre vida pessoal e profissional têm se mostrado eficazes na melhoria da produtividade e na redução de custos associados ao absenteísmo e à perda de desempenho (Bond; Bunce, 2003).

Em suma, a negligência em relação à saúde mental no contexto laboral representa um fator limitante para o alcance de níveis excepcionais de produtividade e para a sustentabilidade organizacional em longo prazo. Investir na promoção de um ambiente de trabalho psicologicamente saudável não se configura apenas como uma responsabilidade ética e social, mas como uma estratégia pragmática para impulsionar o desempenho, a inovação e a competitividade no cenário empresarial contemporâneo.

A compreensão do adoecimento psíquico no âmbito organizacional transcende a esfera individual do trabalhador, configurando-se como um conhecimento estratégico crucial para a gestão eficaz e a sustentabilidade do desempenho empresarial. O entendimento das consequências desses agravos no contexto produtivo representa um corpo de conhecimento que impacta diretamente a cultura, as políticas de recursos humanos e os resultados financeiros das organizações. O adoecimento psíquico, manifestado em condições como depressão, ansiedade, síndrome de *burnout* e outros transtornos relacionados ao estresse laboral ultrapassa os limites do indivíduo e se constitui em um fenômeno complexo, influenciado por variáveis organizacionais. Carga de trabalho excessiva, falta de autonomia, relações interpessoais disfuncionais, lideranças inadequadas, insegurança no emprego e desequilíbrio entre vida pessoal e profissional são exemplos de fatores de risco presentes no ambiente de trabalho que podem precipitar ou exacerbar o sofrimento psíquico (Siegrist, 1996; Karasek; Theorell, 1990).

O reconhecimento sobre o adoecimento psíquico como uma questão organizacional implica o desenvolvimento de uma consciência coletiva sobre sua prevalência e seus custos diretos (absenteísmo, licenças médicas, rotatividade) e indiretos (presenteísmo, baixa qualidade do trabalho, clima organizacional deteriorado). Essa compreensão possibilita a implementação de práticas de gestão proativas e preventivas, em lugar de abordagens reativas focadas apenas no tratamento das consequências (Siegrist, 1996; Karasek; Theorell, 1990).

Esse reconhecimento organizacional pode ocorrer por diversas vias, incluindo a análise de dados de saúde ocupacional, a realização de pesquisas de clima e cultura organizacional, a implementação de programas de vigilância em saúde mental, a capacitação de líderes e gestores para identificar sinais precoces de sofrimento psíquico e a promoção de canais de comunicação seguros para que os trabalhadores possam expressar suas dificuldades (Siegrist, 1996; Karasek; Theorell, 1990).

Em suma, o adoecimento psíquico, quando compreendido como um fenômeno organizacional, deixa de ser uma questão periférica para se tornar um elemento central na estratégia de gestão. O investimento na aquisição e na disseminação desse conhecimento capacita as organizações a construir ambientes de trabalho mais saudáveis, a otimizar o desempenho de seus colaboradores e a minimizar os impactos negativos associados aos transtornos mentais, resultando em benefícios mútuos para os trabalhadores e para a sustentabilidade da própria organização.

Riscos psicossociais e o ambiente laboral

Os riscos psicossociais representam um conjunto de fatores presentes nas relações de trabalho, na organização das tarefas e nas condições institucionais que, quando mal geridos, podem desencadear sofrimento psíquico e comprometimento da saúde mental dos trabalhadores. Diferentemente dos riscos físicos ou químicos, esses riscos atuam de forma subjetiva e, muitas vezes, silenciosa, afetando tanto o indivíduo quanto o coletivo. Excesso de cobranças, jornadas extensas, metas inatingíveis, conflitos interpessoais, assédio moral e falta de reconhecimento figuram entre os principais vetores desse tipo de risco.

A literatura especializada reconhece que esses fatores estão fortemente associados ao desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão, síndrome de *burnout* e estresse crônico. Conforme apontado por Dejours (2021), a organização do trabalho pode funcionar tanto como fonte de realização quanto de sofrimento, a depender das condições subjetivas e objetivas que permeiam a experiência laboral. Nesse sentido, os riscos psicossociais devem ser compreendidos como elementos estruturantes do cotidiano organizacional, e não como eventos isolados ou desvios de conduta individual.

Modelos teóricos clássicos ajudam a compreender a complexidade desses riscos. O modelo demanda-controle, desenvolvido por Karasek e Theorell, por exemplo, argumenta que altos níveis de exigência aliados a baixos níveis de

autonomia aumentam significativamente o risco de adoecimento mental. Já o modelo esforço-recompensa, proposto por Siegrist, destaca a frustração causada pelo desequilíbrio entre o empenho despendido e o retorno recebido como geradora de tensão emocional e vulnerabilidade psíquica. Tais referenciais mostram que o sofrimento mental não resulta apenas de predisposições individuais, mas da interação conflituosa entre o sujeito e o contexto organizacional.

Essa constatação indica que o ambiente de trabalho precisa ser continuamente analisado quanto aos seus impactos psicossociais. Avaliações sistemáticas, escuta dos trabalhadores, análise do clima organizacional e diagnóstico das práticas de liderança tornam-se estratégias indispensáveis para prevenir o adoecimento e promover a saúde emocional. Ignorar os riscos psicossociais equivale a negligenciar um dos principais fatores que afetam o desempenho humano nas organizações contemporâneas (Benevides-Pereira, 2022).

A gestão eficaz desses riscos exige uma mudança de paradigma: sair da lógica reativa e adotar uma abordagem preventiva, ética e comprometida com o cuidado institucional. Assim, os riscos psicossociais devem ser vistos como indicadores da qualidade das relações de trabalho e da maturidade da cultura organizacional, e não apenas como problemas a serem resolvidos pontualmente.

Norma regulamentadora

A Norma Regulamentadora foi criada no dia 8 de junho de 1978, estabelecendo as disposições gerais presentes nos artigos 154 e 159 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O texto sofreu alterações e quatro revisões bibliográficas nos anos de 1983, 1988, 1993 e 2009, sendo em 2019 a última, decidida na 56ª reunião da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP); (GOV,2025). O objetivo desta Norma é estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho, as diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST.

No que diz respeito às ações de implementação, foram disponibilizados os seguintes instrumentos: fichas com orientações sobre as medidas de prevenção a serem adotadas pelo MEI, conforme previsto no subitem 1.8.2 da NR-1; ferramentas de avaliação de riscos para as microempresas e empresas de pequeno porte que não forem obrigadas a constituir SESMT, conforme previsto no item 1.8.3 da NR-1; sistema de

declaração de inexistência de riscos físicos, químicos e biológicos para microempresas e empresas de pequeno porte, graus de risco 1 e 2, em conformidade com o item 1.8.4 da NR-1; (GOV, 2025).

No âmbito das normas regulamentadoras concernentes à saúde mental no trabalho, observa-se uma crescente ênfase na promoção de um ambiente ocupacional saudável. Tal preocupação visa a prevenção de agravos mentais, com o potencial de otimizar a produtividade e reduzir o absenteísmo. A implementação de tais normativas busca mitigar ocorrências de quadros depressivos e ansiosos, síndrome de *Burnout* e outras psicopatologias relacionadas ao contexto profissional. As quatro principais diretrizes avaliadas pela NR-1 são: Avaliação de Riscos Psicossociais, Prevenção de Riscos Psicossociais, Treinamento e Sensibilização e Apoio Psicológico.

NR-1 e o gerenciamento de riscos ocupacionais

A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) representou uma mudança estrutural na maneira como os riscos ocupacionais são concebidos e tratados nas organizações. Um dos principais avanços dessa revisão foi a introdução do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), um modelo de gestão que visa identificar, avaliar e controlar os diversos fatores de risco que podem comprometer a integridade física e mental dos trabalhadores.

O GRO estabelece um processo sistemático e contínuo de prevenção, que deve ser incorporado à rotina das empresas independentemente de seu porte ou setor de atuação. Esse processo parte do reconhecimento de que o ambiente laboral é dinâmico e que os riscos nele presentes, sendo físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais, se manifestam de forma interdependente, exigindo abordagens integradas e adaptáveis. A centralidade do GRO está na elaboração e implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), documento técnico que formaliza as ações preventivas da empresa e as adapta à sua realidade específica.

A principal inovação conceitual da NR-1 reside na incorporação dos riscos psicossociais ao escopo do GRO. Essa inclusão reconhece que fatores subjetivos, como pressões excessivas, falta de reconhecimento, assédio moral, conflitos interpessoais e estilos de liderança autoritários podem afetar diretamente a saúde mental dos trabalhadores e, por consequência, a eficiência produtiva das organizações. Dessa forma, o GRO ultrapassa o modelo tradicional centrado em acidentes físicos, passando a compreender o sofrimento psíquico como um risco ocupacional legítimo, mensurável e prevenível.

É importante destacar que, segundo o texto da norma, o GRO deve ser elaborado com base na escuta ativa dos trabalhadores, na análise de documentos institucionais e em métodos de investigação de incidentes e quase-acidentes. Essa abordagem participativa garante que os riscos identificados reflitam as vivências reais da força de trabalho e que as medidas adotadas tenham efetividade prática e aceitação coletiva (Brasil, 2024).

Ao promover essa transformação na lógica da prevenção, a NR-1 se alinha a práticas internacionais de saúde e segurança no trabalho, contribuindo para a construção de ambientes laborais mais saudáveis e sustentáveis. A gestão dos riscos psicossociais, quando realizada de forma estruturada e contínua, favorece a valorização do trabalhador, o fortalecimento das relações profissionais e a consolidação de uma cultura organizacional baseada no cuidado.

Diretrizes da NR-1

No âmbito da diretriz de Avaliação de Risco Psicossocial, procede-se à análise dos fatores ambientais com potencial de impactar a saúde mental do trabalhador. Essa avaliação pode ser conduzida mediante a aplicação de questionários e pesquisas organizacionais, complementada pela observação da carga de trabalho, da dinâmica das relações interpessoais e do estilo de liderança vigente no setor. Adicionalmente, torna-se possível a identificação de ocorrências de assédio moral, estresse ocupacional ou síndrome de *burnout* entre os colaboradores (GOV, 2025).

A diretriz de Prevenção de Riscos Psicossociais compreende a instituição de programas de qualidade de vida no trabalho, o estabelecimento de uma carga laboral equilibrada e equitativa, a implementação de políticas de combate ao assédio moral e sexual e o fomento de uma cultura organizacional pautada no respeito e no apoio mútuo. A efetividade desta diretriz reside na sua capacidade de criar um ambiente de trabalho protetivo e saudável, minimizando a exposição dos trabalhadores a fatores de risco psicossocial (GOV, 2025).

Programas de qualidade de vida podem incluir iniciativas como horários flexíveis, oportunidades de desenvolvimento profissional, atividades de promoção da saúde física e mental e espaços de diálogo e escuta ativa. A definição de uma carga laboral adequada, que respeite os limites físicos e cognitivos dos indivíduos, é crucial para prevenir a sobrecarga e o esgotamento. Adicionalmente, políticas claras e mecanismos eficazes de combate ao assédio, aliados a uma cultura que valorize o

respeito e o apoio entre os membros da equipe, fortalecem o senso de pertencimento e a segurança psicológica, elementos fundamentais para a sustentabilidade de um ambiente laboral saudável e produtivo (GOV, 2025).

Atuação do psicólogo organizacional no contexto laboral

A inserção do psicólogo no ambiente de trabalho tem se mostrado uma estratégia fundamental para a promoção da saúde mental e para o desenvolvimento de relações organizacionais mais saudáveis. Atuando de forma técnica e ética, esse profissional ocupa um papel interdisciplinar e transversal, articulando saberes da Psicologia com as práticas de gestão de pessoas, clima organizacional e bem-estar coletivo. A presença do psicólogo no cotidiano das instituições permite a identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico, a mediação de conflitos interpessoais e a construção de estratégias coletivas de enfrentamento aos riscos psicossociais.

Diferentemente de abordagens pontuais ou meramente corretivas, a Psicologia Organizacional propõe ações estruturadas e contínuas de intervenção, atuando tanto na dimensão individual quanto nos aspectos culturais e estruturais do ambiente laboral, o que inclui, por exemplo, o desenvolvimento de programas de saúde mental, a facilitação de espaços de escuta ativa, o apoio à liderança na gestão de equipes e a participação na formulação de políticas institucionais de valorização do trabalhador.

Além disso, o psicólogo é capaz de contribuir significativamente na implementação das diretrizes da NR-1, especialmente na avaliação e mitigação dos riscos psicossociais. Sua formação técnica permite compreender a complexidade dos fatores emocionais presentes no trabalho, traduzindo-os em indicadores que podem ser incorporados ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO). Nesse sentido, a atuação psicológica alinha-se às exigências normativas, ao mesmo tempo em que fortalece a cultura de prevenção e cuidado nas organizações.

Conforme enfatizado por Bastos, Puente-Palacios e Gondim (2023), a presença institucional do psicólogo do trabalho está associada à redução de afastamentos por transtornos mentais, ao aumento da coesão entre equipes e à elevação dos índices de satisfação dos trabalhadores. Sua atuação, portanto, não se limita à clínica psicológica, mas abrange o planejamento estratégico de saúde organizacional, sendo indispensável para qualquer instituição comprometida com a promoção de um ambiente laboral saudável e produtivo.

DISCUSSÃO

A leitura crítica dos dados apresentados ao longo deste capítulo evidencia que a saúde mental no contexto laboral é um tema cuja complexidade exige intervenções estruturadas, contínuas e articuladas entre diferentes atores institucionais. A atualização da NR-1 e a inclusão dos riscos psicossociais no GRO representam avanços significativos em termos normativos, mas sua eficácia depende, sobretudo, da forma como são internalizadas pelas organizações e operacionalizadas na rotina de trabalho.

Ainda que a NR-1 forneça diretrizes claras, observa-se que muitas instituições enfrentam desafios concretos para transformá-las em práticas efetivas. Entre os principais obstáculos estão a resistência cultural à discussão sobre saúde mental, a fragilidade da formação de lideranças para lidar com sofrimento psíquico e a tendência à priorização de indicadores produtivistas em detrimento do cuidado com as pessoas. Essas barreiras não são técnicas, mas estruturais, e exigem mudanças na cultura organizacional para que as ações normativas deixem de ser apenas formalidades administrativas.

Ademais, é preciso reconhecer que a simples identificação dos riscos psicossociais não garante sua superação. A eficácia do GRO está vinculada à capacidade da instituição de escutar seus trabalhadores, de sustentar políticas permanentes de bem-estar e de investir em profissionais capacitados, como o psicólogo organizacional, cuja atuação é estratégica para o diagnóstico, a mediação de conflitos e a promoção de saúde. A ausência desse profissional ou sua subutilização compromete a capacidade da organização de atuar de forma preventiva e humanizada.

Outro ponto crítico diz respeito à aplicação da NR-1 em diferentes contextos produtivos. Pequenas e médias empresas, por exemplo, ainda carecem de instrumentos simplificados e acessíveis para realizar uma avaliação qualificada dos riscos psicossociais, o que limita o alcance da Norma como política pública de amplo impacto. Embora o governo tenha disponibilizado ferramentas específicas para esse segmento, muitas dessas empresas operam com baixo nível de formalização e desconhecimento das diretrizes legais.

A presente experiência de estágio permitiu a observação de um exemplo concreto da aplicabilidade da NR-1 no setor público. A instituição iniciou um programa estruturado de implantação da Norma, com foco específico na avaliação dos riscos psicossociais. Como etapa inicial, promoveu a aplicação de um questionário

padronizado junto aos servidores técnico-administrativos e docentes, visando mapear os principais fatores de sofrimento no ambiente de trabalho. A partir dos dados coletados, pretende-se estruturar programas internos de saúde mental que atendam de forma específica às demandas levantadas, incluindo ações preventivas, espaços de escuta e acompanhamento psicológico. Essa iniciativa demonstra como a Norma pode ser operacionalizada de forma prática, utilizando ferramentas acessíveis e metodologias participativas para construir um ambiente laboral mais saudável e humanizado. Ao integrar avaliação e intervenção, a instituição avança no cumprimento da legislação e na consolidação de uma cultura institucional de cuidado.

Um dos fatores que mais influenciam a efetividade da NR-1 é a cultura organizacional vigente. Ambientes que valorizam o diálogo, a escuta ativa e a transparência institucional tendem a aderir de forma mais eficaz às diretrizes da Norma, integrando o cuidado com a saúde mental à sua rotina administrativa.

Por outro lado, organizações marcadas por hierarquias rígidas, autoritarismo, ausência de participação e invisibilização do sofrimento psíquico tendem a reproduzir o adoecimento mesmo quando formalmente aderem às exigências legais. Isso demonstra que a aplicação da NR-1 não pode se limitar a um cumprimento burocrático de exigências documentais, mas precisa estar articulada a um compromisso ético com a transformação da cultura institucional. Nesse sentido, a mudança real passa pela revisão das práticas de gestão, dos estilos de liderança e da forma como os trabalhadores são reconhecidos e escutados em seu cotidiano.

Por fim, a discussão revela que a modernização da NR-1 é um passo importante, mas não suficiente. O combate ao adoecimento mental nas organizações depende da articulação entre Norma, cultura institucional e compromisso ético com o cuidado. Mais do que cumprir obrigações legais, as instituições precisam reconhecer a saúde mental como eixo estruturante de sua sustentabilidade humana, social e econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente centralidade da saúde mental no ambiente de trabalho exige das organizações uma postura ativa, responsável e sustentada por políticas que reconheçam o sofrimento psíquico como um fenômeno institucional. Ao longo deste capítulo, demonstrou-se que o adoecimento mental não é resultado apenas de fatores individuais, mas, sobretudo, da forma como o trabalho é organizado, gerido e vivenciado.

A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), com a inclusão dos riscos psicossociais no escopo do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), representa um avanço significativo na legislação brasileira de saúde e segurança no trabalho. Ao propor diretrizes específicas, como a avaliação de riscos psicossociais, estratégias de prevenção, capacitação de equipes e apoio psicológico, a NR-1 reforça a ideia de que ambientes emocionalmente saudáveis são condição indispensável para a sustentabilidade institucional.

No entanto, a efetividade dessas diretrizes depende da maneira como são implementadas nas práticas organizacionais. A resistência cultural ao debate sobre saúde mental, a falta de preparo de lideranças e a ausência de profissionais especializados ainda representam entraves concretos à materialização dessa política pública. Nesse contexto, o papel do psicólogo organizacional se mostra essencial, não apenas como clínico, mas como articulador de estratégias institucionais de cuidado, diagnóstico e intervenção.

Conclui-se, portanto, que investir na saúde mental do trabalhador não deve ser considerado como dispêndio de recurso, mas como um pilar estratégico para o fortalecimento das relações de trabalho, a prevenção do adoecimento e a promoção de ambientes organizacionais mais humanos e produtivos. A NR-1, quando aplicada com compromisso ético e técnico, pode ser uma estratégia potente para transformar a cultura do trabalho e garantir que o cuidado com as pessoas se encontre no centro das decisões institucionais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R.; OLIVEIRA, É. de. Perfil epidemiológico dos casos de violência autoprovocadas notificados, Rio Verde, Goiás, 2015 a 2022. **Revista da Escola de Saúde Pública de Goiás**, Goiânia, v. 1, p. 28–41, 2023. Disponível em: <https://www.revista.esap.go.gov.br/index.php/resap/article/download/880/435>. Acesso em: 08 maio 2025.
- BASTOS, A. V. B.; PUENTE-PALACIOS, K. E.; GONDIM, S. M. G. **Psicologia organizacional e do trabalho: teoria e pesquisa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2022.
- BOND, F. W.; BUNCE, D. O impacto da autoeficácia sobre o desempenho no trabalho e o absenteísmo: Um teste longitudinal. **Revista de Psicologia Ocupacional e Organizacional**, v. 76, n. 1, p. 61–78, 2003.

BRASIL. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. **A importância do cuidado com a saúde mental no ambiente de trabalho**. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/a-importancia-do-cuidado-com-a-saude-mental-no-ambiente-de-trabalho>. Acesso em: 08 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Empresas brasileiras terão que avaliar riscos psicossociais a partir de 2025**. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/empresas-brasileiras-terao-que-avaliar-riscos-psicossociais-a-partir-de-2025>. Acesso em: 08 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no trabalho**. OMS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/NR01atualizada2024II.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora Nº 1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais**. Atualizada em 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/NR01atualizada2024II.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

GOETZEL, R. Z. *et al.* A associação entre riscos à saúde modificáveis e gastos com assistência médica: Uma análise da força de trabalho dos Estados Unidos. *Revista de Medicina Ocupacional e Ambiental*, v. 46, n. 10, p. 986–992, 2004.

GRAWITCH, M. J. *et al.* Liderança voltada ao bem-estar: Um exame de como líderes transformacionais promovem a saúde positiva dos funcionários e atitudes no trabalho. *Revista de Liderança*, v. 17, n. 1, p. 1–14, 2006.

KARASEK, R. A.; THEORELL, T. **Trabalho saudável: estresse, produtividade e a reconstrução da vida profissional**. Nova York: Basic Books, 1990.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde mental no trabalho: um guia para empregadores**. Genebra: OMS, 2022.

SIEGRIST, J. Efeitos adversos à saúde de condições de alto esforço/baixa recompensa no trabalho. **Revista de Psicologia da Saúde Ocupacional**, v. 2, n. 1, p. 27–41, 1996.

WRIGHT, T. A.; CROPANZANO, R. Bem-estar e desempenho no trabalho: uma revisão teórica e meta-analítica. **Revista de Comportamento Vocacional**, v. 71, n. 3, p. 361–379, 2007.

HABILIDADES SOCIAIS: UMA AVALIAÇÃO EM EGRESSOS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Raquel Sales Silva Godoi

Monique Marques Godoy-Dolcinotti

INTRODUÇÃO

O termo habilidades sociais, de acordo com Bolsoni-Silva e Carrara (2010), pode ser entendido como um conjunto de comportamentos sociais apresentados em resposta a uma determinada situação, de forma a buscar obter o maior ganho possível e minimizar as perdas. Para analisar as habilidades sociais de um indivíduo de forma abrangente, faz-se necessário avaliá-lo de maneira integral, levando em consideração sua história de vida, suas preferências, sua cultura e a influência das pessoas com quem convive.

Para se atingir um desempenho socialmente competente, Del Prette e Del Prette (2017) afirmam que é necessário utilizar a competência social, realizada por meio de habilidades como a organização de pensamentos, sentimentos e ações frente a seus objetivos e às necessidades do ambiente, para se obter os resultados esperados. É a partir de suas relações que o indivíduo estabelece a comunicação, a empatia, a amizade, maneja conflitos e toma decisões, e é de acordo com suas necessidades que ele desenvolve comportamentos sociais considerados desejáveis ou indesejáveis (Del Prette; Del Prette, 2017).

De acordo com Del Prette e Del Prette (2001), as habilidades sociais estão ligadas a diferentes classes de comportamento que o indivíduo poderá utilizar conforme a demanda do ambiente, sendo caracterizadas como fator protetivo de desenvolvimento, saúde e bem-estar, sendo sua falta considerada como fator de risco. No campo teórico-prático, o tema das habilidades sociais vem ganhando espaço de discussão, pois sua aplicação possibilita uma melhora nas interações sociais, gerando consequências positivas e resultados favoráveis para o indivíduo, seu grupo e sua comunidade. (Caballo, 2003).

Del Prette e Del Prette (2017) salientam que, à medida que os comportamentos deixam de atingir os resultados esperados ou o ambiente é considerado desfavorável, podem surgir *déficits* no desenvolvimento das habilidades sociais. Além disso, o próprio indivíduo pode variar em seus comportamentos, à medida que estes não sejam mais

efetivos (a depender do contexto e da necessidade). As chamadas falhas de aprendizagem também contribuem para o desenvolvimento de comportamentos indesejáveis, representando riscos para o indivíduo (Del Prette; Del Prette, 2001).

Pensando na relevância do tema e em sua vasta aplicabilidade, os objetivos do presente estudo foram avaliar o índice de habilidades sociais presentes em um grupo de egressos do curso de Engenharia da Computação, verificar a necessidade de melhoria dessas habilidades para melhor desempenho e avaliar o papel da universidade no auxílio aos alunos em relação ao ingresso no mercado de trabalho.

Para tanto, este capítulo está dividido da seguinte forma: primeiramente, apresenta-se uma análise das habilidades sociais quanto a sua caracterização, seguida de sua aplicabilidade no contexto organizacional e de sua relevância no contexto de transição entre universidade e mercado de trabalho. Nas próximas seções, são expostos os procedimentos e resultados deste estudo, finalizando o texto com as considerações finais e referências.

ANÁLISE DAS HABILIDADES SOCIAIS

De acordo com Del Prette e Del Prette (2017), um bom repertório de habilidades sociais auxilia no desenvolvimento da chamada competência social, que pode ser caracterizada como a capacidade de alternar determinados comportamentos de acordo com a demanda da situação e possui caráter avaliativo, além de permitir a identificação das qualidades ou adequações do indivíduo em determinadas situações. Sua caracterização como um fator de proteção tem auxiliado no desenvolvimento de intervenções para a aprendizagem dessas habilidades em contextos variados.

A análise das habilidades sociais de um indivíduo permite identificar padrões específicos de comportamento, sejam excessivos ou deficitários, internalizantes ou externalizantes, que dificultam o desenvolvimento da competência social e configuram os chamados problemas de comportamento, podendo convergir em transtornos psicológicos, como ansiedade, depressão, esquizofrenia, entre outros.

A partir dessa identificação, o Treinamento das Habilidades Sociais (THS) surge como um instrumento de apoio para a caracterização desses problemas e possíveis correções, auxiliando na melhora da qualidade de vida do indivíduo, ao se utilizar de estratégias para trabalhar e tratar os problemas e transtornos psicológicos, buscando promover programas e aumentar os fatores de proteção (Murta, 2005).

O THS, portanto, pode ser caracterizado como um processo estruturado e planejado, com o objetivo de aprimorar as competências interpessoais e sociais de um indivíduo, contribuindo para um repertório social habilidoso.

Considerando a relevância do desenvolvimento de habilidades sociais como fator de proteção e ferramenta de reinserção psicossocial, é fundamental expandir a análise além das esferas pessoais e clínicas, direcionando o olhar também para os contextos profissionais nos quais essas habilidades serão exigidas. No caso de egressos do curso de Engenharia da Computação, as organizações representam espaços-chave para a mobilização dessas competências. Compreender como as habilidades sociais se articulam às demandas técnicas e relacionais do mercado de trabalho em tecnologia é essencial para promover estratégias de desenvolvimento que favoreçam a atuação ética, eficaz e integrada desses profissionais no ambiente organizacional.

AS HABILIDADES SOCIAIS E AS ORGANIZAÇÕES

No contexto corporativo, Guiland e Monteiro (2010) afirmam que indivíduos com bom relacionamento interpessoal são mais efetivos e apresentam melhor produtividade, além de auxiliarem na melhoria do clima organizacional e equilibrarem melhor suas rotinas. Já aqueles com *déficits* em habilidades sociais estão mais propensos a uma redução e piora na qualidade de vida, além de apresentarem dificuldades na comunicação e maiores possibilidades de desenvolverem certos tipos de transtornos, como ansiedade e depressão, entre outros.

Dentro das organizações, as habilidades sociais e competências humanas são tão relevantes quanto o conhecimento técnico. Diante das acentuadas e aceleradas mudanças que vêm ocorrendo no ambiente corporativo, é esperado do profissional que desenvolva a competência social e interpessoal, não se limitando ao operacional (Menkes, 2011).

As chamadas “Habilidades Sociais Profissionais”, também chamadas de “Inteligência Emocional”, estão relacionadas às habilidades necessárias para o sucesso no ambiente de trabalho. Para Sá-Rodrigues, Araújo, Ribeiro e León-Rubio (2015), as competências mais requeridas dos profissionais envolvem comunicação, construção de relações e desenvolvimento de talentos, além da capacidade de aprendizagem, trabalho em equipe, responsabilidade, resolução de problemas e domínio de outro idioma. Em um contexto altamente globalizado, a flexibilidade frente à mudança, capacidade de

adaptação, inovação e aprendizado constante surgem como competências essenciais para a sobrevivência no ambiente profissional.

Outro aspecto relacionado ao trabalho, segundo Perniciotti *et al.* (2020) diz respeito à prevenção de doenças. Um bom repertório de habilidades sociais é capaz de auxiliar na prevenção do adoecimento laboral, que pode levar à depressão, ansiedade e até mesmo ocasionar a Síndrome de Burnout, considerada um dos grandes problemas da atualidade no mundo profissional e relacionada a um prolongamento de exposição aos estressores ocupacionais.

Diante da centralidade das habilidades sociais no desempenho e bem-estar dos profissionais dentro das organizações, torna-se crucial refletir sobre como esses aspectos impactam o percurso de quem está ingressando no mercado de trabalho. É nessa trajetória que o domínio de competências interpessoais se revela um diferencial competitivo. Assim, compreender os desafios e as exigências desse momento de transição permite pensar em ações mais assertivas de apoio à empregabilidade e ao fortalecimento da identidade profissional dos novos engenheiros.

TRANSIÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO: HABILIDADES SOCIAIS E O EGRESSO

O egresso é aquele indivíduo que concluiu um curso (seja graduação, pós-graduação, técnico) e busca uma oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. Para Almeida (2019), o certificado de conclusão de um curso no Ensino Superior permite ao graduando oportunidades de crescimento e realização profissional.

Uma grande dificuldade encontrada na atualidade em relação ao egresso diz respeito à insuficiência da formação acadêmica, em relação à prática do ambiente corporativo. Essa insuficiência se dá tanto no âmbito técnico, relacionado ao conteúdo operacional e prático que o recém-formado precisa ter, quanto no âmbito social, relativo às habilidades sociais que precisa dominar, e pode ser caracterizada pela falta de experiência ou pela falta de preparo de egresso. Para Blanco Neto (2019), o avanço tecnológico também dificultou o acesso do jovem ao emprego, visto que as máquinas têm substituído trabalhadores na atualidade, fazendo com que cada vez mais novas competências sejam desenvolvidas para acompanhar as mudanças.

De acordo com Seco, Pereira, Dias, Casimiro e Custodio (2005), o ambiente acadêmico não deve apenas enfatizar o conhecimento institucional, mas ampliar a

percepção dos indivíduos para o momento de transição. A transição requer uma preparação das competências humanas para lidar com diversas situações, e é dever das instituições auxiliarem os futuros profissionais nesta etapa de suas carreiras, inclusive sobre seus planejamentos futuros (Penha; Oliveira; Mendes, 2020).

PROCEDIMENTOS

A coleta de dados foi realizada a partir das respostas obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas e da aplicação do teste IHS2 – Inventário de Habilidades Sociais.

As entrevistas semiestruturadas, de acordo com Manzini (2003), são constituídas por um pré-roteiro elaborado com perguntas principais, que pode ser alterado de acordo com as necessidades e demandas que venham a surgir. A entrevista contou com sete perguntas abertas, que visavam investigar os desafios, dificuldades e habilidades desenvolvidas após a conclusão do curso superior e como o egresso se portou perante essas situações.

O teste IHS2 – Inventário de Habilidades Sociais, conforme Del Prette e Del Prette (2018), é uma ferramenta de autorrelato que possibilita avaliar o desempenho social do indivíduo em diversos contextos de sua vida, analisando o repertório nos indicadores de frequência e dificuldade. O teste é composto por cinco fatores, que avaliam: enfrentamento com risco; autoafirmação na expressão de afeto positivo; conversação e desenvoltura social; autoexposição a desconhecidos e a situações novas e autocontrole da agressividade em situações adversas.

RESULTADOS

As atividades foram realizadas com seis participantes, sendo cinco do gênero masculino e um do gênero feminino, todos inseridos no mercado de trabalho. A partir das entrevistas realizadas, utilizando-se como metodologia a Análise de Conteúdo, observou-se que as respostas dos seis entrevistados apresentavam vários aspectos em comum, iniciando pela formação até suas habilidades e as dificuldades encontradas.

A Análise de Conteúdo pode ser conceituada como uma técnica de pesquisa que se utiliza de procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever determinados conteúdos, ou seja, busca analisar a comunicação e produzir inferências, o que confere

ao método certa valorização e relevância teórica, além da validação do conhecimento científico (Campos, 2004).

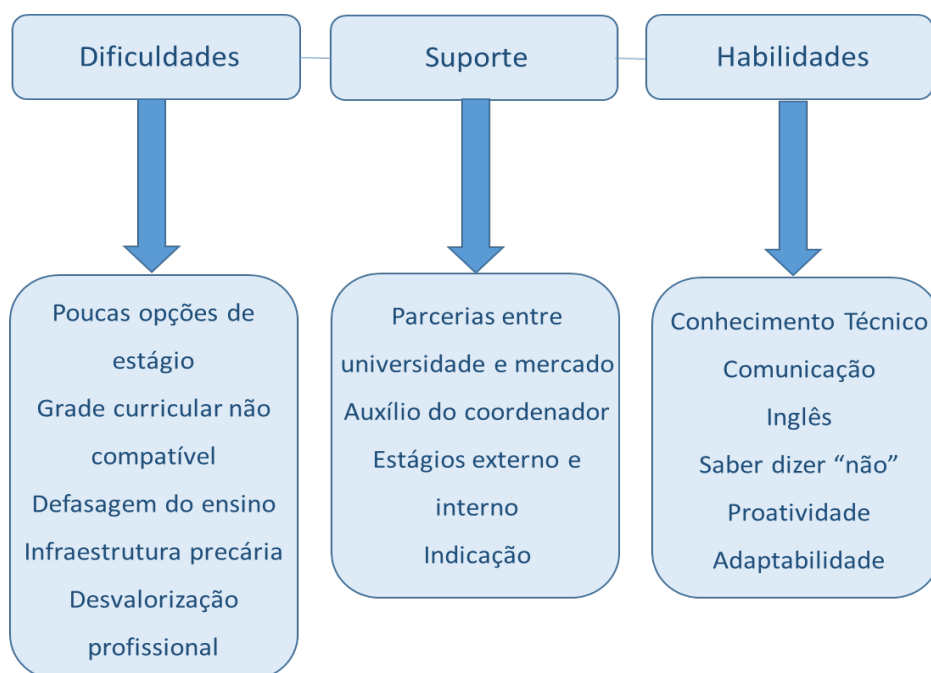
Para Bardin (2011), a Análise de Conteúdo ocorre em três etapas. A primeira, chamada de “pré-análise”, se refere ao momento de organização do material, leitura, escolha dos documentos úteis, revisão dos objetivos e propostas de hipóteses. Já na segunda etapa, chamada de “exploração do material”, ocorre a definição de categorias, a partir do desmembramento do material separado. Os conceitos são separados por categorias, para facilitar a análise. Por fim, na última etapa, chamada “tratamento de resultados”, serão realizadas as reflexões e a definição dos resultados do trabalho.

Observou-se que todos concluíram o curso de Engenharia da Computação entre os anos de 2018 e 2020, e apenas um entrevistado citou a continuidade dos estudos por meio de uma pós-graduação. Nenhum deles participou de atividades na universidade após a conclusão do curso. Dois dos seis entrevistados mencionaram ter encontrado dificuldades para conseguir estágios ou empregos com a mediação da faculdade. Porém, observou-se que as parcerias realizadas entre a universidade e empresas, o estágio interno e o auxílio do coordenador foram relevantes para que adentrassem no mercado. Um dos entrevistados citou a incongruência entre a grade curricular e a realidade do mercado e outro citou a defasagem do ensino, além da desvalorização profissional.

Sobre as melhorias sugeridas, verificou-se que o incentivo por parte da universidade se faz necessário. Foram sugeridas a disponibilização de mais vagas de estágio e incentivos, continuidade e divulgação de projetos internos e parcerias e propagação para outras áreas do modelo de conexão com empresas utilizado pelo coordenador. Entre as habilidades, destacaram-se comunicação, proatividade, adaptação, conhecimento técnico e inglês e entre as dificuldades, destacaram-se a melhoria na forma de expressão e a grade curricular do curso desalinhada com o mercado.

A maioria dos entrevistados sugeriu um aumento das oportunidades de estágios e maior envolvimento da universidade com empresas, o que indica a necessidade de uma comunicação mais efetiva entre universidades e o mercado de trabalho e maior disponibilização de vagas.

Figura 1 – Análise de Conteúdo da entrevista



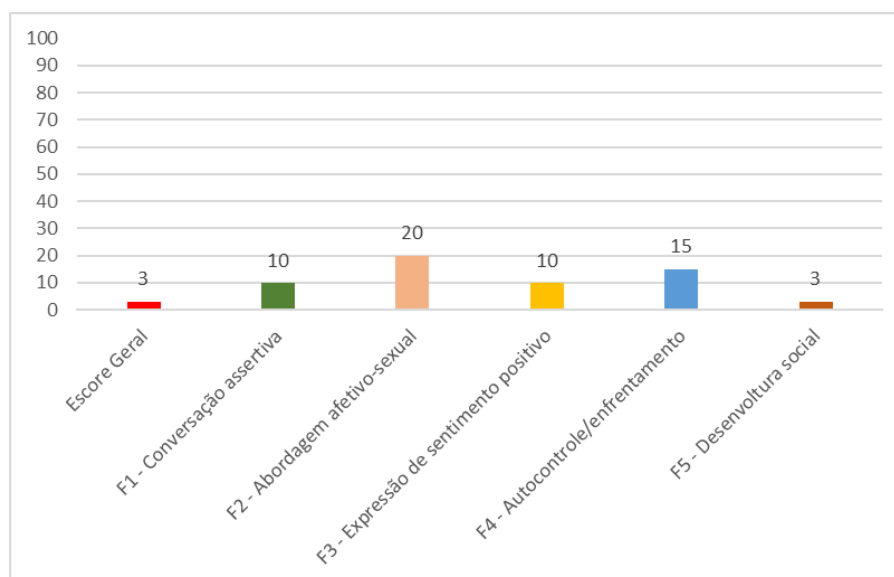
Fonte: dados da pesquisa

Após as entrevistas, foi aplicado o Teste IHS2, de autoria de Del Prette e Del Prette (2018), a cada participante. Para análise dos dados obtidos utilizou-se a correção do teste e o programa Excel no auxílio à compilação das respostas e obtenção dos gráficos.

O IHS2 visa avaliar o nível de habilidades sociais do indivíduo a partir de sua resposta em situações envolvendo uma interação social e uma possível reação a esta interação. Sua síntese de resultados se baseia nos seguintes tópicos: F1 - Conversação assertiva, F2 - Abordagem afetivo-sexual, F3 - Expressão de sentimento positivo, F4 - Autocontrole/enfrentamento, e F5 - Desenvoltura Social. É composto por 38 itens, distribuídos entre os tópicos, sendo que destes, 30 foram retidos para cômputo do escore geral. Os demais itens, embora permaneçam no teste, servem para análise qualitativa. Para cada item, o participante tem cinco alternativas de resposta, em formato de escala Likert de A a E, em que A é considerado nunca ou raramente, e E é considerado sempre ou frequentemente (Del Prette; Del Prette, 2018).

O Gráfico 1 apresenta os resultados obtidos pelo Participante 1.

Gráfico 1 – Análise quantitativa do IHS2 Del Prette - Participante 1



Fonte: dados da pesquisa

Pela análise dos dados do Participante 01, pode ser observado que este apresenta um repertório inferior em habilidades sociais. A análise dos escores verificada foi:

Fator F1 – Conversação assertiva: o participante demonstrou repertório inferior, principalmente nos quesitos “manter conversação” e “pedir favores a desconhecidos”. Também obteve baixos níveis nos itens “encerrar conversa ao telefone”, “abordar autoridade”, “recusar pedidos abusivos” e “falar a público desconhecido”, o que indica *déficit* e necessidade de Treinamento de Habilidades Sociais, especialmente no que diz respeito aos itens mais críticos para o ajustamento pessoal e profissional.

Fator F2 – Abordagem afetivo-sexual: o participante apresentou repertório inferior, principalmente nos itens “abordar para relação sexual” e “apresentar-se a outra pessoa”, o que demonstra necessidade de treinamento dessas habilidades para melhor ajustamento pessoal e profissional.

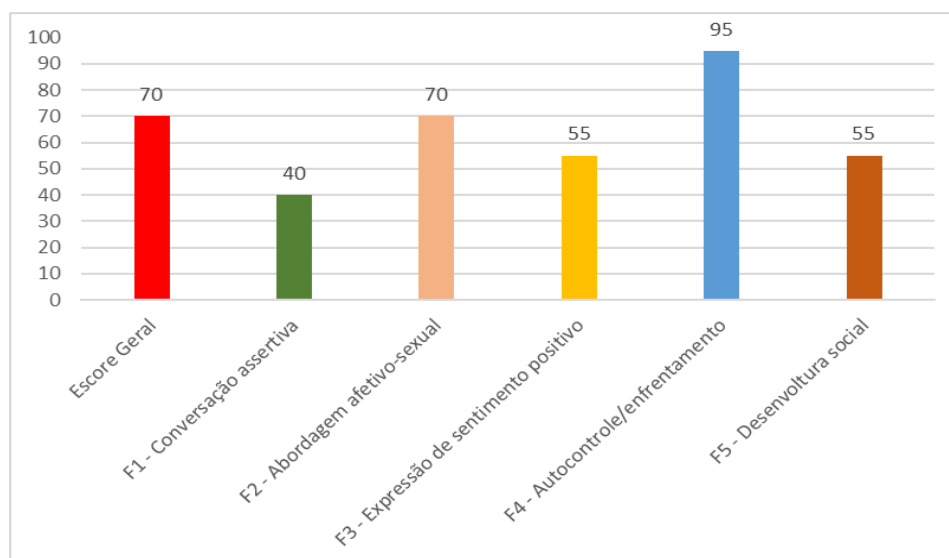
Fator F3 – Expressão de sentimento positivo: o participante apresentou repertório inferior, principalmente nos quesitos “elogiar outrem” e “cumprimentar desconhecidos”, caracterizando necessidade de treinamento das habilidades para melhor ajustamento pessoal e profissional.

Fator F4 – Autocontrole/enfrentamento O participante demonstrou repertório inferior, principalmente em relação a “discordar em grupo de conhecidos” e “discordar de autoridade”, o que representa necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

Fator F5 – Desenvoltura social: o participante apresentou repertório inferior, principalmente nos itens “cumprimentar desconhecidos”, “falar a público desconhecido”, “manter conversa com desconhecidos”, “discordar de autoridade” e “abordar autoridade”, o que representa indica *déficit* e necessidade de treinamento das habilidades para melhor ajustamento pessoal e profissional.

O Gráfico 2 apresenta os resultados obtidos pelo Participante 2.

Gráfico 2 – Análise quantitativa do IHS2 Del Prette - Participante 2



Fonte: dados da pesquisa

Nos dados obtidos do Participante 2, observa-se que este apresenta um repertório elaborado em habilidades sociais, com resultados acima da média, o que indica a utilização de recursos interpessoais bastante satisfatórios. A análise dos escores foi realizada da seguinte forma:

Fator F1 – Conversação assertiva: o participante demonstrou bom repertório de habilidades, com ênfase em “participar de conversação”, “lidar com crítica dos pais”, “encerrar conversa ao telefone” e “negociar uso de preservativo”. Itens como “encerrar conversa” e “pedir favores a desconhecidos” obtiveram resultados inferiores, o que demonstra certo equilíbrio entre os recursos interpessoais e os *déficits* avaliados.

Fator F2 – Abordagem afetivo-sexual: o participante apresentou repertório elaborado de habilidades, principalmente em relação aos itens “abordar para relação sexual” e “declarar sentimento amoroso”, o que indica a utilização de recursos interpessoais de forma bastante satisfatória.

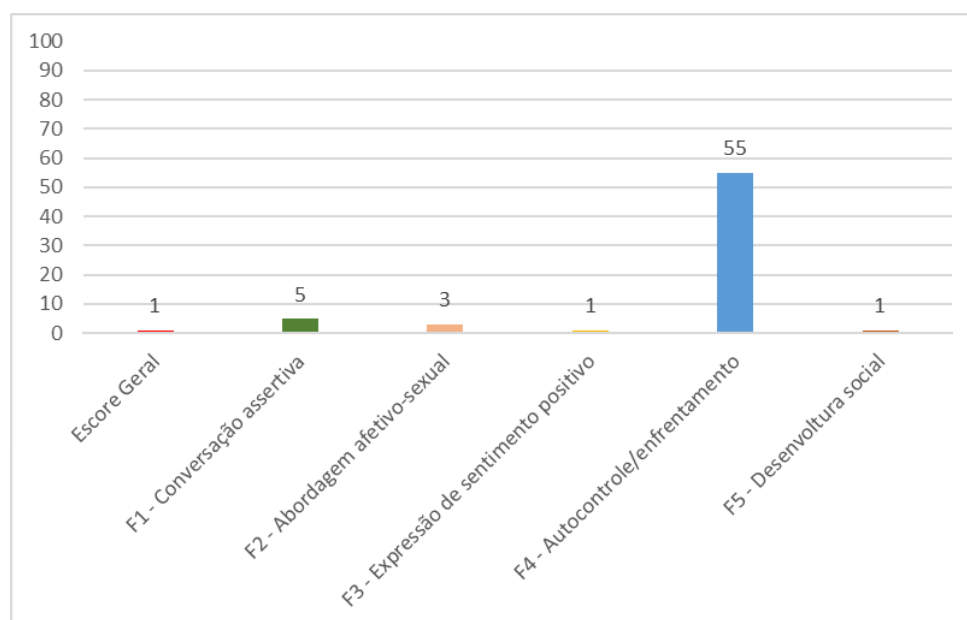
Fator F3 – Expressão de sentimento positivo: o participante apresentou bom repertório de habilidades, apresentando *déficit* apenas no item “cumprimentar desconhecidos”, o que representa equilíbrio entre o uso de suas habilidades, os recursos utilizados e os *déficits* encontrados.

Fator F4 – Autocontrole/enfrentamento: o participante demonstrou repertório altamente elaborado de habilidades, tendo bom desempenho em todos os itens, o que indica a utilização de recursos interpessoais de forma altamente satisfatória.

Fator F5 – Desenvoltura social: o participante apresentou bom repertório de habilidades, apresentando *déficit* apenas no item “cumprimentar desconhecidos” e ficando na média para o item “manter conversa com desconhecidos”, o que demonstra certo equilíbrio na utilização dos recursos interpessoais e os *déficits* encontrados.

O Gráfico 3 apresenta a análise dos dados do Participante 3.

Gráfico 3 – Análise quantitativa do IHS2 Del Prette - Participante 3



Fonte: dados da pesquisa

Pelos dados obtidos, pôde-se verificar que o Participante 3 apresenta repertório inferior de habilidades sociais, tendo melhor desempenho apenas no Fator F4 –

Autocontrole/enfrentamento, o que indica *déficit* e necessidade de treinamento para o ajustamento pessoal e profissional. A análise dos escores ocorreu da seguinte maneira:

Fator F1 – Conversação assertiva: o participante apresentou repertório inferior de habilidades na maioria dos itens, sendo os mais críticos “reagir a elogio”, “manter conversação”, “abordar autoridade”, “fazer pergunta a desconhecido” e “falar a público desconhecido”, o que representa a necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

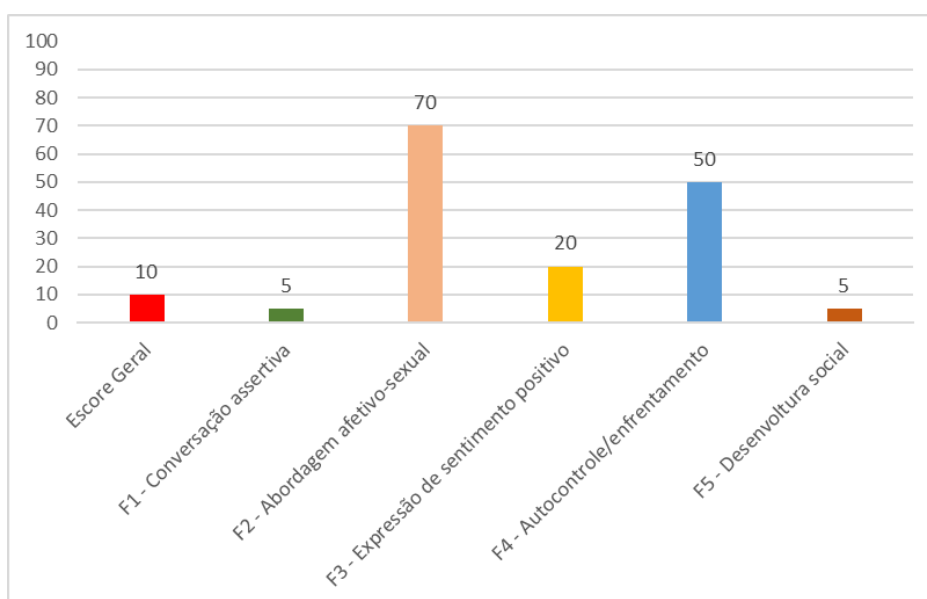
Fator F2 – Abordagem afetivo-sexual: o participante apresentou repertório inferior de habilidades em todos os itens avaliados, o que indica necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

Fator F3 – Expressão de sentimento positivo: o participante apresentou repertório inferior de habilidades em quase todos os itens, tendo melhor desempenho apenas em “lidar com críticas justas”, o que representa necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

Fator F4 – Autocontrole/enfrentamento: o participante demonstrou bom repertório de habilidades, tendo melhor desempenho nos itens “lidar com críticas injustas” e “expressar desagrado a amigos”, o que indica certo equilíbrio entre os recursos e os *déficits*.

Fator F5 – Desenvoltura social: o participante apresentou repertório inferior de habilidades, ficando na média apenas para o item “discordar de autoridade”, o que representa um *déficit* e aponta necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

No Gráfico 4 encontram-se os dados obtidos pela Participante 4.

Gráfico 4 – Análise quantitativa do IHS2 Del Prette – Participante 04

Fonte: dados da pesquisa

Após a análise dos dados, observou-se que a Participante 4 apresenta repertório inferior de habilidades sociais, tendo melhores desempenho nos fatores F2 – Abordagem afetivo-sexual e F4 – Autocontrole/enfrentamento, o que indica *déficit* e necessidade de treinamento para o ajustamento pessoal e profissional. A análise dos escores foi realizada conforme abaixo:

Fator F1 – Conversação assertiva: a participante apresentou repertório inferior de habilidades na maioria dos itens, principalmente nos itens “reagir a elogio”, “manter conversação”, “abordar autoridade” e “falar a público desconhecido”, o que indica *déficit* e representa necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

Fator F2 – Abordagem afetivo-sexual: a participante apresentou repertório elaborado de habilidades, principalmente no quesito “declarar sentimento amoroso”, o que indica a utilização dos recursos de forma bastante satisfatória.

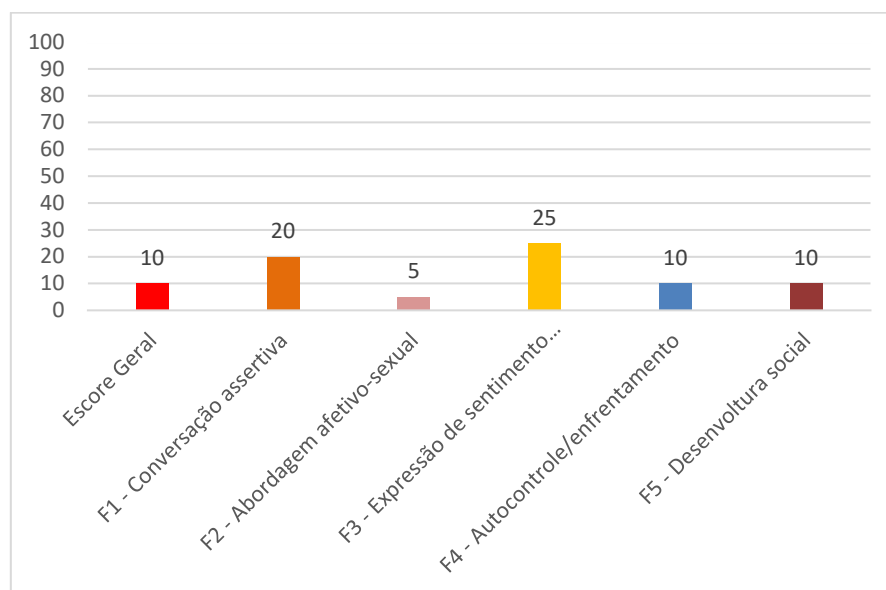
Fator F3 – Expressão de sentimento positivo: a participante apresentou repertório inferior de habilidades, principalmente nos itens “agradecer elogios” e “cumprimentar desconhecidos”, o que representa necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

Fator F4 – Autocontrole/enfrentamento: a participante demonstrou bom repertório de habilidades, tendo apenas o item “discordar de autoridade” como inferior, o que indica certo equilíbrio entre os recursos e os *déficits* encontrados.

Fator F5 – Desenvoltura social: a participante apresentou repertório inferior de habilidades, ficando abaixo da média nos itens “cumprimentar desconhecidos”, “falar a público desconhecido”, “discordar de autoridade” e “abordar autoridade”, o que indica *déficit* e necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

O Gráfico 5 refere-se aos resultados obtidos pelo Participante 5.

Gráfico 5 – Análise quantitativa do IHS2 Del Prette – Participante 5



Fonte: dados da pesquisa

Após a análise dos dados, observou-se que o Participante 5 apresenta repertório inferior de habilidades sociais, tendo melhor desempenho apenas nos fatores F1 – Conversação assertiva e F3 – Expressão de sentimento positivo, o que indica *déficit* e necessidade de treinamento para o ajustamento pessoal e profissional. A análise dos escores foi realizada conforme abaixo.

Fator F1 – Conversação assertiva: o participante apresentou repertório inferior de habilidades na maioria dos itens, principalmente nos itens “encerrar conversação”, “pedir favores e fazer perguntas a desconhecidos”, “recusar pedidos abusivos” e “pedir mudança de conduta”, o que indica *déficit* e representa necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

Fator F2 – Abordagem afetivo-sexual: o participante apresentou repertório inferior de habilidades, principalmente no quesito “abordar para relação sexual”, o que representa *déficit* e necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

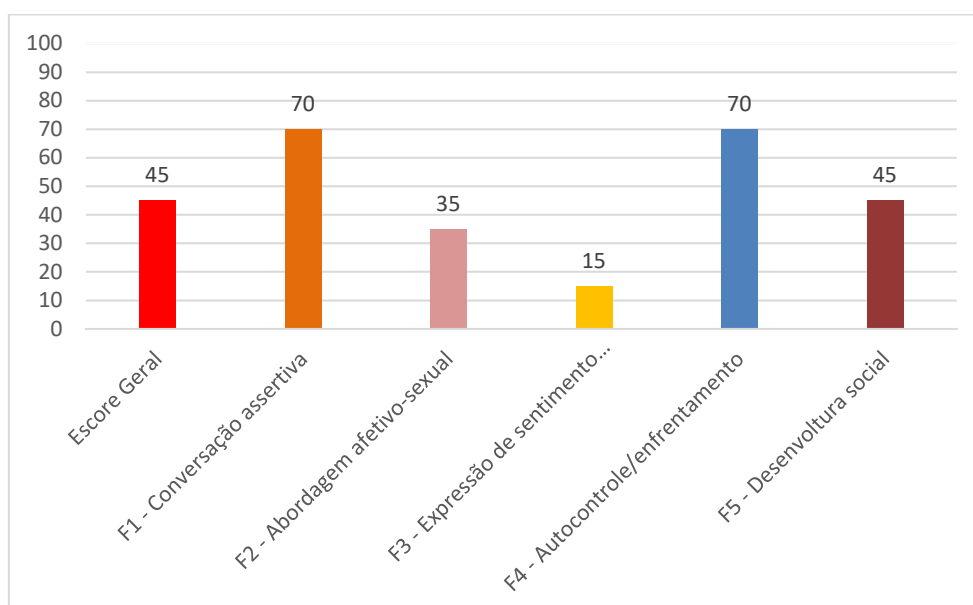
Fator F3 – Expressão de sentimento positivo: o participante apresentou repertório inferior de habilidades, principalmente no item “cumprimentar desconhecidos”, indicativo de *déficit* e necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

Fator F4 – Autocontrole/enfrentamento: o participante demonstrou repertório inferior de habilidades, principalmente nos itens “lidar com críticas injustas” e “discordar de autoridades”, o que representa *déficit* e necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

Fator F5 – Desenvoltura social: o participante apresentou repertório inferior de habilidades, principalmente nos itens “manter conversa com desconhecidos” e “discordar de autoridade”, o que representa um *déficit* e necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

O Gráfico 6 refere-se aos resultados obtidos pelo Participante 6

Gráfico 6 – Análise quantitativa do IHS2 Del Prette – Participante 6



Fonte: dados da pesquisa

Após a análise dos dados, observou-se que o Participante 6 apresenta bom repertório de habilidades sociais, tendo melhores desempenho nos fatores F1 – Conversação assertiva, F4 – Autocontrole/enfrentamento e F5 – Desenvoltura Social, o que representa equilíbrio entre os recursos e os *déficits* nos itens e escalas avaliados. A análise dos escores foi realizada conforme abaixo.

Fator F1 – Conversação assertiva: o participante apresentou repertório elaborado de habilidades na maioria dos itens, ficando abaixo do esperado apenas em “fazer pergunta a desconhecido” e “pedir mudança de conduta”, o que representa capacidade de recursos interpessoais bastante satisfatória.

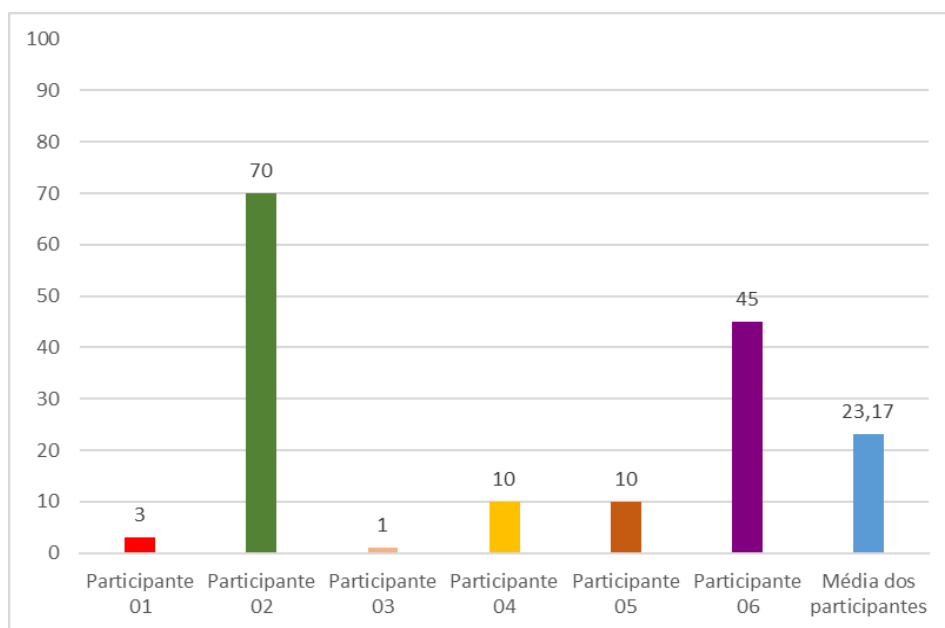
Fator F2 – Abordagem afetivo-sexual: o participante apresentou repertório médio inferior de habilidades, principalmente nos itens “apresentar-se a outra pessoa” e “declarar sentimento amoroso”, o que indica necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

Fator F3 – Expressão de sentimento positivo: o participante apresentou repertório inferior de habilidades, principalmente nos itens “expressar bem-estar” e “elogiar outrem”, o que representa *déficit* e necessidade de treinamento para melhor ajustamento pessoal e profissional.

Fator F4 – Autocontrole/enfrentamento: o participante demonstrou repertório elaborado de habilidades, com resultados acima da média em praticamente todos os itens, ficando abaixo do esperado apenas no item “defender outrem em grupo”, o que indica recursos interpessoais bastante satisfatórios.

Fator F5 – Desenvoltura social: o participante apresentou bom repertório de habilidades, com resultados dentro da média, o que representa certo equilíbrio entre os recursos e os déficits dos itens avaliados.

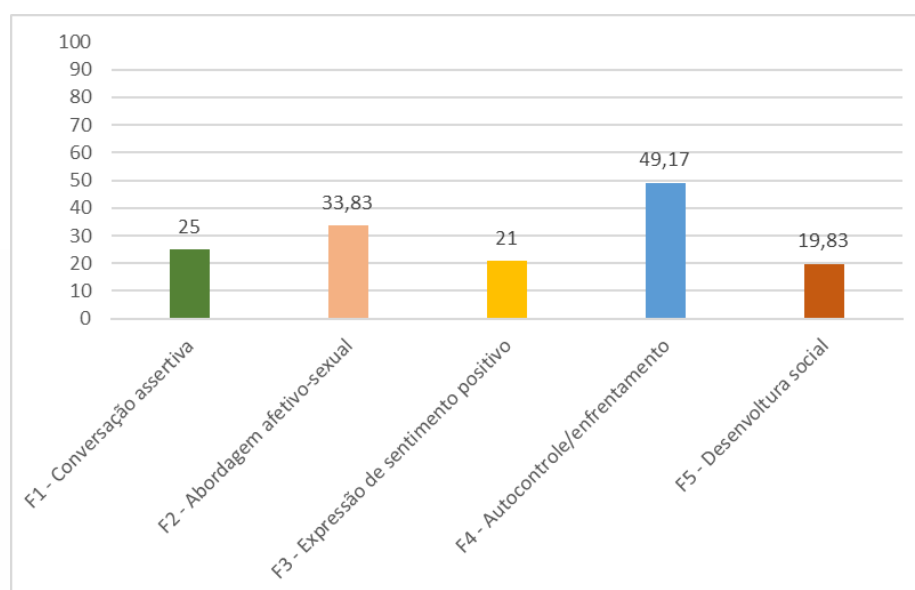
Após a análise separada dos seis participantes, foi elaborada uma análise geral, de forma a comparar os resultados obtidos. O Gráfico 7 apresenta os escores gerais individuais e o respectivo escore médio.

Gráfico 7 -Análise dos escores gerais dos participantes do IHS2 Del Prette

Fonte: dados da pesquisa

Considerando-se a média dos participantes, observa-se que a amostra apresenta repertório inferior de habilidades sociais, o que indica *déficit* e necessidade de treinamento.

A seguir, foi realizada uma análise global dos fatores, de forma a verificar quais obtiveram maiores índices de resultados.

Gráfico 8 - Análise global dos fatores - IHS2 Del Prette

Fonte: dados da pesquisa

De forma geral, observou-se que o Fator F4 – Autocontrole/enfrentamento foi o que alcançou maior índice por parte dos participantes. Este fator, de acordo com Del Prette e Del Prette (2018), está relacionado com a capacidade do indivíduo de se autocontrolar e elaborar estratégias nas diversas situações, incluindo situações de risco. Também está relacionado com o controle em situações que envolvam agressividade (Del Prette; Del Prette, 2018).

Esse item foi seguido pelo Fator F2 – Abordagem afetivo-sexual, característico de habilidades que envolvem apresentação e declaração a outro; Fator F1 – Conversação afetiva, que envolve habilidades de autoafirmação em momentos de potencial risco; Fator F3 – Expressão de sentimento positivo, cujas habilidades incluem trabalhar expressões de afeto com outras pessoas, conversar com desconhecidos e lidar com críticas justas; e por último, Fator F5 – Desenvoltura Social, que envolve desinibição e formas de lidar com diversas situações.

Também se observou que apenas os Participantes 2 e 6 apresentaram maior repertório de habilidades, tendo o Participante 2 atingido um repertório elaborado de habilidades e o Participante 6 um bom repertório de habilidade sociais. Dessa forma, a média das habilidades dos participantes ficou abaixo do necessário, o que implica necessidade de treinamento dessas habilidades para melhor desempenho pessoal e profissional em seus contextos de vida (pessoal, familiar, profissional, social etc).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das entrevistas e dos testes aplicados aos participantes deste estudo evidenciou a importância de se compreender mais a fundo as habilidades e dificuldades enfrentadas pelos egressos e a relação dessas habilidades e dificuldades com o mercado de trabalho. Os resultados destacaram a importância da integração entre universidade e empresas (como apontado pelos egressos nas entrevistas), bem como a relevância do desenvolvimento de habilidades interpessoais para um melhor desempenho profissional.

Observou-se que a formação acadêmica, embora permita um conhecimento sólido, apresenta algumas lacunas quando deparada com as necessidades do mercado, tendo por vezes sua grade incompatível com as exigências solicitadas. A falta de alinhamento entre a grade curricular e as exigências do mercado podem ser vistas como fatores negativos, que dificultam o acesso ao mercado. Além disso, a maioria dos

participantes relatou dificuldades em conseguir estágios ou empregos através da faculdade, indicando a necessidade de uma maior intervenção da universidade e maior apoio na preparação dos alunos para o mercado de trabalho.

Como sugestões, a ampliação das vagas de estágio, incentivo, continuidade de projetos internos e formação de parcerias foram levantadas de forma a possibilitar melhorias nessa conexão da universidade com o mercado. Um maior envolvimento na preparação dos alunos também se faz necessário.

Foi possível enxergar a importância de uma rede de contatos sólida. A maioria dos participantes destacou o auxílio de professores e coordenadores em sua colocação no mercado. O chamado *networking*, atrelado a apoio institucional, bom conhecimento técnico, domínio das ferramentas e aprimoramento contínuo de habilidades interpessoais são meios para buscar uma transição bem-sucedida dos alunos ao mercado.

A importância das parcerias com empresas, a atuação do coordenador e o alinhamento das habilidades interpessoais com o conhecimento técnico foram ressaltadas como cruciais para o sucesso na transição do ambiente acadêmico para o profissional. Além disso, habilidades como comunicação, proatividade e adaptação foram relatadas como fundamentais para que os egressos adentrassem o mercado, o que revela o impacto significativo dessas habilidades em momentos de decisão e escolha no ambiente corporativo, podendo facilitar ou dificultar a inserção. À vista de um mercado cada vez mais exigente, é crucial que os egressos desenvolvam competências para adentrar o mercado, bem como estar preparados para os desafios que irão se apresentar.

A análise dos resultados do teste IHS2 apresentou variações significativas no repertório de habilidades sociais dos participantes, com um apresentando um repertório altamente elaborado e um apresentando bom repertório de habilidades, enquanto os demais apresentaram necessidade de treinamento em diversas áreas. Fatores como autocontrole/enfrentamento e abordagem afetivo-sexual se destacaram como os mais bem desenvolvidos, enquanto a desenvoltura social foi o fator com maior *déficit*, indicando a necessidade de intervenções específicas para aprimorar essas habilidades e de uma junção do conhecimento ao desenvolvimento de habilidades. Neste quesito, a promoção de um ambiente universitário que incentive o desenvolvimento e a práticas dessas habilidades por meio de projetos, estágios e outras atividades extracurriculares pode contribuir significativamente para a formação de profissionais mais preparados para os desafios do mercado.

Portanto, conclui-se que a falta de atividades após o término da graduação, as dificuldades mencionadas na busca por estágios e empregos e a incongruência entre a grade curricular e o mercado de trabalho demonstram uma necessidade de maior apoio da universidade no desenvolvimento de habilidades necessárias ao mercado. A alusão ao fato de que as conexões com empresas e o apoio institucional foram essenciais para alguns graduados reforça a ideia de que as habilidades sociais impactam diretamente no desempenho profissional, valorizando aqueles que as detêm, promovendo um desempenho profissional eficiente e eficaz.

A implementação das melhorias sugeridas pelos participantes poderá beneficiar os futuros graduados e fortalecer a reputação da universidade como uma instituição comprometida com a formação integral de seus alunos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de. Entre expectativa e realidade: uma análise da transição e adaptação (para) e no Ensino Superior, a partir do olhar de alunos ingressos no Instituto Federal do Amapá, Campus Macapá. **Diálogos e Perspectivas em Educação**, v. 1, n. 1, p. 67-79, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BLANCO NETO, Pedro. **A Indústria 4.0 e o impacto no trabalho**: uma revisão de literatura e reflexão para o futuro. Tese (Mestrado em Economia e Gestão da Inovação) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto. Portugal, p. 45. 2019.
- BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini; CARRARA, Kester. Habilidades sociais e análise do comportamento: Compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas. **Psicologia em Revista**, v. 16, n. 2, p. 330-350, 2010. Disponível em https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 12 ago. 2024.
- CABALLO, Vicente E. **Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais**. São Paulo: Santos, 2003.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Psicologia das relações interpessoais**: vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes, 2001.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Habilidades sociais e educação: pesquisa e atuação em psicologia escolar/educacional. In: DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira (org.). **Psicologia escolar e educacional**: saúde e qualidade de vida. Campinas: Alínea, 2001. p. 113-141.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Competência Social e Habilidades Sociais**: Manual teórico-prático. Petrópolis: Vozes, 2017.

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. **Inventário de Habilidades Sociais 2**: Manual de aplicação, apuração e interpretação. São Paulo: Pearson, 2018.

GUILLAND, Romilda; MONTEIRO, Janine Kieling. Jovem em situação de desemprego: habilidades sociais e bem-estar psicológico. **Psicologia Teoria e Prática**, v. 12, n.3, p. 149-163, 2010. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v12n3/v12n3a12.pdf> Acesso em: 14 ago. 2024.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE, Sadão (org.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

MENKES, Camila. Novas demandas do contexto profissional: as habilidades sociais profissionais. **Psicologia em Destaque**, ano 1, n.1, p. 71-73, 2011.

MURTA, Sheila Giardini. Aplicações do treinamento em habilidades sociais: análise da produção nacional. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 2, p. 283–291, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000200017> Acesso em: 22 jul. 2024.

PENHA, Joaquim Rangel Lucio; OLIVEIRA, Cleide Correia; MENDES, Ana Virginia Silva. Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa. **Journal Health NPEPS**, v. 5, n. 1, p. 369–395, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3549> Acesso em: 29 jul. 2024.

PERNICIOTTI, Patrícia; SERRANO JÚNIOR, Carlos Vicente; GUARITA, Regina Vidigal; MORALES, Rosana Junqueira; ROMANO, Bellkiss Wilma. Síndrome de Burnout nos profissionais de saúde: atualização sobre definições, fatores de risco e estratégias de prevenção. **Revista SBPH**, v. 23, n. 1, p. 35-52, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v23n1/05.pdf> Acesso em: 29 jul. 2024.

SÁ-RODRIGUES, Marilsa de; ARAÚJO, Elvira Aparecida Simões de; RIBEIRO, Maria Júlia Ferreira Xavier; LEÓN-RUBIO, José Maria. Habilidades interpessoais nas competências gerenciais e de liderança. *In*: DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira (org.). **Habilidades sociais**: diálogos e intercâmbios sobre pesquisa e prática. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015. p. 462-496.

SECO, Graça; PEREIRA, Isabel; DIAS, Isabel; CASIMIRO, Mafalda; CUSTÓDIO, Suzana. Para uma abordagem psicológica da transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior: Pontes e alçapões. **Psicologia e Educação**, v. 4, n. 1, p. 7-21, 2005. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.8/55> Acesso em: 29 jul. 2024.

IMPACTO DA IDENTIFICAÇÃO NAS PESQUISAS DE CLIMA ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE RESPOSTAS ANÔNIMAS E IDENTIFICADAS

Paula Eduarda Fernandes Forli De Lazzari

Danielle Pereira Lovatto

INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo das organizações, a escuta ativa das percepções dos colaboradores tornou-se um elemento central para a formulação de estratégias eficazes de gestão de pessoas. Entre os instrumentos comumente utilizados para captar tais percepções, destaca-se a pesquisa de clima organizacional, a qual visa compreender aspectos subjetivos e objetivos do ambiente de trabalho que influenciam diretamente o bem-estar, o engajamento e o desempenho dos profissionais (Chiavenato, 2021). Contudo, a eficácia dessa ferramenta diagnóstica está condicionada a diversos fatores, entre eles, o grau de liberdade percebido pelos respondentes no momento da participação. Nesse sentido, a exigência de identificação nas respostas pode interferir substancialmente na autenticidade das informações coletadas, levantando questionamentos éticos, metodológicos e estratégicos no campo da Psicologia Organizacional.

Este estudo propõe-se a analisar os impactos da identificação dos respondentes em pesquisas de clima organizacional, examinando de forma comparativa os dados provenientes de formulários anônimos e identificados. A investigação parte do pressuposto de que o anonimato pode favorecer respostas mais sinceras e críticas, ao passo que a identificação tende a induzir posicionamentos mais cautelosos, motivados por receio de exposição, relações de poder ou cultura organizacional repressiva. Tal análise torna-se ainda mais relevante quando se considera que decisões organizacionais, como intervenções de melhoria, reestruturações e políticas de valorização profissional, frequentemente se baseiam nos resultados dessas pesquisas (Morgan, 1996).

De acordo com Nadler, Hackman e Lawler (1983), a maneira como os indivíduos respondem a estímulos organizacionais está profundamente relacionada à estrutura de poder, aos sistemas de recompensa e à clareza dos papéis dentro da organização. Os autores destacam que o comportamento dos colaboradores não pode ser compreendido de forma isolada, mas sim como parte de um sistema interdependente

que envolve fatores contextuais e percepções individuais. Nesse sentido, ao analisar a influência da identificação nas pesquisas de clima, é essencial considerar de que maneira elementos como a centralização das decisões, a confiança nas lideranças e o histórico de tratamento dado às críticas moldam a disposição dos empregados em se expressarem com autenticidade. A identificação, quando imposta sem um ambiente seguro, pode ser interpretada como um risco à estabilidade profissional, afetando diretamente a qualidade e a profundidade das respostas.

Além disso, os autores argumentam que o comportamento organizacional deve ser compreendido como um fenômeno dinâmico, no qual intervenções estruturais, como a introdução de sistemas de *feedback*, precisam ser acompanhadas por um entendimento aprofundado das reações humanas. Nadler *et al.* (1983) defendem que a eficácia de qualquer instrumento de diagnóstico está vinculada à sua construção metodológica e ao grau de abertura e transparência promovido pela organização. Assim, em pesquisas de clima organizacional, a exigência de identificação deve ser cuidadosamente avaliada, sob pena de comprometer os objetivos estratégicos da gestão de pessoas. A reflexão proposta por esses autores contribui para uma leitura crítica das práticas institucionais, evidenciando que a coleta de dados não é neutra, mas atravessada por relações de poder, expectativas e culturas organizacionais específicas.

Segundo Tadeucci (2009), a motivação não pode ser compreendida isoladamente, sendo fundamental considerar tanto o indivíduo quanto o seu contexto. De acordo com a autora, quando se analisa a motivação, deve-se levar em consideração o indivíduo e o ambiente onde ela ocorre. O ambiente social pode interferir no nível de motivação, tanto quanto as expectativas individuais.

Adicionalmente, Tadeucci (2009) enfatiza que a motivação resulta da interação entre fatores emocionais, cognitivos e biológicos e se manifesta por meio de um comportamento que deve ser avaliado como motivado ou não. Essa perspectiva multidimensional da motivação sustenta a necessidade de investigar como a condição de anonimato ou identificação pode impactar a quantidade e a qualidade das respostas fornecidas. A adoção de formulários identificados, por exemplo, pode interferir na expressão de comportamentos motivados, alterando a maneira como os colaboradores atribuem significado às suas respostas. A partir desse enquadramento teórico, o estudo assume uma abordagem sensível à complexidade do comportamento humano, considerando que o modo de condução e o contexto influenciam conjuntamente a manifestação da motivação organizacional.

REVISÃO DE LITERATURA

O comportamento organizacional tem sido amplamente estudado para compreender as dinâmicas que influenciam o desempenho dos colaboradores e o sucesso das empresas. Nesse contexto, a obra de Siqueira (2014), oferece uma abordagem estruturada para avaliar e gerir fatores psicológicos e comportamentais no ambiente de trabalho.

Segundo Siqueira (2014), o comprometimento organizacional é um dos principais fatores que influenciam o desempenho dos colaboradores. Ele pode ser classificado em afetivo, instrumental e normativo, sendo o primeiro associado a um vínculo emocional positivo com a organização, o segundo relacionado a custos percebidos de sair da empresa e o terceiro às obrigações morais sentidas pelo colaborador. A mensuração desse comprometimento permite diagnosticar o nível de envolvimento dos empregados e desenvolver estratégias para aumentá-lo.

Outro aspecto fundamental discutido por Siqueira (2014) é a satisfação no trabalho, que pode ser avaliada a partir de cinco dimensões: satisfação com o cargo, satisfação com colegas, satisfação com a chefia, satisfação com promoções e satisfação com os salários. O entendimento dessas dimensões permite uma melhor gestão do clima organizacional e a adoção de políticas que promovam o bem-estar dos colaboradores.

A autora também destaca a importância do engajamento no trabalho como fator determinante para a produtividade e a inovação nas organizações. O engajamento é caracterizado pelo vigor, dedicação e absorção nas atividades laborais, e sua mensuração possibilita identificar áreas que necessitam de intervenção para melhorar a motivação dos empregados.

O uso de ferramentas de diagnóstico possibilita aos gestores um acompanhamento preciso do comportamento organizacional. Segundo Siqueira (2014), ao compreender os níveis de comprometimento, satisfação e engajamento, as empresas podem desenvolver estratégias eficazes para melhorar o desempenho organizacional e promover um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo. A utilização de instrumentos validados cientificamente permite uma abordagem mais objetiva e eficiente na gestão de pessoas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento das organizações.

A proposta do Net Promoter Score (NPS) é avaliar o grau de lealdade dos clientes a partir de uma única pergunta: *"Em uma escala de 0 a 10, qual a probabilidade*

de você recomendar nossa empresa, produto ou serviço a um amigo ou colega?". A resposta a essa pergunta permite classificar os clientes em três grupos distintos: promotores, quando atribuem notas 9 ou 10; neutros, quando optam por notas 7 ou 8; e detratores, quando respondem com notas de 0 a 6. O resultado do NPS é obtido pela subtração do percentual de clientes detratores do percentual de clientes promotores, gerando uma pontuação que pode variar de -100 a +100 (Reichheld, 2003).

Embora essa métrica tenha sido originalmente desenvolvida para medir a lealdade de clientes a empresas e marcas (Reichheld, 2003), sua aplicação tem se expandido para outros contextos organizacionais, notadamente no âmbito da gestão de pessoas. A partir dessa adaptação surgiu o conceito de Employee Net Promoter Score (eNPS), voltado à mensuração do engajamento e da satisfação dos colaboradores. A utilização do eNPS como instrumento de pesquisa de clima organizacional permite identificar níveis de comprometimento, percepções sobre a cultura institucional e potenciais fatores de risco relacionados ao bem-estar no trabalho.

Segundo Reichheld (2003), essa métrica, por sua objetividade e simplicidade, vem sendo incorporada por departamentos de Recursos Humanos como parte de estratégias mais amplas de gestão da experiência do colaborador, permitindo análises comparativas ao longo do tempo e orientando intervenções voltadas à melhoria do ambiente organizacional.

A adoção do eNPS nas organizações se insere no movimento mais amplo de valorização da experiência do colaborador (*Employee Experience*), que reconhece que o engajamento interno impacta diretamente na produtividade, na retenção de talentos e, indiretamente, na satisfação dos clientes externos (Morgan, 1996).

Segundo estudos de Holbrook (1982), empresas que integram indicadores em suas estratégias de gestão de pessoas conseguem mapear, de forma rápida e contínua, o sentimento geral dos colaboradores, o que permite respostas ágeis a eventuais insatisfações ou rupturas na cultura organizacional. Ainda que a simplicidade do indicador eNPS seja apontada como uma de suas principais vantagens, sua eficácia está condicionada à escuta ativa das respostas qualitativas que geralmente acompanham a pergunta central, bem como à implementação de ações concretas a partir dos resultados obtidos.

Segundo Maslow (1987), as necessidades humanas são organizadas em uma estrutura piramidal composta por cinco níveis: fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de autorrealização. A teoria pressupõe que as necessidades inferiores devem ser satisfeitas antes que as superiores passem a exercer influência significativa sobre o

comportamento. No contexto das organizações, essa hierarquia pode ser utilizada para compreender a motivação dos colaboradores e orientar políticas de gestão de pessoas, como benefícios, reconhecimento e oportunidades de crescimento.

No entanto, embora amplamente difundida, essa teoria foi objeto de críticas por sua rigidez e pela suposição de universalidade da ordem das necessidades, o que nem sempre se confirma na prática, especialmente em ambientes corporativos complexos e multifatoriais. Nadler, Hackman e Lawler (1983) destacam que as necessidades humanas não seguem uma sequência previsível e linear, sendo influenciadas por fatores organizacionais, relações de poder e experiências individuais, o que exige modelos mais flexíveis e contextuais para compreender a motivação no trabalho.

Com base na Teoria dos Dois Fatores é possível compreender a motivação no ambiente de trabalho como um fenômeno composto por dois grupos distintos: os fatores higiênicos e os fatores motivacionais. Os fatores higiênicos dizem respeito às condições externas ao conteúdo do trabalho, como salário, políticas organizacionais, supervisão, relações interpessoais e ambiente físico, e quando ausentes ou inadequados, provocam insatisfação, mas sua existência não necessariamente gera motivação (Herzberg, 1959). Já os fatores motivacionais são intrínsecos à atividade laboral e estão associados a crescimento pessoal, reconhecimento, responsabilidade e à própria realização no trabalho (Herzberg, 1966). Esses fatores, quando presentes, promovem a satisfação e o engajamento dos colaboradores. O autor defende que a eliminação da insatisfação e o aumento da satisfação são processos independentes, e não opostos de um mesmo contínuo (Herzberg, 1968).

Sendo assim, a motivação dos colaboradores não se sustenta apenas em boas condições externas, mas na valorização de aspectos intrínsecos ao trabalho, tornando-se imprescindível que as organizações compreendam as particularidades de cada ambiente e perfil profissional. Esse entendimento reforça a crítica ao modelo linear e universal de Maslow (1987) e aponta para a necessidade de se considerar que diferentes indivíduos são movidos por distintos conjuntos de necessidades e percepções. Nesse sentido, a adoção de instrumentos de escuta — como os formulários aplicados na pesquisa — aliada à disposição institucional para considerar e atuar sobre os resultados obtidos representa um movimento significativo na transformação da realidade organizacional. Apenas por meio desse diagnóstico plural, que reconhece a complexidade das motivações humanas, é possível formular intervenções eficazes que atuem tanto sobre fatores higiênicos quanto sobre os motivacionais, alinhando as práticas de gestão às reais necessidades do corpo funcional.

Outra teoria que propõe uma releitura desse pensamento é a Teoria ERG, que reformula a clássica hierarquia de necessidades de Maslow, reorganizando as motivações humanas em três categorias: existência, em que são consideradas necessidades fisiológicas e de segurança; relacionamento, voltado a necessidades sociais e de pertencimento; e crescimento, considerando as necessidades de autorrealização e de desenvolvimento pessoal (Alderfer, 1969).

Um dos principais aportes dessa teoria está na flexibilização do modelo motivacional, ao reconhecer que os indivíduos não seguem uma ordem rígida e progressiva na busca por suas necessidades. Pelo contrário, é possível que persigam simultaneamente diferentes categorias ou mesmo que retrocedam a estágios anteriores quando encontram frustração em algum nível. Essa abordagem dinâmico-contextual representa um avanço significativo na compreensão da motivação humana no ambiente organizacional, ao incorporar a variabilidade das experiências individuais e a influência das circunstâncias (Alderfer, 1972).

Gestores que se baseiam em modelos simplistas de motivação podem negligenciar a complexidade dos comportamentos humanos nas organizações, especialmente quando adotam premissas rígidas sobre a natureza do trabalho e dos trabalhadores. Essas premissas, frequentemente pautadas por crenças generalizadas de que as pessoas evitam responsabilidades, resistem ao esforço e só produzem sob pressão ou vigilância, limitam a compreensão das múltiplas motivações que influenciam o desempenho. Por outro lado, a adoção de premissas aparentemente flexíveis e supostamente motivadoras pode ocultar uma intencionalidade gerencial voltada à manutenção de estruturas autoritárias.

A partir de premissas que aparentam flexibilidade e valorização, os gestores podem promover ações simbólicas e pontuais travestidas de incentivo que, em vez de dialogarem com as necessidades reais dos colaboradores, reforçam a rigidez do controle e a assimetria nas relações de poder. A Teoria X e a Teoria Y, propostas por McGregor (1960), evidenciam essa dualidade: enquanto a Teoria X assume que os indivíduos são naturalmente avessos ao trabalho e necessitam de controle e punição para produzir, a Teoria Y parte do princípio de que o trabalho pode ser fonte de satisfação e que os colaboradores, quando adequadamente engajados, são capazes de autodireção e autocontrole em prol dos objetivos organizacionais. Essa distinção revela diferentes posturas gerenciais e propõe uma mudança de paradigma no modo como as lideranças compreendem e interagem com suas equipes (McGregor, 1960).

Nesse sentido, ainda que os instrumentos empregados para a avaliação do clima organizacional — como formulários ou escalas padronizadas — não apresentem elevados níveis de sofisticação técnica ou complexidade metodológica, sua efetividade não reside exclusivamente na estrutura do instrumento, mas na forma como são integrados às práticas de gestão. Quando utilizados de maneira estratégica e alinhados a uma postura gerencial pautada na valorização do potencial humano e na construção de relações baseadas na confiança, esses recursos podem produzir efeitos organizacionais significativos. O aspecto central não está, portanto, na robustez da ferramenta em si, mas na intencionalidade de sua aplicação e na disposição institucional para acolher, interpretar e agir a partir das percepções manifestadas pelos colaboradores.

Segundo McGregor (1960), ao incorporar uma perspectiva inspirada na Teoria Y, as organizações ampliam sua capacidade de atribuir sentido aos dados coletados, compreendendo-os não como simples métricas operacionais, mas como representações legítimas de vivências laborais que exigem escuta qualificada, sensibilidade gerencial e ação efetiva.

A utilização de ferramentas de diagnóstico organizacional, ainda que simples em sua estrutura, pode representar um recurso valioso para a aproximação entre a gestão e os colaboradores, desde que aplicada com intencionalidade e analisada de forma criteriosa. Instrumentos como formulários e escalas padronizadas, quando acompanhados de processos reflexivos e interpretativos adequados, oferecem subsídios concretos para a identificação de padrões de comportamento, percepções e necessidades emergentes no ambiente de trabalho.

Essa escuta estruturada permite o delineamento de estratégias mais alinhadas aos objetivos institucionais, promovendo ajustes finos nas práticas de gestão (Siqueira, 2014). Um exemplo disso é o fortalecimento de ciclos de *feedback* mais assertivos, capazes de traduzir os dados obtidos em ações coerentes e direcionadas, que respondem às demandas dos colaboradores e ainda também impulsionam o desempenho coletivo e a coesão organizacional.

MÉTODO

A aplicação dos formulários de pesquisa organizacional foi realizada entre os dias 11 e 17 de abril de 2025, em uma empresa do setor de engenharia localizada no

interior do Estado de São Paulo. A organização conta com mais de 200 colaboradores, sendo que o foco da ação se concentrou nos 50 profissionais atuantes nos setores administrativos. Foi adotado o delineamento de pesquisa de campo com abordagem exploratória e descritiva, utilizando procedimentos de levantamento com dados qualitativos e quantitativos, conforme a classificação proposta por Gil (2002).

Segundo Gil (2002), a pesquisa de campo consiste na coleta de dados diretamente com os participantes no ambiente onde os fenômenos ocorrem, permitindo observar a realidade em sua forma natural. Quando tem caráter exploratório, seu objetivo principal é proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e, muitas vezes, contribuindo para a formulação de hipóteses. Já a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinado grupo ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis.

O autor também destaca que o uso combinado de dados qualitativos e quantitativos enriquece a compreensão do fenômeno estudado. Os dados quantitativos possibilitam mensuração objetiva, permitindo análises estatísticas, enquanto os qualitativos contribuem com a profundidade e o contexto das informações, revelando percepções, sentimentos e significados atribuídos pelos participantes. Essa abordagem mista é especialmente útil em estudos organizacionais, como pesquisas de clima, por unir amplitude e profundidade analítica.

A execução do projeto envolveu três fases: preparação institucional (F1), desenvolvimento dos instrumentos (F2) e aplicação e acompanhamento (F3), todas conduzidas por uma estudante de 24 anos do sétimo semestre de Psicologia de uma universidade pública da mesma região. A sistematização das fases está disposta no Quadro 1.

Quadro 1 – Sistematização das Fases do Projeto de Pesquisa em Clima Organizacional

FASES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS
F1 – Preparação Institucional (28/03/2025)	Apresentação do projeto à direção da empresa, com proposta de aplicação dos formulários junto aos colaboradores administrativos. A proposta foi bem recebida e encaminhada para aprovação institucional.	Reunião com gestores e envio da proposta formal.
F2 – Desenvolvimento dos Instrumentos (07/04/2025)	Elaboração de três tipos de formulários de acordo com o nível hierárquico e o objetivo de avaliação: 1) anônimo, para todos os colaboradores administrativos; 2) identificado, voltado aos liderados; 3) identificado, destinado aos líderes.	Construção dos formulários em plataforma <i>online</i> . Critérios definidos para participação e distribuição por nível hierárquico.
F3 – Aplicação e Acompanhamento (10/04 a 17/04/2025)	Divulgação da pesquisa pelos canais internos da empresa (rede de comunicação corporativa e plataforma digital), com ênfase na confidencialidade e incentivo à participação voluntária. Aplicação dos formulários e acompanhamento do engajamento.	Comunicação interna, esclarecimento de dúvidas, reforço do caráter sigiloso da pesquisa. Coleta de dados <i>online</i> . Envio de lembrete no último dia.

Fonte: elaboração dos autores (2025)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a fase de aplicação, observou-se maior adesão ao formulário anônimo, o que indicou maior sensação de liberdade na exposição das opiniões. Já os formulários identificados voltados aos liderados apresentaram respostas mais moderadas e menos críticas à gestão, enquanto os líderes demonstraram alinhamento institucional em suas

respostas, evitando expor fragilidades. Houve também manifestações de receio por parte de alguns participantes quanto ao uso das informações e à efetividade das ações futuras.

A pesquisa destaca a relevância de combinar abordagens anônimas e identificadas para obter uma visão mais equilibrada do clima organizacional. A experiência de campo evidenciou que a identificação dos respondentes impacta significativamente a maneira como os colaboradores expressam suas percepções.

A maior adesão ao formulário anônimo, em que de 50 colaboradores administrativos aptos para a participação 34 responderam (68%), indica que a confidencialidade pode ser um fator crucial para a obtenção de dados mais genuínos. Já os formulários identificados, embora forneçam informações valiosas sobre a relação entre liderança e equipe, podem estar sujeitos a vieses relacionados ao medo de represálias ou à necessidade de conformidade com o ambiente corporativo.

Essa diferença evidencia a importância da segurança psicológica nas organizações, conceito defendido por Kahn (1990), que destaca que os indivíduos só se expressam de forma autêntica quando se sentem protegidos de julgamentos ou punições. O clima de medo, ainda que velado, pode comprometer seriamente a confiabilidade dos dados coletados por vias identificadas.

Os dados coletados revelam contrastes significativos entre as respostas anônimas e identificadas, além de evidenciar aspectos estruturais, relacionais e operacionais da organização que influenciam diretamente o ambiente de trabalho.

Esses contrastes apontam para a existência de uma cultura organizacional segmentada, na qual percepções distintas emergem conforme o nível hierárquico ou o grau de exposição dos respondentes. Isso sugere a coexistência de múltiplas realidades internas, reforçando a importância de abordagens metodológicas múltiplas para capturar essa complexidade.

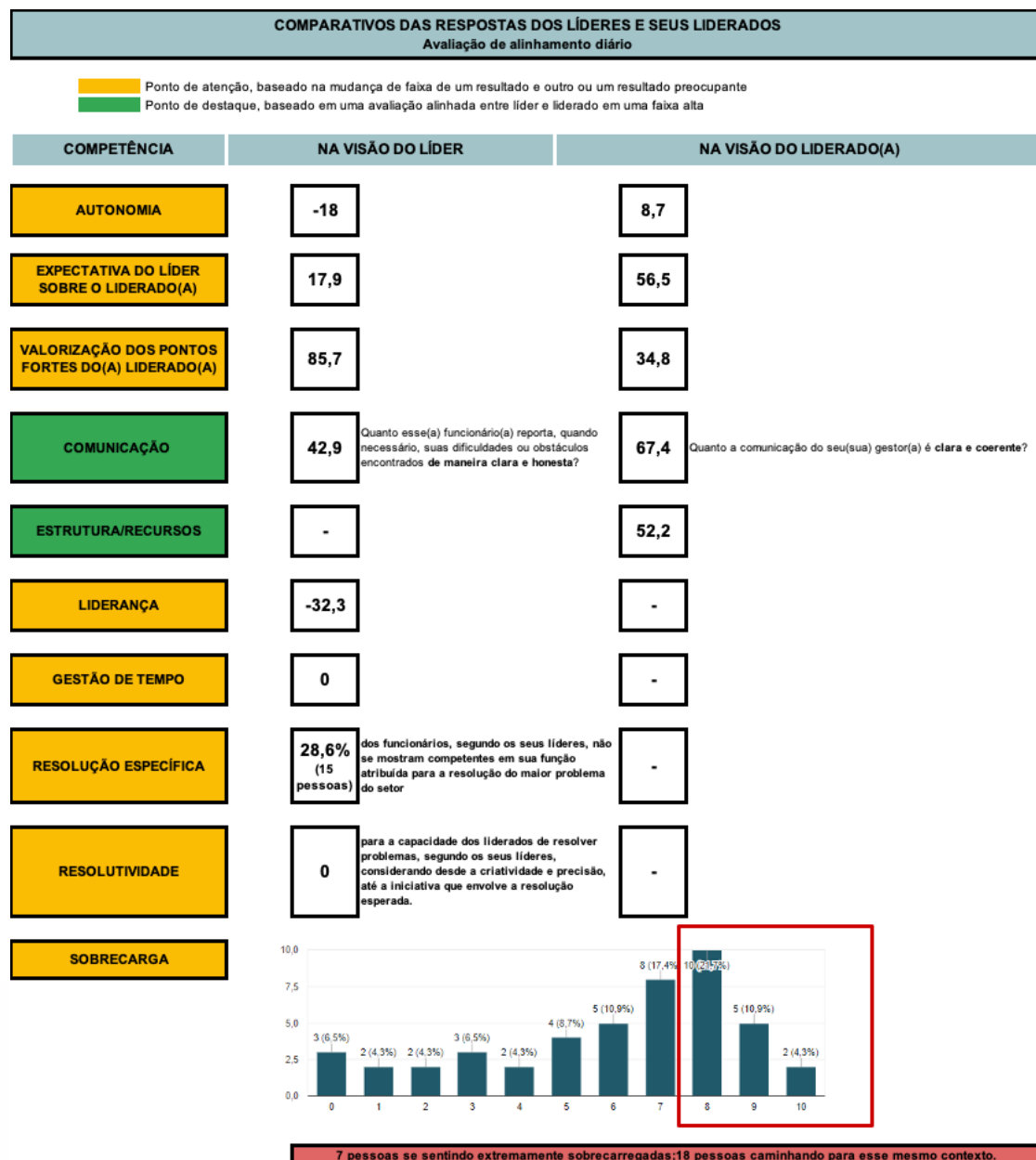
Sendo assim, a partir dos dados obtidos, torna-se evidente que o posicionamento dos colaboradores frente aos formulários aplicados não se resume a uma escolha entre anonimato ou identificação, mas reflete uma resposta subjetiva a estímulos do ambiente organizacional.

Esse comportamento pode ser interpretado a partir dos conceitos de Tadeucci (2009), que entende a motivação como um processo dinâmico e influenciado por múltiplos fatores contextuais. A autora ressalta que a manifestação da motivação ocorre sempre em interação com o meio, sendo sensível a elementos como confiança institucional, percepção de acolhimento e expectativa de consequências futuras.

Dessa forma, as variações nos padrões de resposta observadas entre os diferentes tipos de formulário indicam não apenas preferências metodológicas, mas também nuances do clima organizacional vivenciado, que modulam o grau de abertura e autenticidade nos relatos dos colaboradores.

A Figura 1 apresenta o comparativo das respostas entre líderes e liderados.

Figura 1 – Demonstrativo comparativo dos dados



Fonte: elaboração dos autores (2025)

No que diz respeito ao nível geral de satisfação no trabalho, observou-se uma disparidade expressiva entre os tipos de formulário. O formulário anônimo apresentou uma média de apenas 17,7, enquanto o formulário identificado dos liderados registrou 41,3, e o dos líderes 42,8. Essa diferença sugere a existência de um receio por parte dos colaboradores em manifestar críticas quando identificados, o que pode impactar diretamente a autenticidade das respostas fornecidas. A tendência de avaliações mais positivas quando há identificação revela uma possível insegurança institucional em relação à liberdade de expressão. Esse fenômeno pode ser compreendido pelas evidências de que os colaboradores evitam críticas explícitas para preservar relações e evitar retaliações, o que distorce a realidade percebida. Isso reforça a importância de canais confidenciais de escuta ativa na gestão de pessoas.

Quanto à qualidade das interações no ambiente de trabalho, os dados indicam percepções distintas entre os relacionamentos internos e externos aos setores. A convivência entre colegas de um mesmo setor foi bem avaliada, com médias de 70,7 no formulário anônimo e 76,0 no identificado do liderado. No entanto, essa avaliação cai consideravelmente quando se trata de interações entre diferentes setores, atingindo apenas 29,4 no formulário anônimo e 28,3 no identificado. Já os líderes, ao avaliarem de forma generalizada as interações dos seus liderados (tanto dentro quanto fora dos setores), apresentaram uma média mais otimista de 57,1.

Essa diferença evidencia a existência de isolamento entre os departamentos. A colaboração é eficaz dentro das equipes, mas deficiente entre elas. Isso indica um desafio clássico de comunicação interdepartamental, que compromete a eficiência global da organização. A avaliação mais positiva dos líderes sugere uma possível dissociação entre a percepção gerencial e a vivência cotidiana das equipes, o que pode estar relacionado à falácia da harmonia aparente.

As respostas abertas do formulário anônimo permitiram identificar os principais problemas enfrentados na empresa. A falta de comunicação generalizada foi o item mais citado, com 14 menções, seguido pela ausência de planejamento prévio, que ocasiona urgências e retrabalho (11 menções). Outros pontos levantados foram o não cumprimento de processos definidos (6), dificuldades de relacionamento (4), falta de padronização e lentidão nos processos (6 no total), além de reclamações sobre infraestrutura, como cadeiras (2), favorecimento de pessoas (1), desinformação (1), fofocas (1), falta de qualificação profissional (1), aceitação de compradores com restrições (1) e a ausência de um plano de carreira (1).

Esses relatos reforçam um cenário de desorganização sistêmica, que afeta não somente os processos operacionais, mas também a percepção de justiça e igualdade dentro da organização. A multiplicidade e a recorrência dos problemas descritos indicam a necessidade urgente de uma reestruturação dos fluxos internos e de uma política mais clara de governança organizacional.

A avaliação anônima dos setores da empresa, em uma escala de 0 a 100, revelou percepções muito distintas entre as áreas. O setor de Projetos destacou-se como o mais bem avaliado, com *score* de 72,7, seguido por Marketing (61,8) e Financeiro (44,2). Na outra ponta do ranking, Contabilidade Externa foi o setor com pior avaliação, apresentando *score* negativo de -32,3, seguido por Vendas (-9), Crédito (-6) e TI (-2,9). As justificativas atribuídas a essas avaliações negativas trouxeram críticas importantes.

A polarização entre setores com avaliação positiva e negativa aponta para uma cultura organizacional fragmentada. Os setores bem avaliados apresentam maior alinhamento de processos e clareza de funções, enquanto os setores com notas negativas acumulam falhas estruturais, o que indica a necessidade de uma política de padronização e melhoria contínua para reduzir assimetrias e promover maior equidade organizacional.

A intenção de recomendação da empresa a amigos ou familiares, medida por meio do formulário anônimo, obteve uma média de 67,6, indicando uma percepção intermediária de confiança e satisfação por parte dos colaboradores. Este resultado sugere que, apesar das críticas e dos desafios apontados, existe um senso moderado de pertencimento à organização. A presença simultânea de críticas e de desejo de recomendar a empresa sugere um vínculo emocional ainda preservado com a empresa. Esse dado pode ser interpretado como um sinal de alerta e oportunidade: embora exista insatisfação, ainda há espaço para intervenções que resgatem a confiança e fortaleçam o engajamento dos profissionais.

Quanto aos fatores motivacionais para a permanência na empresa, os colaboradores indicaram como principais razões as oportunidades de crescimento (16 votos), o aprendizado proporcionado (8), o bem-estar no trabalho (6) e os relacionamentos interpessoais (6). Essas escolhas demonstram a valorização de fatores intrínsecos de motivação, como reconhecimento, autonomia e desenvolvimento, conforme proposto pela Teoria da Autodeterminação (Deci; Ryan, 1985). Tais elementos são cruciais para a retenção e a satisfação em longo prazo, principalmente entre profissionais com maior nível de escolaridade e engajamento crítico.

Em relação a benefícios e estruturas desejados que ainda não fazem parte do ambiente organizacional, os colaboradores destacaram a necessidade da implantação de

iniciativas voltadas ao bem-estar e à valorização profissional. A predominância de pedidos como plano de saúde, Gympass e plano de carreira revela que a organização ainda carece de políticas básicas de bem-estar organizacional. A ausência desses benefícios essenciais pode comprometer a saúde física e mental dos trabalhadores e refletir em menor produtividade, maior rotatividade e insatisfação.

Nos comentários finais, algumas sugestões foram reforçadas, como a necessidade de cadeiras mais adequadas (3 menções), melhorias contínuas (1), definição clara de plano de carreira (1), maior respeito direcionado a um líder específico (1) e cuidados na comunicação com os clientes, especialmente sobre o memorial descritivo (1). Esses relatos mostram que a percepção dos colaboradores vai além dos aspectos técnicos, refletindo também a importância das relações humanas e do cuidado institucional. Tais sugestões denotam a centralidade das relações humanas na qualidade de vida no trabalho. Pequenos gestos de respeito, empatia e reconhecimento parecem ter um peso tão ou mais significativo que os recursos materiais, sinalizando a importância de se investir em uma cultura de cuidado e escuta.

Apesar de Maslow (1954) propor uma hierarquia rígida das necessidades humanas, partindo das básicas até a autorrealização, os resultados desta pesquisa indicam que essa sequência linear não se sustenta de maneira plena no contexto organizacional analisado. Os colaboradores citaram, simultaneamente, fatores ligados ao bem-estar físico, como cadeiras adequadas e plano de saúde, e necessidades de ordem superior, como reconhecimento, plano de carreira e oportunidades de crescimento, independentemente da satisfação das demandas mais básicas.

Essa simultaneidade corrobora a crítica de Nadler, Hackman e Lawler (1983), que defendem uma visão contextualizada e dinâmica das motivações humanas. A motivação, nesse caso, não é um degrau a ser superado, mas um ciclo que se retroalimenta e que precisa ser compreendido a partir da realidade vivida dentro da organização.

Também nesse ponto a Teoria ERG oferece subsídios importantes para interpretar a complexidade das motivações evidenciadas nos dados. A coexistência de demandas voltadas tanto ao bem-estar físico — como a solicitação por cadeiras ergonômicas, plano de saúde e estrutura básica — quanto à valorização simbólica — como plano de carreira, reconhecimento e autonomia — sugere que os colaboradores não compartilham um estágio único de necessidades. Dessa forma, torna-se imprescindível que as decisões organizacionais considerem com precisão em qual categoria de necessidade os colaboradores se encontram no momento da aplicação dos

formulários, reconhecendo que os dados resultantes desse procedimento funcionam como uma fotografia pontual de um contexto em constante transformação.

Caso haja um intervalo prolongado entre a coleta das informações e a implementação de ações, torna-se um risco as necessidades inicialmente apontadas já não representarem mais as prioridades reais da equipe, tornando as ações decorrentes voltadas a generalizações ou a necessidades já superadas por parte da equipe.

A dinâmica motivacional, segundo Alderfer (1972), é influenciada por avanços e frustrações cotidianos, o que demanda das organizações respostas oportunas e contextualizadas às manifestações registradas nos instrumentos de diagnóstico. O alinhamento entre ações estratégicas e os níveis reais de motivação dos profissionais pode, assim, favorecer intervenções mais eficazes, respeitando a diversidade de experiências internas e contribuindo para um ambiente de trabalho mais responsivo e coerente.

Os resultados obtidos nesta pesquisa, ao comparar respostas de formulários anônimos e identificados, encontram respaldo em estudos empíricos que demonstram a influência direta do formato de resposta sobre a autenticidade das percepções manifestadas pelos colaboradores. Bedeian, Ford e Mossholder (1975), em uma investigação experimental clássica sobre condições de anonimato *versus* identificação confidencial em pesquisas organizacionais, constataram que os participantes tendem a fornecer respostas mais críticas e negativas quando protegidos pelo anonimato. Esse dado é consistente com o padrão observado na presente análise, em que os formulários anônimos revelaram conteúdos mais detalhados e francos, sobretudo no que se refere a falhas estruturais, limitações de gestão e aspectos relacionais do ambiente de trabalho.

Complementarmente, Kang e Hwang (2023) argumentam que a garantia de anonimato em pesquisas institucionais é fator determinante para mitigar receios quanto a retaliações e reduzir vieses de autocensura, favorecendo a expressão genuína dos respondentes. Ainda que reconheçam o valor estratégico de pesquisas identificadas, especialmente quando se pretende realizar intervenções específicas, os autores destacam que tal abordagem demanda um compromisso claro e institucional com a confidencialidade, sob pena de comprometer a confiabilidade dos dados obtidos.

Essas considerações corroboram a constatação de que o modelo de aplicação adotado impacta não apenas o conteúdo das respostas, mas também o grau de adesão e o nível de profundidade das informações coletadas. Assim, a escolha entre anonimato e identificação deve ser guiada pelos objetivos da pesquisa, considerando a cultura organizacional e a relação de confiança previamente estabelecida com os colaboradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a compreensão do clima organizacional, é importante adotar múltiplas abordagens para captar suas diferentes camadas. Ao combinar instrumentos anônimos e identificados, foi possível observar que a forma como o colaborador é convidado a se expressar tem impacto direto na profundidade, na franqueza e na riqueza das informações compartilhadas. Essa constatação convida a refletir sobre o quanto a cultura organizacional influencia o comportamento cotidiano, assim como a disposição das pessoas em colaborar com processos de melhoria.

O campo investigativo revelou que a percepção do ambiente de trabalho é atravessada por fatores como confiança, segurança psicológica, coerência entre discurso e prática e, sobretudo, pela qualidade das relações interpessoais. Quando os colaboradores sentem que suas vozes serão ouvidas com respeito e sem julgamento, tendem a se expressar com mais autenticidade. Por outro lado, a identificação formal em procedimentos avaliativos pode gerar filtros, silenciamentos e adaptações discursivas, em especial em contextos em que o medo de retaliação ainda é um elemento presente, mesmo que sutil.

As relações entre áreas, a clareza nos processos e a comunicação institucional foram dimensões constantemente tensionadas pelos participantes da pesquisa. Esses pontos, muitas vezes vistos como problemas operacionais, são na verdade reflexos de algo mais estrutural: a ausência de espaços seguros para o diálogo, de uma escuta verdadeiramente ativa e de canais que promovam a coesão organizacional. A fragmentação entre setores, por exemplo, é tanto um desafio técnico quanto um sintoma relacional, e só pode ser superada a partir de uma cultura que valorize o coletivo sem perder de vista as singularidades.

Apesar das tensões identificadas, o estudo também evidenciou aspectos de grande valor simbólico no cotidiano da organização: vínculos interpessoais positivos, possibilidades de aprendizado e um desejo legítimo de pertencimento por parte dos colaboradores. Esses elementos funcionam como alicerces emocionais que, quando reconhecidos e fortalecidos, têm o potencial de sustentar transformações profundas e duradouras.

A escuta qualitativa dos colaboradores aponta para uma demanda clara por maior reconhecimento, autonomia, acolhimento e valorização. As sugestões apresentadas não se limitam à melhoria de benefícios, mas tocam em aspectos fundamentais para o

florescimento humano no trabalho: o desejo de ser visto, ouvido e respeitado em sua integralidade. Iniciativas voltadas ao bem-estar, à formação contínua e à criação de estruturas mais inclusivas e transparentes não devem ser tratadas como bônus, mas como pilares estratégicos para a sustentabilidade da organização.

Neste contexto, a pesquisa não se encerra como um fim, mas como um convite à ação. Mais do que identificar problemas, este trabalho oferece à gestão a oportunidade de reavaliar práticas, reconstruir vínculos e redesenhar caminhos. Transformar críticas em pontes de diálogo exige mais do que planos de ação; exige sensibilidade, escuta real e coragem para enfrentar o que muitas vezes é evitado. O futuro de uma organização não se constrói apenas com metas e resultados, mas com relações saudáveis, propósitos compartilhados e um compromisso genuíno com o desenvolvimento humano. Este é, portanto, o momento de transformar conhecimento em mudança e informação em transformação.

Por isso, com base nas análises realizadas, torna-se evidente a necessidade de promover intervenções voltadas ao fortalecimento das relações interpessoais, à melhoria da comunicação e ao reconhecimento institucional dos colaboradores. Diante dos resultados que indicaram falhas recorrentes na comunicação entre setores, sentimento de insegurança na expressão de opiniões e demanda por maior valorização interna, uma estratégia viável seria o desenvolvimento de um projeto institucional centrado na realização de um evento temático. Esse evento poderia incluir palestras de profissionais da Psicologia com experiência em comunicação não violenta e assertiva, favorecendo a construção de um ambiente mais colaborativo, respeitoso e transparente. Além de fomentar o autoconhecimento e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, tal iniciativa reforçaria o compromisso da organização com o bem-estar de sua equipe.

Paralelamente, esse evento poderá ser aproveitado como uma oportunidade para a divulgação e a apresentação de novos benefícios corporativos, em resposta direta às demandas identificadas na pesquisa, como plano de saúde, Gympass, plano de carreira estruturado, entre outros.

Ao alinhar ações formativas com melhorias concretas nas condições de trabalho, a empresa, além de promover o engajamento dos colaboradores, fortalece sua cultura organizacional com base em escuta ativa e resposta estratégica. Essa integração entre escuta diagnóstica e ação institucional qualificada pode representar um passo significativo rumo a uma gestão mais humanizada e eficaz.

REFERÊNCIAS

- ALDERFER, Clayton Paul. An empirical test of a new theory of human needs. **Organizational Behavior and Human Performance**, v. 4, n. 2, p. 142–175, maio 1969.
- ALDERFER, Clayton Paul. **Existence, relatedness, and growth**: human needs in organizational settings. New York: Free Press, 1972.
- BEDEIAN, Arthur George; FORD, Robert Charles; MOSSHOLDER, Kevin Wayne. Effects of anonymity versus identified but confidential response conditions in organizational research. **Journal of Management**, v. 1, n. 1, 1975.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: edição compacta. 5. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2021.
- DECI, E. L.; RYAN, R. M. **Intrinsic Motivation and Self-Determination in Human Behavior**. Berlin: Springer Science & Business Media, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-1-4899-2271-7> Acesso em: 2 mar. 2025.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HERZBERG, Frederick Irving; MAUSNER, Bernard; SNYDERMAN, Barbara Bloch. **The motivation to work**. New York: Wiley, 1959.
- HERZBERG, Frederick Irving. **Work and the nature of man**. Cleveland: World Publishing, 1966.
- HERZBERG, Frederick Irving. One more time: how do you motivate employees? **Harvard Business Review**, v. 46, n. 1, p. 53–62, jan./fev. 1968.
- HOLBROOK, Morris B.; HIRSCHMAN, Elizabeth C. The Experiential Aspects of Consumption: Consumer fantasies, feelings, and fun. **Journal of Consumer Research**, v. 9, p. 132–140, Sept. 1982.
- KAHN, William A. Psychological Conditions of Personal Engagement and Disengagement at Work. **The Academy of Management Journal**, v. 33, n. 4, 1990, pp. 692–724. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/256287>. Acesso em: 2 mar. 2025.
- KANG, Eungoo; HWANG, Hee-Joong. The importance of anonymity and confidentiality for conducting survey research. **Journal of Research and Publication Ethics**, v. 4, n. 1, p. 1–7, 2023.

NADLER, David; HACKMAN, J. Richard; LAWLER, Edward E. **Comportamento organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

MASLOW, Abraham H. **Motivation and personality**. 3. ed. [S.l.]: Pearson Education, 1987.

MCGREGOR, Douglas Murray. **The human side of enterprise**. New York: McGraw-Hill, 1960.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

REICHHELD, Frederick. The One Number You Need to Grow. **Harvard Business Review**, v. 81, n. 12, 2003.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. **Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Grupo A, 2014.

TADEUCCI, Marilsa de Sá Rodrigues. **Motivação e Liderança**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL E DIAGNÓSTICO PSICOSSOCIAL NO CONTEXTO EMPRESARIAL: AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS SOCIAIS E DOS RISCOS PSICOSSOCIAIS SEGUNDO A NR-1 EM UMA EMPRESA PRIVADA DO SETOR AUTOMOTIVO

Bruna Onishi De Biasi Marcondes

Sandra Querido Gonçalves Pereira Machado

Danielle Pereira Lovatto

INTRODUÇÃO

O presente capítulo é parte de uma pesquisa realizada durante o Estágio Específico em Psicologia e Processos de Gestão III, junto a uma empresa do setor automobilístico industrial da cidade de Taubaté/SP, que buscou evidenciar a importância das Relações Interpessoais e das habilidades sociais e profissionais como medidas de prevenção do adoecimento laboral com foco na saúde mental organizacional, realizando ainda um mapa dos possíveis riscos psicossociais da empresa, para que possa estar preparada legalmente conforme a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), quando a medida passar a vigorar nas empresas, a partir de 25 maio de 2026, pela Portaria MTE nº 765/2025, publicada em 15 de maio de 2025.

Considerando que a referida norma traz pela primeira vez a exigência legal de identificação e controle dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho, essa mudança representa um avanço significativo na legislação trabalhista brasileira, ao reconhecer que fatores como estresse, *burnout*, ansiedade e depressão também comprometem a saúde e a segurança dos trabalhadores, exigindo ações preventivas por parte das empresas.

A Psicologia das Relações Interpessoais tem se mostrado uma área de extrema relevância nesse contexto, especialmente em um mundo onde as interações humanas são cada vez mais complexas e essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional. A ausência dessas habilidades pode resultar em isolamento social, dificuldades emocionais e transtornos psicológicos, como a ansiedade e a depressão, enquanto sua presença fortalece as conexões humanas e contribui para uma melhor qualidade de vida (Del Prette; Del Prette, 2011).

Objetivou-se, com a pesquisa, realizar essa análise psicossocial em uma empresa privada, atuando há mais de 30 anos no mercado na área de manutenção de

veículos industriais e venda de peças. A empresa busca inovação, excelência e parcerias estratégicas para atender à crescente demanda regional, visando a sua adequação à Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), especialmente no que se refere à promoção da saúde mental e à melhoria do clima organizacional. O presente estudo foi proposto para auxiliar essa adequação à norma, por meio da avaliação das competências sociais e riscos psicossociais de seus colaboradores.

REVISÃO DA LITERATURA

A Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) e os Riscos Psicossociais no Trabalho

A Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e posteriormente atualizada pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, estabelece as disposições gerais sobre saúde e segurança no trabalho. Com suas principais atualizações realizadas nos anos de 2019, 2021 e 2022, a NR-1 passou a incorporar uma abordagem mais preventiva e sistemática, por meio do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

A partir da versão de 2022, a norma passou a contemplar de forma expressa os riscos psicossociais como parte fundamental do gerenciamento de riscos ocupacionais. Essa inclusão representa um marco na legislação trabalhista brasileira, pois reconhece que fatores como estresse ocupacional, pressão por produtividade, assédio moral, ansiedade, *burnout* e depressão também constituem ameaças reais à saúde e ao bem-estar dos trabalhadores.

O item 1.5 da NR-1 determina que as organizações devem identificar, avaliar e controlar os riscos ocupacionais com base em mapeamentos que levem em conta os diversos fatores que afetam os trabalhadores, inclusive os de natureza emocional e relacional. Assim, as empresas são chamadas a desenvolver uma postura preventiva e a implementar programas estruturados para a promoção da saúde mental no ambiente laboral.

Nesse contexto, o psicólogo organizacional e do trabalho assume papel de destaque como o profissional apto a diagnosticar os riscos psicossociais e a elaborar intervenções eficazes. A sua atuação pode envolver desde a aplicação de instrumentos psicométricos para identificação de sintomas de sofrimento psíquico até a condução de programas voltados ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, melhoria do clima organizacional, prevenção de conflitos e fortalecimento da cultura de bem-estar. A não conformidade com a NR-1 pode resultar em sanções administrativas e multas

significativas, além de impactar negativamente a imagem institucional da empresa (Brasil, 2022).

Dessa forma, a implantação de programas voltados à saúde mental no trabalho deixa de ser apenas uma iniciativa de responsabilidade social, tornando-se uma exigência legal e uma estratégia essencial para a sustentabilidade organizacional (Limongi-França, 2017).

O papel do psicólogo na aplicação da NR-1

A atualização da NR-1 e a obrigatoriedade da gestão de riscos psicossociais no ambiente de trabalho ampliam o campo de atuação dos psicólogos organizacionais e do trabalho. Esses profissionais assumem um papel estratégico no apoio às organizações para o cumprimento das exigências legais, contribuindo para a construção de ambientes psicologicamente seguros, saudáveis e produtivos.

Cabe ao psicólogo a realização do diagnóstico psicossocial da organização, utilizando instrumentos de avaliação científica para identificar fatores de risco como níveis elevados de estresse, presença de conflitos interpessoais, indícios de *burnout*, indicadores de sofrimento emocional e insatisfação no trabalho (Chiavenato, 2014; Codo, 2006). A partir dos dados obtidos, o psicólogo é responsável por elaborar propostas de intervenção alinhadas às diretrizes da NR-1 e às melhores práticas da Psicologia Organizacional (Limongi-França, 2017).

Além do diagnóstico, o psicólogo pode atuar na implementação de programas de promoção da saúde mental, tais como capacitações em habilidades socioemocionais, programas de apoio psicológico, mediação de conflitos e formação de lideranças humanizadas. Também compete ao psicólogo acompanhar e mensurar os resultados dessas ações, fornecendo subsídios técnicos para ajustes e aprimoramentos contínuos (Bastos; Gondim, 2010).

Outro aspecto fundamental é a atuação ética do psicólogo, garantindo a confidencialidade das informações dos trabalhadores, a utilização adequada dos instrumentos psicológicos e a produção de relatórios técnicos com responsabilidade e respaldo científico (Conselho Federal de Psicologia, 2018).

O psicólogo organizacional assume, no contexto da NR-1 e da promoção da saúde mental no trabalho, o papel de agente de mudança. Sua atuação transcende a função diagnóstica e passa a incluir a facilitação de processos de transformação cultural, relacional e estrutural nas organizações (Limongi-França, 2017).

Dessa forma, o psicólogo torna-se um agente central não apenas para o atendimento às exigências da legislação trabalhista, mas também para a promoção de práticas organizacionais mais humanas, sustentáveis e socialmente responsáveis (Codo, 2006).

Fatores de risco psicossocial no contexto organizacional

Os fatores de risco psicossocial no ambiente organizacional referem-se às condições de trabalho, à organização das atividades, às relações interpessoais e aos aspectos culturais da empresa que podem gerar efeitos adversos sobre a saúde emocional e o bem-estar dos trabalhadores. Esses riscos são caracterizados por situações de desequilíbrio entre as demandas profissionais e os recursos disponíveis devido à falta de reconhecimento, insegurança no trabalho, ambiguidades de função, ausência de apoio social e liderança disfuncional (Limongi-França, 2017; Codo, 2006).

Entre os fatores de risco mais frequentemente identificados destacam-se: excesso de carga de trabalho, pressão por resultados inalcançáveis, baixa autonomia na tomada de decisões, conflitos interpessoais não gerenciados, assédio moral e falta de clareza quanto às expectativas e responsabilidades laborais. Tais fatores, quando persistentes, podem desencadear quadros de sofrimento psíquico, comprometendo a capacidade de enfrentamento dos trabalhadores e levando ao adoecimento emocional (Bastos; Gondim, 2010; OMS, 2021).

A identificação precoce desses riscos é fundamental para a elaboração de estratégias de prevenção e promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis, conforme preconizado pela nova abordagem da NR-1 em relação aos riscos psicossociais (Brasil, 2022).

Psicologia das Relações Interpessoais e Competências Sociais

A Psicologia das Relações Interpessoais tem como objeto o estudo das interações humanas e dos processos que influenciam a forma como os indivíduos se relacionam, se comunicam e se comportam socialmente. Essas interações envolvem componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, que moldam a qualidade das relações tanto na vida pessoal quanto no contexto de trabalho (Del Prette; Del Prette, 2011).

Howard Gardner, ao desenvolver a Teoria das Inteligências Múltiplas (1995), destacou a inteligência interpessoal como uma das capacidades humanas fundamentais. A inteligência interpessoal refere-se à habilidade de compreender e interagir

eficazmente com os outros, à sensibilidade às expressões faciais, ao tom de voz, aos gestos e aos estados emocionais alheios. Trata-se da competência de perceber intenções, desejos e sentimentos dos outros e de responder de maneira apropriada.

No contexto organizacional, a inteligência interpessoal e a inteligência emocional são atributos altamente valorizados, pois favorecem a liderança eficaz, a cooperação em equipe, a gestão de conflitos, a adaptação a mudanças e a construção de um ambiente de trabalho mais colaborativo e saudável. Desenvolver essas competências torna-se, portanto, um diferencial estratégico para os indivíduos e para as organizações que buscam excelência nas relações humanas e sustentabilidade institucional (Goleman, 2001).

Del Prette e Del Prette (2014, 2024), autores de destaque nessa área definem as habilidades sociais como um conjunto de comportamentos aprendidos e emitidos em contextos interpessoais, que promovem consequências positivas e favorecem relacionamentos saudáveis e eficazes.

Essas habilidades são organizadas em diferentes classes, como comunicação, assertividade, empatia, civilidade, expressão de sentimentos positivos e enfrentamento de situações difíceis, abrangendo uma ampla gama de comportamentos, tais como iniciar e manter conversas, expressar sentimentos positivos e negativos de forma adequada, defender direitos, fazer e recusar pedidos, lidar com críticas e resolver conflitos interpessoais (Del Prette; Del Prette, 2014; 2024). A ausência ou o déficit dessas habilidades pode gerar dificuldades de relacionamento, baixa autoestima, isolamento social e predisposição a transtornos emocionais.

Ainda de acordo com os autores, a presença dessas competências favorece a cooperação, a resolução de conflitos, a integração em equipes e a manutenção de um ambiente organizacional equilibrado. Por outro lado, a carência de habilidades sociais pode acarretar isolamento, desentendimentos, sofrimento psíquico e dificuldades para o desempenho de funções que exigem interação contínua. Assim, o desenvolvimento das habilidades sociais no trabalho contribui para a promoção da saúde mental, a prevenção de conflitos e o fortalecimento das relações interpessoais, aspectos diretamente relacionados ao sucesso individual e coletivo no ambiente corporativo.

PROCEDIMENTOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando o método científico descritivo-

exploratório. Esse método visa compreender a realidade psicossocial dos colaboradores da empresa por meio da aplicação de instrumentos psicológicos validados, permitindo a descrição e a análise dos fenômenos observados a partir da coleta sistemática de dados (Gil, 2019; Triviños, 1987).

A amostra foi composta por colaboradores da empresa abrangendo diferentes setores e funções, de modo a garantir uma visão ampla e representativa do clima organizacional e das relações interpessoais, com a participação espontânea de 13 funcionários.

O presente estudo propôs a aplicação de cinco instrumentos psicológicos com ampla aceitação científica, sendo estes: o Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del Prette), a Escala de Estresse para Adultos de Lipp (LIPP), o Inventário de Depressão de Beck – BDI-II, a Roda das Competências Sociais Profissionais e a Escala de Vivências de Estresse no Trabalho (EVENT).

O Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del Prette), desenvolvido por Del Prette e Del Prette (2001), avalia o repertório de habilidades sociais em diferentes contextos por meio de fatores como: enfrentamento e autocontrole, empatia, assertividade, civilidade, comunicação e expressão de sentimentos positivos, sendo útil para mapear a competência social do colaborador e planejar ações de desenvolvimento interpessoal.

A Escala de Estresse para Adultos de Lipp (LIPP) avalia sintomas de estresse e identifica a fase em que o indivíduo se encontra (alerta, resistência, quase-exaustão ou exaustão), além de classificar os sintomas como físicos ou psicológicos.

O Inventário de Depressão de Beck – BDI-II, criado por Zigmond e Snaith (1983) e elaborado por Beck, Steer e Brown (1996), rastreia sintomas de ansiedade e depressão, sendo aplicado para aprofundar a investigação de sintomas depressivos em trabalhadores que apresentaram indícios de sofrimento psíquico, e é um dos instrumentos mais utilizados no mundo para avaliar a intensidade dos sintomas depressivos.

A Roda das Competências Sociais Profissionais (Carrara; Koga; Rodrigues, 2020) é instrumento gráfico que permite aos colaboradores uma autoavaliação das principais competências necessárias ao convívio profissional saudável, promovendo autorreflexão e engajamento. É baseada na “Roda da Vida” de Catalão e Penim (2013) e avalia, por autoatribuição, o nível de satisfação com dez competências sociais relevantes no trabalho, como: empatia, *feedback*, dizer não, controlar emoções e manter o bom humor. É uma ferramenta visual, de fácil aplicação e interpretação.

A Escala de Vivências de Estresse no Trabalho (EVENT) é um instrumento validado por Vasconcelos *et al.* (2001) e mensura a frequência e a intensidade das situações estressoras vivenciadas no ambiente laboral. Permite diagnosticar fontes de estresse ocupacional e identificar setores ou grupos mais vulneráveis e fontes potenciais de sofrimento psíquico relacionadas ao trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resultados do Inventário de Habilidades Sociais (IHS-2) dos participantes

Os dados foram analisados com base nos percentis dos cinco fatores principais, visando identificar padrões de competência social, pontos fortes e vulnerabilidades que impactam o desempenho interpessoal no ambiente de trabalho (Quadro 1).

A média geral de habilidades sociais (ET) do grupo foi de 54,2, indicando um repertório moderado, com alta variabilidade. Há funcionários com domínio social elevado e outros que necessitam de suporte intensivo, caracterizando um grupo heterogêneo.

Quadro 1- Percentis dos cinco fatores principais

Fatores	Percentis	Médias
Conversação Assertiva	59,6	(maior média)
Abordagem Afetivo-Sexual	44,0	(média moderada)
Expressão de Sentimento Positivo	38,4	(pior média)
Autocontrole / Enfrentamento –	53,9	(média moderada)
Desenvoltura Social –	56,9	(média moderada)

Fonte: resultados da pesquisa

Análise interpretativa dos cinco fatores

Conversação Assertiva – 59,6 (maior média). O grupo apresenta boa capacidade de comunicação verbal, argumentação e posicionamento assertivo. Essa competência contribui para interações claras, negociações eficazes e mediação de conflitos, podendo ser considerada uma fortaleza coletiva.

Abordagem Afetivo-Sexual – 44,0. A média moderada indica desempenho heterogêneo. Alguns colaboradores têm repertório funcional, enquanto outros

demonstram insegurança ou rigidez em interações mais íntimas e emocionais. Não se trata de um fator essencial no contexto laboral, mas pode refletir dificuldades na formação de vínculos mais profundos e na expressão emocional em situações sensíveis.

Expressão de Sentimento Positivo – 38,4 (média mais baixa). Fragilidade recorrente no grupo. Reflete dificuldade em demonstrar afeto, elogiar, agradecer e reconhecer o outro. Pode afetar negativamente o clima organizacional, gerar relações frias, pouco empáticas e baixo moral. É um dos principais pontos de intervenção sugeridos.

Autocontrole / Enfrentamento – 53,9. Competência emocional relativamente bem desenvolvida. Indica que os funcionários, em média, conseguem controlar impulsos, tolerar frustrações e enfrentar situações difíceis com estabilidade. Mesmo com variações individuais, o grupo mostra resiliência funcional.

Desenvoltura Social – 56,9. Boa capacidade de agir com espontaneidade, expor-se em público e se integrar em grupos. Funciona como base para liderança, apresentações e convivência em equipe. O grupo tende a se adaptar bem socialmente, com autoconfiança moderada a alta.

O perfil médio dos funcionários revela um grupo funcional, com competências sociais adequadas na maioria dos fatores. Os principais pontos fortes estão nas áreas de conversação assertiva, desenvoltura social e autocontrole emocional. No entanto, destacam-se duas vulnerabilidades que merecem atenção especial: expressão de sentimento positivo (38,4) – principal ponto crítico coletivo, e abordagem afetivo-sexual (44,0) – indicador de insegurança afetiva ou dificuldades em situações interpessoais delicadas.

Resultados da Escala de Estresse para Adultos de Lipp (LIPP)

A aplicação do Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos de Lipp (ISSL) permitiu identificar o estágio de estresse vivenciado por cada colaborador da equipe avaliada, com base na manifestação de sintomas físicos e/ou psicológicos distribuídos entre as fases de alerta, resistência e exaustão. Essa escala é amplamente utilizada na Psicologia Organizacional para detectar o impacto das demandas laborais sobre o equilíbrio emocional e fisiológico dos trabalhadores.

A análise dos resultados revelou uma incidência significativa de sintomas nas três fases, com especial destaque para a predominância da fase de resistência e a presença preocupante de quadros indicativos da fase de exaustão (Quadro 2).

Quadro 2 - Distribuição dos níveis de estresse entre os 13 funcionários avaliados com base no Inventário de Sintomas de Stress de Lipp (ISSL)

1. Fase de Alerta-	Esta fase aparece com níveis elevados nos funcionários H e I, ambos com 5 sintomas, o que sugere forte ativação fisiológica inicial, como tensão, irritabilidade e insônia. Também se destaca nos funcionários B, E e F, com 3 ou 4 sintomas, o que indica que uma parte significativa do grupo está sob pressão contínua, com reações corporais imediatas ao estressor ocupacional.
2. Fase de Resistência	É a fase mais frequentemente predominante no grupo, com altos índices nos funcionários H e I (8 sintomas), A e B (4 sintomas), e F e J. Esse padrão revela que muitos colaboradores estão constantemente mobilizando energia para lidar com as demandas do trabalho, o que indica uma sobrecarga mantida ao longo do tempo, sem descanso ou recuperação suficiente.
3. Fase de Exaustão	A fase mais preocupante, associada a colapso físico e emocional, aparece com destaque nos funcionários H (7 sintomas), C, E, F, I, J e M (4 sintomas ou mais). A presença consistente dessa fase evidencia que boa parte dos trabalhadores está se aproximando de um limite psíquico, o que acende um alerta para o risco de adoecimento.

Fonte: resultados da pesquisa

O Quadro 2 apresenta a distribuição dos níveis de estresse entre os 13 funcionários avaliados, permitindo uma leitura crítica dos padrões psicofisiológicos que comprometem a saúde e o desempenho da equipe.

A avaliação psicossocial por meio da Escala de Estresse para Adultos de Lipp (ISSL) revelou um cenário de alerta coletivo, com a maioria dos funcionários apresentando sinais clínicos de estresse, ainda que em diferentes intensidades e fases. Apenas um dos treze funcionários (K) não apresentou critérios para estresse, sendo classificado com sinais leves e adaptativos. Todos os demais demonstraram sintomas compatíveis com estresse leve a moderado, com destaque para os funcionários H e I, que concentram os quadros mais preocupantes.

De maneira geral, observou-se uma distribuição heterogênea dos sintomas nas três fases avaliadas. A fase de resistência foi a mais recorrente, indicando um esforço persistente dos colaboradores para manter o funcionamento frente às exigências do trabalho. A fase de exaustão apareceu com frequência em pelo menos metade dos avaliados, apontando que o desgaste emocional e físico já começa a comprometer a vitalidade e a funcionalidade de parte da equipe. A fase de alerta, por sua vez, mostrou-se presente principalmente em casos de ativação fisiológica inicial, associada à tensão, insônia e irritabilidade. Este cenário evidencia que, embora o grupo ainda mantenha certa capacidade de enfrentamento, há um risco concreto de adoecimento psíquico

progressivo, especialmente se não forem adotadas estratégias institucionais de cuidado e prevenção.

Os resultados reforçam a importância de intervenções organizacionais focadas na prevenção da exaustão psíquica, especialmente nos casos que já demonstram estresse instalado. Programas de promoção de saúde mental no ambiente de trabalho e escuta qualificada devem ser prioridade. A predominância de estresse leve indica que a equipe está sob pressão, mas ainda em tempo de recuperação.

Os resultados demonstram a necessidade de intervenções organizacionais direcionadas ao cuidado com a saúde mental dos trabalhadores. A maioria dos casos ainda se encontra em um estágio reversível, o que possibilita ações preventivas eficazes. Recomenda-se a implementação de programas de manejo de estresse, acompanhamento psicológico breve para os casos com sintomas significativos e iniciativas voltadas à promoção de um ambiente de trabalho mais equilibrado e humanizado.

Inventário de Depressão de Beck – BDI-II

A aplicação do BDI-II junto aos 13 funcionários (identificados de A a M) permitiu mapear o grau de sofrimento emocional e possíveis indícios de depressão na equipe. Os resultados indicam uma predominância de quadros não clínicos, mas com sinais importantes de vulnerabilidade emocional em alguns casos (Quadro 3).

Quadro 3 - Resultados do BDI-II dos Funcionários A a M

Funcionário	Pontuação total	Classificação
A	4	Mínima/Ausente
B	8	Mínima/Ausente
C	19	Leve
D	4	Mínima/Ausente
E	12	Mínima/Ausente
F	8	Mínima/Ausente
G	9	Mínima/Ausente
H	16	Leve
I	15	Leve
J	13	Mínima/Ausente

K	5	Mínima/Ausente
L	3	Mínima/Ausente
M	13	Leve

Fonte: resultados da pesquisa (2025)

A aplicação do Inventário de Depressão de Beck – Segunda Edição (BDI-II) junto aos 13 funcionários avaliados permitiu identificar o grau de sofrimento emocional presente na equipe. A maioria dos colaboradores, no total de 9 funcionários (69%), obteve pontuação dentro da faixa de depressão mínima ou ausente, sugerindo um estado geral de equilíbrio emocional funcional.

No entanto, mesmo entre esses casos, foram observados sintomas leves recorrentes, como fadiga, irritabilidade, autocrítica severa, perda de interesse e alterações no sono, o que evidencia uma base emocional vulnerável que pode demandar atenção preventiva.

Por outro lado, 4 funcionários (C, H, I e M) apresentaram níveis de depressão leve, caracterizados por sintomas mais consistentes como insônia, cansaço crônico, sentimento de desvalorização, dificuldade de concentração e ideação negativa leve. Esses quadros não configuram ainda uma condição grave, mas apontam para a necessidade de intervenção psicossocial precoce.

Principais resultados: 69,2% (9 de 13) dos funcionários apresentaram sintomas que se enquadram na categoria Mínima/Ausente, indicando ausência de sofrimento emocional significativo ou presença de sintomas leves e pontuais, sem prejuízo funcional relevante; 30,8% (4 de 13) foram classificados na faixa de depressão leve, revelando a existência de sintomas consistentes, como tristeza persistente; baixa autoestima; fadiga; alterações no sono e apetite; perda de interesse; interpretação clínica coletiva. A predominância de casos com níveis mínimos ou ausentes de depressão é um indicador positivo, do ponto de vista de saúde emocional geral.

No entanto, a proporção expressiva de 30,8% com sintomas leves revela uma vulnerabilidade importante, que pode evoluir para quadros moderados ou graves se não houver suporte emocional e ações preventivas institucionais. Além disso, mesmo entre os casos classificados como “mínima/ausente”, foram identificados sintomas isolados, como: dificuldade de concentração; sensação de cansaço constante; irritabilidade; desvalorização pessoal. Esses sinais, embora não configurem um quadro clínico de depressão, apontam para estados emocionais frágeis que exigem atenção psicossocial.

Roda das Competências Sociais e Profissionais

A análise das médias das pontuações atribuídas à Roda de Competências Sociais e Profissionais, considerando os 13 funcionários avaliados (A a M), revela um quadro geral positivo, com predominância do desempenho classificado como “Ponto Forte” (média acima de 7).

Quadro 4 -Médias individuais por funcionário-Roda das Competências Sociais e Profissionais (Funcionários de A a M)

Funcionário	Pontuação Média
A	8,0
B	8,0
C	6,3
D	7,9
E	6,6
F	7,1
G	7,5
H	7,3
I	8,2
J	6,8
K	8,1
L	8,6
M	7,3

Fonte: resultados da pesquisa

Os resultados revelam uma predominância de pontuações médias acima de 7,0, evidenciando um bom desenvolvimento das competências sociais e profissionais entre os funcionários avaliados.

Funcionários com médias iguais ou superiores a 8,0 (A, B, I, K, L) demonstram alto nível de competências sociais, com ênfase em empatia, assertividade, bom humor e capacidade de resolver conflitos. Muitos deles também revelaram habilidades de liderança relacional, autocontrole emocional e escuta ativa.

Funcionários com médias entre 7,0 e 7,9 (D, F, G, H, M) apresentam um bom repertório social e comunicacional, mas com vulnerabilidades específicas, como

dificuldade para dizer “não”, lidar com críticas ou se posicionar em contextos tensos. A maioria demonstra consciência sobre essas limitações e disposição para desenvolvê-las.

Funcionários com médias abaixo de 7,0 (C, E, J) apontam necessidade de desenvolvimento mais consistente, especialmente em áreas como assertividade, empatia, regulação emocional e enfrentamento de conflitos. Embora apresentem pontos fortes isolados, os relatos revelam instabilidade relacional ou emocional, que pode impactar negativamente o clima organizacional.

No geral, a equipe apresenta um perfil social muito desenvolvido, com predomínio de competências fortes em empatia, relacionamento, assertividade e convivência harmoniosa. No entanto, há *gaps* importantes na imposição de limites e na devolutiva de críticas construtivas, habilidades fundamentais para ambientes profissionais saudáveis e produtivos.

Recomendações Coletivas: treinamentos direcionados à assertividade negativa, com foco na habilidade de dizer “não” de forma respeitosa e clara; capacitação em comunicação construtiva e *feedback* empático, estimulando a cultura da escuta e da franqueza; manutenção e valorização dos pontos fortes coletivos, como empatia, bom humor e relacionamento interpessoal, por meio de ações de reconhecimento e trocas colaborativas.

Também é recomendável que exista valorização e incentivo ao protagonismo dos funcionários com maiores médias, especialmente como mentores ou facilitadores internos, investimento em treinamentos específicos voltados à comunicação assertiva, escuta empática e manejo de conflitos para os funcionários com desempenho mediano ou crítico, e promoção de espaços de escuta, rodas de conversa e oficinas de competências emocionais como forma de reforçar vínculos e fortalecer o grupo.

Escala de Vivências de Estresse no Trabalho (EVENT)

A aplicação da Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT) junto aos participantes permitiu identificar diferentes níveis de vulnerabilidade ao estresse ocupacional, evidenciando fatores organizacionais que impactam diretamente a saúde psíquica dos trabalhadores.

Entre os avaliados observou-se uma predominância de classificações inferiores e médias nos níveis de estresse geral, com poucos casos classificados como superiores. Esse padrão sugere que, embora a maioria dos trabalhadores não se encontre em estado

crítico de estresse, existem fragilidades relevantes que demandam atenção preventiva por parte da organização.

O Quadro 5 apresenta os fatores críticos identificados na pesquisa.

Quadro 5 - Fatores críticos identificados

Clima e funcionamento organizacional	Ainda que alguns participantes tenham demonstrado boa adaptação, outros apresentaram vulnerabilidade alta, especialmente no que se refere a dificuldades de relacionamento interpessoal e percepção de desvalorização no ambiente de trabalho.
Pressão no ambiente de trabalho	Esse fator apresentou variação significativa. Em 2 participantes foram observados percentis superiores, refletindo sobrecarga funcional e ritmo de trabalho excessivo. Por outro lado, outros participantes apresentaram percentis inferiores, revelando menor impacto percebido da pressão cotidiana.
Estresse geral	O resultado integrado revela uma tendência à baixa e média vulnerabilidade, com exceção de casos pontuais de estresse elevado, que indicam necessidade de intervenção individual e institucional.
Infraestrutura e rotina de trabalho	A maioria dos participantes apresentou classificação entre <i>médio inferior</i> e <i>inferior</i> , o que indica que, embora existam condições estruturais razoáveis, ainda há relatos de limitações, como falta de equipamentos adequados, instabilidade na equipe e ausência de planejamento.

Fonte: resultados da pesquisa

Integração dos instrumentos aplicados (BDI-II, ISSL, EVENT, IHS-2 e Roda de Competências)

A aplicação dos instrumentos permitiu uma análise ampla e aprofundada do estado emocional, social e ocupacional dos funcionários avaliados (A a M), possibilitando identificar os sintomas psicopatológicos, repertórios funcionais, fragilidades relacionais e vulnerabilidades institucionais que impactam diretamente a saúde mental e o desempenho no trabalho. Segundo Dejours (1992), a organização do trabalho pode ser fonte de sofrimento psíquico, especialmente quando o sujeito não encontra formas de simbolizar, partilhar ou ressignificar as tensões vivenciadas no cotidiano laboral.

Os resultados do BDI-II (Inventário de Depressão de Beck) indicam uma predominância de quadros não clínicos, o que pode ser considerado positivo à primeira vista. No entanto, quatro funcionários (C, H, I e M) apresentaram sintomas de depressão leve. De acordo com Beck *et al.* (1996), mesmo quadros leves devem ser acompanhados,

pois refletem uma alteração nos esquemas cognitivos e podem evoluir para formas mais graves diante da manutenção do estressor. Esses dados sugerem que, apesar de a maioria não apresentar depressão significativa, há um grupo vulnerável que demanda intervenções preventivas e acolhimento emocional contínuo, como apontam Del Prette e Del Prette (2011) ao defenderem a valorização das competências socioemocionais no enfrentamento da desvalorização pessoal e da baixa autoestima.

O ISSL (Inventário de Sintomas de Stress de Lipp) revelou uma tendência preocupante à fase de resistência, com alguns casos em exaustão. Conforme Lipp (2000), essa fase indica que o organismo permanece em estado de alerta constante, mobilizando energia para enfrentar demandas sem o necessário tempo de recuperação. A cronificação dessa condição tende a comprometer o funcionamento cognitivo e emocional, além de favorecer quadros ansiosos, depressivos e somáticos. A literatura de saúde ocupacional, especialmente os estudos de Limongi-França (2017), enfatiza que o estresse crônico no trabalho decorre não apenas de sobrecarga quantitativa, mas também de fatores relacionais, como liderança tóxica, ausência de reconhecimento e insegurança institucional — aspectos perceptíveis nas respostas dos funcionários avaliados.

No EVENT (Instrumento de Avaliação de Estressores no Trabalho), os fatores mais sensíveis foram “Clima e Funcionamento Organizacional” e “Pressão no Ambiente de Trabalho”. Esse achado reforça o entendimento de que o sofrimento psíquico não se origina exclusivamente em características individuais, mas se vincula fortemente à cultura organizacional e às condições materiais e simbólicas de trabalho (Codo, 2006). Os dados de infraestrutura precária e instabilidade de equipes, observados no fator “Infraestrutura e Rotina”, dialogam com as análises de Dejours (2005), que apontam a importância das condições reais de trabalho na constituição do mal-estar no ambiente ocupacional. A presença de vulnerabilidade institucional nesse nível demanda ações clínicas, além de reestruturações na gestão e na valorização profissional.

A aplicação do IHS-2 (Inventário de Habilidades Sociais) trouxe à tona um repertório funcional com aspectos medianos a críticos, sobretudo nos fatores “Expressão de Sentimento Positivo” e “Autocontrole/Enfrentamento”. Segundo Del Prette e Del Prette (2005), essas dimensões estão diretamente ligadas à qualidade das interações no ambiente de trabalho e à capacidade de resolução de conflitos interpessoais. A ausência de comportamentos de reforço positivo e a dificuldade em expressar reconhecimento impactam negativamente o clima organizacional e geram afastamentos emocionais entre colegas e líderes. A conversação assertiva, por outro lado, apareceu como ponto forte

do grupo, o que é promissor, pois conforme Argyle (2001), a assertividade é um fator protetivo diante de ambientes hierarquizados e com baixa comunicação direta.

Por fim, a Roda de Competência Social e Profissional revelou resultados majoritariamente positivos, especialmente nos aspectos de empatia, bom humor e relacionamento interpessoal. Esses resultados estão alinhados com os achados de Gardner (1995) sobre a inteligência interpessoal como fator de sucesso adaptativo e relacional. Contudo, a baixa média na “Capacidade de dizer não” e no “*feedback*” aponta para um perfil de colaboradores que, embora cooperativos, podem ter dificuldade em impor limites ou se posicionar diante de situações injustas, o que favorece quadros de sobrecarga e submissão. Para Limongi-França (2017), esse perfil está relacionado à cultura organizacional que penaliza o conflito e valoriza a obediência passiva, dificultando a autonomia crítica dos trabalhadores.

Em síntese, os instrumentos convergem ao revelar um grupo funcionalmente ativo, porém emocionalmente vulnerável. A combinação de sintomas leves de depressão, estresse instalado, fragilidades relacionais e contexto institucional disfuncional sugere a urgência de ações intersetoriais envolvendo capacitação em habilidades socioemocionais, revisão de práticas organizacionais e acompanhamento psicológico breve. Tais ações são respaldadas pelas diretrizes da NR-1, que reconhece os riscos psicossociais como parte integrante de saúde e segurança no trabalho (Brasil, 2022).

CONCLUSÃO

A aplicação dos instrumentos psicológicos, BDI-II, ISSL, EVENT, IHS-2 e Roda de Competência Social e Profissional permitiu mapear os níveis de sofrimento emocional, estresse ocupacional, habilidades interpessoais e condições psicossociais do ambiente de trabalho e realizar um diagnóstico dos fatores psicossociais de risco, especialmente relacionados à pressão por desempenho, carência de *feedback* estruturado, dificuldades na imposição de limites e gestão emocional sob tensão. Foram identificadas as competências sociais predominantes entre os funcionários, com destaque para a comunicação assertiva, empatia e relacionamento interpessoal, bem como as fragilidades nos aspectos de autocontrole emocional e expressividade afetiva.

A análise integrada dos instrumentos evidencia um grupo funcional, com bons indicadores de saúde mental e relacionamento interpessoal, mas com vulnerabilidades significativas no enfrentamento de estressores, regulação emocional e expressividade

afetiva. Observou-se que, embora a maioria dos colaboradores não apresente quadros psicopatológicos graves, há um nível de estresse instalado em fases de resistência e exaustão, acompanhado por sintomas emocionais e físicos que afetam o bem-estar e o desempenho profissional. Além disso, a baixa capacidade de oferecer *feedback* e dizer "não" indica um contexto organizacional que pode estar favorecendo a sobrecarga emocional e o adoecimento psíquico.

Conclui-se que a avaliação integrada com base em instrumentos psicológicos, aliada a ações formativas e preventivas, é uma estratégia eficaz para o cumprimento das normativas legais (como a NR-1), bem como para o desenvolvimento de ambientes de trabalho mais saudáveis, produtivos e humanizados. Para tanto, recomenda-se que a organização mantenha um monitoramento psicossocial contínuo, com reaplicação periódica dos instrumentos utilizados, treinamento, avaliação dos resultados do treinamento e revisão das práticas institucionais de cuidado com o trabalhador.

Recomenda-se o acompanhamento psicológico breve aos casos com indícios de sofrimento emocional, a implantação de um programa de Treinamento de Habilidades Sociais (THS), a estruturação de políticas internas de feedback e uma gestão humanizada, bem como a promoção de espaços de escuta e valorização.

REFERÊNCIAS

- ARGYLE, Michael. **Psicologia das habilidades sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (org.). **Trabalho e subjetividade: o sentido do trabalho na perspectiva de diferentes grupos de trabalhadores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BECK, A. T.; STEER, R. A.; BROWN, G. K. **Manual do Inventário de Depressão de Beck – BDI-II**. São Paulo: Pearson, 2011.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Inclusão de fatores de risco psicossociais no GRO começa em caráter educativo a partir de maio**. Brasília: MTE, 24 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/inclusao-de-fatores-de-risco-psicossociais-no-gro-comeca-em-carater-educativo-a-partir-de-maio> Acesso em: 19 maio 2025.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 1.419, de 27 de agosto de 2024. Altera a Norma Regulamentadora nº 1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GRO), para incluir os fatores psicossociais no inventário de riscos**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 ago.

2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mte-n-1.419-de-27-de-agosto-de-2024-513922836> Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Regulamentadora nº 1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/normas-regulamentadoras> Acesso em: 30 jul. 2025.

CARRARA, K.; KOGA, N. M.; RODRIGUES, A. M. R. R. **Roda das competências sociais profissionais**. [não publicado]. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Habilidades Sociais, 2020.

CODO, W. (org.). **Educação: carinho e trabalho** – um estudo psicossocial. Petrópolis: Vozes, 2006.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, v. 2, n. 3, p. 27-34, 1992.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Habilidades sociais e competência social: para uma psicologia da aprendizagem social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2024.

DEL PRETTE, Zilda A. P.; DEL PRETTE, Almir. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2011.

DEL PRETTE, Zilda A. P.; DEL PRETTE, Almir. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEL PRETTE, Zilda A. P.; DEL PRETTE, Almir. **Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIMONGI-FRANÇA, Ana C. **Saúde mental no trabalho: da teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIPP, Marilda E. N. **Inventário de sintomas de estresse para adultos de Lipp (ISSL)**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Enfrentando os riscos psicossociais no trabalho: um guia para empregadores e trabalhadores.** Genebra: OIT, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/global/topics/safety-and-health-at-work/resources-library/publications/WCMS_168023/lang--pt/index.htm Acesso em: 19 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Entorno laboral saludable: modelo de OMS para la acción.** Genebra: OMS, 2021.

SISTO, F. F.; BAPTISTA, M. N.; MARTINS, L. B.; NORONHA, A. P. P. **EVENT – Escala de Vivências de Estresse no Trabalho.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, L.; MARTINS, L. B.; FISCHMANN, G. **EVENT – Escala de Vivências de Estresse no Trabalho.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

ZIGMOND, A. S.; SNAITH, R. P. The hospital anxiety and depression scale. **Acta Psychiatrica Scandinavica**, v. 67, n. 6, p. 361–370, 1983.

RESILIÊNCIA DE MULHERES LÍDERES: ESTUDO DE CASO

Mayla Caroline de Oliveira Chagas

Adriana Leonidas de Oliveira

INTRODUÇÃO

A liderança desempenha um papel fundamental nas relações humanas e no sucesso das empresas, sendo relevante para motivar os colaboradores e impulsionar o desempenho organizacional. Segundo os princípios da liderança, é possível afirmar que

O líder vem como aquele que tem a habilidade de envolver as pessoas, isto é, exerce influência sobre elas sem impor qualquer tipo de poder, tendo, nesse contexto, um papel inovador, visando o crescimento da organização em todos os aspectos, de diferentes maneiras (Rocha *et al.*, 2019, p. 7 *apud* Cândido; Nunes, 2021, p. 100).

Neste contexto, é relevante destacar como a carreira é importante para o crescimento profissional do indivíduo. Segundo Calasans e Davel (2020), o termo “carreira” é usado para descrever as experiências de trabalho que uma pessoa desenvolve ao longo de sua vida profissional. Tradicionalmente, os estudos sobre carreiras estão voltados para o universo organizacional, focando o desenvolvimento profissional dentro do conceito de emprego e empregabilidade (Alves, 2012 *apud* Calasans; Davel, 2020).

A carreira das mulheres no mundo profissional tem avançado consideravelmente com o passar dos anos, com um aumento significativo de mulheres assumindo posições de liderança em vários setores. Apesar desses progressos, persistem desafios como desigualdades salariais e ausência de representatividade em certas áreas. Segundo Nascimento (2018) a submissão à sociedade marcou a trajetória feminina ao longo da história. O fato é que o regime patriarcado prevaleceu durante muito tempo, com grandes repercussões de ordem social, política, religiosa, econômica e cultural. Mesmo vivendo em uma sociedade patriarcal, preconceituosa e discriminatória, a mulher permanece em uma luta constante para conseguir o seu espaço no mercado de trabalho.

Posto isso, é essencial apoiar e promover o desenvolvimento e o reconhecimento das mulheres em cargos de liderança, pois sua presença é necessária para impulsionar a diversidade, a igualdade de gênero e a representatividade em todas

as áreas da sociedade. As líderes femininas contribuem com perspectivas, habilidades e qualidades únicas para o ambiente profissional.

Yunes (2006 *apud* Fortunato; Schwartz, 2019), baseada na Psicologia Positiva, reconhece a resiliência como uma das possibilidades para retomar a ação, afirmando que esta implica processos que procuram explicar a superação de adversidades, podendo, inclusive, tratar de fenômenos capazes de indicar “padrões de vida saudável”. Portanto, a resiliência é fundamental para líderes, especialmente mulheres, que enfrentam desafios na carreira. Elas desenvolvem essa habilidade por meio de autoconhecimento, enfrentamento e redes de apoio, inspirando outras mulheres ao superarem adversidades e manter a eficácia em ambientes desafiadores.

Este estudo teve como objetivo compreender a resiliência de mulheres em posições de liderança ao longo de suas trajetórias profissionais. Para isso, buscou-se identificar os principais desafios enfrentados por elas, os fatores de proteção que contribuíram para que superassem adversidades, o significado da liderança em suas vidas, suas expectativas de futuro, como lidam com o dinheiro e o que ele representa em suas jornadas.

A pesquisa é relevante no contexto da baixa representatividade feminina em cargos de liderança, sendo um esforço para promover igualdade de gênero e inclusão nos ambientes organizacionais. Alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 da Agenda 2030 da ONU, o estudo visa combater desigualdades históricas que ainda persistem, como a diferença salarial – em 2015, as mulheres ganhavam em média 16,1% menos que os homens – e o menor acesso a cargos de decisão (Proni; Proni, 2018 *apud* Candido; Canguçu, 2021).

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas liderança, liderança feminina, carreira, carreira feminina e o mercado de trabalho, e sobre resiliência, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Liderança e Liderança Feminina

A liderança é uma prática antiga, antes restrita aos homens, mas que ao longo do tempo passou a abranger novos conceitos, especialmente relacionados à capacidade de influenciar e motivar pessoas para alcançar objetivos organizacionais. De acordo com

Nascimento (2018), um verdadeiro líder é aquele que sabe tomar decisões, resolver conflitos, ensinar, inspirar e caminhar junto com sua equipe, promovendo um ambiente saudável e produtivo. Qualidades como empatia, autenticidade, boa comunicação e responsabilidade são essenciais para uma liderança eficaz. A liderança não deve apenas buscar o lucro, mas também fortalecer a equipe e o ambiente organizacional.

A liderança feminina, por sua vez, tem conquistado cada vez mais espaço, apesar de ter sido historicamente limitada por barreiras sociais, culturais e institucionais. A partir da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 foi criada a legislação federal, estadual e municipal sobre o Direito das Mulheres, visando assegurar direitos até então inexistentes e divergentes com relação à desigualdade de gênero. Isso ocorreu devido a revisão das políticas públicas, quando se percebeu a necessidade do foco voltado para o âmbito feminino (Santos; Nestor, 2013).

Hoje, muitas mulheres já ocupam cargos de liderança e provam que podem ser tão eficazes quanto os homens, trazendo um estilo mais participativo, empático, comunicativo e colaborativo. No entanto, ainda há desafios, como o preconceito, o viés de gênero e a desigualdade de oportunidades. A liderança feminina é fundamental para criar ambientes de trabalho mais justos, diversos e inclusivos, contribuindo para mudanças positivas nas organizações e na sociedade.

Carreira

O conceito de carreira evoluiu ao longo do tempo. Originado do latim *via carraria*, que significa caminho, passou a representar a trajetória de vida e de desenvolvimento profissional do indivíduo (Martins, 2001; Bastos, 1997; Chanlat, 1995 *apud Rosa et al.*, 2017).

A carreira, nos tempos atuais, significa um “ofício, uma profissão que apresenta etapas, uma progressão” (Rosa; Zampier; Stefano; 2017). O termo carreira é usado para descrever as experiências de trabalho de uma pessoa ao longo da sua vida profissional. O termo carrega múltiplas interpretações e implicações para os indivíduos (Adamson *et al.*, 1998; Collin, 2007 *apud* Calasans; Davel, 2020). Tradicionalmente, os estudos sobre carreiras estão voltados para o universo organizacional, focando o desenvolvimento profissional no conceito de emprego e empregabilidade (Alves, 2012 *apud* Calasans; Davel, 2020).

Carreira Feminina e o Mercado de Trabalho

A carreira feminina envolve os desafios e as oportunidades que as mulheres encontram ao longo de sua trajetória profissional, incluindo a busca por igualdade salarial, equidade de crescimento, equilíbrio entre vida pessoal e trabalho e superação de preconceitos de gênero.

Conforme Cunha e Spanhol (2014), com a entrada da mulher no mercado de trabalho configuraram-se também novas lideranças e novas formas de liderar. Elas passaram a ocupar cargos e funções até então desempenhadas exclusivamente por homens. Para Bruschini (2007 *apud* Rosa *et al.*, 2017), o crescimento da atividade feminina e a sua reconfiguração no mercado de trabalho tem como causa as transformações nos aspectos culturais e sociais, alterando o perfil feminino, que se volta cada vez mais para o trabalho remunerado, apesar de todas as dificuldades e preconceitos.

Rocha *et al.* (2013 *apud* Rosa, 2017, p. 364) afirmam que “a maioria das mulheres que atingiram o tão desejado ‘olimpico empresarial’ ainda aposta em suas carreiras e sente enorme prazer nessas conquistas, prazer esse que pode aumentar as chances de atingir o sucesso e a felicidade tão almejada.” Sullivan e Arthur (2006 *apud* Rosa, 2017) concluíram que quando o assunto gênero é tratado dentro do constructo de carreira, as mulheres apresentam maior facilidade de mudança psicológica. Esse comportamento pode ser explicado pelas questões familiares nas quais estão envolvidas.

É de suma importância reconhecer que a capacidade das mulheres de conciliar casamento, filhos e carreira varia de pessoa para pessoa, e é influenciada por uma série de fatores, incluindo gestão do tempo e apoio dos familiares e cônjuge, entre outros. Muitas mulheres conseguem equilibrar essas responsabilidades com sucesso, mas também enfrentam desafios. Apesar de seus avanços significativos em diversas áreas, ainda assim a carreira profissional feminina é um campo em constante evolução, com esforços constantes para diminuir as diferenças de gênero e incentivar a inclusão em todas as áreas.

Resiliência

Estudos sobre resiliência geralmente estão relacionados com eventos geradores de estresse e que aumentam a probabilidade de o sujeito apresentar dificuldades, podendo desenvolver uma série de problemas. Situações assim caracterizadas recebem o nome de Fatores de Risco. Assim como fatores de risco, a expressão “fatores de

proteção” também é frequentemente citada na literatura sobre resiliência (Taboada; Legal; Machado, 2006).

Angst (2009) afirma que é importante salientar que a resiliência não pode ser considerada um escudo protetor, que fará com que nenhum problema atinja a pessoa, tornando-a rígida e resistente a todas as adversidades. Não existe pessoa que seja resiliente, mas sim que está resiliente. Conforme Angst (2009) aponta, é de grande importância salientar que não se deve focar apenas em um indivíduo e denominá-lo resiliente ou não. Suas características resilientes ou não resilientes estão também relacionadas ao ambiente que o cerca, e rotular cada pessoa pode gerar maiores preconceitos e limitações em intervenção a serem realizadas.

Pereset *et al.*, (2005 *apud* Fortunato; Schwartz, 2019) apontam que o florescimento da resiliência está na maneira como cada indivíduo percebe sua própria capacidade de lidar com a perda, especialmente a capacidade de lidar consigo mesmo.

Considerando a resiliência no contexto de trabalho, pode-se afirmar que os riscos podem ser representados pelas situações de tensão, pressão e mudança no meio organizacional, e os mecanismos de proteção se dariam não somente em virtude das características pessoais dos trabalhadores, mas também das condições do meio, em termos de suporte social dos colegas de trabalho, do suporte organizacional (provido pela estrutura de poder da organização, divisão das atribuições, seu dinamismo funcional, infraestrutura material etc.) e apoio dos familiares (recursos intra e extraorganizacionais) (Carvalho *et al.*, 2014, p. 288).

MÉTODO

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como exploratória de campo, com delineamento de estudo de caso e abordagem qualitativa, cujo objetivo principal foi compreender a resiliência em mulheres líderes, em seus contextos sociais. Adotou-se o estudo de caso qualitativo, conforme proposto por Yin (2001), em que a generalização é analítica e visa à formulação de hipóteses explicativas da realidade observada.

O grupo amostral foi composto por meio da técnica de amostragem bola de neve, partindo de informantes iniciais conhecidos da pesquisadora, que indicaram outras mulheres com atuação em liderança nas áreas de saúde, educação, religião, empreendedorismo e organizações. Participaram cinco líderes residentes em Taubaté e

Campos do Jordão. A coleta de dados foi realizada de forma presencial e por videoconferência, conforme a disponibilidade de cada participante.

Para a coleta de dados, foram utilizados três instrumentos: entrevista semiestruturada, escala de resiliência e técnica projetiva desenho-estória com tema. A entrevista semiestruturada, baseada em roteiros padronizados, permitiu a comparação sistemática das falas e a livre expressão das participantes; a escala de resiliência de Wagnild e Young (1993), adaptada para o Brasil por Pesce *et al.* (2005), forneceu escores quantitativos de 25 a 175, indicando níveis de resiliência baixa, média ou alta; e o desenho-estória, conforme Trinca (1972) e aperfeiçoado por Godoy e Oliveira (2016), estimulou a representação simbólica da líder e a narrativa associada, revelando sentimentos, necessidades e valores subjacentes.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unitau (aprovação número 6.969.647) e cada participante assinou Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em encontro individual, foram aplicados os instrumentos na sequência: entrevista (22 questões), escala de resiliência e desenho, sem limite de tempo para respostas, sempre com garantia de confidencialidade.

A análise dos dados seguiu técnicas de análise de conteúdo em três fases: pré-análise, categorização e inferência, de acordo com Richardson *et al.* (1999). As entrevistas foram codificadas e agrupadas em categorias temáticas; os escores de resiliência, calculados pela soma dos itens, classificaram cada caso; e o material do desenho-estória foi interpretado segundo as categorias de Atitudes Básicas, Figuras Significativas, Sentimentos Expressos, Necessidades e Desejos, Contexto, Estrutura, Dinâmica e Valores. A interpretação final das categorias emergentes foi realizada à luz do referencial teórico que embasa o fenômeno da resiliência em mulheres líderes, resultando em hipóteses exploratórias sobre os processos individuais e sociais que suportam sua capacidade adaptativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo analisou a trajetória de liderança de cinco mulheres, por meio de entrevistas, aplicação da escala de resiliência e do desenho-estória com tema, revelando elementos comuns e singulares em suas vivências pessoais e profissionais.

A Participante 1, professora e líder em um ministério religioso, destacou a liderança como um ato de serviço e inspiração, valorizando a humildade e a construção de relações sólidas. A Participante 2, esteticista, associa liderança ao desenvolvimento humano, enfrentando desafios financeiros e estruturais para construir um ambiente de trabalho colaborativo e empático. Já a Participante 3, enfermeira-chefe, trouxe a dificuldade de aceitação por ser jovem e não concursada, mas demonstrou forte dedicação e desejo de aprimoramento em Gestão de Pessoas. A Participante 4, gerente de RH, enfatizou a liderança como representação institucional, enfrentando pressões por perfeição e desafios ligados à validação de sua competência em ambientes masculinos. Por fim, a Participante 5, psicóloga e professora, viu na liderança uma postura de iniciativa, lidando com resistência e sobrecarga emocional, enquanto busca equilíbrio entre os papéis pessoal e profissional.

De modo geral, os dados revelaram que a liderança feminina é marcada por resiliência, empatia, compromisso e autoconhecimento, embora ainda enfrentem desafios ligados à validação, à sobrecarga emocional e às desigualdades de gênero. Os dados coletados na Escala de Resiliência estão apresentados em escores e classificação e podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1- Escores e Classificação da Escala de Resiliência

Participantes	Escore	Classificação
Participante 1	152	Alta Resiliência
Participante 2	154	Alta Resiliência
Participante 3	141	Resiliência Média
Participante 4	124	Baixa Resiliência
Participante 5	148	Alta Resiliência

Fonte: dados da pesquisa de campo

Seguindo as indicações de Perim *et al.* (2015), escores até 125 indicam baixa resiliência; de 125 a 145, indicam resiliência média e acima de 145 apontam para uma resiliência elevada. Como pode se observar no Quadro 1, na amostra avaliada o maior escore foi de 154, da Participante 2, e o menor foi de 124, da Participante 4.

As entrevistas foram organizadas em categorias, visando facilitar a análise e a interpretação dos dados obtidos.

Categoria 1 - Significado de ser líder: as entrevistas revelaram que ser líder está fortemente ligado à contribuição para o desenvolvimento de outras pessoas e ao comprometimento com a equipe. As cinco participantes apresentaram diferentes perspectivas sobre liderança, com ênfases que variam entre autenticidade, desenvolvimento humano, excelência e estrutura organizacional. Essa diversidade de visões reflete experiências e contextos distintos, enriquecendo a compreensão sobre o papel do líder em diferentes realidades.

Categoria 2 - Características de uma boa líder: as participantes identificaram como essenciais para uma boa liderança as qualidades de humildade, comprometimento, autoconhecimento e a capacidade de inspirar e desenvolver outras pessoas. Apesar das diferentes experiências, houve consenso entre as entrevistadas sobre a importância dessas características, indicando uma visão ampla e integrada da liderança feminina em diversos contextos profissionais.

Categoria 3 - Estratégias para chegar à liderança: as principais estratégias apontadas pelas entrevistadas foram a determinação e o comprometimento com a equipe. Cada participante destacou caminhos distintos, como o esforço pessoal, a gestão eficaz, a humildade, o relacionamento interpessoal e o alinhamento com a liderança da organização. As diferentes abordagens apontam para uma construção contínua da liderança, baseada em experiências práticas e na busca constante por aprendizado e crescimento.

Categoria 4 - Pontos positivos e negativos da liderança feminina: as cinco participantes reconhecem a complexidade da liderança exercida por mulheres. Entre os pontos positivos, destacam-se a empatia e a resiliência, características valorizadas e recorrentes nos relatos. Como ponto negativo, há um consenso quanto à dificuldade de demonstrar fragilidade, evidenciando a pressão por manter constantemente uma postura firme. Também se ressalta o desafio de equilibrar a assertividade com as exigências de um ambiente ainda marcado por normas masculinas.

Categoria 5 - Desafios da liderança: foi descrita como uma experiência frequentemente solitária, com desafios que extrapolam as responsabilidades profissionais. As participantes mencionam o peso das pressões emocionais e sociais, além dos obstáculos específicos de suas funções. Cada relato reflete a complexidade do papel da liderança, revelando como essas mulheres enfrentam situações adversas com diferentes estratégias pessoais e profissionais.

Categoria 6 - Superação dos desafios da liderança: a rede de apoio surge como o principal fator de proteção citado. A Participante 1 valoriza o apoio interpessoal como elemento de alívio na jornada. A Participante 2 destaca o aprendizado contínuo como resposta às falhas na gestão. Já a Participante 3 reconhece a motivação vinda de seu entorno, especialmente dos pacientes. A Participante 4 relata sacrifícios pessoais e impactos emocionais, enquanto a Participante 5 evidencia uma visão coletiva, priorizando o grupo, mesmo com renúncias pessoais. Em conjunto, essas experiências revelam que superar os desafios da liderança envolve apoio, aprendizado e sacrifício.

Categoria 7 - Expectativas quanto ao futuro da carreira: as participantes demonstram expectativas voltadas ao crescimento pessoal e à construção de um ambiente colaborativo. As falas revelam diferentes visões sobre liderança, com interesses e desafios variados. Em conjunto, essas perspectivas refletem a diversidade de pensamentos e objetivos das líderes, destacando temas como equilíbrio, ética, desenvolvimento e conquistas profissionais.

As histórias contadas pelas participantes foram integradas à análise do desenho-estória, que contribuiu para uma visão mais rica e detalhada de suas vivências e percepções.

Participante 1 - “A humildade é tudo”

Por que humildade é tudo? Porque quando a gente está de joelhos, a gente se torna submisso Àquele, né? Ao nosso Criador, Aquele que nos fez, Aquele que nos gerou, que nos criou. E de joelhos, além da reverência, essa mulher mostra para Ele que é ouvinte de Seu propósito. Ela também ali se submete a aprender mais d’Ele, aprender mais a ser capacitada por Ele para liderar, para estar à frente de tantas mulheres, de tantas atividades, de tantas coisas, tanto na vida pessoal como também na vida ministerial.

Análise da Estória: em relação a si mesma, ao se colocar "de joelhos" a protagonista não apenas expressa submissão ao Criador, mas também reconhece suas limitações e a necessidade de aprendizado. Essa atitude simboliza uma constante busca de crescimento, sendo que ela está aberta às capacitações que a ajudarão tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação ministerial. Esse reconhecimento da necessidade de aprimoramento e a autoanálise constante sugere uma jornada interna de transformação e o desejo de ser melhor, mais consciente e mais eficaz em suas relações.

Quando a protagonista adota uma postura de humildade, ela passa a ter uma conexão harmoniosa com seu ambiente. A mulher que se ajoelha, por exemplo,

demonstra não apenas reverência, mas também uma disposição para aprender e se conectar com seu propósito. Essa interação implica um equilíbrio entre liderança e submissão, em que a protagonista reconhece que, para ser uma líder eficaz, é fundamental estar disposta a ouvir, aprender e crescer em conjunto com os outros. Essa postura indica que a liderança não se trata apenas de autoridade, mas de um contínuo aprendizado e crescimento mútuo.

Os sentimentos expressos pela protagonista foram positivos, de amor e alegria, além da humildade (a atitude de se colocar "de joelhos" reflete reverência e aceitação do aprendizado, que é central para seu crescimento pessoal e espiritual), respeito e gratidão. A protagonista expressa necessidades e desejos construtivos, como necessidade de cura, de aquisição e construção, de realização, liberdade, autonomia e crescimento, além do desejo de aprender mais sobre o propósito divino, a necessidade de capacitação para liderar e o desejo de ser ouvinte e aprendiz.

A estória "A humildade é tudo" se passa em um ambiente religioso, e a protagonista está no altar, destacando a importância da humildade como uma virtude que promove o aprendizado e a liderança. Ao aceitar a aprendizagem torna-se uma fonte de inspiração e força para outras mulheres, evidenciando que a verdadeira liderança é um ato de serviço e crescimento conjunto.

Participante 2 - "Vitoriosa"

A vitoriosa é uma menina que se tornou mulher, que tinha muitos sonhos de vencer na vida e tem vencido a cada dia os desafios que já passou na vida. Perdeu os pais muito jovem, o pai quando tinha 10 anos e a mãe aos 19 anos.

Essa mulher crê que os erros que cometeu na vida, na escolha das amizades ou no ambiente de trabalho, hoje fizeram dela essa mulher vitoriosa. Ela se julga assim devido às dificuldades que passou na vida. Hoje, mãe de 2 filhos, é vitoriosa porque não desistiu dos seus sonhos, não desistiu de ter uma vida melhor, mais confortável, e acima de tudo não desistiu de acreditar em si mesma e em sua capacidade de desenvolver pessoas, de poder ajudar as mulheres a se sentirem melhor com sua aparência física.

De todo os desafios pelos que passou, enfrentou um problema dermatológico e hoje apresenta uma pele saudável. A vitoriosa está livre, superfeliz, andando na rua com os cabelos ao vento, hidratados e bonitos.

Análise da estória: em relação a si própria, a protagonista tem autopercepção positiva, demonstrando autoconfiança, autoaceitação e superação. Considera-se uma

pessoa vitoriosa, capaz de superar grandes desafios e perdas. Orgulha-se de sua resiliência e da capacidade de continuar lutando por seus sonhos e objetivos. Acredita em seu potencial e em sua capacidade de ajudar outras pessoas.

Em relação ao ambiente, demonstra resiliência diante das adversidades e vivência de liberdade. Enfrentou circunstâncias difíceis, mas conseguiu transformar essas experiências em oportunidades de crescimento. Não só busca sua própria felicidade e conforto, mas também tem a intenção de influenciar positivamente o mundo ao seu redor, ajudando outras mulheres a se sentirem melhores e mais confiantes.

Nas figuras significativas, tanto a figura materna quanto a paterna podem se enquadrar no item de separação, pois houve a perda significativa de ambos. O impacto emocional dessa perda parece ter influenciado a capacidade de resiliência e autonomia da protagonista.

Em relação às figuras filiais, a protagonista é mãe de dois filhos, o que reforça seu sentimento de realização pessoal. Houve uma menção indireta aos amigos e a demais pessoas que contribuíram para o aprendizado e os desafios superados. O relacionamento entre as figuras materna e paterna tem uma conexão emocional profunda com a protagonista, especialmente devido às perdas que marcaram sua infância e juventude, e o relacionamento da protagonista com suas figuras significativas é marcado pela ausência dos pais desde jovem, o que a levou a desenvolver força e resiliência, enquanto sua relação com os filhos e com as pessoas que ela ajuda reforçam seu sentimento de vitória.

Os sentimentos expressos pela protagonista são positivos, sendo: sentimento de vitória e conquista, autoconfiança, determinação, gratidão, superação, alegria e liberdade.

Suas necessidades e desejos construtivos estão relacionados com o desenvolvimento pessoal e o desejo de contribuir positivamente para a sociedade, acreditando em si mesma e em seu potencial, desenvolver e ajudar outras mulheres e manter a autoestima e o autocuidado.

A protagonista andando nas ruas com os cabelos ao vento simboliza liberdade e autoestima, sugerindo uma relação positiva e de domínio sobre o ambiente. A estória da "Vitoriosa" enfatiza um ciclo de desafios superados, destacando a importância do autoconhecimento, da perseverança e da capacidade de lidar com adversidades, que moldaram sua trajetória.

Participante 3 - “Superação”

A história é de uma menina que sonhava se formar. Passou por muitas coisas até conseguir chegar onde está hoje. Por mais que alguns aspectos de sua carreira ainda lhe causem frustração, está onde gostaria de estar e fazendo o que gosta, sendo uma mulher com uma trajetória de esforço e coragem. Sofreu muito durante a faculdade. Suas amigas a chamavam para comer e ela dizia “não”, pois não podia gastar o dinheiro que tinha para pagar a faculdade. Era uma menina que se tornou uma mulher por superação, e sabe que pode ser melhor ainda, com esforço e dedicação.

Análise da estória: em relação a si própria, a protagonista apresenta autoconfiança e determinação, ao tomar decisões que refletem o compromisso com seus objetivos. Sua capacidade de enfrentar desafios e não desistir é uma demonstração clara de resiliência. Além do desejo de crescimento pessoal, entende que pode ser ainda melhor, o que indica uma atitude voltada ao desenvolvimento pessoal contínuo. Em relação ao ambiente, apresenta necessidade de êxito. Ao abrir mão de momentos de lazer com as amigas para focar nos estudos, a protagonista demonstra uma compreensão da importância da responsabilidade em relação ao futuro.

No que diz respeito às figuras significativas, as amigas foram descritas como pessoas que compartilhavam momentos de lazer, mas que ela teve que deixar de lado em alguns momentos para priorizar seus estudos e poupar dinheiro. Essas figuras foram marcadas por dedicação, incentivo e compreensão.

Já os sentimentos expressos pela protagonista foram ambivalentes; sente-se realizada por estar trabalhando no que gosta, mas há um leve desconforto com o fato de que nem todos os aspectos de sua carreira são como ela imaginava, gerando sentimentos ambivalentes de realização e insatisfação. Suas necessidades e desejos são construtivos, sendo de realização, liberdade, autonomia e crescimento. Mesmo que frustrações existam, ela tem o desejo de continuar evoluindo em sua carreira, sempre se esforçando para melhorar e alcançar um nível mais alto. O desejo de não desistir, mesmo diante das dificuldades, molda sua resiliência e a torna uma mulher forte e determinada.

A estória se passa em um ambiente profissional, em que uma jovem enfrenta os desafios da vida e os obstáculos significativos em sua jornada profissional e pessoal. Apesar das dificuldades financeiras e dos aspectos frustrantes da carreira, demonstra coragem e desejo de crescimento, representando a força e a resiliência em busca de seus sonhos.

Participante 4 “A executiva de sucesso”

Uma mulher “chiquérrima” e sorridente, ocupa um posto que considera importante, por isso está sempre bem arrumada, sente-se poderosa e feliz. Essa mulher está se preparando para atender uma conferência do TED Talks¹⁶ em Massachusetts, em que ela vai falar como o RH pode influenciar positivamente as organizações do futuro. Está muito feliz por compartilhar os casos de sucesso que conseguiu implementar na organização. Ao mesmo tempo, sente um “frio na barriga” ao se preparar para subir naquele palco, realizando o grande sonho de sua vida.

Análise da estória: em relação a si própria, o fato de a protagonista estar "super arrumada" e "muito feliz" sugere que ela tem uma percepção positiva de si mesma e de suas capacidades, além de apresentar uma satisfação com o *status* que alcançou, e a chance de compartilhar suas conquistas com o mundo indica forte alinhamento com sua realização pessoal.

O "frio na barriga" que ela sente ao se preparar para o TED Talks demonstra que, embora tenha confiança em suas habilidades, ela sente a pressão do evento, o que é uma resposta emocional natural diante de grandes realizações. Mesmo se sentindo poderosa, ela mantém uma certa vulnerabilidade.

Em relação ao ambiente, há uma tendência ao egocentrismo. O poder no ambiente profissional faz com que a protagonista se considere influente, sendo que suas ações no RH podem ter um impacto positivo nas organizações do futuro. Essa percepção reforça uma relação de poder, autoridade e reconhecimento no seu meio profissional. O palco do TED Talks simboliza não apenas seu sucesso profissional, mas também seu reconhecimento público.

Os sentimentos expressos pela protagonista são positivos. Está "sorridente" e "feliz da vida", indicando alegria e realização pessoal. Sente-se "poderosa" e se considera "super arrumada", o que reflete autoestima e autoconfiança em relação a si mesma e ao seu papel.

A alegria pela oportunidade de participar de uma conferência no TED Talks demonstra paixão pelo trabalho e possibilidade de impactar positivamente outras pessoas. A protagonista tem tendência a necessidades e desejos construtivos; a

¹⁶ TED Talks são apresentações curtas e impactantes, geralmente com duração de até 18 minutos, realizadas por especialistas de diversas áreas, com o objetivo de disseminar "ideias que merecem ser espalhadas". A sigla TED significa Tecnologia, Entretenimento e Design, e a organização sem fins lucrativos por trás desses eventos busca promover a reflexão e a inspiração sobre diversos temas.

oportunidade de falar em um evento prestigioso como o TED Talks representa uma forma de crescimento e desenvolvimento de habilidades de comunicação e liderança.

A estória se passa em um ambiente profissional e de prestígio, com foco em um evento significativo, a conferência TED Talks em Massachusetts. A protagonista, uma mulher bem-sucedida e confiante, reflete uma imagem de poder e realização, sendo descrita como "chiquérrima e sorridente". Isso sugere que ela não apenas conquistou uma posição elevada em sua carreira, mas também possui um estilo de vida que condiz com essa conquista.

Participante 5 - “Liderança Feminina”

Uma moça trabalhando no escritório em posição de chefia, liderança. Ela tem que analisar muitos dados e informações para tomar as decisões certas e seguras, com base técnica e conhecimento. Liderança é uma posição muito solitária, por conta das decisões que têm que ser tomadas e que acarretam consequências, que não são compartilhadas com sua equipe. As escolhas que ela fizer determinam a liderança. Tem pessoas a seu lado para garantir que as coisas aconteçam, para fazer o que tem que ser feito, mas ainda assim ela se vê muito sozinha tomando suas decisões, e pensa: “Se eu tomar tal decisão vou para tal lugar, se eu tomar essa outra vou para outro caminho”, e qual o melhor caminho neste momento? É preciso saber o momento certo de tomar decisões.

Análise da estória: a relação estabelecida consigo mesma é de autoimagem e autopercepção. A necessidade de tomar decisões e a responsabilidade pelas consequências que decorrem dessas decisões mostram que ela sente um grande peso individual devido a sua posição, o que pode sugerir uma autopercepção de liderança distanciada.

Já o ambiente tende a colocar sobre ela a necessidade de tomar a decisão correta, sugerindo que há uma pressão externa para que as escolhas feitas sejam sempre as melhores. A ideia de que as decisões que ela toma determinam a liderança sugere uma relação de autonomia em seu trabalho, ou seja, a protagonista está no controle de seu destino profissional, mas ao custo de lidar com as consequências sozinha.

A protagonista tende a ter sentimentos ambivalentes. Embora entenda que suas escolhas determinarão o rumo da liderança, o que sinaliza controle e poder, também trazem o peso da responsabilidade e as consequências com as quais deve arcar sozinha. Apresenta tendência a necessidades e desejos construtivos de autonomia, crescimento e realização. O desejo de tomar a melhor decisão com base nos dados disponíveis reflete a busca constante pela excelência em seu papel como líder.

A estória se passa em um ambiente corporativo. O cenário é um escritório, provavelmente de uma empresa, em que a protagonista exerce papel de chefia. O ambiente é marcado por pressão, responsabilidade e pela necessidade constante de tomada de decisões estratégicas baseadas em dados e informações técnicas.

A protagonista se encontra em uma fase importante, em que o sucesso ou o fracasso de suas decisões têm impacto significativo sobre o rumo da organização. Esse contexto revela o lado solitário e estratégico da liderança feminina, enfatizando o papel da tomada de decisão em ambientes de alta pressão e a responsabilidade pessoal que acompanha o cargo de liderança.

Integrando e discutindo os resultados dos três instrumentos

Nesta subseção, será a apresentada a análise integrada dos três instrumentos aplicados: entrevista, escala de resiliência e desenho-estória com tema.

A entrevista semiestruturada se organizou em torno de questões estabelecidas previamente (Dicicco-Bloom; Crabtree, 2006). Um roteiro de entrevista foi elaborado com antecedência (Batista; Matos; Nascimento, 2017; Dejonckheere; Vaughn, 2019; Mcgrath; Palmgren; Liljedahl, 2019), e consistiu em um conjunto de questões aplicadas durante a coleta de dados a todas as participantes. Com as questões padronizadas, foi possível realizar um cotejamento entre as respostas obtidas – esforço de análise que é esperado em estudos que empregam entrevistas semiestruturadas (Gil, 2008; Manzini, 2012 *apud* Guazi, 2021).

A escala de resiliência contém 25 itens com respostas que variam de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Os escores da escala variam de 25 a 175 pontos, com valores altos indicando resiliência elevada (Pesce *et al.*, 2005). Na versão brasileira os fatores avaliados na escala de resiliência distribuíram-se em três, sendo o principal composto por itens relacionados à resolução de ações e valores. O segundo fator é composto por itens relacionados à independência e à determinação e o terceiro fator, composto por itens relacionados à autoconfiança e à capacidade de adaptação a situações (Pesce *et al.*, 2005 *apud* Couto, 2007).

A partir da perspectiva do desenho-estória com tema, como afirma Andrade (2019), em 1972 Trinca propôs o D-E como um meio auxiliar de investigação dos conflitos psíquicos apresentados pelo paciente. Funciona como um objeto intermediário facilitador da comunicação entre o paciente e o analista e do paciente consigo mesmo, podendo comunicar suas questões psíquicas e a esperança de que será ajudado. Para

Trinca (2013 *apud* Andrade, 2019) cria-se uma oportunidade de “sonhar” acordado. As emoções, percepções e ações trabalhadas pela função “sonhar” podem se expressar na multiplicidade de possibilidades dos personagens nas histórias.

O D-E não é um teste psicológico, porque não tem material padronizado, mas consiste em uma técnica de investigação psicológica; facilita os processos de associação livre do examinando e de atenção flutuante do profissional, que pode encontrar aquilo que o paciente lhe comunica a respeito de sua vida emocional profunda (Andrade, 2019).

Analizando os dados obtidos, a pesquisa revelou um conjunto diverso de experiências, percepções e estilos de liderança entre as cinco participantes, com destaque para a relação entre humildade, resiliência e crescimento pessoal.

A Participante 1 apresenta uma liderança fundamentada em humildade, escuta ativa e aprendizado contínuo. Seu alto nível de resiliência reforça sua capacidade de enfrentar desafios mantendo seus valores, sendo vista como inspiração e apoio para outras mulheres. A Participante 2 demonstra forte liderança baseada na superação de adversidades, desenvolvimento coletivo e reinvenção pessoal. Sua alta resiliência é refletida na habilidade de transformar dificuldades em crescimento e aprendizado, com forte foco na autonomia e empoderamento de sua equipe.

Já a Participante 3 revela uma resiliência média, coerente com suas dificuldades em autoconfiança e aceitação no ambiente profissional. Apesar disso, sua determinação, autorreflexão e desejo de aprimoramento contínuo indicam potencial de crescimento na liderança e na gestão de pessoas. A Participante 4 mostra baixa resiliência, apesar de seu comprometimento com o sucesso e o desenvolvimento dos outros. Pressões externas, autoexigência e a busca por reconhecimento em um ambiente masculinizado afetam sua estabilidade emocional, mesmo diante de uma imagem pública forte e confiante. Por fim, a Participante 5 alia alta resiliência a uma liderança marcada por assertividade, empatia e responsabilidade. Apesar da sobrecarga emocional e das exigências do papel de liderança, demonstra equilíbrio emocional e capacidade estratégica para lidar com decisões complexas e ambientes desafiadores.

De forma geral, a integração dos dados evidencia como a liderança feminina se constrói a partir de vivências pessoais, resiliência emocional e valores como humildade, empatia e perseverança. A capacidade de refletir sobre si, enfrentar adversidades e manter-se aberta ao aprendizado se mostrou central para o exercício de uma liderança transformadora e inspiradora. Esses dados vão ao encontro do que

afirmam diferentes autores estudiosos da liderança (Alves, 2017; Cunha; Spanhol, 2014; Maggioni, 2024; Nascimento, 2018; Santos; Nestor, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou elementos essenciais da resiliência em mulheres líderes ao longo de suas trajetórias profissionais. As participantes enfrentaram desafios como barreiras culturais, desigualdade de gênero e expectativas sociais, mas demonstraram capacidade de superação por meio de recursos internos e externos, como apoio familiar e educação. A análise destaca que o empoderamento feminino e o fortalecimento da resiliência são centrais para que as mulheres atinjam seu potencial em posições de liderança, conectando-se diretamente ao ODS nº 5, que visa a igualdade de gênero.

Os dados revelam diversidade nas experiências e percepções das cinco participantes. Na Escala de Resiliência de Wagnild e Young, a maioria foi classificada com resiliência média ou alta. As entrevistas indicaram que a liderança é associada ao desenvolvimento de pessoas, disciplina, humildade e autoconhecimento. Estratégias como determinação e comprometimento foram destacadas, enquanto empatia e resiliência surgiram como forças, e a pressão para não demonstrar fragilidade como um desafio. As participantes relataram que a rede de apoio foi fundamental na superação de obstáculos.

A percepção sobre dinheiro variou entre segurança e conforto até sua não centralidade na vida profissional. Em relação ao futuro, as expectativas incluíram crescimento pessoal, ambientes colaborativos e equilíbrio entre bem-estar individual e coletivo.

A análise geral apontou temas recorrentes como superação, reconhecimento, humildade e o papel da mulher na sociedade. As narrativas revelaram sentimentos de gratidão, autoconfiança, pressão e solidão, além do desejo de autonomia e valorização.

A pesquisa ressalta a importância da criação de espaços que amplifiquem as vozes femininas e da ampliação de políticas organizacionais que promovam a igualdade de gênero, favorecendo o desenvolvimento da liderança feminina e uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cesar Augusto Ilodio. **A Mulher na alta liderança em organizações de grande porte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - SP**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Universidade de Taubaté, 2017.
- ANDRADE, Raissa Nacer Oliveira de. A importância da igualdade de gênero para o desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o ordenamento jurídico brasileiro em cumprimento ao ODS nº 5. **Revista de Ética e Filosofia Política**, Aracaju, v. 2, p. 231-253, jul. 2022.
- ANGST, Rosana. Psicologia e Resiliência: uma revisão de literatura. **Psicologia Argumento**, v. 27, n. 58, p. 253-260, 10 nov. 2009.
- CALASANS, Roberto Guanabara; DAVEL, Eduardo Paes Barreto. Gestão de Carreiras Criativas: Passado e Futuro da Pesquisa Acadêmica. **Políticas Culturais em Revista**, v. 13, n. 1, p. 113-134, 12 jun. 2020.
- CANDIDO, Wesley Pereira; CANGUÇU, Luan Ribeiro. Análise da ODS 5: igualdade de gênero nas organizações. **Brazilian Journals of Business**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 2349-2363, set. 2021.
- CANDIDO, Wesley Pereira; CANGUÇU, Luan Ribeiro. Análise da ODS 5: igualdade de gênero nas organizações / Analysis of SDG 5: gender equality in organizations. **Brazilian Journal of Business**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 2349–2363, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/33926>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- CARVALHO, Virgínia D.; TEODORO, Maycoln Leôni Martins; BORGES, Livia de Oliveira. Escala de Resiliência para Adultos: aplicação entre servidores públicos. **Avaliação Psicológica**, Varginha, v. 13, n. 2, p. 287-295, 2014.
- CUNHA, Ana Cristina Cassani; SPANHOL, Carmem I. D'Agostini. Liderança feminina: características e importância à identidade da mulher. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antônio Meneghetti**, v. 4, n. 5, 28 abr. 2014.
- FORTUNATO, Ivan; SCHWARTZ, Gisele Maria. Psicologia Positiva, cinema e a resiliência de si: libertar-se do próprio eu. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 14, n. 2, p. 1-17, jun. 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v14n2/13.pdf>. Acesso em: 16 mar 2024.
- GRANGEIRO, Rebeca da Rocha; BARRETO, Augusto Jorge Tavares Paes; SILVA, Jean Soares. Análise de Artigos Científicos Sobre Carreira em Administração. **RPCA**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 47-60. 31 Jan 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11306/pdf>. Acesso: 27 mar 2024.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 16 dez. 2021.

MAGGIONI, Márcia Bandeira Landerdahl; ROSA, Lia Fernanda da; SILVA, Aline Stangherlin; ARAGÃO, Paula Balardin Ribeiro; CARVALHO, Ana Clara da Paz de. Rede de apoio e seu impacto no empreendedorismo feminino: um estudo com empreendedoras participantes do programa de extensão “Era Rede que me Faltava”. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, Pelotas, v. 18, n. 1, p. 109-122, jun. 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/ReAT/article/view/7185/6085>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MANFREDINI, Andreza Maria Neves; FREITAS, Claudia Regina de; SILVA, Rosa Maria Frugoli da. Mulher e família: o sofrimento psicológico em isolamento social. **Espaço Acadêmico**, Goiânia, v. 3, p. 181-193, 2020.

NASCIMENTO, Marileide Alves do. Gestão feminina: a liderança feminina nas organizações brasileiras. **Ideias e Inovação - Lato Sensu**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 57, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/5608>. Acesso em: 10 jun. 2024

OLIVEIRA, Adriana Leônidas; GODOY, Monique Marques da Costa. Uma proposta de análise sistêmica do procedimento desenho-estória com tema. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA, 46., 2016, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2016. p. 882-882.

OLIVEIRA, Adriana Leônidas; GODOY, Monique Marques da Costa; FOGAÇA, Fabiane Ferraz Silveira. Desemprego, Resiliência e Reinserção no Mercado de Trabalho. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 7, Ed. Esp., p. 301-315, dez 2019.

OKANO, Marcelo Tsuguio. Comparando a gestão de projetos na administração pública e privada: Uma pesquisa exploratória. **Revista ESPACIOS**, Porto Alegre, v. 39, n. 47, set. 2018.

PESCE, Renata P. *et al.* Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 436 – 448. Abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/KqxTTDpqthcPSL8nkbnyY6S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ROSA, Fernanda Almeida da Silva; ZAMPIER, Marcia Aparecida; STEFANO, Silvio Roberto. Tipos de carreira: análise da produção científica. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 7, n. 1, 24 abr. 2017.

SANTOS, Giuliana Elisa; NESTOR, Nayara Fagundes. A influência da mulher como líder no mercado de trabalho. **Revista de Ciências Gerenciais**, Campo Grande, v. 17, n. 25, p. 207-225, mai. 2013.

SEBASTIAN-HEREDERO, Eladio; ANACHE, Alexandra Ayach. A percepção docente sobre conceitos, políticas e práticas inclusivas: um estudo de caso no brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 1018-1037, 4 mar. 2020.

TABOADA, Nina G.; LEGAL, Eduardo J.; MACHADO, Nivaldo. Resiliência: em busca de um conceito. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 16, n.3, p. 104-113, set. 2006.

SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR NO TRABALHO: AVALIAÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE CAMPOS DO JORDÃO

Arthur da Cruz Rodrigues Ferraz

Gabriel Freire Piragibe

Danielle Pereira Lovatto

INTRODUÇÃO

O presente capítulo aborda a saúde mental e o bem-estar no trabalho de professores e funcionários de uma escola pública em Campos do Jordão, a partir de um estágio supervisionado em Psicologia e Processos de Gestão. O objetivo do trabalho foi aplicar instrumentos — EBADEP-A (Escala Baptista de Depressão), Inventário de Sintomas de Estresse de Lipp (ISSL) e Inventário de Bem-Estar no Trabalho (IBET-13) - a fim de aferir e analisar a presença de sintomas de estresse, ansiedade, depressão e o nível de satisfação no ambiente laboral.

A relevância deste estudo reside no crescente reconhecimento dos transtornos mentais como fatores de adoecimento e afastamento no setor educativo, com impacto direto sobre qualidade de vida, produtividade e ambiente organizacional.

De acordo com Silva e Rocha Junior (2017), o trabalho é tão antigo quanto a própria humanidade e sempre foi uma forma de o ser humano interagir com o mundo, motivado por suas necessidades de sobrevivência, como saciar a fome e se proteger. Inicialmente, envolvia atividades como caça e pesca, utilizando as mãos como ferramenta. Com o tempo, o modo de trabalhar passou a refletir a bagagem cultural e as relações sociais de cada indivíduo, moldando diferentes formas de atuação no ambiente.

Santos, Gomes, Santos e Medeiros (2024) destacam a importância da abordagem psicossocial nesse cenário, ao reconhecer o trabalho como uma parte inseparável das atividades humanas, que influencia diretamente a saúde, o adoecimento e o bem-estar da população e Ribeiro *et al.* (2019) constataram que ansiedade e depressão são os transtornos psiquiátricos mais frequentes relacionados a situações de trabalho, além de serem as principais causas do aumento no número de licenças por doença na maioria dos países.

Nas próximas seções, contextualizaremos teoricamente os conceitos-chave, descreveremos o método de pesquisa empregado e detalharemos os resultados encontrados, dialogando com a literatura especializada.

REVISÃO DA LITERATURA

O trabalho é tão antigo quanto a própria existência humana (Silva; Rocha Junior, 2017). Ao longo da vida, o indivíduo sempre foi guiado por suas necessidades de sobrevivência, como saciar a fome e garantir sua proteção. Para isso, caçava, pescava e enfrentava as adversidades da natureza e outros seres humanos, utilizando suas mãos como principal ferramenta. O trabalho sempre foi uma forma de o homem interagir com o mundo, e as diferentes maneiras de realizá-lo variam conforme a bagagem e a herança cultural e social.

As transformações econômicas, tecnológicas e institucionais das últimas décadas, segundo Reis, Fernandes e Gomes (2010), têm impactado a forma de administrar as organizações, especialmente quanto à gestão de pessoas. Essas mudanças contribuem para o surgimento de novos riscos associados ao trabalho, exigindo novas abordagens para entender como as interações entre trabalho e trabalhador afetam a saúde (Santos *et al.*, 2024).

Nesse ambiente conturbado, segundo Silva (2019), espera-se que o trabalhador seja produtivo e submisso, enquanto sua saúde fica subordinada à lógica da produção. Apesar das preocupações com a saúde dos trabalhadores, há um desejo implícito de intensificação do trabalho, o que transforma o ambiente laboral em uma fonte de sofrimento psicológico e resulta no aumento de afastamentos por psicopatologias.

Os trabalhadores podem adoecer ou falecer devido a causas relacionadas ao trabalho, seja como consequência da profissão que exercem ou exerceram, ou pelas condições adversas em que o trabalho é ou foi realizado. Além disso, compartilham perfis de adoecimento e mortalidade semelhantes aos da população em geral, influenciados por fatores como idade, gênero, grupo social ou pertencimento a um grupo de risco específico (Brasil, 2001).

Os fatores de risco para a saúde e segurança dos trabalhadores, presentes ou relacionados ao trabalho, podem ser classificados em cinco grandes grupos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Fatores de risco para a saúde do trabalhador

Fatores	Descrição
Físicos	Ruído, vibração, radiação ionizante e não-ionizante, temperaturas extremas (frio e calor), pressão atmosférica anormal, entre outros.
Químicos	Agentes e substâncias químicas sob a forma líquida, gasosa ou de partículas e poeiras minerais e vegetais, comuns nos processos de trabalho.
Biológicos	Vírus, bactérias, parasitas, geralmente associados ao trabalho em hospitais, laboratórios e na agricultura e pecuária.
Mecânicos e Acidentes	Relacionados a manuseio de máquinas, arranjo físico, ordem e limpeza do ambiente de trabalho, sinalização, rotulagem de produtos e outros que podem levar a acidentes do trabalho.
Ergonômicos e Psicossociais	Decorrem da organização e gestão do trabalho, como, por exemplo, da utilização de equipamentos, máquinas e mobiliário inadequados, levando a posturas e posições incorretas; locais adaptados com más condições de iluminação, ventilação e de conforto para os trabalhadores; trabalho em turnos e noturno; monotonia ou ritmo de trabalho excessivo, exigências de produtividade, relações de trabalho autoritárias, falhas no treinamento e supervisão dos trabalhadores, entre outros

Fonte: Brasil (2001).

As atividades relacionadas ao trabalho podem afetar o corpo dos trabalhadores, resultando em disfunções e lesões biológicas, além de gerar reações psíquicas a condições de trabalho prejudiciais, o que pode levar ao desenvolvimento de processos psicopatológicos (Brasil, 2001).

Para Reis, Fernandes e Gomes (2010), os fatores psicossociais no trabalho são componentes do ambiente organizacional que, ao serem vivenciados pelos trabalhadores, são influenciados por variáveis de natureza individual. Santos *et al.* (2024), expandem a compreensão dos riscos psicossociais no trabalho, definindo-os como ameaças à saúde mental, física e social, resultantes da interação entre fatores socioeconômicos e a psique dos trabalhadores.

O trabalho é visto como um fator que pode desencadear, influenciar ou agravar doenças mentais ou psicossomáticas, com diversas manifestações de sofrimento sendo mencionadas, como ansiedade, estresse e depressão (Vasconcelos; Faria, 2008). Segundo Silva (2024), o estresse no trabalho se refere ao impacto dos fatores do ambiente laboral sobre o indivíduo, distinguindo-se do estresse geral, que envolve aspectos mais amplos da vida. O estresse ocupacional foca nos estressores do trabalho e a falta de medidas para evitar riscos à saúde pode levar a problemas de saúde.

Recentemente, o termo estresse tem sido amplamente utilizado em diversos contextos, resultando em uma pluralidade de significados. Silva (2019) esclarece que, originalmente, o termo era empregado na Física para descrever o desgaste de materiais

sob efeitos como peso, calor ou radiação. Posteriormente, estudos médicos passaram a definir o estresse com foco em sua dimensão biológica, observando e medindo alterações fisiológicas no corpo.

O estresse é uma preocupação constante, segundo Meyer *et al.* (2012), pois pode causar alterações fisiológicas e psicológicas. Originado do latim, o termo refere-se à adversidade e pressão, sendo um estado de tensão que afeta o equilíbrio do organismo. Fatores ambientais, como eventos diários e situações crônicas, são classificados como estressores e podem desencadear a síndrome do estresse.

Para Deffaveri, Méia e Ferreira (2020), embora em níveis baixos o estresse possa ser um motivador para melhorar o desempenho, em níveis patológicos ele pode gerar sofrimento. Os altos níveis de estresse resultam em diversas consequências, como licenças médicas, absenteísmo, redução de produtividade, desmotivação, irritação, impaciência, dificuldades nas relações interpessoais, problemas afetivos, divórcio, doenças físicas, depressão, ansiedade e infelicidade pessoal. No ambiente de trabalho, o estresse pode levar à depressão, falta de ânimo e envolvimento, atrasos e faltas recorrentes, visitas frequentes ao ambulatório médico e dependência de medicamentos (Sadir; Bignotto; Lipp, 2010).

O estresse provoca alterações na estrutura e na composição química do corpo. Segundo Santos e Santos (2005), quando nosso cérebro, de forma involuntária, identifica um fator estressante que ameaça a homeostase, o organismo começa a apresentar mudanças coletivamente denominadas Síndrome Geral da Adaptação ao Estresse (SAG). Essa síndrome é composta por três fases distintas: a fase de alarme, a fase de resistência e a fase de exaustão.

A fase de alarme é a primeira resposta do corpo ao detectar um fator estressor. Nessa fase, o organismo entra em estado de prontidão, mobilizando uma série de respostas fisiológicas para lidar com o perigo percebido. No Quadro 2 destacam-se as principais alterações que ocorrem durante essa fase.

Quadro 2 - Fase de Alarme

Fase de alarme	Descrição
Definição	Primeira resposta do organismo a um estímulo estressor, ativando o sistema de defesa.
Estado de prontidão	Todas as respostas corporais entram em estado de prontidão geral.
Subdivisões	a) Fase de Choque: o indivíduo experimenta o estímulo estressor; pode levar à exaustão lenta e quase imperceptível se o estressor for constante. b) Fase de Contrachoque: se os estressores desaparecem, as alterações tendem a interromper-se; se persistem, o organismo precisa manter seu esforço de adaptação.
Respostas fisiológicas	Aumento da frequência cardíaca, respiração acelerada, dilatação das pupilas e redistribuição sanguínea, entre outras respostas.

Fonte: Silva e Silva (2005).

À medida que o corpo se adapta ao estressor contínuo, ele entra na fase de resistência. Nessa fase, o organismo tenta equilibrar-se e mitigar os efeitos do estresse, desenvolvendo mecanismos que permitem ao indivíduo lidar melhor com a situação. Contudo, a sobrecarga de hormônios e a prolongada exposição ao estresse podem gerar efeitos negativos no corpo.

Na fase de resistência, o corpo começa a ativar respostas hormonais para se adaptar ao estressor, substituindo a resposta nervosa. Esse processo pode acarretar alterações no funcionamento do organismo que, se prolongadas, podem prejudicar a saúde. O Quadro 3 descreve os principais aspectos dessa fase.

Quadro 3 - Quadro da Fase de Resistência

Fase de Resistência	Descrição
Definição	Início de mecanismos de defesa devido à permanência do estímulo estressor.
Resposta do organismo	Substituição da resposta nervosa pela resposta hormonal.
Hormônios envolvidos	Secreção de glicocorticóides pela glândula adrenal, influenciada pela hipófise e pelo hipotálamo.
Efeitos negativos	Alterações nos níveis de adrenalina e glicocorticóides podem causar: - Prejuízos no raciocínio; - Falhas de memória; - Infecções recorrentes; - Cansaço matinal; - Apatia.
Transição para a próxima fase	Se o estressor continuar, o organismo avança para a terceira fase.

Fonte: Silva e Silva (2005).

Se o estressor não for removido ou a adaptação for insuficiente, o corpo entra na fase de exaustão. Nesse estágio, os mecanismos de defesa falham, e o organismo não consegue mais manter o equilíbrio, resultando em graves danos à saúde e possivelmente em morte.

A fase de exaustão é o estágio final da reação ao estresse, em que o corpo perde a capacidade de adaptação devido à sobrecarga contínua dos estímulos estressores. Isso pode levar a doenças psicossomáticas e à falência dos sistemas fisiológicos.

Quadro 4 - Quadro Fase de Exaustão

Fase de Exaustão	Descrição
Definição	Consequências de falhas no processo de adaptação a estímulos permanentes e excessivos.
Retorno das características	As características da fase de alarme retornam, podendo levar o indivíduo à morte.
Efeitos fisiopatológicos	O Sistema Geral de Adaptação pode compor um substrato fisiopatológico das doenças psicossomáticas, agravadas por fatores emocionais.
Causa de doenças	O estresse está na origem de praticamente todas as doenças, exceto as provocadas por alterações genéticas.

Fonte: Silva e Silva (2005).

Esse encadeamento das fases do estresse ilustra como o corpo humano responde a estímulos estressores, desde a fase inicial de alarme até os potenciais danos irreversíveis na fase de exaustão. O excesso de estresse pode causar várias consequências psicológicas, especialmente nos processos cognitivos. A concentração e a capacidade de atenção diminuem, levando à perda frequente de foco, a memória de curto e longo prazos se deteriora e a velocidade de resposta se torna imprevisível, muitas vezes resultando em decisões apressadas (Liberato; Ballstaedt; Abril (2001). Com isso, há um aumento na taxa de erros tanto em tarefas manipulativas quanto cognitivas, os poderes de organização e planejamento de longo prazo se enfraquecem e os pensamentos podem se tornar confusos e irracionais, comprometendo a objetividade e o senso crítico.

Segundo Viana (2010a), etimologicamente, a palavra "ansiedade" tem origem no grego *agkhoa* (ἄγχω), que significa estrangular, sufocar ou oprimir. Há relatos de "estados ansiosos" desde a Antiguidade, como evidenciado na literatura clássica na *Iliada* do poeta Homero e no mito do deus Pã. Para Lima (2024), a ansiedade manifesta-se como um turbilhão de pensamentos e emoções acelerados, acompanhados por uma sensação constante de urgência e estado de alerta. Ela pode ser vista como um desequilíbrio químico que compromete a capacidade do corpo de processar

corretamente as informações ao redor, dificultando a mediação adequada do medo e da insegurança.

Para Castillo *et al.* (2000), em razão do aumento na atividade do sistema nervoso autônomo, a ansiedade resulta em sintomas como desconforto abdominal, tremores, sensação de desmaio, agitação psicomotora, preocupação excessiva, dificuldade de concentração, tontura, palpitação e taquicardia. Já segundo Viana (2010b), com base nos conceitos de Darwin e Freud, a teoria evolucionista postula que o valor adaptativo da ansiedade pode ser entendido em sua função biológica, atuando como uma resposta a situações de perigo.

Na psicanálise, a ansiedade também é considerada adaptativa, não apenas por preparar o indivíduo para lidar com o perigo mobilizando energia psíquica, mas também por auxiliar na antecipação e identificação de novas ameaças. Os transtornos de ansiedade envolvem condições que compartilham características de medo e ansiedade excessivos, além de perturbações comportamentais associadas. O medo refere-se à resposta emocional diante de uma ameaça iminente, real ou percebida, enquanto a ansiedade se caracteriza pela antecipação de uma ameaça futura (American Psychiatric Association, 2013, p. 189).

Os transtornos de ansiedade variam conforme os objetos ou situações que desencadeiam medo, ansiedade ou comportamento de esquiva, bem como os pensamentos cognitivos relacionados. A distinção entre eles pode ser feita por meio de uma análise detalhada das situações que são temidas ou evitadas e do conteúdo dos pensamentos ou crenças associadas a esses medos (American Psychiatric Association, 2013, p. 189).

Segundo a American Psychiatric Association (2013, p. 189)

Os transtornos de ansiedade diferem entre si nos tipos de objetos ou situações que induzem medo, ansiedade ou comportamento de esquiva e na ideiação cognitiva associada. Assim, embora os transtornos de ansiedade tendam a ser altamente comórbidos entre si, podem ser diferenciados pelo exame detalhado dos tipos de situações que são temidos ou evitados e pelo conteúdo dos pensamentos ou crenças associados.

Para Ribeiro (2019, p.44), os transtornos de ansiedade se encontram entre as categorias mais prevalentes de doenças mentais. Os transtornos ansiosos são reafirmados como a segunda principal causa de afastamentos laborais entre os Transtornos Mentais e Comportamentais. Além disso, sua ocorrência está associada a estressores psicossociais desfavoráveis, como ambientes de trabalho com baixo apoio

social, sobrecarga de trabalho, recompensas inadequadas em relação ao esforço, comprometimento individual excessivo e condições inadequadas nos ambientes e procedimentos de trabalho (Ribeiro, 2019).

Santos (2024) reafirma que as condições de trabalho insalubres contribuem para o surgimento de distúrbios neuromusculoesqueléticos, agravando o adoecimento mental dos trabalhadores, especialmente em relação ao estresse e à ansiedade laboral, o que impacta negativamente na qualidade de vida dos profissionais.

A depressão é um transtorno mental que afeta uma parcela significativa da população brasileira, com mais de 11 milhões de pessoas diagnosticadas, o que representa aproximadamente 5,8% da população nacional. O Brasil detém a maior taxa de depressão da América Latina e ocupa a segunda posição nas Américas, atrás apenas dos Estados Unidos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão será a principal causa de incapacidade no mundo até 2020, sendo considerada no Brasil uma das principais causas de afastamento do trabalho (Brasil, 2017).

A condição se manifesta por meio de sintomas como tristeza persistente, perda de interesse em atividades antes apreciadas, alterações no apetite e distúrbios do sono, impactando negativamente a qualidade de vida do indivíduo (Silva; Pereira, 2018).

No ambiente laboral, a depressão pode ser exacerbada por fatores como pressão excessiva, falta de reconhecimento e suporte inadequado. Um estudo realizado pela Universidade de Brasília (UnB) revelou que 48,8% dos trabalhadores que se afastam por mais de 15 dias do trabalho apresentam algum transtorno mental, sendo a depressão o mais prevalente (Silva; Pereira, 2018).

Além disso, a pesquisa indica que as condições adversas no local de trabalho podem levar ao desenvolvimento de distúrbios mentais que comprometem tanto a saúde do trabalhador quanto sua produtividade.

A relação entre o trabalho e a depressão é complexa e frequentemente se caracteriza por um ciclo vicioso. A insatisfação laboral e o estresse crônico podem resultar em um desempenho insatisfatório no trabalho, o que exacerba os sintomas depressivos. Em uma pesquisa com trabalhadores afastados por depressão em uma universidade do sul do Brasil, observou-se que 72% dos casos ocorriam entre mulheres, e muitas apresentavam afastamentos sucessivos (Costa; Lima; Mendes, 2019).

Essa realidade evidencia a necessidade de abordar as questões emocionais no ambiente profissional. A desarmonia entre as exigências organizacionais e as capacidades individuais gera um sofrimento significativo. A Teoria das Representações

Sociais sugere que essa dinâmica é frequentemente desconsiderada nas relações de trabalho, em que o sofrimento emocional é muitas vezes rotulado como fraqueza pessoal (Martins; Souza, 2021).

Essa estigmatização, segundo Martins e Souza (2021), pode dificultar a busca por ajuda e agravar os problemas relacionados à saúde mental. Portanto, é fundamental reconhecer a importância da identificação e do enfrentamento da depressão no ambiente laboral. A promoção de um ambiente saudável e o suporte adequado são essenciais para mitigar os efeitos da depressão ocupacional e melhorar tanto o bem-estar dos trabalhadores quanto a eficácia organizacional.

Guimarães e Souza Neto (2022) destacam que os primeiros relatos acerca do conceito de bem-estar subjetivo datam da década de 1950, quando estudiosos passaram a investigar com maior afinco a influência da qualidade de vida na produção de mudanças sociais. Para Minayo, Hartz e Buss (2000) o bem-estar é um tema que tem ganhado cada vez mais destaque em discussões sobre qualidade de vida. Trata-se de um conceito complexo e multidimensional, que não se limita apenas à sensação de prazer ou felicidade; também abrange aspectos mais profundos, como a realização pessoal e o significado que encontramos em nossas vidas.

Segundo Paschoal, Torres e Porto (2010), o bem-estar pode ser dividido em duas vertentes: a hedônica, que se relaciona ao prazer e à felicidade, e a eudaimônica, que se refere à busca por realização e sentido. Além disso, diversos outros fatores desempenham papel crucial na construção do nosso bem-estar. Elementos como a personalidade, as relações sociais que cultivamos, a realização de metas pessoais e o sentido que atribuímos à vida influenciam diretamente nossa sensação de bem-estar. Assim, entender essas dimensões é fundamental para promover uma vida mais satisfatória e significativa.

Em 1948, a Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou uma definição inovadora de saúde, que vai além da simples ausência de doenças. Para a OMS, saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social (Bezerra; Sopreso, 2016). Essa perspectiva amplia nossa compreensão do que significa ser saudável, reconhecendo que a percepção de saúde pode variar conforme o contexto histórico, social e cultural, além dos valores e crenças pessoais de cada um. Nesse sentido, Scliar (2007) e Silva, Schraiber e Mota (2019) ressaltam que a saúde é influenciada por uma série de fatores, incluindo condições econômicas e políticas, assim como aspectos científicos e religiosos.

A partir dessa visão mais abrangente, Paschoal Torres e Porto (2018) propõem

que o conceito de bem-estar também deve ser ampliado para incluir a felicidade como um elemento essencial da saúde, e discutem duas abordagens distintas: uma que relaciona o bem-estar subjetivo ao prazer e outra que se concentra no bem-estar psicológico, que vai além do prazer e considera a singularidade de cada indivíduo.

O bem-estar no ambiente de trabalho tem sido amplamente debatido na literatura, devido à complexidade e aos múltiplos significados do trabalho humano (Siqueira; Padovam, 2008). Coutinho (2009) destaca que o trabalho é uma atividade essencialmente humana, dinâmica e em constante transformação, com características únicas que refletem e influenciam a realidade ao nosso redor (Neves; Silva; Oliveira, 2017).

A literatura indica que a insatisfação no ambiente laboral pode levar a altos níveis de estresse ocupacional, afetando gravemente a saúde dos trabalhadores. Pesquisas mostram que sobrecarga e longas jornadas de trabalho frequentemente resultam em desconforto, irritabilidade e desmotivação (Marques; Borges; Almada, 2016; Martins; Michaloski, 2015; Marqueze; Moreno, 2005)

Para Godoy (2024), não raramente sintomas de depressão, ansiedade e estresse coexistem e estão associados entre si, de forma que, com o aumento de um, os outros tendem a aumentar conjuntamente. Lima *et al* (2024) explicam que quando acometem os trabalhadores, essas doenças podem causar danos, tais como sofrimento intenso, disfunção laboral, dificuldade na realização das atividades do cotidiano e prejuízos na interação social, familiar e ocupacional

Ansiedade e estresse estão frequentemente relacionados e segundo Julio *et al.* (2022) apresentam alguns aspectos biológicos em comum. Por isso, pode ser um resultado esperado que uma população com mais estresse também tenha elevados níveis de ansiedade.

O afastamento decorrente de doenças é um problema de saúde pública e gera impactos sociais, organizacionais e individuais e, segundo Ribeiro *et al.* (2019), seu monitoramento e avaliação sistemática podem subsidiar a tomada de decisão gerencial, assim como o aperfeiçoamento de políticas de recursos humanos, programas de prevenção à saúde do trabalhador e a melhoria da qualidade de vida no trabalho.

MÉTODO

O estudo foi realizado em uma escola municipal em uma cidade localizada na Serra da Mantiqueira, Estado de São Paulo, que atende 345 alunos e conta com cerca de 35 profissionais (professores e funcionários de apoio).

O desenho de pesquisa foi qualitativo-quantitativo, aplicado a 30 participantes (10 funcionários e 20 professores). O uso de métodos mistos na pesquisa em saúde, segundo Santos *et al.* (2017), tem se tornado cada vez mais frequente, justamente porque a combinação de abordagens qualitativa e quantitativa proporciona uma alternativa eficaz para investigar fenômenos complexos. Essa integração permite explorar diferentes dimensões do objeto de estudo, ampliando a compreensão e aprofundando a análise das questões abordadas.

Foi utilizada a observação assistemática, pela qual são recolhidos e registrados os dados da realidade sem que o pesquisador necessite fazer perguntas diretas (2002; Gil, 1999; *apud* Ferreira; Mousquer, 2004) e aplicada a entrevista semi-estruturada com a gestora da Unidade Escolar sobre a percepção do ambiente organizacional e possíveis sintomas de estresse, ansiedade, depressão e bem-estar no trabalho.

O IBET-13 é um instrumento desenvolvido para medir o construto psicológico denominado bem-estar no trabalho, que se refere a um estado mental positivo resultante da combinação de vínculos igualmente positivos, como satisfação, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo (Siqueira, 2014).

Já o LIPP (Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos de Lipp) é um instrumento que identifica os sintomas de estresse em adultos, permitindo uma análise detalhada do nível e do tipo de estresse enfrentado pelo indivíduo (Lipp, 2000). A utilização dessas escalas permite uma avaliação mais objetiva e quantificável dos resultados.

O EBADEP-Adulto (Escala Baptista de Depressão - Versão Adulto) é uma escala que avalia a presença e a intensidade de sintomas depressivos em adultos, oferecendo uma medida objetiva e quantificável da depressão (Baptista, 2002).

A coleta de dados ocorreu em sessões organizadas para garantir o conforto e a privacidade dos participantes. Os dados foram tabulados e analisados à luz das normas dos próprios instrumentos e de referências teóricas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na avaliação do EBADEP-A, os 10 funcionários da escola municipal apresentaram um resultado bastante positivo, com média de 24, indicando a ausência de sintomatologia significativa associada ao estresse e à saúde mental e apontando que os colaboradores se encontram, em sua maioria, livres de manifestações clínicas que possam comprometer sua saúde e bem-estar. No caso dos professores, a aplicação do EBADEP revelou um escore médio de 30,25. Esse resultado é encorajador, pois sugere que a maioria deles se encontra em um estado de bem-estar satisfatório, o que é fundamental para um desempenho eficaz de suas funções educativas.

O Fator 1 – Compromisso e Satisfação - do Inventário de Bem-Estar no Trabalho (IBET 13) avalia vínculos positivos com a organização (compromisso afetivo) e também satisfação com chefia, salário, promoções e tarefas. O Quadro 5 contempla os itens que compõem o Fator 1 dos funcionários e professores.

Quadro 5 - Fator 1 – Compromisso e satisfação - funcionários e professores

Item	Descrição	Média do item Funcionários	Média Geral Funcionários	Média do item Professor	Média Geral Professor
1	Estou contente com a empresa onde trabalho.	4	3	3	3
2	Estou entusiasmado com a empresa onde trabalho.	4		3	
4	Estou interessado na empresa onde trabalho.	3		4	
5	Estou satisfeito com o meu salário comparado com os meus esforços no trabalho.	4		2	
6	Estou animado com a empresa onde trabalho.	2		3	
7	As maiores satisfações de minha vida vêm do meu trabalho.	4		3	
10	Estou satisfeito com o entendimento entre meu chefe e eu.	3		2	
11	Estou orgulhoso da empresa onde trabalho.	4		4	
13	Estou satisfeito com as oportunidades de ser promovido nesta empresa.	3		2	

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

No fator Compromisso e Satisfação observa-se funcionários e professores com uma média de escore 3, que demonstra uma relação moderada com a organização. Esse vínculo positivo é refletido na satisfação em relação à chefia, ao salário e às oportunidades de promoção. No entanto, é importante notar que, apesar dessa neutralidade, ainda existem aspectos que podem ser aprimorados, como a percepção sobre as oportunidades de crescimento na carreira, que, embora reconhecidas, não geram um forte senso de satisfação.

O Fator 2, Envolvimento com o trabalho, é composto por crenças de que o trabalho realizado proporciona horas agradáveis e de que abrange aspectos importantes para a vida. O Quadro 6 apresenta os resultados obtidos.

Quadro 6 - Fator 2 – Envolvimento com o trabalho - funcionários e professores

Item	Descrição	Média do item Funcionários	Média Geral Funcionários	Média do item professor	Média Geral professor
1	Estou satisfeito com o grau de interesse que minhas tarefas despertam em mim.	3	3	3	3
2	As horas que passo trabalhando são as melhores horas do meu dia.	4		4	
4	As coisas mais importantes que acontecem em minha vida envolvem meu trabalho.	4		3	
5	Eu como, vivo e respiro meu trabalho	2		3	

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

O fator "Envolvimento com o Trabalho" mostra uma média de escore de 3 tanto para os professores quanto para os funcionários, indicando uma postura neutra em relação à identificação com o trabalho. Isso sugere que, embora ambos os grupos reconheçam a importância de suas atividades, há uma necessidade de maior engajamento e motivação para fomentar um vínculo mais forte com suas funções.

Para fins de interpretação geral, o Quadro 7 apresenta os resultados dos 13 itens do Inventário de Bem-Estar no Trabalho (IBET-13).

Quadro 7 – Quadro Geral IBET – 13

Item	Descrição	Média do item Funcionários	Média Geral Funcionários	Média do item professor	Média Geral professor
1	Estou contente com a empresa onde trabalho.	3,6	3,2	3	3
2	Estou entusiasmado com a empresa onde trabalho.	3,7		3	
3	As horas que passo trabalhando são as melhores horas do meu dia.	2,9		3	
4	Estou interessado na empresa onde trabalho.	3,6		4	
5	Estou satisfeito com o meu salário comparado com os meus esforços no trabalho.	2,1		2	
6	Estou animado com a empresa onde trabalho.	3,6		3	
7	As maiores satisfações de minha vida vêm do meu trabalho.	3,1		3	
8	Estou satisfeito com o grau de interesse que minhas tarefas despertam em mim.	3,5		4	
9	As coisas mais importantes que acontecem em minha vida envolvem meu trabalho.	2,5		2,5	
10	Estou satisfeito com o entendimento entre mim e meu chefe.	4,2		4	
11	Estou orgulhoso da empresa onde trabalho.	3,9		3	
12	Eu como, vivo e respiro o meu trabalho.	2,4		2	
13	Estou satisfeito com as oportunidades de ser promovido nesta empresa.	2,1		2,7	

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Os resultados do IBET-13 evidenciam uma postura predominantemente neutra dos funcionários e professores em relação a comprometimento e envolvimento com o trabalho. A maioria das médias gira em torno de 3, indicando que os profissionais não se mostram nem insatisfeitos nem altamente engajados. Apesar de haver satisfação referente ao relacionamento com a chefia e interesse pelas tarefas, outros aspectos, como senso de orgulho institucional e percepção do trabalho como centro de suas vidas, mantêm-se em uma zona intermediária, sem polarizações marcantes.

Destacam-se, ainda, diferenças relevantes nas dimensões de satisfação e entusiasmo. Os funcionários tendem a registrar maiores índices de contentamento e entusiasmo com o contexto escolar, enquanto os professores, de modo geral, permanecem neutros nessas áreas. Em contrapartida, ambos os grupos revelam expressiva insatisfação quanto à remuneração recebida e às oportunidades de

crescimento e promoção na instituição, fatores reconhecidamente importantes para o bem-estar no ambiente organizacional.

Com base nesses resultados, percebe-se que o bem-estar no trabalho nesta instituição está mais associado a elementos relacionais, como a boa convivência com a chefia e interesse moderado pelas tarefas, do que a aspectos estruturais de reconhecimento ou valorização profissional. O cenário revela uma equipe com disposição colaborativa, mas que sente falta de incentivos e políticas institucionais de valorização que possam fortalecer o comprometimento e promover maior satisfação no ambiente escolar.

A Escala Lipp é uma ferramenta valiosa para avaliar o estresse no ambiente de trabalho, analisando tanto as dimensões físicas quanto psicológicas que impactam a experiência dos funcionários. Na aplicação dessa escala com 10 funcionários da escola municipal, observou-se um escore médio de 3,5 relacionado às fontes de estresse físico. Esse resultado indica que os funcionários estão conscientes das pressões físicas presentes em seu dia a dia, como a carga de trabalho, as demandas físicas e as condições do ambiente laboral. Além disso, um escore médio de 3,8 na fase de contato com fontes de estresse psicológico sugere que eles também enfrentam consideráveis desafios emocionais e mentais.

Na avaliação realizada com os professores, observou-se um escore médio de 3,3 referente às fontes de estresse físico. Esse resultado sugere que eles estão cientes das pressões físicas que enfrentam em seu cotidiano, como a carga de trabalho, as demandas físicas associadas ao ensino e as condições do ambiente escolar.

Por outro lado, o escore médio de 3,6 na fase de contato com a fonte de estresse psicológico indica que os professores também lidam com desafios emocionais significativos. Essa percepção pode abranger questões como a pressão para atender às expectativas acadêmicas, a falta de apoio emocional e as preocupações relacionadas ao desempenho dos alunos.

Na entrevista com a gestora da unidade sobre os temas pesquisados – estresse, ansiedade e depressão no ambiente de trabalho, ela abordou a intensa realidade da educação, destacando que a convivência com questões emocionais de famílias e alunos frequentemente resulta em estresse e ansiedade entre os funcionários. Informou que percebe que alguns professores e colaboradores enfrentam limites emocionais, manifestando sintomas como insônia e ansiedade, embora não tenha recebido queixas diretas de depressão.

A gestora relatou o afastamento de uma funcionária contratada devido a problemas emocionais, mas que não ocorreram afastamentos entre os funcionários efetivos. Além disso, mencionou sua sensibilidade em perceber o estresse em membros da equipe, buscando se aproximar e oferecer apoio quando necessário. Explicou que suas intervenções geralmente ocorrem em reuniões particulares, quando oferece recursos e encaminhamento para profissionais da Psicologia. Embora não tenha enfrentado casos extremamente preocupantes, ela já se viu em situações de estresse intenso, levando-a a buscar ajuda médica. A entrevista concluiu com a gestora enfatizando a importância de um ambiente de apoio e compreensão, tanto para a saúde mental dos funcionários quanto para o bem-estar da comunidade escolar.

Tais achados estão alinhados com a literatura, ou seja, ambientes escolares enfrentam estressores múltiplos e o suporte institucional é determinante para evitar agravamento dos sintomas (Coutinho, 2009; Minayo; Hartz; Buss, 2000). O reconhecimento da chefia e de pares, bem como o incentivo a atividades de integração e a discussão aberta sobre saúde mental mostram-se fundamentais. Além disso, a neutralidade quanto ao envolvimento com o trabalho sugere que a simples ausência de sofrimento não é suficiente para promover um ambiente realmente saudável e produtivo — é preciso avançar em políticas de valorização e estímulo positivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral avaliar os fatores psicossociais que impactam a saúde e o bem-estar dos profissionais de uma escola municipal de uma localidade situada na Serra da Mantiqueira, no Estado de São Paulo, além de investigar níveis de estresse, satisfação no trabalho e suas possíveis relações com ansiedade e depressão. Os objetivos propostos foram plenamente alcançados.

A análise dos dados possibilitou uma compreensão detalhada do ambiente de trabalho, destacando que tanto funcionários quanto professores apresentaram escores predominantemente neutros nos fatores de "Compromisso e Satisfação" e "Envolvimento com o Trabalho", conforme revelou o IBET-13. Isso indica que, embora não haja grande descontentamento, também não foi observado um nível elevado de engajamento ou entusiasmo.

No que diz respeito ao estresse, os resultados do Inventário de Sintomas de Estresse de Lipp (ISSL) apontaram que parte da equipe enfrenta desafios relativos a

fatores físicos e psicológicos, especialmente devido às características da rotina escolar, contato constante com demandas emocionais e pressão por resultados. Casos pontuais de afastamento por motivos psicológicos destacam a importância de ações preventivas e de apoio à saúde mental.

Os dados demonstram ainda uma necessidade de políticas focadas em valorização profissional, considerando a percepção apenas razoável em relação a oportunidades de crescimento e reconhecimento salarial.

Este estudo reforça a importância de práticas contínuas para promoção do bem-estar psicológico e a valorização dos colaboradores no ambiente escolar. Recomenda-se investir em espaços de escuta, programas de apoio emocional e estratégias que fortaleçam o sentimento de pertencimento, visando não apenas prevenir o adoecimento, mas também fomentar um clima organizacional positivo e saudável.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, Fifth Edition (DSM-V). Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.
- BAPTISTA, M. N. **EBADEP**: Escala Baptista de Depressão – Versão Adulto. São Paulo: Vetor, 2002.
- BEZERRA, I. M. P.; SORPRESO, I. C. E. Concepts and movements in health promotion to guide educational practices. **Journal of Human Growth and Development**, v. 26, n. 1, p. 11-20, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.113709>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental**: dados sobre depressão. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.
- CASTILLO, A. R. G.; RECONDO, R.; ASBAHR, F. R.; MANFRO, G. G. Transtornos de ansiedade. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, p. 20–23, dez. 2000.
- COSTA, A.; LIMA, R.; MENDES, J. Impactos da Depressão no Ambiente Universitário: um estudo com trabalhadores afastados. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 25, n. 3, p. 45-60, 2019.
- COUTINHO, M. L. A promoção da saúde e a formação de profissionais: desafios e perspectivas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 1, p. 13-24, 2009.
- DEFFAVERI, M.; MÉA, C. P. D.; FERREIRA, V. R. T. Sintomas de ansiedade e estresse em professores de Educação Básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 177, p. 813–827, jul. 2020.

FERREIRA, M. A. R.; MOUSQUER, M. C. Observação assistemática. *In*: FERREIRA, M. A. R.; MOUSQUER, M. C. (org.). **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 145-164.

GODOY, P. P.; SCHMITT, M.; SCHINDLER, E.; SILVA, M. D.; ANDRETTA, I. Mídias sociais e sintomas emocionais de estudantes de uma universidade privada. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 44, p. e260371, 2024.

GUIMARÃES, J. V. F.; SOUZA NETO, E. N. Bem-estar e satisfação no trabalho: uma revisão da literatura atual. **Revista Científica da UniRios**, v. 32, p. 1-20, 2022. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2022/32/bem_estar_e_satisfacao_no_trabalho.pdf.

JULIO, R. S.; LOURENÇÃO, L. G.; OLIVEIRA, S. M.; FARIAS, D. H. R.; GAZETTA, C.E. Prevalência de ansiedade e depressão em trabalhadores da Atenção Primária à Saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, p. e2997, 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, S. A. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBERATO, H. L.; BALLSTAEDT, E. H.; ABRIL, J. D. C. J. **Estresse no trabalho**. 2001. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Medicina do Trabalho) – Associação Catarinense de Medicina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LIMA, A. de O. Uma etnografia da ansiedade: alteridade, identificação e emoção - casos de saúde mental na experiência escolar no retorno pós-pandêmico. **Horizontes Antropológicos**, v. 30, n. 69, p. e690405, maio 2024.

LIMA, C. C. M. E.; FERNANDES, T. F.; BARBOSA, M. S.; ROSSI-BARBOSA, L. A.

R.; PINHO, L.; CALDEIRA, A. P. Análise dos indicadores de prazer e sofrimento no trabalho associados a ansiedade e depressão entre agentes comunitários de saúde.

Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 72, n. 2, p. 80–89, abr. 2023.

LIPP, M. E. N. **Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos de Lipp (ISSL)**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MARQUES, L. F.; BORGES, L. O.; ALMADA, M. S. A promoção do bem-estar e a qualidade de vida: uma análise sobre a saúde mental. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 21-30, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6574/2016.v30n1a3>.

MARQUEZE, E. C.; MORENO, J. A. A importância do bem-estar na saúde coletiva: uma análise crítica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 1, p. 123-134, 2005.

MARTINS, F.; SOUZA, T. Representações Sociais sobre Saúde Mental: um estudo

com gestores. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, n. 1, p. 22-34, 2021.

MARTINS, J. A.; MICHALOSKI, L. H. A relação entre qualidade de vida e saúde: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, n. 2, p. 175-182, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6574/2015.v29n2a3>.

SIQUEIRA, M. M. M. **Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MEYER, C.; GUIMARÃES, A. C. A.; MACHADO, Z.; PARCIAS, S. R. Qualidade de vida e estresse ocupacional em estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, n. 4, p. 489-498, out. 2012.

MINAYO, M. C.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

NEVES, J. M.; SILVA, A. R.; OLIVEIRA, T. S. A influência da atividade física na qualidade de vida de adultos: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 22, n. 1, p. 45-52, 2017.

PASCHOAL, Tatiane; TORRES, Cláudio V.; PORTO, Juliana Barreiros. Felicidade no trabalho: relações com suporte organizacional e suporte social. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, n. 3, p. 1-20, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/LTYcnrsX4NFGBBLvkvvQphb/>.

REIS, A. L. P. P.; FERNANDES, S. R. P.; GOMES, A. F. Estresse e fatores psicossociais. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 4, p. 712-725, dez. 2010.

RIBEIRO, H. K. P.; SANTOS, J. D. M.; SILVA, M. G. E.; MEDEIRO, F. D.A. ; FERNANDES, M. A. Transtornos de ansiedade como causa de afastamentos laborais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, p. e1, 2019.

SADIR, M. A.; BIGNOTTO, M. M.; LIPP, M. E. N. Estresse e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 45, p. 73-81, jan. 2010.

SANTOS, C. C. A.; GOMES, N. R.; SANTOS, K. O. B.; MEDEIROS, A. M. Avaliação dos aspectos psicossociais do trabalho no Brasil no contexto da saúde do trabalhador: uma revisão de escopo. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 49, p. e9, 2024.

SANTOS, J. L. G.; ERDMANN, A. L.; MEIRELLES, B. H. S.; LANZONI, G. M. M.; CUNHA, V. P. ; ROSS, R. Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 26, n. 3, p. e1590016, 2017.

SANTOS, J. C; SANTOS, M. L. C. Descrevendo o estresse. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, João Pessoa, n. 12, p. 51-57, set. 2005. ISSN 2447-9187. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/312> Acesso em: 24 set. 2024.

SANTOS, P. W. D. S.; COSTA, M. A.; PINTO, R. G. S.; FRANCO, K. S., COELHO, R. F.; SANTOS, Y. M. R. D. S.; SARDINHA, A. H. D. L. Analysis of anxiety and work stress in primary health care professionals. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. e26210615763, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15763>. Acesso em: 9 out. 2024.

SCLIAR, M. História do conceito da saúde. **Physis: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003>.

SILVA, A. B.; SCHRAIBER, L. B.; MOTA, C. P. A. Reflexões sobre a promoção da saúde e a formação de profissionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. e00117618, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00117618>.

SILVA, A.G.; ROCHA JÚNIOR, A. Trabalho, estresse e qualidade de vida: como lidar com esses três fatores. In: OLIVEIRA, A. L. de; CASTRO, P. F. de (org.). **Psicologia: diversos olhares**. Taubaté: EdUnitau, 2017. 557 p. e-book. Disponível em: <https://www.unitau.br>. ISBN 978-85-9561-019-4.

SILVA, G. N. (Re)conhecendo o estresse no trabalho: uma visão crítica. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 51-61, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36298/gerais2019120105>. Acesso em: 16 set. 2024.

SILVA, R.; PEREIRA, J. Transtornos mentais em trabalhadores: um estudo na Universidade de Brasília. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 16, n. 4, p. 200-210, 2018.

SILVA, S. F. da. **Estresse ocupacional: uma análise à luz dos estressores, reflexos e ações interventivas na percepção dos servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**. 2017. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4386> Acesso em: 24 set. 2024.
SIQUEIRA, A. F.; PADOVAN, M. P. Educação em saúde: uma abordagem crítica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 32, n. 1, p. 90-96, 2008.

VASCONCELOS, A.; FARIA, J. H. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 453-464, set. 2008.

VIANA, M. B. **Mudanças nos conceitos de ansiedade nos séculos XIX e XX: da Angstneurose ao DSM-IV**. 2010a. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

VIANA, M. B. Freud e Darwin: ansiedade como sinal, uma resposta adaptativa ao perigo. **Natureza Humana**, v. 12, n. 1, p. 1-33, 2010b. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302010000100006. Acesso em: 25 set. 2024.

PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA

A ARQUITETURA COMO LINGUAGEM SIMBÓLICA DO INCONSCIENTE: A RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURAS DE CONCRETO E ESTRUTURAS PSÍQUICAS¹⁷

Amanda Vieira Giunta

Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues

INTRODUÇÃO

A arquitetura exerce uma influência direta sobre como cada indivíduo vê a si mesmo e os outros, como dito por Huskinson na obra *Arquitetura e Psique* (2021): “As características da arquitetura podem impactar nosso bem-estar com resultados positivos ou negativos” (pág. X) – ou seja, o ambiente físico é um espelho que molda a interioridade de cada um. James Hillman observou em *Cidade & Alma* (1993) que problemas arquitetônicos geram problemas psicológicos. Portanto, o sofrimento psíquico não deve ser visto como individual e sim espacial e coletivo. Apesar disso, as cidades não devem ser vistas como vilãs, e sim como possibilidades de mudar os aspectos inconscientes de cada um:

A psicologia pertence às cidades, tem se discutido que a vida urbana é responsável pelas doenças psíquicas. [...] A alma adoece com a tensão urbana. Uma das fantasias favoritas da humanidade é a de que a alma perto da natureza vive melhor e, portanto, necessidade de diminuir seu ritmo para encontrar o da natureza, pois nas cidades a alma se torna sofisticada e corrompida (Hillman, 1993, p. 37).

Hillman (1993) também menciona que a percepção de realidade é modificada por aspectos inconscientes. Portanto, o sofrimento cotidiano encontra sua raiz não apenas em elementos visíveis, mas também nos elementos que não são perceptíveis e, mesmo não sendo vistos, não significa que não existam. Como dito por Helal et al. (2022), ao escolher o design de sua casa, o indivíduo dá vazão aos pensamentos e experiências pessoais. Até mesmo pequenos detalhes são notados pelo inconsciente, isso significa que a arquitetura pode ativar emoções e estados psíquicos de forma sutil, mas eficaz e intensa. De acordo com Heller (2022), o ser humano conhece mais

¹⁷ Revisão de língua portuguesa realizada por Mariangel de Faria Vieira.

sentimentos do que cores, fazendo assim com que essa correlação entre espaço e ser humano seja não só visual, mas também afetiva e simbólica.

Assim, não só a construção, mas a decoração também se mostra como uma extensão do sujeito, afinal, a personalidade pode ser definida como uma combinação única de padrões emocionais, de comportamento e de atitudes, podendo ser vistos no ambiente que cada um escolhe para viver (Helal et al, 2022). A troca entre indivíduo e ambiente não é neutra, muito pelo contrário, assim como cada um interage com o cenário de uma forma, a arquitetura também afeta a psique de maneiras diferentes, despertando sensações, estimulando comportamentos e criando uma reflexão de como cada um se percebe no mundo. Essas sensações trazem uma necessidade – inconsciente – de internalizar as qualidades percebidas nesses espaços, tornando-as parte da identidade do sujeito (Huskinson, 2021).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Indivíduo e ambiente

Do ponto de vista da psicologia analítica, a personalidade humana não é fixa, muito pelo contrário, é vista como dinâmica e estrutura-se por meio da interação contínua entre o ego e o inconsciente. Quando há negligência de um, a personalidade pode ter um desequilíbrio profundo. O ego necessita do inconsciente para se manter volátil, caso o inconsciente seja suprimido, não terá espaço para emergência na consciência, tornando-se alienado e rígido criando um indivíduo desconectado da realidade. Ao mesmo tempo, se houver domínio total do inconsciente, o ego se fragiliza e dissolve. Nesse caso, o sujeito torna-se confuso e desorganizado emocionalmente, não sendo capaz de se diferenciar do mundo externo (Huskinson, 2021).

Uma poderosa mediadora simbólica, nesses casos, é a arquitetura. Os edifícios – principalmente aqueles com os quais há um vínculo afetivo (mesmo que seja apenas rotineiro) – ajudam a conciliar os desejos opostos da psique, oferecendo estrutura e orientação, o que é extremamente necessário para o equilíbrio psicológico. Esses edifícios fornecem a orientação necessária para que os impulsos e desejos sejam reorganizados. O papel dos edifícios, nesse caso, é o de suporte simbólico e afetivo. Ao estar em um espaço bem projetado, o indivíduo se sente abrigado não apenas fisicamente, mas também psicologicamente, recebendo a confirmação de sua própria estabilidade interna. Os elementos arquitetônicos trazem ao ego uma sensação de

permanência, ajudando em sua relação com o inconsciente. Assim, o ego se fortalece e lida melhor com angústias profundas (Huskinson, 2021).

Arquitetura como experiência simbólica do self

Uma arquitetura simbólica e viva é o agente transformador do eu. Além de abrigar as projeções e o corpo físico, ela também traz revelações importantes que, quando percebidas, obrigam o indivíduo a rever seu espaço no mundo interno e externo. Para um edifício ser transformador, deve ser cauteloso, confuso e enigmático; um ambiente que é lido facilmente não trará mudanças inovadoras. A percepção imaginativa só ocorre quando o sujeito é obrigado a olhar novamente, repensar suas ideias sobre o ambiente e se reinventar através do desconhecido (Huskinson, 2021).

De acordo com Huskinson (2021), essa relação entre sujeito e arquitetura torna-se uma jornada com diversas “fases”, sendo a primeira marcada pelo contato inicial. Esse primeiro contato seria o encontro, ou seja, o primeiro momento em que o indivíduo se sente afetado pela presença do edifício. Após esse momento, se inicia uma etapa de identificação, nela as características do local passam a ressoar internamente no observador, despertando afetos e memórias reprimidas. A última fase – que pode acontecer ou não, dependendo da profundidade desse encontro – traz um momento de transformação profunda, nele, o inconsciente libera o material simbólico encontrado no local, fazendo com que haja a necessidade de uma reforma interna. Com o tempo, um novo sentimento aparece e algo se organiza, o medo é substituído pela surpresa. Huskinson (2021) cita esse acontecimento como uma travessia simbólica; o sujeito passa a não ser mais o mesmo, e mesmo não sabendo explicar, sente as mudanças internas. A autora chama o que ocorre a seguir de *insight* arquitetônico, que seria um *insight* da consciência que é despertado por meio de uma experiência simbólica com o ambiente. O sujeito é reorientado em relação a si mesmo e ao mundo, sentindo-se mais sintonizado com a realidade em que está inserido no momento.

As características ambíguas dos edifícios ativam essa exploração, já que fazem com que o sujeito contemple, pause, respire e reflita, surgindo assim a necessidade de uma espécie de escavação simbólica, onde ele atentamente busca detalhes ocultos em si e na construção, projetando fantasias sobre o local. A arquitetura se torna um labirinto que dança com os olhos e sentimentos de quem a percebe e, durante o caminho, mostra detalhes esquecidos do *self*. O inconsciente sente esses ambientes como um show, ele se impressiona, mas não se transforma genuinamente. O foco é na performance e não

no simbólico, já que os edifícios refletem apenas os valores egóicos, não provocando uma mudança positiva no *self* (Huskinson, 2021).

Um exemplo dessas construções são os arranha-céus – espelhados, imensos e dominadores – seduzem os olhos e o ego, entregando uma profundidade inexistente. Esses projetos não têm segredos, não entregam surpresas. Não há nada escondido para o inconsciente procurar. Eles fazem um convite para o indivíduo se ver em seus reflexos, mas entregam apenas o que literalmente se vê. Trazendo o entorpecimento ao invés do sentimento, esses projetos revelam a vaidade e a superficialidade por trás de seus criadores. São formas feitas para serem expostas, fotografadas e aplaudidas – deixando o ego realizado e a alma vazia. Huskinson (2021) nomeia-os como projetos de arquitetura narcísica, já que desestimulam a identificação mimética.

Não há um encontro transformador, muito pelo contrário, esses ambientes não podem ser considerados saudáveis para a psique, já que não fornecem o mistério e muito menos a matéria simbólica. A predominância dessas construções nas cidades atuais demonstra a colonização do ego moderno. O edifício mais barato e funcional passa a ser o mais desejado e – erroneamente – há uma percepção de que quanto mais econômica e funcional é uma construção, mais qualidade ela oferece. Essa lógica tornou as cidades lotadas de edifícios que, de acordo com Huskinson (2021) são “neuróticos e prejudiciais”. Esses espaços não contêm alma, não são lar; como resultado, ao invés de trazer uma reorganização da psique, trazem um congelamento e entorpecimento da alma, silenciando-a.

Para solucionar esses problemas, é necessário desfocar, sair do ciclo de produtividade e controle, ou seja, é necessário se livrar dessa neurose. Ao suspender a atenção focada, o inconsciente consegue se libertar e iniciar um processo imaginativo, fugindo da lógica racional, voltando a pensar simbolicamente e entrando em equilíbrio com o ego. Apesar de contraditória, a feiura pode se mostrar mais eficaz em um edifício quando se busca tocar a alma. Para Hillman (apud Huskinson, 2021), a feiura mais do que sua contraparte estética, a beleza, incita um forte sentimento-resposta dentro de nós (Huskinson, 2021, p. 195). Nesse caso, o feio não é o grotesco, e sim o complemento simbólico de beleza, o diferente, que perturba a harmonia e provoca o ego.

A feiura pode quebrar o “piloto automático” e fazer com que o sujeito passe a vivenciar novamente o espaço, facilitando o acesso para zonas profundas da psique. Ao incomodar, o ego se sente ameaçado e a psique se move, a partir daí, algo novo pode surgir. Assim, não é um edifício perfeito que fará a alma florescer, muito menos o funcional e nem sempre o monumental, e sim, uma arquitetura surpreendente, perturbadora que fará com

que o sujeito saia da zona de conforto e se reencontre com seu eu mais profundo. Mesmo que não pareça, um edifício feio pode convidar ao acesso do profundo mais do que um edifício visualmente agradável. A feiura força o indivíduo a perceber o que estava despercebido, fazendo com que o observador se sinta obrigado a parar e observar suas características únicas. Ao se deparar com um edifício comum, isso não ocorre, afinal, ele é exatamente como aparenta, não é necessária uma percepção profunda para compreendê-lo (Huskinson, 2021).

Um projeto arquitetônico considerado como feio suspende o automatismo; ao frustrar as expectativas do ego, ele desloca o olhar, fazendo com que o sujeito acesse uma dimensão afetiva, simbólica e inconsciente. De acordo com Huskinson (2021), esse acesso leva ao contato direto com o ambiente, além do lógico e material. Mas para que a feiura seja transformadora, ela não deve confrontar o ego de forma brutal, ou seja, não deve causar uma resistência. Se o ambiente for demasiadamente desagradável, o ego pode rejeitá-lo, fazendo com que não haja eficácia em sua existência além da repulsa (Huskinson, 2021).

Quando há a projeção de aspectos da psique de um sujeito sobre o edifício, há um envolvimento simbólico, e a entrega passa a ser vista como um empréstimo, ou seja, a projeção vem com um desejo de interagir e se fundir àquele local, adentrando qualidades e experiências guardadas ali e devolvendo a profundidade psíquica. Mostrando então que as expectativas estavam corretas, a arquitetura também se envolve com o indivíduo, afetando-o, modificando suas ideias mais íntimas, alimenta-o com suas diferentes formas, texturas e cores e enriquece-o com sua atmosfera. Huskinson (2021) nomeia essa resposta como “introjeção” ou “incorporação”. Dessa forma, há reciprocidade simbólica na relação entre sujeito e espaço.

Essa dinâmica é chamada pela autora de mimese ou mimetismo, sendo um “intercâmbio criativo e vital”; dizer que um imita o outro seria uma forma errônea e grotesca de ver tal troca, já que envolve tantos afetos e consegue ainda encontrar paralelos com a vivência da infância através de arquétipos. Quando projeta seus afetos mais íntimos em um ambiente, o indivíduo se sente “segurado” por ele, se lembrando da experiência primária que teve ao ser contido por alguém. Essa continência afeta profundamente o bebê, independente se está sendo segurado por um objeto humano ou não. Um objeto que captura a atenção do bebê já ganha, em seu inconsciente, o papel de recipiente de afeto, ou seja, a criança se sente “segurada”.

Cidade e alma

Há aqueles que acreditam que o ser humano só pode ser completo na natureza, desejando abandonar as cidades e se entregar para os instintos, porém Hillman (1993) enfatiza que a alma e a cidade não devem ser colocadas como opostas e que almas sem cidade seriam “almas [...] que abandonaram a civilização pela cela de um eremita ou a clareira de um hippie na floresta” (Hillman, 1993, p. 38). Ou seja, não há a necessidade do distanciamento das cidades para restaurar a alma e sua conexão com ela, “restauramos a alma quando restauramos a cidade em nossos corações individuais, a coragem, a imaginação e o amor que trazemos para a civilização” (Hillman, 1993, p. 38). O autor cita a associação da alma ao reflexo – de forma simbólica – e reconhece que, para que a experiência arquitetônica seja positiva, deve-se levar em consideração cada pequeno detalhe. Em cidades são encontrados espelhos, vidros, lagos e superfícies reflexivas que fariam muito bem o trabalho de refletir o que não pode ser visto a olho nu, mas essa reflexão só poderia ocorrer caso houvesse intenção simbólica, sem associação ao narcisismo.

Assim, a cidade torna-se mais do que um ambiente, passa a ser vida, convidando quem passa por ela a mergulhar em cada camada e vivenciar cada experiência que ela pode proporcionar. Hillman (1993) ressalta a importância desses espaços potencialmente perigosos que, de certa forma, atraem o observador. Uma cidade deve despertar o sentimento daqueles que estão vivendo em suas veias e artérias, explorando diversos conceitos e trazendo um sentido a cada espaço. Quando não há conexão – se não há emoção, não há conexão – ocorre a perda de sentido, a narrativa contada pela cidade passa a ser silenciosa, não há mais uma jornada simbólica, ou seja, o indivíduo não reconhece o espaço como reflexo de sua jornada interior, ocorrendo assim a “perda da alma”. Jung (1964) descreve a “perda da alma” como um vazio da consciência, no caso das cidades, o espaço seria ainda funcional, mas com total ausência da alma. Como afirma Huskinson (2021), “são abundantes as concepções errôneas sobre o que exigimos de nosso ambiente construído, até porque nossas respostas à arquitetura são muitas vezes difíceis de mensurar e, em grande parte, inconscientes” (p. XII), ou seja, a interação entre o ser humano e o espaço ocorre através de uma troca simbólica e emocional. Hillman (1993) propõe a interiorização do espaço, atribuindo a ele um significado interno. O autor descreve o processo como “ênfasis a interioridade daquilo que está à sua frente ou onde você está” (Huskinson, 2021, p. 39). Quando um espaço é enfatizado, ele deixa de ser um ambiente neutro e passa a carregar histórias e sentidos para o sujeito.

Uma alma silenciada busca desesperadamente por experiências e símbolos e ao não se encontrar nos espaços que frequenta, responde deixando rastros e marcas, como se encontrasse ali substitutos criados por ela própria – como artes de rua, cartazes e até mesmo grafites e pichações. Como dito por Hillman (1993), há um impulso arquetípico na ação de escrever no muro, como se fossem os ancestrais que escreviam nas pedras com as mãos, tocando o mundo e deixando suas histórias esperando que as pedras os toquem de volta. Essas “deformações” podem ser interpretadas como tentativas simbólicas desesperadas de reumanização daquele espaço, mesmo sendo algo grotesco ou sujo, o indivíduo busca deixar vestígios de si naquela superfície fria e distante, como se gritasse que passou por ali e que agora há alma naquele local. Esse gesto de marcar o local acaba sendo uma forma de resistência e, mesmo podendo ser rude, sinaliza que uma vida passou por ali e que aquele local é mais do que apenas um cenário, passando a ter uma simbologia própria de um ser que se recusou a ser apenas espectador (Hillman, 1993).

As relações humanas foram esquecidas no tecido urbano, o que torna esse desejo de “estar ali” desesperado. Uma alma dificilmente se manifesta de uma forma que seja difícil de compreender, muito pelo contrário, uma alma pulsa e observa silenciosamente o encontro de outros rostos. Os rostos são a superfície que tornam a alma visível – esses encontros se dão silenciosamente e por meio da contemplação. Uma cidade sem pausas, é uma cidade sem encontros, tornando-se apenas diversos corpos ocupando espaços e andando pra lá e pra cá sem nexos algum (Hillman, 1993).

Jung e o inconsciente coletivo

Carl G. Jung, embora tenha contribuído por muitos anos com Freud, se opôs à sua teoria quando entendeu que o psíquico teria mais uma camada além do inconsciente “freudiano” – o inconsciente coletivo. O criador da Psicologia Analítica sentia que o pai da Psicanálise não estava interpretando seus sonhos de maneira completa:

Freud, como já disse, interpretava incompletamente meus sonhos de então, ou nem isso. Eles possuíam um conteúdo coletivo, e uma considerável massa de material simbólico. Principalmente um deles me pareceu importante, levando-me pela primeira vez à noção do “inconsciente coletivo”. (Jung, 1986, p. 143).

Nesse sonho, Jung relacionou o inconsciente com uma casa:

Eis o sonho: eu estava numa casa desconhecida, de dois andares. Era a “minha casa”. Estava no segundo andar onde havia uma espécie de sala de estar, com belos móveis de estilo rococó. As paredes eram ornadas de quadros valiosos. Surpreso de que essa casa fosse minha, pensava: “Nada

mau!”. De repente, lembrei-me de que ainda não sabia qual era o aspecto do andar inferior. Desci a escada e cheguei ao andar térreo. Ali, tudo era mais antigo. Essa parte da casa datava do século XV ou XVI. A instalação era medieval e o ladrilho vermelho. Tudo estava mergulhado na penumbra. Eu passeava pelos quartos, dizendo: “Quero explorar a casa inteira!”. Cheguei então diante de uma porta pesada e a abri. Deparei com uma escada de pedra que conduzia à adega. Descendo-a cheguei a uma sala muito antiga, cujo teto era em abóbada. Examinando as paredes descobri que entre as pedras comuns de que eram feitas, havia camadas de tijolos e pedaços de tijolo na argamassa. Reconheci que essas paredes datavam da época romana. Meu interesse chegara ao máximo. Examinei também o piso recoberto de lajes. Numa delas, descobri uma argola. Puxei-a. A laje deslocou-se e sob ela vi outra escada de degraus estreitos de pedra, que desci, chegando enfim a uma gruta baixa e rochosa. Na poeira espessa que recobria o solo havia ossadas: restos de vasos, e vestígios de uma civilização primitiva. Descobri dois crânios humanos, provavelmente muito velhos, já meio desintegrados. - Depois, acordei (Jung, 1986, p. 143).

Ao dividir o inconsciente em dois níveis, Jung amplia esse entendimento. A primeira camada seria o inconsciente pessoal – que abriga lembranças e traumas individuais, é mais próximo do solo, porém ainda abaixo dele. A segunda camada seria o inconsciente coletivo, que é formado por arquétipos universais e padrões simbólicos que são comuns para toda a humanidade. Ambos os níveis são “andares” da construção simbólica da mente e os conteúdos mais profundos – comparados com raízes de uma árvore – permanecem ocultos sob a superfície, o que não os impede de sustentar o que está ali acima. Seguindo da mesma forma, Huskinson (2021) reforça a ideia de que a mente pode ser viva como um edifício que está em constante reforma, não apenas uma estrutura, mas uma estrutura viva, com diversos níveis, símbolos e que está sempre em expansão. Essa expansão deve ocorrer também nos corpos daqueles que o habitam, afinal, ao caminhar, o sujeito muda a percepção, ativando todos os sentidos e compreendendo o ambiente de uma forma diferente.

O corpo humano e projetos arquitetônicos

Como dito por Huskinson (2021), desde a antiguidade há a associação dos pensadores do corpo humano e a arquitetura. O engenheiro Vitrúvio escreveu entre 13 e 15 a.C. a proposta de que “toda composição arquitetônica deve ser um sistema exato de correspondência à semelhança de um ser humano bem formado” (Huskinson, 2021, p. XVI), Leonardo da Vinci também exemplificou essa conexão com o Homem Vitruviano, que alimentou essa tradição. Essa correspondência seria da seguinte forma: as colunas seriam os ossos, os painéis representam os músculos e o acabamento seria a pele, assim, a cidade teria uma anatomia mais simbólica.

Por vários séculos essa metáfora foi reforçada por Leon Battista Alberti, Filarete - "os edifícios devem ser projetados de acordo com a parte mais bela da anatomia humana, a cabeça e suas partes constituintes - com o vão ocupado pela porta formando uma boca, e as janelas acima, os olhos" (Huskinson, 2021, p. XVII). O edifício se torna uma linguagem, abrigando, revelando aspectos inconscientes e transformando as almas. Essa troca se revela na busca do sujeito por experiências arquitetônicas, "somos atraídos a características arquitetônicas específicas para facilitar vários processos de pensamentos e formular ideias" (Huskinson, 2021, p. XVII). Esse processo ocorre através de mímica, o indivíduo projeta no ambiente partes dele mesmo, se identificando simbolicamente. De forma inconsciente, as fachadas são vistas como rostos, os olhos e bocas são reconhecidos também e até mesmo os sentimentos são buscados nesse ambiente. Essa busca pela identificação visual explica a razão pela qual algumas formas são vistas como reconfortantes, outras trazem inquietação ou até mesmo medo.

Além disso, ainda seguindo a tradição em que edifícios e paisagens são utilizados como símbolos para o corpo humano – Freud (apud Huskinson, 2021) faz a comparação de escadas com vaginas, por exemplo – essas paisagens aparecem especialmente em sonhos como meios de expressão do inconsciente. Não apenas durante a noite, mas em qualquer momento do dia, essas imagens aparecem como uma forma de compreender sensações e pensamentos. O pai da Psicanálise acreditava que quando se compreende essa ligação entre corpo e arquitetura, "os sonhos se tornam inteligíveis" (Huskinson, 2021). Essas representações explicam o porquê é possível observar rostos ou formatos que lembrem o corpo humano em estruturas arquitetônicas, associando-os também a estados mentais. Essa identificação inconsciente é natural e ajuda a organizar o pensamento.

A alma necessita de entrega, de intimidade, e essas vulnerabilidades não moram na grandeza das construções ou nos ambientes cheios de concreto, e sim, no contato genuíno e simbólico. "Desde o início, o propósito da construção de uma cidade foi algo instintivo nos seres humanos: querer estar junto, imaginar, falar, fazer e trocar" (Hillman, 1993, p. 42). As cidades foram construídas, primeiramente, no intuito de fortalecer essas trocas, buscando uma expressão coletiva da alma humana. Contudo, a limitação de grandiosidade pode negligenciar as almas que transitam pelo local, tornando-as feridas, raivosas e infantis. E como resultado, ela ataca, devolvendo a fúria com que lhe foi atacada, com uma violência simbólica que ataca monumentos, perturba a ordem e reivindica a profundidade perdida – dessa vez, não mais agindo silenciosamente (Hillman, 1993).

De acordo com Hillmann (1993), o bem-estar urbano é, primeiramente, um problema psicológico e de alma. Uma cidade sem espaço para o diálogo de almas precisará lidar com seus gritos de expressão. Nos tempos antigos, quando se pensava em bárbaros, vinha em mente a figura de forças externas e hostis, porém, na atualidade, os bárbaros estão em todos os lugares. São aqueles ignorados pelas cidades, abandonados ao relento, aqueles com os quais o ambiente não dialoga. Uma cidade cega tem indivíduos desesperados – buscando serem vistos – destruindo o que não reconhecem como casa, como lar, acabando com o que promete afeto, mas não cumpre.

Uma cidade com um espírito grandioso não é suficiente. Não são suficientes palácios e monumentos, museus, catedrais e arcadas que se dirigem aos céus. Uma cidade que negligencia o bem-estar da alma, faz com que a alma busque bem-estar de forma degradante e concreta nas sombras desses mesmos reluzentes arranha-céus. Bem-estar, um fenômeno específico das cidades não é apenas um problema econômico e social, mas predominantemente um problema psicológico. A alma que não for cuidada – quer seja na vida pessoal, quer na vida da comunidade – torna-se uma criança raivosa. Ela assalta a cidade que a despersonalizou com uma raiva despersonalizada, uma violência contra os próprios objetos que representam a falta de alma uniformizada (Hillman, 1993, p. 42).

Uma arquitetura que busca apenas o poder, se esquece da alma. Portanto, um ambiente saudável deve buscar a escuta, a entrega, o sutil e, principalmente, o simbólico e a contemplação. A psique ressoa com o espaço em que está inserida, cada detalhe – luz, parede, móvel, altura – conversa com o *self* e molda-o. De acordo com Hillman (1993) um sujeito habita um espaço da mesma forma como habita a si mesmo. Uma cidade com vida não é uma cidade com outdoors e torres corporativas, e sim nos lugares em que não se imagina – em corredores, estradas, salas silenciosas, em indivíduos que se sentam na grama para contemplar o céu. Nesses pequenos silêncios do dia a dia há uma leve oportunidade para a alma repousar (Hillman, 1993).

Arquitetura e normalidade

Muitos filósofos sugerem que o ser humano projeta no mundo seus valores e verdades – essa projeção ocorre por conta de uma busca ansiosa por sentido – fazendo com que a realidade seja transformada em algo compreensível. Como dito por Huskinson (2021) a vida passa a ser significativa quando o indivíduo projeta sua necessidade de significado, ou seja, o mundo não entrega as respostas, ele apenas serve como um espelho para a coerência simbólica que lhe é atribuída. A arquitetura passa a ser primordial nesse processo, já que os edifícios servem como molduras para a

estruturação do *self*, estabilizando e orientando a psique diante de possíveis tensões da vida. Assim como a firmeza, eles também proporcionam uma abertura que dificulta a estagnação; o sujeito precisa de limites, mas também necessita se abrir para a mudança, se abrindo assim, para o simbólico (Huskinson, 2021).

A ansiedade espacial ilustra esse impacto emocional causado pela relação do sujeito com o espaço. A contenção pode ser excessiva, o que causa um sufocamento; ao mesmo tempo, um ambiente sem limites e excesso de exposição também podem ser vistos como um problema. Esses sintomas demonstram a necessidade de um bom espelhamento do estado interno do sujeito. O espaço físico deve ser visto como, de acordo com Huskinson (2021), um território de (des)encontro – ambos os casos devem ter a devida atenção – com a interioridade do sujeito.

Han (2022) cita a tendência da sociedade atual na busca pela autenticidade, essa busca passa a ser compulsiva, fazendo com que o sujeito se sinta pressionado a produzir um “eu autêntico”, fabricando a própria essência rapidamente. Quando isso ocorre, o indivíduo não busca a si mesmo, mas sim, uma imagem que o faça ser aceito no coletivo. O mesmo ocorre nos edifícios, a busca pelo autêntico pode parecer forçada e transformar o local em repulsivo ou confuso para os habitantes. A exigência se torna uma armadilha para o eu, fazendo com que a vida seja uma performance constante. O autêntico passa a ser uma imposição, sufocando a complexidade do sujeito. Mesmo com a busca pelo autêntico, o “anormal” ainda é deixado de fora, o que pode ser visto nas sociedades como a exclusão de perturbações emocionais, principalmente o que remete ao sofrimento, seja ele visto como dor física, emocional, fracasso ou luto. Os espaços urbanos reproduzem essa lógica evitando o caos e silenciando o que aparenta a tristeza do ser humano.

Como dito por Byung-Chul Han (2022), o que é reprimido, retorna de outra forma, e nesse caso, o sofrimento surge como violência, mas uma violência voltada para si, afinal, “não existe o outro”. Quando não há mais espaço para o incômodo externo, o sujeito volta contra si mesmo, se destruindo da mesma forma como se sentiu destruído. Principalmente nas cidades grandes, essa lógica se mostra na higienização das principais vias de convivência, os ambientes tentam ser limpos, previsíveis e neutros quando se trata de emoções. Os espaços públicos são silenciados e os sentimentos considerados negativos passam a ser tabus, sendo banidos do convívio. Essa cidade higienizada se torna um bloqueio para o movimento criativo da subjetividade e dos afetos. A tentativa de expulsar o imprevisível, o caos, exclui a capacidade da experiência. Infelizmente, sem o imprevisível, não há crescimento, o indivíduo pode se tornar estagnado, já que

não se reorganiza e não se sente atravessado por nada. Os edifícios devem ser projetados não apenas na intenção de reforçar o ideal estético de pureza, e sim na intenção de imaginar espaços que levem acolhimento a incompletude humana, esses espaços devem abrigar o erro, o silêncio, o incômodo e o errado. Assim como as cidades, a alma também necessita de sombras e ruínas para crescer e se desenvolver. A normatização também tem como resultado a exclusão simbólica do outro, tornando seus habitantes seres egóicos e com dificuldades em conviver em sociedade.

Previsibilidade e exclusão do outro

A linha entre o que desestabiliza e o que atrapalha é extremamente tênue, mesmo se a intenção for a de revolucionar, ao criar um edifício com características muito específicas, pode-se alcançar apenas um vazio – de alma e de imaginação. Portanto, o espaço deve ser aberto ao simbólico, removendo os padrões que podem atrapalhar o processo do inconsciente (Huskinson, 2021).

Edifícios projetados para ignorar as convenções e expectativas de nossas sensibilidades egóicas podem ser tão problemáticos quanto os edifícios banais e previsíveis contra os quais tais projetos reagem. Um dos perigos de projetar no intuito de ser uma reação simples contra as falhas de convenções ultrapassadas reside no fato de que uma nova “convenção”, um novo “tipo” ou “estilo” arquitetônico é simplesmente criado como uma substituição – suscetível de ser tão decepcionante quanto a arquitetura que procurou superar (Huskinson, 2021, p. 237).

Quando se parte do extremismo em um projeto, ele deixa de inspirar e passa a ferir – independente se a arquitetura é genérica e normativa ou excêntrica, a resposta pode ser negativa. Essa resposta se dá como uma tentativa de compensação do extremo observado no local; o sujeito passa a buscar aquilo que sente que o edifício não deseja oferecer a ele. Uma arquitetura previsível, pode ter como reação negativa o vandalismo, por exemplo. O indivíduo busca uma reconfiguração rápida do local, tentando deixar no ambiente estéril um pedaço de si, como se estivesse trazendo sua alma para as paredes previsíveis que ali vê. Uma arquitetura excessivamente excêntrica pode se perder em si própria, o que resulta em uma rejeição; o habitante não consegue se identificar com o local, já que o que está habitando é tão grotesco que não ressoa consigo mesmo e nem com suas vivências e experiências. Caso não haja a identificação do sujeito com o ambiente que habita, há um colapso na função simbólica que o local oferece. Huskinson (2021) cita a importância de um espaço simbólico – que nem grita a ponto de não permitir outros sons e nem silencia a ponto de enlouquecer. A autora menciona que uma

aproximação “de sucesso” seria em silêncio. O edifício não deve ser visto como um espetáculo, mas como um acolhimento discreto, um local que não precisa chamar para ser visto, mas que é tão simbólico, que o sujeito procura por ele (Huskinson, 2021).

As construções que oferecem uma continência simbólica, permitem a exploração do que nos é incerto tanto no mundo interno quanto externo. Para ser considerado verdadeiramente habitável, um espaço deve conter e libertar ao mesmo tempo, oferecendo uma estrutura que não aprisiona, que direciona, mas não obriga o sujeito a ir para um caminho específico. Han (2017) aponta que as patologias psíquicas vistas atualmente nascem de excessos internos, mesmo sendo vistas como problemas provindos de turbulências sociais.

Doenças neuronais como depressão TDAH ou burnout determinam a paisagem patológica do começo do século XXI. Não são infecções, mas infartos, provocados não pela negatividade de algo imunologicamente diverso, mas pelo excesso de positividade (Han, 2017, p. 8).

Esses colapsos são gerados pelo excesso de busca da positividade e do desempenho. A busca pela hipervisibilidade – não há surpresas, tudo é visível, nada fica oculto – resulta no retraimento da alma, que não encontra um recinto para repousar. A arquitetura passa a ser um ambiente adoecido, que mostra o sintoma da sociedade (Han, 2017).

Pela defesa, afasta-se tudo que é estranho. O objeto de defesa imunológica é a estranheza como tal. Mesmo que o estranho não tenha nenhuma intenção hostil, mesmo que ele não represente nenhum perigo, é eliminado em virtude de sua alteridade (Han, 2017, p. 9).

Uma arquitetura sem estranhamento é uma arquitetura sem mistério, sem a capacidade de provocar a imaginação, o que faz com que o inconsciente não se sinta acolhido. Para que a sociedade volte a celebrar a delicadeza, os edifícios devem incorporar o diferente, abandonando o adoecimento por conta do excesso de positividade e reabrindo os caminhos para o sagrado, sendo um lar onde o sujeito se sinta confortável para se reencontrar consigo mesmo (Han, 2017).

A violência sentida pela humanidade não traz o choque e nem se mostra facilmente, muito pelo contrário, pode ser vista como um sintoma silencioso, escondido sob o véu da positividade – disfarçada de bem-estar e liberdade. O igual em excesso também é visto como violento, afinal, se todos são iguais, o ambiente não muda, não cresce e nem evolui, os sentidos não são aguçados, a imaginação se torna fraca e os estímulos buscados no ambiente passam a ser procurados em outras fontes. Uma

sociedade marcada pelo excesso de negatividades do “não” é criadora de delinquentes, mas uma sociedade que preza pelo positivo e pelo excesso de desempenho, cria indivíduos depressivos e que possuem mais chances de “fracassar”. O único competidor do sujeito é ele próprio, não há mais competição. O ideal é a superação de si mesmo, otimizando-se e mostrando-se cada vez mais eficientes. Essa superação mostra indivíduos extremamente egóicos, sem noção da realidade externa e sem sensibilidade. A liberdade em obedecer a si mesmo não é a causa do esgotamento, e sim a pressão do desempenho constante. Esse processo consome a alma e o resultado é o cansaço, a apatia e a perda de sentido, ninguém sabe mais o porquê de estar vivendo. De acordo com Han (2017), a síndrome de burnout não é apenas o colapso do self, mas também o apagamento da alma.

Han (2017), cita a depressão como o resultado de uma humanidade que está em guerra consigo mesma, nessa guerra não existe inimigo externo e nem nada além do silêncio e um confronto invisível. O excesso de positividade também se manifesta na abundância de estímulos e informações que fragmentam a atenção, já que são tantas coisas para serem vistas, que os olhos se cansam e o cérebro não consegue computar; o sujeito passa a apenas correr os olhos ao invés de observar. A arquitetura como evento simbólico deve resistir, não sendo transparente e nem imediata, trazendo o acolhimento e a pausa necessários para que o indivíduo possa ouvir a si mesmo longe de todo o barulho causado pelos diversos estímulos externos – e até mesmo internos. A arquitetura tem o papel de silenciar os ruídos desnecessários e trazer novos sons para a ressignificação de si. Entender como a previsibilidade e a exclusão moldam as estruturas internas de um ser demonstra a necessidade em perceber como a arquitetura se relaciona com os aspectos psíquicos profundos de um sujeito.

Arquitetura e estrutura psíquica

Não se pode ver os edifícios apenas como estruturas de concreto, ferro ou tijolos; eles devem ser interpretados como símbolos da identidade humana. Cada projeto que sai do papel carrega consigo uma história com aspectos coletivos e individuais de cada um que a concebe e dos que a habitam. Esses aspectos ressoam não apenas em nível pessoal, mas também coletivo, já que eles funcionam como um espelho, provocando experiências de autorrevelação. Segundo Huskinson (2021), a arquitetura tem se tornado um recurso para representar a estrutura da mente. Para essa compreensão, há um “modelo arquitetônico do ser”, que constrói uma forma de compreender a psique, esse

modelo utiliza não apenas a estrutura do edifício, mas sua representação simbólica do interior. Esse modelo auxilia no acesso de conteúdos reprimidos, estimulando novas compreensões e revelando novos pensamentos.

Apesar de ser um espelho, a arquitetura também tem a capacidade de provocar. Sua presença causa no indivíduo a necessidade de refletir e ativar memórias, sendo o símbolo da psique humana. Ao observar um edifício, o sujeito pode estar observando a si mesmo, simbolicamente, observando os detalhes, proporções, texturas e formas. Cada detalhe revela um sentimento, que pode estar reprimido, ou até mesmo desejos inconscientes. Esses afetos podem estar não só presentes no observador, mas também em todos os seres humanos, em forma de imagens do inconsciente coletivo. Um local opressor apenas inibe a imaginação, não fornecendo ao sujeito uma percepção além da literal, que valoriza apenas o útil e o funcional – essas características demonstram um espaço que não permite ser interpretado. Ao contrário da indiferença, um espaço envolvente traz uma ambiguidade simbólica, não sendo percebida apenas pela sua beleza ou funcionalidade, e sim pelas contradições presentes em suas texturas e cores (Huskinson, 2021).

Uma arquitetura evocativa é, portanto, aquela que nos impressiona pelas complexidades, ambiguidades e contradições de seu projeto, com suas várias tensões de espaços, materiais e formas sólidas contrastantes. Projetos arquitetônicos que incorporam tensões por meio de suas características ambíguas e contraditórias podem atrair a atenção da imaginação e colocar em movimento seus processos inconscientes (Huskinson, 2021, p. 226).

Essa tensão desperta a imaginação, tornando os habitantes mais do que meros espectadores. Assim, o sujeito se restaura, saindo da observação lógica e se conectando com uma versão mais profunda de si. Huskinson (2021) ressalta que, ao quebrar a “concha refletora do arranha-céu”, os sentidos podem explorar as diversas texturas e formas que tem à sua disposição. Ao se deparar com a quebra do padrão repetitivo, o sujeito volta a se sentir na realidade, já que se envolve com as formas, passa a compreender a textura e se envolve não só de corpo, mas também de alma. Huskinson (2021) cita esse momento como uma espécie de acontecimento simbólico, uma mudança de presença, a partir do contato, passa a haver alguém vivenciando o espaço, e não apenas vendo-o. Esse encontro entre edifício e sujeito é extremamente rico e importante para trazer de volta não só a sensibilidade, mas o senso de “quem sou eu perante o mundo?”.

Muitos pensadores afirmam que o ser humano só consegue lidar com a realidade porque a organiza simbolicamente. Há uma criação de valores e verdades que

faz com que a vivência tenha uma coerência interna, mesmo que mínima, diante da imensidão da vida. Os significados que sustentam a vida do sujeito são projetados nos edifícios de convivência, apesar dessa projeção ser importante, também pode ser perigosa, já que pode se tornar uma prisão, que faz com que a visão seja rígida, estreita e o indivíduo sinta que deve se defender do mundo. Essa atração pelas formas arquitetônicas é espontânea e reflete uma estrutura que facilita a organização de pensamentos. Os elementos atuam em níveis inconscientes, o que gera uma sensação de pertencimento ao ambiente, fazendo com que os pensamentos fiquem claros ou até mesmo alienados e desorientados emocionalmente. É observado então que a arquitetura atua como uma forma de pensar, como se libertasse – ou não – os pensamentos reprimidos e escondidos. “A arquitetura tornou-se sinônimo do ato de teorizar a si mesma, de modo que pensar é construção” (Huskinson, 2021, p. XX).

Não é apenas na teoria que essas representações podem ser utilizadas, mas também na linguagem e símbolos cotidianos, como na expressão “os olhos são a janela da alma” ou no ditado alemão citado por Jung “Quando alguém não está bem da cabeça, dizemos [...] que ele tem teias de aranha no sótão” (Huskinson, 2021, p. 1). Em ambas as expressões a estrutura física é associada a um estado mental. Em *Arquitetura e Psique*, Huskinson (2021) cita os chamados “edifícios da psique”, que seriam analogias que explicam a psique como se fosse um edifício projetado com diversos andares e espaços simbólicos. Esses edifícios foram desenvolvidos a partir de Freud e seus contemporâneos.

Um projeto arquitetônico que não contém simbolicamente, cria uma distância com seu habitante, fazendo com que o sentimento levado por ele seja de alienação, desorientação e até mesmo descorporificação, afinal, se o sujeito não se sente amparado, não vê o local como extensão de si, desfazendo os afetos criados; o mundo se torna estranho, o corpo não se sente denso e nem pertencente do mundo. Para que o inconsciente se sinta seguro, o local deve fornecer um espelho, margens e abrigo, não necessitando apenas do belo ou funcional. Os caminhos devem ser livres para a imaginação, não havendo caminhos ditos explicitamente, apenas orientações. Um edifício sem abrigo passa a ser, então, exílio. Essa liberdade é extremamente importante para o sujeito, afinal, se a arquitetura prescreve passo a passo de como deve ser seu relacionamento com aquele que a habita, ela deixa de ser lar e passa a ser prisão, fazendo com que o sentimento não seja de abrigo, e sim, de obrigação; isso faz com que o habitante não se sinta parte do espaço, apenas ocupante, como se ele estivesse ali apenas para compor um espaço já pronto. Um edifício simbólico exala o convite para ser explorado, encontrado e imaginado, compreendendo a fluidez da identidade humana e o erro que seria

tentar domá-la. A melhor atuação como abrigo, seria a de suporte, orientação e acolhimento, deixando o indivíduo livre para imaginar e criar (Huskinson, 2021).

A identidade é fluida e não pode ser bloqueada. Um bom projeto arquitetônico facilita o desenvolvimento do *self*, proporcionando um ambiente de continência que nos encoraja a nos sentirmos ligados e com os pés firmes no chão, proporcionando-nos uma experiência de nossa própria integridade estrutural. Contudo, o mais importante é que ele também nos concede a liberdade de desviar nossa atenção de suas características mais proeminentes, estimulando-nos a explorar com o nosso olhar as características obscuras e ocultas. Uma arquitetura monótona e prescritiva impedirá nosso envolvimento subjetivo com ela, deixará de incentivar nossa percepção imaginativa de suas características e, em vez disso, encorajará uma percepção literal que registre sua utilidade ou sua aparência estética em um nível mais superficial. Edifícios dessa natureza contribuem para um ambiente estéril, previsível, indiferente e potencialmente opressor (Huskinson, 2021, p. 225).

Um edifício simbólico exala o convite para ser explorado, encontrado e imaginado, compreendendo a fluidez da identidade humana e o erro que seria tentar domá-la. A melhor atuação como abrigo, seria a de suporte, orientação e acolhimento, deixando o indivíduo livre para imaginar e criar. O espaço, como aliado do *self*, deve permitir que seu habitante se sinta refletido em sua estrutura e, ao mesmo tempo, possa explorar os mistérios de suas sombras, o que não ocorre em edifícios previsíveis – já que, uma arquitetura monótona dificulta o envolvimento de qualquer um que tente uma conexão simbólica (Huskinson, 2021)

Mesmo sendo extremamente importante, deve-se ter parcimônia; a ambiguidade em excesso torna-se um ruído, comprometendo o vínculo entre o ambiente e o corpo, assim, a necessidade do indivíduo em ser orientado pelo edifício pode ser prejudicada. Apesar de misteriosa, uma construção arquitetônica também deve fornecer amparo por meio de uma estrutura simbólica que sustente o *self*. Esse equilíbrio entre o enigma e a continência é valioso; para ser um lar, o local deve provocar e amparar ao mesmo tempo (Huskinson, 2021). A ambiguidade também se mostra importante quando se trata do acolhimento do inconsciente.

Arquitetura e ambiguidade

Um dos elementos mais simbólicos encontrados em um edifício é o jogo entre luz e sombras, caso explorado da maneira correta, consegue atingir zonas profundas da psique, já que a dualidade pode ser facilmente assimilada com o consciente e o inconsciente (a luz e a sombra dentro de nós). A luz, quando vista sob esse contexto, representa o claro, o controlado e visível; a sombra seria o oculto, o simbólico, o que não

se vê facilmente. Esse contraste cria uma intensidade afetiva, fazendo com que o edifício se torne sensorial. A autora também afirma que “nosso senso de self é influenciado pelos efeitos de sombra e luz na arquitetura” (Huskinson, 2021, p. 229). O espaço iluminado traz a nitidez necessária, e as sombras tornam possível o reencontro com a imaginação. Apesar de ser vista como a ausência de luz, a sombra é uma poderosa presença simbólica, e através dela, pode-se sentir e observar o que não está visível aos olhos, assim, o indivíduo pode se guiar intuitivamente, sentindo o corpo e utilizando dos outros sentidos, que às vezes são esquecidos. As sombras tornam possíveis as passagens do que não está claro para o consciente, desorganizando as fronteiras entre sujeito e ambiente. Esses espaços ausentes de luminosidade estimulam a identificação inconsciente do sujeito com o espaço, facilitando a junção de ambos. O processo faz com que o eu rígido se dissolva, assim como a distinção do interno e externo, eu e mundo; dessa forma, a imaginação se liberta (Huskinson, 2021).

Ao se deparar com um ambiente escuro, o sujeito se depara com o oculto dentro de si, que passa a se mover também. “O edifício escuro invoca nossas próprias características ocultas, que se tornam infinitamente envolvidas e reveladas no processo” (Huskinson, 2021, p. 230). As sombras mostram ao indivíduo sua profundidade, convidando-o a adentrar o desconhecido e soltar a imaginação, assim, o ambiente passa a ser o espelho do que não pode ser visto a olho nu: a alma. A luz, quando excessiva, inibe a imaginação, afinal, se um sujeito se depara com um local sem sombras, não sente vontade de examinar além do óbvio; tudo ali é visto facilmente, não há segredo, a certeza passa a ser privilegiada e valorizada. Ao reduzir a experiência do espaço, o simbólico e afetivo é ignorado, restando apenas o racional, o eficiente. Mesmo que inconscientemente, o indivíduo não se sente satisfeito, torna-se ansioso e passa a buscar algo a mais – algo que nem ele próprio sabe nomear. O simbólico nasce da dualidade, do questionamento, da tensão. Se um edifício não surpreende, passa despercebido, tornando extremamente difícil uma conexão simbólica (Huskinson, 2021).

Sem a interação de contradições no projeto arquitetônico, é mais difícil despertar a curiosidade e a surpresa, o que resultará provavelmente em edifícios que apenas atendem às nossas expectativas, em vez de desafiá-las; e, por conseguinte, que passam despercebidas. Da mesma forma, uma ênfase grande demais em contradições e características contrastantes nos deixará confusos, desorientados ou alarmados (Huskinson, 2021, p. 231).

Mesmo sendo necessária, essa ambiguidade não deve ser utilizada em extremo, já que pode desorientar ou trazer um estado de alerta para o sujeito. O espaço deve

sugerir de forma discreta, levando às reflexões, mas de forma livre, sem violentar. Uma imagem potente não é clara, e sim, confusa, perturbadora – é aquela que força a sair do modo automático. Mesmo parecendo patológicas, elas são expressões do inconsciente (Huskinson, 2021).

A manifestação do inconsciente se dá por meio daquilo que o ego tenta reprimir, ou seja, o que é quebrado, falho ou o que sai da normalidade. Essas imagens – consideradas patológicas – são extremamente importantes, já que, é através delas que o desejo egóico de ordem e controle é rompido. Esse rompimento torna a experiência profunda; a partir dali o indivíduo se entrega para a experiência sem esperar controlá-la, apenas compreendendo o que o espaço tem para lhe dizer e vice-versa (Huskinson, 2021). Não só o confronto é importante, mas também o processo de individuação que ocorre naquele local, um exemplo disso é a torre que Carl G. Jung construiu ao longo de sua vida, a casa foi construída para que fosse um recinto para sua alma e seu corpo.

A torre de Jung

A casa de Jung, também chamada de “a torre” foi considerada uma externalização de sua própria personalidade. Durante o processo, Jung trabalhou na integração do eu, se permitindo observar possíveis conflitos internos, o que fortaleceu sua conexão consigo mesmo e com seu inconsciente, trazendo o sentimento de integração (Huskinson, 2021). De acordo com Carsalade (1996), Jung não conseguiria construir a torre em nenhum outro lugar, senão ao lado do lago, já que a água tem uma forte ligação com o inconsciente e com os sentimentos. Há também a comparação da casa com o útero materno, com a proteção do fogo, do espírito. A ideia seria um espaço que traz à lembrança da primeira concretização humana do “espaço do lar” – a reunião em torno do fogo. A princípio, a ideia era apenas uma construção com uma lareira no centro, como se fosse uma morada mais primitiva que correspondesse aos sentimentos mais primitivos do homem.

Em 1931, Jung reserva um cômodo para seu espaço para retiro e meditação:

Lembrei-me das casas hindus, nas quais existe quase sempre um aposento (ainda que apenas um canto de quarto, isolado por uma cortina), lugar de retiro em que se medita cerca de meia hora ou quinze minutos, e onde se pratica exercícios de ioga. Nesse espaço fechado vivo só comigo mesmo. Guardo a chave e ninguém pode entrar lá, sem a minha permissão. No correr dos anos pinte as paredes desse quarto, exprimindo tudo o que me conduz da agitação do mundo à solidão, do presente ao intemporal. É um recanto da reflexão e da imaginação; as fantasias são muitas vezes desagradáveis e os pensamentos árdus: é um lugar de concentração espiritual. (Jung, 1986, p. 197).

Com o crescimento da casa, a ideia intimista original foi ultrapassada, fazendo

com que houvesse a necessidade da criação de um lugar que servisse como a “proteção” do fogo, assim foi criado o quarto que absorve a agitação do mundo e transforma em solidão. O quarto seria a sede do pensamento, situado no andar superior. As paredes são pintadas de forma que o espaço seja individual, assim como os quadros pendurados (Carsalade, 1996).

Assim, após a identificação de si com sua casa, houve novamente outra necessidade: a de abertura para o céu e a natureza. A casa estava apenas aberta para o “eu”, mas havia a necessidade de abrir-se para o mundo também, criando o espaço-ponte entre o “eu” fechado e o mundo. Carsalade (1996) ressalta que a versão inicial da torre seria circular, e nesse momento, Jung estava mais preocupado com sua interioridade, porém, quanto mais ocorre a interação com o lugar físico, mais a casa assume o formato da quaternidade. Formato esse que simboliza um arquétipo do espaço contaminado pela presença do homem no mundo, que seria uma representação perfeita de uma casa. Jung ressalta que o local concretiza o processo de individuação e funciona como uma projeção do mundo psicológico de quem o constrói. Ele sempre observou a torre como um lugar de amadurecimento, uma forma materna em que poderia sentir sua alma (Jung, 1986).

A moradia ganhou até mesmo um monumento em sua homenagem – uma pedra que ficou fora das dimensões especificadas para separar o muro do jardim e se tornou uma demonstração da própria torre, a densidade se torna um conjunto de significados simbólicos da alma do habitante e construtor. Esse monumento passou a ser uma completude na estrutura espacial. A construção iria além da vida e da morte, já que Jung morreria e deixaria sua casa construída, com todas as suas histórias e histórias de sua família. A ideia seria de a torre ser “um corpo genérico de sua família”, tornando-se um legado (Carsalade, 1996).

A torre foi construída respeitando o momento vivido por seu morador, em cada fase de sua vida, sentia a necessidade de acrescentar algo mais e assim o fazia sem pensar muito ou refletir sobre o final do projeto. A construção foi exemplificada como um sonho, de certa forma, inconsciente puro. Ao longo dos anos, Jung foi deixando a si próprio naquele terreno em Bollingen, o que resultaria em uma bela representação de si próprio: “Nada há na torre que não tenha surgido e crescido ao longo dos decênios, nada a que eu não esteja ligado. Tudo tem sua história, que é também a minha história[...]” (Jung, 1986, p. 198).

Fazendo referência ao fogo citado anteriormente, Jung decidiu não utilizar eletricidade, usando o fogo para acender o fogão, lareira e ao fim da tarde, os lâmpões,

que iluminariam seu recanto. A água é tirada do poço através de uma bomba manual e os alimentos são cozidos no calor de lenhas cortadas pelo próprio, que cita o quão difícil é ser um homem simples que faz esses trabalhos (Jung, 1986).

No inverno de 1955-1956, as raízes familiares foram introduzidas ao local. Brasões da família de Jung, sua esposa e seu genro foram pintados no teto e em três lápides, os nomes de seus ancestrais paternos foram escritos. Os detalhes: a cruz azul, o cacho de uvas azuis, o campo dourado, a faixa azul e a estrela de ouro, foram eternizados. Enquanto ia trabalhando a árvore genealógica, o criador da Psicologia Analítica ia percebendo o quanto estava ligado aos antepassados, percebendo que ainda era influenciado por problemas e coisas incompletas deixadas pelos mais antigos (Jung, 1986).

Sobre a ligação com os ancestrais, Jung cita que:

Tanto nossa alma como nosso corpo são compostos de elementos que já existiam na linhagem dos antepassados. [...] Nosso corpo e nossa alma têm um caráter eminentemente histórico. [...] é precisamente a perda de relação com o passado, a perda das raízes, que cria um tal "mal-estar na civilização". [...] Quanto menos compreendemos o que nossos pais e avós procuraram, tanto menos compreendemos a nós mesmos, e contribuimos com todas as nossas forças para arrancar o indivíduo de seus instintos e de suas raízes: transformado em partícula da massa, obedecendo somente ao que Nietzsche chamava o espírito da gravidade. (Jung, 1986, p. 210).

A torre de Jung demonstra o quanto um espaço arquitetônico bem projetado se mostra um espelho eficaz do sujeito, assim como a importância em compreender esse reflexo e senti-lo sem preconceitos.

Arquitetura como um espelho

A arquitetura tem um trabalho silencioso de sustentar as formas de ser do indivíduo, por isso, quando há uma modificação no território familiar, a estabilidade da psique do habitante fica abalada. A inserção de um edifício ameaça as certezas estipuladas até então, colocando em jogo a continuidade simbólica do sujeito com o espaço, fazendo com que sensações como desamparo e deslocamento sejam percebidas. O senso de realidade passa a ser questionado e torna-se desconhecido. Por meio das aflições sentidas durante esse processo, é possível observar o vínculo do inconsciente com o entorno. Os espaços passam a ser a extensão do “eu” e, ao perder esses espaços, perde-se a âncora que mantinha a identidade estruturada. A perturbação se torna uma espécie de luto, que não simboliza apenas o local, mas também a realidade em que o indivíduo acreditava (Huskinson, 2021).

O ego é acostumado a lidar com o inesperado, apesar de ver como ameaças à sua

integridade, porém, quando ocorre seu afrouxamento, o inconsciente aproveita e infiltra conteúdos reprimidos, desejos e aspectos que estavam esquecidos – ou ignorados. Esse colapso passa a ser positivo, afinal, assim como todo processo de luto, é necessário se reinventar e se reorganizar, passando a perceber no ambiente – interno e externo – o que ainda não foi percebido ou vivido. Não apenas na construção ou demolição, mas essa relação também aparece quando a fragilidade de um edifício é percebida. A instabilidade é percebida e quase que instantaneamente espelhada, expondo a consciência ao medo da morte, do desmanche da identidade. As rachaduras nos muros revelam fissuras na identidade. Um edifício em ruínas mostra ao sujeito a imagem de que algo dentro dele está desmoronando também (Huskinson, 2021).

Quando um edifício que costumava ser símbolo de proteção se torna violado ou vulnerável, o dano sofrido é sentido pelo sujeito como se ele próprio estivesse exposto. De acordo com Huskinson (2021), o vínculo é tão forte que qualquer dano na estrutura é visto como um ataque a si próprio. O *self* se sente exposto e frágil, assim como o edifício, que antes fornecia proteção e estabilidade. Naquele momento, ambos estão abalados. Em casos de violação de um local, quem o habita se sente violado igualmente. Quando uma casa é roubada, seu morador se sente invadido e violentado, assim como seu ambiente de convivência.

A repressão do belo

O discurso moderno do moralismo confunde a beleza comum bem superficial, fazendo com que qualquer referência ao belo seja questionada e seja vítima de uma desconfiança. A banalização levou ao banimento da beleza das práticas artísticas, sendo retirada das poesias, edifícios e até mesmo músicas – e quem tenta encontrá-la verdadeiramente é visto com maus olhos perante a sociedade. O belo passou a ser visto como ingênuo, superficial e bobo, como se uma beleza tolerada precisasse ser carregada de realismo, mas um realismo brutal. A partir dessa recusa, o simbólico passou a ser afastado dos espaços, assim como as almas – que não se sentiam mais acolhidas (Hillman, 1993).

Essa curiosa recusa de admitir a beleza no discurso psicológico ocorre mesmo que cada um de nós saiba que nada afeta tanto a alma, transporta-a tanto, como os momentos de beleza – na natureza, um rosto, uma canção, uma ação ou um sonho. E sentimos que esses momentos são terapêuticos no sentido mais verdadeiro: fazem-nos reconhecer a alma e seu valor. Fomos tocados pela beleza (Hillman, 1993, p. 129).

A beleza não é apenas estética, e ao deparar-se com ela – seja contemplando uma paisagem, uma obra de arte ou em uma construção – o sujeito sente sua completude e sua

conexão transcendente com o mundo, reafirmando sua humanidade, mas de forma poética. Ao ser tocado por ela, esse indivíduo se lembra de sua alma e o valor que ela tem. O assunto mais reprimido na atualidade é, sem dúvida nenhuma, a beleza, que foi silenciada dos discursos, das construções e da sociedade como um todo. O peso de sua ausência torna o mundo duro e alienante. Sua recuperação traz uma cura simbólica; com ela, a alma volta a ter um espaço e se sentir acolhida onde era apenas ignorada (Hillman, 1993).

De acordo com Hillman (1993), muitos males da sociedade atual – vícios, criminalidade, transtornos psíquicos – são sintomas de um design que negligencia a alma. Uma arquitetura que desconsidera o invisível, cultiva adoecimentos visíveis, e que, mesmo que mal interpretados – vistos apenas como questões morais, econômicas ou de caráter individual – demonstram ativamente o estrago ocasionado. O retorno simbólico educa para a sensibilidade. A capacidade de enxergar a ancestralidade mesmo com a correria do presente, mostra uma sensibilidade e uma capacidade de contemplação; a alma se educa por meio das formas simbólicas e históricas que conversam com cada espaço do indivíduo, mostrando-o outros contextos e outra temporalidade. Esse processo ocorre em meio à desordem do dia a dia, afinal, uma cultura rica é uma cultura com a presença e bagunça e caos.

MÉTODO

O presente trabalho foi desenvolvido sendo uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa, a coleta de informações foi por meio de uma revisão bibliográfica integrativa, com o objetivo de compreender como a arquitetura – como um geral, não apenas as casas ou cidades – pode influenciar a psique humana, afetando diretamente como o indivíduo se sente consigo mesmo e com a sociedade, além de sua expressão e percepção. “Este método de pesquisa permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo” (Mendes; Silveira; Galvão, 2008, 2008, p. 759).

A revisão integrativa determina o conhecimento atual sobre um tema específico, pois é realizada para identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto, contribuindo assim para uma possível repercussão benéfica na qualidade da assistência prestada aos pacientes). Vale ressaltar que a utilização da revisão integrativa impacta não apenas no desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas também na avaliação crítica que a prática diária demanda (Souza; Silva; Carvalho, 2010, P. 104-106).

A escolha da metodologia foi baseada na necessidade de exploração dos aspectos simbólicos e subjetivos na relação entre sujeito e espaço arquitetônico, buscando, através da leitura e análise, a reflexão de como cada ambiente – e cada luz, forma, chão e objeto – limita ou favorece o bem-estar psicológico e a expressão do *self*¹⁸.

A partir do referencial teórico trazido por Lucy Huskinson, James Hillman e Byung-Chul Han, a pesquisa aborda as diversas maneiras como teóricos da psicologia e das ciências humanas entendem e descrevem a relação entre os fatores arquitetônicos e a psique humana. O foco da pesquisa está no simbólico e em ambientes cotidianos internos, como casas, e externos, como ruas e espaços de convivência comum. Não sendo abordados demais aspectos técnicos como medidas, estruturas ou demais dados quantitativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tipos psicológicos

O estado emocional e psicológico pode ser influenciado diretamente de acordo com o ambiente frequentado, ele funciona como um espelho das emoções, personalidade e até do funcionamento interno de quem o habita. A organização, escolha de cores, móveis, iluminação e objetos reflete diretamente no modo de ser, sentir, pensar e até mesmo no humor, percepção e identidade. Cada detalhe presente na casa provoca uma sensação específica e carrega um significado simbólico e afetivo, luzes, cores, texturas têm o poder de gerar conforto, desconforto, agitação dentre outras sensações, além de carregar significados simbólicos profundos (Oliveira, 2021).

De acordo com a psicologia da habitação, a forma como cada um se relaciona com o espaço depende de qual dos diferentes perfis de personalidade o indivíduo tem. Oliveira (2021) reforça que os extrovertidos tendem a preferir espaços amplos, que facilitam a circulação e favorecem encontros e trocas. Já os introvertidos se sentem confortáveis em ambientes menores e mais reservados, com espaços reduzidos que reforçam sua introspecção e permitem momentos de silêncio e interioridade.

Um dos elementos mais simbólicos e psicologicamente impactantes é a cor.

¹⁸ A psique também pode ser vista como uma perspectiva sobre os fenômenos. Essa é, em primeiro lugar, caracterizada por uma atenção à profundidade e intensidade e, daí, a diferença entre uma experiência e um mero evento. Aqui a palavra “ALMA” se torna relevante e é em conexão com tal perspectiva profunda que Jung a usa, de preferência a uma maneira convencionalmente cristã (ANIMA E ANIMUS). Finalmente, a psique pode ser considerada como uma perspectiva com exigências de padrão e SIGNIFICADO, não ao ponto de estabelecer uma predestinação fixa, mas que nem por isso deixa de ser discernível pelo indivíduo (Samuels, Shorter e Plaut, 1988, p. 88).

Como afirma Eva Heller, cada cor tem uma impressão e em cada contexto essa impressão é diferente. Uma mesma cor pode trazer sentimentos distintos dependendo da combinação em que está colocada. Essa combinação é o chamado *acorde cromático* – uma combinação de cores que pode gerar efeitos únicos no observador. “O acorde cromático determina o efeito da cor principal” (Heller, 2022, p. 18). O tipo psicológico também afeta na sensibilidade cromática. Indivíduos sensação-extrovertidos demonstram maior sensibilidade e atenção na escolha de cores, enquanto os tipos pensamento, sentimento ou intuição tendem a optar por paletas mais discretas. Isso pode se dar devido ao fato de as cores trazerem uma sensação específica, que é sentida fortemente pelos indivíduos citados. Além disso, existe uma tendência sazonal simbólica: introvertidos preferem cores frias – associadas ao inverno, ao recolhimento e introspecção; extrovertidos se identificam mais com o calor e com o verão, lembrando de celebrações e calor humano (Oliveira, 2021).

Essas escolhas não são aleatórias e devem ser levadas em consideração quando se projeta um edifício, já que essa relação entre corpo, espaço e psique aparece na arquitetura simbólica. Quando um edifício é projetado com base no corpo humano ou nas emoções que devem ser projetadas, o ambiente fica propício à contemplação e um estado de equilíbrio. Assim, um desejo de harmonia interior e reflexão sobre verdades mais profundas é despertado, alimentando também a alma (Huskinson, 2021). Esse desejo de harmonia interior tem a ver com a alma do sujeito e a forma como se relaciona, não apenas como tipo psicológico, mas também como consciência.

Alma e consciência

Hillman (1993) exemplifica a psique como parte da natureza, ambas são um mistério e sem limites, não sendo capazes de ter uma definição. Como dito por Jung (1964), a consciência humana é suscetível à fragmentação, não tendo um grau de continuidade, dessa forma, o indivíduo pode se tornar incapaz de perceber aspectos óbvios dele mesmo. Essa fragmentação é o que pode ser chamado “perda de alma”. Embora tente manter o controle, impulsos irracionais e estados de humor tomam conta do sujeito, tornando sua percepção de si mesmo bagunçada e até mesmo de difícil acesso para ele no momento. O criador da Psicologia Analítica explica essa vulnerabilidade como uma condição profunda, “mesmo no que chamamos de ‘um alto nível de civilização’, a consciência humana ainda não alcançou um grau razoável de continuidade. Ela ainda é vulnerável e suscetível à fragmentação” (Jung, 1964, p. 25).

Ao criar um projeto arquitetônico, deve-se levar em consideração essa condição, caso seja ignorada, colabora com o esvaziamento do ser, que só terá acesso a superfícies planas e símbolos rasos, o que pode resultar em um sentimento de perda e, conseqüentemente, um estado de luto.

Arquitetura e luto

A arquitetura também pode ser libertadora, já que permite que o ser humano se reinvente continuamente, percebendo a si mesmo e o mundo de diversas formas diferentes. Sendo um lugar para a identidade “repousar” em segurança. Infelizmente, essa relação não é sempre estável. Quando há a demolição de edifícios familiares ou até mesmo o surgimento de novos e estranhos que surgem em paisagens já conhecidas, a psique se impacta profundamente. Essas mudanças podem causar desorientação, fazendo com que o indivíduo se sinta perdido e ansioso, mesmo que a relação com o local não seja consciente, há uma resposta perceptível (Huskinson, 2021).

Quando esse espaço é destruído, o sentimento é de um rompimento simbólico. Em alguns casos, o sujeito percebe sua mortalidade, já que o objeto de projeção imortal foi destruído, ou seja, tudo o que era visto antes como eterno, naquele momento fora destruído. O apoio estrutural do edifício desaparece, assim como o senso de permanência. Quando há uma construção nova, o indivíduo se sente ameaçado simbolicamente, precisando reavaliar seu modo de ser, já que o novo edifício modificou o ambiente vivido, modificando sua projeção com o mundo externo (Huskinson, 2021).

Essa ruptura que ocorre durante a mudança, apesar de dolorosa, também é importante, afinal, faz com que o ego se reorienta e repensa padrões antigos, percebendo a vida de uma nova maneira. Assim, os edifícios não são apenas um espelho, mas também um impulso ou até mesmo um convite para o enfrentamento da zona de conforto. Esse enfrentamento pode causar um crescimento e uma transformação interior necessária para o crescimento do indivíduo como unidade e como sociedade. De certa forma, a arquitetura se mostra como um escudo que protege a psique do vazio, demonstrando a permanência de cada um. Esse escudo faz com que o sujeito não seja esmagado pela ideia da mortalidade, já que, ao observar a estrutura sólida e integrada com o ambiente, se sente permanente e participativo (Huskinson, 2021).

Arquitetura e movimento

Hillman (apud Huskinson 2021) cita uma outra forma de se perceber, essa forma traz a sensibilidade necessária para que o ser humano volte a ter vida. Para ele, é necessário se envolver com o que está sendo observado, experimentando-o – e não apenas olhando –, assim, o sujeito pode experimentar a si como algo maior, sentindo-se no objeto. “Notamos um objeto, em vez de simplesmente vê-lo ou cheirá-lo, quando temos uma experiência com ele e experienciamos a nós mesmos na qualidade de participantes de um evento mais amplo do ser” (Huskinson, 2021, p. 206). A mudança pode ocorrer até mesmo caminhando pela cidade – algo que foi extinto atualmente. Ao caminhar pela rua com o intuito de notar o ambiente, o sujeito se dissocia da percepção habitual, observando sem pensar em utilidade, apenas compreendendo o caráter específico do ambiente. Apesar de poderosa, essa observação exige certa entrega (Huskinson, 2021).

Ao notar o edifício e senti-lo, o sujeito o traz à vida e, em troca, a construção também devolve a vida existente no observador. Quando se trata da experiência estética do ambiente, o corpo é extremamente importante, afinal quando o corpo se move em relação à arquitetura, há uma transformação. Um olhar fixo não tem a mesma profundidade que um olhar em movimento, ou seja, um edifício evocativo é aquele que leva o indivíduo a se movimentar. Quando o sujeito permanece imóvel, o edifício é reduzido a uma imagem plana e simples, mas ao caminhar por ele, é possível a observação em diversos ângulos e, assim, a construção ganha vida, ritmo e perspectivas diferentes, as texturas, de acordo com Huskinson (2021), passam a se mover junto com os músculos. A imaginação estética é importante para o indivíduo restituir sua alma ao cotidiano, mudando a forma como se move, observa e como é afetado; essa mudança só ocorre após abandonar uma forma vazia de olhar e reencontrar o *self* perdido. O movimento do corpo é a ponte entre o inconsciente e o mundo, ao caminhar, os sentidos que – por conta do sedentarismo – estavam adormecidos passam a se ativar; essa ativação mostra ao inconsciente as diversas texturas, cores, luzes e cheiros, fazendo com que haja uma diversidade na escolha dos objetos simbólicos com os quais ele irá trabalhar.

O fato de médicos precisarem recomendar algo tão simples como uma caminhada é um indício de um esquecimento essencial – o corpo. Um corpo desligado demonstra uma alma desligada e uma incapacidade de trocar simbólicas com o ambiente; se não sente o corpo e não caminha pelo local, o indivíduo não contempla onde está, não se inserindo ali e muito menos captando o que aquele ambiente tem para

lhe dizer (Hillman, 1993).

Os médicos têm-nos recomendado caminhar. Se é necessária uma prescrição médica para que nos lembremos de caminhar, então estamos vivendo num estranho mundo novo, onde alguma coisa básica foi esquecida. [...] Hoje ficamos mais sentados do que de pé, mais sentados do que agachados ou ajoelhados. Nossas camas e divãs podem modificar-se a cada período, mas com relação aos movimentos humanos, só o caminhar mudou radicalmente. Não só andamos menos que nossos ancestrais, mas quase eliminamos a necessidade de caminhar. Tornou-se obsoleto (Hillman, 1993, p. 51).

Uma arquitetura moderna deveria sustentar a vitalidade do sujeito, porém acaba tornando o caminhar restrito, fazendo com que as experiências vividas por ele sejam apenas automáticas. As estruturas, antes pensadas para o corpo, para os sentidos, foram substituídas por estruturas pensadas apenas para o olhar – e não o viver – o caminhar se tornou uma lenda, os planejamentos não prezam por um contato vivo com o chão; como resultado de pouco caminhar, há o prezar pela visão e o sacrifício do movimento. A ausência do deslocamento cria efeitos profundos na forma como o sujeito vê a si mesmo e ao mundo. Ao não obter afetos por meio de troca de olhares, a percepção da própria face também é perdida, fazendo com que a cidade se torne uma cidade sem rostos que, cada vez mais se distancia das trocas fornecidas pelos fluxos humanos, restando ruas cheias de gente, mas vazias ao mesmo tempo, onde o medo e a despersonalização reinam (Hillman, 1993).

Apesar dos edifícios estarem cada vez mais presentes nas cidades, muitos deles parecem desaparecer; mesmo estando ali fisicamente, sensorialmente não há nada. Esses lugares não despertam a atenção, fazendo com quem está ali não consiga contemplar a experiência – eles não encantam os olhos e muito menos os pés, afinal, não foram criados para esses fins, sendo limitados apenas a funções utilitárias, perdendo sua vocação simbólica e afetiva (Hillman, 1993).

Arquitetura e repressão

Mesmo sendo esquecido, o teto – que antes era o templo, o céu interior – hoje em dia é composto apenas por cabos, fumaça e placas brancas e planas; que foram negligenciados cada vez mais ao longo dos anos. O teto é a contenção da imaginação, sendo um campo simbólico de até onde vai a criação. Uma substituição desse espaço tão importante é, simbolicamente, apagar as luzes do cômodo em que a alma habita. É na ausência de sombras que está a falta de profundidade, uma luz acolhedora torna o espaço íntimo e misterioso, convidando aqueles que o habitam a sentir sua escuridão. A luz direta foi, originalmente, pensada para espaços amplos com tetos altos, assim, a

claridade seria – literalmente e simbolicamente – o céu interior. Em ambientes baixos e sem estrutura para isso, o excesso de luminosidade traz um ar de violência, fazendo com que o sujeito se sinta sem abrigo e desumanizado. Como resultado, os ambientes passam a ter a interioridade apagada, os objetos se isolam e os cantos passam a ser iluminados, como se, constantemente fosse meio-dia, o sujeito inserido ali perde a noção do tempo, não percebendo se está de dia ou de noite, saindo do pertencimento do ciclo da natureza. O local se torna neutro e sem ritmo natural, mostrando cada canto. Apesar de não demonstrar mais segredos, não é realmente visto (Hillman, 1993).

Ao olhar para cima, o sujeito encara sua própria condição psíquica – plano, higienizado, técnico e funcional, porém sem nenhum simbolismo ou acolhimento. A falta de acolhimento dos ambientes faz com que aqueles que os habitam tenham a obrigação de ignorar seus desejos de alma para se adaptar a eles, mudando seus padrões para um padrão liso. Espaços arquitetônicos projetados por pessoas que não compartilham da mesma realidade de seus habitantes passam a ser um local de exclusão simbólica. O projeto se torna alienante para aqueles que convivem com ele, já que foi projetado por alguém com outra noção de realidade. Ao ter como prioridade a transparência, o controle, a ordem e a produtividade, as construções anulam a subjetividade, se aproximando de uma estrutura carcerária. O sujeito se sente constantemente vigiado pelo espaço, não se vendo como participante ativo, mas como elemento julgado e submisso. Um edifício que padroniza os desejos e os espaços, alimenta uma guerra simbólica. Ao compartilhar as mesmas ideias, os sujeitos se sentem rivais uns dos outros – de forma silenciosa. Ou seja, mesmo com a exclusão total do outro, o sujeito vê a si e ao mundo como seus rivais – às vezes nem conseguindo diferenciá-los; se tudo é igual, o diferente se torna vitorioso, fazendo com que tudo seja disputa de poder (Foucault, 2023).

Num mundo onde todos são iguais e todas as cidades seguem padrões parecidos, a paisagem passa a não espelhar o sujeito, e sim, neutralizá-lo. O desejo se torna industrializado, ninguém sabe a razão pela qual escolheu desejar algo, apenas sabe que quer. “Essa substitutibilidade dos homens entre si e essa convergência do desejo vão caracterizar essa rivalidade originária” (Foucault, 2023, p. 42).

Angústia

Um edifício não deve ser performático, feito a partir da pressa e de estímulos gritantes, e sim, um local de contemplação, que exige atenção profunda e paciência; essa

atenção trará o simbólico de volta, mostrando para a alma que há um lugar seguro para florescer. A atenção contemplativa está em declínio, sendo substituída pela hiperatenção, que se caracteriza por mudanças rápidas de foco, excesso de estímulos que saltam rapidamente; essa hiperatenção resulta em uma baixa tolerância ao tédio – que nesse caso, não seria a ausência total de estímulos, e sim, uma quantidade menor, uma dificuldade em se aprofundar, sentir ou escutar algo. Tudo deve ser rápido e em excesso. Essa baixa tolerância demonstra a incapacidade do sujeito em atravessar o tédio criativo (Han, 2017).

É na fragilidade da vida que vem a hiperatividade; a ideia vendida é de que quanto mais trabalho, mais produção e assim, consegue-se acelerar mais a vida e trazer de volta o sentido perdido. Como se produzir externamente trouxesse o sentido que preenchesse o vazio interno. Essa hiperatividade é nada mais do que uma ilusão, o desempenho faz parte de um sistema simbólico que torna os indivíduos seus próprios carcereiros – e tudo isso feito voluntariamente por eles próprios. A ausência de limites e pausas contemplativas levam ao colapso que Han (2017) nomeou de “infarto da alma”. A alma vai aos poucos sumindo e se apagando, até que colapsa e se apaga quase que completamente. Esse cansaço separa o sujeito, que não tem mais tempo para as pausas, que está sempre cansado para manter vínculos profundos, que não consegue mais viver além do básico e plano – em todas as áreas de sua vida; ele apenas tolera o morno, mas ao mesmo tempo busca desesperadamente pelo profundo, mesmo não sabendo. O sujeito não suporta nem o mundo e nem a si mesmo, ao perder a capacidade de enraizamento, não se sente pertencente a lugar nenhum, sendo apenas alguém que ocupa o mundo, não conseguindo fornecer uma conexão simbólica com a sociedade e nem consigo mesmo. Essa angústia, que deveria libertar, aprisiona. Uma arquitetura simbólica deve criar refúgios, não eliminando o silêncio, acolhendo-o, suportando o tédio, mas não interrompendo-o, fugindo da ideia performática pregada atualmente.

Edifícios e comunicação

A crise da linguagem tem como resultado a crise da escuta, Han (2022) cita a perda da capacidade da escuta. Uma sociedade narcísica não sente necessidade em ouvir o outro – pelo menos não conscientemente. A escuta é o reconhecimento do outro, para ouvir, é necessário se silenciar, permitir uma entrega para o mundo e perceber que há algo além do próprio ego. O reconhecimento do outro é privatizado, fazendo com que todos se sintam sem acolhimento e em profunda solidão. Cada um passa a sofrer em silêncio, imaginando

que jamais seria compreendido por ninguém e que seu sofrimento é único, assim, a angústia passa a ser de responsabilidade individual, não sendo vista de maneira nenhuma como um sintoma do sistema em que o sujeito está inserido. A dor compartilhada não tem espaço, já que não é vista como profunda verdadeiramente – afinal, o ego não consegue perceber uma profundidade tão grande como deveria (Han, 2022).

O sujeito como massa

O outro não deve ser visto apenas como um objeto externo, mas como uma presença primordial para a configuração do *self*. O sujeito é constantemente atravessado pelo outro. Ao falar sobre a psicologia das massas, Freud destaca que a massa possui uma alma própria – além da alma de cada um que a habita – mas uma alma coletiva. Essa alma modifica a forma de sentir, pensar e de agir, dissolvendo o ego individual. A exclusão – seja pelo narcisismo ou por uma arquitetura focada no igual – representa um colapso simbólico. Um indivíduo inserido na massa a ponto de se fundir a ela tem seu eu consciente dissolvido, como se ocorresse uma hipnose em larga escala. A vontade individual se anula, assim como o sujeito, que se torna um veículo de forças externas. Esse estado pode ser chamado de hiperatividade inconsciente, nele, o sujeito se move rapidamente, mas a direção em que está indo não se dá por conta de suas ideias, e sim pela sugestão coletiva que é fortalecida quando a massa segue pelo mesmo caminho. Ou seja, o sujeito é arrastado com a força de uma enxurrada por uma ideia executada por todos (Freud, 2020).

Alguém que foi absorvido pela massa se sente um herói e ao mesmo tempo extremamente mortal. Essa duplicidade torna a consciência turva e o ambiente desfavorável para o raciocínio livre, ali os indivíduos são arrastados pelos pensamentos da massa. Pode-se dizer que, nesses casos, a massa seria uma criança selvagem que corre e ataca buscando algo que nem ela mesma compreende – o que governa é a total ausência da razão e as reações imediatistas. Assim como a ausência de consciência, também não há um pensamento crítico, todos agem por um bem maior, mas ninguém sabe exatamente o que ele representa e nem mesmo questionam suas consequências. O reflexo dessas ausências se dá por uma sociedade impulsiva, desatenta e com alta rejeição pelo diferente ou complexo, sem retorno ao eu, sem contemplação e sem silêncio (Freud, 2020).

REFERÊNCIAS

CARSALADE, F. D. L. A Torre. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, 1996. 21-30.
FOUCAULT, M. A sociedade punitiva. São Paulo: Folha de São Paulo, 2021.

FREUD, S. Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos.
Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HAN, B.-C. Sociedade do Cansaço. 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, B.-C. A salvação do Belo. Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, B.-C. A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje.
Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HELAL ET AL, W. A Study on the Impact of the User's Personality Type on His
Interior Design Preferences. International Design Journal, 1 Setembro 2022. 63-70.

HELLER, E. A Psicologia das Cores. 1. ed. Osasco: Olhares, 2022.

HILLMAN, J. Cidade & Alma. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

HUSKINSON, L. Arquitetura e Psique. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

JUNG, C. G. O Homem e Seus Símbolos. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

JUNG, C. G. Memórias, sonhos, reflexões. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C de. C. P; GALVÃO, C.M. Revisão Integrativa:
método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.
Texto contexto – enferm., Florianópolis, v.17, n.4, p. 758-764. Dez. 2008. Disponível
em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/>. Acesso em: 02
Jun. 2025.

OLIVEIRA, R. P. D. Correlação Entre Tipos Psicológicos e Preferências de Estilos
Decorativos, Taubaté, 26 nov. 2021.

SAMUELS, A.; SHORTER, B.; PLAUT, A. Dicionário Crítico de Análise Junguiana.
Rio de Janeiro: Imago, 1988.

SOUZA, M. T de; SILVA, M. D da; CARVALHO, R. de. Revisão Integrativa: o que é
e como fazer. Einstein (São Paulo), São Paulo, v.8, n.1, p.102-106, Mar. 2010.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=en>. Acesso em:
02 Jun. 2025.

A PLURALIDADE DA CONSTRUÇÃO DAS MULHERIDADES BRASILEIRAS A PARTIR DA PSICOLOGIA DECOLONIAL

Giovanna Miranda Queiroz de Paula

Débora Inácia Ribeiro

INTRODUÇÃO

Em 1492, o território das Américas teve o seu controverso “descobrimento”, palavra que tem sido repensada nos últimos anos pelos historiadores e pela própria população da América Latina, observando que o ocorrido no território se caracteriza mais como uma invasão, consolidada por uma série de instrumentos de dominação aos povos originários: a colonização. O Brasil ganha centralidade ao ser uma das colônias mais exploradas pelos países europeus, tendo a função de fornecedor de suprimentos para as condições de vida mais favorecidas das metrópoles (Prado Junior, 1969 *apud* Shimada, 2013). Diversas foram as estruturas políticas e econômicas que atravessaram a história do Estado brasileiro, mesmo após sua independência.

Contudo, estudiosos de diversos locais da América Latina constatarem, em seus trabalhos, que a submissão imposta pelas metrópoles europeias sobre o território latino-americano não teve seu fim com a emancipação das colônias: os padrões de pensamento europeus já estavam instalados na cultura, política e economia latina, sendo nomeado colonialidade¹⁹, primeiramente apresentado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018) e, posteriormente, ampliado por diversos autores (Mignolo, 2017). Tal instrumentalização de continuidade da colonização atravessa a identidade latino-americana até os dias atuais, desde sua estrutura social até a apropriação do trabalho do povo latino (Maia; Farias, 2020). A colonialidade funciona numa perpetuação da exploração e da expansão de epistemes europeias, organizada e encoberta para distanciar o sujeito latino-americano de sua própria história.

É possível, então, assimilar que a psicologia praticada e estudada no território brasileiro é estruturada numa base fundada pela colonialidade, expondo o público atendido

¹⁹ “A colonialidade, então, se refere à ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante. Se o colonialismo termina, a colonialidade se propaga de diferentes formas ao longo do tempo” (Tonial; Maheirie; Garcia Jr., 2017, p. 19).

– que já está inserido no arranjo imposto pelas metrópoles europeias – às práticas e leituras que destoam de suas vivências. As mulheres brasileiras, nesse cenário, têm suas demandas e afetos colocados em segundo plano, em decorrência do distanciamento existente entre essas mulheridades²⁰ e o que lhes é oferecido como serviço.

Referente ao discutido, enxerga-se a importância de um aprofundamento em estudos que discutam sobre as mulheridades brasileiras centrados em uma visão que as entenda como sujeitos centrais, considerando os efeitos da colonialidade em suas experiências, ao invés de produzir uma separação entre o sujeito e a história.

Dados os movimentos históricos de exploração do eixo eurocêntrico no Brasil, a produção de conhecimento na psicologia acaba por se influenciar pela perspectiva colonial imposta na epistemologia, desconsiderando as especificidades histórico-regionais. Tal ação afeta também a concepção sobre os sujeitos sociais, como as mulheres de países colonizados. Em razão disso, se faz necessário questionar, via uma lente decolonial, qual é a elaboração sócio-histórica das mulheres brasileiras?

Para responder a esse questionamento, este capítulo tem como objetivo identificar uma possível produção de conhecimento sobre as concepções das mulheridades brasileiras pelo viés da psicologia decolonial.

TEORIA

O continente europeu não era ainda um centro mundial antes da colonização. O proveito dos recursos das terras americanas recém descobertas foi o responsável por colocar os países europeus, especialmente os do território ocidental, no centro da economia mundial (Dussel, 2005 *apud* Maia; Farias, 2020). Ao assumir a posição central da economia – às custas de incontáveis abusos em diversos territórios –, a Europa organiza uma estrutura mundial em que as culturas estrangeiras, especialmente as latino-americanas, são colocadas como um Outro na narrativa do mundo (Maia; Farias, 2020). O ajustamento dessa ordem colaborou para a produção de um analfabetismo em relação às culturas não ocidentais (Paredes, 2015) que ultrapassa a questão da linguagem em si, discutida no texto referenciado, mas também quanto às

²⁰ O termo “mulheridades” busca “[...] evidenciar as construções sociais de gênero e as múltiplas maneiras de vivenciar o corpo e a identidade, ressaltando as pluralidades nos modos de ser e de estar no mundo e opondo-nos às perspectivas essencialistas que universalizam ‘a mulher’ e ‘o homem’ de maneira binária, desracializada e descontextualizada socialmente.” (Spazini; Imbrizi; Domingues, 2024, p. 3).

realidades e subjetividades do Outro, que lhe é estranho por natureza.

Com esse apagamento das culturas externas ao centro europeu, as especificidades e diversidades desses sujeitos são negadas por não fazerem parte do Eu central e universal, gerando uma discrepância entre a realidade vivida pelos latino-americanos e o que é considerado aceitável em literaturas, práticas, subjetividades e existências. Como consequência, a população é categorizada em padrões que não lhe pertencem e não lhe atravessam, negando-lhe o direito de existir plenamente por sua autenticidade.

As mulheres brasileiras encontram-se no centro dessa relação de negação, tendo suas subjetividades rejeitadas não somente na produção de conhecimento, como também no serviço prático prestado pelos profissionais, inclusive os da área da Psicologia. O exercício do ofício sem um viés crítico sobre a privação de ser das mulheres se torna, assim, o local de concretização da opressão do sistema. Sua situação é caracterizada por um sofrimento ético-político²¹, ou seja, um atravessamento de angústia causado pelas organizações sociais (Sawaia, 2001 *apud* Ferreira; Castro, 2024) e, no caso discutido neste capítulo, perpetuado por produções de conhecimento e práticas técnicas da Psicologia. Assimilando os conteúdos citados, enxerga-se a necessidade de uma perspectiva que possa abranger essas mulheridades numa concepção crítica, visando auxiliá-las, como seres políticos, na busca pela autenticidade.

A modernidade e o eurocentrismo

A invasão do território brasileiro em meados do século XV e o seu modelo colonial são elementos que, inegavelmente, ainda estruturam a sociedade brasileira no século XXI. Por muito tempo, estudiosos do Brasil pós-colonial consideraram a miscigenação racial entre as raças branca, de origem portuguesa, negra, provinda do continente africano, e indígena, nativa da América, como um ponto negativo da constituição do país (Vainfas, 1999). Ainda neste estudo, o autor evidencia que mesmo as perspectivas que adotaram a miscigenação como um fator positivo na história brasileira eram marcadas por preconceitos e estereótipos, com sujeitos racializados, associando essa população a práticas lascivas (Abreu, 1976 *apud* Vainfas, 1999).

A discriminação que coloca os brancos como superiores não considera somente os portugueses, mas também os outros imigrantes vindos da Europa. Apesar das restrições ao seu estabelecimento no território nacional, os imigrantes europeus

²¹ Ver mais em “As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social” de Bader Sawaia.

eram vistos como um caminho para reordenar o país em busca do progresso, por serem de raças consideradas superiores à maioria da origem dos brasileiros (Menezes, 2013). Imigrantes amarelos também foram vítima de preconceitos, por serem considerados inferiores aos europeus, assim como os povos nativos e as pessoas negras. Para os imigrantes brancos eram oferecidas oportunidades de serviços e uma possível ascensão social, enquanto os povos originários, negros, mestiços e não-brancos em geral se organizam às margens sociais.

Enquanto se desenvolvia sustentada pela exploração nas terras colonizadas, a Europa estabeleceu um tipo de domínio para além das normas econômicas abusivas do trabalho realizado nas colônias, sendo um dos caminhos que estruturou a continuidade de seu poder local: “concentrou sob sua hegemonia todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e, em especial do conhecimento, da produção de conhecimento” (Quijano, 2005), utilizando como justificativa a ideia de raças superiores dominando raças inferiores. O autor descreve o movimento da dominação da seguinte maneira (Quijano, 2005, p.111):

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (...) Em terceiro lugar, forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa (...) Todo esse acidentado processo implicou o longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material, ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura.

A caracterização de Quijano (2005) expõe as etapas da construção de uma dominação que extrapola a força de trabalho, consistindo em uma hegemonia que, tal como a escravidão e a exploração, parte do pressuposto de inferioridade e desumanização de pessoas racializadas, inferindo que esses sujeitos, ou melhor, objetos, não têm cultura, sentidos e conhecimentos dignos de pessoas humanas, estando fora dos padrões de moralidade e superioridade encontradas somente em países europeus. Fundamentado nesse postulado, surge o “eurocentrismo”, uma perpetuação das práticas e ideias da burguesia europeia para atender as necessidades capitalistas desses países no continente latino-americano por meio da continuidade

da exploração e da divisão entre o moderno e o colonial, usufruindo de uma nova forma de colonização: a colonialidade (Quijano, 2005).

América Latina e colonialidade

A construção de conhecimento epistemológico na América Latina tem suas raízes naquilo que foi determinado pelos colonizadores durante o processo de exploração, ou ao menos naquilo que é considerado válido por eles. Fanon ((2022) afirma que é o colono que faz o colonizado, o que, além de sustentar a postulação anterior, também permite a compreensão de como a perspectiva epistemológica colonialista é consolidada junto à população brasileira.

Fanon (2022) aponta a violência como a única ferramenta possível para a libertação e reivindicação dos países colonizados, ou, em suas próprias palavras, “a práxis absoluta” (2022, p. 82). Pressupondo-se tal afirmação como verdadeira, cria-se uma abertura para um novo questionamento: qual é o instrumento para a reivindicação epistemológica da América Latina?

Kilomba (2010 *apud* Martins; Moita, 2018), ao analisar a obra “Escrava Anastácia”, de Jacques Arago, postula que a imagem retrata o colonialismo em uma de suas mais densas armas: o ato de silenciamento daqueles que são diferentes. De tal modo, o regime colonialista se perpetua ao selecionar aqueles que devem e aqueles que não devem articular o conhecimento, aqueles que podem e aqueles que não podem falar e acessar locais.

Nesse bloqueio de produção e reflexão epistemológica, surge uma herança que se perpetua nas produções atuais, em que a episteme eurocentralizada se coloca como a episteme universal, impedindo e silenciando o acesso à epistemes próprias regionais (Porto-Gonçalves, 2005). A prática epistemológica eurocentrada tem atualmente um propósito que vela o seu silenciamento, usando a justificativa da busca de características comuns entre os seres humanos, também chamado de universalismo, em prol de aproximar as diversas comunidades entre si. Contudo, as especificidades e, portanto, os sofrimentos de territórios colonizados são ignorados em benefício da atitude teórica supracitada: a chamada mutilação do ego (Bulhan, 1985 *apud* Nell, 1990).

Esse exercício recebe o nome de universalismo, que Lander (2005) o descreve como um processo que coloca a Europa como a narrativa central e universal e Fabian (1983 *apud* Lander, 2005) reconhece como uma negação da simultaneidade. O autor fala de uma universalidade radicalmente excludente, ao passo em que nega o subalterno

e distinto do padrão eurocentralizado.

Desse modo, os sofrimentos, aflições e abusos que atravessam a vida social, econômica, política e emocional de populações subalternas é negado e desconsiderado na construção do pensamento crítico, muitas vezes adotando-se as métricas colonizadoras para mensurar as atividades dos colonizados, sem pensar que a colonialidade se perpetua por meio dessas abstrações.

Dupla consciência

No caso da América Latina, em especial, no Brasil, há um sintoma em seu território, introduzido por Du Bois (1970 *apud* Mignolo, 2005): a dupla consciência, definida como uma consciência americana que se molda por padrões externos dos países que lhe colonizaram.

Entretanto, essa dupla consciência também tem suas especificidades, permeadas pelas questões raciais de cada país. A consciência *criolla* negra é um dos traços da dupla consciência, transpassando o sofrimento proveniente do sistema escravista, enquanto a consciência *criolla* branca carrega consigo características de colonizadores e emigrados, fazendo com que a população branca viva uma dupla consciência que não reconhece a si mesma de tal maneira (Mignolo, 2005).

Ainda segundo Mignolo (2005), na consciência *criolla* branca perduram as características coloniais num estado dividido não mais somente por questões raciais, mas sim como uma atitude geopolítica de tentar se distinguir de ameríndios e afro-americanos e se aproximar da Europa, que também os rejeita.

Com essa diferenciação, a consciência *criolla* branca procura negar o efeito da colonialidade em toda a constituição da tensão existente entre periféricos e centros da modernidade. Na obra “O Pacto da Branquitude”, Cida Bento (2022) pontua que essa negação pode ser vista como um pacto narcísico, em que os brancos não somente enxergam os racializados como “os outros” e a si como o centro de discussão, como também constroem uma cumplicidade muitas vezes não verbalizada e utilizada para manutenção de privilégios dentro das estruturas sociais.

Essa postura, mesmo que silenciosa, é responsável por se definir como o padrão universal; porém, postular juntamente que o Outro representa uma ameaça às garantias entre os brancos. Desse modo, é possível uma vinculação de que a consciência *criolla* branca não somente nega a presença da colonialidade em suas vivências, como também busca se afastar desse histórico em prol de se diferenciar e manter seus privilégios.

Assim, muitas vezes se coloca o racializado como centro histórico das relações de mutilação do ser, tanto da exploração sofrida como também do racismo. Um dos conteúdos trazidos pela mesma autora é que a herança da escravidão é frequentemente associada à população negra, enquanto a herança escravocata dos brancos é pouco explorada e questionada. Em um trecho de sua obra, Bento aborda que “o grupo branco ‘desapareceu’ do contexto [escravidão], como se não fosse parte desse passado e não trouxesse nenhuma herança dele” (Bento, 2022, p. 31)

Deste modo, há a consolidação de um sistema que garante os privilégios da população branca brasileira. Lélia González (2020) denuncia como o racismo se coloca como instrumento de dominação latinoamericano ao possibilitar uma realidade em que os racializados são marginalizados na estrutura social por meio da chamada “ideologia do branqueamento”(2020, p. 131):

Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura.

A partir disto, o sujeito branco não somente nega sua própria ancestralidade escravocata e a participação cultural que as populações racializadas possuem na história de seu país, como também rejeita a identidade do outro. Desta maneira, a consciência *criolla* branca, ao se separar de sua verdadeira origem, busca a aproximação com o ideal universal, que se localiza no norte ocidental, especificamente na Europa e, atualmente, nos Estados Unidos da América.

Enquanto o brasileiro branco tenta se utilizar de matrizes do norte ocidental para se identificar e se compreender - apesar de serem rejeitados e sofrerem preconceito por sua latinidade nesses locais - os brasileiros não-brancos não são acolhidos pela episteme adotada pelos centros acadêmicos e pela própria estrutura social interna de seu país.

O decolonialismo

Após conhecer a colonialidade e sua relação intrínseca com a modernidade, é possível entrar em contato com o movimento antagonista: o decolonialismo²². Suas origens não são ainda acordadas pelos seus teóricos, tendo dois principais exemplos, apesar de muitos autores europeus sendo frequentemente creditados: Wama Pomam de Yala, por meio de sua *Nueva Crónica y buen gobierno* e também Otabbah Cugoano, via sua publicação *Thoughts and sentiments on the evil of slavery* (Ballestrin, 2013).

Entretanto, esses autores, apesar de seu pioneirismo, ainda não foram as influências mais fortes para o desenvolvimento do decolonial pela América Latina. Neste caso, destaca-se o Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia (Miglievich-Ribeiro, 2014), conduzido pelo indiano Ranajit Guha (Ballestrin, 2013), sendo um dos primeiros – senão o primeiro – núcleo de grande influência em países que sofreram colonização. Menciona-se ainda o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, inspirado no grupo do Sul-Asiático, com a inserção oficial da América Latina nos debates subalternos.

O decolonialismo teve seu principal impulso quando o Grupo Modernidade/Colonialidade se concretizou, após o encerramento do núcleo que o antecedeu. Os pensadores, que já discutiam separadamente sobre conceitos que tangenciam os estudos coloniais, se reuniram para abrir novas discussões centradas na América Latina (Ballestrin, 2013; Nardeli, 2020). Ao reunir os principais intelectuais da época, especialmente os participantes da coletânea “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais”, organizada por Lander (2005), a mobilização pelo decolonialismo recebeu mais atenção nas américas.

Subsequentemente à contextualização histórica, é possível definir a decolonialidade: trata-se de uma corrente de pensamento que visa contestar as lógicas epistemológicas, percebendo que os prejuízos causados pela modernidade e pela colonialidade devem ser analisados criticamente para produzir um desligamento epistêmico e radicalizar para os pensamentos já elaborados pela América Latina e manter essa perspectiva no desdobramento de novos estudos, numa articulação política, social, histórica e cultural (Reis; Andrade, 2018; Ballestrin, 2013, 2017; Pinto; Mignolo, 2015).

²² A expressão “decolonial”, junto com suas variações, não se utiliza do “s” como em “descolonizar” por uma razão: os processos históricos de emancipação, ou seja, descolonização, durante a Guerra Fria poderiam se confundir com o estudo do decolonial, marcando assim uma distinção ortográfica para diferenciação histórica (Ballestrin, 2013)

Todavia, não é pelo deslocamento para a América Latina que o conhecimento produzido pelos centros do Norte é descartado. Pelo contrário, é analisado em uma complexidade histórica para alcançar os pontos que podem ser melhor desenvolvidos numa visão plural da história e do conhecimento, como afirma Miglievich-Ribeiro (2014, p.68):

[...] não se despreza a cosmologia moderna que moldou valores tais quais liberdade, igualdade, democracia ou os direitos humanos ou propõe um saber dos povos do sul contra os saberes produzidos no mundo do norte, mas exige, de um lado, a contextualização das categorias explicativas (e normativas) até então naturalizadas como absolutas, exibindo a necessidade de sua tradução para os novos cenários cujos agentes, portadores de outros repertórios, virão ressignificar seus conteúdos [...]

Como realçado pela autora, os saberes construídos pelo Norte não são desprezados pelo decolonialismo, mas sim a postura epistêmica que se nega a enxergar as especificidades para as quais esses saberes precisam se adaptar na América Latina e em seus contextos históricos.

Ao reconhecer a colonialidade e sua permanência nas diversas áreas da vida dos povos latino-americanos, a corrente decolonial enxerga que as estruturas anteriormente trabalhadas na modernidade e no eurocentrismo – desde as suas raízes (noção racial) até seus sintomas no povo latino-americano (dupla consciência) – precisam ser trabalhadas numa noção epistemológica que acolha essa população, pressupondo

[...] a relevância de historicizar os processos de produção do conhecimento em seus contextos específicos para problematizar as estruturas racializadas e genderificadas dos paradigmas epistemológicos hegemônicos, monoepistêmicos, monoculturais e *localizados* geopoliticamente, mas compreendidos como modelos universais a serem disseminados (Reis, 2022, p. 4)

Percebendo essa demanda continental, Mignolo (2003) oferece uma solução por meio do pensamento liminar, que se caracteriza como uma episteme possível e contemporânea que propõe uma análise por meio da alteridade como um caminho de progresso para sapiências diversas e plurais (2003 *apud* Miglievich-Ribeiro, 2014), sendo uma gnose de lógica dicotômica no sistema colonial e entendendo o eurocentrismo como uma perspectiva que apoia o imaginário moderno e colonial e, por isso, buscando romper com esta corrente (Mignolo, 2003).

Em conclusão, o decolonialismo pode ser interpretado como uma possibilidade além das determinações fronteiriças postuladas pelo colonialismo

promovido pelo Norte, incluindo o imperialismo estadunidense. Seu desenvolvimento implica uma busca de emancipação epistemológica dos países subalternos e se desdobra como um pensamento significativo para a América Latina.

O feminismo: A história – ou parte dela

O feminismo é um movimento político de oposição à discriminação e subalternidade feminina (Mendes; Ribeiro, 2022), representando parte dos movimentos das mulheres por seus direitos e pela igualdade de condições. Sua origem é ainda discutida, pontuando tanto o movimento de inglesas sufragistas pelo direito ao voto, quanto a participação feminina nas reivindicações da Revolução Francesa (Mendes; Ribeiro, 2022; Pinto, 2010; Santana; Santana; Oliveira Jr., 2024). É digno de nota o início do movimento em países da Europa e sua grande influência no feminismo brasileiro. As lutas feministas são conhecidas como marcos da mobilização das mulheres pelo fim de sua opressão.

No Brasil, entre 1910 até os últimos anos da década de 1920, Bertha Lutz liderava a luta pelo direito ao voto feminino, enquanto outros grupos de mulheres exigiam melhora na qualidade de trabalho (Pinto, 2010). Já na década de 1960, enquanto o país passava por uma grande polarização política com medidas que buscavam evitar o golpe militar, as mulheres brasileiras foram líderes da oposição, apesar de todo o silenciamento sofrido (Soares, 1998), tendo um efeito contrário ao que o autoritarismo militar buscava, pois fortaleceu a mobilização feminina (Alvarez, 1990 *apud* Soares, 1998).

Enquanto isso, os Estados Unidos e a Europa viviam um momento de prosperidade para os movimentos libertários (Pinto, 2003), permitindo um desenvolvimento maior quanto ao pensamento feminista. O contraste dos movimentos de mulheres estrangeiras e brasileiras, junto com o sincretismo das ideias e práticas das que foram exiladas e retornaram ao Brasil após o contato com o feminismo europeu, trouxe um conteúdo rico para a fomentação do feminismo brasileiro.

MÉTODO

A seleção da metodologia proposta para a pesquisa se baseia nos agrupamentos propostos por Andrade (2002 *apud* Garcia, 2016), percebendo-a como uma pesquisa de manuseio de produções já formuladas para, a partir de sua sintetização e associação por meio de um trabalho descritivo, propor uma crítica construída pela reflexão dos materiais anteriormente publicados.

Sua qualidade como pesquisa bibliográfica se assenta no caráter histórico fortemente do estudo (Gil, 2010).

Tipo de pesquisa

Trata-se de uma revisão narrativa, dado que o problema apresentado induz a um amplo estudo de produções sobre temas como decolonialismo, feminismo e mulheridades. Contudo, a pesquisa narrativa não se apega a estes termos, uma vez que contextualmente são frequentemente segmentados, também por influência do ponto de vista científico do pensamento colonizador. Essa é a principal razão para a escolha da revisão narrativa, por se basear numa investigação que conta com a “interpretação e análise crítica pessoal do autor” (Rother, 2007) e uma seleção arbitrária das bibliografias, desde artigos científicos até livros para evitar um viés colonial (Cordeiro, 2007).

Para a coleta de dados, foram utilizados materiais produzidos especialmente por autores latino-americanos, como Lélia González, Frantz Fanon, Walter Dignolo, Anibal Quijano e Françoise Vergès priorizando as produções que possuem criticidade sobre o conteúdo trabalhado pelo tema.

O material selecionado foi examinado numa compreensão decolonial, interpretando os conteúdos analisados no contexto de exploração sofrido pela América Latina, em especial no Brasil. A ótica de acolhimento das mulheridades também é adotada na exploração das ideias assimiladas, procurando acolher os espectros que podem envolver o tema estudado.

RESULTADOS

O olhar crítico para além do feminismo – outras mulheridades

Os primeiros sinais reconhecidos do feminismo no Brasil foram as mudanças trazidas como resposta à opressão feminina. No entanto, as lutas das mulheres brasileiras não se resumem ao feminismo, dado que a diversidade da população feminina no Brasil entra em conflito com a simplicidade de resumir suas ações ao feminismo branco e elitista, como afirma Soares (1998, p. 38-39).

As feministas compõem uma face do movimento de mulheres. As mulheres das periferias dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, as que atuam nos sindicatos, compõem a outra face. Cada uma das vertentes do movimento de mulheres poderia ser analisada como um movimento social, enfocando suas dinâmicas próprias, suas formas de expressão etc. Mas como estas vertentes se tocam, se entrelaçam, entram em contradição, utilizaremos a expressão movimento de mulheres, reconhecendo que este é uma pluralidade de processos.

Assim, é necessário reforçar a compreensão de que o presente trabalho expõe e concorda com a ideia dos movimentos de mulheres para além do feminismo civilizatório²³. Essa vertente conservadora entende a opressão sofrida pela mulher num viés que se baseia unicamente no gênero, negando os papéis que das opressões raciais, de classe e étnicas no atravessamento do sujeito.

Vertentes como as liberais e radicais do feminismo anulam as vivências que envolvem raça e classe, dando destaque à participação no mercado de trabalho de mulheres brancas, colocando as necessidades e as opressões sofridas por outras mulheridades, como as de mulheres negras, em segundo plano (Arruzza, 2019 *apud* Santana; Santana; Oliveria Jr. 2024).

O termo mulheridades é utilizado com a intenção de abranger as diversas maneiras de ser mulher, além da perspectiva biológica reducionista, que não abrange as múltiplas formas de se existir na mulheridade (Butler, 2017; Rovalho, 2017 *apud* Abreu *et al.*, 2019, p. 3): [...] *deve-se pensar em “mulheridades” e desconstrução do ideal feminino relacionado ao corpo biológico. A identidade de gênero pode divergir (transgênero) ou não (cisgênero) com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.*

²³ Feminismo - definido por Françoise Vergès (2020) como aquele que afirma para si que se soltou das amarras coloniais e escravistas. Contudo, apenas perpetua a missão civilizatória por meio do neoliberalismo e imperialismo. atribuído desde o seu nascimento, no entanto, a opressão de origem sexista compõe a perspectiva das “mulheridades”, para o feminismo no enfrentamento da violência.

Com a ideia de mulheridades, o trabalho se expande para além do feminismo tradicional e se coloca numa posição de perceber os movimentos políticos das mulheres baseados não somente na dominação de gênero, mas também de outros instrumentos de controles sociais. Sua importância é debatida em muitas abordagens feministas populares, como o feminismo da diferença e o transfeminismo (Jesus, 2013), o feminismo negro, o feminismo de classe, o feminismo lésbico e o feminismo comunitário (Santana; Santana; Oliveira Jr., 2021).

A característica comum entre todos os panoramas supracitados é o norteador do que foi pontuado anteriormente: a opressão de gênero não é a única que deve ser problematizada ao se analisar o sofrimento psíquico da mulher. Muitas das postulações a seguir serão realizadas utilizando a compreensão de mundo desses feminismos. Entretanto, serão destacados o feminismo comunitário e o feminismo decolonial.

Feminismo comunitário

Também chamado de feminismo de Abya Yala, expressão em referência à América Latina (Santana; Santana; Oliveira Jr. 2024; Sacavino, 2016), o feminismo comunitário se constrói a partir do protesto pelos direitos básicos de mulheres bolivianas e indígenas e se articula em lutas para além da opressão de gênero: a luta contra o patriarcado em sua expressão contra as mulheres e como um sistema de dominação que coage a população por meio da colonização, do capital e do neoliberalismo (Paredes, 2015). Para o feminismo comunitário, a discussão em torno do autoritarismo das diversas ferramentas sociais postas na Abya Yala – expressão agora adotada neste trabalho – é observada não unicamente pelas mulheres, mas também pelas feridas deixadas na comunidade (Santana; Santana; Oliveira Jr., 2024).

Uma característica da vertente citada é o pensamento de um patriarcado ancestral, ou seja, já visto em comunidades originárias (Poblete, 2024; Paredes, 2015; Sacavino, 2016). Contudo, não se trata do mesmo patriarcado citado anteriormente, pois o último consiste na exploração das comunidades subalternas e todos os seus participantes (Paredes; Guzmán, 2014 *apud* Paredes, 2015). Ao expandir o olhar crítico da luta feminista além do escopo dos gêneros e reconhecer a importância de uma luta para a libertação de todo um povo, do qual as mulheres fazem parte, o feminismo de Abya Yala se opõe a todos os tipos de opressão.

Feminismo decolonial

Françoise Vergès é um dos nomes mais renomados na formulação teórica do feminismo decolonial, definindo-o como uma luta contra a patriarcalização e as estruturas coloniais que atravessam as mulheres subalternas (2020). A autora francesa afirma que a vertente feminista do presente tópico se apoia na história das lutas de mulheres exploradas desde o período da colonização até o presente, especialmente as mulheres negras e indígenas. Esta corrente feminista entende o gênero como uma postulação da modernidade (Lugones, 2008 *apud* Curiel, 2019), pois os sujeitos subalternos não eram divididos em categorias de gênero, visto que não eram considerados seres humanos. Isto posto, não é viável uma análise das mulheres latino-americanas apenas pela opressão de gênero, pois antecedendo esta, outras condições de violência lhe atravessavam (Curiel, 2019). Desta forma, o feminismo decolonial pode ser analisado como explica Castro (2020, p. 215):

A proposta do feminismo decolonial é romper com qualquer noção de ponto de partida universal comum, abstrato, para o feminismo. Primeiro, não é possível falar em nome da mulher em abstrato, como propõe o feminismo tradicional, já que experiências de vida e de história das mulheres são culturalmente diferenciadas. Segundo, por baixo do machismo ainda há uma outra opressão, mais violenta e que lhe serve de base, o racismo colonial. Enquanto habitantes da periferia do capitalismo mundial, o povo brasileiro é ainda hoje obrigado a ceder seu imaginário de desejo ao imaginário consumidor do capitalismo global, pois todas as formas alternativas de sociabilidade e expressão cultural não hegemônicas, isto é, não europeia-norte-americana, são consideradas inferiores e, por isso, estigmatizadas.

Vergès também coloca o feminismo decolonial, quando inspirado na prática quilombola, como uma utopia contrária ao capitalismo, um meio tecnológico e científico natural (2020). Sendo assim, o feminismo decolonial poderia ser visto como uma possível epistemologia destoante ao sistema de exploração e opressão capitalista, conquistando uma saída viável do colonialismo epistêmico por meio da produção metodológica liberta da modernidade eurocentrada (Santos; Abreu, 2024). As mesmas autoras pontuam algumas características de um possível método feminista decolonial (Santos; Abreu, 2024, p. 23):

A primeira delas diz respeito à quebra das dicotomias objetividade/subjetividade, sujeito/objeto de pesquisa, entre outras sedimentadas pela colonialidade do saber (...) A segunda característica é a valorização da experiência da pesquisadora como rica fonte de dados, a partir da qual é possível acessar também a experiência de iguais (...) O terceiro ponto (...) refere-se à não separação entre ativismo e pesquisa, ou entre teoria e prática.

Com isto, o feminismo decolonial, agregando-se também a outras áreas, se concretiza como uma episteme crítica, que pode ser tensionada com os saberes eurocentrados, visando uma nova centralidade: a da população subalterna, em especial, as mulheres.

A Psicologia decolonial

Com a mobilização provocada pela corrente de pensamento decolonial, diversas áreas de conhecimento tiveram suas epistemes revisadas. A Psicologia não foi excluída deste movimento: é fundamental lembrar que a modernidade só se consolida mediante o processo de colonização, em que o sujeito ocidental é o Eu real e complexo, enquanto os subalternos são o Outro, sem atribuir as proximidades e distâncias complexas desse Outro (Alves; Delmondez, 2015). Por intermédio desta alteridade, toda a estruturação do sujeito subalterno foi realizada pelas fronteiras do considerado aceito e civilizado pelo homem branco europeu – e, mais tarde, estadunidense.

Apesar de colocar o não-europeu como o Outro desde o início da modernidade, considera-se entre os povos ocidentais que os estudos desenvolvidos na Psicologia são universais – o que Pavón-Cuellar (2021) associa com a chamada “pretensão irracional” de Quijano (1992), uma concepção de que quaisquer conceitos adquiridos são aplicados para toda a população global, mesmo que descontextualizado. Tal argumentação surge para justificar sua centralidade como produtores de conhecimento, colocando o subalterno como objeto de estudo e passivo em todas as esferas (Spivak, 2010 *apud* Alves; Delmondez, 2015). Entretanto, é possível se utilizar do pensamento analógico para visualizar o Eu e o Outro como, ao mesmo tempo que iguais em termos humanos, distintos em suas especificidades (Santos, 2017).

Percebendo a complexidade para se discutir a visão do subalterno, a Psicologia se inicia num campo de intensas tensões ao se aproximar do decolonial. Todavia, seu caminho para se emancipar do universalismo eurocentrado é claro: a valorização do pensamento crítico de fronteira, termo de Mignolo (2017 *apud* Pereira *et al.*, 2022) que trata de uma discussão dos pensamentos já postulados via uma criticidade periférica, local.

A Psicologia, ao acessar o decolonialismo, aponta para a necessidade de que o conhecimento reconheça a possível integração das nuances encontradas numa pluralidade de narrativas e saberes (Santos, 2017). Ao se acessar o Ser além do Eu e do Outro, colocando seu contexto histórico-cultural como o centro referencial para se

alcançar suas subjetividades, a Psicologia Decolonial se associa com o local de vivências e existências do subalterno, enriquecendo os saberes psicológicos ao acolher a pluralidade de subjetividades das Américas (Pavón-Cuellar, 2021; Pavón-Cuellar; Mentinis, 2020 *apud* Pavón-Cuellar, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho consiste em alcançar uma assimilação mais ampliada das mulheridades brasileiras utilizando uma análise realizada por meio da Psicologia Decolonial, visando se aproximar de conteúdos que enxergassem essas mulheres pela sua pluralidade. Para isso, foi necessária articulação de percursos históricos com distintos discursos.

Para compreender a decolonialidade, primeiro é preciso discutir sobre a história anteriormente contada pela colonialidade, aprofundar-se nas concepções dadas ao se negar a produção de saberes latino-americanos para, então, compreender quais limites foram extrapolados pela decolonialidade.

No circuito construído, investigou-se também o que é considerado como feminismo na suposta linearidade histórica aceita pelo eurocentrismo. Como já se enunciou anteriormente, as ideias produzidas pelas antigas metrópoles não devem ser negadas, mas analisadas por uma lente crítica, e assim se faz com o histórico supracitado do feminismo: suas ditas raízes no Brasil se dão numa propagação ainda eurocentrada, adquiridas no exílio.

A pesquisa apontou para uma narrativa que merece uma análise mais minuciosa quanto ao feminismo brasileiro, indicando como indispensável uma consulta mais aprofundada de outras vertentes feministas no território brasileiro, apontando para duas que, em especial, auxiliam no desenvolvimento do estudo científico fornecendo uma base para a expansão da concepção das mulheridades brasileiras.

As dimensões do feminismo, reconhecidamente ricas em sua visão global sobre as mulheres, tratam-se do feminismo comunitário e do feminismo decolonial, ambas atravessadas por múltiplas concepções, apresentando, contudo, distinções pontuais, especialmente em suas origens.

Todavia, suas elaborações congruentes são as de maior destaque, uma vez que expandem a leitura das vivências das mulheridades brasileiras. Os atravessamentos na existência dessas mulheres são observados além do dilema de gênero, expandindo-se

para outros fatores indispensáveis a fim de se aproximar da pluralidade que envolve o ser dito mulher.

As estruturas sociais, econômicas, culturais e históricas são essenciais para enxergar as subjetividades da mulher, investigando, no caso das brasileiras, o passado colonial e sua perpetuação por meio da colonialidade, o capitalismo e suas variações – como o neoliberalismo, e a hierarquia econômica, responsável por distinguir as prioridades entre os movimentos de mulheres, assim como ocorre na diferença percebida em relação à demanda do feminismo negro e o feminismo liberal praticado por mulheres brancas.

Ao se examinar as mulheres brasileiras em sua pluralidade de construção sócio-histórica, enxergando-as como sujeitos que sofrem sob a estrutura arquitetada para lhes dominar e sufocar, revela-se uma nova visão dos sofrimentos que transpassam essas mulheridades. Nesse contexto, a Psicologia carece dessa contemplação histórica do sujeito, para perceber aspectos de suas angústias que alcançam além da vida pessoal de quem busca seus serviços – sejam clínicos, sociais, hospitalares, escolares, entre outros. Perceber as pessoas por intermédio da trajetória histórica que constitui a sociedade que as abriga amplia as nuances tanto de seu ambiente quanto de seu relato.

Esse fluxo de pensamentos expande a oportunidade de aproximação da psicologia latino-americana, em especial a brasileira, com as pessoas atendidas por seus profissionais. Uma apreensão das tensões históricas e sociais que constituem as mulheres brasileiras amplia os saberes sobre o território brasileiro em si, auxiliando também no serviço prestado para outros gêneros que não o feminino, pois a contextualização histórica apoia a localização de epistemologias que envolvem o ofício praticado acima da noção de gênero instalada pela modernidade.

O presente trabalho aponta para a urgência da Psicologia em revisitar seus fundamentos numa perspectiva crítica que reconheça a história de Abya Yala como um fator determinante na realidade ainda vivida por seus habitantes, assumindo as especificidades tão plurais em sua população. Ao reconhecer as distintas nuances que cercam as mulheridades, desde a mulher cisgênero branca brasileira até a travesti negra também brasileira, a Psicologia se propõe a não ser mais um dos instrumentos de opressão que permeiam as inúmeras realidades, distintas ou semelhantes, destas mulheres.

Por fim, sugere-se um estudo aprofundado sobre as especificidades das mulheridades brasileiras que inclua não somente o histórico geral de Abya Yala, mas

também a influência dos processos históricos do Brasil nas vivências de mulheres deste país, apontando para outras prováveis interferências nas subjetividades e sofrimentos da população feminina, percebendo esta investigação como uma oportunidade para enriquecer a compreensão plural dessas mulheridades.

REFERÊNCIAS

- ABREU, P. D. de *et al.* “Mulheridade” transexual e a emergência pelo transfeminismo: retórica do HIV/AIDS à luz da Teoria Queer. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 28, p. e20180294, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/3fCwSFPHRytJ6jqYk3mmsTh/?lang=pt> Acesso em: 28 set. 2024.
- ALVES, C. B.; DELMONDEZ, P. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. **Revista Psicologia Política**, v. 15, n. 34, p. 647-661, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434404> Acesso em: 9 nov. 2024.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?lan> Acesso em: 30 out. 2024.
- BALLESTRIN, L. M. de A. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDdYPtGrWN/?lang=pt> Acesso em: 30 out. 2024.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CASTRO, S. de. Feminismo Decolonial. **Princípios - Revista de Filosofia** (UFRN), v. 27, n. 52, p. 213-220, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/download/19785/12470> Acesso em: 9 nov. 2024.
- CORDEIRO, A. M. *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, p. 428-431, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcmV6Gf> Acesso em: 3 nov. 2024.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. São Paulo: Schwarcz, Companhia das Letras, 2022.

FERREIRA, T. M.; CASTRO, R. D. de. Gender, power and ethical-political suffering: considerations on the effects of gender coloniality on women's good living. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.9716. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9716> Acesso em: 23 out. 2024.

GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica-uma discussão necessária. **Línguas & Letras**, v. 17, n. 35, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/download/13193/10642> Acesso em: 28 mar. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Schwarcz, Companhia das Letras, 2020.

JESUS, J. G de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. **Anais do Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1-10, 2013. Disponível: <https://bancadafeministapsol.com.br/wp-content/uploads/2021/02/transfeminismo-jaqueline-de-jesus.pdf> Acesso em: 28 set. 2024.

MAIA, F. J. F.; FARIAS, M. H. V. de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações**, Campo Grande, v. 21, p. 577-596, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55LdndtrwkfkvRN5vqb/> Acesso em: 17 out. 2024.

MARTINS, M. S.; MOITA, J. F. G. S. Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate. **Semana de História do Pontal**, v. 6, p. 1-11, 2018. Disponível em: https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mireile_silva_martins.pdf Acesso em: 1 abr. 2024.

MENDES, M. L.; RIBEIRO, C. M. O feminismo no Brasil: histórico e vertentes. **Mediação**, v. 17, n. 1, p. 21-36, 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mediacao/article/view/13007> Acesso em: 26 set. 2024.

MENEZES, L. M de. Imigração europeia no Brasil: discursos, práticas e representações (1870-1930). **Revista do Núcleo de Estudos das Américas**, p. 73, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/download/34404956/Latinidade_Especial1.pdf#page=73 Acesso em: 22 ago. 2024.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 66-80, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/LhdvrTHy73MP8sxQQqK4QDR/> Acesso em: 30 out. 2024.

MIGNOLO, W. D. A. colonialidad de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

MIGNOLO, W. D. A. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. e329402, 2017.

MIGNOLO, W. D. A. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NARDELI, Sívio Rodrigo *et al.* **Pensando o giro decolonial na América Latina: o caso do Brasil nos debates do Coletivo Modernidade/Colonialidade**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/220126> Acesso em: 30 out. 2024.

NELL, V. One world, one psychology: 'Relevance' and ethnopsychology. **South African Journal of Psychology**, v. 20, n. 3, p. 129-140, 1990. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/008124639002000301> Acesso em: 02 maio 2024.

REIS, M. de N.; ANDRADE, M. F. F. de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018.

ROTHER, E. T. Revisão narrativa vs revisão sistemática. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.20, n.2, p. 6-7, 2007.

PAREDES, J. Despatriarcalización. Una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). **Bolivian Studies Journal**, p. 100-115, 2015. Disponível em: <http://bsj.pitt.edu/ojs/bsj/article/view/144> Acesso em: 16 out. 2024.

PAVÓN-CUELLAR, D. Rumo a uma descolonização da psicologia latino-americana: condição pós-colonial, virada decolonial e luta anticolonial. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 20, n. 39, p. 95-127, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/182217> Acesso em: 9 nov. 2024.

PEREIRA, D. F. *et al.* O pensamento decolonial na psicologia brasileira. **Conhecimento & Diversidade**, v. 14, n. 32, p. 181-193, 2022. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/9416 Acesso em: 9 nov. 2024.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 26 set. 2024.

PINTO, J. R. de S.; MIGNOLO, W. D. A modernidade é de fato universal?: Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/qqRR8D8df5RKQN9bLmQjFmn/?lang=pt> Acesso em: 30 out. 2024.

POBLETE, N. J. Desafiando binarismos: Una revisión de la categoría de género en Abya Yala desde el feminismo decolonial. **Arxius de Ciències Socials**, n. 49, 2024. Disponível em: <https://turia.uv.es/index.php/arxius/article/view/28520> Acesso em: 16 out. 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

QUIJANO, A. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

SACAVINO, S. B. Tecidos feministas de Abya Yala: Feminismo Comunitário, Perspectiva Decolonial e Educação Intercultural. **Uni-pluriversidad**, v. 16, n. 2, p. 97-109, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7558494> Acesso em: 28 set. 2024.

SANTANA, A. P. da S.; SANTANA, J. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. M. “Feminismos: delas para todes” – um estudo sobre as vertentes do movimento feminista a partir da experiência da construção de um material pedagógico. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 8, n. 9, 2021. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/9589> Acesso em: 28 set. 2024.

SANTOS, G. A. O. Psicología Fenomenológico-Existencial y Pensamiento Decolonial: un diálogo necesario. **Revista do NUFEN**, v. 9, n. 3, p. 93-109, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2175-25912017000300007&script=sci_abstract&tlng=es Acesso em: 09 nov. 2024.

SANTOS, K. A. dos; ABREU, A. C. S. Esboços metodológicos a partir do feminismo decolonial. **Feminismos**, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/57159> Acesso em: 09 nov. 2024.

SHIMADA, S de O. A economia açucareira e o processo de exploração desde o Brasil-Colônia. **Scientia Plena**, v. 9, n. 5, 2013. Disponível em: <http://scientiaplena.emnuvens.com.br/sp/article/view/1228> Acesso em: 17 out. 2024.

SOARES, V. Muitas faces do feminismo no Brasil. *In*: BORBA, A. *et al.* (org.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 1998. Disponível em: <https://cbd0282.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/05/feminismonobrasil.pdf> Acesso em: 26 set. 2024.

SPAZINI, R. B.; IMBRIZI, J. M.; DOMINGUES, A. R. Mulheridades em Projetos de Extensão na Psicologia. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 44, p. e267916, 2024. Disponível: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/grwffQhLC7qzMrZdhcpb9fP/> Acesso em: 23 out. 2024.

TONIAL, F. A. L.; MAHEIRIE, K.; GARCIA JR, C. A. S. A resistência à colonialidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v16n1/v16n1a02.pdf> Acesso em: 23 out. 2024.

VAINFAS, R. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Tempo**, v. 8, n. 3, p. 1-12, 1999. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-1.pdf Acesso em: 22 ago. 2024.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SUBJETIVIDADES: GÊNERO E PRODUÇÃO DE IDENTIDADES NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO²⁴

Klyntton Horst da Fonseca

Monique Marques Godoy-Dolcinotti

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os desenvolvimentos tecnológicos e científicos remodelaram nossa organização social em grande medida e têm um profundo impacto sobre as relações e funções de gênero. No entanto, esses métodos científicos e tecnológicos não são neutros; são moldados pelas relações sociais e refletem e reproduzem padrões de desigualdade entre homens e mulheres. Este trabalho defende a compreensão de gênero como uma construção social materializada e rematerializada por meio de tecnologias e práticas científicas. Inspirados pelo trabalho de Teresa De Lauretis (1987), Donna Haraway (2009) e Judith Butler (2016), pretendemos discutir essas construções e como elas afetam as relações sociais e a produção da subjetividade.

Com o objetivo de contrapor a lógica cartesiana e dualista que sustenta grande parte das compreensões contemporâneas de subjetividade, este capítulo visa a um exame crítico das limitações dessa abordagem, demonstrando como as ciências e a tecnologia são em si mesmas o resultado de processos sociais intrincados e dinâmicos. Em vez de romper com o moderno, olhamos para os limites impostos por esse contexto à medida que eles respondem à reconfiguração atual das tecnologias e da sociedade. O ciborgue, proposto por Haraway (2009), possibilita entrar nesses limites e fazer emergir a possibilidade de novas formas de constituição do sujeito.

Este trabalho busca articular uma crítica aos modelos essencialistas de compreensão do sujeito, propondo uma interpretação que funciona da forma sugerida por Haraway (2009), na figura do ciborgue, problematizando limites entre humano e máquina, natureza e cultura, masculino e feminino. Outros autores, como Thomas Kuhn (1998), Álvaro Vieira Pinto (2005), Tamara Benakouche (1999) e Pierre Lévy (2010),

²⁴ Este trabalho foi desenvolvido a partir da disciplina EDU 692: Ciência, Tecnologia e Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

também são importantes para esse diálogo, pois ajudam a entender as ciências e tecnologias como um campo de disputa simbólica e material.

O propósito do trabalho será realizar uma análise crítica do papel das tecnologias na formação do sexo/gênero e na reconfiguração das subjetividades atuais, configurando uma pesquisa teórica e reflexiva a partir de revisão bibliográfica.

O texto está organizado em três seções: I. relações sociais entre ciências, tecnologias e sociedade; II. o gênero como tecnologia social; e III. a metáfora do ciborgue como resistência subjetiva. Finalmente, apresentamos alguns comentários possíveis em relação às ciências e tecnologias e seu papel na construção das relações sociais e da subjetividade.

Nesta primeira parte, discutiremos o vínculo interdependente entre ciências, tecnologias e sociedade. Além disso, propomos o afastamento da visão das ciências e tecnologias como neutras e objetivas, e, em vez disso, seu tratamento como produtos sociais que refletem e reproduzem as contradições estruturais das relações de poder social existentes (Kuhn, 1998; Vieira Pinto, 2005), entre elas as de gênero.

Na segunda seção, examinamos a importância de se pensar e discutir gênero como uma tecnologia social, especialmente à luz das mudanças tecno-científicas contemporâneas. A categoria “gênero” como instrumento analítico (Scott, 1989) será lida como o resultado da (re)produção das relações sociais pelas práticas sociais e tecnológicas, exigindo, portanto, ser analisada a partir de uma perspectiva crítica por meio da relação tecida nos campos das ciências, das tecnologias e da sociedade (Benakouche, 1999; Lévy, 2010).

Finalmente, na terceira parte, abordamos o surgimento do conceito de ciborgue e sua importância para os estudos de gênero, ciências e tecnologias. O ciborgue, como sugerido por Haraway (2009), tem o potencial de mesclar as dualidades clássicas, como humano/máquina, natureza/cultura e masculino/feminino, e de indicar um possível mundo sem gênero. Finalmente, argumentamos a importância de discutir o ciborgue a partir das mudanças tecnológicas atuais e suas implicações para as relações de gênero.

RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

A interação entre ciências, tecnologias e sociedade é inseparável da prática humana e das instituições sociais. Nesse sentido, as ciências e as tecnologias nunca são neutras, mas sim construções sociais que produzem e reproduzem relações de poder

(Kuhn, 1998; Vieira Pinto, 2005), como as que apresentam a dimensão da desigualdade de gênero.

A perspectiva dos autores não segue a ideia determinista de que as tecnologias se desenvolvem cronologicamente e de forma independente, estando, em vez disso, situada no tempo-espaço. Isso também ocorre porque é adotada uma visão sociotécnica, como a estudada amplamente por Bruno Latour (2000), que considera os sistemas sociais e técnicos como não apenas produtos, mas também produtores de redes de relações humano-não humano, de modo que as tecnologias, além de servirem como ferramenta, atuam como um agente participando na formação da sociedade.

Este debate foi também promovido por alguns acadêmicos e intelectuais da Universidade de Frankfurt, na Alemanha, com sua abordagem crítica da sociedade, cultura e política, que visava à transformação social. Não era o principal objeto de seu trabalho, mas Karl Marx (1983) forneceu alguns elementos para entender que as relações de produção-tecnológicas também são relações sociais. Nessa linha, Michel Foucault (1988) ajudou a analisar como as "tecnologias de poder" executam formas de poder, mas estava primordialmente preocupado com a relação de subjetivação-poder dos aparatos disciplinares e biopolíticos.

Complementando essa ideia, Thomas Kuhn (1998, p. 211) desenvolveu um "paradigma" que revolucionou as filosofias científicas, ao afirmar que o conhecimento científico não avança de maneira cumulativa e indiferente, mas com descontinuidades causadas por rupturas. Para ele, os paradigmas são um reflexo do consenso entre as comunidades científicas, que entram em crise quando surgem "anomalias" que não podem ser explicadas ou quando as ciências não mais conseguem abordar os fenômenos que seu tempo histórico traz.

Assim, como enfatiza Kuhn (1998, p. 212), não há "melhores" ou "piores" paradigmas, mas aqueles que resolvem melhor os problemas atuais, aqueles que são mais aceitos pela comunidade científica e pelos elementos sociais e históricos da época. Ao mesmo tempo, a discussão foi ampliada pela concepção dialética das tecnologias avançada por Vieira Pinto (2005).

As tecnologias são para ele um fenômeno totalmente humano, que surge do processo de reflexão e atividade transformadora do sujeito. O autor traz quatro perspectivas da tecnologia: conhecimento, ferramentas, cultura e ideologia. Ao fazer isso, afirma que toda tecnologia incorpora valores sociais e políticos que podem ser próprios de emancipação ou dominação (Vieira Pinto, 2005).

De acordo com Vieira Pinto (2005), tecnologias boas e ruins não existem; qualquer tipo de tecnologia é resultado de escolhas humanas e sociais. Portanto, devemos construir tecnologias que atendam efetivamente os interesses de um bem comum. Enquanto Kuhn concentra seus esforços em uma visão epistemológica e Vieira Pinto (2005) faz o mesmo, adotando uma abordagem tecnológica, ambos defendem que o desenvolvimento científico e tecnológico não é algo linear nem neutro, mas está imbuído de contexto sócio-histórico e que as mudanças acontecem somente por meio de contradições e rupturas.

De maneira semelhante, nessa linha de pensamento Benakouche (1999) se recusa a admitir o conceito de efeito tecnológico porque, segundo a autora, as tecnologias são a sociedade. Emprestando a metáfora de "caixa preta" desenvolvida por Latour (1991), ela sugere pensar as tecnologias como redes de relações articuladas entre técnicas, políticas, economia e cultura. Seu desafio ao determinismo tecnológico é fundamentado em quatro aspectos: (1) desmistificar o inventor isolado; (2) resistir ao determinismo tecnológico; (3) superar a divisão tecnologia-sociedade; (4) opor-se à divisão técnica e tecnologia.

De acordo com Benakouche (1999), o determinismo tecnológico pode parecer reducionista e descontextualizado porque não leva em consideração outros fatores que determinam o andamento do desenvolvimento social, como escolhas humanas, estruturas políticas, determinantes econômicos etc. Ou seja, a autora critica as ideias que defendem que as tecnologias seriam a principal fonte de mudança social e cultural, influenciando e determinando o desenvolvimento da sociedade.

Este método dialético corrobora o que afirma Pierre Lévy (2010), para quem as tecnologias não têm efeito, mas são o efeito. Para ele, toda tecnologia deve ser vista como um meio que emerge da dinâmica entre o social e o técnico, e ideias, corpos, produtos e instituições estão conectados e sendo criados por meio dela. A tecnologia é constitutiva da cultura e da subjetividade humana.

Pode-se deduzir, a partir dessas perspectivas, que o gênero é uma tecnologia social (De Lauretis, 1987). Para Vieira Pinto (2005) a tecnologia é uma produção social do ser humano; já para Benakouche (1999), tecnologia é a sociedade. Assim, o gênero se interpreta como uma construção tecnológica da sociedade.

Tecnologias e ciências não são apenas dispositivos e conhecimentos, mas também modos de viver, sentir e ser. Estão implicadas na constituição da subjetividade e na preservação e transformação da estrutura social, permitindo a concepção de gênero

não em termos de uma essência natural, mas como uma tecnologia social inscrita nas práticas tecnológicas e científicas do contemporâneo, conforme proposto por De Lauretis (1987) e apresentado na seção seguinte.

O GÊNERO COMO TECNOLOGIA SOCIAL

As últimas décadas foram marcadas por debates sobre o gênero como um construto social e histórico. Entre as primeiras autoras que propuseram conceituar gênero como uma tecnologia social, ou seja, um conjunto de práticas, discursos e imagens que estão continuamente e normativamente produzindo identidades de gênero, encontra-se Teresa De Lauretis (1987).

Para De Lauretis (1994), instituições como a mídia e a imprensa, o discurso científico, a medicina, a educação e o cinema disciplinam os indivíduos para se enquadrarem nas normas hegemônicas de feminilidade e masculinidade. O gênero não é uma expressão de uma realidade biológica constituída, mas de um conjunto de efeitos das tecnologias do sexo incorporadas nas práticas do 'eu'.

De Lauretis (1994) torna explícito esse *status* das tecnologias, criando e desfazendo sujeitos. Sua análise é relevante para entender como, no momento tecnológico e científico presente, o gênero permanece codificado e replicado por normas socialmente autorizadas.

As ideias de De Lauretis convergem com as de Judith Butler (1993), que argumenta que os corpos não têm existência além das normas que os constituem. Para ela, o sexo também é uma construção discursiva, de modo que o corpo é posicionado por práticas que, por sua vez, justificam as categorias como "masculino" e "feminino".

Butler (1993) vai além de De Lauretis ao demonstrar, através da performatividade, como a repetição de atos e normas estabelece o gênero como sendo natural, mas na realidade, trata-se de uma ficção política e estranha ao corpo. A performatividade de gênero é, portanto, instável, passível de ruptura e de resignificação. Essa abordagem também tem implicações significativas para se entender a conexão entre ciências e subjetividade, uma vez que os conhecimentos biomédico e psicológico frequentemente sustentam normas de gênero em nome da objetividade.

Anne Fausto-Sterling (2016) também buscou demonstrar que até mesmo operações biológicas são lidas culturalmente. Em seu trabalho sobre intersexualidade, a autora mostra como a medicina tenta ajustar corpos não homogêneos a binarismos de

sexo e gênero claramente definidos, demonstrando o campo da biologia como qualquer coisa, exceto um conjunto de práticas neutras, sendo, em vez disso, uma área com interesses que refletem aspectos culturais e políticos (Tavares; Mohr; Ramos, 2021).

Essas estratégias minam a noção de que o gênero é algo natural e dado, parte de nossa composição biológica. Pelo contrário, mostram que o corpo é um campo simbólico e material de disputa e atravessado por normas, conhecimentos, práticas e tecnologias. A investigação do gênero, portanto, deve analisar as operações históricas e tecnológicas pelas quais o próprio gênero se torna visível e inteligível (Fausto-Sterling (2016), (Tavares; Mohr; Ramos, 2021).

Stuart Hall (2016) é um dos principais teóricos dos estudos culturais e ajuda a demonstrar que a cultura não apenas reflete a realidade, mas a reproduz. Para Hall (2016), a representação nunca é um reflexo passivo de alguma essência ou identidade pré-existente, mas sim um processo ativo de criação de sentido. Em termos de gênero, portanto, imagens e histórias da mídia, como os filmes, são tecnologias simbólicas que criam subjetividades de gênero a partir das desigualdades estruturais.

O cinema, como modo de representação para a narrativa cinematográfica, constrói uma lógica na qual as mulheres são representadas como objeto diante do olhar masculino, por exemplo. Este é o caminho que De Lauretis (1987) segue, alegando que o cinema é também uma tecnologia de gênero na medida em que fabrica sujeitos de maneiras sutis e eficientes.

Joan Scott (1989, p 71), questiona a "experiência" como uma base evidente para a política feminista. Para ela, toda experiência seria filtrada por discursos e relações de poder; assim, não poderia haver uma "essência" do feminino ou de uma única voz feminina. Em contrapartida às fantasias românticas masculinas, Scott argumenta que o gênero é uma "categoria útil para a análise histórica", que mostra como o poder opera para produzir diferenças.

Já Nancy Fraser (1998) contribui ainda mais para a discussão ao conectar as lutas por reconhecimento simbólico com a luta pela redistribuição de recursos materiais. Em seu trabalho, o gênero não é apenas uma construção cultural, mas também e igualmente uma posição estrutural, portanto, também aquilo que precisa ser abordado em termos de políticas para combater disparidades de renda, acesso e poder. Essa última abordagem é essencial para examinar como as tecnologias, incluindo as digitais, remodelam as fronteiras entre trabalho produtivo e reprodutivo, mas, em muitos casos, expõem ainda mais as mulheres à precariedade. Connell e Pearce (2015) avançam essa

discussão definindo a "ordem de gênero" como uma prática social mantida pelas instituições e pela vida cotidiana, que liga o simbólico ao estrutural.

Finalmente, para Pierre Bourdieu (1998) é importante demonstrar como as estruturas sociais estão inscritas nos corpos como *habitus* e como as desigualdades são naturalizadas por meio de determinações incorporadas. Sua discussão sobre a hegemonia masculina mostra o poder simbólico operando de forma oculta, legitimando práticas que degradam o feminino e o subordinam ao masculino.

Ênfase semelhante se encontra na interpretação dos *Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia* (ESCT), nos quais Tamara Benakouche (1999) também rejeita explicitamente a abordagem SCOT (*Social Construction of Technology*)²⁵, na qual, embora a 'flexibilidade interpretativa' dos produtos científicos e tecnológicos e a relevância dos grupos sociais sejam de alguma forma reconhecidas, as macroestruturas de poder, como o patriarcado, são desconsideradas.

Benakouche (1999) critica o perigo da despolitização das tecnologias, ou seja, quando estas são consideradas neutras ou apenas técnicas. Consequentemente, escrever sobre gênero como tecnologia também exige uma articulação não apenas de aspectos discursivos, mas também de relações sociais e de históricos de desigualdade.

Uma segunda perspectiva fornecida por Pierre Lévy (2010) é a ideia de que as tecnologias podem condicionar ou gerar normas culturais específicas, mas isso não implica que a cultura seja um resultado direto da tecnologia. Isso se relaciona à ideia de que "não usamos tecnologias, vivemos com elas", na qual a questão de gênero é uma prática incorporada e sempre disputada. Como De Lauretis (1987, p. 237) explica, é dentro dos "espaços marginais" ou "*space-off*", que subjetividades desidentitárias subvertem normas dominantes.

Vale notar que é mais do que o ato de desconstrução do gênero como tecnologia que necessariamente leva à superação desta última. Como De Lauretis (1987) adverte, muitos métodos pós-estruturalistas que advogam pela anulação do sujeito acabam, paradoxalmente, como novas posições do masculino como o universal. Em tal situação, a alternativa é a autocrítica feminista constante, que desestabilizará representações fixas, estáveis e abrirá espaço para outras subjetivações. Neste sentido, apresentamos a

²⁵ As críticas à teoria SCOT surgem em 1993 e apontam que ela foca apenas na criação das tecnologias, ignorando seus impactos sociais posteriores e excluindo grupos marginalizados de sua análise. Para críticos como Winner e Klein o modelo é limitado, elitista e evita julgamentos éticos. Essas críticas ajudam a expandir a reflexão sobre tecnologia, incluindo questões culturais, políticas e morais (Cultri, 2022).

metáfora do ciborgue de Donna Haraway como forma de estratégia política para subverter categorias identitárias totalizantes.

A METÁFORA DO CIBORGUE COMO RESISTÊNCIA SUBJETIVA

A questão das possibilidades de resistência às estruturas, normas e aos próprios corpos está localizada dentro de relações complexas de poder, das quais os indivíduos fazem parte e que também fazem parte das relações sociais. O ciborgue, introduzido por Donna Haraway (2009) em seu Manifesto Ciborgue, torna-se uma metáfora importante para pensar as formas atuais de subjetividade.

O ciborgue é, contudo, mais do que uma criação de ficção científica, caracterizado como “uma criatura da realidade social, assim como uma criatura de ficção” (Haraway, 2009, p. 36). Ele é uma entidade que vai além das oposições constitutivas das modernidades: humano/máquina, natureza/cultura, homem/mulher, em busca de novas formas de vida política e subjetiva.

Para Haraway (2009), o ciborgue é ao mesmo tempo uma figura produtiva e ambígua. Ele não faz parte de algum passado mítico, do “Jardim do Éden” e recusa os contos de originalidade que sustentam hierarquias de gênero. A força de sua interrogação nos alerta para a arbitrariedade da identidade contemporânea, abrindo espaço para posições subjetivas múltiplas e não essencializadas. Trata-se de uma crítica ao essencialismo e ao determinismo tecnológico: o ciborgue não marca uma fusão fluida com a máquina, mas sim, é um local para explorar novos relacionamentos entre corpos, conhecimentos e tecnologias. Faz parte do que tem sido um corpo maior de críticas à ideia de um sujeito cartesiano, unificado, autônomo e universal que foi desafiado por Marx (classe), Freud (inconsciente), Foucault (o sujeito disciplinado) e Derrida (a desconstrução da metafísica da presença). Dessa forma, o ciborgue radicaliza a desconstrução do sujeito moderno.

Essa perspectiva é corroborada pelo trabalho de Tomaz Tadeu (2009) e Hari Kunzru (2009), que mostram que a linha ilusória entre corpo biológico e tecnologia está borrada no contexto atual, e que implantes, próteses, algoritmos, redes digitais e até mesmo interferências genéticas fazem parte da vida humana. Neste discurso-cultura, o ciborgue não é uma fantasia, mas uma realidade posta, uma subjetividade formada e coproduzida por tecnologias.

Haraway (2009) também problematiza as “informáticas da dominação”, apontando as formas como as novas tecnologias, especialmente as digitais, reconfiguram modos de dominação, incluindo a exploração de mulheres e trabalhadores racializados. A ideia da “mulher no circuito integrado” mostra como tecnologias e conhecimentos incorporam desigualdades em lugares em que deveriam estar mais digitalizados (Haraway, 2009, p. 51).

Em diálogo com Benakouche (1999) e Lévy (2010), Haraway (2009) recusa tanto o pessimismo e o preconceito contra as tecnologias quanto a ingenuidade do otimismo. Para ela, as tecnologias não são neutras nem autônomas, mas estão inseridas nas relações sociais e científicas de atores humanos e não humanos (Latour, 1997). O ciborgue personifica essa articulação, mostrando que as tecnologias de fato não estão agindo sobre os corpos, mas são afetadas por eles.

O ambiente digital, por exemplo, pode perpetuar vigilância e opressão, assim como criar espaços para resistência e contranarrativas. É contra esse campo ambivalente que o feminismo ciborgue se posiciona. Em vez de buscar pureza ou retorno à natureza, propõe alianças estratégicas, parciais e situadas. Haraway (2009, p. 22) insiste: “[Eu] preferia ser um ciborgue do que uma deusa”, ou seja, um chamado a abandonar mitos redentores e abraçar a política da imperfeição, da diferença e da mistura.

A ficção científica, aqui, é uma aliada. As escritoras feministas têm fantasiado sobre corpos pós-genitais, reprodutivamente libertados e sexualmente indiferenciados. Essas histórias não são mero escapismo, mas prévias de futuros potenciais. Elas nos permitem imaginar a vida além da matriz heteronormativa e produzir novos domínios de corpo, desejo, sujeito e tecnologia.

Assim, a figura do ciborgue não promete o fim do gênero como local de confronto, mas a sua transformação. O ciborgue, ao recusar identidades estáveis, fornece tanto recursos teóricos quanto políticos para remover-se das formas existentes de ser. Sua ironia não é negar a política, mas a recusa de um universalismo que exclui. O ciborgue, como argumenta Haraway (2009), nos provoca a considerar o humano como um projeto em disputa, múltiplo, inquietante e fundamentalmente inacabado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo neste ensaio foi examinar como as ciências, as tecnologias e as relações de gênero estão entrelaçadas na formação dos modos modernos de subjetividade.

Ao contrário do que se assume ser neutro e universal, as práticas tecnológicas e científicas atuam sobre e por meio dos corpos, produzindo normas, hierarquias e identidades. Se considerarmos a posição de De Lauretis (1987), Butler (1993) e Fausto-Sterling (2016), o gênero é uma tecnologia social, ou seja, teoricamente somos capazes de observar como o discurso das ciências, seus produtos, tecnologias e suas práticas se articulam para gerar o que é socialmente identificado como feminino e masculino.

Referindo-nos à figura do ciborgue de Haraway (2009), nos deparamos com uma reviravolta teórica que “rompe” com o sujeito cartesiano, a matriz de gênero binária e o sonho moderno de pureza epistêmica. O ciborgue não é uma utopia, mas um mecanismo crítico e subversivo que nos encoraja a imaginar novos tipos de ligação e alianças entre homem e máquina, natureza e cultura. É um híbrido, uma subjetividade situada e incompleta, e é poderoso por isso.

O diálogo com autores como Kuhn, Vieira Pinto, Benakouche e Lévy nos permite afirmar que ciências e tecnologias não são meras aplicações técnicas, mas áreas de disputa simbólica e política. Ao observar as tecnologias como relações sociais, temos a possibilidade de tensionar a ilusão de indiferença e buscar uma reapropriação ética e crítica das coisas que mediam nossas vidas.

Nosso objetivo não é encerrar o debate, mas abrir brechas para o surgimento de perguntas. Como pesquisadores, devemos reconhecer nossa implicação nos mesmos sistemas que criticamos. Podemos e devemos nos comprometer a desafiar, articular, rearticular e enriquecer teorias, em nome da transformação.

Ser um ciborgue, portanto, é também assumir o trabalho permanente e nunca final de (re)negociar como se está (ou se será) no mundo. Se as tecnologias e as ciências contribuem para formas de vida, elas também podem ser efetivamente reinventadas, e assim deixar de servir à manutenção da opressão e iniciar o desenvolvimento de uma forma mais plural, ética e emancipatória de existir.

REFERÊNCIAS

BENAKOUCHE, Tamara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. **Cadernos de Pesquisa**, n. 17, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Tradução Veronica Daminelli e Daniel Françoli. São Paulo, N-1 Edições; Crocodilo Edições, 2019. 400 p.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: Versos, 2015.

CULTRI, Camila. A construção social da tecnologia (SCOT): contribuições para estudos interdisciplinares. **Sinergia**, v. 23 n. 1, 2022. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/sinergia/article/view/1648>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DE LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero**/ Technologies of gender. Indiana University Press, 1987, pp. 1-30. Disponível em: <http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Cuerpos sexados**. New York: Basic Books, 2016.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 7-20, 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 21 ed. São Paulo: Graal, 2005.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Tradução Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari.; TADEU, Tomaz. **Antropologia ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 127p.

HOQUET, Thierry. **Filosofia ciborgue**: pensar contra os dualismos. Tradução de Marcio Honorio de Godoy. São Paulo: Perspectiva, 2019. 376p.

KHUN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1991.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 856 p.

SCOTT, Joan. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis: Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press. 1989.

TAVARES, Bruno; RAMOS, Mariana Brasil; MOHR, Adriana. Anne Fausto-Sterling e o espectro de sexo/gênero: contribuições para a educação em ciências e biologia.

Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio, v. 14, n. 1, p. 410–426, 2021. DOI:

10.46667/renbio.v14i1.494. Disponível em:

<https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/494>. Acesso em: 13 maio 2025.

VIEIRA PINTO, Álvaro. Tecnologia. In.: VIEIRA PINTO, A. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1, p. 219 – 355.

PSICOLOGIA SOCIAL CAIPIRA: UMA EPISTEMOLOGIA COMUNITÁRIA DE RESISTÊNCIA

Ricardo Mendes Mattos

Nos últimos anos, cresceu exponencialmente o interesse pelos saberes das comunidades rurais caipiras do interior de São Paulo. Tal crescimento ficou mais evidente a partir da pandemia da COVID-19 e do êxodo urbano que levou muitas famílias a procurarem por habitações distantes das grandes metrópoles. Na região do Alto Paraíba, especialmente na área rural do município de São Luiz do Paraitinga, esse movimento foi marcante e trouxe consigo importante valorização da cultura caipira.

Embora o tema seja bastante atual, o interesse de pesquisadores dos centros urbanos pelas comunidades tradicionais de São Luiz do Paraitinga não é recente. Desde a visita de Mário de Andrade ao ambiente rural da cidade, na década de 1930, a região acolheu pesquisadores como o folclorista Alceu Maynard de Araújo, o eminente antropólogo Carlos Rodrigues Brandão e, mais recentemente, o *youtuber* Chico Abelha.

Muitos desses pesquisadores se interessaram pelas comunidades tradicionais e pelo seu modo de vida coletivo. Ou seja, em detrimento das relações superficiais típicas do individualismo urbano, as pessoas ficavam fascinadas pelo acolhimento fraterno e o protagonismo do caipira na construção histórica de sua comunidade. Ao invés da mercantilização da vida nas metrópoles, observaram a solidariedade característica da roça.

Dessa forma, as comunidades tradicionais paulistas são reverenciadas pela cultura culinária, pela tradição de suas festas populares, pela relação sustentável com a natureza, pela agricultura familiar e orgânica, pela bioconstrução e tantos outros saberes da cultura caipira que inspiram uma vida psicologicamente saudável, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

No âmbito científico, a valorização das epistemologias tradicionais está no vórtice da virada decolonial – movimento intelectual de crítica aos saberes eurocêntricos colonizadores e de fortalecimento de saberes comunitários de resistência. Nessa perspectiva, o caipira – considerado pejorativamente como espécie vegetal, pelo naturalista francês Auguste Saint-Hilaire (1948) ou pelo modernista taubateano Monteiro Lobato (1918/2009) – passa a ser o protagonista de uma epistemologia tradicional que inspira saberes científicos inovadores.

Em sua obra “Os Saberes Psicológicos na Cultura Brasileira”, a historiadora da Psicologia Marina Massimi (2023) destaca a importância das vivências psicossociais das comunidades rurais caipiras: “De fato, os saberes psicológicos na cultura brasileira, suas histórias e memórias, são ligados à existência de comunidades tradicionais concretas que o geraram”. E acrescenta:

Valorizar a presença e o conhecimento dessas comunidades tradicionais significa promover a criação e a extensão de laços de pertença entre as pessoas. Esses laços salvam as pessoas do isolamento e as tornam protagonistas de processos construtivos, para as suas próprias vidas e para as vidas dos outros (Massimi, 2023, p. 448).

Entretanto, Marina Massimi se pergunta: “[...] por que esse conhecimento transmitido pela memória não conseguiu influenciar consistentemente o desenvolvimento da cultura brasileira e da psicologia acadêmica ao longo do tempo?” Indagando, ainda: “E por que apenas recentemente, em várias áreas da Psicologia, a riqueza desse patrimônio começou a ser recuperada?” (Massimi, 2023, p. 447).

Para responder a essas questões-chave, a historiadora da Psicologia menciona a subserviência de grande parte da intelectualidade brasileira aos modelos estrangeiros importados da Europa – em um exemplo da reprodução de epistemologias do norte, que marcaram a história da Psicologia. De forma mais direta, reverenciamos sempre autores do hemisfério norte, mormente homens brancos hetero, tais como Karl Marx, Sigmund Freud, Jean Piaget, B.F. Skinner, Carl Rogers, entre tantos outros. Tal subserviência intelectual implica a universalização do homem branco europeu ou estadunidense como modelo de humanidade, negligenciando os contextos históricos e sociais específicos dos países latino-americanos.

Na Universidade de Taubaté, por exemplo, o curso de Psicologia é fundamentado por muitos dos autores acima mencionados, com pouco espaço para o reconhecimento dos saberes psicológicos da cultura paulista caipira – como incentiva Marina Massimi. Dessa forma, as perguntas que orientam nossas reflexões são: quais os saberes psicológicos característicos das comunidades rurais caipiras do Vale do Paraíba Paulista? Quais suas contribuições para a formulação de uma Psicologia com feições regionais? Haveria pertinência em conceituar uma Psicologia Caipira?

Para desenvolver tais reflexões faremos uso da experiência de pesquisa etnográfica em Psicologia Social, realizada desde o ano de 2014 em comunidades rurais de São Luiz do Paraitinga, como atestam dezenas de publicações (Mattos, 2015, 2018, 2021, 2022, 2024a, 2024b). Especialmente o convívio cotidiano na comunidade do

distrito de São Pedro de Catuçaba, onde residimos, inspira nossas ideias. Além das contribuições de Marina Massimi, autoras e autores da Psicologia Social e da Psicologia Social Comunitária também fundamentarão nossas considerações.

Obviamente trazemos uma colaboração modesta a partir de reflexões preliminares, em formato de notas introdutórias, dado o caráter inovador do tema. Esperamos que a partilha desses saberes possa incentivar a comunidade acadêmica a valorizar o modo de vida caipira e aprofundar suas contribuições à ciência psicológica – especialmente aquela realizada em cidades tradicionais caipiras (como Taubaté e outros municípios do Vale do Paraíba Paulista).

PSICOLOGIA LATINO-AMERICANA

A história da Psicologia no Brasil é marcada pela importação ingênua de saberes europeus e estadunidenses. Conforme pondera Massimi (2008, p. 75), “a tendência à imitação de modelos culturais estrangeiros” está presente desde a institucionalização da Psicologia no país. Ao analisarmos o CensoPsi 2022, por exemplo, verificamos que, dos 21 autores de referência que fundamentam a prática psi no país, apenas 02 são brasileiros/latino-americanos: Silvia Lane e Jorge Ponciano Ribeiro (Jacó-Vilela; Silva-Filho; Dazzani, 2022). Ou seja, lemos autores europeus, norte-americanos e russos, mas não prestamos a mesma reverência aos nossos pares – quem dirá ouvirmos os detentores de saberes tradicionais com os quais convivemos cotidianamente.

Nesse sentido, a subserviência aos conhecimentos eurocêntricos em Psicologia faz com que olhemos as subjetividades latino-americanas com o filtro dos colonizadores, sem a devida perspectiva crítica e a contextualização histórico-cultural dos fenômenos psi. Em contraposição, o movimento crítico da Psicologia realizado pelos países americanos colonizados, organizados em torno da União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), constitui-se exatamente a partir do descontentamento com os referidos modelos teórico-políticos provenientes dos colonizadores. Em uma perspectiva política emancipatória, os saberes psi devem ser construídos a partir da “realidade social e cultural específica dos países da América Latina” (ULAPSI, 2025).

Partindo desses pressupostos, uma Psicologia Caipira se alinha ao projeto político emancipatório da ULAPSI, no sentido de construir saberes a partir das

realidades sociais latino-americanas, assim como o compromisso popular característico da Psicologia Social brasileira.

PSICOLOGIA SOCIAL

Em nossa convivência cotidiana com as pessoas da roça é muito comum haver o espanto quando dizemos que somos psicólogo@s. Ouvimos frequentemente: "Aqui na roça não precisamos de psicólogo@" - certamente se referindo a representação social predominante da psicologia clínica, convencional e individualizada.

Por vezes, tal interpelação nos faz lembrar a obra de Luís Claudio Figueiredo e Pedro de Santi (2008) sobre o surgimento da Psicologia como ciência independente, a partir do esfacelamento dos fortes laços coletivos (típicos do mundo medieval) e da experiência da subjetividade privatizada.

Para mencionar outro importante historiador deste período, podemos citar ainda Richard Sennett (2015), quando pondera que as tradições coletivas rurais se dissolvem com o crescimento das grandes cidades, dando origem ao culto da personalidade. É nesse momento que a vida passa a ser compreendida em “termos psicológicos” (Sennett, 2015).

Em outras palavras, a Psicologia como ciência se constitui com a individualização de processos sociais e históricos, vinculada às agruras do indivíduo moderno, pretensamente autossuficiente, que perdeu os vínculos coletivos que atribuíam um sentido à vida partilhada. Somente a partir dessa ruptura o indivíduo se vê convocado a construir seus próprios valores e modo de vida, em um mundo em que sua suposta liberdade se vê exposta ao controle das subjetividades típicas da sociedade capitalista.

O indivíduo à mercê de seu próprio destino, e o sofrimento psíquico daí decorrente, dão o contorno da crise da subjetividade privatizada e a necessidade de uma psicologia científica que estude essa experiência (Figueiredo; Santi, 2008).

Obviamente, o individualismo liberal e as tiranias da intimidade estão presentes nas comunidades rurais, inseridas nas contradições da vida contemporânea. Entretanto, temos muitos exemplos para supor que a consagração coletiva da comunidade no espaço público torna as relações sociais o ápice da vida partilhada. Em outras palavras, as comunidades rurais caipiras continuam sustentando coletivamente o sentido da vida em comum, tornando a pessoa confortada por uma tradição imemorial que ameniza muitos

dos sofrimentos experimentados por indivíduos contemporâneos entregues à própria sorte para atribuir um sentido à sua existência.

Aos visitantes da comunidade de São Pedro de Catuçaba, na qual moramos e realizamos pesquisas, salta aos olhos o fato de todas as pessoas se conhecerem e muitas delas manterem laços familiares. Todos se referem à "nossa comunidade" ou "nossa tradição", como um elo importante com a memória coletiva e a identidade local.

A árvore genealógica das famílias, ornamentada com os costumeiros retratos fixados nas paredes da maioria das casas, alerta para a importância desta instituição na constituição das subjetividades e da vida coletiva.

A organização do trabalho em sistema de mutirão, de forma solidária e coletiva, tem sido estudada como instituição fundamental na sociabilidade caipira (Mattos, 2015; Mattos, 2018). Na produção da vida material, a ajuda mútua se contrapõe à concorrência, a solidariedade rivaliza com a mercantilização e a primazia do bem comum se sobrepõe ao egoísmo dos interesses particulares. Igualmente, as festas populares, organizadas séculos a fio de forma autônoma pela comunidade, dão testemunho desses processos psicossociais de fortalecimento da identidade coletiva.

Podemos pensar que as instituições do Estado, presentes na comunidade, também reforçam a primazia dos interesses públicos. Todas as pessoas na comunidade, das famílias mais abastadas àquelas de modestos agricultores, são usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) – a partir do eficiente Programa de Saúde da Família presente na comunidade. Da mesma forma, todas as crianças estudam na mesma escola pública municipal. Não há privatização desses serviços fundamentais, fortalecendo a equidade vital na garantia desses direitos sociais.

Como bem notou Marina Massimi, os saberes das comunidades rurais paulistas são "psicossociais", pois abrangem sempre a vida coletiva. Para a autora, a primazia da vida coletiva foi destacada por muitos viajantes e sacerdotes que se relacionaram com os povos originários da região (Massimi, 2023). A moradia coletiva, o *apatirum* (termo tupi para designar trabalho coletivo, que originou a expressão mutirão) e os rituais comunitários tupi estão na raiz da sociabilidade caipira.

O mesmo se pode dizer do acolhimento altruísta que marca as comunidades caipiras na visão de pessoas que as visitam. Massimi (2023) investiga o relato de viajantes desde o período colonial, que salientam a grande afetividade dos povos originários na recepção de estrangeiros. Na comunidade de São Pedro de Catuçaba, formada a partir do trânsito de tropas no transporte do ouro das minas rumo aos portos

do litoral de São Paulo, a hospitalidade oferecida ao viajante constitui o próprio cerne da identidade coletiva.

A relação dialética entre indivíduo e sociedade, foco da Psicologia Social, estuda a forma como as pessoas constituem a sociedade e, simultaneamente, são por ela constituídas. Assim, se há sentido em pensar em uma Psicologia Caipira, o predomínio da vida coletiva nos leva a crer que se trata de uma Psicologia Social, ou seja, uma Psicologia Social Caipira, cujo foco é a forma como os sujeitos históricos constituem sua comunidade a partir do predomínio dos interesses coletivos, no mesmo processo em que criam suas próprias subjetividades.

PSICOLOGIA CAIPIRA: VIDA COMUNITÁRIA

A intensa vida partilhada coletivamente em ambientes públicos é fundamentada em uma experiência comunitária. Embora, cientificamente, o conceito de comunidade seja bastante complexo (e mesmo controverso), o caipira compreende sua vivência a partir de uma inserção no tempo e no espaço. A comunidade tradicional é caracterizada pela convivência em um território específico e pela partilha de uma tradição em comum.

Como bem verificou Carlos Rodrigues Brandão (1995), o povo de Catuçaba faz uma distinção muito precisa entre os “de dentro” e os “de fora”. Inicialmente, tal discriminação diferencia as pessoas que moram em um espaço geográfico (a vila de São Pedro de Catuçaba e adjacências) daquelas que vivem alhures (de fora da comunidade).

Há um território concreto que fundamenta os saberes tradicionais caipiras, construídos coletivamente a partir de bases materiais – despido, portanto, dos devaneios abstratos típicos de alguns conhecimentos acadêmicos. Tal espaço físico compartilhado é a raiz das relações sociais que originam os saberes psicossociais caipiras. Basta mencionarmos, por exemplo, a clássica pesquisa de Antônio Cândido (2010), na qual ressalta a importância do bairro como espaço partilhado por relações de ajuda mútua entre compadres e vizinhos.

Contudo, sabemos que a distinção de dentro/de fora não é espacialmente precisa, pois uma pessoa que reside na vila pode ser considerada de “fora” - quando incorpora uma cultura distinta daquela da comunidade. Assim, ser pertencente à comunidade não implica apenas a convivência no mesmo território geográfico, mas,

principalmente, a partilha de sua “tradição” - palavra utilizada pelo caipira para designar a cultura local.

Conforme destaca o filósofo brasileiro Gerd Borheim, a expressão tradição, em sua etimologia, tem “raiz em *‘tradire’*, que significa ‘entregar’, ‘passar’ algo a outra pessoa ou geração” (Bornheim, 1987). Trata-se, portanto, de um modo de vida que historicamente se transmite e se perpetua. Outra característica importante é o fato de a tradição sustentar a “totalidade do comportamento humano”, com incrível permanência (Bornheim, 1987).

Na perspectiva do caipira, essa totalidade compreende os mais variados aspectos da vida em comum como, por exemplo, a cultura alimentar, a vestimenta, a linguagem, os hábitos, a vida laboral, etc. Em outras palavras, os caipiras compreendem os “de dentro” quando falam, se alimentam, se vestem e se comportam de maneira similar, elementos que os distinguem dos “de fora”.

Como transmissão cultural entre gerações, a tradição, para o caipira, remete ao “começo do mundo” ou ao “tempo dos antigos”: representações dos antepassados que constituíram a comunidade. Exatamente por ter convivido e partilhado a tradição dos antigos, o caipira adota esse conjunto amplo de costumes que responde pelo nome de tradição.

É fundamental destacar a vida comunitária enraizada nas dimensões de espaço e tempo em um momento contemporâneo marcado pela dissolução da corporeidade. De acordo com a filósofa Marilena Chauí (Dando a Real, 2025), a influência cotidiana das tecnologias digitais é caracterizada por instituir um novo marco civilizatório pautado na atopia e acronia – conceitos oriundos do filósofo francês Paul Virilio. A atopia nos assalta o espaço de convívio, reduzido à captura pelas telas e à abstrata navegação em um mundo virtual; ao passo que a acronia nos submete a um presente perpétuo, com conteúdos digitais descontextualizados historicamente do passado e do futuro. A descorporificação daí proveniente nos aprisiona em um universo digital despido de relações sociais diversas, típicas do espaço público de comunidades como aquelas caipiras tradicionais.

Inteiramente enraizada em seu tempo e seu espaço, a tradição caipira confronta a universalização do indivíduo neoliberal disperso no multiverso. Ao analisar o conceito de tradição, Eric Hobsbaw (2008) salienta sua aparente “invariabilidade”, que leva o historiador a conceituá-la como a continuidade de um passado no presente, que garante a coesão grupal, o sentimento de pertencimento coletivo e a identidade cultural. Aqui

fica evidente que o trato da tradição revela a maneira como o caipira lida com a História, na medida em que se sente sujeito histórico da construção cotidiana de uma realidade coletiva de sua comunidade, sentimento evidenciado em expressões como “nossa tradição”, “nossa comunidade”.

Temos aqui um processo coletivo da maior relevância, observado por diversos autores da Psicologia Comunitária: a sensação de autorrealização e plenitude que a pessoa alcança ao sentir-se protagonista de uma história coletiva ou, em sua perspectiva política, a condição de ser “sujeito de sua própria coletividade e de sua história” (Góis, 1994, p. 11).

A TRADIÇÃO REBELDE: EPISTEMOLOGIA DE RESISTÊNCIA

Se a opressão neoliberal do capitalismo contemporâneo se concretiza na individualização exacerbada, no desmonte de políticas públicas e na mercantilização desenfreada da vida, a epistemologia caipira é sua antípoda. Os saberes caipiras, paradoxalmente, são aqueles mais antigos e, quiçá, mais avançados. Falar em uma comunidade pautada na solidariedade e na construção coletiva da realidade em comum é mencionar uma experiência revolucionária no interior do domínio neoliberal.

Alceu Maynard de Araújo, estudioso da comunidade de São Pedro de Catuçaba, chegou a desdobrar a luta de classes no interior das relações entre cidade e campo. O antropólogo associou a arte urbana à perspectiva capitalista burguesa, em contradição com a cultura popular rural realizada e apreciada pela classe trabalhadora (Araújo, 1977). Trata-se de uma perspectiva comum nos estudos folcloristas: associarem as tradições rurais a formas de produção mais coletivizadas, assemelhadas (mais ou menos forçosamente) às aspiradas revoluções socialistas – como fica latente em Mário de Andrade e Alceu Maynard de Araújo, fundadores do Clube de Menores Operários.

Entretanto, nossa perspectiva sobre a rebeldia da cultura caipira advém da leitura de autores que denunciam a colonialidade do saber caracterizada pela universalização dos conhecimentos científicos europeus que desqualificam, submetem e exterminam saberes diversos.

De acordo com Edgardo Lander (2005), deve-se ter em vista a grande resistência à epistemologia eurocêntrica realizada por saberes de povos tradicionais. O sociólogo venezuelano menciona Edward Thompson e seu conceito de “cultura popular rebelde”. Ao analisar os camponeses ingleses do século XVIII, o historiador destaca diversos focos de

resistência à universalização da modernização capitalista. Dessa forma, trata-se de uma cultura rural que recorre aos saberes tradicionais para refutar as desigualdades provenientes da modernização das relações sociais e da mercantilização da vida: “uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde” (Thompson, 1998, p. 12).

Sua rebelião está assentada na manutenção de um modo de vida tradicional que não se submete aos ditames do capital; na conservação de uma tradição que não se subjugua aos saberes eurocêntricos dominantes e a suas tecnologias de controle das subjetividades. Por conseguinte, enveredar pelas trilhas das epistemologias de resistência é incentivar uma alternativa à ordem social vigente – alternativa esta que não se quer universalizar, como as revoluções operárias de outrora, mas conviver respeitosamente com a diversidade de saberes e multiplicidade dos modos de vida.

OS CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO E PARTILHA DE SABERES NA EPISTEMOLOGIA CAIPIRA

A vivência comunitária do caipira está apoiada em uma tradição partilhada por gerações, ancorada na oralidade como forma privilegiada de transmissão e atualização dos saberes coletivos. Trata-se do processo psicossocial de partilha da memória coletiva, destacada por Marina Massimi (2023) como uma das contribuições das comunidades paulistas aos saberes psicológicos.

Contudo, como o caipira constrói e partilha seus saberes? Na epistemologia caipira haveria algo parecido com uma metodologia de produção de conhecimento? Muitas vezes perguntei a mestres e mestras de cultura popular sobre como ocorria a produção e a partilha de saberes. Creio que uma das contribuições dos saberes tradicionais caipiras é exatamente esse procedimento coletivo, no qual as tradições partilhadas oferecem um sentido à vida comunitária. A oralidade está no vórtice da construção e partilha de saberes caipiras e se concretiza na vida cotidiana a partir de três processos psicossociais: o “dedo de prosa”, o “causo” e a “trova”.

Nas culturas orais, os saberes dos antepassados são transmitidos a partir de diálogos informais, eventuais e mais ou menos gratuitos, conhecidos como “prosa”. Em um domingo qualquer, ou mesmo nos dias de semana após o expediente de trabalho, é comum ver grupos de pessoas proseando na praça principal da vila. De forma horizontal e participativa, tod@s expõem suas opiniões sobre os fatos cotidianos da comunidade,

ouvem as perspectivas dos outros e constroem saberes partilhados – em viés próximo daquilo que poderíamos considerar uma democracia participativa.

Os versos cantados pelos caipiras atravessam séculos a fio na composição de rico acervo tradicional. Como destacamos em outra ocasião, tais cantigas versam sobre

os meios de sobrevivência (caça, pesca, agricultura, pecuária, etc.), as relações humanas (compadrio, laços parentais), as práticas amorosas (namoro, matrimônio), as tecnologias ancestrais (carro de boi, monjolo, moinho), a indumentária (chapéu, bota) e tantos outros costumes comunitários[...] (Mattos, 2024a, p. 57).

Assim, há grande tradição coletiva cantada em músicas caipiras de raiz. A importância narrativa da música caipira permitiu a Ivan Vilela (2015) poetizar que o caipira, quando canta, conta sua própria história. Tal característica faz da trova caipira uma experiência importante no anúncio e na renovação da tradição imemorial.

A memória coletiva, igualmente, se fundamenta em uma série de narrativas de acontecimentos passados, por vezes com roupagem de lenda, que os caipiras nomeiam como “causo”. Os causos presentificam saberes e atualizam a interpretação da comunidade de episódios da vida contemporânea. Garantem, ao serem partilhados, a continuidade da tradição e sua reinvenção na atribuição de sentido ao mundo atual. Como observamos nas narrativas de causos de assombração sobre a escravidão (Mattos, 2022), o formato de lenda permite à comunidade interpretar e transmitir momentos dolorosos de sua história.

Cada qual à sua maneira, a prosa, a trova e o caso são métodos orais de partilha dos saberes caipiras, fundamentais para a constituição de sua epistemologia tradicional.

CONTRIBUIÇÕES DOS SABERES PSICOSSOCIAIS DAS COMUNIDADES CAIPIRAS À PSICOLOGIA

A partir do que foi exposto, cabe perguntarmos: quais as contribuições dos saberes tradicionais caipiras para a Psicologia? Ou, parafraseando Marina Massimi, de que forma a psicologia acadêmica e institucionalizada pode ser influenciada por tais saberes?

Certamente há diversas respostas a esta questão, caracterizada por um tema inovador que começa apenas recentemente a ser aprofundado. Contudo, como reflexões iniciais poderíamos enumerar algumas contribuições mais evidentes.

A importância da memória coletiva, por vezes vinculada a expressões da cultura popular local, é ressaltada por Marina Massimi (2023) por sua relevância na criação ou no fortalecimento de vínculos entre as pessoas. Nesta seara, podemos pensar em iniciativas de partilha da memória em grupos de pertencimento ou instituições sociais – como a família, o bairro, um grupo escolar, uma universidade, entre tantas outras possibilidades.

A partilha da memória nos insere em uma história coletiva, na qual nos sentimos companheir@s de caminhada com outras pessoas com as quais mantemos vínculos afetivos especiais. Trata-se de um sentimento de pertencimento coletivo, cujo efeito é o conforto de fazer parte de algo maior que nos apoia e sustenta.

O sentimento de pertencimento se irmana com as relações sociais solidárias, típicas do acolhimento caipira. Sentirmo-nos acolhidos, respeitados por pares e poder contar com eles na superação das dificuldades cotidianas pode ser um antídoto importante contra o isolamento contemporâneo e as relações mediadas por telas.

O sistema de ajuda mútua do mutirão também pode nos ensinar algo sobre a forma de organizar o trabalho coletivo, tal como observamos em experiências de economia solidária. Nesse sentido, o trabalhador submetido a um modo de produção que o destitui da condição de protagonista, ou o coloca sempre em rivalidade com seus iguais, irmana-se a outros companheiros e companheiras na coletivização dos meios de produção de forma a preservar as relações afetivas e fortalecer os interesses em comum.

Além do mutirão, as festas populares constituem momentos especiais de fortalecimento da identidade coletiva por meio da celebração da vida em comum. É impressionante o acúmulo de saberes das comunidades caipiras na governança coletiva de festas populares. Tais experiências poderiam incentivar iniciativas de gestão coletiva de interesses públicos, mas, principalmente, a importância de momentos festivos como o ápice da vida coletiva.

Obviamente, as festas populares, as expressões da cultura popular, as prosas na praça são grandes exemplos de ocupação do espaço público e partilha de afetos e saberes diversos. Rompe-se, assim, com o individualismo enclausurado no espaço privado, criadouro de uma série de problemas de saúde mental. As crianças da roça se divertindo com brincadeiras tradicionais em espaços públicos experimentam uma infância muito distinta daquela de infantes trancafiados no apartamento em frente às telas.

Os saberes tradicionais ligados aos raizeiros e raizeiras estão disseminados pelas comunidades caipiras no conhecimento de raízes e ervas curativas – nomeadas,

mormente, “remédios do mato”. Trata-se de importante alternativa popular à medicalização da vida e à tendência farmacêutica de dopar pessoas em sofrimento psíquico. Como preconizado pelo Sistema Único de Saúde, os saberes tradicionais sobre a saúde oferecem grande contribuição ao bem-estar coletivo.

No âmbito da saúde mental coletiva, as comunidades caipiras demonstram o quanto o acento em acontecimentos comunitários é uma forma consagrada de promoção de saúde. A festa, como celebração coletiva da vida, traz alegria e sentimento de pertença, afetos que potencializam a subjetividade e previnem enfermidades.

Igualmente, as comunidades caipiras também podem contribuir nas propostas de inclusão de pessoas com deficiência e ou com sofrimentos psíquicos. Há alguns casos dessa natureza na comunidade de São Pedro de Catuçaba: pessoas com deficiência mental que convivem cotidianamente nos espaços públicos e usufruem dos benefícios da vida comunitária, sem a perspectiva segregadora que as trancafiaria em instituições manicomiais. Vê-las convivendo fraternamente em todos os momentos da vida coletiva nos leva a crer que há uma experiência antimanicomial imemorial, vinculada à tradição comunitária caipira.

Para resumir a contribuição dos saberes caipiras à Psicologia institucional, parafraseamos Regina Helena de Campos (2007) ao ressaltar a necessidade de transformar indivíduos em sujeitos. Trata-se do cerne da Psicologia Comunitária: “Seu problema central [da Psicologia Comunitária] não é a relação entre saúde e doença, prevenção e tratamento, é a construção do indivíduo como sujeito que emerge da atividade comunitária e das condições sócio-históricas do lugar, e sendo responsável por ele” (Góis, 1994, p. 07)

Ou seja, a Psicologia Social Caipira pode nos mostrar uma caminhada concreta para transformarmos coletivamente as pessoas em protagonistas de sua própria história.

POR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DO PATRIARCADO RURAL: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA À EPISTEMOLOGIA CAIPIRA

As comunidades rurais caipiras foram constituídas por um processo político, econômico e social denominado patriarcado. De acordo com Gilberto Freyre, “O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil foi um sistema que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas

européias” (Freyre, 2003, p. 35). O mesmo autor conceitua o patriarcado como um “sistema econômico, social, político; de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); [...] de religião (catolicismo de família...); de vida sexual e de família (o patriarcado polígamo); [...] de política (o compadrismo)” (Freyre, 2003, p. 36).

Bem sabemos que Gilberto Freyre não apenas conceitua o patriarcado, mas desenvolve uma perspectiva patriarcal, pois seu pensamento é conivente com o machismo e o abuso sexual das mulheres, bem como mitiga o racismo estrutural brasileiro a partir de uma perspectiva de fraternidade racial. Exatamente por ser um ideólogo do patriarcado e da ilusória democracia racial brasileira, a teoria de Gilberto Freyre revela as raízes históricas e teóricas do patriarcado presente na formação do país e o machismo e racismo cotidianos em muitos ambientes rurais, como as comunidades rurais caipiras.

Devemos compreender que “a busca do desenvolvimento da consciência crítica, da ética da solidariedade e de práticas cooperativas ou mesmo autogestionárias, a partir da análise dos problemas cotidianos da comunidade, marca a produção teórica e prática da Psicologia Social e Comunitária” (Campos, 2007, p. 10). Aqui está uma contribuição fundamental da perspectiva crítica, predominante na Psicologia Social e Comunitária, na denúncia das formas de opressão étnicas e de gênero que entram em contradição com a solidariedade das comunidades tradicionais caipiras.

Em diversas ocasiões denunciemos o racismo que assola as comunidades caipiras, que ocorre de forma cotidiana e escancarada (Mattos, 2021; Mattos, 2024b). Certamente, a construção coletiva de uma psicologia antirracista tem grande contribuição na reflexão crítica sobre o tema.

Igualmente, temos nos dedicado a problematizar a desigualdade de gêneros e a predominância de uma masculinidade hegemônica que objetifica e violenta as mulheres (Mattos; Alves, 2021). Também nessa matéria, a perspectiva crítica em Psicologia Social e Comunitária, vinculada à igualdade de gêneros, poderia contribuir com a reflexão coletiva sobre as relações de gênero – incluindo a grave problemática da violência contra a mulher.

Por fim, a diversidade sexual, incorporada por movimentos LGBTQIAPN+, também é um tabu nas comunidades tradicionais caipiras, limitadas a uma perspectiva cis-hetero-normativa. Problematizar tais questões revela a solidariedade entre a

Psicologia científica e a Psicologia Social Caipira, com partilha de saberes que revelam aprendizados mútuos.

DOS LIMITES DA PERSPECTIVA ACADÊMICA: PELO LUGAR DE FALA DO CAIPIRA

Embora convivamos em comunidades caipiras de São Luiz do Paraitinga por mais de uma década, certamente nossa trajetória urbana e acadêmica constitui uma situação social bastante distinta daquela do próprio caipira. Em outras palavras, compreendemos os saberes caipiras ainda com uma perspectiva “de fora”, ou seja, como pessoas que não nasceram e se formaram nas comunidades tradicionais. Tal perspectiva fica evidente, por vezes, em nosso otimismo na apreciação dos saberes tradicionais caipiras – otimismo que às vezes transparece certa ingenuidade, típica de utópicos.

Sabemos que há aqui uma questão ético-política da maior importância. No âmbito da Psicologia Social Comunitária valoriza-se sobremaneira os saberes enunciados pelos próprios protagonistas das comunidades, em detrimento de uma perspectiva acadêmica. Tal como destaca Regina Helena de Campos,

[...]pode-se dizer que os psicólogos atuando em trabalhos de psicologia social comunitária desempenham o papel de intelectuais tradicionais, na medida em que organizam o saber já constituído pela psicologia social e se encarregam de transmiti-lo, mas visando a formação de intelectuais orgânicos, isto é, sujeitos capazes de sintetizar o ponto de vista da comunidade e de coordenar processos de transformação do instituído (Campos, 2007, p. 10-11).

Mais recentemente, o conceito de lugar de fala, característico do feminismo negro de autoras como Djamila Ribeiro (2017), ressalta a necessidade do empoderamento das próprias pessoas cuja situação social legitima a narrativa de características de sua vida. Em nosso caso, seria o próprio caipira o sujeito histórico com lugar de fala legítimo para enunciar seus saberes tradicionais ou anunciar uma Psicologia Social Comunitária caipira.

Eis a principal limitação de nossas pesquisas: embora reconheçam a importância dos saberes psicossociais caipira, constituem, ainda, uma perspectiva científica e urbana estranha ao mundo rural. Ainda assim, consideramos que essas formulações iniciais podem incentivar pesquisadoras e pesquisadores a desenvolverem suas reflexões e, quiçá, superarem nossas contradições.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Alceu Maynard. **Cultura popular brasileira**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- BORNHEIM, Gerd A. O conceito de tradição. In: BORNHEIM, Gerd A. (org.). **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 13-29. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/o-conceito-de-tradicao/>. Acesso em: 06 out. 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida**. São Paulo: Geic/Cabral, 1995.
- CAMPOS, Regina Helena F. Introdução: A psicologia social Comunitária. In: CAMPOS, Regina Helena F. (org.) **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 09-16.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.
- DANDO A REAL. **Entrevista com Marilena Chaui**. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qliBXRg4JAw> Acesso em: 10 mar. 2025.
- FIGUEIREDO, Luis Cláudio; SANTI, Pedro Luiz R. **Psicologia: uma (nova) introdução**. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- GÓIS, Cesar Wagner L. **Noções de Psicologia Comunitária**. 2. ed. 1994. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42535/1/1994_liv_cwlgois.pdf Acesso em: 10 jan. 2025.
- HOBBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.) **A invenção das tradições**. 6. ed. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. p. 09-24. (Coleção Pensamento Crítico, v. 55).
- JACÓ-VILELA, Ana Maria; SILVA-FILHO, Waldomiro J.; DAZZANI, Maria V. Sobre teorias, coerências, dispersão. In: Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Quem faz a psicologia brasileira? um olhar sobre o presente** (Volume 2 – Condições de Trabalho, Fazeres profissionais e Engajamento Social). Brasília : CFP , 2022. p. 104-115.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 08-23 (Colección Sur Sur).
- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 2. ed. São Paulo: Globo, 1918/2009.

MASSIMI, Marina. Estudos históricos acerca da psicologia brasileira. In: FREITAS, Regina Helena (org.) **História da psicologia**: pesquisa, formação, ensino. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 69-83.

MASSIMI, Marina. **História dos Saberes Psicológicos na Cultura Brasileira**. São Paulo: EdUSP, 2023.

MATTOS, Ricardo Mendes. Brão: o canto de trabalho dos mutirões rurais de São Luiz do Paraitinga. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 15, n. 1, 2015, p. 457-470.

MATTOS, Ricardo Mendes. **Brão**: o canto de trabalho dos mutirões em São Luiz do Paraitinga. São Luiz do Paraitinga: Malungo, 2018.

MATTOS, Ricardo Mendes. A ideologia do branqueamento nas comunidades rurais de São Luiz do Paraitinga. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, v. 1, n. 1, p. 117-129, 2021.

MATTOS, Ricardo Mendes. A maldição da escravidão: assombrações no sertão brasileiro. **Os Fazedores de Letras** - Revista dos Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, vol. 01, n. 01, jul. 2022, p. 1-5.

MATTOS, Ricardo Mendes. **Cantoria Tradicional**. São Luiz do Paraitinga: Malungo, 2024a.

MATTOS, Ricardo Mendes. **Cultura Afro-Brasileira em São Luiz do Paraitinga**. São Luiz do Paraitinga: Malungo, 2024b.

MATTOS, Ricardo Mendes; ALVES, Sabrina Prado. “Moreninha”: objetificação da mulher em cantos populares de uma comunidade rural. **Periódicus**, v. 3, n. 1, p. 97-120, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai**. São Paulo: Livraria Martins, 1948.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Trad. Lygia Araújo Watanabe. Rio de Janeiro: Record, 2015.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

UNIÃO LATINO-AMERICANA DE ENTIDADES DE PSICOLOGIA – ULAPSI. **Declaração de Princípios**. 2022. Disponível em: <https://ulapsi.org/web/declaracao-de-principios/> Acesso em: 10 jan. 2025.

VILELA, Ivan. **Cantando a própria história**: música caipira e enraizamento. São Paulo: EdUSP, 2015.

ORGANIZADORES²⁶



Adriana Leonidas de Oliveira

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (1992), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000), doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e Pós-Doutorado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade de Taubaté, atuando no Departamento de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional/Mestrado e Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Regional). É coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar e da Saúde. É Coordenadora do Escritório de Relações Internacionais da Universidade de Taubaté. É membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté. Tem experiência na área de Psicologia da Saúde, Psicologia da Família e Psicologia Organizacional e do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde da família, saúde do trabalhador, desenvolvimento humano e regional, qualidade de vida, qualidade de vida no trabalho, cultura organizacional e interculturalidade.

Paulo Francisco de Castro

Possui Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2008), Mestrado em Educação pela Universidade Mackenzie (1996) e Graduação em Psicologia pela Universidade Guarulhos (1989). Atualmente é Professor Titular do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté e Professor Instrutor do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Registro de Especialista em Psicologia Clínica (concedido pelo CRP/SP em 17 de agosto de 2002) e Registro de Especialista em Avaliação Psicológica (concedido pelo CRP/SP em 30 de janeiro de 2021). Associado Pleno da Sociedade Brasileira de Psicologia - SBP. Tem experiência em docência e pesquisa em Psicologia, com ênfase em Psicodiagnóstico, Avaliação Psicológica, Método de Rorschach e Psicologia Clínica e da Saúde.

²⁶ Dados levantados no sistema do Currículo Lattes em outubro de 2025.

AUTORES²⁷

Alessandra de Alcantara Lemes

Acadêmica do 8º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Alexandre Magno de Oliveira Ferreira

Graduando em Psicologia pela UNITAU - Universidade de Taubaté (2020 aos dias atuais), Pós-graduado em Gestão de Marketing pela FAAP-Fundação Armando Alvares Penteado (2016), Bacharel em Administração pela UNITAU - Universidade de Taubaté (2011). Atualmente é Diretor da AMAGNO Consultoria Empresarial, especializada em Administração voltada ao Comportamento do Consumidor.

Amanda Vieira Giunta

Acadêmica do 8º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Ana Beatriz Ferreira Neves

Psicóloga, graduada pela Universidade de Taubaté.

Ana Lúcia Guedes Cattache

Psicóloga CRP 06/21582. Graduada em Bacharel de Psicologia na Universidade de Taubaté em Taubaté (2021-2024). Pós-graduanda em Fenomenologia Decolonial e Clínica Ampliada pelo Núcleo de Clínica Fenomenológica Existencial - NUCAFE (2025 - o momento). Monitora Plena PID-Unitau (2025). Co-fundadora e Vice-Presidente (2023-2024) da Liga Acadêmica Decolonial e Antimanicomial da Universidade de Taubaté. Membro da Gestão (2023-2024) da Liga Analítica Junguiana de Taubaté. Bolsista PIBIC- Unitau 2024 (finalizada). Áreas de pesquisa: Psicologia, afetividade, identidade, arte e políticas públicas

Ana Paula da Silva Medeiros

Acadêmica do 8º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Andreia Araujo

Psicóloga e Supervisora Clínica de Atendimento Psicológicos. Docente do curso de Psicologia da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), ministra cursos e oficinas de Contos de Fadas, Mitologia Grega e Psicopatologia na Perspectiva da Psicologia Junguiana. É mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da UMEESP. Especialista em Psicologia Junguiana, Psicossomática e Arteterapia pelo Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa (IJEP). Pesquisadora em saúde, violência de gênero e adaptação humana no Grupo de Pesquisa (CNPq) do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Gênero e Saúde (NEPAG-Saúde). Colaboradora da Subcomissão de Gêneros e Diversidades da Subsede do ABC e do Estado de São Paulo, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP). É autora e organizadora de diversos artigos e livros, entre eles Mulheres Lésbicas: Discussões, Reflexões e Perspectivas de Gênero e Mulheres Lésbicas: Reflexões sobre Vidas Invisibilizadas, Dificuldades e Superações, além da coletânea de e-books: Compreensão da Diversidade Sexual; LGBTfobia e suas Ramificações; Direitos Humanos e Inclusão Social no ABCD Paulista; Direito à Atenção Integral e Humanização na Saúde no ABCD Paulista; e Redes de Apoio no ABCD Paulista.

²⁷ Dados levantados no sistema do Currículo Lattes em outubro de 2025.

Andreza Cristina Both Casagrande

Atua na área de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas desde 2000. Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2001). Possui Especialização em Atendimento Clínico Psicopedagógico em Problemas de Aprendizagem (UNITAU - 2004), e MBA em Gerência de Recursos Humanos (Universidade de Taubaté - 2014). Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR - PPGA/ Unitau)- 2017. Doutoranda em Psicologia da Saúde, na Universidade Metodista de São Paulo (2026), Bolsista CAPES (Bolsa taxa). Atualmente é Professora efetiva (Aux. N.III), ministrando disciplinas na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, desde 2017 e Diretora do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté, desde 09/2024. Supervisiona estágio específico com ênfase em Psicologia e Processos de Gestão I, II, III e IV. Atuou também no Centro Universitário FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ (FSA), como Professora Nível I, das disciplinas da área de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) e Supervisora de Estágios em POT. É professora parceira no IDP - Instituto Del Prette, no Programa de Pós-Graduação em Habilidades Sociais Del-Prette. Atua como Pesquisadora no Grupo de pesquisa em Psicodiagnóstico e Avaliação Psicológica (GP-PAP - UNITAU) e Psicologia Organizacional e do Trabalho - processos psicossociais e medidas (UMESP). É membro do Grupo de Trabalho Relações Interpessoais e Competência social (GT/ANPEPP); Foi membro do Conselho do Departamento de Psicologia (CONDEP) de 2019 - 2021 e 2021 - 2023 e é membro do Núcleo Docente estruturante (NDE), desde 2020, da Universidade de Taubaté. Foi Coordenadora de Estágios do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté, de fev./2020 a jan./2024. Atua assessorando a Diretoria de Recursos Humanos da Universidade de Taubaté (PRA), desde 2017, desenvolvendo atividades voltadas à avaliação das habilidades sociais no trabalho e ao Treinamento e Desenvolvimento dos servidores, diretores de unidades de ensino, pró-reitores e reitoria. Coordena o Programa de Desenvolvimento da Liderança (LIDERA) da Universidade de Taubaté.

Andreza Maria Neves Manfredini

Possui graduação em Psicologia - Formação de Psicólogo pela Universidade de Taubaté (2003), graduação em Psicologia - Bacharelado e Licenciatura pela Universidade de Taubaté (2002), mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) e doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia universidade católica de São Paulo (2019). Pós-doutorado em Psicologia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP (2022). Coordenadora do curso de pós-graduação da Universidade de Taubaté, Professora de pos graduação da Universidade de Taubaté (2014 - 2024), Professora Assistente I na Graduação de Psicologia, da Universidade de Taubaté. Terapeuta de família e de casal desde 2007. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Trabalho com famílias na comunidade, atuando principalmente nos seguintes temas: família, educação financeira, dinheiro, educação e comunidade.

António José Miguel Cameira

Professor aposentado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal. Tem Doutoramento na área da Psicologia Social e lecionou disciplinas nessa área específica, das Ciências Sociais e da Metodologia da Investigação. A sua investigação centrou-se nos processos grupais e intergrupais e na discriminação social, tendo diversos artigos e capítulos publicados.

Arthur da Cruz Rodrigues Ferraz

Acadêmico do 10º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Beatriz Calil Santos

Psicóloga, graduada pela Universidade de Taubaté.

Beatriz Marques Hauser

Psicóloga, graduada pela Universidade de Taubaté.

Bruna Onishi de Biasi Marcondes

Acadêmica do 8º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Caroline Valquíria Moura de Cunha Saiki

Psicóloga graduada pela Universidade de Taubaté.

Danielle Pereira Lovatto

Possui graduação em Psicologia, com ênfase em Psicologia e Processos de Gestão, pela Universidade de Taubaté (2018) e mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, pela Universidade de Taubaté (2021). Ex-integrante do Programa de Iniciação à Docência Júnior no ano de 2018 e Sênior no ano de 2019, na Universidade de Taubaté. Docente no curso de graduação em Psicologia na Universidade de Taubaté, e nas faculdades Santo Antônio e Cristã da Cidade. Autora de artigos e capítulos de livros relacionados aos temas de habilidades sociais, clima organizacional, satisfação no trabalho e análise do comportamento.

Débora Inácia Ribeiro

Doutora em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018). Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté - UNITAU (2013). Graduada em Psicologia pela Universidade Salesiana de Lorena - UNISAL (1992) e especialista em Educação e Cultura pela UNITAU (2009). Áreas de atuação: Psicologia Clínica Fenomenológico-Existencial e Psicologia da Saúde. Professora no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté. Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. Professora no Departamento de Psicologia da Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP.

Dina Rosemary Akerman Santos

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2018). Especialização em Avaliação e Reabilitação em Neuropsicologia pelo Sapiens - Instituto de Psicologia (2021). Especialização em Suicidologia, Prevenção e Pós-venção, Processos Auto-destrutivos e Luto pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS (2021). Especialização em Formação em Gestalt Terapia. Instituto Sedes Sapientiae - em andamento.

Edson Trajano Vieira

Possui graduação em Ciências Econômicas (1995) e licenciado em história (2021) pela Universidade de Taubaté, mestrado em Economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1999) e Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2009). Atualmente é Coordenador Geral dos cursos de Mestrados e Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Regional e do mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, todos da Universidade de Taubaté. Editor Chefe da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Coordenador do Núcleo de Pesquisa Econômicas e Sociais que estuda os temas variação nos preços da cesta básica, emprego, renda e escolaridade. Tem experiência na área de Economia em Desenvolvimento Econômico Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento e desenvolvimento econômico, economia solidária e economia criativa, educação e desenvolvimento regional. Industrialização e Desenvolvimento Regional. Coordenador de Extensão de Trabalho de Campo do Projeto Rondon.

Fernanda Botelho Dias

Acadêmica do 8º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Francine Alves Pinto

Atua na área de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas desde 2022 como profissional e como estagiária desde 2019. Graduada em Administração de Empresas pela Universidade de Taubaté (2007). Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2020). Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental (UNISAL - 2021) Pós-graduanda em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional pela Anhanguera, conclusão prevista para fevereiro de 2025. Trabalhou como Psicóloga Organizacional na UNITAU de outubro/2022 à junho/2024. Atualmente está como professora colaboradora emergencial pela Universidade de Taubaté, na matéria de Psicologia Organizacional, atua como supervisora de estágio na ênfase Gestão e Processos, e está como Coordenadora de estágios no Departamento de Psicologia. Tema do trabalho de conclusão da Psicologia: Casais e Dinheiro. Curso de Psicologia Econômica (2017).

Gabriel Freire Piragibe

Acadêmico do 10º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Gabriel Matos do Nascimento

Possui graduação em Direito pela Universidade de Taubaté (2024). Tem experiência na área jurídica como estagiário da 8ª Defensoria Pública do Estado de São Paulo e da 2ª Vara de Execução Criminal. Fluente em inglês (nível C2), com certificação pelo Cultural Norte-Americano (CNA) em 2017.

Giovanna Miranda Queiroz de Paula

Psicóloga formada pela Universidade de Taubaté (CRP 06/216542). Fundadora da Liga Acadêmica de Análise do Comportamento de Taubaté, Vice-presidente da Liga Analítica Junguiana de Taubaté e Fundadora e Presidente da Liga Acadêmica Decolonial e Antimanicomial da Universidade de Taubaté. Bolsa PIBIC-UNITAU 2022 finalizada, com o tema "Esquizofrenia e Transe Religioso".

Gustavo Monteiro de Oliveira Ferreira

Mestrando em Psicologia pelo PPGPSI - UFSJ, com bolsa CAPES. Bacharel em Psicologia pela Universidade de Taubaté. Ex-presidente da Liga Acadêmica de Psicologia Analítica Junguiana (L.A.J.) da UNITAU (2022-24). Tem interesse nas áreas de Psicologia Analítica, Psicologia Clínica, Nise da Silveira, Métodos projetivos e expressivos e Rorschach (EXNER). É membro do Caminhos Junguianos - Laboratório de Pesquisa e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Psicologia Analítica. UFSJ | UFJF. Compõe a equipe de pesquisa em Fundamentos Teórico-Metodológicos dos Estudos das Séries de Imagens do Inconsciente, como parte das atividades desenvolvidas pelo Caminhos Junguianos, em parceria com o Museu de Imagens do Inconsciente. Membro associado da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo).

Isabela dos Santos Braga

Acadêmica do 10º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Jenifer Gessica Muniz dos Santos

Acadêmica do 8º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Juliana Moritz Hoffmann Bastos

Psicóloga, graduada pela Universidade de Taubaté.

Kauanny Alexia Inácio Esteves

Acadêmica do 4º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Klyntton Horst da Fonseca

É Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário FAMINAS (2018). Pós-graduado em Psicologia Escolar e Educacional pela Faculdade FAVENI (2020). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Viçosa-UFV. Profissional com 05 anos de experiência na área de políticas públicas de assistência social e saúde, atuando com gestantes, crianças, adolescentes e adultos, desde serviços básicos até serviços de média e alta complexidade. Possui expertise com populações em situação de vulnerabilidade e risco social. Trabalho em rede e com grupos. Elaboração de relatórios técnicos e atendimento ao público. Além disso, possui ampla formação na área educacional. Pesquisa e estuda os seguintes temas: Estudos de gênero e sexualidade; Psicologia Social; Políticas Sociais; Psicologia e Educação; Neuroeducação. Atualmente é pós-graduando em Psicologia Clínica Histórico Cultural pelo Instituto Lev HC. Está como Professor Universitário na Faculdade Santo Antônio (FSA) nas unidades de Caçapava (SP) e São José dos Campos (SP). Está como Professor Universitário na Faculdade Vanguarda em São José dos Campos (SP). Também atua como Psicólogo Clínico de forma remota na perspectiva da Psicologia Histórico Cultural.

Ludrian Mendes de Angelis Moraes

Acadêmico do 2º Ano do Ensino Médio na Escola de Aplicação Doutor Alfredo José Balbi. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Ensino Médio CNPq/PIBIC-EM-Unitau.

Luiza Oliveira Piscoschi

Psicóloga, graduada pelo Centro Universitário Anhanguera de São Paulo.

Mariana Rodrigues Fantinato

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2009) e especialização em Neuropsicologia pela Universidade de São Paulo (2011). Atuou como psicóloga no Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos (2012-2018), no Royal Hospital São José dos Campos (2021-2023) e na Força Aérea Brasileira (2018-2025). Atualmente é professora e supervisora clínica do curso de Psicologia da Universidade de Taubaté e professora do Instituto Taubaté de Ensino Superior. Também exerce atividades como psicóloga clínica e supervisora. Tem experiência nas áreas de Neuropsicologia, Psicologia Clínica e Psicologia Hospitalar, com ênfase em avaliação neuropsicológica, psicodiagnóstico, testagem psicológica, reabilitação e terapia cognitivo-comportamental.

Mariane Leal Santos

Psicóloga, graduada pela Universidade de Taubaté.

Marilsa de Sá Rodrigues

Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras (1975), mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1996) e doutorado em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2001). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão, carreira, desenvolvimento regional, habilidades sociais e gestão de pessoas.

Marina Cristina de Sousa

Acadêmica do 6º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica CNPq/PIBIC-Unitau.

Mateus Donia Martinez

Graduado em Psicologia, com aprimoramento em "Integração corpo-psique: psicoterapia de enfoque junguiano" pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especialização em "Religiosidade e espiritualidade na prática clínica" pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre e doutorando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Realizou doutorado sanduíche na University of Northampton, no Reino Unido. É membro pesquisador dos grupos: Caminhos Junguianos; Laboratório de Pesquisa em Psicologia Analítica, da Universidade Federal de São João Del Rei; Programa de Pesquisa em Experiências Não-Ordinárias e Estados Alterados de Consciência (PROEXP), do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (IPq-HCFMUSP); INTER PSI- Laboratório de Estudos Psicossociais: crença, subjetividade, cultura saúde, no IP-USP. No INTER PSI coordena o UNUS: Grupo de Estudos de Psicologia da Crença - Psicologia Analítica, Experiências Religiosas e Anômalas. Seus principais temas e áreas de interesse incluem: psicologia analítica; psicoterapia junguiana; infância; religiosidade e saúde mental, dissociação e transtornos dissociativos; experiências anômalas e estados alterados de consciência.

Mayla Caroline de Oliveira Chagas

Psicóloga, graduada pela Universidade de Taubaté.

Moacir José dos Santos

Doutor (2006), mestre (2000) e graduado (1996) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com pós-doutorado (2015) pela Universidade do Minho (UMINHO). Professor Adjunto III da Universidade de Taubaté (UNITAU). Professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - FATEC/Pindamonhangaba. Professor do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR) e do Doutorado e Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional (DPDR/MPDR) da UNITAU. Coordenador-adjunto do PPG em Planejamento e Desenvolvimento Regional e do PPG Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional. Editor Executivo da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Comunicação (NUPEC), membro do grupo de Avaliação e Diagnóstico do Desenvolvimento Regional e do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade de Taubaté, grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Foi coordenador de Apoio à Pesquisa e Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), coordenadorias vinculadas à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (2021-2022). Foi diretor do Instituto Básico de Humanidades da UNITAU (2018 e 2022). Atuou no Projeto Trilhas Culturais, atividade de extensão da UNITAU dedicada ao registro e pesquisa da cultura popular do Vale do Paraíba Paulista. Tem experiência na área de História, com ênfase em política de desenvolvimento, comunicação e indústria cultural no Brasil, relações entre militares do Exército e Estado, cultura popular no Vale do Paraíba.

Monique Marques Godoy-Dolcinotti

Psicóloga (CRP 06/126057), com graduação pela Universidade de Taubaté (2014), onde foi bolsista do Programa de Iniciação Científica. É especialista em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação (2017) e mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional (2019) pela mesma instituição, integrando desde então o grupo de pesquisa Saúde, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Regional. Atualmente, é doutoranda em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) com o desenvolvimento da tese "Felicidade e Carreira Feminina: estudo de casos sobre a articulação do conceito de felicidade com trajetórias profissionais femininas". Possui experiência nas áreas de Psicologia Clínica, consultoria em saúde mental corporativa e docência no Ensino Superior. É Professora Auxiliar II no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté e coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade Santo Antônio, nas unidades de São José dos Campos e Caçapava. Atua como diretora do Instituto Somos Todos Humanos (ISTH), organização voltada à promoção do desenvolvimento humano e à saúde mental com foco em raça, gênero e trabalho. Autora de artigos e capítulos de livros, com publicações que abordam temáticas como desemprego, resiliência, família e a interface entre relações familiares e o mundo do trabalho. Suas linhas de interesse articulam saúde do trabalhador e da trabalhadora, felicidade no trabalho, estudos sobre emoções, gênero e relações étnico-raciais, com foco nas intersecções entre subjetividade, desigualdades sociais e condições laborais.

Nathália da Motta Carvalho Faria

Psicóloga graduada pela Universidade de Taubaté (UNITAU), com interesses voltados às áreas de Neurociências, Neuropsicologia, Saúde da Mulher. É integrante do Grupo de Pesquisa em Psicodiagnóstico e Avaliação Psicológica (GP-PAP) da Universidade de Taubaté.

Paula Eduarda Fernandes Forli de Lazzari

Acadêmica do 8º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1988), mestrado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (2004). Atualmente é professor Auxiliar da UNITAU. Tem experiência na área de Psicologia Geral e Social, com ênfase em teoria psicológica e interfaces, atuando principalmente nos seguintes temas: autoconceito, interações sociais, intersubjetividade, desenvolvimento moral.

Pedro Charbel de Camargo Bom Meihy

Acadêmico do 8º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Pedro Henrique de Araujo Bezerra Mendes

Acadêmico do 8º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Pedro Henrique Mendrot Monteiro

Graduado em Psicologia pela Universidade de Taubaté (UNITAU), com duas iniciações científicas financiadas pelo CNPq durante a graduação. Participa do Programa de Iniciação à Docência na modalidade sênior, atuando nas disciplinas Técnica de Exame Psicológico I: Instrumentos Psicométricos, Técnicas de Exame Psicológico II: Instrumentos Projetivos e Técnicas de Exame Psicológico III: Instrumentos Expressivos, na Universidade de Taubaté. Especialista em Saúde Mental (Faculdade Iguaçu), pós-graduando em Avaliações Psicológicas (FAMEESP) e mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional (MPDR/UNITAU), com bolsa CAPES. Membro da Associação Brasileira Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo). Principais áreas de interesse: avaliação psicológica, métodos projetivos, métodos expressivos e psicodinâmica.

Pedro Henrique Monteiro de Oliveira

Acadêmico do 8º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Raquel Sales Silva Godoi

Acadêmica do 10º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC-Unitau.

Rebeca Fernanda Mota da Costa

Acadêmica do 4º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica CNPq/PIBIC-Unitau.

Renata Gagliotti de Almeida

Psicóloga, graduada pela Universidade de Taubaté.

Ricardo Mendes Mattos

Doutor em Psicologia Social da Arte pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, instituição na qual conclui seu pós-doutorado. Desde o ano de 2014 pesquisa a cultura caipira de São Luiz do Paraitinga, tendo publicado um punhado de livros e artigos científicos sobre o tema. Nos sertões é conhecido como violeiro, calangueiro, congadeiro e folião de Santos Reis.

Ricardo Silva dos Santos Durães

Doutor em Psicologia da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo - UMESP/Estágio Sanduíche no Sunnybrook Health Sciences Centre, Department of Psychiatry, Frederick W. Thompson Anxiety Disorders Centre, University of Toronto, ON, Canadá (U of T); Mestre em Psicologia da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde - UMESP; Graduado em Psicologia pela Escola de Ciências Médicas e da Saúde da UMESP; Graduado em Teologia pela Escola de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo - UMESP; Especializado em Neuropsicologia e Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq-HCFMUSP); Colaborador do Serviço de Psicologia e Neuropsicologia do IPq-HCFMUSP; Atual Presidente da Associação Brasileira de Psicologia da Saúde - ABPSA (2023-2025/2025-2027); Vice-Presidente da ABPSA (2021-2022); Coordenador administrativo e Membro do Conselho Fiscal da ABPSA (2015-2018). Consultor da Twill, The Intelligent Healing Company, New York - USA; Membro do GT Pesquisa em Avaliação Psicológica - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP); Membro do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB); Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da PPGPSA - UMESP (2022-2023); Membro do corpo editorial da Revista Psicologia Organizações e Trabalho - rPOT e da Revista Psicólogo InFormação; Docente e orientador do PPGPSA - UMESP; Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília (UnB). Áreas de pesquisa: Avaliação neuropsicológica, trabalho e saúde, ansiedade, depressão, Cognição e comportamento, neurofeedback, Mindfulness e espiritualidade.

Rosa Frugoli

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Mestre em Ciências Sociais (Antropologia Urbana/PUC/SP), Especialista em Educação e Graduada em Psicologia. Experiência na área de Formação Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: tecnologias e saúde, processos de subjetividades na contemporaneidade, violência e gênero. Coordenadora do grupo de pesquisa NEPAG-Saúde (CNPq). Professora e supervisora de estágios clínicos e comunitários na abordagem Humanista e Existencial da Universidade de Taubaté. Organizadora do livro: Mulheres Lésbicas: Discussões e perspectivas de gênero. É autora e organizadora de diversos artigos e livros, entre eles Mulheres Lésbicas: Discussões, Reflexões e Perspectivas de Gênero e Mulheres Lésbicas: Reflexões sobre Vidas Invisibilizadas, Dificuldades e Superações, além da coletânea de e-books: Compreensão da Diversidade Sexual; LGBTfobia e suas Ramificações; Direitos Humanos e Inclusão Social no ABCD Paulista; Direito à Atenção Integral e Humanização na Saúde no ABCD Paulista; e Redes de Apoio no ABCD Paulista.

Sandra Querido Gonçalves Pereira Machado

Acadêmica do 8º Período do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Vitória Aparecida da Silva

Psicóloga, graduada pela Universidade de Taubaté.



UNITAU

Universidade de Taubaté

ISBN: 978-85-9561-210-5



9 788595 612105